

# Redes de Conhecimento

História do Centro de Estudos dos Povos  
e Culturas de Expressão Portuguesa

**JOSÉ MIGUEL SARDICA**





## *Redes de Conhecimento*

## **FICHA TÉCNICA**

**Título** REDES DE CONHECIMENTO  
História do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

**Autor** JOSÉ MIGUEL SARDICA

**Editor** CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa  
Universidade Católica Portuguesa  
Palma de Cima · 1649-023 Lisboa  
Tel. 2172141333  
e-mail: [cepcep@fch.lisboa.ucp.pt](mailto:cepcep@fch.lisboa.ucp.pt)  
[www.cepcep.fch.lisboa.ucp.pt](http://www.cepcep.fch.lisboa.ucp.pt)

**Tiragem** 300 exemplares

**Data de publicação** Julho de 2017

**Depósito legal** 429169/17

**ISBN** 978-972-9045-41-7

**Concepção gráfica** SERSILITO-Empresa Gráfica, Lda.  
Travessa Sá e Melo, 209 · Apt. 1208 · 4471-909 MAIA  
Telef. 229436920 · Fax 229436922  
[sersilito@sersilito.pt](mailto:sersilito@sersilito.pt) | [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

COLEÇÃO ESTUDOS E DOCUMENTOS 23

# *Redes de Conhecimento*

História do Centro de Estudos dos Povos e  
Culturas de Expressão Portuguesa

JOSÉ MIGUEL SARDICA



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

L I S B O A  
2 0 1 7



# Prefácio

ROBERTO CARNEIRO\*

Muito Obrigado, meu Caro Doutor José Miguel Sardica!

O notável texto que construiu sobre a história do CEPCEP constitui, antes de mais, o resultado de um extraordinário esforço de investigação histórica levado a cabo sobre fontes dispersas e, à partida, dificilmente sistematizáveis. Daí que a minha primeira palavra tenha obrigatoriamente de ser de agradecimento caloroso pelo trabalho monumental realizado, e sempre perpassado de uma superlativa qualidade, substantiva e formal, num prazo extremamente limitado de tempo.

Com a humildade que caracteriza o académico de eleição, José Miguel Sardica quis submeter este seu texto de pesquisa sistemática, marcado pelo rigor do historiador maduro e pelo escrúpulo do cientista eternamente duvidoso da sua capacidade de bem interpretar os factos encontrados e por si relacionados, à leitura prévia do Doutor Artur Teodoro de Matos, meu querido e fiel companheiro de lutas e de causas “cepcionas”, e à minha própria análise.

Em consequência dessa minha leitura atenta, ao contrapor-lhe – como única observação crítica que ousava formular, para além de pequenas achegas factuais de pormenor – que só achava que o seu texto teria de ser revisto no sentido de diminuir a carga laudatória que por ele perpassa relativamente ao signatário, ele retorquiu, com a severidade que o caracteriza: “os factos são factos”. E pronto, aí recolhi a corda...

Relato estes episódios para sublinhar um facto incontroverso: o do acerto na escolha de José Miguel Sardica para, escavando na penumbra confusa de ficheiros dispersos e partindo de um trabalho braçal e inte-

---

\* Membro da Direção (1983-1985) e Presidente do CEPCEP (1985-2017)

lectual de nomeada, elaborar uma narrativa complexa de um Centro que, completando três décadas e meia de vida, deixa um rasto de memória de sobrevivência numa conjuntura marcada pelo nascimento, e subsequente desaparecimento, de muitas outras unidades científicas coevas, que foram surgindo, perpassadas de semelhantes ideais, e de um não menor entusiasmo, aquando das respetivas criações.

Ressalta da resenha histórica traçada pelo cronista que a existência do CEPCEP não foi propriamente um passeio fácil. Ao longo dos anos, posso agora confessar o pécadilho, o meu mantra para o CEPCEP foi, até certo ponto, “fazer primeiro, explicar depois”. Efetivamente, perante situações de crise aguda é necessário, quantas vezes, avançar sem grandes rodeios e evitando perdas de tempo que podem revelar-se fatais, deixando que a ação se veja guiada pela pura intuição ou, dito por outras palavras, por aquilo que, em inglês, se apelida de “*gut feeling*”...

Esta notável reconstituição da aventura plasmada em torno da vida do CEPCEP vem a coincidir com uma parte significativa do filme da minha vida nos últimos 34 anos. E, como em todas as vidas, a história é feita de dramas e de incompreensões, mesmo de muito sofrimento, entremeado com algumas alegrias; mas, também, uma aventura humana feita de muita contumácia na busca da Verdade que mora, a um tempo, muito para além de nós mas, por outro lado, habita no interior de cada soldado que se empenha no progresso do empreendimento de Igreja. Não querendo parecer um falso moralista de pacotilha, e de obra feita, adiantarei apenas que a Verdade, ideal inatingível por todo o esforço da soldadesca, tem de se procurar, imbuído de um verdadeiro e sólido espírito de Humildade. Ou seja, combatendo em permanência, sem desfalecimento, o pecado mortal mais insidioso e melífluo que tudo gangrena, corroendo mesmo com facilidade a mais límpida e aparentemente reta consciência de serviço eclesial, o qual se encontra na raiz dos demais pecados: a *Vanitas* que se opõe, como inimiga figadal e feroz, à *Veritas*, sendo que nesta se subsume, em última *ratio*, todo o trabalho de indagação científica, digno desse nome.

O facto de ser meio chinês contribuiu muito decisivamente para o estilo de liderança que procurei imprimir ao longo dos anos. Em primeiro lugar, uma *liderança de serviço*, na linha das melhores práticas e recomendações do seu principal mentor, Robert Greenleaf: primeiro, antes de mais, servidor; líder, apenas para melhor servir. Depois, o amor à colaboração e à harmonização de diferentes que foi e é *ex-libris* do CEPCEP. Finalmente, a construção metódica de *guanxi* (v. pp. 155-156 do texto que ora introduzo) em torno das relações intrauniversitárias, e, acima de tudo, na edificação de sentimentos de sólida confiança com a rede alargada de

principais clientes situados nas múltiplas frentes de atividade do Centro, sentimentos que são, invariavelmente, o fruto da reciprocidade total no relacionamento, tanto nos ganhos como nas perdas.

Em suma, procurei guiar-me pelos ensinamentos fundamentais que me ministraram os meus pais. Ambos desaparecidos, o pai há uns longínquos 54 anos (1963) e a mãe há apenas 5 anos (2012), a eles devo as orientações fundamentais de vida que ainda hoje regem a minha conduta fundamental:

1. Manter sempre viva a chama da Fé e da Esperança.
2. Procurar sempre compreender, primeiro, o outro, ao invés de o criticar.
3. Exercer a bondade (*compassion, kindness*) e o cuidado (*care*) como valores fundamentais na relação humana, designadamente com os mais próximos e frágeis.
4. Nunca eleger o medo – diferente da prudência – como critério fundamental de decisão nos momentos de encruzilhada mais difícil.
5. Fazer do serviço eclesial um desafio permanente à obediência e à humildade.

Termino sublinhando – a Deus o que é de Deus – a generosidade do Pai, patente no percurso descrito. Devo, com efeito, um agradecimento sentido ao Senhor da História e nosso Pai e, bem assim, às centenas de colaboradores diretos e indiretos do CEPCEP, por toda a ajuda e confiança que me tributaram durante 34 anos no Centro de Estudos. Quase me apetece dizer que vivi intensamente, no decurso de três décadas e meia, a Porta Santa da Misericórdia Divina que sempre me acudiu, e nunca me faltou, designadamente nos momentos de maior dúvida, no que sempre constituiu, em essência e em derradeira análise, um serviço obediente de Igreja.

Lamento e peço desculpas por todas as infidelidades que fui cometendo ao longo da minha atividade ao serviço do CEPCEP e da UCP a esse código de valores, esperando a indulgência dos colegas e demais pessoas diretamente atingidas e/ou involuntariamente feridas. Neste particular, lembro os muito relevantes servidores deste projeto que já nos deixaram, designadamente, os Cardeais Patriarcas D. António Ribeiro e D. José Policarpo, o Primeiro e Magnífico Reitor da UCP, Rev.º Pe. José Bacelar e Oliveira, o Primeiro Presidente do CEPCEP, Rev.º Pe. José de Freitas Ferreira, e o Rev.º Pe. Mário Ferreira Lages, cujas inspirações ficaram solidamente sulcadas na “alma cepcepiana” até aos dias de hoje, e que deixaram um pesado legado ao qual nem sempre estive à altura. Mas,

acima de tudo, peço perdão ao Pai, confiante na sua capacidade infinita de perdoar, por não ter cumprido, em plenitude, o seu desígnio, quantas vezes apropriando-me tolamente do que eu entendia ser o plano divino e interpretando-o numa perspectiva rasteira e puramente egoísta do projeto.

Desejo àqueles que generosamente aceitaram continuar, melhorando e fazendo frutificar o CEPCEP, sob o comando clarividente do Doutor Fernando Ilharco, as maiores felicidades neste seu renovado serviço de Igreja, rogando ao nosso Pai, e à nossa incansável medianeira, a Mãe do Céu – que ousamos invocar, nomeadamente neste centenário das comemorações da Virgem de Fátima –, sempre acolhedores e vigilantes, que os inunde de toda a Sabedoria necessária para ir guiando o Centro e tomando as deliberações difíceis que se irão tornando indispensáveis.

*Deus Super Omnia!*  
*Ex-Corde Ecclesiae*

# Introdução

*«Aparece finalmente a entidade capaz de assumir o espaço cultural da língua, aquele que, na sua essência, é na realidade o do Quinto Império de Vieira e Pessoa.»*

[Carta do filósofo Agostinho da Silva a José de Freitas Ferreira, cumprimentando-o pela fundação do CEPCEP, 20.maio.1983]

## 1.

O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) é, como os seus Estatutos fundadores definem, “uma instituição da Universidade Católica Portuguesa (UCP), nos termos do n.º 3 do art.º 15.º e dos n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º dos Estatutos da mesma Universidade”. Não obstante a sua atual integração orgânica na Faculdade de Ciências Humanas da UCP, possui “autonomia administrativa e financeira”, propondo-se “estudar os povos e as culturas, designadamente os de língua oficial portuguesa, fomentar a compreensão mútua e contribuir para a sua aproximação”. Foi com aquele enquadramento legal e estes propósitos globais de ação que o CEPCEP foi pensado, primeiro, por um conjunto de fundadores, no início da década de 1980, e instituído, depois, na UCP, na primavera de 1983.

Na Universidade Católica Portuguesa e também fora dela, entre as dezenas e dezenas de instituições académicas e extra académicas, nacionais e internacionais, com que o CEPCEP se relacionou, o Centro é (re) conhecido pelas suas atividades de investigação e de divulgação científica, de formação, de prestação de serviços e de consultoria e igualmente pelas muitas publicações até hoje dadas à estampa, entre livros e os vários volumes da sua revista *Povos e Culturas*. Do mesmo modo, muita gente na UCP e fora dela sabe ligar o Centro aos rostos que o fundaram, consolidaram e dirigiram, desde os primórdios até à atualidade. O CEPCEP é um caso notável de continuidade diretiva – uma continuidade que não

significou acomodamento e rotina, mas competência e obra. Dos três fundadores – José de Freitas Ferreira, Mário Ferreira Lages e Carlos Laranjo Medeiros – apenas o último ainda está vivo, embora já afastado do Centro desde 2010. Em contrapartida, Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, que ingressaram na Direção logo em 1983, mantiveram-se na liderança do CEPCEP até 2017, o primeiro como seu Presidente, o segundo como seu vogal e Vice-Presidente nos anos mais recentes. Não estiveram sozinhos: desde 1988 até à data, doze outros nomes integraram, simultânea ou sucessivamente, a Direção do Centro.

Nenhuma equipa é eterna, e nada garante que as instituições também o sejam. Em maio de 2016, Roberto Carneiro terminou o seu 8.º mandato à frente do CEPCEP, 33 anos depois de ali ter chegado. A disposição de fechar um ciclo e de partir já vinha de trás, e era há já algum tempo secundada pelo seu vice, Artur Teodoro de Matos. Sucessivas reitorias tinham sempre convencido os dois a permanecerem nos seus cargos. Dessa vez, porém, a decisão de não continuação era terminante. Razões burocráticas ditaram ainda o prolongamento do mandato por mais alguns meses, mas o princípio de 2017 assinalou, sem dúvida, o encerramento de um longo ciclo e o início de um outro, uma vez escolhida para o CEPCEP uma nova equipa diretiva. Ao cabo de 34 anos de história (1983-2017), o CEPCEP merecia uma história, ou seja, que alguém lhe fizesse um livro com a sua história. Foi essa a origem, e é essa a razão de ser, da obra que aqui se apresenta.

## **2.**

No início de fevereiro de 2016, por ocasião da Sessão Solene do dia da UCP e a semanas de completarem o seu último mandato, Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos abordaram-me com a proposta-convite de ser eu o autor da história do CEPCEP, contada desde antes da sua fundação até ao presente. Era um exercício de revisitação de um percurso institucional e científico nunca antes feito, a não ser, e de forma esquemática, numa brochura comemorativa do 25.º aniversário do Centro, publicada em 2008. Conforme me foi explicado, a minha escolha resultava de três fatores convergentes: o facto de ser historiador; o facto de, conhecendo embora alguma coisa do Centro, nunca a ele ter pertencido; e, finalmente, o facto de não ocupar qualquer cargo na hierarquia da Universidade ou da Faculdade de Ciências Humanas, a que o CEPCEP pertence. A primeira condição era requisito profissional de base; as duas restantes destinavam-

-se a assegurar uma maior independência do autor a convidar face ao seu objeto de estudo.

Como referi, alguma coisa eu conhecia, e conheço, do Centro. Já docente da FCH-UCP, julgo que a primeira vez que com ele tomei contacto foi em 2000, quando Manuel Braga da Cruz me pediu que escrevesse uma pequena parte de um capítulo por si coordenado, sobre o século XX português, para uma obra que o Centro viria a publicar, em 2001, com o título *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Colaborei depois, sempre como autor externo, noutras publicações do Centro, através da redação de capítulos para os livros *Portugal. Anos 10* (2010), e *Portugal e Espanha. Amores e Desamores* (2015), e coordenei o volume, editado em parceria pelo CEPCEP e pela EPAL, *A Primeira República e as Colónias Portuguesas* (2010). Em 2009, na revista *Ler História*, tive ocasião de fazer uma revisão aos volumes da coleção das *Biografias dos Reis de Portugal* – um dos mais importantes projetos editoriais levados a cabo pelo Centro – referentes aos monarcas da era contemporânea. Acresce a isto que, entre 2005 e o princípio de 2016, integrei a Direção da Faculdade de Ciências Humanas, como seu Professor-Secretário, Diretor-Adjunto e Diretor, funções cujo exercício me colocou várias vezes próximo do CEPCEP, fosse pela presença em cerimónias do Centro – a comemoração dos 25 anos, em 2008, a comemoração dos 30 anos, em 2013, ou o lançamento de um dos números da revista *Povos e Culturas*, em 2014 – fosse pela análise dos seus relatórios de atividade, apresentados ao Conselho Científico da FCH. Tudo isto, porém, foram colaborações esporádicas e aproximações momentâneas.

De maneira que, quando o convite para ser autor de um livro com a história do Centro surgiu, aceitei, com gosto, por me parecer ser obra historiograficamente útil e contributiva para a memória mais geral do passado e do presente da Universidade Católica Portuguesa – numa altura em que a mesma está a comemorar o seu 50.º aniversário (1967-2017). Cumpre assim, portanto, deixar desde já o meu agradecimento a Roberto Carneiro e a Artur Teodoro de Matos pelo convite feito, pelo voto de confiança assumido e pela ajuda subsequente que me foi dispensada para o efeito, da qual realço, sobretudo, a leitura atenta que ambos fizeram do meu texto e as sugestões e precisões factuais com que o enriqueceram. Gostava, todavia, de salientar que, sendo este livro uma encomenda institucional, a minha liberdade de investigação e redação foi completa, e por isso o produto final é da minha exclusiva responsabilidade.

### 3.

Assente a tarefa, detalhados os objetivos gerais da mesma e elaborado um projeto de índice, houve que perceber que tipo e volume de fontes de informação estavam disponíveis para a elaboração do livro. Com a ajuda, que aqui também agradeço, da secretária do CEPCEP, Maria Cristina Pereira, incansável no atendimento a todos os meus pedidos ou dúvidas ao longo dos meses da pesquisa e da redação, procedi a um levantamento do *corpus* documental existente, e que serve de base primeira e mais alargada a esta obra. À parte alguma, pouca, bibliografia existente sobre a própria Universidade Católica (com destaque para o livro *Universidade Católica Portuguesa. 40 Anos ao Serviço da Igreja e de Portugal. Edição Comemorativa*, de 2009), que utilizei para enquadramento, esta história do CEPCEP repousa fundamentalmente em três conjuntos de fontes.

O primeiro conjunto – sobretudo importante para a redação da I Parte do livro – é a documentação guardada no arquivo do Centro, nas suas instalações do 5.º Piso do edifício da Biblioteca João Paulo II. O CEPCEP não tem – como, de resto, nenhuma estrutura da Universidade tem – o que os profissionais chamam um “Arquivo”, com a correspondente política de depósito, conservação, inventariação e classificação com cotas de consulta. Mas tem um conjunto de dossiês, pastas ou volumes encadernados que, com naturais lacunas, se revelaram prolíficos em informação e que têm uma etiquetagem utilizável como cota. Na medida em que as notas de rodapé do texto remetem para estas fontes, indico de seguida as abreviaturas utilizadas e um descritivo mínimo do que ali se encontra:

- **CEP 1 a CEP 5:** conjunto de cinco dossiês com documentos vários sobre a fundação e o início (sensivelmente o triénio 1983-1986) das atividades do Centro;
- **C UCP 1 a UCP Correspondência:** conjunto de seis dossiês contendo a correspondência do Centro com a Reitoria ao longo do período 1983-2007;
- **CR 1 a CR 8 e CE 1 a CE 14:** conjuntos de oito e catorze dossiês, respetivamente, contendo a correspondência recebida (R), e expedida (E), com datas-limite de 1983-1993, dado que a partir deste último ano a correspondência passou a ser arquivada, de forma separada, nos dossiês específicos de cada projeto, iniciativa ou publicação do Centro;
- **ICIC 1, ICIC 2 e Humanitas:** conjunto de três dossiês com documentos e relatórios de atividades (anuais, bienais ou trienais), entre 1989-2003 e 2011-2013;

- **DIR 1 a DIR 3:** conjunto de três dossiês com documentação referente aos membros das direções do Centro, seus currículos e despachos de nomeação e recondução, desde 1983 a 2016;
- **ARD:** conjunto de trinta e três volumes A4 encadernados, contendo as Atas das Reuniões da Direção do CEPCEP desde 1983 a 2016, manuscritas de início e datilografadas a partir de janeiro de 1989.

O segundo conjunto de fontes tem um cariz mais propriamente bibliográfico – e a sua análise foi o que sobretudo alimentou a redação da II Parte do livro: trata-se do universo das coleções de publicações do CEPCEP, bem como da informação constante no *site* do Centro, acerca dos Cursos e Conferências, Congressos e Seminários, Estudos e Consultorias realizados ao longo da sua história.

Finalmente, e como terceiro elemento, beneficiei ainda de um conjunto de entrevistas que levei a cabo para recolher testemunhos e informação das figuras que integraram as direções do CEPCEP ou que, exteriores ao Centro, sobre ele tiveram responsabilidades. Algumas dessas entrevistas foram presenciais, gravadas e transcritas; a maioria foi realizada por e-mail. Ao contrário do que por regra acontece quando se utilizam fontes orais numa dissertação académica, não as reproduzo na íntegra em anexo, por razões de espaço e porque – sem dispensar o rigor e exatidão das citações que delas faço – constituíram um elemento bastante importante, mas não o principal alicerce do livro.

Foram entrevistados presencialmente Carlos Laranjo Medeiros (fundador do CEPCEP e vogal da Direção entre 1983 e 2010), Artur Teodoro de Matos (vogal da Direção entre 1983 e 2017, e seu Vice-Presidente desde 2010 em diante), Manuel Braga da Cruz (Reitor da UCP entre 2000 e 2012), e Isabel Capeloa Gil (Diretora da FCH entre 2005 e 2012, Vice-Reitora entre 2012 e 2016 e Reitora da UCP a partir de 2016). Por e-mail, a meu pedido ou por opção dos próprios, recolhi testemunhos e informações de Mário Campos Pinto, Pedro Roseta, Francisco Sarsfield Cabral, João Paulo Oliveira e Costa, Pedro Conceição, João Muñoz de Oliveira, Fernando Chau, Ana Cláudia Valente, José Manuel Seruya e Verónica Policarpo (membros que integraram, em diferentes mandatos, a Direção do Centro), de Ana Costa Lopes (investigadora do CEPCEP desde a primeira hora e até hoje), de Maria Cristina Pereira (secretária do Centro desde 1986 até ao presente), de Carlos Morujão e Peter Hanenberg (diretores, respetivamente, do CEFi e do CECC, os dois outros Centros de Estudo que, além do CEPCEP, integram a FCH), de Maria da Glória Garcia (Reitora da UCP entre 2012 e 2016), de Fernando Ilharco (o novo Presidente do CEPCEP

a partir de 2017), de Nelson Ribeiro (Diretor da FCH desde 2016) e, *last but not least*, de Roberto Carneiro (vogal da Direção desde 1983, e seu Presidente “histórico” desde 1985). A todos agradeço a disponibilidade de tempo para comigo conversarem, de viva voz ou pelo computador, e o interesse que demonstraram em contribuir para um trabalho que, sendo individual, também a todos estes colegas dá voz.

Infelizmente, em 2017, alguns dos nomes mais importantes para a história do CEPCEP, que teriam decerto bastante para contar, já não estão vivos – Mário Lages, cofundador e vogal da Direção desde 1983 a 2010 (falecido em 2015); José de Freitas Ferreira, cofundador e Presidente do Centro entre 1983 e 1985, e antigo Diretor da Faculdade de Teologia da UCP (falecido em 1993); e os Reitores Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira (1968-1988), D. José da Cruz Policarpo (1988-1996), e Pe. Manuel Isidro Araújo Alves (1996-2000), falecidos, respetivamente, em 1999, 2014 e 2002.

A juntar àqueles três conjuntos de fontes, alguma documentação pude também obter da Reitoria da UCP – concretamente, atas de reuniões do Conselho Superior com matéria atinente ao CEPCEP, nos anos de 1982, 1983 e 1984. Tinha a esperança de ali haver mais material, porventura em algum espólio pessoal de anteriores reitores, mas nada se encontrou, apesar das diligências realizadas, a meu pedido, e que aqui também agradeço, pela Chefe de Gabinete da Reitoria, Frederica Campos de Carvalho.

Finalmente, cumpre também deixar um obrigado à Diretora dos Serviços Escolares da UCP, Carmo Túlio, à Coordenadora de Relações Públicas e Informação da UCP, Cristina Vilela, e à funcionária da Direção de Recursos Humanos, Helena Espinha, que simpaticamente coligiram e me forneceram informações sobre os totais de alunos, docentes e funcionários existentes na Universidade no ano letivo de 1982-1983 (o da fundação do CEPCEP), e no ano letivo de 2016-2017, e ainda à Assessora da Direção da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, Cristina Morgado, que também de forma pronta me disponibilizou a documentação fundamental acerca da criação, na FCH, em 2005, da *Humanitas*, sua coordenação e regulação.

#### 4.

Para lá do prefácio e da introdução, o livro que agora se apresenta tem duas Partes, distintas, mas complementares, além de um conjunto de quadros em Anexo. A I Parte, dividida em seis capítulos, cobre a história

institucional do CEPCEP, a sua ideia original, o seu projeto, a sua concretização, a sua evolução orgânica e as modalidades da sua inserção na Universidade Católica, desde o início da década de 1980 em diante. A II Parte, igualmente estruturada em seis capítulos, debruça-se sobre a sua obra científica, de produção e divulgação de investigação científica, de formação, prestação de serviços e consultorias à comunidade e à sociedade, e de publicação de trabalhos, terminando com uma síntese geral diacrónica sobre as dinâmicas científicas do CEPCEP e um epílogo, acerca do seu potencial científico e do seu presente e futuro. Por vezes, a narrativa é puramente cronológica, descrevendo e analisando o que o Centro foi e fez com o passar dos anos; noutros passos ou capítulos é mais analítica, centrando-se nas macro atividades ou em macro aspetos que construíram a sua dinâmica evolutiva, polivalência científica e identidade institucional, na pertença à Universidade Católica Portuguesa e na abertura a inúmeros parceiros exteriores.

Quanto aos Anexos, ali se reúnem doze quadros em que se sintetiza informação referida no texto: um diagrama com a composição das diferentes direções, as listas de cursos e conferências, congressos e seminários, estudos e consultorias, livros publicados, volumes da revista *Povos e Culturas* e autores que nesta colaboraram, a distribuição cronológica e qualitativa global das atividades, publicações e projetos europeus realizados e a lista das entidades parceiras ao longo da história do Centro.

A história do CEPCEP que a seguir se vai ler é, ao mesmo tempo, uma memória institucional e um ensaio de apreciação científica de uma das mais antigas e específicas unidades de investigação da Universidade Católica Portuguesa. Criado nos anos em que as estruturas e culturas académicas do país se estavam a consolidar, em conjunto com a democracia portuguesa, no termo da primeira década pós-1974, o CEPCEP nasceu e cresceu antes da FCT, dos concursos e financiamentos internacionais, da era de Bolonha, da profissionalização burocratizante da vida universitária, ou das avaliações sobre índices de produção e competitividade na disputa de *rankings*. Em mais de três décadas, o Centro evoluiu da “idade da inocência” para tempos de maior complexidade. Não é que a “inocência”, ou seja, a época das origens, não tenha sido complexa; e não é que a complexidade vertiginosa da academia de hoje não tenha vantagens e potencialidades – que o CEPCEP, de resto, tem sabido aproveitar muito bem. E não deve esquecer-se o quanto, pensado para a Universidade Católica, ele viveu e vive imerso na identidade humanista e cristã que informa os saberes e as práticas da UCP. O que aqui se apresenta é *uma* biografia possível de uma grande aventura institucional e científica. Retratando o passado

e o presente, também pelas páginas que se seguem poderá cada leitor, espero, imaginar os futuros que estão ao alcance do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa.

Lisboa, maio de 2017

# I PARTE



Sessão Solene de Inauguração do CEPCEP,  
no Auditório 1 da UCP, a 19 de maio de 1983.  
Na mesa de honra, da esquerda para a direita, estão  
Ioan Lewis (conferencista convidado do International African Institute),  
José de Freitas Ferreira (Presidente do Centro, usando da palavra),  
António Ramalho Eanes (Presidente da República),  
Mário Ferreira Lages e Carlos Laranjo Medeiros (vogais da Direção do Centro).

[Arquivo CEPCEP, CEP 1]



O acto de abertura do novo Centro

## Centro de Estudos na UC

# Povos e culturas de expressão portuguesa

Um Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa começou a funcionar na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

A nova instituição propõe-se estudar as diferentes formas e manifestações da cultura portuguesa e das culturas dos povos que ao longo do processo histórico a influenciaram e foram por ela influenciados.

O centro pretende, com isso, contribuir para a compreensão das características e dimensões originais dessas culturas e dos

contactos que mantiveram entre si, a fim de poder teorizar sobre os modelos de aculturação recíproca.

A metodologia do centro vai abranger a antropologia cultural, a sociologia, a história, a literatura, a economia, o direito, a ciência das religiões e a filosofia.

Este Centro de Estudos pretende desenvolver actividades de investigação tanto em Portugal e Galiza como na África, no Brasil, nas comunidades de emigrantes e no oriente.

Para o período de Novembro

de 1983 a Junho de 1984 tem já programado um curso sobre religião em África cuja primeira lição será dada pelo director-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Dow.

As restantes lições do curso serão dadas por individualidades dos Estados Unidos, Bélgica, Portugal, Etiópia, Angola, Nigéria, Argélia, Grã-Bretanha, Brasil, Holanda e Moçambique.

Ontem, o prof. John Lewis, da Universidade de Glasgow, falou sobre "Descolonização e etiopização da África"

Notícia do jornal *O Dia*, de 20 de maio de 1983, com fotografia e texto alusivos à Sessão Solene de Inauguração do CEPCEP.

[Arquivo CEPCEP, CEP 1]

---

## A Universidade Católica Portuguesa no início da década de 1980

A 14 de maio de 1982, no decurso da sua primeira viagem apostólica a Portugal, o Papa João Paulo II visitou a sede da Universidade Católica Portuguesa, no *campus* da Palma de Cima, em Lisboa, para saudar a comunidade de docentes, alunos e funcionários e para benzer o lançamento da primeira pedra do que viria a ser, alguns anos volvidos, o edifício da Biblioteca da UCP, que hoje ostenta o seu nome. No seu discurso, o Papa começou por saudar a “jovem Universidade” como uma instituição “de que se carecia”, e que nascera em Portugal como “ato de clarividência” do episcopado nacional, citando, a propósito, a nota pastoral da CEP de janeiro de 1965: a instituição da UCP visara “apresentar em plano universitário e com o rigor do método científico a verdade total e universal a que aspira o nosso coração”; e por isso, reivindicavam os bispos portugueses, “toda a problemática da cultura humana – o humanismo, a ordem social, o sentido da história – depende da resposta a estas perguntas”. João Paulo II reconhecia, de seguida, que o caminho da UCP não tinha, até aí, sido fácil, mas que nem por isso a Universidade Católica deixara de prosseguir o seu percurso, através da investigação e do ensino, dupla valência cujo fito teria de consistir em “repensar cristãmente a cultura”.

Detalhando a sua visão sobre o ensino, já dispersa por alguns dos seus escritos anteriores, o Papa explicou depois os elementos sobre os quais deveria ser edificada “a obra de uma Universidade ou instituição de ensino superior que se preze da designação de católica”. O primeiro elemento era “a competência e seriedade da investigação e do ensino, com um sentido completo do homem-pessoa”, desafio que exigia “um adequado sentido da história e realismo sereno e crítico, na análise dos factos e dos problemas, sem nunca perder de vista o genuíno bem da comunidade e

de toda a sociedade”. O segundo elemento residia na missão em que teria de centrar-se “o dinamismo de tais Universidades e instituições”, que era o de “dotar aqueles que as frequentam de uma sólida preparação, feita de conhecimentos científicos e técnicos aprimorados, juntamente com a formação cristã, que os levem a fazer uma síntese pessoal de cultura e de fé e os tornem aptos para assumir, responsabilmente, tarefas importantes na sociedade”. O terceiro elemento, finalmente, era a realização, dentro de cada Universidade Católica, de uma noção e sentido de comunidade, de docentes, alunos e funcionários, “onde a aplicação séria ao estudo e à investigação científica, visando a verdade, se desenvolva num espaço e ambiente de vida cristã partilhada”.

Nada disto se fazia em pouco tempo e vogando entre adversidades. Por isso as Universidades Católicas eram instituições de ensino superior especiais. Comungavam com todas as outras congéneres públicas a centralidade “da investigação e da instrução científica”. Mas ali, na UCP, era preciso “lançar mão de instrumentos de trabalho adequados e atualizar continuamente métodos, a fim de merecer a estima do mundo da cultura, manter credibilidade e proporcionar, no mundo científico, aquela contribuição que o mesmo mundo da cultura e da Igreja esperam”. João Paulo II exortava assim a comunidade da UCP, e em particular a sua reitoria, a procurar continuamente iniciativas “numa linha de pastoral das inteligências”, de olhos postos na “elevação humana e cristã dos universitários”. Sendo universidade, a Católica tinha um lugar central naquilo que o Papa exprimia como “função social da ciência”; sendo católica, porém, a UCP tinha uma identidade matricial de valores e objetivos que agregavam à ciência a humanidade de todo o conhecimento – sob a égide, lembrava João Paulo II a terminar, “de Nossa Senhora, a Sede da Sabedoria”<sup>1</sup>.

Em 1982, a Universidade Católica completava quinze anos de existência. Era, de facto, uma jovem universidade, num país onde a massificação do ensino superior começava a conhecer um segundo fôlego – em contexto democrático – depois do primeiro impulso, ditado pelas transformações socioeconómicas do Portugal dos anos 60 e inícios dos anos 70. Fora justamente na década de 1960 que, ao cabo de anos a fio de aspirações, reivindicações e projetos soltos a Universidade Católica se materializara –

---

<sup>1</sup> O texto integral do discurso proferido por João Paulo II na UCP, em maio de 1982, pode ser consultado em [http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_srv.asp?sspageID=3120&lang=1](http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_srv.asp?sspageID=3120&lang=1). Para a visita do Papa João Paulo II à UCP, v. Moreira, 1982. O autor salienta, mais recentemente, que a visita papal à Universidade “foi um acontecimento memorável que contribuiu para consolidar a imagem pública da jovem universidade da Igreja” (AA.VV., 2016, p. 151).

não apenas como uma restauração de uma simples faculdade teológica, sucedânea daquela extinta em Coimbra, em 1910, mas como uma universidade multidisciplinar ou, nos termos do episcopado português dos anos 30, como “um estabelecimento de alta cultura intelectual, que sirva para educar e formar um escol de mentalidade católica”<sup>2</sup>. O estudo base para a criação da UCP surgiu em 1961. Dois anos volvidos, o Estado cedeu ao Patriarcado os terrenos da Palma de Cima, por troca com alguns outros que a Igreja possuía perto de São Vicente de Fora. Em 1965, na nota acima citada e invocada por João Paulo II, a CEP instituiu o 1.º domingo de fevereiro como o Dia da UCP. A primeira pedra das instalações lisboetas foi benzida pelo Cardeal-Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, em junho de 1967. A UCP seria oficialmente fundada a 13 de outubro de 1967, nos termos do Decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, que erigia a Faculdade de Filosofia de Braga (ali criada pelos jesuítas em 1947), como primeira Faculdade da Universidade Católica, com mandato para se estender a Lisboa<sup>3</sup>. Ao tempo, as únicas instituições universitárias portuguesas com reconhecido prestígio e numerosa frequência escolar eram a Universidade e o Instituto Superior Técnico em Lisboa, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto. A UCP foi a primeira a surgir fora do quadro das universidades públicas estatais – e não faltou quem lhe vaticinasse um rápido insucesso, ou porque não teria alunos, a não ser eclesiásticos, ou porque não teria professores, por a maioria não desejar lecionar numa instituição confessional, ou porque lhe faltariam recursos, livros e infraestruturas<sup>4</sup>. Não foi assim que aconteceu.

Em junho de 1968, o Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga – Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira – foi nomeado Vice-Reitor, em exercício das funções de Reitor, e foi já sob sua égide que o curso de Teologia foi autorizado pela Santa Sé e inauguradas as instalações da sede da UCP, em Lisboa, em novembro desse ano, com a presença do episcopado, do Ministro da Educação (ao tempo José Hermano Saraiva) e dos reitores das

---

<sup>2</sup> [Cruz], 2009, p. 6. Para a história da Universidade Católica, e além do livro comemorativo dos 40 Anos da UCP, aqui citado, da autoria de Manuel Braga da Cruz, v. os artigos de Clemente, 1994, e Moreira, 2001, bem como apontamentos de diversos autores em AA.VV., 2016, *maxime* pp. 46, 61 e 148-149.

<sup>3</sup> O Decreto canónico instituidor da UCP, que comemorava o 50.º aniversário das Aparições de Fátima, é consultável em [http://www.ucp.pt/site/resources/images/documentos/Lusitanorum\\_Nobilissima\\_Gens.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/images/documentos/Lusitanorum_Nobilissima_Gens.pdf).

<sup>4</sup> V. discurso do Reitor, Pe. Bacelar e Oliveira, in AA.VV., 2016, p. 62. Segundo testemunho de Pedro Roseta, secretário-geral da UCP e da Faculdade de Ciências Humanas no início dos anos 70, o autor deste prognóstico pessimista teria sido... o próprio Salazar (Lopes e Carneiro, 2016, p. 96).

Universidades de Lisboa e Coimbra. O reconhecimento estatal ocorreria em julho de 1971, por Decreto preparado por Guilherme Braga da Cruz e assinado pelo Ministro da Educação, José Veiga Simão (que substituiria já Hermano Saraiva)<sup>5</sup>. Em outubro de 1971, a Sagrada Congregação para a Educação Católica instituiu, em Lisboa, as Faculdades de Teologia (para enquadrar o curso pré-existente) e de Ciências Humanas (para iniciar formações não teológicas). Uma vez sedeadas na capital, e em instalações próprias, “rapidamente se expandem as atividades da Universidade, que tira partido da crise vivida nas Universidades estatais, profundamente perturbadas pela agitação estudantil do início dos anos 70”<sup>6</sup>.

Em junho de 1972, o Pe. José Bacelar e Oliveira foi confirmado como Reitor da UCP, funções para que seria reconduzido ainda em 1976, 1980 e 1984, perfazendo assim um total de vinte anos (1968-1988) à frente da UCP. “Espírito vivíssimo”, “inteligência fulgurante”, dotado de “raciocínio genial” (como hoje o retratam), foi o Pe. Bacelar (apoiado inicialmente por D. Manuel Gonçalves Cerejeira e, a partir de 1971, pelo novo Cardeal-Patriarca, D. António Ribeiro), o verdadeiro criador da UCP, à qual sempre se dedicou “com impressionante e incansável empenho e energia”<sup>7</sup>. Obtida a luz verde da Junta Nacional de Educação, a Faculdade de Ciências Humanas iniciou as atividades no outono de 1972, com a Licenciatura em Ciências Empresariais, desdobrada, a partir de 1974, em Gestão e Administração de Empresas e Economia. A estas se juntaria a Licenciatura em Direito, criada em 1976. A Revolução de Abril repercutiu-se na UCP, na medida em que alguns dos poderes do PREC eram hostis à Igreja Católica: na Palma de Cima, contudo, a politização estudantil foi menor do que na Cidade Universitária, e esse contraste permitiu até atrair para a Católica alunos e professores oriundos de outras universidades, onde a acalmia e a estabilidade das matrículas e estudos tardaram a chegar<sup>8</sup>.

Entre o final dos anos 70 e o final dos anos 80 a UCP viveu uma década de franca expansão e afirmação, não sem que dificuldades financeiras se fizessem sentir. Criado nos finais de 1973, o Conselho Superior – uma instância absolutamente original no quadro das universidades portuguesas e da sua gestão colegial de topo – iniciou os seus trabalhos

---

<sup>5</sup> O Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, de reconhecimento estatal oficial da UCP, é consultável em <http://www.ucp.pt/site/resources/images//documentos/DL307-71.pdf>.

<sup>6</sup> [Cruz], 2009, p. 18.

<sup>7</sup> Fernando Guedes e Pe. Roque Cabral, in AA.VV., 2016, p. 106 e 109. Para o currículo de vida e obra do Reitor Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, v. *ibidem*, pp. 107-115 e 129-153.

<sup>8</sup> [Cruz], 2009, p. 24, e Fernando Guedes in AA.VV., 2016, pp. 103-104.

em 1974<sup>9</sup>. Em 1975, a Faculdade de Teologia de Lisboa inaugurou o curso de Ciências Religiosas. Em 1977, abriu-se, também na sede, uma secção da Faculdade de Filosofia de Braga, ao mesmo tempo que o Seminário Conciliar local foi filiado na Faculdade de Teologia, sob a designação de Instituto Superior de Teologia. No ano seguinte, a UCP instalou-se no Porto, ali criando a sua primeira Licenciatura, de Direito, que funcionou na Torre da Marca e, logo depois, em instalações do Seminário do Paraíso, na Foz. Em 1979, o Conselho Superior aprovou os 1.ºs Estatutos da Universidade. Em 1980, a Católica chegou a Viseu, ali inaugurando o Curso Superior de Humanidades e uma secção da Filosofia de Braga, ao mesmo tempo que, em Lisboa, integrada na FCH, se começou a lecionar uma inovadora Pós-Graduação em Estudos Europeus (cinco anos antes da assinatura do Tratado de Adesão à CEE), e se criou, modelada a partir da *Görres-Gesellschaft* alemã, a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP), destinada a dinamizar projetos culturais e científicos relevantes para o conjunto da UCP e da comunidade em geral. Em 1982, estrearam-se os primeiros Mestrados, em Filosofia, Teologia e Direito. Em 1983, a reitoria adquiriu à Santa Casa da Misericórdia de Viseu novas instalações para o seu funcionamento local, ao mesmo tempo que a criação da Escola Superior de Biotecnologia, no polo da Asprela, oficializou a criação do Núcleo Regional do Porto da UCP (futuro Centro Regional). Em 1984, a Faculdade de Filosofia de Braga iniciou atividades de extensão no Funchal, onde também chegou, sob o mesmo regime, a licenciatura em Gestão. No ano seguinte, com a criação do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social (IUDPS) em Viseu, começou ali a ser lecionado o curso de Gestão e Desenvolvimento Social. Em 1986, a Faculdade de Teologia, originalmente criada em Lisboa, estendeu-se a Braga e ao Porto, dando corpo, na Invicta, à inauguração do *campus* da Foz, onde passou a funcionar o Direito e onde se estreou também nesse mesmo ano a Gestão. Quando, em novembro de 1988, D. José da Cruz Policarpo sucedeu ao Pe. Bacelar e Oliveira como Reitor, a Universidade já tinha uma estrutura plurilocalizada, com Faculdades nacionais e cursos ministrados em diferentes polos regionais – e os anos seguintes, entrada a década de 90, seriam de “lançamento de novos cursos e unidades, numa fase de franca expansão do ensino superior em Portugal”<sup>10</sup>.

Na sede da UCP, na Palma de Cima, em Lisboa, os anos 1970-80 também foram de consolidação e alargamento, não tanto do número de

<sup>9</sup> AA.VV., 2016, pp. 79 e 146.

<sup>10</sup> [Cruz], 2009, p. 44.

cursos ministrado, mas sobretudo das instalações. O edifício original (hoje chamado Edifício 1), de 1967-68, com os seus dois blocos, ou corpos, e com os auditórios em pavilhão acoplado, começava a ser pequeno para as necessidades. Entre 1978 e 1980, procedeu-se à construção de um outro corpo, com salas de aulas, nas traseiras do edifício, para atalhar a sobre-lotação que já se fazia sentir no interior deste<sup>11</sup>. Ao longo dos anos 80, e sob o impulso da bênção papal de 1982, a reitoria lançou uma larga campanha de *fundraising* – que teve importantes benfeitores e contribuidores, como a Conferência Episcopal alemã e, sobretudo, a *Association for the Development of the Catholic University of Portugal*, em Boston – destinada à construção do novo Edifício da Biblioteca Universitária João Paulo II, inaugurado em novembro de 1987, no âmbito das comemorações do Ano XX da Universidade (1967-87)<sup>12</sup>. O atual edifício da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (CLSBE) seria apenas terminado em 1993, para início de atividades em 1994.

O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) – a cuja história este livro se dedica – foi inaugurado, em sessão solene, em maio de 1983, pouco mais de um ano volvido sobre a visita de João Paulo II a Lisboa e à UCP, e na mesma altura em que se criou a Biotecnologia, no Porto, e se alargaram as instalações de Viseu. Em Lisboa, o *campus* da Universidade tinha menos de metade do edificado que hoje tem – e um aspeto quase bucólico que hoje já não tem. Na zona da Palma de Cima, já existia o Hotel Penta (hoje Marriott) e o Hospital de Santa Maria, mas não os prédios que rodeiam o Hotel, nem as construções mais recentes da Palma de Baixo. O eixo viário Norte-Sul não tinha sido ainda aberto, nem construído o viaduto que atualmente une as duas “Palmas”. A umas dezenas de metros da zona onde depois seria implantada a Biblioteca existiam canaviais, casebres e uma velha estrada rural, resquício de um tempo em que esta parte de Lisboa era termo da capital. Como resume de forma lapidar um dos vultos da Universidade, “ao tempo [1983], o mundo interior da UCP Lisboa era muito pequeno”<sup>13</sup>.

De facto, ao tempo, a UCP Lisboa tinha apenas duas unidades de ensino – a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Ciências Humanas. Hoje tem sete unidades de ensino: àquelas duas Faculdades somaram-se as de Ciências Económicas e Empresariais e de Direito (Escola de Lisboa), em 1989, e os Institutos de Estudos Políticos (em 1996), de Ciências da

<sup>11</sup> AA.VV., 2016, p. 150.

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp. 150-151.

<sup>13</sup> Mário Pinto, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

Saúde (em 2003), e de Direito Canónico (em 2005). Em 1982-1983, frequentavam a UCP Lisboa 2399 alunos, divididos por quatro licenciaturas; adicionando a estes os 673 alunos existentes no Porto, os 624 alunos existentes em Braga e os 150 alunos existentes em Viseu, apura-se que a Universidade tinha um total de 3846 alunos. Para comparação, e em 2016-2017, a sede (Lisboa) tem 5111 alunos em cursos conferentes de grau (licenciatura, mestrado ou doutoramento), o Centro Regional do Porto tem 4417, o Centro Regional de Braga tem 762, enquanto o Centro Regional de Viseu conta com 355 alunos – para um total nacional de 10645. Em dezembro de 1982, o número total de docentes da UCP-sede cifrava-se em 192; trinta e quatro anos volvidos, em dezembro de 2016, mais do que duplicara, ascendendo a 426. Para as mesmas datas, o número total de funcionários mais do que quintuplicou, subindo de uns escassos 50 para 281<sup>14</sup>.

Também o país, e em particular a educação superior, não era o que é hoje – e um quadro das suas realidades no início da década de 1980 é importante para contextualizar a conjuntura de nascimento do CEPCEP. Em 2017, a proliferação de Universidades e, nestas, de unidades de ensino e de investigação é de tal ordem que a originalidade das criações dos anos 80 no tecido universitário português corre o risco de ser mal percebida. Existem, atualmente, 47 instituições de ensino superior público, 62 instituições de ensino superior misto (público-privado), e 34 instituições de ensino superior privado<sup>15</sup>. Deste último universo – que à caracterização

---

<sup>14</sup> Os números de alunos, docentes e funcionários existentes na UCP em 1982-1983 e 2016-2017 foram coligidos e fornecidos ao autor pela Direção dos Serviços Escolares, pela Coordenação de Relações Públicas e Informação e pela Direção de Recursos Humanos da UCP, em janeiro de 2017.

<sup>15</sup> Todos os números que a seguir se vão citar, acerca da estrutura do ensino superior português, foram retirados da plataforma *Universia*, e são consultáveis em <http://www.universia.pt/universidades/pesquisa-avancada>. Nesta, como em (quase) todas as fontes de estatísticas sobre o ensino superior português, a UCP é tratada como “Universidade Privada” – e privada ela se considera para os efeitos deste texto. Em rigor jurídico, porém, não o é: trata-se de um estabelecimento de ensino “público não estatal”, por estar enquadrado pela Concordata entre o Estado português e a Santa Sé. Como o primeiro Reitor da UCP, Pe. José Bacelar e Oliveira, uma vez explicou, num seu discurso académico, “o facto de a Universidade Católica haver sido fundada não por uma associação ou organização da Igreja mas pela própria Santa Sé no uso do seu bem reconhecido direito histórico confere-lhe uma *situação específica*, diversa das demais instituições não estaduais, uma vez que procede e tem por suporte uma entidade de Direito Público (a própria Igreja), cuja autoridade e personalidade são fundadas num tratado internacional – a Concordata – tratado esse com suporte constitucional no regime interno português” (cit. in AA.VV., 2016, pp. 66-67, itálico no original).

da UCP mais interessa – 19 são Universidades ou Institutos Superiores, 12 são Institutos Politécnicos e 3 são Escolas Superiores. Daqueles 19 estabelecimentos universitários, apenas quatro são anteriores à criação da Universidade Católica, e dois outros anteriores à criação, na UCP, do CEP-CEP. O Instituto Superior Miguel Torga data de 1936, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) e o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) de 1962, e o Instituto de Novas Profissões (INP) de 1964; surgiu depois o Instituto Superior de Gestão, em 1978 e o Instituto Piaget, em 1979. A UCP foi, portanto, a primeira Universidade privada existente em Portugal. Seguiu-se-lhe a experiência da Universidade Livre, nascida no PREC, e em reação ao tumulto universitário criado no pós-25 de abril, de forma quase espontânea e sem enquadramento legal. O seu pessoal docente e muitos dos alunos que a frequentaram vinham saneados das universidades públicas. A Livre teve o seu apogeu no início dos anos 80, antes de a má gestão financeira, os conflitos de poder e uma notada degradação pedagógica a terem liquidado em 1986. A era do *boom* das universidades privadas é, portanto, posterior ao tempo que aqui se caracteriza: a U. Moderna e a U. Autónoma nasceram em 1985, a U. Lusíada e a U. Portucalense em 1986, a U. Lusófona em 1991 (com estatuto público reconhecido desde 1998), a U. Independente em 1993, a Atlântica e a Fernando Pessoa em 1996. No ensino a distância, foi pioneira a Universidade Aberta, criada em 1988, na senda de anteriores experiências práticas estatais, como a Telescola, o Ano Propedêutico pela Televisão ou o Instituto Português de Ensino a Distância.

Em 1983, e porque a U. Livre acusava já vários problemas, a UCP podia considerar-se a única universidade privada, numa Lisboa onde existiam seis importantes instituições de ensino superior estatal: a U. Lisboa, a U. Nova de Lisboa, o Instituto Superior Técnico, o ISCTE, o Instituto Superior de Economia (atual ISEG), e o ISCSP, este último a recuperar de um período de encerramento compulsivo, no final dos anos 70. E no geral da academia portuguesa, os Centros de Estudo eram também raros. Como recorda, a propósito, Artur Teodoro de Matos, “[no início dos anos 80] só existiam os antigos Centros do INIC, do Instituto de Alta Cultura, e havia, na Católica, o CEA [Centro de Estudos Aplicados]. A Faculdade de Letras tinha um Centro de Estudos de História, que vinha do tempo da Prof.<sup>a</sup> Virgínia Rau. Na Nova, havia um Centro de Estudos de História, também, e um Centro de Estudos de Geografia”<sup>16</sup>. Pela sua matriz fundadora e

<sup>16</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016). É justo referir, em acréscimo a estas menções, o Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Univer-

missão identitária, que adiante se detalhará, o CEPCEP atuou, desde início, nas áreas das humanidades e das ciências sociais que, ao tempo, eram sobretudo cultivadas em alguns cursos do ISCTE, na Faculdade de Letras da UL e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL (esta última apenas criada em 1978).

Para a contextualização da originalidade e da importância do CEPCEP interessa também recordar alguns números que comparam o ensino superior privado com o ensino superior público de então e de hoje, inseridos no que era a própria realidade estatística do Portugal dos anos 80<sup>17</sup>. No início dessa década, o total de alunos matriculados no ensino superior representava apenas 0,8% do total da população residente; hoje, representa 3,4%. Traduzindo percentagens em números, o total de alunos matriculados era então de cerca de 81 mil; em 2016 ascendeu a cerca de 356 mil: o grande salto – de massificação do ensino superior no país – foi dado na segunda metade dos anos 80 e ao longo da década de 1990, para apogeu por volta do ano 2000 e algum declínio a partir daí. O ensino superior privado era pouco menos do que residual: por cada 100 alunos no ensino superior público, o privado tinha 9,5 alunos em 1980 e 11,1 alunos em 1983, tendo depois subido a 46,6 alunos em 2000, e descido para 19,6 alunos em 2016. Em números, frequentavam o setor público cerca de 74 mil alunos e o privado apenas 7 mil em 1980; daí em diante, os números subiam para cerca de 80 mil e cerca de 9 mil, em 1983, cerca de 255 mil e cerca de 119 mil, em 2000, e cifram-se hoje em cerca de 298 mil e em cerca de 58 mil, respetivamente.

Antes de Portugal entrar para a então Comunidade Económica Europeia (CEE, hoje UE), o último grau do sistema de ensino ainda era, em muitos aspetos, um mundo pequeno. De acordo com o Censo de 1981, a população residente com licenciatura completada não ultrapassava 156 mil pessoas; em 1991 já era de 284 mil pessoas, em 2001 atingiu 674 mil pessoas e em 2011 um milhão e 245 mil pessoas. Num país onde a taxa de analfabetismo ainda era superior a 18% (hoje cifra-se em pouco mais

---

sidade de Lisboa (CLEPUL), fundado por Jacinto Prado Coelho, na FLUL, pouco depois do 25 de Abril de 1974. O CLEPUL foi pioneiro no estudo das Literaturas Lusófonas, embora numa perspetiva mais filológica e sociológica do que histórico-cultural (como o CEPCEP viria a desenvolver). Em 2011, sem alterar a sigla, o CLEPUL passou a designar-se Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>17</sup> Todos os números que a seguir se vão citar foram colhidos na base de dados *Pordata*, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, especificamente nos separadores «Portugal-Educação» e «Portugal- Ciência e Tecnologia», e são consultáveis em <http://www.pordata.pt/Portugal>.

de 5%), o Estado não gastava em educação mais do que 3,2% do PIB em 1983. No início do século XXI chegou a gastar cerca de 5%; atualmente, recuou para menos de 4%. Especificamente para atividades de investigação e desenvolvimento no ensino superior, o governo alocava 0,1% do PIB em 1982, 0,2% em 1990, 0,3% em 2001, chegando a 0,6% em 2015 – seis vezes mais do que o registado três décadas antes. Olhando o rácio de publicações científicas por 100 mil habitantes, ele era de 3,1 em 1981, 4,8 em 1983, 10,1 em 1990, 43,5 em 2003, atingindo no presente 188,5. Em 1982, existiam apenas uns 1400 investigadores (ETI) em atividades de I&D; no final dessa década eram já quase 4 mil; em 2001, quase 9 mil, e hoje são mais de 26 mil. Todos estes números, porém, não devem fazer esquecer que o ensino superior privado – e, nele, a UCP – estava fora das dotações orçamentais e tinha números muito mais pequenos. Os alunos do privado nunca ultrapassaram, na década de 80, os 10% do total de alunos a frequentar o ensino superior (em 2000 chegaram a ser 31,8% e hoje são 16,4%). Quanto aos docentes, o privado não empregava mais do que 439 em 1981, para 8658 no público, 1391 em 1986, para 9585 no público, tendo chegado a 11444 em 2001, para 24296 no público, para se cifrar hoje em apenas 7438, para 25142 no público.

É indubitável que a Universidade Católica Portuguesa visitada pelo Papa João Paulo II na primavera de 1982 era uma instituição de ensino superior em claro período ascensional<sup>18</sup> – e o discurso papal, aliás, rememorando os seus quinze anos de existência, projetava e incentivava desafios de presente e de futuro. Mas a UCP desse tempo era ainda uma universidade pequena, liderando um setor – o das instituições privadas de ensino superior – praticamente marginal no todo da oferta educativa do setor. Tinha, como a fundação do CEPCEP no seu interior demonstrou, uma imagem de qualidade e um capital de confiança projetados para o exterior bastante interessantes e reconhecidos, como universidade estável, imune aos fumos da radicalização e da politização que assolavam e perturbavam as congéneres públicas. Mas sobrevivia sozinha, com poucos ou nenhuns apoios estatais, dependente de benfeitores e, sobretudo, das propinas dos seus alunos, num país onde a situação geral das finanças públicas, da economia real, do emprego e das famílias era muito difícil nessa época.

---

<sup>18</sup> O total de 3846 alunos existentes em toda a Universidade no ano da visita papal (1982-1983), contrastava favoravelmente com o total de alunos de 1977-1978: c. 1600 (AA.VV., 2016, p. 35). Significa isto que em apenas cinco anos, na viragem da década de 70 para a década de 80, a UCP mais do que duplicara a sua população escolar.

Depois da Revolução e do PREC, em 1974-76, Portugal encetara um caminho de normalização democrática, em ambiente de reconstrução político-institucional e partidária ainda muito crispada e instável. A juntar a isso, e pese embora alguma recuperação em microciclos, a partir de 1976, as dificuldades económicas e sociais arrastaram-se ainda durante uma década, tendo tido um ponto culminante justamente entre 1983 e 1985, no governo do chamado Bloco Central. Pela segunda vez em escassos anos (a estreia fora em 1978), o FMI teve de prestar assistência ao país, obrigando a drásticos ajustamentos na economia para reequilibrar as finanças públicas e inverter uma crise que era, nessa altura, a mais grave registada em Portugal desde a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial: em 1984, o desemprego atingiu 10%, a inflação mais de 30%, o endividamento 90% do PIB e o défice das contas públicas 14% do PIB<sup>19</sup>. A entrada na CEE, em janeiro de 1986, e o conseqüente influxo de fundos estruturais europeus e de um quadro legal e cultura europeístas ajudaram a salvar o país, abrindo-lhe um novo ciclo histórico. Mas antes do Portugal europeu, em que hoje os portugueses vivem, houve um outro país, mais pobre, mais fechado e menos culto, onde a inovação e o risco, sobretudo no interior das universidades e no plano da investigação e do conhecimento, eram aventuras de resultado incerto, mesmo quando o propósito era visionário. A história da fundação do CEPCEP, na UCP na primeira metade dos anos 1980, é um exemplo daquelas dificuldades e deste visionarismo de futuro – o visionarismo apostado na “pastoral das inteligências”, que informasse “cristãmente a cultura” através da investigação e do ensino, conforme João Paulo II pedira, entre aplausos entusiasmados, à comunidade escolar da UCP aquando da sua passagem pela Universidade, em 1982.

---

<sup>19</sup> V. Sardica, 2011, pp. 129-131, e Vilela e Fernandes, 2016, pp. 6 e 90-91.



---

## A pré-história do CEPCEP: conceção, preparação e aprovação (1980-1983)

Como acontece em todas as criações institucionais universitárias, também no caso do CEPCEP a aspiração, a ideia e o projeto antecederam a sua concretização. Por isso a história do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, formalmente iniciada apenas em 1983, teve, antes disso, uma pré-história, que este capítulo procura detalhar, que remonta ao final da década de 1970 e aos primórdios da ligação que o seu “pai fundador” – Carlos Laranjo Medeiros – viria a manter os dois outros elementos também fundadores do Centro – Mário Ferreira Lages e José de Freitas Ferreira – na Universidade Católica Portuguesa.

Carlos Laranjo Medeiros nunca pertenceu aos quadros da UCP; mas foi de facto ele o verdadeiro criador da ideia do CEPCEP, tendo depois integrado a sua Direção durante 27 anos contínuos, de 1983 a 2010. E é pela sua biografia que é necessário começar a traçar a génese do futuro Centro de Estudos. Nascido em 1947, na Nazaré, e licenciado em Direito e em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa, em 1970, Carlos Medeiros era um homem profundamente ligado ao Império português. A relação com a geografia, a história e a realidade sociológica e cultural das colónias (ou províncias ultramarinas) portuguesas era, na recordação atual do próprio, “umbilical”: o sogro era indiano, a sogra cabo-verdiana, a mulher moçambicana, a filha angolana e ele próprio fez a Guerra na Guiné-Bissau<sup>20</sup>. Com o 25 de abril e a revolução vieram os processos descolonizadores e, sobretudo, uma anatematização do que fora, até 1974-75, a história da presença portuguesa no ultramar. Para quem acreditara,

---

<sup>20</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

e acreditava ainda, no Império o choque foi imenso, desde que passou a haver em Portugal, na segunda metade da década de 70, “aquela atitude de que tudo o que fosse história portuguesa do seu Império colonial era maltratada, como se nós tivéssemos sido o pior dos colonizadores; era preciso esquecer isso, e havia uma espécie de ‘racismo’ em relação a todos os que tinham uma ligação a África, mesmo aqueles que tinham lá deixado tudo!”. E isso, diz Carlos Medeiros, “fez-me imensa confusão”<sup>21</sup>. Pela mesma época em que a Portugal chegavam algumas centenas de milhares de antigos colonos brancos ou de portugueses já nascidos no ultramar – uma imigração forçada a que a linguagem política do tempo deu o nome de “retornados” – Medeiros partiu para Inglaterra, onde viria a completar Mestrado em Antropologia Social pela *London School of Economics*. O trabalho de campo para a sua dissertação levou-o a Angola, onde estudou uma tribo local, na fronteira com a Namíbia, “a 19 horas de viagem do branco mais próximo”. Tal experiência cimentou ainda mais nele a convicção de que houvera, e que havia, “uma maneira de estar especial dos portugueses no Império”<sup>22</sup>.

A *London School of Economics* era uma enorme escola multirracial e multicultural, com inúmeros estudantes europeus, africanos e asiáticos. Existiam, paralelamente, inúmeras “Casas” ou “Sociedades” de países africanos ou asiáticos (da Nigéria à Índia), Institutos (como o da *Commonwealth* ou o *International African Institute*), e outros estabelecimentos de ensino (como a prestigiada *School of Oriental and African Studies*, SOAS), e grande parte dos líderes de países ultramarinos estudava em Inglaterra<sup>23</sup>. Este ambiente cosmopolita impressionou muito favoravelmente o jovem português estudante de antropologia – cujo supervisor de dissertação, Ioan Myrddin Lewis, fizera um doutoramento sobre a Somália, publicado em 1955. Em suma, em Londres estudava-se livremente o que havia sido o Império Britânico e, sobretudo, que laços a antiga metrópole poderia e deveria manter e fomentar com as suas antigas possessões coloniais – e isto tudo (praticamente) sem traumas, sem ressentimentos, sem problemas morais ou científicos. Perdidos os laços políticos que a descolonização inglesa liquidara, era possível reconstruir e fazer perdurar outros laços, de (re)descoberta mútua, de empatia, de conhecimento e colaboração entre antigos colonizadores e antigos colonizados.

---

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> A *School of Oriental and African Studies* (SOAS) foi fundada em 1916, e o *International African Institute* (IAI) uma década volvida, em 1926 – ambos, portanto, bem antes da época das descolonizações e do termo do Império Britânico, no pós-II Guerra Mundial.

O contraste com Portugal era evidente. Por cá, salienta Carlos Medeiros, “era muito complicado estudar a presença dos portugueses além-mar no século XX, e o que lá fora tínhamos deixado. Não era tanto a Expansão ou os Descobrimentos, que tinham séculos, mas os tempos mais recentes. Isto foi uma grande epopeia, e nunca lhe deram relevo. [...] Aliás, o problema estava em que o conhecimento científico tinha sido completamente deturpado quanto a estes temas. A descolonização era uma série de mentiras”<sup>24</sup>. Não era, portanto, possível – ou era quase “um crime de lesa-pátria” – olhar para África, não de uma perspetiva política, que não competia às universidades, mas científica. Mas era isso que Carlos Medeiros achava importante e urgente fazer, num Portugal em que “muitos pareciam querer apagar o nosso passado colonial, como que envergonhados da forma como havíamos construído e mantido o nosso império”<sup>25</sup>.

A viagem da ideia do futuro CEPCEP foi tomando forma em 1978-79, enquanto Medeiros ia discutindo o problema com os seus colegas estudantes estrangeiros domiciliados em Londres – muitos deles colaboradores de centros de investigação onde exatamente se estudavam o passado, o presente e os futuros possíveis das relações entre a Grã-Bretanha e o mundo que fora seu: “esses meus colegas diziam-me que o melhor remédio para sarar feridas do período colonial era estudá-lo e, simultaneamente, pensar em conjunto com esses países medidas que pudessem contribuir para um desenvolvimento sustentável dos mesmos e, nesse sentido, dinamizar um centro de estudos que, no contexto de uma universidade, se orientasse para a análise do passado, do presente e do futuro desses países”<sup>26</sup>. A tarefa era, insista-se, politicamente incorreta no Portugal pós-PREC e pós-descolonização. Ninguém por cá queria ouvir falar de África. A agenda política estava toda voltada para a rutura radical com o passado e para

---

<sup>24</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016). A nova história, pós-Estado Novo, dos ciclos imperiais portugueses iniciou-se em Portugal com a publicação da obra *Origens do Colonialismo Português Moderno*, da autoria de Valentim Alexandre. O livro data de 1979, numa altura em que a historiografia portuguesa estava a relançar-se, mas em que a fragilidade era manifesta nas áreas e temas de estudo sobre o Império. Ainda assim, o trabalho de Valentim Alexandre centrava-se no africanismo do século XIX; o estudo do colonialismo português sob o Estado Novo, época mais recente e muito “ferida” pela memória da Guerra Colonial e da descolonização, só chegaria em força às universidades na década de 1990.

<sup>25</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>26</sup> Medeiros, 2016, p. 92. Daí a precisão do próprio: “O CEPCEP foi, ao fim ao cabo, uma transposição de Centros de Estudo que existiam em Inglaterra e que, por maioria de razões, deveriam existir cá” (entrevista presencial, setembro de 2016).

a “Europa conosco”, o célebre *slogan* que deu ao PS de Mário Soares a vitória nas eleições legislativas de 1976.

Carlos Medeiros não desanimou. Em 1979, entrou em contacto com José Enes Pereira Cardoso, importante filósofo tomista português. Açoriano (picoense) de nascimento, Enes estudara na Universidade Gregoriana de Roma e iniciara a carreira docente no Seminário Episcopal de Angra, antes de vir para Lisboa, onde lecionou na Faculdade de Teologia da UCP, entre 1968 e 1973. Regressado aos Açores, fora um dos fundadores e primeiro Reitor da Universidade do arquipélago. Medeiros conhecia-o e, numa das vezes em Portugal, encontrou-se com ele para lhe perguntar “onde poderíamos nós fazer um centro, ou alguma coisa, onde a lusofonia (uma palavra proibidíssima nesse tempo), tivesse alguma expressão ou concretização”<sup>27</sup>. Carlos Medeiros já achava, por si, que “a única Universidade portuguesa que poderia assumir esse objetivo era a Universidade Católica, até porque a história do nosso império entrecruza o reino e a Igreja, e a nossa presença pelo mundo teve também, quase sempre, a intenção de expandir a fé católica”<sup>28</sup>. E José Enes confirmou-lhe isso mesmo, respondendo-lhe: “Não consegues mais nenhuma sem ser a Católica”. Dado que Carlos Medeiros não possuía nenhuma ligação à UCP, foi o próprio José Enes que o encaminhou para o melhor interlocutor: “A pessoa certa é o Mário Lages. Escreve-lhe e vais ver como te apoia e encoraja a ideia”. Um primeiro contacto escrito foi feito em janeiro de 1980. Meses volvidos, Medeiros estava já a discutir a natureza e os contornos do futuro Centro, não apenas com Mário Lages, mas com José de Freitas Ferreira – “e o delinear do CEPCEP começou logo ali”<sup>29</sup>.

Natural de Vila Nova de Paiva, no distrito de Viseu, onde nascera, em 1936, Mário Ferreira Lages doutorou-se na Universidade Gregoriana de Roma, em 1962, e obteve diploma de «*Peritus in Sacra Liturgia*» no Instituto Católico de Paris, em 1967. Entrou para a UCP em 1970, tendo sido, simultaneamente, docente de outras instituições de ensino, como o ISCSP, o Instituto Superior de Serviço Social e a Universidade Técnica de Lisboa, e professor visitante da Universidade de Linköping (na Suécia) e da Universidade dos Açores (onde reencontrara o seu colega da UCP, José Enes). A partir de 1973, passara a integrar o Conselho de Direção da Faculdade de Teologia da UCP, acumulando essa função, a partir de 1981, com as de secretário do Conselho Científico da mesma Faculdade e de

<sup>27</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>28</sup> Medeiros, 2016, pp. 92-93.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 93.

secretário da secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia de Braga. Viria depois, e até à sua aposentação, a ter uma riquíssima carreira na UCP, no quadro do CEPCEP, que tanto ajudou a fundar, na Faculdade de Ciências Humanas e no Núcleo de Estatística do Centro de Informática, depois Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP), de que foi diretor durante alguns anos<sup>30</sup>.

Quando Carlos Medeiros contactou pela primeira vez Mário Lages, este já tinha diligenciado, no quadro da Faculdade de Teologia que então integrava, alguns esforços no sentido de ali se criar um Gabinete ou Centro de Estudos na área disciplinar da sociologia ou da antropologia das religiões. Existe, datada de maio de 1977, uma proposta formal, assinada por ele, por António Janela, Fernando Micael Pereira e José Carlos da Silva e Sousa para a criação de uma “unidade de investigação teológica sobre o comportamento religioso na sociedade portuguesa”<sup>31</sup>. Por razões não apuráveis, a iniciativa não avançou, apesar de ter o apoio, pelo menos formal, de José de Freitas Ferreira, que desempenhava então as funções de Diretor da Faculdade de Teologia e da secção de Filosofia da UCP Lisboa.

Nascido na Madeira, em 1938, Freitas Ferreira ingressou adolescente no Seminário dos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia, e fez a profissão perpétua em 1960. Estudou depois Teologia em Roma e em Frankfurt, tendo completado o Doutoramento na Universidade Gregoriana em 1977, já depois de ter exercido funções, nos últimos anos do cardinalato de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, como Vice-Reitor do Seminário de Agualva-Cacém, e de ter ingressado na carreira docente, lecionando Antropologia Cultural no ISPA, e algumas disciplinas eclesiais no Instituto Superior de Estudos Teológicos. Como este tivesse fechado portas, absorvido, em 1974-75, pela Faculdade de Teologia da UCP, Freitas Ferreira transferiu-se para esta, onde lecionou Teologia Dogmática, até à sua morte, ocorrida no início de 1993. Em 1980, assumiu o cargo de Diretor da FT e da Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia de Braga (funções que desempenhou até 1985)

---

<sup>30</sup> Para o currículo de vida e obra de Mário Ferreira Lages, v. AA.VV., 2012, pp., 7-53, Lopes e Carneiro, 2016, pp. 21-28, e o dossiê de homenagem, com textos de Roberto Carneiro e Mário Pinto, in *Povos e Culturas*, n.º 16 (2013), pp. 207-217. Alguns dados e datas adicionais foram colhidos num *curriculum vitae* do próprio, fornecido ao autor pelo secretariado do CEPCEP. Em testemunho recente, D. José da Cruz Policarpo, antigo Reitor da UCP e depois Cardeal-Patriarca e seu Magno Chanceler, reforça o quanto Mário Lages esteve, desde sempre, envolvido “num importante capítulo da UCP: a dimensão prática da investigação, fazendo-a e pondo-a ao serviço da realidade presente”. Daí a atenção que dedicava e dedicou aos Centros de Estudo, estando “em vários dos que foram surgindo”, como o CEPCEP e o CESOP (AA.VV., 2012, p. 32).

<sup>31</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1.

e era, nessa dupla condição, o superior hierárquico de Mário Lages no início da década de 80<sup>32</sup>.

Na sequência de um primeiro contacto, por escrito, Carlos Medeiros teve mais do que uma conversa com Mário Lages acerca da sua própria ideia de Centro. Algures no princípio de 1981, Lages disse-lhe: “Ó Carlos, põe isso tudo em papel”<sup>33</sup>. E “o Carlos”, de facto, pôs tudo no papel. Com data de 6 de março desse ano, Medeiros enviou a Mário Lages uma longa carta manuscrita, a partir da qual se veio a decantar o CEPCEP<sup>34</sup>. Nela expunha três ideias ou propostas, que “o Mário” faria “o favor” de analisar – “e se achar valer a pena, diga-me para Londres”. A primeira ideia era a realização de um “Curso Avançado sobre a sociedade contemporânea e o Portugal dos nossos dias”, numa estrutura intensiva de duas semanas, prioritariamente vocacionado para sacerdotes e versando dois temas: as dinâmicas do mundo contemporâneo e as dinâmicas atuais da sociedade portuguesa. A segunda ideia, ou proposta, era a aprovação de um Curso de Mestrado – a Universidade Católica não tinha nenhum nessa altura – em Cultura Portuguesa, aberto a todos os licenciados em direito, economia, história, filosofia, românicas e ciências sociais, com a duração de dois anos e obrigatoriedade de uma tese ou dissertação. Com este curso, explicava Carlos Medeiros, “pretendia-se não alhear a Universidade Católica da formação das elites em Portugal”. Por último, a terceira proposta era então a da criação de um “Centro de Cultura Portuguesa”, com uma “tripla finalidade”: “organizar um banco de dados sobre a cultura portuguesa e o estado atual da sociedade portuguesa” (para o que se contava com a colaboração ativa dos mestrandos do curso antes citado); “servir de apoio à área das ciências sociais da universidade”; e “criar uma revista que dinamizasse na Igreja (sacerdotes e crentes) uma reflexão mais intensa dos problemas do real concreto da vida do dia a dia que não meramente especulativa, e que, eventualmente, servisse de rumo à ação dos católicos”.

Esta carta foi, com toda a certeza, mostrada por Mário Lages a Freitas Ferreira, que a tomou em consideração – tanto que dela resultou, no outono de 1981, a primeira fórmula para uma possível institucionalização da ideia, através da criação de um Centro de Estudos de Antropologia e Sociologia, interdisciplinar e interfacultário, junto das Faculdades de Teo-

<sup>32</sup> Para o currículo de vida e obra de José de Freitas Ferreira, v. Lages, 1994, e Trigo, 1997.

<sup>33</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>34</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1.

logia e de Ciências Humanas da UCP<sup>35</sup>. Este projeto, todavia, ficaria pelo caminho. Por um lado, a FCH era, na altura – sob a direção de João Antunes Varela – uma escola fundamentalmente centrada nas áreas da Gestão, Economia e Direito; por outro lado, a criação do futuro centro obrigava a uma monitorização que mais facilmente poderia ser assegurada (pelo menos na fase inicial), por uma só faculdade. Assentou-se então que seria apenas a Direção e secretariado da Faculdade de Teologia a prestarem patrocínio à criação da nova unidade de investigação, então ainda sem designação final. Por mediação de Mário Lages, Carlos Medeiros conheceu o Diretor da Teologia, Freitas Ferreira, vendo nele “uma pessoa muito inteligente, embora com uma visão não muito ortodoxa do que era a Igreja e o catolicismo”. E as conversas, até aí a dois, passaram a ser a três: “foram eles (Lages e Freitas Ferreira) que aceitaram uma ideia que era um tanto fora de hábitos, um bocadinho contra tudo e contra todos, que era fazer um Centro – o CEPCEP”<sup>36</sup>.

Produto das preocupações e empenhos de “africanismo” e de “lusofonia” de Carlos Laranjo Medeiros – e de um discurso que hoje sem dificuldade se classificaria de “pós-colonial” – o futuro Centro germinou, portanto, como um trabalho a seis mãos. E como aquelas preocupações passavam por ser politicamente incorretas no Portugal do tempo, Medeiros não hesita em afirmar que “o CEPCEP é, em primeiro lugar um ato de coragem”, porque “muito poucos portugueses teriam coragem de aceitar o CEPCEP naquela altura. Hoje, era inócuo: até podíamos estudar a bondade do colonialismo português, embora algumas vozes de esquerda não deixassem de ficar chateadas (*sic*). Naquela altura não!”<sup>37</sup>. A “coragem” ou a originalidade da ideia de nada teriam servido sem a aceitação e o apoio da reitoria da Universidade, ou seja, da figura do Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, que estava então no seu terceiro e penúltimo mandato como Reitor da UCP. E por isso às seis mãos, juntaram-se mais duas.

Inquirido sobre as recordações que guarda da negociação original para a criação do Centro, e dos seus interlocutores sucessivos, Carlos Medeiros relata de forma viva: “Eram três personalidades completamente diferentes. O Mário Lages tornou-se num dos maiores amigos que eu sempre tive, e era uma das pessoas em que a bondade era uma coisa extrema. Aliava a isso duas coisas: uma cultura espantosa, muito diversificada (a oralidade

---

<sup>35</sup> *Ibidem*. V. também um Memorando enviado pelo CEPCEP ao Cardeal Patriarca, já em fase posterior (28.5.1986), no qual se recordavam, de forma sucinta, os primeiros trabalhos preparatórios do lançamento do Centro (Arquivo CEPCEP, CEP 4).

<sup>36</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>37</sup> *Ibidem*.

portuguesa, por exemplo, ou os seus conhecimentos de demografia), e uma forma de ser que aceitava sempre o amigo. O Mário estava sempre connosco. Para mim, é a personalidade central. E teve a capacidade de perceber que isto valia a pena. Se o Mário tem dito que não, isto não tinha andado para a frente. Juntos vimos quem era a pessoa que tinha, por um lado, a força interna suficiente e, por outro lado, a capacidade de aceitação de um centro destes, que ia contra tudo e contra todos, contra os ventos dos tempos. E o Freitas Ferreira era, além disso, o diretor da FT. Fomos depois os três ao Reitor com esta ideia. Sentámo-nos, conversámos, e a reação é nula; não diz nada inicialmente. Só depois olha, ouve e responde: ‘Temos de pensar’. E um dia, chamou-me lá, para conversar com ele. E diz-me: ‘O que estás a propor (ele tratava as pessoas por tu...) é um risco’. E eu ri-me. ‘Mas vale a pena correr esse risco’, acrescentou. ‘Acho que isto faz sentido, embora não vá ser fácil, para mim, apoiar esta ideia na Universidade, mas eu vou apoiar’. Isto terá sido em fins de 1981, inícios de 1982”<sup>38</sup>.

Mário Lages, que conhecia melhor Freitas Ferreira do que Carlos Medeiros, testemunhou um dia ter sido o seu Diretor uma peça chave no lançamento do CEPCEP, enquanto “espaço de reflexão, debate e investigação sobre as diferentes peregrinações culturais em que os portugueses estiveram envolvidos ao longo de cinco séculos”<sup>39</sup>. Apesar de ser teólogo de formação, teriam sido a sua “visão”, as suas “qualidades de organização” e o seu “peso institucional” que tinham permitido impulsionar, ou seja, levar à Reitoria e advogar junto da Reitoria, o projeto do Centro. E por isso Mário Lages sintetiza: “os primeiros anos da vida do CEPCEP, aqueles a que o Prof. Freitas Ferreira presidiu, tiveram o encanto das coisas novas e intocadas e a sedução de que o trabalho generoso que se estava a fazer poderia ser importante para a Universidade Católica como um todo, no seu processo de abertura à sociedade e ao mundo. Esta marca de abertura foi, aliás, uma das ideias-força da nova unidade universitária, surgida num momento em que ainda eram poucos os centros de estudo na Universidade Católica. A área escolhida, a da cultura e sociedade portuguesas nos seus contactos com os outros povos, foi entendida como fundamental para a compreensão das encarnações portuguesas do humano, sendo o posicionamento do Prof. Freitas Ferreira perante esta problemática a garantia de que a mensagem seria entendida”<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>39</sup> Lages, 1994, p. 11.

<sup>40</sup> Lages, 1994, pp. 11-12.

Mesmo na UCP do tempo, e apesar do suporte institucional que o Reitor Bacelar emprestou à ideia, o projeto desse “Centro de Cultura Portuguesa” teve dificuldades em singrar e em tornar-se simpático. Mário Campos Pinto, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas entre 1974 e 1979, recorda “ter-se discutido bastante o *lay-out* concetivo do CEPCEP, como centro de ligação entre a UCP, a sociedade e o mundo lusófono”, sobretudo por causa da pretendida “participação de personalidades externas à UCP”; “isto era criticado por alguns porque, diziam, assim o Centro não tinha carácter académico”<sup>41</sup>. Não era verdade; mas era uma imagem feita. De resto, a FCH já criara – exatamente sob a Direção de Mário Pinto, em 1977 – o primeiríssimo Centro de Estudos da UCP: o Centro de Estudos Aplicados (CEA), destinado a coordenar, na área da Economia, a prestação de serviços à sociedade externa, contando, para tal, com colaboradores externos, em regime de intercâmbio entre a Universidade e várias instituições empresariais e civis. Não sendo, pois, pioneiro como Centro de Estudos, o futuro CEPCEP era-o, no entanto, pelo seu perfil mais marcadamente académico, de unidade de investigação – e não tanto de prestação de serviços – e pelas áreas temáticas em que mexia, mais afins às matérias de humanidades e de ciências sociais que serviam de matriz às duas faculdades de Lisboa (FT e FCH) e à UCP em geral. Numa palavra, era um Centro mais delicado e menos inócuo do que o CEA<sup>42</sup>. Mas o Reitor Bacelar foi dos que lhe compreendeu o alcance – e vencidas momentâneas hesitações, tomou-o como obra sua e tratou de o fazer vingar na UCP<sup>43</sup>.

Foi já, portanto, sob o incentivo do Reitor que os trabalhos de formalização do Centro prosseguiram, ao longo do ano de 1982. Em abril desse ano, a troika fundadora – Carlos Laranjo Medeiros, Mário Lages e José de Freitas Ferreira – elaborou um projeto de Regulamento, intitulado “Documento de Trabalho n.º 1”, onde pela primeira vez aparece escrita a designação de “Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão

---

<sup>41</sup> Mário Pinto, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

<sup>42</sup> Como resume Carlos Laranjo Medeiros, “o CEPCEP é pioneiro na ideia original, numa altura em que era um pioneiro com risco. Havia risco em pensar que a maneira de estar no mundo dignificava os portugueses. E houve uma maneira de estar que efetivamente perdurou para lá do estarmos fisicamente” (entrevista presencial, setembro de 2016).

<sup>43</sup> Nas palavras de Artur Teodoro de Matos, “julgo que ele [Bacelar] não acolheu, logo de imediato, o projeto do Centro. A ideia que tenho do Pe. Bacelar, das muitas vezes que falei com ele, é que ele podia estar em desacordo; mas quando insistíamos, quando fazíamos ver, quando explicávamos as coisas, se ele verificasse que estava enganado, reconsiderava. Assim, se o Pe. Bacelar não acolheu logo inicialmente a ideia do Centro, depois defendeu-a bem” (entrevista presencial, outubro de 2016).

Portuguesa”, com a sigla, ou acrónimo correlativo, “CEPCEP”<sup>44</sup>. Nos termos desse primeiro documento, o Centro seria criado “junto da secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia de Braga” – surgida, recorde-se, em 1977, e cujo Diretor e Secretário eram, respetivamente, Freitas Ferreira e Mário Lages. Esta inserção institucional não expressava, todavia, uma estrita dependência orgânica: tratava-se apenas de emprestar a experiência da Secção de Filosofia e da FT, a que esta também estava ligada, à nova unidade, e talvez até algumas dotações iniciais para o seu funcionamento<sup>45</sup>.

Uma análise do articulado de abril de 1982 mostra que se havia algum modelo de inspiração para a organização do nascente CEPCEP, esse modelo era o da Sociedade Científica da UCP, criada um ano e meio antes, em novembro de 1980. O projeto de Regulamento definia, para o CEPCEP, cinco finalidades. A primeira exprimia a sua identidade: “promover o estudo dos povos e culturas de expressão portuguesa no que diz respeito às características originais de cada uma delas e às resultantes dos contactos históricos estabelecidos”. As restantes quatro estabeleciam os instrumentos ou vias para realizar tal desiderato: recolher e organizar documentação relevante para um “banco de dados” utilizável pela comunidade académica; promover o conhecimento e intercâmbio de investigadores que, em Portugal e no estrangeiro, trabalhassem temas idênticos; organizar cursos de pós-graduação sobre as culturas de expressão portuguesa; e, por último, publicar uma revista que adicionasse ao conhecimento científico “das transformações das culturas de expressão portuguesa”. Por isso o projeto de Centro nascia, e até hoje assim se mantém, com uma “vocação interdisciplinar”, procurando sempre “o conhecimento integrado e crítico de áreas fundamentais, como a história económica, social e política, a filosofia e a história do pensamento, a antropologia e psicologia social, a sociologia, a demografia e a economia” – e tudo isto seria cultivado em ambiente de estrito apartidarismo político<sup>46</sup>.

De forma mais prática, o Centro agregaria docentes e investigadores de todas aquelas áreas científicas, dando origem a cinco secções<sup>47</sup>,

<sup>44</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2.

<sup>45</sup> *Ibidem*, CEP 4 (Memorando de 28.5.1986).

<sup>46</sup> Nos termos do n.º 4 do projeto de *Regulamento*, “na apreciação dos factos que estuda o CEPCEP não perflha qualquer ideologia política, estando aberto a todas as escolas de pensamento, na medida em que contribuam para esclarecer estruturas e modos de funcionamento das instituições sociais, políticas e culturais dos povos de expressão portuguesa”.

<sup>47</sup> Nos termos do n.º 5 do projeto de *Regulamento*, as secções eram: “História económica, social e política”, “Filosofia e história do pensamento”, “Antropologia e psicologia social”, “Sociologia e demografia” e “Economia”.

dirigidas, cada uma, por um investigador responsável por dinamizar e coordenar os respetivos projetos de investigação. Cada um destes coordenadores constituiria, colegialmente, o Conselho de Direção, órgão de gestão único, a quem competiria a organização e planificação científica geral e a administração quotidiana (neste caso assistida por um secretário). O CEPCEP era livre para estabelecer “convénios de cooperação” e gozaria de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo dos Estatutos da UCP, tendo como receitas próprias as provenientes dos seus estudos e iniciativas, de doações ou de dotações orçamentais da Secção de Filosofia da UCP Lisboa. Os membros da Direção e o secretário seriam nomeados pelo Diretor da Secção de Filosofia, a quem seria também submetido, anualmente, o plano de atividades, o orçamento e o relatório de atividades e contas do CEPCEP.

Este texto-proposta de Regulamento foi, todavia, abandonado tão logo se chegou à conclusão que fazer o Centro depender organicamente da Secção de Filosofia da UCP lhe coartava, decerto, a possibilidade de realizar alguns dos seus objetivos. Por isso, nova redação do Regulamento foi elaborada em setembro de 1982. A estrutura do articulado não mudava muito, salvo num ponto crucial, a saber, que a criação do Centro ocorreria “na Universidade Católica”, ou seja, como unidade independente de qualquer Faculdade<sup>48</sup>. Assente esta opção, o projeto de *Regulamento* transformou-se em projeto de *Estatutos*, e um primeiro borrão deste foi redigido em outubro desse mesmo ano, afirmando definitivamente a independência do Centro no quadro da UCP<sup>49</sup>.

Foi a partir desta primeira versão dos Estatutos que Freitas Ferreira procedeu à apresentação do projeto do CEPCEP no Conselho Superior da Universidade, órgão estatutariamente competente para tomar conhecimento, e decidir, ou não, dar luz verde ao Centro. Em reunião tida a 10 de dezembro de 1982, o Diretor da FT explicou aos colegas conselheiros a natureza científica e o foco lusófono do que se pretendia fazer, adiantou alguns meios programáticos (colóquios, simpósios, conferências, cursos – em particular a ideia de um futuro Mestrado em Cultura Portuguesa, como

---

<sup>48</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2 (texto da 2.ª versão do Regulamento), e CEP 4 (Memorando de 28.5.1986). Refira-se que, pelo menos agregada à versão de setembro de 1982 e em notas manuscritas compiladas no primeiro volume de Atas de Reuniões da Direção, aparecem outras alternativas para o nome oficial do Centro: “Centro de Estudos de Povos e Culturas” (CEPC), e “Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Língua Portuguesa” (CEPCLP). Nenhuma delas vingou.

<sup>49</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2 (texto da 1.ª versão dos Estatutos), e CEP 4 (Memorando de 28.5.1986).

parceria entre o CEPCEP e a Secção de Filosofia da UCP-Lisboa), e salientou que o Centro, a ser aceite, funcionaria “com subsídios de entidades oficiais ou particulares e eventuais dotações da UCP”. O Conselho gostou do que ouviu e, após debate em que participaram, além do Reitor, o Vice-Reitor (Jorge Costa André), D. Eurico Dias Nogueira e Júlio Fragata, foram pedidos a Freitas Ferreira “dados concretos relativos ao funcionamento do Centro, encargos decorrentes e esquemas de colaboração com a SCUCP”<sup>50</sup>.

Por essa altura, já existiam ofícios ou cartas, expedidas em nome de uma “Comissão Instaladora”, cujo Presidente era Freitas Ferreira, sendo Carlos Medeiros vogal e Mário Lages vogal e secretário. O papel timbrado em uso era da Secção de Filosofia de Lisboa ou da Reitoria, casos em que Freitas Ferreira assinava “pelo Reitor”, quando o próprio Pe. Bacelar não o podia fazer. A matéria dessas cartas ou ofícios era maioritariamente financeira, de acordo uma espécie de minuta em que se dava a conhecer o CEPCEP e os seus objetivos, se detalhavam algumas ideias para “início de atividades” – a realização de um colóquio e a publicação do respetivo volume de Atas, ou o lançamento de um curso ou seminário – e se terminava pedindo um subsídio. Foi nestes termos que o Reitor Bacelar escreveu ao Diretor-Geral do Ensino Superior, solicitando 500 mil escudos para apoio aos trabalhos do Centro, os quais, salientava, “têm importância científica para esta Universidade”<sup>51</sup>. Por seu turno, Freitas Ferreira abordou, com idênticos pedidos, para montantes variáveis, o Ministro da Cultura e Investigação Científica (ao tempo, Francisco Lucas Pires), o Secretário de Estado para a Cooperação e Desenvolvimento do MNE (ao tempo, Luís Fontoura), e o Secretário de Estado da Administração Regional e Local (ao tempo, Roberto Carneiro)<sup>52</sup>.

Na carta para Lucas Pires eram detalhadas duas linhas de investigação futuras do Centro: a “identidade cultural do povo português”, que importava conhecer através do levantamento sistemático de documentação relevante em posse de arquivos paroquiais e diocesanos, e os “contactos culturais realizados ao longo dos séculos de presença portuguesa nas várias partes do mundo”, com particular destaque para os países africanos. A Luís Fontoura realçava-se este último projeto e o quanto ele implicava construir um banco de dados e uma bibliografia, custosa, de publicações periódicas e livros sobre a África lusófona. O Secretário de Estado foi

<sup>50</sup> Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 10.12.1982, p. 3.

<sup>51</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de 20.11.1982). Um subsídio de 400 mil escudos foi concedido ao CEPCEP pela Direção Geral do Ensino Superior, através da Inspeção-Geral do Ensino Cooperativo, nos finais desse ano (Arquivo CEPCEP, CR 1).

<sup>52</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (cartas de 28.11.1982).

muito recetivo, concedendo, de facto, uma verba ao CEPCEP (no valor de 500 mil escudos) e, sobretudo, conversando mais do que uma vez com a Comissão Instaladora, sobre os problemas e políticas da cooperação e das relações entre Lisboa e as capitais das antigas colónias<sup>53</sup>.

Igualmente recetivo e muito interessado se mostrou o Secretário de Estado Roberto Carneiro – e estes contactos, nos finais de 1982, haveriam de ser o início de uma “bela amizade”, ou seja, a primeira aproximação do político ao lugar que depois seria o “seu”, até à atualidade. Roberto Artur da Luz Carneiro, natural de Cascais (1947), mas com vivência em criança e adolescente nos Açores, licenciou-se em Engenharia Química no Instituto Superior Técnico, dirigindo, enquanto estudante, o jornal universitário *Tempo* (1965-70), e ali iniciou a carreira docente, em 1970. Completara depois Mestrados em Economia da Educação pela *London School of Economics* e em Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Coleridge, no Reino Unido, acumulando essas formações com o trabalho no Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (1971-78) e de Diretor da Revista *Colóquio: Educação e Sociedade* (a partir de 1977). Estreou-se em corredores ministeriais como assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Constitucional, liderado por Mota Pinto em 1978-79, logo transitando para o lugar de Diretor-Geral do Ministério da Educação. Quando a AD, de Francisco Sá Carneiro, chegou ao poder (1980-81), Roberto Carneiro – que era, por coincidência, cunhado de Adelino Amaro da Costa, o Ministro da Defesa – foi escolhido para Secretário de Estado da Educação. Em setembro de 1981, quando Pinto Balsemão formou o seu 2.º governo, Roberto Carneiro assumiu a Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, onde permaneceria até ao termo desse VIII Governo Constitucional, na primavera de 1983<sup>54</sup>.

Na carta que lhe dirigiu, Freitas Ferreira explicava-lhe que o CEPCEP, em fase de “constituição nesta Universidade”, estava muito empenhado em estudar “a diversidade sociocultural da realidade portuguesa”, para o que queria vir a formar um banco de dados sobre “a cultura material e a estrutura social das diferentes zonas do país”. Era um piscar de olho, aliás explicitado, à problemática da “regionalização” e da sua fundamentação

---

<sup>53</sup> V. carta de agradecimento ao Secretário de Estado Luís Fontoura, assinada por Freitas Ferreira e Mário Lages, de 18.1.1983 (Arquivo CEPCEP, CEP 1). Carlos Medeiros recorda hoje o quanto “Luís Fontoura [foi] uma pessoa muito próxima do CEPCEP, e que acreditou sempre muito na ideia do Centro” (entrevista presencial, setembro de 2016).

<sup>54</sup> Para o currículo de vida e obra de Roberto Carneiro, v. Matos (s.d.). Alguns dados e datas adicionais foram colhidos num *curriculum vitae* do próprio, fornecido ao autor pelo secretariado do CEPCEP.

científica, assunto com que o Secretário de Estado lidava muito diretamente. Como o próprio recorda, a propósito, foi nessa altura que soube “da intenção de criar o CEPCEP, em primeiríssima mão, da boca do Carlos Medeiros. Na altura, eu estava no governo da República, onde desempenhava as funções de Secretário de Estado da Administração Regional e Local, com especial responsabilidade pela condução do complexo processo de regionalização administrativa do continente”<sup>55</sup>. Dias depois de ter recebido a missiva, Roberto Carneiro despachou favoravelmente a alocação e transferência de um subsídio de 100 mil escudos para os trabalhos do CEPCEP<sup>56</sup>.

No início de janeiro de 1983, a Comissão Instaladora do Centro quis dar-se a conhecer a um mais alto nível, redigindo uma carta de apresentação do CEPCEP, dos seus objetivos genéricos e das linhas de investigação já traçadas, que endereçou ao General Ramalho Eanes, então Presidente da República. Na missiva, salientava-se sobretudo o desejo dos promotores do Centro de “criar um quadro de investigações e documentação sobre os valores culturais e as realidades socio-históricas concernentes tanto ao território nacional como ao vasto âmbito das comunidades de emigrantes e ainda de outros povos com que Portugal esteve historicamente em contacto, com particular relevância para o Brasil e a África”. Como unidade universitária de investigação sobre a lusofonia e, aqui realçada, a diáspora da emigração, o Centro apostava fortemente em “convénios e outras formas de colaboração com Universidades portuguesas e estrangeiras e organismos que estejam interessados nos mesmos problemas”, de modo a construir e a assegurar um diálogo frutuoso entre vários interlocutores, unidos – como hoje se diria – em “redes” ou “clusters” de conhecimento. Era sobretudo neste particular que o alto patrocínio da Presidência da República – assim solicitado – poderia ser vital. E por isso mesmo a carta, assinada por Freitas Ferreira, Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros, terminava expressando a Eanes o desejo de haver oportunidade futura para “apresentar a V. Exa. estes projetos, ouvir as suas críticas e sugestões, bem como obter o seu apoio para a concretização efetiva de alguns deles”<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>56</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (ofício da Secretaria de Estado de 30.11.1982).

<sup>57</sup> *Ibidem*, CEP 1 (carta de 4.1.1983). Era perceção, pelo menos de Carlos Medeiros, que o General Ramalho Eanes se interessaria pelo Centro, porque se tratava, nas suas palavras, de “um homem que acreditava no Império” (entrevista presencial, setembro de 2016). Na verdade, e como adiante se verá, Eanes aceitaria presidir à Sessão Solene de inauguração do CEPCEP, em maio de 1983, e dirigiria palavras de simpatia e apoio à nova criação da UCP.

Entretanto, pouco antes do Natal de 1982, e na sequência da reunião do Conselho Superior da Universidade atrás citada, a Comissão Instaladora do Centro reuniu, tendo como agenda a definição de estratégias para contactos com embaixadas, com outras Secretarias de Estado e com eventuais mecenas privados, como a Fundação Calouste Gulbenkian, a fixação de um rascunho de programa para 1983, e a análise e discussão do documento-guia, ou projeto de Estatutos, para o CEPCEP<sup>58</sup>. A programação para 1983 – uma página datilografada, a partir de um manuscrito de Mário Lages<sup>59</sup> – previa o início da constituição do banco de dados, contendo registos jornalísticos e bibliográficos sobre as culturas portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana e guineense, o lançamento do n.º 1 da revista do Centro, ali pela primeira vez intitulada *Povos e Culturas*, a realização de um curso de verão, com a duração de 6 semanas letivas, sobre *África de Língua Oficial Portuguesa*, a preparação de um congresso sobre *Povos e Culturas de Expressão Portuguesa* (para realizar em 1984), e a formalização de duas propostas de Mestrado, a submeter à Reitoria e depois ao Ministério da Educação – um sobre *Cultura Portuguesa* e outro sobre *Culturas de Expressão Portuguesa*.

Quanto ao novo documento-guia para o CEPCEP, com 15 artigos, era uma 2.<sup>a</sup> versão dos Estatutos, rascunhados, recorde-se, em outubro de 1982<sup>60</sup>. A abrir, a natureza do Centro aparecia mais densificada, como “instituição da Universidade Católica Portuguesa que se propõe estudar as diferentes formas e manifestações das culturas de expressão portuguesa”, visando assim “contribuir para a compreensão das características e dimensões originais daquelas culturas e dos contactos que mantiveram ao longo da história, a fim de poder teorizar sobre os processos históricos e sobre os modelos de aculturação recíproca”. Em linguagem dos anos 80, portanto, os proponentes do Centro tinham já bem presente a questão do encontro de civilizações e do cruzamento ou hibridação pós-colonial das mesmas – tópicos que são hoje centrais nos estudos sobre os Impérios e os fluxos ou trocas culturais e económicas.

A vocação interdisciplinar e os objetivos mantinham-se inalterados. O mesmo não se passava com o desenho organizativo das secções, que passavam de cinco para seis e mudavam de composição: “Filosofia e História do Pensamento”, “Língua e Literatura”, “História”, “Antropologia e Sociolo-

---

<sup>58</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 20.12.1982.

<sup>59</sup> *Ibidem*, CEP 2.

<sup>60</sup> *Ibidem*, CEP 2.

gia”, “Direito comparado” e “Economia”<sup>61</sup>. E havia novidades, resultantes de se tratar de uma unidade autónoma: mesmo que os cursos previstos pelo Centro pudessem ser organizados na Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia e de este querer assumir uma relação privilegiada com a Sociedade Científica (muitos dos investigadores membros seriam comuns, e a própria subdivisão do Centro nas secções disciplinares acima referidas estabelecia similitudes), o Diretor do CEPCEP seria nomeado pelo Reitor, após o que constituiria o seu Conselho de Direção, convidando para o integrarem investigadores recrutados entre os “Membros Efetivos” do Centro<sup>62</sup>. No último artigo, que era de “Disposições Transitórias”, estatuiu-se que “nos dois primeiros anos o Centro seria gerido por uma Comissão Instaladora, nomeada pelo Reitor da UCP”.

Foi este projeto de Estatutos, com redação finalizada já em janeiro de 1983, que Freitas Ferreira deu a conhecer ao Reitor Pe. Bacelar, depositando assim nas mãos da cúpula da Universidade a aprovação da nova unidade da UCP. O 8.º e último ponto da agenda da reunião do Conselho Superior de 25 de fevereiro de 1983 foi justamente a apreciação da proposta de criação do CEPCEP<sup>63</sup>. Tomando a palavra, Freitas Ferreira historiou a génese daquela ideia, aos colegas conselheiros que ainda não a conheciam, e listou todos os contactos já estabelecidos com individualidades e entidades nacionais e internacionais tendentes à sua efetivação – todos com “excelente receptividade”. De seguida, esquematizou, como “fases de lançamento”, o que estava na agenda mais próxima: a organização de uma sessão solene, prevista para maio daquele ano, com figuras várias de relevo da sociedade, da política e da academia portuguesas, e com uma conferência, a proferir pelo Presidente do *International African Institute* de Londres, sobre a problemática geral da descolonização; a realização, em novembro, de um “seminário técnico”, e o início da recolha de documentos e de publicações para o banco de dados. Em face do exposto, o Diretor da Faculdade de Teologia solicitava ao Conselho “a aprovação

<sup>61</sup> Art.º 7.º do projeto de Estatutos.

<sup>62</sup> Além de “Membros Efetivos”, este projeto de Estatutos previa a existência de “Membros Honorários”, ou seja, elementos externos ao Centro, mas que “contribuam de uma maneira relevante, em termos de apoio, influência ou prestígio, para a realização dos seus objetivos” (Art.º 3.º). Por aquela altura, os membros da Comissão Instaladora imaginavam poder vir a criar uma “associação” ou “liga” dos “amigos do centro”, em suma, um “comité honorário”, com “presidente” ou “patrono”. Um dos nomes sugeridos para lugar honorífico foi o do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, a quem o CEPCEP, como acima se viu, enviara já uma carta de apresentação (v. apontamentos manuscritos de Mário Lages in Arquivo CEPCEP, ARD, 1983-1985).

<sup>63</sup> Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 25.2.1983, p. 4.

imediate da iniciativa, propondo-se trazer os Estatutos à aprovação de uma próxima reunião”, e acrescentando ainda que “o Centro não envolveria encargos financeiros para a UCP”.

Intervieram na discussão seis conselheiros, além do próprio Reitor. Júlio Fragata “considerou a iniciativa de tão grande interesse” que entendia “dever ela constituir o primeiro centro de investigação da UCP”. João Antunes Varela, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, salientou a importância “da tarefa de recolha da documentação portuguesa em África”. Por seu turno, os professores António Montes Moreira, Afonso Queiró, Roque Cabral e Pe. Manuel Isidro Alves “pronunciaram-se acerca do assunto, tendo debatido o problema da autonomia do Centro, ou da sua inclusão na Sociedade Científica da UCP”. Era um ponto que ficava em suspenso e que a futura versão final dos Estatutos iria estabelecer. De todo o modo, Freitas Ferreira pediu a palavra para precisar que o Centro deveria, “em princípio, manter a sua autonomia no âmbito geral da UCP”, mas que, caso tal “complicasse o lançamento, poderia associar-se, de início, à Faculdade de Filosofia”. No termo da discussão, o Reitor Bacelar sugeriu então que numa próxima reunião do Conselho fosse “apresentado um projeto apontando para a gestão autónoma do Centro por uma Comissão Instaladora”.

Na memória do CEPCEP, a data de 25 de fevereiro de 1983 é celebrada como o dia da fundação, ou da criação, do Centro<sup>64</sup>. Na verdade, o Conselho Superior aprovou nessa data, dir-se-ia na generalidade, a constituição da nova unidade de investigação – mas os seus Estatutos finais ainda ficaram pendentes, ao mesmo tempo que os seus órgãos diretivos se mantinham, e mantiveram (por dois anos), com a categoria de Comissão Instaladora. Ao mesmo tempo que fechava um ciclo, de pré-história do CEPCEP, a decisão reitoral iniciava outro, de formalização e de institucionalização daquilo que no Conselho Superior, por entre elogios, incentivos e sugestões, acabara de ser aprovado.

---

<sup>64</sup> Por essa razão, o Centro comemorou as suas “Bodas de Prata” (25 anos) e os seus 30 anos em sessões evocativas realizadas a 25 de fevereiro de 2008 e a 25 de fevereiro de 2013, respetivamente.



---

## A génese do CEPCEP: formalização e institucionalização (1983)

Depois da criação do Centro de Estudos Aplicados (CEA), uma unidade sobretudo vocacionada para a realização de estudos e prestação de serviços nas áreas da economia, da gestão e das empresas, surgida em 1977, o CEPCEP tornou-se, em 1983, o segundo Centro de Estudos instituído na UCP, e o primeiro prioritariamente vocacionado para a investigação científica, como de resto o Conselho Superior reconhecera<sup>65</sup>. Na sequência da aprovação reitoral, havia agora que formalizar e instituir o Centro, ou seja, ratificar Estatutos, publicitar e financiar a nova unidade e iniciar as suas atividades regulares.

Para divulgação interna no *campus* de Lisboa, foi logo elaborado, no início de março de 1983, um documento em que de novo se realçavam os objetivos científicos da unidade, a sua “metodologia de interdisciplinaridade”, e se avançava mais um passo, definindo “cinco áreas geográfico-culturais” em que a investigação iria incidir: Portugal, África, Brasil, Oriente e Comunidade de Emigrantes. Os trabalhos sobre Portugal e África seriam os primeiros; as outras áreas geográficas abrir-se-iam a médio prazo, consoante as dinâmicas do Centro o permitissem. Ações concretas eram já anunciadas: uma sessão solene de inauguração do Centro, com uma conferência académica, seguida de um seminário, ambos sobre temas africanistas, e a realização, no final do ano, de um curso sobre *Religião em África*. Em paralelo, queria-se avançar já para a constituição de um fundo documental e bibliográfico sobre o continente

---

<sup>65</sup> O terceiro Centro de Estudos da UCP-Lisboa seria o Centro de Estudos Europeus, instituído em 1986 a partir do impulso da Pós-Graduação homónima, iniciada já em 1980. Ernâni Lopes, o coordenador desta, tornou-se Diretor do Centro, o qual seria, em 1997, elevado a Instituto de Estudos Europeus.

africano, o qual, justificava-se, “é tanto mais urgente quanto não existe em Portugal qualquer outro que recolha as publicações feitas nas ex-colónias portuguesas após a independência”, e para uma primeira exploração de alguns núcleos arquivísticos relativos à África que os portugueses tinham colonizado durante cinco centúrias, depositados, mas inéditos, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo do Centro de Estudos Missionários e no Arquivo do antigo Ministério do Ultramar. Esta recolha, anunciava-se, teria como coordenador científico Artur Teodoro de Matos, reputado historiador dos descobrimentos e Vice-Reitor da Universidade dos Açores. A referência era importante em vista da futura integração e história de Teodoro de Matos no CEPCEP. Tudo isto requeria dinheiro e “a existência de uma infraestrutura informática”. À distância de mais de três décadas, é tecnologicamente curioso indicar em que é que esta deveria consistir: um microcomputador *Sirius 1*, com disco de 256k de memória, máquina de escrever IBM e fotocopiadora, tudo no valor de 2.234 contos (só o computador custaria 1.450 contos, o equivalente a cerca de 7.250€ atuais!)<sup>66</sup>.

Março foi também o mês para voltar a olhar para o projeto de Estatutos, com vista a revê-los e a submetê-los, como solicitado pelo Reitor, ao Conselho Superior. Dado que o Pe. Bacelar, na sequência da discussão havida no Conselho, fizera chegar algumas recomendações a Freitas Ferreira, decidiu este, com a concordância dos colegas, solicitar o auxílio de um jurista para revisão e nova redação do documento. A escolha recaiu no conhecido Jorge Miranda, antigo deputado da Assembleia Constituinte e, ao tempo, docente da licenciatura de Direito da FCH-UCP<sup>67</sup>. A nova versão era substancialmente maior do que aquela elaborada em janeiro<sup>68</sup>. Tinha nada menos do que 35 artigos e aproximava claramente o CEPCEP, como se lia logo no art.º 1.º, de “uma instituição da Universidade Católica Portuguesa de caráter *associativo* e dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica”. Os objetivos científicos não tinham grande alteração, mas a eles juntavam-se o projeto de organizar cursos de “profissionalização” e uma dinâmica de “prestação de serviços” e “criação de prémios” até aí ausente. O institucionalismo desta versão introduzia também nos Estatutos uma complicada teia de disposições e instâncias. A “sede do Centro” era em Lisboa, mas podia ser

<sup>66</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (o documento tem data de 9.3.1983). Em abril de 1983, Freitas Ferreira prestou esclarecimentos ao Conselho Superior acerca do andamento de todos estes trabalhos preparatórios (v. Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 22.4.1983, p. 2).

<sup>67</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 4 (Memorando de 28.5.1986).

<sup>68</sup> *Ibidem*, CEP 2 (3.ª versão dos Estatutos).

“transferida para outra localidade” e o CEPCEP poderia, se o desejasse, “criar delegações ou dependências noutros locais”. Os membros eram “efetivos” ou “honorários”, com direitos e deveres estatuídos aqui pela primeira vez. O Magno Chanceler da UCP seria o “Presidente Honorário” do Centro, que teria, por órgãos, a Assembleia, a Direção, o Conselho do Centro, o Conselho Científico e o Conselho Fiscal, cuja composição e competências – absolutas ou relativas<sup>69</sup> – eram explicitadas em artigos específicos.

A dupla natureza científica e jurídica do CEPCEP, aqui pensado como associação autónoma dentro da Universidade, aproximava inegavelmente este projeto de Estatutos da composição da Sociedade Científica da Universidade Católica. Na SCUCP não havia, como não há, “membros”, mas “sócios”, mas o seu Presidente Honorário era, e é, o Magno Chanceler, e todos os órgãos são idênticos, salvo a distinção entre Conselho Científico, que a Sociedade tem (e também constituído pelos coordenadores das várias secções científicas), e Conselho do Centro, uma instância que a Sociedade não tem. No projeto estatutário do CEPCEP, o Conselho Científico era interno e o Conselho do Centro um órgão externo, de aconselhamento e de ligação à sociedade e à comunidade, a formar com personalidades da vida civil, política, cultural, empresarial ou da Igreja. Estas semelhanças entre o esboço de Estatutos do CEPCEP e idêntico esboço de Estatutos da SCUCP – que estavam também ainda em preparação<sup>70</sup> – era normal, visto que o consultor jurídico do documento do CEPCEP era Jorge Miranda e o redator dos futuros Estatutos da SCUCP o seu colega de Faculdade, e também jurista, Mário Júlio de Almeida Costa.

Ao mesmo tempo que se ia cuidando do trabalho interno organizativo do Centro, a Comissão Instaladora multiplicou esforços para projetar o CEPCEP fora da Universidade, cativando atenções, empenhos e financiamentos. Um novo documento oficial de apresentação do Centro, com seis páginas, foi preparado para expedição a vários interlocutores e entidades – órgãos de soberania, ministérios, secretarias de Estado e

---

<sup>69</sup> Entre as deliberações da Assembleia sujeitas a “regime especial” figuravam as relativas “a modificação dos Estatutos, a transferência da sede do Centro e a sua eventual dissolução”, que requeriam a obrigatória homologação do Conselho Superior da Universidade.

<sup>70</sup> A Sociedade Científica da UCP fora instituída a 16 de novembro de 1980, aquando da inauguração das atividades da Universidade em Viseu. Mas a sua escritura pública, com *Estatutos* finais, seria apenas lavrada a 4 de fevereiro de 1984 (v. <http://www2.ucp.pt/resources/Documentos/SCUCP/Estatutos.pdf>).

Fundações<sup>71</sup>. A todos estes se expunham a matriz identitária do Centro, as suas áreas de atuação geográfica, a sua preocupação em aliar a investigação científica à apresentação de resultados e à prestação de serviços, através de cursos, seminários, conferências e estudos, e a maneira como a unidade – descrita como “em fase de instalação” – se estava a estruturar. A composição da Comissão Instaladora era devidamente descrita<sup>72</sup>, e declarava-se ser intenção de breve prazo “criar e pôr em funcionamento os órgãos diretivos o CEPCEP”, a saber, o Conselho do Centro, a Direção e o Conselho Científico. E, omissos no projeto de Estatutos, aqui aparecia já definida a composição de cada um destes órgãos, com sugestões de nomes<sup>73</sup> – no que era uma espécie de sondagem a interesses e disponibilidades de vários.

As Embaixadas foram um alvo particularmente procurado nestes meses iniciais. Sobretudo Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros encontraram-se com, ou escreveram a, pessoal diplomático dos países lusófonos, de países árabes e das embaixadas do Reino Unido, da Alemanha e dos EUA. Às representações das ex-colónias portuguesas em Lisboa pedia-se

<sup>71</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2 (o documento tem data de 30.3.1983). Este texto, ligeiramente reduzido, serviria de conteúdo ao primeiro desdobrável do Centro (um tríptico de papel), que seria impresso e distribuído a partir dos finais de 1983 ou inícios de 1984.

<sup>72</sup> O “Prof. Doutor José de Freitas Ferreira” era “Diretor da Faculdade de Teologia e da Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia”; o “Doutor Mário Ferreira Lages” era “docente das Faculdades de Teologia e Filosofia da UCP”; e o “Dr. Carlos Laranjo Medeiros” era “investigador do Centro de Estudos de Antropologia Cultural e docente do Departamento de Antropologia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa”.

<sup>73</sup> O Conselho do Centro seria composto pelos membros da Direção, por um representante de cada uma das Faculdades da UCP, pelo Diretor da Revista *Povos e Culturas*, por um representante do Conselho Científico e ainda por quatro personalidades “representativas de diferentes sensibilidades sociais”. O Conselho Científico seria integrado pelo Reitor da UCP, como Presidente, pelos membros da Direção, por dois docentes universitários ou investigadores por cada uma das disciplinas científicas das secções previstas para o CEPCEP, por cinco investigadores representando as cinco áreas geográficas de atuação e ainda por cinco representantes das seguintes instituições: *International African Institute* (Londres), Universidade de Campinas (Brasil), AEAPCLP (Goa), Universidade de Angola e Universidade de Moçambique. Para o primeiro Conselho, sugeriam-se já os nomes de Roberto Carneiro, Luís Fontoura, Mário Sotto Mayor Cardia (antigo Ministro da Educação), e Hermínio Martinho (consultor da Presidência da República e Presidente da Feira Agrícola de Santarém). Para o segundo, a lista de sugestões incluía Artur Teodoro de Matos, Jorge Borges de Macedo, Maria de Lurdes Belchior, Isabel Magalhães Colaço, Ernâni Lopes, Ioan Lewis, Mota Filho (do Instituto Joaquim Nabuco), Carmelo Lison (da U. Complutense de Madrid), Léopold Senghor (o ex-Presidente do Senegal), e, da UCP, Júlio Fragata e António Silva. Quanto à Direção, finalmente (cujos membros tinham assento, por inerência, nos dois Conselhos), seria composta por três elementos nomeados pelo Reitor, mediante parecer do Conselho Científico.

que contribuíssem, sobretudo, com o levantamento e oferta de publicações periódicas e livros atinentes às relações de cada um desses países com Portugal, e a todas se agradecia os encontros e contactos tidos e as oportunidades proporcionadas de apresentação do CEPCEP e das suas intenções de cooperação científica e cultural. O embaixador do Brasil em Lisboa, Dário Castro Alves, foi objeto de uma atenção especial – Freitas Ferreira recebeu-o na Católica, para um almoço de “charme” que o diplomata apreciou e agradeceu<sup>74</sup>.

Em conjunto, a Comissão Instaladora pediu e obteve também audiências várias a instâncias governamentais: com o Secretário de Estado do Ensino Superior, Alberto Romão Dias, a 14 de março, com o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Marcelo Rebelo de Sousa, a 21 de março, com o Ministro da Educação, João José Fraústo da Silva, a 12 de abril, com o Ministro da Justiça, José Menéres Pimentel, a 19 de abril, e, pelo meio, mais do que uma vez com o “amigo” Luís Fontoura, Secretário de Estado para a Cooperação e Desenvolvimento. A Freitas Ferreira, Fontoura escreveu mesmo declarando que acompanhava “com grande interesse as ações a promover por esse Centro de Estudos, em prol do intercâmbio cultural dos países de expressão portuguesa e que se revestem da maior atualidade para a expansão da língua e cultura portuguesas no mundo”<sup>75</sup>.

Uma audiência houve que merece particular destaque. A 10 de março de 1983, a troika instaladora do CEPCEP deslocou-se à sede do Partido Socialista para ser recebida pelo seu Secretário-Geral, Mário Soares. O encontro foi muito proveitoso, como dá conta a subsequente carta de agradecimento, que destacava “as sugestões tão oportunamente feitas por Vossa Excelência, a respeito dos objetivos do Centro e dos seus projetos para o primeiro ano de atividades, bem como a prometida colaboração nos contactos com personalidades e instituições importantes para a realização dos projetos do Centro”<sup>76</sup>. Mau grado a má sombra e má fama que alguma opinião pública sobre ele projetava por causa das descolonizações de 1975, Soares era um antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-Primeiro-Ministro – uma figura central da política portuguesa. E o encontro era tanto mais generoso, por parte de Soares, quanto o mesmo estava então assoberbado com a campanha eleitoral para as eleições legislativas, dali a pouco mais de um mês, que dariam a vitória ao seu PS e o elevariam novamente a Primeiro-Ministro de Portugal. E já depois de eleito – como

<sup>74</sup> V. ofícios vários no Arquivo CEPCEP, CEP 1 e CE 1.

<sup>75</sup> *Ibidem*, CEP 1 (carta de 24.3.1983).

<sup>76</sup> *Ibidem*, CEP 1 (carta de 18.3.1983).

adiante se verá – Soares continuou a prestar atenção ao Centro, aceitando estar presente em importantes eventos deste. Carlos Laranjo Medeiros tem hoje uma leitura curiosa e significativa deste contacto, a propósito de uma possível relação (de antecipação) do CEPCEP e da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada apenas em 1996, mas sugerida, entre outros, por Jaime Gama (um amigo próximo de Soares) desde os anos 80. “Eu acho que o CEPCEP”, avalia Carlos Medeiros, “antecipou a CPLP – e não tanto o programa, mas mais a ideia – através de uma pessoa: o Mário Soares. O Soares, quando foi visitar a Católica e o Centro, interessou-se profundamente pelo Centro. Não houve conselhos; houve muitas conversas minhas com ele. O Mário Soares tinha sido bastante contra a colonização, e por isso era-lhe difícil ser um paladino das relações de Portugal no mundo. Mas percebia que isso era uma saída, e o Centro foi muito importante para a reflexão dele. Sem nunca o ter dito, ou escrito... O CEPCEP ajudou o Soares a ver uma maneira de estar de Portugal no mundo”<sup>77</sup>.

Nada o CEPCEP poderia fazer, no entanto, sem meios materiais. Ao Ministro da Cultura, Francisco Lucas Pires, Freitas Ferreira voltou a escrever, pedindo-lhe um subsídio de 2.500 contos, um patrocínio que justificava “dado o âmbito cultural e científico do programa do Centro, e a importância que tem para o estudo da cultura do nosso país e para o estabelecimento de relações privilegiadas de natureza científica com comunidades e povos culturalmente afins”<sup>78</sup>. Lucas Pires não podia, do magro orçamento do Ministério da Cultura, libertar tal verba, mas outras entidades, governamentais ou privadas, foram generosas. O Secretário de Estado Luís Fontoura financiou mais 250 contos; o Ministério da Administração Interna, tutelado por Ângelo Correia e muito dinamizado pelo seu Secretário de Estado, Roberto Carneiro, ofereceu mais 500 contos “para a realização de um conjunto de projetos com relevância para a diferenciação das regiões em Portugal”<sup>79</sup>; a Secretária de Estado da Família, Teresa Costa Macedo, disponibilizou outros 500 contos, para a futura realização de um curso de formação de coletores de dados relativos à vida tradicional portuguesa<sup>80</sup> – um patrocínio que aliás abriu caminho para a assinatura do

<sup>77</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016). A este propósito, Artur Teodoro de Matos assinala que “do ponto de vista da cultura há uma mesma preocupação [do CEPCEP e da CPLP], mas o CEPCEP não tinha e não tem atividade política ou económica, como a CPLP desenvolve” (entrevista presencial, outubro de 2016).

<sup>78</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de 15.4.1983).

<sup>79</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (ofício de 25.5.1983).

<sup>80</sup> *Ibidem*, CEP 4 (ofício de 6.4.1983).

primeiro protocolo ou convênio de cooperação do CEPCEP, justamente com esta Secretaria de Estado, em maio de 1983<sup>81</sup>.

Entre os privados, o mais vultoso apoio veio da inevitável Fundação Calouste Gulbenkian, uma tradicional patrona da UCP, que atribuiu um financiamento de 3.000 contos ao CEPCEP, a dividir em tranches sucessivas<sup>82</sup>. No final de maio de 1983, a Reitoria autorizou mesmo Freitas Ferreira a abrir, na União de Bancos Portugueses, uma conta bancária do CEPCEP para depósito de todos estes montantes, para assim facilitar “as operações de instalação e primeira fase de funcionamento do Centro”, mas “sem prejuízo para o que vier a ser ulteriormente decidido quanto à estrutura permanente do mesmo”. A conta era independente da contabilidade da UCP, mas havia a obrigatoriedade de manter sempre informada a Comissão de Gestão Financeira da Universidade acerca dos depósitos e movimentações<sup>83</sup>.

No início de maio, começaram a ser expedidas as cartas convite, assinadas pelo Reitor, para a constituição do Conselho do Centro – órgão maioritariamente constituído por personalidades exteriores ao CEPCEP. Uma primeira lista já constava, como acima se viu, do documento de apresentação do Centro, de finais de março. O elenco foi conversado entre Freitas Ferreira e o Pe. Bacelar e, àquela lista inicial, acrescentaram-se os nomes de D. José Policarpo, Jorge Miranda, Mário Pinto e Vítor de Sá Machado<sup>84</sup>. Bacelar aprovou este primeiro elenco, as cartas seguiram, mas as respostas tardaram – e por isso a composição do Conselho do Centro arrastar-se-ia muito tempo, com sucessivas listas, convites e substituições de nomes. Quem não teve dúvidas em aceitar foram, além dos três elementos da Comissão Instaladora, dois outros vultos que se tornariam figuras centrais da vida do CEPCEP: Roberto Carneiro, que respondeu ao Reitor Bacelar, para “significar a V. Exa. a minha inteira disponibilidade para aceitar esse convite, atenta a inegável relevância contida na iniciativa de criação do CEPCEP, bem como a oportuna abertura da Universidade Católica Portuguesa a um domínio onde a sua ação se poderá vir a revestir

---

<sup>81</sup> O protocolo foi assinado a 20 de maio de 1983, por Freitas Ferreira e Teresa Costa Macedo, e visava “o desenvolvimento de projetos de cooperação, no âmbito dos estudos sociológicos, que contribuam para a prossecução dos objetivos comuns, mediante a mobilização de meios humanos, técnicos e financeiros, em termos a definir em função da especificidade de cada projeto” (caixa do *Diário de Notícias*, 21.5.1983, p. 3, in Arquivo CEPCEP, CEP 1).

<sup>82</sup> Arquivo CEPCEP, ARD (s.d.) (1983).

<sup>83</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (ofício reitoral de 31.5.1983).

<sup>84</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (memorando de reunião na Reitoria de 5.5.1983).

da maior importância”, e Artur Teodoro de Matos, que igualmente oficiou o Reitor da UCP, para lhe pretexto “a honra e prazer” com que aceitava integrar o Conselho do Centro “que a prestigiada Universidade que V. Exa. dirige em boa hora resolveu criar”<sup>85</sup>.

A institucionalização do Centro requeria um ato solene – uma sessão inaugural, que agregasse toda a Universidade Católica de Lisboa e as personalidades e instituições que o CEPCEP queria mobilizar naqueles momentos iniciais. Se não antes, essa sessão solene começou a ser delimitada na reunião da Comissão Instaladora de 19 de fevereiro de 1983, onde foi tópico central da agenda, de par com a preparação da apresentação do Centro no Conselho Superior (dali a dias), e com os múltiplos contactos e pedidos a realizar<sup>86</sup>. Assentou-se então que o ato teria lugar três meses exatos volvidos, a 19 de maio, e aprovou-se o seu figurino: uma intervenção de boas-vindas e abertura, a cargo do Reitor, uma apresentação dos objetivos do Centro, a cargo de Freitas Ferreira, e uma lição, ou conferência científica, para a qual Carlos Medeiros sugeriu o nome do seu supervisor de Mestrado em Londres, Ioan Lewis, que era Presidente do *International African Institute* e titular da cátedra de Antropologia Social na *London School of Economics*. Lewis aceitou em breves dias e fixou o tema-título: *De-colonisation and Ethiopianisation of Africa* (Descolonização e “Etiopização” da África). Para rentabilizar a presença em Lisboa do académico britânico, decidiu-se organizar também, no dia seguinte à sessão, 20 de maio, entre as 10.30h e as 13.00h, um seminário, lecionado por Lewis e aberto aos professores e estudantes da UCP Lisboa e a outros inscritos de fora, subordinado ao tema *The Past and the Present in Islam: the Case of African Survivals*.

A preparação logística e protocolar da sessão solene de inauguração do Centro foi muito absorvente. Do *British Council* e da TAP obtiveram-se apoios para a estadia e para a viagem de avião do conferencista; da *Philips* veio, gratuitamente, o equipamento para a tradução simultânea. A lista de convidados era de molde a encher por completo o Auditório 1 do *campus* (atual Auditório Padre José Bacelar e Oliveira). A Reitoria prestou bastante ajuda, assegurando a organização do *cocktail*, custeando a impressão dos convites e disponibilizando listas de contactos para envio dos mesmos. Os convites continham uma novidade visual, criada para

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, CEP 3. As cartas de Roberto Carneiro e de Artur Teodoro de Matos têm data de 16 de maio e de 9 de junho de 1983, respetivamente. Apesar das inerências, também Freitas Ferreira (a 25 de maio), Mário Lages (a 26 de maio), e Carlos Medeiros (a 17 de maio), escreveram ao Reitor aceitando e agradecendo oficialmente a nomeação.

<sup>86</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 19.2.1983.

aquela ocasião e não mais alterada até aos dias de hoje: o logótipo do Centro, desenhado por Maria Manuela Medeiros, professora de Educação Visual e mulher de Carlos Laranjo Medeiros. Depois de alguns ensaios preliminares, levados a cabo já desde finais de 1982, escolheu-se a marca de água definitiva: um símbolo horizontal elíptico, em que as letras “CEP” (de “Centro de Estudos dos Povos”), e outra vez “CEP” (“e Culturas de Expressão Portuguesa”), aparecem lado a lado, como num espelho, invertidos, com os dois “P” unindo-se ao centro do emblema, em torno de uma estilização de uma esfera armilar, simbolizando o mundo da língua e da cultura portuguesas<sup>87</sup>.

Para a sessão inaugural, o CEPCEP queria muito obter, e obteve, a presença de dois convidados ao mais alto nível: o Presidente da República e o Magno Chanceler e Cardeal-Patriarca, D. António Ribeiro. Ao Magno Chanceler, Freitas Ferreira explicou que se trataria da primeira visita de um chefe de Estado à UCP, desde a sua fundação, em 1967, e que, entretanto, na sequência da carta endereçada a Eanes no início do ano, de Belém viera já o sinal de que o Presidente estaria recetivo ao convite. D. António Ribeiro achou muito bem, e aceitou de imediato receber Eanes para a sessão<sup>88</sup>. A carta convite para Belém seguiu nos meados de Abril, assinada pelo Reitor, que nela “fazia a fineza” de “rogar” ao Presidente a concessão de uma audiência, para que a Reitoria e a Comissão Instaladora do Centro lhe apresentassem, antecipadamente, cumprimentos<sup>89</sup>. O encontro teve lugar no Palácio de Belém, a 3 de maio, altura em que Bacelar e Freitas Ferreira detalharam a Eanes o projeto do Centro e os passos que estavam a ser, e seriam, dados para a sua efetiva institucionalização. O Presidente ouviu com atenção, aprovou tudo, e permitiu-se até extravasar assuntos, sugerindo ao Reitor que, com ligação ao Centro, ou como diferente iniciativa da Universidade, viesse esta a criar uma Escola de Agricultura!<sup>90</sup>

Sobreveio, entretanto, um contratempo. O Pe. Bacelar tinha, meses antes, aceitado integrar o júri das provas de Agregação de José Enes, na Universidade dos Açores. Ora a data marcada, e publicada em *Diário da República*, para a realização das mesmas era justamente 19 e 20 de maio. Não querendo faltar a tal compromisso académico, o Reitor dele-

<sup>87</sup> V. projetos de logotipo, logotipo final e uma cópia do convite para a sessão inaugural no Arquivo CEPCEP, CEP 1 e CEP 2.

<sup>88</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta ao Cardeal-Patriarca de 15.4.1983, e averbamento manuscrito da sua resposta a Freitas Ferreira).

<sup>89</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de 16.4.1983).

<sup>90</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (carta de Mário Lages ao Reitor, 13.5.1983, lembrando a sugestão dada pelo Presidente na audiência com a Reitoria e o CEPCEP).

gou em Freitas Ferreira a representação institucional (solicitando-lhe que apresentasse publicamente as desculpas pela sua ausência), e Freitas Ferreira transmitiu a Mário Lages a incumbência de fazer a apresentação do Centro<sup>91</sup>.

A sessão solene de abertura, ou de inauguração, do CEPCEP ocorreu assim a 19 de maio de 1983, uma quinta-feira, pelas 18.30h, no Auditório 1 da Universidade. Na mesa de honra estavam os três membros da Comissão Instaladora, o Presidente da República e o orador convidado, Ioan Lewis. Tomando a palavra, em representação do Reitor, Freitas Ferreira começou por saudar Eanes, naquela que era, e foi, a primeira visita de um Presidente da República à UCP, sobretudo porque nele ali se acolhia “em símbolo, todo o povo português, a quem a Universidade Católica serve com espírito de dedicação e de sacrifício”. Falando pela UCP, recordou depois o quanto, em quinze anos de vida, ela soubera já “encontrar um lugar insubstituível no contexto da Universidade Portuguesa e da própria sociedade nacional”. E ali estava de novo a UCP, para “anunciar um novo compromisso, desta vez na área nuclear dos seus objetivos: a CULTURA” (em maiúsculas) – uma cultura que era “relação da pessoa com a natureza”, “capacidade criadora do homem” e instrumento ascético para a própria participação humana no “poder criador de Deus”. Integrado na UCP, o CEPCEP vinha assim “promover os valores culturais da comunidade, começando pelo estudo programado e rigoroso do seu riquíssimo património cultural”, com importância central conferida aos povos de língua oficial portuguesa. A terminar, o Presidente da Comissão Instaladora assinalava e agradecia “o enorme interesse que esta iniciativa tem despertado nos mais diversos extratos da nossa sociedade, bem como junto de representações diplomáticas dos países estrangeiros em Lisboa”.

Seguiu-se a intervenção de Mário Lages, que sintetizou os objetivos do Centro, já dispersos pelos documentos oficiais anteriores, salientando que o conhecimento das culturas de expressão portuguesa visava, para lá da história ou da academia, a política do presente e do futuro, porque do “conhecimento” resultaria o “estreitamento de relações aos mais diversos níveis” entre os povos lusófonos, e daí se poderiam extrair “conclusões práticas implementáveis em projetos que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações”. Vinha depois a enumeração das disciplinas cultivadas pelo Centro e das áreas geográficas de atuação e o anúncio ou promessa de “primeiras atividades” concretas: sobre Portugal, um curso para coletores de dados sobre a vida tradicional portuguesa, a

---

<sup>91</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2 (comunicado reitoral de 13.5.1983).

elaboração de uma bibliografia analítica da literatura regionalista de ficção e a constituição de um *corpus* do conto popular; sobre África, um curso acerca das religiões locais e a constituição de uma biblioteca especializada sobre a África lusófona. Finalmente, Mário Lages resumia a estrutura pensada para o CEPCEP, antes de terminar, afirmando que “o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa é uma obra que nasce. É uma tentativa de diálogo e de querer saber, seriamente, cientificamente. Com o apoio de todas as entidades interessadas neste projeto, esperamos consegui-lo”<sup>92</sup>.

Apresentado por Carlos Laranjo Medeiros, Ioan Lewis proferiu depois a sua conferência. Era uma lição de antropologia, geografia e história, que explorava as origens, a evolução e a sobrevivência, em fase pós-colonial, de dois tipos de unidades políticas: “os Estados tribais, pluralistas e culturalmente heterogêneos” (como a Etiópia), e “os Estados culturalmente homogêneos” (como os Ashanti, Buganda e Zulu). O quadro traçado tinha, segundo Lewis, amplas repercussões até ao presente, no que dizia respeito ao tipo e solidez de fronteiras em África e, por consequência, à viabilidade étnica e política das sociedades e dos Estados existentes no continente negro.

No final da sessão, e como o próprio Eanes tivesse sinalizado o seu interesse e disponibilidade em encontrar-se com a comunidade académica ali presente<sup>93</sup>, seguiu-se um *cocktail*, ou receção, na Sala dos Professores, durante a qual a comunicação social presente pôde cruzar-se brevemente com o Presidente, o Cardeal-Patriarca, os oradores e outros convidados. Não é possível apurar com rigor quantas pessoas estiveram presentes, porque foram muitos os convidados, alguns os que, tendo confirmado presença, não compareceram, e outros que, não figurando nas listas de convites, constam de apontamentos de presenças e de agradecimentos subsequentes. Mas sem sombra de dúvida assistiram à sessão os Ministros da Educação, da Justiça, dos Assuntos Parlamentares e da República para a Madeira, os Secretários de Estado da Cooperação, da Administração Regional e Local e da Família (Luís Fontoura, Roberto Carneiro e Teresa Costa Macedo), mais o do Ensino Superior, o Núncio Apostólico, os Chefes da Casa Civil e da Casa Militar do Presidente, Embaixadores (ou seus representantes) do Brasil, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé

<sup>92</sup> Os discursos de José de Freitas Ferreira e de Mário Lages, datilografados e com pequenas correções manuscritas de última hora, estão no Arquivo CEPCEP, CEP 1.

<sup>93</sup> V. a circular convite do Centro à comunidade académica no Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988.

e Príncipe, Venezuela, Inglaterra, EUA e Canadá, os Reitores da U. Lisboa e da U. Nova de Lisboa, além de personalidades como Vítor de Sá Machado, Eduardo Marçal Grilo, Diogo Freitas do Amaral, D. José Policarpo e Maria Cavaco Silva. Numa lista dos professores da UCP presentes constam os nomes de Mário Pinto, Luís Brito Correia, Ana Canhoto, Isabel Horta Correia, António Montes Moreira, Joaquim Cardoso Duarte, Manuel da Costa Freitas ou Maria da Glória Garcia<sup>94</sup>.

No dia seguinte, 20 de maio, Ioan Lewis lecionou então o seu seminário, em registo mais escolar e para público mais especialista (estiveram presentes 35 inscritos), sobre *The Past and the Present in Islam: the Case of African Survivals*. Uma nota fornecida à comunicação social explicava o conteúdo, salientando que o objetivo do orador era o de demonstrar “que o fundamentalismo islâmico [em África] não anula manifestações culturais e religiosas mais profundas que ocorrem nomeadamente nas zonas rurais e nos grupos iletrados” das sociedades africanas, e mesmo em alguns meios urbanos e classes médias locais<sup>95</sup>.

A sessão solene de dia 19 – não tanto o seminário de dia 20 – despertou algum interesse na comunicação social do tempo. Não há registo de que a RTP tenha feito alguma reportagem, mas na imprensa escrita surgiram destaques e caixas acerca do novo Centro, por exemplo n’*A Tarde* ou n’*O Dia* (de 20 de maio), de teor puramente informativo e não analítico<sup>96</sup>. Era boa publicidade, no entanto. Mais pessoal e expansivo foi o filósofo Agostinho da Silva, que estava a par da iniciativa, mas que não tinha podido estar presente. Em carta enviada a Freitas Ferreira, cumprimentando-o pela inauguração do CEPCEP, Agostinho da Silva não tinha dúvidas em hiperbolizar: “aparece finalmente a entidade capaz de assumir

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, CEP 1 (listas manuscritas de agradecimentos). Maria da Glória Garcia, ao tempo assistente do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e no futuro Reitora da UCP (entre 2012 e 2016), lembra assim essa ocasião: “Quando, há 33 anos, foi criado o CEPCEP, a ideia agregadora de culturas que lhe subjazia, desde logo a partir da língua portuguesa, era não só pioneira como, observada mais de três décadas depois, antecipava uma realidade que viria a concretizar-se, a da pulverização da cultura portuguesa, em decorrência de múltiplos fenómenos políticos e acentuada pela adoção do inglês como língua global. E é interessante verificar ter sido uma universidade de identidade católica a instituição que fez germinar, sob uma perspetiva científica, essa ideia agregadora, frutuosa nos planos social e cultural” (entrevista por e-mail, novembro de 2016).

<sup>95</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1.

<sup>96</sup> O jornal *O Dia* publicou uma foto da Mesa de Honra e das primeiras filas do Auditório, com um pequeno texto a três colunas, que começava com: “Um Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa começou a funcionar na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa”.

o espaço cultural da língua, aquele que, na sua essência, é na realidade o do Quinto Império de Vieira e de Pessoa”<sup>97</sup>. Tendo estado recentemente no Senegal e em contacto com a Universidade de Santa Catarina, no Brasil, o filósofo sugeria mesmo a Freitas Ferreira o estabelecimento de relações privilegiadas com estes países, para o que desde logo oferecia os seus préstimos.

Em junho, em resposta a uma missiva de cumprimentos e de agradecimento que o Pe. Bacelar fizera chegar a Belém, foi Ramalho Eanes quem escreveu ao Reitor para “mais uma vez felicitar a Universidade Católica Portuguesa pela criação do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, a cuja sessão inaugural tive o gosto de presidir”. E acrescentava, lisonjeiro, o Presidente: “Sempre considerei que a UCP, quer como instituição da Igreja, quer como pessoa coletiva de utilidade pública, deverá merecer o apoio possível por parte do Estado, que a reconheceu e oficializou em 1971. Por isso, todas as iniciativas da Universidade Católica Portuguesa que visem a prestação de serviço à comunidade, nomeadamente a promoção do ensino e da investigação científica e o incremento da cultura, como instrumento e na perspetiva da realização integral do Homem, sempre contarão com o meu patrocínio, embora condicionado aos limites em que se desenvolvem as funções do Presidente da República”<sup>98</sup>. O Conselho Superior da UCP tomou conhecimento desta carta e não hesitou, a propósito dela, em congratular-se com a forma “brilhante” como decorrera a sessão inaugural do CEPCEP, com a presença do Chefe de Estado<sup>99</sup>.

A 27 de maio de 1983, na sala 102 da Universidade, teve lugar a primeira reunião do Conselho Geral do Centro, com a presença dos três elementos da Comissão Instaladora e de apenas cinco conselheiros: Artur Teodoro de Matos, Roberto Carneiro, Hermínio Martinho, Luís Fontoura e D. José Policarpo. A discussão ali havida foi importante, pelos caminhos de definição futura do Centro sugeridos ou traçados<sup>100</sup>. Sobre a mesa estava, a propósito do projeto de Estatutos, a própria filosofia de funcionamento do CEPCEP. Roberto Carneiro e D. José Policarpo, secundados pelos colegas, defenderam claramente o princípio de que o Centro deveria ter “autonomia administrativa e financeira, científica e pedagógica”. Era de resto também essa a opinião do “Senhor Cardeal-Patriarca”. Isto teria

<sup>97</sup> Arquivo CEPCEP, CR 1 (carta de 20.5.1983).

<sup>98</sup> *Ibidem*, CEP 1 (carta de 21.6.1983).

<sup>99</sup> Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 24.6.1983, p. 4.

<sup>100</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 3 (ata manuscrita da reunião).

de ser consagrado estatutariamente, pela dupla vantagem associada: o de uma gestão orçamental mais livre, se bem que acompanhada pela Reitoria e talvez até consolidada, contabilisticamente, no orçamento e exercício financeiro geral da Universidade; e o de “não estar sujeito à burocracia de outros departamentos” (*sic*). Freitas Ferreira iria então estudar, com Jorge Miranda, a melhor redação para o projeto de Estatutos, a elaborar “nos termos da legislação em vigor”.

Como o Centro funcionava em instalações relativamente exíguas<sup>101</sup>, Carlos Medeiros informou existir a hipótese “de oferta de uma quinta com um Palácio entre Lisboa e Colares” para ali domiciliar o CEPCEP – o que era mais um argumento para que ele gozasse de autonomia e de “personalidade jurídica”. Foi também Medeiros a levantar a questão do Conselho Científico do Centro, assunto que “foi largamente debatido quanto à sua formação, dinamização e futura atividade”. Em vista das dificuldades, que já se sentiam, em pôr de pé o Conselho Geral, acreditava-se que o Conselho Científico padeceria do mesmo mal – e tanto que o próprio Freitas Ferreira aventou a hipótese de não haver um Conselho formal, mas um conjunto de “Conselheiros Científicos”, auscultáveis *ad hoc* e *ad nutum* pela Direção. Mário Lages, que era, além de vogal, secretário da Comissão Instaladora, apresentou então o plano de atividades imediato, para a linha de África, já começada com o seminário de Ioan Lewis e que se prolongaria no curso sobre *Religião em África* no final do ano, e para a linha de Portugal (que em rigor era Portugal-Galiza), no âmbito da qual se previa, para já, um curso de coletores de dados e a recolha bibliográfica de literatura local tradicional. Uma segunda reunião do Conselho Geral ficou marcada para dali a um mês, em finais de junho. Mas não há sinais de que tenha sido feita. Durante o verão, Jorge Miranda esteve de volta da redação dos Estatutos – e escreveu, pelo menos uma vez, ao Presidente da Comissão Instaladora, informando-o de que obtivera, em conversas, o “*nihil obstat*” de “[Afonso] Queiró, Reitor e Cardeal”<sup>102</sup>. Mas a saga dos

---

<sup>101</sup> Aquando da sua fundação, a Reitoria atribuiu ao CEPCEP um único gabinete, situado no 1.º Piso do Edifício antigo, com vista para o seu pátio interior – espaço hoje ocupado pelo GADEP da FCH. Só no final da década de 1980 o Centro transitaria para novas instalações, situadas no 3.º Piso do novo Edifício da Biblioteca João Paulo II, inaugurada em novembro de 1987.

<sup>102</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 22.7.1983. Na sua reunião de junho de 1983, o Conselho Superior da UCP fora informado do andamento dos trabalhos de redação dos Estatutos – “apontando-se para a atribuição de personalidade jurídica e autonomia financeira, com articulação à UCP no modelo da SCUCP, proposta esta aprovada por unanimidade” (v. Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 24.6.1983, p. 3).

Estatutos demoraria ainda mais de um ano até ao seu desfecho e aprovação final em Conselho Superior.

Apesar dos impasses estatutários e de constituição dos dois Conselhos projetados – ou se calhar para compensar esses impasses – a Comissão Instaladora apostou numa via que se mostraria muito produtiva: a do seu alargamento e reforço, criando uma verdadeira Direção, se não (ainda) *de iure*, pelo menos *de facto*. Em finais de junho, Freitas Ferreira, Mário Lages e Carlos Medeiros discutiram entre si o problema da gestão corrente do CEPCEP e, para lá de assentarem na contratação de uma secretária (em *part-time*), decidiram convidar dois membros do Conselho Geral a juntarem-se a eles, como vogais da Comissão Instaladora e da futura Direção<sup>103</sup>. As escolhas recaíram em Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos. As situações profissionais de ambos estavam em transição e a oportunidade proporcionava-se.

Secretário de Estado do último governo da AD de Balsemão, Roberto Carneiro tinha cessado funções com a tomada de posse do novo executivo de Mário Soares (o chamado Bloco Central), ocorrida a 9 de junho de 1983. Dali por pouco tempo, iria para Vice-Presidente do Instituto Nacional de Administração (INA) e para Coordenador Estratégico do Instituto Fontes Pereira de Melo, entre outras atividades de consultoria e investigação nas áreas que sempre lhe seriam caras, de educação, recursos humanos, tecnologias e desenvolvimento. Mas era um homem que conhecia o Centro, que já o ajudara e, pormenor importante, que era amigo de Carlos Laranjo Medeiros. Movido por tudo isto, Freitas Ferreira escreveu “ao Senhor Engenheiro”, “ao sabê-lo liberto de responsabilidades no Governo da Nação”, para lhe confidenciar que “continuamos a contar com a sua preciosa colaboração, agora talvez com maior disponibilidade”<sup>104</sup>. Era a deixa para o convite, logo aceite, através do qual Roberto Carneiro se tornou, além de membro do Conselho Geral do Centro, vogal da sua Direção, a partir do final de junho de 1983 e, a partir do outono desse ano, docente do curso de Economia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade.

O caso de Artur Teodoro de Matos era diferente, mas confluyente. Recorde-se que o seu nome tinha já sido incluído no documento programático do CEPCEP de inícios de março, como coordenador da pesquisa

<sup>103</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 21.6.1983. Foram secretárias, ou deram apoio, ao CEPCEP entre meados de 1983 e finais de 1986, Isabel Norton de Matos e Madalena Azevedo.

<sup>104</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de 23.6.1983). Refira-se que Roberto Carneiro já conhecia também Mário Lages, dado que este fora colega da sua mulher, Maria do Rosário Carneiro, quando ambos lecionaram no ISCSP, na segunda metade da década de 70 (v. o testemunho de Maria do Rosário Carneiro in Lopes e Carneiro, 2016, p. 207).

arquivística a realizar sobre fontes portuguesas. Integrara depois, também, o primeiro lote de membros do Conselho Geral. E era igualmente um conhecimento pessoal de Carlos Laranjo Medeiros e, embora mais distante, de Mário Lages. Depois de regressar de Inglaterra, Medeiros estivera nos Açores, a preparar um plano de doutoramento (nunca completado) que o levaria a estudar a ilha do Corvo. Foi nos Açores que conheceu Teodoro de Matos – e ali, recorda este, “começou a falar-me no Centro, nos seus objetivos, numa altura em que eu estava para vir para a FCSH-UNL”. Isto ter-se-á passado em 1982. Meses volvidos, Medeiros voltou a contactá-lo, para então lhe “dar conta do interesse que havia em que eu integrasse o Conselho Geral e, logo a seguir, a Direção”<sup>105</sup>. Quanto a Mário Lages, Teodoro de Matos conhecera-o também nos Açores, no final da década de 70, aquando de uma visita que Lages fizera à Universidade local e ao seu Reitor, José Enes. Fora um “encontro de circunstância, cordial”; em todo o caso preparador de “uma relação de trabalho e de convívio [que] se estabeleceu e se transformaria em grande e fraterna amizade”<sup>106</sup>.

Artur Teodoro de Matos nasceu na ilha de São Jorge, em 1943, e licenciou-se em História na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi professor primário entre 1966 e 1972, e docente do ensino secundário entre 1972 e 1976, ano em que ingressou como assistente na recém-criada Universidade dos Açores, dirigindo, desde logo, o Departamento de História. Doutorado em 1980, chegara a professor associado e a Vice-Reitor, nos Açores, em 1983, quando foi convidado para se transferir para a FCSH da Universidade Nova de Lisboa, para aqui criar e coordenar (a partir de 1985) o mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, e onde viria a fazer grande parte da sua subsequente carreira académica<sup>107</sup>. O convite do CEPCEP apanhou-o, portanto, em plena transição e, visto o projeto e temáticas de atuação do Centro, Teodoro de Matos aceitou as novas funções – também nos finais de junho de 1983.

Numa Comissão Instaladora, ou Direção, alargada de três para cinco elementos, a repartição geográfica de áreas de atuação até ganhava mais corpo: a África ficou nas mãos de Carlos Medeiros (um apaixonado pelo Império e com experiência de campo antropológica e cultural), Portugal ficou nas mãos de Mário Lages (um competentíssimo etnólogo, sociólogo, demógrafo e cientista social), e o Oriente nas mãos de Teodoro

<sup>105</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>106</sup> Artur Teodoro de Matos in Lopes e Carneiro, 2016, p. 90.

<sup>107</sup> Para o currículo de vida e obra de Artur Teodoro de Matos, v. Ramos (s.d.). Alguns dados e datas adicionais foram colhidos num *curriculum vitae* do próprio, fornecido ao autor pelo secretariado do CEPCEP.

de Matos (um historiador especialista nos descobrimentos, expansão e presença portuguesa nessas longínquas paragens)<sup>108</sup>. Quanto a Roberto Carneiro – “um tipo brilhantíssimo” (*sic*), como hoje lhe credita Carlos Medeiros<sup>109</sup> –, conhecia muito bem a realidade recente de Portugal, as suas políticas públicas e de ciência e tinha, além disso, raízes e paixões orientais (mãe nascida em Hong-Kong e pai nascido em Xangai, ambos com origens macaenses portuguesas). Para nenhum dos cinco o CEPCEP era, ou alguma vez foi, um emprego a tempo inteiro. Mesmo Mário Lages e Freitas Ferreira dividiam a atenção ao Centro com outros afazeres dentro da UCP, da FT e da Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia.

O primeiro ato de Roberto Carneiro como vogal da Direção situava-se na única área geográfica menos coberta – o Brasil. Freitas Ferreira conversara já com o Embaixador em Lisboa e a sua Ministra Conselheira, em maio. Roberto Carneiro quis ir mais longe e encetou frutuosa correspondência com o Conselheiro Cultural da Embaixada portuguesa no Brasil, Mário Quartin Graça, para que este montasse uma campanha de divulgação do CEPCEP nos meios de comunicação locais. E explicava-lhe: o Centro “continua a estruturar-se com bom ritmo e muito entusiasmo; contamos com a sua prestimosa colaboração para estreitar projetos de cooperação com instituições e investigadores brasileiros”<sup>110</sup>. Na volta do correio, e dirigindo-se ao “Meu Caro Roberto”, Quartin Graça ia remetendo artigos de jornal que, a diligências suas, ali tinham sido publicados, alguns deles muito ligados à comunidade emigrante de portugueses<sup>111</sup>. Numa notícia do *Estado de Minas* podia ler-se, a propósito da narração da abertura do CEPCEP, em maio: “Ainda bem que se revigora a consciência de que Portugal, Brasil e as nações africanas, recentemente emancipadas da antiga Metrópole, primam pela unicidade, manifestada pelo vínculo da língua comum. Ao mesmo tempo, compreende-se que a identidade singular desses países lusófonos não contraria tal feição originária”<sup>112</sup>. Oportuno, o novo Centro português vinha ser um instrumento aclarador desse diálogo e redescoberta de “povos irmãos” – um diálogo norte-sul e triangular atlântico, como hoje se diria. O *Diário de Pernambuco*, por seu turno, rejubilava: “O povo brasileiro, e outros que assimilaram formas e manifestações culturais processadas ao longo da história de Portugal,

---

<sup>108</sup> Carlos Laranjo Medeiros e Artur Teodoro de Matos, entrevistas presenciais (setembro e outubro de 2016).

<sup>109</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>110</sup> Arquivo do CEPCEP, CEP 1 (carta de 23.6.1983).

<sup>111</sup> *Ibidem* (carta de Brasília, 15.7.1983).

<sup>112</sup> Recorte de imprensa de 9.7.1983, in Arquivo CEPCEP, CEP 1.

serão alvo de investigação do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, visando maior conhecimento da identidade própria de cada um e da inter-relação cultural entre eles, em vista da defesa do património comum e de um maior estreitamento de relações entre si”<sup>113</sup>.

Dali a alguns meses, em dezembro, o CEPCEP já se correspondia com o *Estado de São Paulo*, um poderoso órgão de imprensa local, perguntando ao jornal se seria possível contar com a sua ajuda para a exibição, em Portugal, de uma Exposição sobre a Imprensa de Língua Portuguesa, que se realizara com o patrocínio daquele periódico paulista<sup>114</sup>. E em março de 1984, não querendo deixar a via brasileira em suspenso, o Centro estabeleceria correspondência com Maria Beatriz Nizza da Silva, historiadora da Universidade de São Paulo, para estudar a possibilidade de realização de projetos conjuntos nas áreas da história da educação, da literatura de cordel luso-brasileira ou do quotidiano português na cultura do Brasil, por relação com a macro problemática da emigração portuguesa radicada naquele país<sup>115</sup>.

Em Portugal, o governo podia ter mudado, mas as simpatias políticas pelo CEPCEP não se tinham alterado. No princípio de julho, Freitas Ferreira agradeceu ao novo Ministro da Educação do Bloco Central, José Augusto Seabra, precedentes provas do “elevado interesse de V. Exa. nas atividades do Centro”, ao mesmo tempo que reafirmava ao governante “o nosso empenhamento no estabelecimento de linhas concretas de cooperação com o Ministério da Educação, tendo em vista o engrandecimento da cultura portuguesa no mundo e uma efetiva aproximação dos povos lusófonos”<sup>116</sup>. Dali a semanas, Helena Vaz da Silva, ao tempo Presidente do Centro Nacional de Cultura, tomou a iniciativa de escrever à Comissão Instaladora para lhe dar conta do interesse em vir a agregar o CEPCEP a um consórcio informal que existia, entre o CNC, a Fundação Gulbenkian e o Museu de Etnologia, para “atuar no âmbito das relações culturais entre Portugal e os países de expressão portuguesa”<sup>117</sup>.

Quem continuava a acompanhar de perto e com muito interesse os primeiros passos do Centro da UCP era Agostinho da Silva, tendo dirigido aos seus “Exmos. Amigos” da Comissão Instaladora uma meia dúzia de cartas só em setembro desse ano. Numa das missivas lia-se: “Escusado será dizer quanto saí da Universidade gratíssimo pelo vosso acolhimento,

<sup>113</sup> Recorte de imprensa de 17.7.1983, *ibidem*, CEP 1.

<sup>114</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1 (carta de 22.12.1983).

<sup>115</sup> *Ibidem* CE 1 (carta de 9.3.1984).

<sup>116</sup> *Ibidem*, CEP 1 (carta de 6.7.1983).

<sup>117</sup> *Ibidem*, CR 1 (carta de 8.8.1983).

e impressionado pela força da casa [a UCP], e entusiasmado com a segurança, o âmbito e os objetivos do [vosso] projeto. O CEPCEP me está fixo, e eu fixo nele”<sup>118</sup>. Noutra acrescentava-se: “Parece-me que o primeiro grande acerto da vossa Universidade foi ser Portuguesa – e não de Lisboa ou de Aveiro, de Braga ou de Faro. Acontece, porém, e deve acontecer, que Portuguesa significa universal, e católica, sempre para mim. Creio que o braço que pode e deve agir neste sentido é o CEPCEP”. E Agostinho da Silva não hesitava mesmo em emparceirar o novo Centro com outras instituições de mais largo alcance e meios, como os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Educação ou da Cultura e o ICLP, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa!<sup>119</sup> Em carta de resposta a uma sequência de cartas recebidas do filósofo, Freitas Ferreira agradeceu-lhe “a grande simpatia que demonstra para com o CEPCEP, assim como a enorme disponibilidade que nos manifesta”, e afiançava-lhe ter “muito interesse no contacto com o Sr. Prof., pois o seu saber e experiência podem ser fundamentais para o lançamento do CEPCEP”, ao qual decididamente interessava “colmatar a lacuna existente no meio cultural português”<sup>120</sup>.

Não se pode, nem deve dizer que o CEPCEP vinha preencher o vazio. A história, a antropologia, a etnografia, a literatura, a filosofia, a sociologia, o direito, a economia – as múltiplas áreas disciplinares que o Centro reivindicava ir praticar – existiam já noutras Universidades, Faculdades, Departamentos e instituições várias, públicas ou privadas. Mas o CEPCEP inovava, sem dúvida, no interior da UCP, mas também para fora, pela dinâmica de combinatória multidisciplinar, multigeográfica e enfaticamente lusófona e africanista com que se apresentava em 1983.

Por coincidência, ou talvez não, o Centro nasceu por entre uma oportunidade concorrencial e uma oportunidade contextual. A 7 de maio desse ano, na dependência da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, inaugurou-se um Instituto de Estudos Africanos<sup>121</sup>, com a mesma lógica de “regresso a África” e de superação, pelo conhecimento científico, de traumas e bloqueios que a história política da descolonização e da revolução tinha semeado. Em 2017, este Instituto já não existe. E também a 7 de maio de 1983 – doze dias antes da sessão inaugural do CEPCEP – abriu as portas, em Lisboa, a famosa *XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura*, que fora comissionada pelo Conselho da Europa ao governo português

<sup>118</sup> *Ibidem*, CR 1 (carta de 15.9.1983).

<sup>119</sup> *Ibidem*, CR 1 (carta de 23.9.1983).

<sup>120</sup> *Ibidem*, CE 1 (carta de 29.9.1983).

<sup>121</sup> Uma cópia do Decreto-Lei n.º 181/83, de 7 de maio, que criava esse Instituto, está no Arquivo CEPCEP, CEP 1.

em 1980, mas cuja preparação se arrastara até 1983<sup>122</sup>. A Exposição teve por tema *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento* e os seus cinco núcleos expositivos – a (recuperada) Casa dos Bicos, o Convento da Madre de Deus, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Museu Nacional de Arte Antiga – proporcionavam ao visitante uma viagem no tempo, ao encontro do contacto histórico com o(s) “Outro(s)” com que Portugal dera “novos mundo ao Mundo”, e do resgate da epopeia dos descobrimentos, que a jovem democracia portuguesa estava então a encetar, década e meia antes da triunfal Expo’98<sup>123</sup>. *A XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura* encerrou a 2 de outubro. Ao longo de cinco meses, realizou, junto da opinião pública, uma pedagogia pós-colonial que era, ao fim ao cabo, o *leitmotiv* fundador e condutor do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

---

<sup>122</sup> V. informação concisa sobre a Exposição em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1514>.

<sup>123</sup> Por curiosidade, 1983 foi ano marcado também, na paisagem cultural lisboeta, por uma outra inovação ou criação de largo futuro: a inauguração, em julho, do Centro de Arte Moderna (CAM) da Fundação Calouste Gulbenkian – pouco antes de um dos maiores cineteatros da capital, o *Monumental*, fechar portas, a caminho da demolição! (v. Vilela e Fernandes, 2016, pp. 84-85 e 102-03).

---

## Os primeiros tempos do CEPCEP: atividades, convênios, estatutos, Conselho Geral e Direção (1983-1986)

Em novembro de 1983, seis meses volvidos sobre a sua sessão solene de inauguração, o CEPCEP iniciou as atividades científicas regulares, com a realização de um curso subordinado ao tema *Religião em África. Passado e Presente*. Resultado de uma parceria entre a nova unidade da UCP e o *International African Institute*, sob o patrocínio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, essa primeira iniciativa trouxe a Lisboa e ao CEPCEP um vasto conjunto de académicos estrangeiros, provenientes de várias universidades e continentes: John Middleton (dos EUA), John Peel (de Inglaterra), Germaine Dieterlaine (de França), Bernardo Bernardi (de Itália), Johannes Fabian (da Alemanha), Merid Aregay (da Etiópia), Jacob Ajayi (da Nigéria), Ali Merad (da Argélia), Aquino de Bragança (de Moçambique), Peter Fry e Manuela Carneiro da Cunha (do Brasil), que se juntaram ao já conhecido Ioan Lewis (o conferencista convidado em maio desse ano), e a Carlos Laranjo Medeiros. O curso foi lecionado na UCP, em Lisboa, e repetido depois na Universidade do Minho, em Braga, tendo decorrido até maio de 1984. O ato inaugural do curso decorreu em dois dias. A 16 de novembro, houve uma sessão aberta para os inscritos, mas também para convidados e jornalistas, com palavras de boas vindas do Reitor da Universidade e do Presidente da Comissão Instaladora do Centro, Freitas Ferreira, e com a presença de dois convidados absolutamente especiais: Léopold Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal entre 1960 e 1980, que proferiu a conferência inaugural, intitulada «Religião e Cultura Africana», e Mário Soares, ao tempo Primeiro-Ministro de Portugal. No dia 17, as autoridades académicas e convidados especiais (Senghor incluído), foi recebida pelo Presidente Eanes no Palácio de Belém, antes de rumar

a Braga, onde se repetiu o ato da véspera (embora já sem a presença de Mário Soares).

Menos de uma década passada sobre a descolonização, trazer a Lisboa o antigo Presidente do Senegal e juntá-lo na mesma mesa com Mário Soares, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem uma certa memória coletiva assacava supostas responsabilidades no que de pior tivera aquele processo, era um ato de coragem cívica – e, do ponto de vista do reconhecimento do CEPCEP, uma excelente estratégia de publicidade. A realização do curso atraiu a atenção pública, tendo o influente semanário *Expresso* dedicado duas páginas da sua revista ao evento, num artigo assinado por Jorge Wemans<sup>124</sup>. O texto não se debruçava somente sobre aquela iniciativa; a partir de uma entrevista feita a Mário Lages e a Carlos Laranjo Medeiros, o jornalista apresentava ao público a própria natureza e linha ideológica e programática do Centro. E por isso vale a pena recordar o seu teor.

Os dois vogais do Centro entrevistados detalharam a Jorge Wemans o que era, e o que pretendia ser aquele nascente CEPCEP: “a intuição [do Centro] é a de compreender o que tem sido e o que é ser português, o que Portugal tem dado ao mundo e o que tem recebido”; e isto, salientavam ambos, “sem qualquer intenção neocolonialista ou interesseira”. Era então o seu horizonte o estudo da “Portugalidade” ou da “Lusitanidade”? Não recusando essas palavras, Lages e Medeiros achavam-nas, todavia, redutoras. Sem dúvida no centro das preocupações do CEPCEP estava a questão da “identidade cultural” portuguesa; mas essa identidade era sobretudo multiespacial (ou multicontinental), com destaque para o espaço histórico e geográfico do Atlântico. Daí a importância de “estudar os contactos que nos tocam como nação, de investigar esse espaço cultural que nos tornou uma nação. Se queremos continuar a ter uma identidade cultural própria, não podemos ficar manietados pela ideia fetiche das fronteiras”. Carlos Laranjo Medeiros assumia mesmo que o CEPCEP estava, de algum modo, em contracorrente com a moda da integração europeia, que então dominava a agenda e o debate português: periférico no velho mundo, Portugal só existira, e só existiria se, com um novo olhar atlantista, mas pós-imperial, soubesse revalorizar-se, evitando assim “a nossa futura regionalização na Europa”. O problema estava – e ainda era sentido em 1983 – em que “o fascismo” (*sic*) prejudicara “profundamente toda esta temática”. Não se tratava, contudo, de reificar as velhas prevenções históricas de que a maior e melhor parte de Portugal estava “fora da Península” e, portanto, fora da

---

<sup>124</sup> *Expresso* (Revista), 12.11.1983. Uma cópia do artigo está no Arquivo CEPCEP, CEP 1.

Europa. Portugal era europeu, mas era também Atlântico. Uma pertença não excluía a outra e, bem ao contrário, ambas se deveriam mutuamente informar e enriquecer, para um quadro mais denso do que era a “identidade cultural nacional”.

A especificidade do CEPCEP no panorama nacional era tópicos bem caro aos dois entrevistados. “Não existe nenhum outro centro universitário no país”, realçavam ambos, “que tenha esta ideia de base, esta perspectiva de investigação, e que se abra a um trabalho interdisciplinar tão vasto como os que estamos iniciando no campo da história, economia, filosofia, ciência das religiões, antropologia, etc.”. Os ecos eram já muito positivos e os apoios “calorosos”. Mário Lages e Carlos Medeiros aproveitavam mesmo para agradecer especificamente a Mário Soares e a Jaime Gama “o interesse manifestado a propósito das atividades que se iniciam”. Multidisciplinar por natureza, o CEPCEP era uma plataforma de diálogo entre investigadores de várias proveniências (o próprio Carlos Medeiros dava aulas na UNL), e estava aberto a colaborações com outras universidades e institutos. Mas era importante salientar que ele nascera na Universidade Católica porque, nas palavras de Mário Lages, “a esta universidade interessam os problemas máximos da cultura e da sociedade portuguesas”, e porque, adicionava Carlos Medeiros, “aqui [na UCP] pode manter-se uma continuidade de investigação que não está à mercê das flutuações políticas e das dificuldades orçamentais” que outras universidades enfrentavam<sup>125</sup>.

Informado pela entrevista previamente realizada, Jorge Wemans compôs um texto que era lisonjeiro para o CEPCEP, destacando a sua juventude, o dinamismo da Comissão Instaladora e as relações privilegiadas já abertas com vários organismos estatais e privados e com diversas universidades europeias e latino-americanas (de que era prova a realização do curso sobre *Religião em África*). Contudo, mesmo salientando o quanto o CEPCEP existia para “reexaminar Portugal”, “a sua realidade como nação” e a sua “identidade cultural, através dos laços que o prendem à Europa ou aos povos contactados durante as fases de expansão e de exílio” (e tudo isto configurava o programa de “uma relação não mitificada com o Atlântico”), o jornalista não deixava de afirmar – traindo um certo ar do tempo – que as perspectivas de investigação do Centro pareciam “equacionar-se de forma muito próxima do discurso oficial que

---

<sup>125</sup> Carlos Medeiros acrescentava mesmo, na entrevista dada ao *Expresso*: “ao contrário do que se pensa, na Universidade Católica há tanta liberdade de pensamento como em qualquer outra Universidade do país. Não dizemos que existe maior liberdade de pensamento só para não se inferir que nas outras não exista igualmente...”.

sustentou, durante anos, a imagem do ser português para consumo dos próprios”. Visto de fora, para quem o conhecia pouco, o CEPCEP era uma instituição “controversa”, que parecia querer atenuar o euro-entusiasmo vigente em muitos (estava-se a um ano e meio da assinatura da adesão de Portugal à CEE), cultivando tópicos e elementos sem dúvida “válidos” para uma política de “cooperação” com África (e outras zonas do globo), que não era de desdenhar, “embora constitutivos do discurso pseudo-histórico ultraconservador (*sic*) em que se baseava a ideologia do regime que geriu a última fase do Império”. Estas apreciações – como que insinuando uma espécie de filo-salazarismo atribuível ao CEPCEP – suscitaram uma reação de Mário Lages e de Carlos Medeiros. Em carta ao diretor do *Expresso*, que o jornal publicou, ambos agradeciam a atenção dispensada ao Centro e ao seu curso, asseverando que o mesmo se pautava e sempre pautaria por um estrito caráter científico e apolítico. Por isso, “a afirmação de que pensar Portugal passa pela análise quer do espaço onde se originou a cultura portuguesa – Portugal e a Galiza – quer daqueles a que esteve historicamente ligada – África, Brasil e Oriente – quer das comunidades de emigração, é feita numa perspetiva meramente cultural e não contém qualquer recusa ou opção política”. E isto implicava que, “em termos políticos, os princípios do Centro são os do respeito pela dignidade da pessoa humana, dos povos e das culturas e pelo seu desenvolvimento em plena liberdade, repudiando qualquer forma de domínio e rejeitando todos os colonialismos e neocolonialismos”<sup>126</sup>.

Polémica – que não o chegou a ser – à parte, a publicidade do *Expresso* foi ótima e o curso *Religião em África* um assinalável sucesso. Ainda ele decorria e já o CEPCEP se lançava, no primeiro semestre de 1984, em duas outras realizações: um curso de *Iniciação à Etnografia Portuguesa* e um seminário internacional sobre *Direito Costumeiro Africano*. O primeiro, realizado em fevereiro de 1984, foi patrocinado pela Direção-Geral da Família, e destinava-se a formar, em teorias e metodologias, futuros colaboradores do CEPCEP em todo o país, para recolha e análise de dados socioculturais. O segundo, em abril, resultando de uma parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça e com o departamento de Direito da *London School of Economics*, visava conhecer melhor os ordenamentos jurídicos tradicionais dos países da África lusófona e anglófona, na sua relação com as legislações pós-independências.

Mesmo sob uma Comissão Instaladora e – recorde-se – ainda sem Estatutos finais aprovados, o trabalho prosseguia e os sinais de reconheci-

<sup>126</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de 16.11.1983).

mento exteriores já apareciam. Várias entidades culturais, academias e editoras ofereceram livros, catálogos e documentos para a nascente biblioteca do Centro. Uma carta convite da *Associação 25 de Abril*, assinada por Vítor Alves e Vasco Lourenço, pediu ao CEPCEP que marcasse presença, aproveitando para divulgar alguma atividade que considerasse mais importante, no colóquio *25 de Abril – Dez Anos Depois*, que a Associação estava para levar a cabo<sup>127</sup>. Do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tutelado ao tempo por Jaime Gama, chegava correspondência demonstrativa do interesse em ter o CEPCEP como parceiro para “o estudo da problemática referente aos países africanos de língua oficial portuguesa” e a promessa de que tudo se faria para dar a conhecer o Centro às embaixadas desses países. De docentes dos polos regionais da UCP ou até de investigadores exteriores à Universidade vinham pedidos ou manifestações de disponibilidade para colaboração com as atividades a levar a cabo – até projetos de dissertações de Mestrado a realizar no CEPCEP, que o Centro teve de rejeitar, sob o argumento de que não era uma unidade letiva conferente de graus académicos<sup>128</sup>.

Além dos cinco membros da sua direção, não havia – nem nunca houve, até ao presente – um quadro permanente de investigadores no Centro. Mas porque o trabalho ia em crescendo e, sobretudo, porque havia que encetar projetos de investigação e não apenas de realização de cursos ou seminários, foi recrutada uma jovem investigadora, Ana Maria Costa Lopes, que viria a fazer carreira docente na FCH, acumulando com as tarefas do Centro. Professora na Escola Preparatória António Pereira Coutinho, em Cascais, Ana Costa Lopes chegou através de um contrato anual de requisição e destacamento, via Ministério da Educação, para bolseira ou tarefeira de um projeto de estudo das fronteiras luso-espanholas, de onde resultariam publicações sobre literatura regional e conto tradicional português e uma investigação sobre namoro e casamento, a muitos títulos inovadora no panorama da sociologia, da antropologia e da etnografia.

Ana Costa Lopes não mais deixaria o CEPCEP até à atualidade, e por isso o seu olhar diacrónico é um importante testemunho do espírito reinante no Centro. Como hoje recorda, foi ali encontrar “experiências muito novas, muito ricas e bem distantes das que tinha tido na Faculdade de Letras de Lisboa”. Os seus superiores hierárquicos rapidamente se tornaram colegas: eram – a direção – “pessoas muito cultas, muito humanas,

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, CR 1 (carta de 6.2.1984).

<sup>128</sup> *Ibidem*, CE 1 e CE 2 (cartas de 17.7.1984 e 11.2.1985, a primeira endereçada a um Assistente Estagiário do polo de Viseu da UCP, e a segunda a um investigador portuense).

muito próximas, muito entusiastas, muito criativas, muito acessíveis, com muita liberdade de pensamento”. E isso repercutia-se de forma positiva no trabalho: “a receção de ideias novas no novo Centro e a postura do grupo, tão aberta à inovação e internacionalização, através de matérias tabus na nossa sociedade, como era, por exemplo, o caso da área ligada a África, constituiu um enorme risco, mas muito bem sucedido”<sup>129</sup>.

Ideias não faltavam – e essa seria uma futura constante da história do CEPCEP até hoje. Naqueles primeiros tempos, em que o Centro já explorava a área temática e geográfica africana, ao mesmo tempo que queria expandir-se para o estudo do eixo Portugal-Galiza e Oriente, esboçaram-se alguns projetos que depois ficaram pelo caminho, ou que, remodelados, só viriam a produzir frutos mais tarde. Eles valem, sobretudo, pelos sinais de vanguardismo que significavam e, alguns, pela valia dos nomes que chegaram a envolver. No outono de 1984, Freitas Ferreira multiplicou-se em reuniões exploratórias com Manuela Aguiar, uma antiga colega parisiense de Mário Lages, que era ao tempo Secretária de Estado da Emigração do governo do Bloco Central, para delinear um programa de estudo sobre as comunidades portuguesas migrantes, ou com Aníbal Cavaco Silva, o antigo Ministro das Finanças de Sá Carneiro, mais tarde figura incontornável da mais recente história da democracia portuguesa, contactado para lecionar um módulo de «Dinâmicas Económicas» num Seminário *Portugal Hoje*, para cuja realização depois faltou dinheiro<sup>130</sup>. Desde o verão de 1984 e em vários momentos de 1985, o CEPCEP estreitou também aproximações a Fernando Cristóvão, o Presidente do Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (o ICLP), não apenas para obter possíveis patrocínios para a revista a lançar (*Povos e Culturas*), mas, sobretudo, para esboçar programas de formação de professores – uma valência em que o CEPCEP se viria mais tarde a destacar<sup>131</sup>. Através de Mário Pinto, Freitas Ferreira entabulou igualmente conversações com a Fundação Calouste Gulbenkian, em particular com Vítor de Sá Machado, um dos seus administradores, dando-lhe conta do interesse que o Centro tinha em “estudar a criação de cursos de ensino superior à distância, com especial relevo para a realidade dos países africanos de língua oficial portuguesa”<sup>132</sup>.

<sup>129</sup> Ana Costa Lopes, entrevista por e-mail (novembro de 2016). V. também um seu testemunho recente em Lopes e Carneiro, 2016, pp. 226-227.

<sup>130</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (notas manuscritas das reuniões de Freitas Ferreira, 18 e 30.10.1984).

<sup>131</sup> *Ibidem*, CEP 1 (nota manuscrita de Freitas Ferreira, 17.10.1984).

<sup>132</sup> *Ibidem*, CE 1 (carta de 20.7.1984). Em maio de 1985, Vítor de Sá Machado receberia, das mãos do CEPCEP, um *Estudo de Viabilidade da Criação de Cursos de Extensão Universi-*

Tratava-se de um nicho nada, ou muito pouco explorado, naquela altura e que só os progressos no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação generalizariam, na viragem da década de 1980 para a década de 1990 (a Universidade Aberta, de ensino a distância, seria fundada em 1988).

Nada se fazia sem dinheiro e, para a vida do Centro, o financiamento necessário não era abundante. Carlos Laranjo Medeiros é lapidar a esse respeito: “era muito complicado arranjar dinheiro. Eu passava metade do meu tempo a esgravatá-lo!”<sup>133</sup> E “esgravatar” significava encontrar, manter ou alargar patrocínios e subsídios. A Fundação Gulbenkian surgia no topo das preferências e das disponibilidades – e de facto financiou, num total de mais de um milhar de contos, a preparação e realização de um seminário sobre *Educação em África*, de um curso sobre *Portugal e o Oriente*, de um congresso sobre *Ciências Sociais e Desenvolvimento na África Subsaariana*, todos realizados em 1985, e de um *Curso para Professores e Monitores do Instituto Nacional de Formação Turística*, já em 1986<sup>134</sup>. Mas houve que diversificar. Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, pediram-se 1500 contos para “funcionamento da infraestrutura do CEPCEP, bem como para a organização de novas iniciativas e apoio às atividades planeadas para 1984-85”<sup>135</sup>. A Carlos Medeiros, Jaime Gama confidenciou que tal montante não era possível, “mas quase de certeza” se poderiam “arranjar umas centenas de contos”<sup>136</sup>, talvez através da realização de um curso de formação para cooperantes cuja frequência o MNE venderia<sup>137</sup>. Ao Ministro da Cultura, António Coimbra Martins, também foram pedidos 1500 contos, estes para financiamento parcial de um projeto de investigação a lançar sobre *Música Portuguesa no Século XVIII*<sup>138</sup>. O Ministério da Cultura indeferiu, mas libertou algumas verbas que, somadas a dinheiros da Fundação Gulbenkian, permitiram a aquisição para o CEPCEP de um bom pacote de bibliografia, nos finais de 1984<sup>139</sup>.

---

*tária e Ensino Superior a Distância pelo CEPCEP*, através dos quais se poderia lecionar para os PALOP, a partir de Lisboa, nas áreas (preferenciais) de economia, gestão, línguas e formação de professores (Arquivo CEPCEP, CE 1, carta de 6.5.1985).

<sup>133</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>134</sup> Arquivo CEPCEP, CE 2, *passim*.

<sup>135</sup> *Ibidem*, CE 1 (carta de 24.10.1984).

<sup>136</sup> *Ibidem*, CEP 1 (nota manuscrita de Carlos Medeiros, 31.10.1984).

<sup>137</sup> *Ibidem*, CE 2 (carta de 4.1.1985).

<sup>138</sup> *Ibidem*, CE 1 (carta de 13.11.1984).

<sup>139</sup> *Ibidem*, CE 1 (carta de 13.12.1984).

Em maio de 1985, Roberto Carneiro informou os colegas de uma oferta inesperada: o governo líbio propunha-se financiar os estudos que viessem a resultar de um convénio que o Centro assinara recentemente com a comunidade islâmica em Lisboa. Sem surpresas, em reunião de direção, todos os membros concordaram que a proposta era simplesmente “inaceitável”<sup>140</sup>. O problema da oferta chamava-se Muamar Kadhafi. A prova de que não havia islamofobia estava no convénio já assinado com a comunidade islâmica e também, por exemplo, nas boas relações entretanto encetadas com a Fundação Aga Khan, materializado na obtenção de um subsídio de 200 contos para a publicação do primeiríssimo livro da futura vasta produção bibliográfica do Centro: *O Islamismo ao Sul do Saara*, da autoria de Ioan Lewis, editado em 1986 como 1.º volume da coleção «Estudos e Documentos»<sup>141</sup>.

Um dos aspetos centrais dos primeiros anos de atividade do CEPCEP, depois continuado com ritmos flutuantes – e que de resto se ligava de forma estreita à questão dos financiamentos – foi a realização de convénios ou protocolos com várias entidades, académicas ou não, nacionais e internacionais. Era uma aposta explicitamente prevista em todos os documentos programáticos do Centro e vertida em artigo próprio do projeto de Estatutos (que ainda estava em discussão). Os convénios ou protocolos “externalizavam” o CEPCEP, potenciando a sua visibilidade e reconhecimento e cimentando o seu papel de interlocutor no panorama cultural português.

Um primeiro convénio, ou protocolo, do Centro fora já rubricado, em maio de 1983, com a Secretaria Geral da Família. Vários se lhe sucederam em 1984. O primeiro convénio desse ano foi assinado com o *International African Institute* de Londres – a *alma mater* de Ioan Lewis (e de Carlos Laranjo Medeiros, quando estudara em Inglaterra) – logo a 15 de fevereiro de 1984. O ato de assinatura teve honras de cobertura mediática, porque reuniu os subscritores, Freitas Ferreira, pelo CEPCEP, e Jacob Ade Ajayi, pelo IAI, e porque marcaram presença na cerimónia os Ministros da Cultura e da Educação (António Coimbra Martins e José Augusto Seabra), o chefe de gabinete do Primeiro-Ministro (em representação de Mário Soares), o Presidente do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), o Embaixador da Nigéria em Lisboa e o Reitor (Pe. Bacelar) e Vice-Reitores (Pe. Manuel Isidro Alves e Jorge Costa André) da UCP<sup>142</sup>.

<sup>140</sup> *Ibidem*, ARD, 20.5.1985.

<sup>141</sup> *Ibidem*, CE 3 (carta de 13.12.1985).

<sup>142</sup> *Ibidem*, CEP 4.

Nas palavras protocolares, o Presidente do CEPCEP lembrou a ligação já frutuosa que havia com o IAI, desde maio de 1983, e sobretudo visível na realização conjunta do curso *Religião em África*, anunciando que a este se seguiria um outro (realizado em 1985), sobre *Educação em África*. O convénio ali assinado era um reforço da promessa de cooperação e apoio mútuos, que colocava especialmente em relevo “o papel que os portugueses desempenharam, desempenham e desempenharão em África”. Era uma comunhão transcontinental – não uma “vocação”, um “destino” ou uma “ambição”, mas tão só “uma realidade histórica que o mundo não pode negar, nem menosprezar”. Tomando a palavra de seguida, Jacob Ajayi agradeceu o interesse do CEPCEP no trabalho do *International African Institute* e brindou os presentes com uma pequena conferência subordinada ao tema «Cristianismo em África. O Protestantismo», na qual lembrou que católicos e protestantes ainda eram, em muitas zonas do continente africano, “numericamente superiores aos muçulmanos e a outras religiões tradicionais africanas” e que, enquanto realidades cristãs ambas, não deveriam aqueles ser “analisados separadamente”. José Augusto Seabra, o Ministro da Educação, interveio no fim, para saudar os presentes e louvar a iniciativa, afirmando que aquele ato se revestia de “um significado que ultrapassa as circunstâncias do momento e representa um passo para uma cooperação não somente bilateral, mas multilateral”. E mais adiantou que era “objeto de solicitude do seu Ministério apoiar todas as instituições particulares e oficiais que se dedicam à aproximação dos povos pela cultura e educação”<sup>143</sup>.

A este convénio seguiram-se outros: com o IICT, a 21 de fevereiro de 1984, para “dinamizar a investigação científica em áreas de interesse comum às duas instituições”; com a Fundação Joaquim Nabuco, do Brasil, a 16 de março de 1984, para reuniões periódicas, troca de experiências, intercâmbio de investigadores e realização de ações “para estreitamento das relações culturais luso-brasileiras”; com a Secretaria de Estado da Emigração, a 18 de junho de 1984, para futuros estudos “das comunidades portuguesas no mundo, processos de mudança derivados do processo emigratório e análise dos problemas decorrentes do regresso e reintegração social do emigrante”; e com a Associação Portuguesa para o Estudo das Relações Internacionais, a 3 de outubro de 1984, para a realização de colóquios, seminários, cursos ou edições que incrementassem

---

<sup>143</sup> V. a notícia feita pelo *DN*, 16.2.1984, arquivada no Arquivo do CEPCEP, CEP 4. O título da caixa do jornal era «Protestantes e católicos são da mesma Igreja. Assinado um convénio de cooperação».

“o conhecimento das realidades lusófonas e modalidades de atuação para o seus progresso”. Já de 1985 foi o convénio com a Comunidade Islâmica de Lisboa, assinado a 22 de janeiro desse ano, com o fito de promover “a investigação sobre a problemática do islamismo em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa”, e um outro – com bastante relevo futuro – subscrito com o Centro Nacional de Cultura, a 22 de abril<sup>144</sup>.

O convénio assinado com o CNC recebeu importante publicidade. As duas instituições coincidiam na intenção de “aprofundar as diversas formas que a cultura e a língua portuguesa foram tomando no tempo e no espaço”, e tinham áreas geográficas preferenciais comuns e formas de atuação complementares. Desta convergência resultavam os termos do convénio: o CNC oferecia as suas instalações, os seus públicos (sócios) e a angariação de possíveis auxiliares de investigação para as atividades do CEPCEP, enquanto este apoiaria o CNC na realização de atividades culturais, de programas de rádio ou de televisão e na organização de viagens a países das áreas de estudo do CEPCEP. Por este, assinaram o convénio Roberto Carneiro<sup>145</sup>, Artur Teodoro de Matos, Mário Lages e Carlos Medeiros; pelo CNC, a sua Presidente, Helena Vaz da Silva, secundada por António Alçada Batista e Gonçalo Ribeiro Telles. O *Diário de Notícias* voltou a marcar presença, fotografando o momento, destacando o “significativo alcance cultural” da iniciativa e colhendo o melhor *sound-byte* de Helena Vaz da Silva (“ser português tem alguma coisa especial”) e de Roberto Carneiro (“o *mare nostrum* que é a cultura portuguesa”)<sup>146</sup>.

A multiplicação de convénios com entidades exteriores à Universidade Católica colocava, por seu turno, pressão na questão, pendente ainda, dos Estatutos e da sua aprovação em Conselho Superior. Como atrás se viu, a Comissão Instaladora do Centro assentara, em março de 1983, uma nova redação do projeto de Estatutos, elaborada por Jorge Miranda e conversada no Conselho em junho. É provável que Freitas Ferreira tenha instado o Reitor a agendar a análise completa daquele texto em ulterior reunião do Conselho Superior. Todavia, ou porque a agenda o não permitisse, ou porque existissem algumas dúvidas, ou porque se estava a aguardar, na reitoria, a análise e aprovação dos Estatutos da Sociedade Científica da UCP, o processo foi-se arrastando mais tempo do que o previsto ou desejável. A SCUCP viu os seus Estatutos serem aprovados em fevereiro de 1984,

<sup>144</sup> V. todos estes convénios no Arquivo CEPCEP, CEP 4.

<sup>145</sup> Foi Roberto Carneiro, e não José de Freitas Ferreira, a assinar o convénio em nome do CEPCEP, porque em abril de 1985 – como a seguir se verá – este último já tinha deixado a presidência do Centro.

<sup>146</sup> V. as notícias do *DN*, de 22 e 23.4.1985, arquivadas no CEPCEP, CEP 4.

mais de três anos volvidos sobre a sua fundação, ocorrida em novembro de 1980. No final de junho, o Presidente do CEPCEP escreveu a Bacelar solicitando-lhe o agendamento da discussão dos Estatutos do Centro na próxima reunião do Conselho Superior, que iria ter lugar dali a dias<sup>147</sup>.

Efetivamente, a 6 de julho, o órgão superior da UCP debruçou-se sobre o texto do projeto dos Estatutos. O Magno Chanceler, D. António Ribeiro – antes de se ausentar, a meio da reunião – confessou ter “algumas dúvidas acerca da articulação e das relações do Centro com a Universidade”. Depois de uma “animada troca de impressões” entre vários dos presentes, “o Conselho deliberou analisar prioritariamente a questão na próxima reunião, a realizar no início do ano letivo, pois não se encontra em condições de tomar decisões imediatas”<sup>148</sup>. O ponto polémico e ponto de (alguma) discórdia era o “caráter associativo” que estava previsto. Na sequência da reunião tida, o Reitor solicitou então ao CEPCEP que voltasse a rever o projeto, sobretudo naquele ponto – o que obrigava a alterar todo o documento.

Freitas Ferreira lançou mão à obra, de novo sob supervisão de Jorge Miranda e auscultando também, como já vinha fazendo, Afonso Queiró. Numa audiência com o Magno Chanceler, o Cardeal D. António Ribeiro, assentou-se que o CEPCEP deveria deixar cair o caráter associativo e ganhar “o estatuto de Centro da UCP, embora com toda a autonomia possível e necessária ao desempenho das suas tarefas em ambientes mesmo adversos à Igreja e à UCP”<sup>149</sup>. A 13 de novembro, uma nova versão dos Estatutos ficou pronta. Em vez dos 35 artigos do projeto de 1983, apreciado no verão de 1984, existiam agora apenas 18 artigos. Na sua natureza, o Centro definia-se como “uma instituição da Universidade Católica Portuguesa” (nos termos dos Estatutos desta), “dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica”. Seguiu-se a estatuição dos seus princípios, objetivos e critérios científicos, das suas áreas geográficas de atuação e da sua liberdade de estabelecer convénios ou outras formas de cooperação, e a tipificação dos órgãos: o Conselho do Centro, o Presidente da Direção, a Direção e o Conselho Científico<sup>150</sup>.

Foi este projeto – a 4.<sup>a</sup> versão dos Estatutos – que foi finalmente apreciado na reunião do Conselho Superior da Universidade de 23 de novembro de 1984. Na discussão, tomaram a palavra os conselheiros Frei-

---

<sup>147</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1 (carta de 25.6.1984).

<sup>148</sup> Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 6.7.1984, p. 2.

<sup>149</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1 (carta de 13.11.1984).

<sup>150</sup> *Ibidem*, CE 1 (4.<sup>a</sup> versão dos Estatutos).

tas Ferreira, Afonso Queiró, Germano Marques da Silva, Luís Bigotte Chorão, Guimarães Lobato, Hermes dos Santos, Noronha Galvão, Ivo Cruz, Jorge Costa André, Pe. Manuel Isidro Alves, D. José Policarpo e o Reitor. Como resume a ata, “o debate incidiu sobre as relações orgânicas entre o Centro e a UCP, capacidade de propor a dissolução e destino dos bens [do Centro] e concessão da personalidade jurídica. Quanto a este último aspeto (personalidade jurídica) votaram contra os Professores Germano Marques da Silva e Bigotte Chorão, tendo os restantes membros do CS votado favoravelmente. Com esta ressalva, os Estatutos foram aprovados por unanimidade”<sup>151</sup>.

O voto unânime não excluiu, todavia, a introdução de pequenas alterações na versão de 13 de novembro: o Conselho do Centro virou Conselho Geral no texto final aprovado, o Presidente da Direção virou apenas Presidente, nas receitas próprias do Centro as “dotações orçamentais” da UCP transformaram-se em “subvenções regulares ou extraordinárias” e o Presidente e a direção deixavam de “receber gratificações” para passarem a “poder receber gratificações”. Por último, o Conselho Superior aditou dois artigos finais (o 19.º e o 20.º), referentes a uma eventual dissolução do Centro, cuja votação passaria pelo Conselho, integrando-se o património do CEPCEP superveniente no da UCP, e à possibilidade de “os presentes estatutos” poderem ser “revisados sempre que se torne necessário”<sup>152</sup>.

Foi com estes 20 artigos que o CEPCEP viu os seus Estatutos aprovados – e nunca, até ao presente, ocorreria qualquer revisão dos mesmos, apesar de uma ou outra tentativa reitoral, adiante citadas. Tinham passado 21 meses desde o Conselho Superior de fevereiro de 1983, que tinha aprovado a constituição do Centro e solicitado a preparação dos Estatutos. Como hoje avalia Carlos Medeiros, “os Estatutos demoraram mais de um ano e meio por causa das negociações que o Bacelar teve de fazer com os membros do Conselho Superior. Houve uma negociação difícil, e se não fosse a força do Bacelar... do Bacelar e do Freitas Ferreira!”<sup>153</sup> A afirmação é uma meia verdade: é certo que o plenário do Conselho Superior

<sup>151</sup> Arquivo da Reitoria da UCP, Ata da Reunião do Conselho Superior de 23.11.1984, p. 2.

<sup>152</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1 (5.º e última versão dos Estatutos, em vigor até hoje). Freitas Ferreira elaborou o seu próprio pró-memória daquela reunião: “Aprovação dos Estatutos do CEPCEP. Após reunião que se prolongou de manhã à tarde os Estatutos foram aprovados com algumas emendas, facilmente integráveis, por unanimidade, com duas recusas relativas à ‘personalidade jurídica’. Aliás, grande parte do debate incidiu sobre o alcance e as consequências, para a UCP, da concessão de personalidade jurídica para o CEPCEP. Não se levantaram dificuldades quanto à autonomia administrativa e financeira” (Arquivo CEPCEP, CEP 1, apontamento manuscrito de 25.11.1984).

<sup>153</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

ofereceu alguma resistência até à aceitação final; mas o Reitor também fez os seus reparos, construtivos, em todo o caso determinantes para alguma delonga.

Roberto Carneiro analisa em termos semelhantes aquela morosidade, explicando-a, em grande parte, pela própria natureza do Centro proposto, muito virado para fora da UCP: “A demora que decorre entre a criação do Centro e a aprovação dos seus Estatutos no Conselho Superior da Universidade (21 meses), foi o reflexo das hesitações e das muitas vozes discordantes. Aliás, o simples facto de os Estatutos instituírem uma nomeação da equipa diretiva em dois tempos – o presidente pelo Magno Chanceler e os demais membros da direção por despacho reitoral sobre proposta do presidente – indiciava claramente a vontade política de singularizar o Centro no quadro da Universidade e de lhe conferir um protagonismo especial no projeto que nele se via corporizado de abrir a Universidade ao exterior: a sociedade portuguesa, por um lado, as comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo, por outro”; e a tudo isto acrescia ainda “a decisão pessoal do Reitor de então de manter o CEPCEP diretamente dependente da Reitoria”<sup>154</sup>.

A 28 de novembro de 1984, Freitas Ferreira solicitou ao Reitor que enviasse o texto dos Estatutos para homologação por parte do Magno Chanceler. O processo seguiu para o Patriarcado a 6 de dezembro. A 28 desse mês, a fechar o ano, D. António Ribeiro lavrou o seu despacho positivo, comunicado ao CEPCEP por ofício reitoral de 7 de janeiro de 1985<sup>155</sup>. Era o passo legal que faltava, importante, e talvez por isso comentado em mais altas esferas. No princípio de fevereiro de 1985, em carta ao Reitor Bacelar, o Cardeal Paul Poupard, Presidente Executivo do *Pontificium Consilium pro Cultura* da Santa Sé, confidenciava: “*Je me réjouis enfin de la double création que vous m’annoncez d’une Société Scientifique de l’Université Catholique Portugaise et d’un Centre d’Études des Peuples et Cultures d’Expression Portugaise [...] C’est la un beau témoignage de la vitalité de l’Université sous votre impulsion. Et le Conseil Pontifical pour la Culture forme des meilleurs vœux pour le fécond développement de cette double initiative*”<sup>156</sup>.

Homologados os Estatutos do Centro, a sua direção encerrou também, no primeiro trimestre de 1985, o primeiro programa bienal de atividades para 1985-1986. Era um volumoso portefólio com 110 páginas datilogra-

<sup>154</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>155</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1 e CEP 1.

<sup>156</sup> *Ibidem*, CR 2 (carta de 4.2.1985, recebida no CEPCEP a 20.2.1985).

fadas que marcava, já realizadas algumas iniciativas em 1983 e 1984, a verdadeira consolidação das ações do CEPCEP. Na sua nota de apresentação, recordavam-se a natureza, fins, objetivos e estratégias de atuação, em torno da fórmula geral de “promover o estudo da interação cultural que a presença portuguesa gerou no seio dos povos dos vários continentes, de forma a contribuir para a aproximação e compreensão entre esses mesmos povos”. O programa surgia “depois de decorrido um período inicial de instalação” do Centro, e estendia-se para o biénio – e até, em alguns itens programados, para lá de 1986, não só porque a duração temporal dos projetos e iniciativas pensados era variável, mas também porque importava “assegurar uma dinâmica de atuação que permita, em tempo útil, obter resultados concretos passíveis de uma avaliação fundamentada do modelo de funcionamento adotado”<sup>157</sup>. A “implantação sólida da instituição” requeria, segundo o documento, “a cobertura equilibrada das principais funções típicas de um Centro de génese e âmbito universitário” – o ensino, a investigação, a extensão cultural, as publicações e a prestação de serviços – sempre num clima “de acentuada exigência”, de “multidisciplinaridade” e de “sentido pragmático”, combinando o planeado com “o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo e a capacidade de resposta flexível aos estímulos exteriores que atuam sobre o Centro”. Se o caminho assim pudesse ser percorrido, o biénio de 1985-1986 poderia de facto representar “a prefiguração do que se entende poder vir a ser o CEPCEP: uma instituição universitária que preenche uma lacuna importante no espaço cultural português e que se pretende vivenciada no espírito de vitalidade cultural, científica e pedagógica da iniciativa social idónea”<sup>158</sup>.

É sabido que todos os programas – ou planos de desenvolvimento estratégico – de unidades de investigação, institutos ou faculdades nunca são documentos estáticos ou acabados, funcionando mais como guia e carta de intenções e talvez menos como compromisso formal. Para os meios que o Centro tinha, o programa apresentado era bastante ambicioso, e uma considerável novidade tanto dentro como fora da UCP. Ao todo, e no espaço de dois anos, o CEPCEP propunha-se levar a cabo, ou lançar, nada menos do que 6 cursos, conferências ou seminários, 12 projetos de investigação, 3 prestações de serviço, para além de encetar publicações, com o lançamento da coleção «Estudos e Documentos» e da revista *Povos e Culturas*. Cada iniciativa era apresentada com uma ficha completa, na qual se detalhavam os objetivos, os conteúdos, os destinatários e local/data de

<sup>157</sup> AA.VV., 1985, pp. 5-6.

<sup>158</sup> *Ibidem*, pp. 19-21.

realização (no caso de cursos, conferências ou seminários), a justificação, parceria (se existente), objetivos, metodologia, faseamento e resultados esperados (no caso dos projetos ou estudos), e a justificação, entidade parceira, objetivos, conteúdos e destinatários (no caso das prestações de serviços). Em paralelo às atividades mais puramente científicas ou de investigação, a valência da prestação de serviços era já claramente assumida, até com o propósito declarado de estreitar relações com o Centro de Estudos Aplicados (CEA), criado na Faculdade de Ciências Humanas por Mário Pinto – que era, aliás, conselheiro do CEPCEP<sup>159</sup>. Importante valorização era também dada à cooperação nacional e internacional, em nome da “irreprimível vocação de relacionamento externo” que animava o Centro, e que se queria materializada no que hoje a gíria académica chamaria trabalhar em rede (ligando a UCP a outras universidades, fundações, instituições culturais, organizações internacionais, etc.), para cruzamento de olhares (“na aproximação estável e no entendimento sistemático entre estudiosos de problemáticas afins”), ganhos de escala (“na potenciação de meios isoladamente escassos mas solidariamente significativos”), e correto estudo da hibridação de culturas (“na redescoberta de um destino histórico de entreposto cultural”)<sup>160</sup>.

O grau de cumprimento deste extenso e detalhado programa bienal foi satisfatório. Comparando o prometido com o realizado, apura-se que o CEPCEP levou a cabo 3 dos 6 cursos, conferências ou seminários, 5 dos 12 projetos de investigação e 2 das 3 prestações de serviço, tendo iniciado, em 1986, a publicação da revista e de livros. Por vezes, os resultados esperados tiveram de ser acomodados, pelo caminho, aos meios possíveis... e ao cumprimento ou incumprimento individuais dos muitos nomes que o Centro envolveu, ou gostaria de ter envolvido, nas suas realizações. Em contrapartida, cumpriram-se iniciativas nesse biénio que não estavam programadas e abriram-se contactos e perspectivas de trabalho que demorariam anos a dar frutos. Em todo o caso, o CEPCEP “mexia-se”. Carlos Medeiros comenta, a propósito: “os outros Centros de Estudo, e mesmo outras vozes, achavam que o CEPCEP era uma coisa estranha, que estudava coisas obscuras, que estava muito interessado em África – que era algo que a própria Universidade achava estar muito distante. A dada altura, o Centro começa a fazer coisas importantes e a levar lá nomes

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, pp. 83-84.

<sup>160</sup> *Ibidem*, pp. 95-98.

sonantes. Nessa altura ignoravam-nos. E nós também não dávamos cavaco para lá do Reitor”<sup>161</sup>.

Não era bem assim. Consolidar o Centro implicava dar dele “cavaco” a muita gente. Entre abril e junho de 1985, cópias do volume encadernado do Programa de Atividades foram enviadas a dezenas de destinatários: ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, aos Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, a todos os Ministros e a inúmeros Secretários de Estado, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a todos os administradores da Fundação Calouste Gulbenkian, aos Presidentes ou Coordenadores de todas as entidades parceiras de convénios, a Presidentes e Diretores de institutos, associações, museus ou direções-gerais, aos Reitores de universidades, portuguesas, brasileiras ou africanas, a vários titulares de cargos políticos ou notáveis dos PALOP, à maioria das Embaixadas acreditadas em Lisboa, para lá de várias figuras individuais ou nomes ligados ao Centro<sup>162</sup>. No interior da UCP, o Programa foi recebido por todos os diretores de unidades, em Lisboa, Braga, Porto e Viseu. Para o Cardeal Patriarca seguiu cópia e carta personalizada, na qual a direção do CEPCEP rogava “ouvir V. Eminência sobre as condicionantes, possibilidades e linhas de desenvolvimento do Centro”; D. António Ribeiro leu com atenção e, em resposta, expressou contentamento, embora recomendando “prudência e realismo”<sup>163</sup>. Outros ecos não tardaram a chegar. O Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando de Melo Freyre, congratulou-se, ressaltando “o extenso e qualificado programa a ser desenvolvido que, por certo, alcançará o êxito pretendido”<sup>164</sup>. O Presidente do Governo açoriano, João Bosco Mota Amaral, felicitou “pela largueza e importância da iniciativa”<sup>165</sup>. René Pélissier, o conhecido historiador da África portuguesa, foi ainda mais expansivo: “*Je viens de recevoir votre Programa et je suis littéralement écrasé par vos activités à venir. Je doit dire que vous m’aviez fait une forte impression, mais je ne m’attendais pas à une telle effervescence*”<sup>166</sup>.

A elaboração do programa bienal de 1985-1986 foi decerto a última tarefa em que esteve envolvido o, ou que foi liderada pelo fundador e Presidente da Comissão Instaladora do Centro. A 31 de março de 1985, Freitas

<sup>161</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>162</sup> V. uma Lista de Envio do Programa de Atividades de 1985-1986, com 5 pp. manuscritas, no Arquivo CEPCEP, CEP 5 (s.d.).

<sup>163</sup> Arquivo CEPCEP, CE 2 (carta de 18.4.1985), e ARD, 27.5.1985.

<sup>164</sup> *Ibidem*, CR 2 (carta de [?].5.1985).

<sup>165</sup> *Ibidem*, CR 2 (carta de 5.5.1985).

<sup>166</sup> *Ibidem*, CR 2 (carta de 8.7.1985).

Ferreira cessou funções diretivas no CEPCEP, e também as de diretor da Faculdade de Teologia e da Secção de Filosofia de Lisboa. Aparentemente, e de acordo com Mário Lages, Freitas Ferreira fê-lo “porque pensava que outros poderiam dar um contributo mais específico aos programas do Centro, já que os seus interesses intelectuais eram radicalmente teológicos e as atividades do CEPCEP se orientavam para o aprofundamento de outras ciências humanas”<sup>167</sup>. Teodoro de Matos tem outras recordações: “lembro-me de numa reunião [Freitas Ferreira] falar em dar a presidência ao Roberto Carneiro, pelo muito trabalho que tinha e pelo prestígio que Roberto Carneiro gozava na sociedade, o que facilitaria a angariação de fundos e projetos”<sup>168</sup>. Vale a pena acrescentar que Freitas Ferreira era, desde 1982, presidente da Comissão para o estudo e planeamento da extensão da UCP no Funchal, tendo entretanto assumido também, em 1984, o lugar de presidente da Comissão de Estudo para a viabilização de uma Universidade da Madeira, a convite da Secretaria de Estado do Ensino Superior<sup>169</sup> – tarefas que lhe ocupavam muito tempo, e que o envolviam muito, como madeirense que era.

Talvez tenha sido por tudo isto que decidiu afastar-se. Mas esta narrativa pode esconder outras pequenas verdades. Em carta que lhe endereçou, Roberto Carneiro lembrou que a sua saída ocorrera “não obstante o parecer contrário e a manifestação de inequívoca solidariedade que todos os membros da Direção lhe significaram nos últimos tempos”, aproveitando para lavrar por escrito o quanto “o entusiasmo, a dedicação e a competência com que V. Exa. incansavelmente exerceu o cargo são, em larga medida, responsáveis pela projecção do Centro e assinalável sucesso das suas atividades iniciais, assim como pelo sentimento de leal colaboração que todos lhe tributamos”<sup>170</sup>. Freitas Ferreira respondeu-lhe “profundamente sensibilizado”, e garantindo que permaneceria para sempre “sentimentalmente ligado ao CEPCEP e, por laços de profunda amizade, aos membros do Conselho de Direção”. Mas acrescentava: “É desneces-

<sup>167</sup> Lages, 1994, p. 12.

<sup>168</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>169</sup> V. Lages, 1994, p. 14, e Trigo, 1997, p. 55.

<sup>170</sup> Arquivo CEPCEP, CE 2 (carta de 15.4.1985). O reconhecimento a Freitas Ferreira foi unânime. Anos volvidos, Mário Lages reconheceria que, sem ele, “o CEPCEP não teria sido criado dentro da Universidade Católica, no tempo em que o foi e com as características que tem. Como Diretor da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, multiplicou-se em contactos com personalidades portuguesas e estrangeiras, com vista a dar ao Centro o perfil programático e institucional mais adequado ao momento da vida da Universidade Católica e da universidade portuguesa em geral” (Lages, 1994, p. 11).

sário encarecer a pena que me acompanha por me ver forçado a tomar atitude tão radical. Embora reconhecendo que o CEPCEP não é o campo mais propício para a realização das minhas aspirações científicas, terei de sublinhar que só essa não teria sido razão suficiente para justificar a minha decisão. Em tais circunstâncias, a compreensão, a solidariedade e a amizade dos membros do Conselho de Direção foi para mim extremamente reconfortante<sup>171</sup>. Sem dúvida que as atividades da Madeira o chamavam e que o CEPCEP ganhara um rumo definitivamente extra teológico; mas, com toda a possibilidade, o afastamento era consequência de acontecimentos internos da Faculdade de Teologia – para cuja direção o Reitor não tardaria a nomear D. José Policarpo. No CEPCEP, a solução era óbvia. A partir de 1 de abril de 1985, Roberto Carneiro assumiu a Presidência do Centro, embora “em exercício”, ou a título “interino” – uma vez que, mesmo após a aprovação dos Estatutos, Bacelar não chegara a empossar oficialmente Freitas Ferreira, e tardaria ainda a empossar oficialmente Roberto Carneiro<sup>172</sup>.

O novo Presidente do Centro ofereceu alguma resistência à nomeação, recordando, hoje, ter sido “muito pressionado pelos meus colegas, sem exceção (Mário Lages, Carlos Medeiros e Artur Teodoro de Matos), além de me ter sido colocada a aceitação do cargo como verdadeiro imperativo de consciência pelo próprio Prof. Freitas Ferreira”. E assim, de nada valeram os seus protestos, “nem sequer o argumento de me considerar o menos dotado para a chefia de um projeto com a complexidade do CEPCEP, de entre os demais membros ativos ao serviço do Centro”<sup>173</sup>. Também as mais altas instâncias da UCP ajudaram a convencer Roberto Carneiro: “recordo-me do argumentário *in fine* expendido pelo Senhor Reitor, que tinha uma especial argúcia para a garantia de meios financeiros para o funcionamento geral da UCP. Segundo ele, era absolutamente indispensável que eu aceitasse a presidência do CEPCEP, nem que fosse por um mandato inicial de três anos, na medida em que, na sua avaliação, eu seria o membro da direção cessante mais apto a trabalhar o mercado difícil e escasso da cultura e da cooperação, pelo que ele via a minha aceitação como condição de sobrevivência do Centro. Perante tais argumentos – e em face da confirmação dos mesmos, formulados com a subtileza habitual pelo Senhor Cardeal Patriarca – vi-me sem saída e acabei por aceitar

<sup>171</sup> Arquivo CEPCEP, CE 2 (carta de 18.5.1985).

<sup>172</sup> Para as sucessivas composições da Direção do CEPCEP, com datas de nomeação, recondução ou cessação de funções dos seus membros, desde as origens do Centro até à atualidade, v. o Anexo – Quadro n.º 1.

<sup>173</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

exercer um mandato inicial de três anos”<sup>174</sup>. Como se verá, a esse mandato inicial suceder-se-iam (muitos) outros.

Foi já, portanto, em larga medida Roberto Carneiro quem assegurou a divulgação do programa bienal de 1985-1986, recorrendo à sua larga carteira de contactos político-sociais e académicos. E foi ele que, ao abrigo dos Estatutos, convocou a primeira reunião oficial do Conselho Geral do Centro. O encontro ocorreu a 26 de junho de 1985 – mas, para além dos membros da Direção (agora reduzida a quatro nomes), só estiveram presentes dois conselheiros: Mário Pinto e... José de Freitas Ferreira, que a esse título se manteve vinculado à unidade que fundara e liderara.

O pequeno plenário fez um ponto de situação das atividades já realizadas e das contidas no plano para 1985-1986, da preparação do primeiro número da revista *Povos e Culturas* (que apenas veria a luz do dia no final de 1986<sup>175</sup>), e dos convénios já rubricados, dedicando algum tempo à questão da criação de cursos de ensino superior a distância, eventualmente com o apoio do Ministério da Educação e da Fundação Gulbenkian. Mário Pinto felicitou o CEPCEP, qualificando-o de “invulgarmente ativo”, pelas suas “iniciativas do mais alto nível”. Roberto Carneiro citou, divertido, o Ministro da Educação, José Augusto Seabra, que, ao comentar o programa bienal, confessara sentir-se, “em face de semelhante riqueza”, “como um pobre perante o cardápio de um restaurante de luxo”<sup>176</sup>! O grosso da reunião do Conselho Geral foi, todavia, dedicado... ao problema do Conselho Geral. O órgão era estatutário e tinha competências claras e importantes, de aconselhamento e de acompanhamento dos trabalhos da Direção e do Centro. Devendo reunir, no mínimo, duas vezes por ano, e existindo informalmente desde 1983, reunira duas vezes nesse ano (em maio e outubro), e nunca mais desde então. Em junho de 1985, integravam-no doze nomes: os quatro membros da Direção, por inerência, e mais Hermínio Martinho, Jorge Miranda, José de Freitas Ferreira, D. José Policarpo, Luís Fontoura, Mário Pinto, Mário Sotto-Mayor Cardia e Vítor de Sá Machado. Urgia alargar o Conselho, integrando novos membros, para evitar que a Direção funcionasse quase em termos “umbilicais”.

---

<sup>174</sup> *Ibidem*.

<sup>175</sup> Por se tratar da principal marca identitária do CEPCEP, a Revista *Povos e Culturas*, sua criação e desenvolvimento inicial (1983-1986), e sua evolução e conteúdos (desde 1986 até ao presente), será objeto de análise individualizada no capítulo 10 da II Parte deste livro.

<sup>176</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 3, Ata da Reunião do Conselho Geral do CEPCEP, 26.6.1985, pp. 3-4.

Alguns trabalhos preparatórios já foram feitos. Em maio, Mário Lages auscultara Mário Pinto, colhendo sugestões; Roberto Carneiro, por seu turno, levava uma lista provisória ao conhecimento de D. José Policarpo, antes de a mostrar ao Cardeal Patriarca e, por último, ao Reitor Bacelar. Procurava-se assegurar sempre a “representatividade” de várias áreas científicas, a “não hostilidade à Universidade Católica” e o “pluralismo democrático”<sup>177</sup>. É possível identificar alguns nomes ilustres que ficaram pelo caminho. Mais importante é elencar os 25 que foram efetivamente aprovados na reunião de junho de 1985 e, portanto, convidados para o efeito: Aníbal Cavaco Silva, António Barbosa de Melo, António Barreto, António Guterres, António Rendas, Carminda Cavaco, Eduardo Marçal Grilo, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Cristóvão, Fernando Dias Agudo, Francisco Carvalho Guerra, George Agostinho da Silva, João de Sá Rebelo Sotto-Mayor, Joaquim da Silva Lourenço, José Eduardo Mendes Ferrão, Luís Archer, Luís Filipe Thomaz, Luís Valente de Oliveira, Manuel Braga da Cruz, Manuel José Carmo Ferreira, Manuel Ivo Cruz, Manuel Luís Marinho Antunes, Maria Vitalina Leal de Matos, Maria Idalina Resina Rodrigues e Rui Machete.

O elenco era, a todos os títulos, luxuoso e mostrava, como Carlos Medeiros salienta, “alguma antecipação”: “veja-se quantos futuros primeiros-ministros e ministros ele integrou na altura. E na altura não eram nada. Nós antevimos os futuros grandes atores da cena política portuguesa”<sup>178</sup>. Mas ao orgulho soma-se também alguma decepção. Nas palavras de Teodoro de Matos, o Conselho “não foi um fracasso”, mas teve um funcionamento muitíssimo irregular e escasso: “Julgo que terá reunido uma ou duas vezes, porque era constituído por pessoas da sociedade civil, com muitos afazeres, o que tornava tudo mais difícil. Mas isso é o comum de todos os Conselhos deste tipo”<sup>179</sup>. Pior foi, de resto, o cenário de outro dos órgãos também previsto nos Estatutos, que era o Conselho Científico, onde se sentariam os responsáveis pelas áreas geoculturais do Centro e os coordenadores das suas unidades científicas. Como aquelas nunca receberam materialização em termos de secções dentro do CEPCEP, nem este alguma vez criou “unidades” dentro de si, o Conselho Científico ficou

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 5, e Arquivo CEPCEP, ARD, 13.5.1985.

<sup>178</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>179</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016). Na sua entrevista ao autor deste livro, Carlos Medeiros confessa mesmo que a Direção cometeu porventura um “erro”: “foi não termos dinamizado mais o Conselho Geral. Devíamos ter feito mais. Se me perguntasse o que mudaria naquela primeira fase, era isto. Teria dado um papel de relevo e de quotidiano, na vida do Centro, ao Conselho”.

sempre letra morta. Facto é que a quase invisibilidade dos dois Conselhos nunca paralisou o Centro, cuja força motriz foi sempre – e sempre bastante dinâmica – a Direção e os investigadores que esta mobilizava a todo o momento.

Nem todos aqueles 25 nomes aceitaram o convite – mas nenhum o recusou senão pretextando estar já sobrecarregado com outras funções. O filósofo (George) Agostinho da Silva declinou por excesso de modéstia, não sem agradecer a “honra” do convite a Roberto Carneiro, a quem declarou que o Centro era, para si, “chave de um mundo futuro, que seja realmente humano e de caminho para o divino”<sup>180</sup>! Manuel Braga da Cruz, o futuro Reitor da UCP, ou António Barreto, o futuro Presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, aceitaram. O mesmo fizeram António Guterres e Aníbal Cavaco Silva – este último a 28 de outubro de 1985, ou seja, uma semana e meia antes de tomar posse como Primeiro-Ministro do X Governo Constitucional<sup>181</sup>. Para substituir algumas recusas, houve nova leva de nomes falados no final desse ano<sup>182</sup>. Um dos que passou a integrar o Conselho (a partir de fevereiro de 1986<sup>183</sup>), foi Ernâni Lopes, que dirigia na UCP, desde 1980, a Pós-Graduação, depois o Centro de Estudos Europeus, e que a opinião pública portuguesa bem conhecia como Ministro das Finanças do Bloco Central, entre 1983 e 1985.

Os primeiros três anos da vida do CEPCEP, contados desde a sessão solene de inauguração, em maio de 1983, não terminaram, na primavera de 1986, sem uma crise institucional que poderia ter sido determinante no seu futuro – talvez até na sua própria existência. O problema não foi científico, nem de funcionamento ou ligação interna entre os seus membros, mas de relacionamento entre o Centro e a Reitoria da UCP.

Por razões que não é possível discernir, e apesar da homologação superior dos Estatutos, duas das suas disposições arrastaram-se demasiado tempo sem cumprimento, gerando, no interior do CEPCEP, algum desconforto crescente. A primeira era a formalização da “personalidade jurídica” do Centro; a segunda, a nomeação formal da sua primeira Direção, posto

<sup>180</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 3 (carta de 4.11.1985).

<sup>181</sup> V., *ibidem*, as cartas de aceitação destes nomes. Aníbal Cavaco Silva respondeu oralmente, através de mensagem comunicada pela mulher, Maria Cavaco Silva, a Mário Lages. Refira-se que quer Aníbal Cavaco Silva, quer a mulher, eram professores – de Economia e de Literatura Portuguesa, respetivamente – na Faculdade de Ciências Humanas da UCP desde finais dos anos 70. Cavaco Silva interrompera a carreira docente em 1979, quando fora para Ministro das Finanças da AD, mas Maria Cavaco Silva manteve-se na Universidade Católica.

<sup>182</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 16.10.1985.

<sup>183</sup> *Ibidem*, CEP 3 (carta de 4.2.1986).

que a figura da Comissão Instaladora se extinguiu *de iure* com a aprovação estatutária no final de 1984. Em vários momentos, ao longo de 1985, Freitas Ferreira, primeiro, e Roberto Carneiro, depois, oficiaram a Reitoria lembrando as pendências<sup>184</sup>. Em julho, Mário Lages elaborou mesmo um memorando, para ser presente ao Reitor, em que se detalhava a situação: não tendo o Centro “natureza associativa” (figurino primitivo, que os Estatutos de 1984 tinham deixado cair), não era possível obter a personalidade jurídica através de mecanismos civis; consultado o Cardeal Patriarca, este sugerira que a via de obtenção teria de ser canónica, mas que o Conselho Superior da UCP teria de ser ouvido sobre isto<sup>185</sup>. Os meses passaram sem que se avançasse.

Entretanto, desencontros vários, de convites e comunicações do CEP-CEP ao Reitor, ou a existência de iniciativas do Centro cuja informação não chegava a Bacelar colocaram-no em rota de colisão com a sua Direção. A isto se juntava o facto de a administração financeira da UCP ter entretanto reclamado pagamentos de faturas pendentes do Centro, que a Universidade cobrira. O CEPCEP já ressarcira a Reitoria, e aproveitara para solicitar a esta a concessão de uma “subvenção regular ou extraordinária” para os seus trabalhos, conforme estava previsto, de resto, nos Estatutos<sup>186</sup>. Decerto em hora de maior cansaço ou desânimo com os projetos em curso na UCP – e nenhum era mais importante, naquela altura, do que completar a construção do edifício da futura Biblioteca João Paulo II – Bacelar respondeu de forma inusitadamente cortante e sarcástica: “Caro Dr. Mário Lages, *Inter amicos et sine geringonça... (sic)* [...] Talvez o Dr. Mário Lages ainda não abarque bem o horizonte relacional ativo desta pequena instância, reservada e silenciosa, que se chama Reitoria e seus órgãos afins. Sem isso talvez não estivesse ao alto a carcaça da João Paulo II (*sic*). Não preciso de pregá-lo. Já apareceu um protetor para a Sala da Sociedade Científica. Não é muito: apenas 1500 contos. Como o CEPCEP pede 3 ou 4, já imagina que voltas tem de dar ao mundo de Cultura e Expressão Portuguesa [...] Um abraço e um “*pax tecum*”. *Totus tuus*. Bacelar”<sup>187</sup>. A dotação financeira ao Centro era, portanto, impossível. Em fevereiro de 1986, o desânimo do CEPCEP subiu de tom. A “personalidade jurídica” continuava por resolver, Roberto Carneiro estava há quase um ano na condição de “Presidente em exercício”, e parecia que a Reitoria

<sup>184</sup> V., por exemplo, Arquivo CEPCEP, ARD, 21.1, 4.2 ou 16.9.1985.

<sup>185</sup> *Ibidem*, CE 3 (memorando de 15.7.1985).

<sup>186</sup> *Ibidem*, ARD, 16 e 21.9.1985.

<sup>187</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (carta de 5.10.1985).

– talvez não individualmente o Reitor – tinha “uma opinião desfavorável em relação ao CEPCEP”. Carlos Medeiros achava que era preciso afirmar “junto do Reitor, a autonomia financeira, científica e pedagógica” do Centro; Roberto Carneiro, por seu turno, considerava haver alguma “falta de peso específico do CEPCEP na Universidade”<sup>188</sup>.

Porque o dinheiro não abundava, e já se vira que a Reitoria não dispunha de margem para financiar alguma parcela do Centro, Roberto Carneiro e Carlos Medeiros vinham entretanto reforçando contactos com o Brasil, para intercâmbios culturais e científicos, mas também para tentarem ali encontrar fontes de financiamento, por exemplo projetando cursos ou formações destinadas ao empresariado brasileiro, que pagava bem e que estava interessado em Portugal, na perspectiva da muito recente adesão deste à CEE. A 17 de março, o Presidente em exercício do Centro enviou para a Reitoria o texto de um convénio – negociado por Medeiros no Rio de Janeiro – que iria ser assinado entre o CEPCEP, a Federação das Associações Luso-Brasileiras e a Fundação Cultural Brasil-Portugal, com aqueles fins em vista. O texto fora previamente acordado com o Diretor do Centro de Estudos Europeus da UCP, Ernâni Lopes – e de tudo se dava agora conta ao Reitor<sup>189</sup>. A resposta deste foi duríssima e veio na forma de uma longa carta de quatro páginas, datada de 7 de abril.

Bacelar e Oliveira começava por lembrar a Roberto Carneiro que a iniciativa daquele convénio ou protocolo, pela sua relevância e implicações, transcendia não só o âmbito de competências do Centro, como da própria Reitoria, devendo ser presente ao Conselho Superior – “e não como facto consumado, mas como projeto”. Mais: a minuta não só se apresentava com “aspetos de teor hegemónico e concentracionista” por parte do CEPCEP, que interferiam claramente com a Universidade, como materializava “uma duplicação ou confronto de iniciativas em nada propícios à ação de conjunto e à imagem da Universidade”. A questão estava na reserva de competência nas relações internacionais da UCP, cometida aos seus órgãos centrais ou superiores – e por isso a carta prosseguia elencando todas as parcerias internacionais de mais alto nível que a Reitoria conseguira estabelecer, ao longo de anos, na Alemanha, nos EUA e no Brasil, neste último caso através da FIUC, da Associação Luso-Brasileira da UCP e da Associação dos Cooperadores e Amigos da UCP. E por isso houvera clara “sobreposição” entre a missão de Carlos Medeiros ao Brasil e a que, já antes, D. José da Cruz Policarpo, em nome da UCP, ali fizera! Tudo

<sup>188</sup> *Ibidem*, ARD, 17.2 e 24.2.1986.

<sup>189</sup> *Ibidem*, CEP 4 (carta de 17.3.1986).

visto e considerado, o Reitor terminava escrevendo: “haverá que evitar-se casos de sobreposição, de uma apresentação quase hegemónica por parte do CEPCEP, de programação que, a não contar antes de mais com quadros efetivos da Universidade, pode levar a situações de confronto ou a desaconselháveis repetições [...] É numa base de cordialidade que lhe presto lealmente estas informações esquemáticas e lhe apresento as minhas melhores saudações e bons votos”<sup>190</sup>.

Em reunião de direção, Roberto Carneiro deu a ler a missiva reitoral a todos os colegas, “salientando que nunca tinha recebido uma carta desse teor” e comunicando a sua disposição de se demitir imediatamente. Tivera, entretanto, um encontro com D. José Policarpo, no decorrer do qual o pusera a par destes acontecimentos e o convidara para assumir a presidência do CEPCEP. Na eventualidade de este recusar, falou-se então dos nomes de Fernando Cristóvão ou de Rui Machete para o cargo – dado que todos os vogais da direção sairiam com Roberto Carneiro –, mas eram escolhas impossíveis<sup>191</sup>. No final, acordou-se pedir uma audiência ao Magno Chanceler, a quem, de resto, Bacelar enviara também uma cópia da carta reitoral<sup>192</sup>. A audiência de D. António Ribeiro a Roberto Carneiro decorreu a 22 de abril. Vestindo a pele de mediador e de conciliador, o Cardeal reiterou ser o CEPCEP “muito importante” e dever ser “preservado a todo o custo, desde que dentro do espírito da Igreja e da UCP”. A hipótese de a sua presidência vir a transitar para D. José Policarpo não era do seu agrado, pois este desempenhava na altura as muito absorventes funções de Diretor da Faculdade de Teologia e da Secção de Filosofia de Lisboa e de presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional do Porto da UCP, para lá de ser o delegado da Conferência Episcopal Portuguesa no Conselho Superior da Universidade. Roberto Carneiro deveria reconsiderar e ficar; em troca, o Magno Chanceler bater-se-ia para que o Centro tivesse assento no Conselho Superior e no Conselho Académico<sup>193</sup>. Quanto a Bacelar, o Magno Chanceler não duvidava que o Reitor tinha “pessoalmente muita estima pelo Sr. Eng.<sup>o</sup>”; o problema é que “perd[ia] a

<sup>190</sup> *Ibidem*, CEP 4 (carta de 7.4.1986).

<sup>191</sup> Fernando Cristóvão era professor a tempo inteiro na Faculdade de Letras de Lisboa e presidente do seu Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa (CLEPUL), e Rui Machete, o antigo Vice-Primeiro-Ministro do Bloco Central, acabara de lançar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), a que presidia, e era deputado na Assembleia da República.

<sup>192</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 21.4.1986.

<sup>193</sup> José de Freitas Ferreira tinha assento no Conselho Superior da UCP, até 1985, na sua qualidade de Diretor da Faculdade de Teologia e não enquanto Presidente da Comissão Instaladora do CEPCEP.

calma de cada vez que vai pedir um subsídio a um ministro e é informado que o CEPCEP já lá esteve”. Seria possível Roberto Carneiro articular-se melhor com a Reitoria sobre este ponto? O visado esclareceu que essa era uma falsa questão: o CEPCEP não pedia financiamentos para funcionamento, mas para projetos, e de todo o modo em quantias muito inferiores às solicitadas pela Reitoria. Prestar contas disto a cada passo dado não estava de acordo com a autonomia financeira estatuída para o Centro. D. António Ribeiro não negou validade a estes argumentos, preferindo antes repetir os elogios ao CEPCEP e que as questões de visibilidade e de representatividade seriam solucionadas<sup>194</sup>.

Em nova reunião de Direção, em que deu conta do teor da audiência tida, Roberto Carneiro confessou que, depois da conversa com o Cardeal Patriarca, a rutura com o Reitor se tornava mais difícil. Haveria, claro, a hipótese de fazer frente à Reitoria através da fórmula de criação de um instituto que agregasse os três centros da UCP-Lisboa – o CEPCEP, o CEA (de Mário Pinto), e o CEE (de Ernâni Lopes). Mas estes nada tinham que ver com aquele mal-estar. Mário Lages, secundado pelos colegas, tirou a conclusão que se impunha: mesmo no caso improvável de D. José aceitar a presidência, formando a sua própria equipa, o CEPCEP “morre[ria] se a atual direção se demitir”, porque aquele CEPCEP era a obra daquela direção<sup>195</sup>. A carta de Bacelar fora dura, mas não era incontornável, e a Direção do CEPCEP estava a trabalhar bem.

Em junho, e depois em setembro, de 1986 Teodoro de Matos e Mário Lages falaram longamente com o Vice-Reitor Jorge Costa André, para o tranquilizar quanto à política de pedidos de subsídios por parte do Centro, que era “de objeto e natureza diferenciada dos da UCP”, e obtendo deste a promessa de que Roberto Carneiro passaria a ter assento no Conselho Superior e também nas reuniões de Reitoria, com os restantes diretores de unidades<sup>196</sup>. Restava, ainda e sempre, todavia, a questão da “personalidade jurídica” do Centro. E esta nunca seria resolvida... porque a sua obtenção, afinal, e segundo pareceres jurídicos coligidos, obrigava a que o CEPCEP tivesse um caráter associativo, figurino que fora abandonado na versão definitiva dos Estatutos<sup>197</sup>. Não consta, porém, que tal incumprimento (do

---

<sup>194</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 28.4.1986.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> *Ibidem*, ARD, 2.6 e 11.9.1986.

<sup>197</sup> *Ibidem*, ARD, 29.4.1987. Essa impossibilidade fora já comunicada por D. António Ribeiro a Roberto Carneiro na audiência concedida em abril de 1986. O Presidente em exercício do Centro ainda propôs ao Cardeal Patriarca que, a ser assim, os Estatutos poderiam ser revistos para se “regressar” à primitiva fórmula da associação. Mas nada se fez.

n.º 3 do art.º 1.º dos Estatutos) tenha, até ao presente, impedido o Centro de desenvolver as suas múltiplas atividades.

Bacelar e Oliveira, por um lado, e Roberto Carneiro, por outro, eram personalidades determinadas, cada um lutando pelo cumprimento de uma mesma missão institucional: o sucesso da Universidade Católica, como um todo e através das suas múltiplas estruturas. A tensão relacional de 1986 foi, assim, uma momentânea crise de crescimento – no limite, um sobressalto de temperamentos – sanada pela intervenção mediadora do Magno Chanceler e Cardeal Patriarca (desde sempre um fiel protetor do Centro), e também pelo tempo e pelo bom-senso de ambas as partes. Roberto Carneiro não guarda hoje senão palavras de muito respeito e saudade sobre o Reitor Bacelar (sobre todos os reitores, aliás)<sup>198</sup>. E fazendo o balanço possível daqueles primeiros anos do Centro, de trabalho “intenso e permanente, dias e noites adentro”, diz também guardar “as mais gratas recordações” dos seus colegas diretivos, tributando-lhes a devida homenagem: “A equipa era muito heterogénea, embora marcada por um notável sentido de serviço à causa da Igreja e da cultura portuguesa”; contando com a “a bonomia austera da liderança do Prof. Freitas Ferreira”, no início, e, depois, com “a constante e incontrolável criatividade do Carlos Medeiros”, “e as sábias e prudentes posições do Mário Lages – conhecedor como ninguém dos meandros da UCP – e do Artur Teodoro de Matos, um homem íntegro, com larga experiência anterior na gestão universitária”, os primeiros anos do CEPCEP “constituíram, para mim, um tempo de aprendizagem, diria mesmo de estágio intenso, graças ao generoso e paciente acolhimento, por parte dos colegas, das minhas manifestas insuficiências para o exercício do cargo que me coube em sorte exercer a partir de 1985”<sup>199</sup>. Por isso, conclui Roberto Carneiro, “muito fiquei a dever aos quatro colegas de trabalho em matéria de conhecimentos concretos, e práticos, que me serviram de guia precioso para os 32 anos que levo à cabeça e a ‘puxar’ pelo CEPCEP”<sup>200</sup>.

---

<sup>198</sup> “Tive sempre uma relação fácil e de grande proximidade cúmplice com os sucessivos Reitores da UCP. Dito isto, é também evidente que sempre evoco, com especial carinho, a memória do primeiro Reitor e criador do CEPCEP; mas todos, sem exceção, foram personalidades reitorais que acarinham e apoiaram o projeto CEPCEP nas suas diversas fases evolutivas” (entrevista por e-mail, abril de 2017).

<sup>199</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>200</sup> *Ibidem*.

---

## A evolução do CEPCEP: A autonomia sob a Reitoria e a integração institucional no IIAIC / ICIC (1986-2000)

Tanto para o CEPCEP como para a Universidade, a segunda metade da década de 1980 foi importante e as realizações de ambos estiveram muitas vezes entrecruzadas. Entre os finais de 1982 e os finais de 1986, a UCP aumentou o seu total de alunos de um pouco menos de 4 mil para cerca de 6 mil<sup>201</sup>. Na sede, em Lisboa, e nos polos, futuros centros regionais, as licenciaturas e o mais recente nicho dos mestrados registaram procura crescente, fruto do *boom* então verificado no Ensino Superior, que fez proliferar, ao lado da UCP, outras universidades privadas, e do otimismo económico e social que o ingresso na Europa semeou no país. Passado o biénio de maior austeridade, associado à governação do Bloco Central, o influxo dos dinheiros europeus da segunda metade da década de 1980 teve um efeito positivo sobre a procura universitária e, de forma mais alargada, sobre as próprias possibilidades de financiamento de projetos, de estudos, de parcerias, de apoios a iniciativas de ensino e formação.

A Universidade Católica complexificou-se. Alguns dos seus cursos ganharam um carácter mais nacional, porque lecionados, por regime de extensão, em mais do que um local – e até em zonas onde a UCP não tinha propriamente um polo, como o Funchal. Novas ofertas não conferentes de grau foram surgindo, ao nível de pós-graduações ou de cursos de verão, ao mesmo tempo que se expandia a atividade editorial e o número de unidades de investigação ou prestação de serviços – como o Centro de Estudos do Trabalho, no âmbito da FCH de Lisboa, ou o Centro

---

<sup>201</sup> V. documentação reitoral dirigida “Aos Cooperantes e Amigos da UCP”, junho de 1986, in Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988.

de Estudos de Organização e Gestão, na UCP-Porto<sup>202</sup>. Na sede, os anos de 1985-1987 foram dominados pelo maior desafio da década e um dos maiores de toda a história da Universidade: a conclusão, apetrechamento e inauguração do Edifício da Biblioteca João Paulo II, que transformou por completo a fisionomia do *campus* da Palma de Cima.

Acompanhando os ares do tempo, o CEPCEP deu passos seguros no caminho de uma maior profissionalização. Era já um Centro conhecido. O grosso programa de atividades de 1985-1986 circulara bastante, e suscitara até tentativas de algum mimetismo. Em maio de 1986, Francisco Carvalho Guerra, figura cimeira do centro regional do Porto, enviou a Mário Pinto, para que este fizesse chegar a Roberto Carneiro, um projeto de Estatutos, que decalcavam os do CEPCEP, pelo qual se andava a projetar, na capital nortenha, a constituição de um... CECECEP, Centro de Estudos de Cultura e Ensino dos Países de Expressão Portuguesa, com o figurino de associação sem fins lucrativos<sup>203</sup>. Este Centro, ou associação, ainda publicou alguns trabalhos, no final dos anos 80, mas não chegou à atualidade.

Em outubro de 1986, a Direção do CEPCEP tomou duas decisões importantes. A primeira foi a de avançar para a redação de um novo programa bienal (para 1987-1988), mas mais sucinto do que o antecessor: em vez de um volume A4 encadernado, um desdobrável, com as publicações já realizadas e as calendarizadas, algumas fotos, em edição bilingue (português e inglês), numa saudável e previdente iniciação à internacionalização<sup>204</sup>. Passaria a ser esta a estratégia a seguir, embora cumprida de forma irregular, tanto mais que ao longo dos anos 1990 os desdobráveis foram dando lugar a Relatórios de Atividades, apresentados pelo Centro à Reitoria. A segunda decisão foi a de contratar uma secretária a tempo inteiro, porque o ritmo das iniciativas em curso já não se coadunava com o *part-time* administrativo das duas pessoas (Isabel Norton de Matos e, depois, Maria Madalena Soares de Azevedo), que tinham assegurado o trabalho nos primeiros anos.

As contratações de funcionários para a UCP tinham na altura uma simplicidade que hoje já talvez não exista – sobretudo, os requisitos e circuitos eram mais simples. Sucedeu que D. José Policarpo conhecia uma pessoa e sabia da sua disponibilidade – uma jovem arquiteta, de nome Maria Cristina Pereira, que, sem saber ainda que o seu futuro passaria pela Universidade, já ali estivera, em 1983, a assistir à conferência que o Presi-

---

<sup>202</sup> *Ibidem*.

<sup>203</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2.

<sup>204</sup> *Ibidem*, ARD, 21.10.1986.

dente Léopold Senghor proferira no curso do CEPCEP sobre *Religião em África*. D. José Policarpo contactou-a, explicou-lhe o que era o Centro e o ingresso foi quase imediato<sup>205</sup>. Maria Cristina Pereira começou a trabalhar a 13 de outubro de 1986, a data em que, como a própria recorda, foi recebida e integrada por Mário Lages: “estava insegura, era o meu primeiro emprego, não conhecia pessoa alguma, tudo era desconhecido. O Prof. apareceu, sorridente, e deu-me as boas vindas. Rapidamente mostrou-me os cantos à casa, apresentou-me às colegas dos serviços mais próximos e ‘lançou-me’ ao trabalho [...] Avancei sempre, sabendo que estaria por perto, se de alguma coisa precisasse”<sup>206</sup>. No CEPCEP, a nova secretária veio encontrar os restantes membros da Direção e também a investigadora Ana Costa Lopes: “o ambiente foi sempre fantástico devido à grande amizade que sempre existiu entre todos. Esta grande amizade acabou por me integrar [...] os quatro diretores apoiavam-se muito uns nos outros, na organização de eventos ou na construção e desenvolvimento de projetos. Atividade que um desenvolvesse contava sempre com a presença de todos”<sup>207</sup>. O trabalho era diário, e Mário Lages decidiu investir em melhores meios. Como recorda Cristina Pereira, “todas as primeiras cartas, relatórios e livros foram datilografados em máquina de escrever. Mais tarde o Prof. Mário Lages adquiriu um computador *Atari* para o CEPCEP e iniciou-me na área da informática. O computador tinha 60 mega de disco, o que causava sensação entre todas as pessoas ligadas à informática, tendo eu chegado a receber alunos de Gestão que queriam ver tal máquina!”<sup>208</sup> Inicialmente com um contrato de prestação de serviços, a secretária do CEPCEP passou a integrar o quadro em 1988<sup>209</sup>. Mais de 30 anos volvidos sobre a sua chegada ao CEPCEP, ainda hoje ali prossegue o seu trabalho.

---

<sup>205</sup> Maria Cristina Pereira, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>206</sup> Maria Cristina Pereira, in Lopes e Carneiro, 2016, p. 238.

<sup>207</sup> Maria Cristina Pereira, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>208</sup> *Ibidem*. Na última reunião de Direção de 1988 foi tomada a decisão de as Atas respetivas passarem a ser datilografadas a computador, para facilitar emendas, abandonando-se o seu registo manuscrito. A prática entrou em vigor no início do ano de 1989 (ARD, 30.12.1988).

<sup>209</sup> “Em 1988, o Prof. Pe. Bacelar e Oliveira fez sair uma norma que dizia que todas as pessoas ao serviço da Universidade teriam de pertencer ao quadro. Na altura, não se assinava contrato, bastava entregar uma série de documentos: fotocópia do BI e NIF, certificado de habilitações e documento do pároco em como éramos bons cristãos. O meu foi assinado pelo Sr. D. José [Policarpo] que me conhecia desde os seis anos. Foi então que entreguei toda a documentação solicitada e passei a ser funcionária do quadro a partir do dia 1 de março de 1988” (Maria Cristina Pereira, entrevista por e-mail, outubro de 2016).

Uma contratação de secretariado a tempo inteiro mostrava quanto a situação financeira do Centro estava a progredir. Não era especialmente folgada, e o *fundraising*, porta a porta e constante, continuou a ser uma preocupação e uma atividade contínuas. Na primavera de 1987, Roberto Carneiro afirmava ter o CEPCEP “tido dificuldades em gerar financiamentos”, mas que estava “agora em situação mais estável”<sup>210</sup>. Isto permitiu, por exemplo, adquirir equipamento bibliográfico vário, a partir de um trabalho de rastreamento de catálogos de várias editoras, elaborado de forma regular por Ana Costa Lopes<sup>211</sup>. E permitiu até equacionar uma eventual política de remuneração aos membros da direção. O assunto foi discutido em várias reuniões, e chegou a ficar assente que cada membro da Direção receberia uma senha de presença de 2 mil escudos por cada reunião, que cada atividade deveria orçamentar uma verba para pagamento do seu coordenador ou supervisor, e que as atividades não lucrativas seriam remuneradas por importância a fixar caso a caso em reunião de direção e consoante as margens financeiras disponíveis. Como esta contabilidade era complicada, pensou-se, em alternativa, em pagar 8 mil escudos mensais a cada membro da direção independentemente do seu trabalho individual. A uma sugestão no sentido de a remuneração de Roberto Carneiro ser superior, respondeu este que não aceitava a diferenciação<sup>212</sup>. Ao que parece, no entanto, esta política remuneratória nunca foi adiante. Durante alguns anos – quando o a situação financeira permitia – foram, de facto, pagas senhas de presença nas reuniões. Mas no cômputo geral da sua história, a esmagadora maioria do trabalho produzido no Centro nunca foi remunerado por este, mas através de verbas orçamentadas em cada projeto que a equipa ou um dos seus membros coordenava. Foi sempre esse, até hoje, o modelo de financiamento e o segredo da sustentabilidade do CEPCEP: realizar cursos, congressos, conferências, seminários, estudos, consultoria e prestação de serviços, cujos orçamentos remuneravam trabalho de coordenação (e de execução, para os investigadores e académicos mobilizados para o efeito), e libertavam *overheads* para as próprias despesas de funcionamento do Centro.

O que era especialmente valioso era o capital de reconhecimento e visibilidade que estava a ser construído. Em março de 1987, Roberto Carneiro integrou, a convite, a comitiva da viagem do Presidente da República, Mário Soares, ao Brasil. Soares era, como já antes o tinha demonstrado,

<sup>210</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 8.5.1987.

<sup>211</sup> *Ibidem*, ARD, 30.7.1987.

<sup>212</sup> *Ibidem*, ARD, 8.5 e 25.5.1987.

um “amigo” interessado do Centro. O convite surgira aliás – ao CEPCEP, mas também a outras unidades universitárias – porque o Chefe de Estado queria mostrar aos brasileiros “a face moderna do Portugal europeu e evidenciar os múltiplos setores de ponta, designadamente nos domínios na ciência e da cultura, em que Portugal atingi[ra] níveis de excelência”<sup>213</sup>. No Recife, Roberto Carneiro negociou com a Fundação Joaquim Nabuco uma extensão do protocolo já assinado entre esta e o Centro, à Fundação Gulbenkian e ao Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, aproveitando a presença, na comitiva do Presidente, de José Blanco e de Fernando Cristóvão. Para o CEPCEP, o objetivo concreto era vir a realizar a divulgação mútua e cruzada da revista *Povos e Culturas* no mercado brasileiro, e da revista *Ciência e Trópicos* no mercado português<sup>214</sup>. De volta a Lisboa, o Presidente em exercício do Centro deu conta ao Reitor Bacelar da excelente receptividade que tivera no Brasil, tendo ali realizado múltiplos contactos de estreitamento interinstitucional e algumas conferências, e da forma como Soares demonstrara sempre “apreço e interesse” pelas atividades do CEPCEP e da UCP em geral<sup>215</sup>. Bacelar respondeu rápido, agradecendo a narrativa da viagem e alongando-se em recordações de como, em 1984, acompanhara o mesmo Soares, então Primeiro-Ministro, numa viagem ao Oriente, aproveitando a ocasião para estabelecer contactos benéficos para angariação de patrocínios destinados à futura Biblioteca João Paulo II, onde – acrescentava o Reitor, num gesto de simpatia – “espero que em breve possa instalar-se, pela forma possível, o CEPCEP”<sup>216</sup>.

O Edifício João Paulo II estava então nos seus últimos acabamentos. Numa Universidade onde o orçamento de gestão era ao tempo de c. de 500 mil contos, a obra custara... um pouco mais de 500 mil contos, finan-

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988.

<sup>214</sup> *Ibidem* CEP 4 (texto do protocolo de 29.3.1987). Os contactos com o Brasil progrediriam: em outubro de 1988, Mário Lages aproveitou a sua participação num colóquio realizado no Rio de Janeiro, sobre população e sociedade nos povos de expressão portuguesa, para nova ronda de publicidade do CEPCEP, conversando com Bráulio Nascimento, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e com vários académicos de Angola e Moçambique, também presentes no Colóquio. A ideia era estender ao Brasil e àqueles países africanos a investigação então em curso no Centro sobre o conto popular e a tradição oral nos povos de expressão portuguesa (Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988, relatório s.d.).

<sup>215</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988 (carta de 8.4.1987).

<sup>216</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (carta de 15.4.1987). O Reitor acrescentava na carta que Mário Soares já por mais de uma vez lhe dissera ter interesse pela Universidade Católica, porque “faz parte do sentido diplomático do então Primeiro-Ministro, hoje Presidente da República, e da atenção com que segue os assuntos da UCP”.

ciados por dotações de entidades nacionais e estrangeiras (EUA, Alemanha, Brasil, Macau e Hong-Kong) e subsídios particulares<sup>217</sup>. Conforme a documentação de apresentação que circulou, o edifício iria albergar, em muito melhores condições de consulta, o espólio bibliográfico da Universidade. Este ocuparia metade do espaço, ficando a outra metade para a instalação de serviços (como a Reitoria), de um Centro de Congressos e dos institutos e centros científicos. A batalha das instalações era um combate que o CEPCEP vinha travando pelo menos desde 1985. Em setembro desse ano, Mário Lages enviara ao Reitor o elenco dos espaços que o Centro considerava necessários para o seu bom funcionamento: um gabinete de direção, um gabinete para uma secretária e uma sala para guarda e tratamento de documentação e bibliografia, que pudesse também servir de apoio aos investigadores visitantes<sup>218</sup>. O assunto ficou entregue ao Vice-Reitor, Jorge Costa André, mas enquanto a Biblioteca não fosse uma realidade nada se poderia fazer. O CEPCEP teria de continuar a funcionar num só gabinete, que ocupava, desde 1983, no 1.º Piso do edifício antigo, defronte da direção e secretariado da Faculdade de Teologia. Nos meados de 1986, Artur Teodoro de Matos voltou a lembrar o assunto a Costa André, que lhe comunicou estar tudo bem encaminhado, e que, inclusive, a Reitoria estaria a estudar a hipótese de se vir a criar um instituto que agrupasse espacialmente todos os centros da UCP-Lisboa, permitindo assim um secretariado e meios informáticos comuns<sup>219</sup>.

A 5 de maio de 1987, a Direção do CEPCEP realizou finalmente a visita às instalações que a Reitoria dispensou ao Centro na repartição de espaços do edifício João Paulo II<sup>220</sup>. Eram dois gabinetes e uma sala de reuniões adjacente, onde se guardava o espólio bibliográfico crescente do Centro, situados no 3.º Piso. O edifício, no seu todo, foi solenemente inaugurado numa sessão, a 29 de novembro de 1987, que encerrava as comemorações do Ano XX da Universidade (1967-1987)<sup>221</sup>. O CEPCEP, todavia, por ques-

---

<sup>217</sup> V. documentação reitoral dirigida “Aos Cooperantes e Amigos da UCP”, junho de 1986, in Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988, e AA.VV., 2016, pp. 52 e 138.

<sup>218</sup> Arquivo CEPCEP, ARD 16.9.1985, e CE 3 (carta de 23.9.1985).

<sup>219</sup> *Ibidem*, ARD, 2.6.1986.

<sup>220</sup> *Ibidem*, ARD, 29.4.1987.

<sup>221</sup> Nessa cerimónia, representaram o CEPCEP Roberto Carneiro e Mário Lages. Artur Teodoro de Matos e Carlos Laranjo Medeiros lamentaram não ter podido estar presentes, mas a Reitoria, pedindo desculpas, justificou o racionamento de convites com o espaço disponível e com as dezenas e dezenas de personalidades que tinham de marcar presença, por razões protocolares ou porque representavam os vários patronos do novo edifício João Paulo II. Escrevendo aos dois, o Reitor Bacelar aproveitava para lhes confidenciar: “uma coisa me alegra: que através do esforço da Reitoria, o CEPCEP possa vir a

tões logísticas de transferência de materiais, só se mudaria para as novas instalações dali a dois anos, em 1989.

No verão de 1987, na sequência da vitória eleitoral obtida nas eleições legislativas, Aníbal Cavaco Silva formou o seu segundo governo. Para o elenco desse novo executivo, o Primeiro-Ministro convidaria Roberto Carneiro a assumir a pasta da Educação e do Desporto. A vitória eleitoral ocorreu a 19 de julho, e a tomada de posse um mês volvido, a 17 de agosto. Entre uma e outra data, o Reitor Bacelar enviou ao Magno Chanceler a proposta de nomeação do mesmo Roberto Carneiro como Presidente efetivo, e já não em exercício ou interino, do CEPCEP. A escolha era lógica: tratava-se de ratificar *de iure* uma presidência já exercida *de facto* desde a saída de José de Freitas Ferreira, mais de dois anos antes. Nos termos dos Estatutos, a nomeação do Presidente era da competência do Magno Chanceler da Universidade, sob proposta reitoral. O ofício de Bacelar foi assinado a 31 de julho<sup>222</sup>.

À data da proposta de formalização da sua presidência pelo Reitor, o nomeado não imaginava ainda, evidentemente, o convite que Cavaco Silva lhe faria, volvidos escassos dez dias, para integrar o governo. O cargo ministerial, que Roberto Carneiro aceitou, veio assim dificultar o assunto. Houve um compasso de espera de alguns meses, enquanto o novo titular da Educação tomava o pulso ao seu Ministério. E tanto que somente em dezembro Bacelar pôde confirmar junto de D. António Ribeiro que a proposta se mantinha, formalizando-se então a sua investidura na Presidência do CEPCEP<sup>223</sup>. Roberto Carneiro propôs então ao Reitor a nomeação da restante Direção: Carlos Laranjo Medeiros, Artur Teodoro de Matos e Mário Lages, este último com funções de vogal e de secretário executivo, ou científico, do Centro. Nenhum dos três colegas de Roberto Carneiro exercia funções no CEPCEP a tempo inteiro. Além da sua atividade de lecionação sazonal em Lisboa, nos EUA e no Brasil, Carlos Medeiros tinha acabado de assumir o lugar de Presidente do Conselho de Administração de uma empresa de turismo; Teodoro de Matos era Presidente da Comissão Científica do Departamento de História da FCSH-UNL e Diretor do Centro de Pré-História e Arqueologia do IICT; e mesmo Mário Lages, que pertencia à UCP, tinha ampla atividade docente e diretiva na Faculdade de Teologia. Urgia, portanto, alargar a Direção, sobretudo porque as funções

---

contar, dentro de pouco, com espaços novos e mais adequados às tarefas a cumprir, no amplo campo de trabalho que traçou e de que muito há a esperar” (Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988, cartas de 17.12.1987 e 21.1.1988).

<sup>222</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988.

<sup>223</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (telegrama de Bacelar para Roberto Carneiro, 23.12.1987).

ministeriais de Roberto Carneiro lhe tornavam muito difícil acompanhar, mesmo à distância, a vida do Centro. As reuniões com a sua presença eram esporádicas. Por vezes os encontros ocorriam no próprio Ministério da Educação, no final do expediente do Ministro, prolongando-se pela madrugada fora!<sup>224</sup>

Em abril de 1988, Bacelar aprovou a nomeação de um 5.º membro para a Direção, que tomou as funções de Vice-Presidente do CEP-CEP – um cargo não previsto nos Estatutos, mas necessário, em vista dos impedimentos de Roberto Carneiro<sup>225</sup>. O escolhido para a função foi Mário Campos Pinto, um homem da casa, membro do Conselho Geral do Centro, antigo Diretor da FCH e Diretor do CEA<sup>226</sup>. No final de maio, numa reunião-almoço entre a Direção e o seu novo Vice-Presidente, Mário Pinto foi colocado a par “dos problemas e projetos mais importantes a decorrerem no CEPCEP”<sup>227</sup>. Sucede que Roberto Carneiro também tinha já convidado Mário Pinto a assumir funções no Conselho Nacional de Educação, tutelado pelo Ministério. E por isso o Vice-Presidente nunca o foi a tempo inteiro. Em dezembro de 1988, numa altura de especial asoberbamento do Centro, a quem a Reitoria pedira que trabalhasse com a Fundação Oriente para a criação, na UCP, de um Instituto de Estudos Orientais<sup>228</sup>, decidiu-se integrar mais um elemento – o 6.º – na Direção. O escolhido, e oficialmente nomeado a 18 de janeiro de 1989<sup>229</sup>, foi Pedro Roseta. Era também um nome conhecido, dentro e fora da Universidade. Licenciado em Direito, trabalhara no Ministério da Educação no tempo de Veiga Simão, onde conhecera Adelino Amaro da Costa, futuro Ministro da Defesa da AD e cunhado de Roberto Carneiro. Fora depois, no ocaso do

<sup>224</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>225</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988 (ofício reitoral de 22.4.1988).

<sup>226</sup> “Tive sempre uma ligação pessoal de amizade e intimidade com Roberto Carneiro, e foi a seu pedido que entrei para a Direção [do CEPCEP] quando foi para Ministro, por razões óbvias: ele queria ser aliviado daquela marcação” (Mário Pinto, entrevista por e-mail, novembro de 2016). Jurista de formação, Mário Pinto fora professor na Faculdade de Economia do Porto e no Instituto Superior de Serviço Social, na década de 1960, antes de ingressar, já em Lisboa, no ISCEF, no ISCTE e, a partir de 1973, na UCP. Foi também deputado, pelo PPD-PSD, à Assembleia Constituinte e durante a primeira legislatura, até 1979.

<sup>227</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 24.5.1988.

<sup>228</sup> *Ibidem*, ARD, 23.12.1988. A Reitoria decidira criar uma Comissão de estudo para a organização do futuro Instituto de Estudos Orientais (que viria de facto a ser criado na UCP), com dois representantes do CEPCEP (Artur Teodoro de Matos e Mário Lages), dois representantes do Centro de Estudos de História Eclesiástica, Luís Filipe Thomaz (historiador), e o Reitor.

<sup>229</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção até 2000.

marcelismo, chefe do Gabinete de Estudos da DGES e Secretário-Geral da UCP, e, após o 25 de abril de 1974, deputado da Assembleia Constituinte, onde conheceu Mário Pinto. Tendo presidido ao grupo parlamentar do PSD entre 1979 e 1981, tornou-se de seguida embaixador português junto da OCDE, em Paris, entre 1981 e 1988. Regressou a Lisboa para deputado na Assembleia da República, onde o convite do CEPCEP o apanhou. Em 1989, poucos meses depois de o ter aceitado, tornar-se-ia membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em acumulação com as funções, entretanto assumidas, de membro do Conselho Nacional de Educação e de Presidente do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo. Por tudo isto, também para Pedro Roseta o CEPCEP era uma, mas não a única, nem a principal, ocupação<sup>230</sup>.

Contemplando tudo isto, em março de 1989 Mário Lages elaborou uma proposta de remodelação do CEPCEP, visando uma sua maior operacionalidade, que assentava na criação de um grupo de associados – um corpo de investigadores efetivos – formando uma estrutura intermédia entre a Direção e os investigadores e parceiros eventuais que eram mobilizados caso a caso, consoante o projeto ou iniciativa. Por um lado, isto libertaria os membros da Direção de tarefas de coordenação científica de proximidade que os assoberbavam muito; por outro lado, essa aposta poderia ser um primeiro impulso para o CEPCEP começar a criar um quadro próprio de investigadores, que não tinha<sup>231</sup>. Não tinha, e não teve, porque para tal era necessária uma filosofia de Centro e condições materiais de que o CEPCEP não dispunha. No verão desse ano, as notícias não eram animadoras para o Centro: Artur Teodoro de Matos estava de partida para Macau, para fundar e dirigir o Departamento de Estudos Portugueses da Universidade local, e ali ficaria dois anos, até 1991. O próprio Mário Lages entraria em sabática a partir de março de 1990, por um período de 8 meses<sup>232</sup>. Destas movimentações saiu a decisão de repartir o trabalho diretivo em pelouros: enquanto pudesse (de todo o modo com algum sacrifício da sua sabática), Mário Lages ficava responsável pela área de

---

<sup>230</sup> Nas palavras do próprio Pedro Roseta, “é verdade que fui membro da Direção do CEPCEP de 1989 a 2000, embora não tenha podido ter participação idêntica à dos outros membros, que aceitaram sempre a minha situação” (entrevista por e-mail, outubro de 2016).

<sup>231</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 31.3.1989.

<sup>232</sup> *Ibidem*, ARD, 17.7.1989.

investimento e gestão corrente, Pedro Roseta pelos colóquios, seminários e congressos e Carlos Medeiros pelas publicações<sup>233</sup>.

É inegável que a atividade do Centro decresceu nessa viragem de década e no início dos anos 1990<sup>234</sup>. Na última reunião de 1989, num debate sobre “o futuro do CEPCEP”, a meia direção presente (Mário Lages, Carlos Medeiros e Pedro Roseta) elencou as dificuldades: “há falta de disponibilidade. Há falta de fundos. O CEPCEP precisa de vender a sua imagem, pelo que será necessário encontrar alguém que saiba divulgar o Centro e as suas atividades”<sup>235</sup>. Mas não se encontrava esse alguém. Ou, por outra, esse alguém era e foi sobretudo Mário Lages. Recapitulando esses anos, o então Vice-Presidente confessa: “no CEPCEP nunca me considerei muito diretivo [...] O Prof. Mário Lages, também muito próximo de Roberto Carneiro, foi um trabalhador mais efetivo e intenso do CEPCEP”<sup>236</sup>. O mesmo diz Pedro Roseta: “Mário Lages foi sempre o membro mais disponível para trabalhar, bem como o mais dedicado”<sup>237</sup>. E Manuel Braga da Cruz, contemplando não apenas aqueles anos, mas toda a história do CEPCEP, corrobora a impressão, afirmando que Lages foi sempre “um dos braços mais operosos de Roberto Carneiro: lançava projetos, coordenava-os, concretizava-os, e muitas das publicações do Centro levam o seu nome”<sup>238</sup>.

Depois de 1988, o CEPCEP só voltou a realizar congressos ou seminários em 1993, e nesse espaço de tempo houve apenas dois cursos, um em 1990 e outro em 1992, duas publicações, e nenhum número da revista *Povos e Culturas*; só os números dos estudos e consultorias (cinco no total) foram ligeiramente melhores<sup>239</sup>. É verdade que, em 1991, Teodoro

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, ARD, 26.10.1989. Refira-se que no ano letivo de 1990-1991, Mário Lages integrou a Comissão Instaladora da nova Faculdade de Ciências Humanas da UCP, refundada, com novos cursos, na sequência da criação, em 1989, das novas Faculdades de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais, para onde passaram as licenciaturas em Direito, Gestão e Economia que antes estavam na FCH. Foi nessa altura que Mário Lages abandonou os cargos que ocupava na Faculdade de Teologia e transitou para a nova FCH onde, a partir de 1993, passaria a dirigir o Departamento (depois Área Científica) de Ciências Sociais, a sua macro área de especialização e investigação.

<sup>234</sup> O decréscimo é visível no facto de o volume encadernado das Atas das Reuniões da Direção do CEPCEP referente a 1990-1991 ser o mais pequeno de todos os da história do Centro – e contendo dois anos de trabalhos, e não apenas um.

<sup>235</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 28.12.1989.

<sup>236</sup> Mário Pinto, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

<sup>237</sup> Pedro Roseta, in AA.VV., 2012, p. 53.

<sup>238</sup> Manuel Braga da Cruz, in Lopes e Carneiro, 2016, p. 87.

<sup>239</sup> Tal como a revista *Povos e Culturas*, também os cursos, conferências, congressos, seminários, estudos e consultoria realizados pelo CEPCEP ao longo da sua história terão tratamento e análise sistematizados na II Parte deste livro.

de Matos regressou do Oriente e Roberto Carneiro cessou funções ministeriais, no termo do XI Governo Constitucional. Mas o primeiro transitou logo para Diretor do Centro de História de Além-Mar (CHAM), da UNL (até 2002), e para membro do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (no âmbito da qual viria a presidir ao Centro de Estudos Damião de Góis, até 2000), enquanto o segundo regressou ao Instituto Nacional de Administração (INA), para logo depois assumir as funções de Presidente e CEO da TVI (o canal privado de televisão, que arrancaria no início de 1993), ao mesmo tempo que era solicitado para uma carreira internacional de consultoria e de projetos, no Banco Mundial, na OCDE, na UNESCO, no Conselho da Europa ou na UE, que foi crescendo nos anos 90. E nesse mesmo ano de 1991 foi Mário Pinto quem, não renunciando à Vice-Presidência do CEPCEP, suspendeu, na prática, funções, ao assumir o cargo de Ministro da República para os Açores (até 1997), enquanto Mário Lages, a somar às novas responsabilidades na Faculdade de Ciências Humanas, passou a dirigir o Núcleo de Estatística do Centro de Informática, mais tarde rebatizado CESOP, e a integrar a Direção do Centro de Estudos Sócio Pastorais (CESP), ambos no quadro da UCP.

A Universidade Católica, ela própria, mudara no final da década de 1980. Ao cabo de vinte anos ininterruptos, José do Patrocínio Bacelar e Oliveira recusou ser reconduzido para um novo mandato como Reitor, depois de já ter feito quatro (1972-1988), e um (1968-1972), de Vice-Reitor em exercício de Reitor. O seu sucessor, escolhido pelo Magno Chanceler e pela Conferência Episcopal Portuguesa, foi D. José da Cruz Policarpo, Diretor da Faculdade de Teologia entre 1985 e 1988 e um confidente próximo do CEPCEP, na sua qualidade de membro do respetivo Conselho Geral (desde o início). O Reitor Bacelar nunca escondera a predileção muito especial pela “sua” Sociedade Científica. Mas, no seu discurso de despedida, em novembro de 1988, fez uma menção especial ao CEPCEP, em homenagem a Roberto Carneiro, que ali o escutou como Ministro da Educação, mas que era “também um dos da casa”<sup>240</sup>. Divergências passadas não beliscavam a harmonia, e ninguém, no CEPCEP, podia esquecer que o Centro existia graças ao Reitor Bacelar. Artur Teodoro de Matos é claro nessa apreciação: “[Bacelar foi] o reitor da criação do CEPCEP. Pontualmente, poderá ter havido uma ou outra discordância, mas as relações pautaram-se sempre por cordialidade. Recordo várias iniciativas que tínhamos, e para as quais pedíamos ao Pe. Bacelar que organizasse um

<sup>240</sup> AA. VV., 2016, pp. 79 e 86.

jantar; e ele fê-lo, não só uma vez, mas frequentemente”<sup>241</sup>. Na hora da despedida, o Reitor cessante não se esqueceu, aliás, de escrever à Direção do CEPCEP, agradecendo a todos a “cooperação e solidariedade” mantidas com a Reitoria, “tanto neste como nos passados quadriênios”<sup>242</sup>. Nos anos seguintes, Roberto Carneiro ou Mário Lages mantiveram sempre o hábito de enviar a Bacelar exemplares dedicados das publicações do Centro. Em 1990, depois de receber um volume da *Povos e Culturas*, o Reitor Honorário escreveu a agradecer a oferta e a augurar felicidades: “o meu já largo contacto com comunidades portuguesas do país faz-me esperar que o CEPCEP possa explorar amplamente essa quase inesgotável área da nossa cultura”<sup>243</sup>. Em 1999, aquando da morte do antigo Reitor, Roberto Carneiro, em seu nome e no de todos os colegas, enviou sentidos pêsames à comunidade da Companhia de Jesus da Faculdade de Filosofia de Braga, o berço espiritual e académico de José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, sj.<sup>244</sup>

O primeiro mandato reitoral de D. José Policarpo (1988-1992) coincidiu com o período em que, como atrás se documentou, a atividade do CEPCEP passou por uma das suas fases mais intermitentes. Em todo o caso, o novo Reitor conhecia há muito o Centro e interessou-se por ele, tendo sido, até hoje, o único titular do cargo a presidir, a seu pedido ou por convite, a reuniões de Direção. 1991 foi um ano especialmente importante neste aspeto, porque esse convívio mais estreito suscitou um alargado debate e tentativa de reestruturação do CEPCEP.

No quadro da orgânica interna da UCP, D. José Policarpo tinha em elaboração uma proposta de criação de um Instituto que viesse a agrupar todos os Centros de Estudo que desenvolviam atividades de investigação científica na Universidade; e numa primeira reunião com o CEPCEP comunicou estar muito empenhado numa maior “relação institucional” e numa “ativação” do Centro<sup>245</sup>. Sentia haver alguma falta de disponibilidade dos seus membros, o que estes confirmaram, mas de forma alguma o achava dispensável. O que se poderia fazer no sentido daquela pretendida “ativação”? Roberto Carneiro lembrou a hipótese de se abrir uma oferta de cursos de atualização profissional, ou para cooperantes, dado que só as Faculdades podiam ministrar cursos conferentes de grau e

<sup>241</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>242</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988 (carta de 22.9.1988).

<sup>243</sup> *Ibidem*, C UCP 2, 1989-1993 (carta de 10.1.1990).

<sup>244</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 5, 1998-2000 (cartão de 30.6.1999; o Pe. Bacelar morrera na véspera). Em nome dos Jesuítas, e agradecendo o gesto, respondeu o Pe. Manuel Morujão, a 7.7.1999 (*ibidem*).

<sup>245</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 5.3.1991.

mesmo Pós-Graduações. Carlos Medeiros sugeriu, por seu turno, o papel importante que poderia ser assumido pelo Centro nas relações da própria Universidade com os países africanos, que estavam então a entrar num novo período histórico. O Reitor foi sensível a esta ideia, até porque o “africanismo” era a matriz identitária fundadora do CEPCEP. A UCP queria incrementar os laços com os PALOP, e por isso o CEPCEP poderia vir a ser “a instituição que dentro da Universidade coordene a cooperação com os países de língua oficial portuguesa”. A Direção do Centro acolheu muito bem a ideia – que a todos parecia uma solução para “o impasse presente”. Todavia, porque tal destaque poderia vir a criar conflitos com outros Centros e Faculdades, Roberto Carneiro defendeu que qualquer projeto para os PALOP deveria ter a chancela reitoral<sup>246</sup>.

O Presidente do Centro ainda era Ministro da Educação, tarefa governativa que só terminou em novembro de 1991, quando Cavaco Silva formou o seu novo executivo, no qual já não participou Roberto Carneiro. Acresce que apenas em maio desse ano a situação de Angola (pois era sobretudo nela que a UCP estava a pensar) se clarificou, com a assinatura dos chamados Acordos de Bicesse (no Estoril), entre o governo do MPLA (de José Eduardo dos Santos) e a UNITA (de Jonas Savimbi). De maneira que só no final do ano o assunto voltou à mesa do CEPCEP.

A 15 de novembro, a equipa diretiva do Centro deliberou colocar-se “à disposição do Reitor”, mediante uma proposta que fazia do CEPCEP “o braço da Universidade Católica Portuguesa” para África, sobretudo para o projeto, entretanto acelerado, de estabelecimento de uma Universidade Católica em Angola<sup>247</sup>. Dali a dias seguiu para a Reitoria um importante documento, intitulado «O CEPCEP e a Cooperação da UCP com África», e estruturado em dois pontos. O ponto 1 sistematizava os “indeclináveis desafios no continente africano” que a UCP tinha diante de si, como “Universidade”, na qualidade de “Católica” e com o atributo de ser “Portuguesa”; o ponto 2 realçava o quanto, desde 1983, e “na modéstia dos seus meios humanos e materiais”, o CEPCEP vinha justamente elegendo e trilhando as “problemáticas africanas como uma das suas prioridades de trabalho”. Tudo considerado – o documento apensava uma lista detalhada de todas as atividades (seminários, cursos, investigações e publicações) já desenvolvidas sobre África e com parceiros africanos – propunha-se a D. José Policarpo que o Centro passasse a assumir o perfil e a função de “gabinete de cooperação, no que tange às responsabilidades crescentes da

---

<sup>246</sup> *Ibidem*.

<sup>247</sup> *Ibidem*, 15.11.1991.

Universidade na sua interface de relacionamento com outros continentes, nomeadamente África”.

Isto, por sua vez, tornava urgente uma “reorganização interna do CEP-CEP”, que também se detalhava em várias alíneas. Para lá da tónica na necessidade de se reativarem ou desenvolverem laços vários de contactos, bilaterais ou em rede, com organizações governamentais e não governamentais, portuguesas ou internacionais com foco de ação em África, as alíneas mais importantes eram as que reclamavam o estabelecimento de “formas de relacionamento diretas e assíduas com a Reitoria”, a “profissionalização” de um dos membros da Direção “ao mais alto nível”, a “reafecção funcional de espaços” para as atividades do Centro e a possibilidade de elaboração de “linhas orçamentais específicas” (talvez com dotações reitorais), para a criação, por exemplo, de “bolsas de consultores” para áreas geográficas de atuação e para programas específicos de estudos e formação sobre África e para África. O projeto mais importante era, no imediato e para a Reitoria, a cooperação com a Igreja de Angola na criação da Universidade Católica local (a UCAN), desde a sua definição estatutária, passando pelo planeamento estratégico e desenvolvimento curricular, até à formação de quadros e à assistência pedagógica e científica regular. Seguir-se-ia Moçambique – “um caso em fase mais embrionária” – e, no mais longo prazo, Cabo Verde, um país pequeno, mas de “elevado índice educativo no contexto africano”<sup>248</sup>.

D. José Policarpo analisou o documento e chamou toda a Direção do CEPCEP para uma reunião, em meados de dezembro de 1991, para expor a sua própria visão sobre o Centro: “tal como tem sido até agora”, tratava-se de uma unidade com uma dinâmica de produção científica interessante, como outras congéneres da UCP; mas podia, de facto, vir a ser “um órgão de assessoria ao Reitor para assuntos sobre África”, particularmente para “os assuntos relacionados com a criação da Universidade Católica de Angola”. Assim sendo, era vontade de D. José que Roberto Carneiro viesse a presidir a uma “Comissão de Assessoria” da UCP, que trabalharia com a Comissão Instaladora da UCAN, que era, em Luanda, da responsabilidade do Cardeal D. Alexandre do Nascimento. A referida “Comissão de Assessoria” teria seis membros – e logo ali o seu elenco foi fixado: Roberto Carneiro (como Presidente do CEPCEP e, não se escondia, como antigo Ministro da Educação, com o capital de experiência e contactos assim acumulado), Artur Teodoro de Matos e Carlos Medeiros, a que se

---

<sup>248</sup> *Ibidem*, ARD, 20.11.1991, e C UCP 2, 1989-1993 (carta e documento enviados ao Reitor, 21.11.1991).

juntariam, exteriores ao Centro, Alberto Ralha, Eduardo Marçal Grilo ou Pedro da Cunha, entre outros<sup>249</sup>.

Apesar de ter valorizado o papel do CEPCEP na futura interlocução da UCP com os PALOP, a reunião com D. José foi omissa quanto aos vários pontos, ou quesitos, para a reorganização do Centro. Os pedidos materiais, de espaços físicos ou financiamento, não eram facilmente acomodáveis e a profissionalização da Direção esbarrava, e esbarrou sempre, na diversidade de atividades profissionais dos seus membros. O mandato de Roberto Carneiro, iniciado em 1987, já expirara no final de 1990. A recondução ocorreu no final de 1991, e a dos restantes membros diretivos em fevereiro de 1992<sup>250</sup>. A aposta africana era interessante, mas insuficiente, achava-se. Em várias reuniões de Direção debateu-se “o futuro do CEPCEP”. Carlos Medeiros defendia que o Centro se deveria virar mais para a oferta de cursos (Pós-Graduações, talvez mesmo um Mestrado, em parceria com uma Faculdade), e para a venda de estudos, até para angariação de financiamentos. No mesmo sentido – de “projetos menos intelectuais, mas que tenham mais rentabilidade” – ia Mário Lages. Artur Teodoro de Matos salientava a necessidade de “um maior apoio da Universidade ao Centro”, sem o que este estaria sempre em posição frágil, muito dependente de uma disponibilidade de tempo e trabalho dos seus membros que não existia, tanto mais que, à exceção de Mário Lages, ninguém tinha vínculo à Universidade Católica. Era verdade, como regozijavam, que “o Sr. Reitor gosta do CEPCEP e quer ajudá-lo”, mas a inexistência de um quadro de investigadores permanente era um obstáculo à expansão. E havia que notar, também, que o CEPCEP tinha dificuldade em angariar jovens investigadores e mesmo públicos jovens para as suas ofertas – ao contrário, por exemplo, do Centro de Estudos Aplicados (CEA), que recolhia muitos alunos de Economia e Gestão como tarefeiros ocasionais<sup>251</sup>.

---

<sup>249</sup> *Ibidem*, ARD, 17.12.1991. Após a autorização governamental para o seu estabelecimento, datada de agosto de 1992, a Universidade Católica de Angola seria oficialmente formalizada pela Conferência Episcopal local em outubro de 1997, e iniciaria as suas atividades letivas em fevereiro de 1999. Na atualidade, o Presidente do Centro recorda esse apoio à criação da Universidade Católica de Angola como um dos grandes feitos do CEPCEP, “um trabalho absolutamente pioneiro de planeamento e apoio” de políticas educativas num terreno, africano, também ele, ao tempo, novo (Roberto Carneiro, entrevista por e-mail, abril de 2017).

<sup>250</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção até 2000 (ofício de 20.12.1991, referente à recondução de Roberto Carneiro), e C UCP 2, 1989-1993 (ofício de 26.2.1992, referente à recondução dos restantes membros da Direção: Mário Pinto, Artur Teodoro de Matos, Mário Lages, Carlos Laranjo Medeiros e Pedro Roseta).

<sup>251</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 6.2 e 11.2.1992.

Deste *brainstorming* saiu, em março de 1992, um documento estratégico interno cujo cumprimento integral os anos seguintes revelariam não ser possível. Na nova repartição de áreas geográficas de atuação, Mário Lages ficava com Portugal, Carlos Medeiros com África, Teodoro de Matos com o Oriente, Roberto Carneiro com o Brasil e América e Pedro Roseta com as Comunidades de Emigrantes. Na definição de áreas operativas, a investigação seria supervisionada por Mário Lages, os cursos e seminários por Teodoro de Matos, as publicações por Carlos Medeiros, a consultoria e cooperação por Roberto Carneiro e a difusão e comunicação social por Pedro Roseta. Passavam-se em revista as iniciativas em curso e as publicações no prelo e, tendo a reflexão apurado que os públicos mais seniores eram um nicho interessante, projetava-se o lançamento de Cursos de Especialização (em Língua Portuguesa para cooperantes, por exemplo), Cursos Curtos (para quadros de empresas e Estado com ação em África), de Cursos de Curta Duração (sobre arte, cultura ou diplomacia portuguesa) e de uma Pós-Graduação em Desenvolvimento em Cooperação, a ministrar ao longo de um ano letivo<sup>252</sup>. Esta última intenção – a mais inovadora e de mais largo alcance – chegou a estar calendarizada para o ano letivo de 1994-1995 e, depois, 1995-1996; nunca viu, porém, a luz do dia<sup>253</sup>.

Com maior ou menor dificuldade – mas sem a projetada reestruturação de fundo – o CEPCEP não deixou de realizar obra nos anos 90. A assessoria à Reitoria e aos seus projetos em África foi uma aposta importante, que conferiu ao Centro acrescida visibilidade e reconhecimento. Em maio de 1992, por exemplo, Roberto Carneiro, pelo CEPCEP, e Valentim Xavier Pintado, Diretor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, foram contactados pela *Association for the Development of the Catholic University of Portugal*, com sede em Boston, nos EUA, e patrocínio do Cardeal Bernard Law, para a organização conjunta de um Seminário sobre África Portuguesa, destinado a quadros e prospetores de “*American cor-*

---

<sup>252</sup> *Ibidem*, ARD, 5.3.1992.

<sup>253</sup> *Ibidem*, ARD, 24.5.1995. Artur Teodoro de Matos recorda hoje essa, e outras, tentativas de criação de Pós-Graduações, para afirmar que eram propostas que circulavam, mas que “nunca surtiram muito efeito. Era da filosofia do Centro, mas todos nós tínhamos outras atividades. A determinada altura o CEPCEP ainda contactou alguns nomes para ficar à frente desses cursos mas, por dificuldades várias, nunca se avançou” (entrevista presencial, outubro de 2016). A verdade é que este projeto de curso acabou chumbado pelo Conselho Superior da UCP, sob o entendimento de que a oferta formativa deveria ser um exclusivo das Faculdades e Institutos, não extensível aos Centros de Estudo.

*porations who might consider establishing or extending their businesses in Lusophone Africa*”<sup>254</sup>.

O 10.º aniversário, em 1993, passou sem comemorações de monta, apenas com a produção de um pequeno texto ou documento, publicado no Boletim da UCP, no qual a Direção anotava: “foi fecunda a atividade do Centro nesta primeira década de existência: cursos, seminários, publicações, realização de projetos de investigação de iniciativa própria ou em prestação de serviços [...] O CEPCEP assume, no presente, a responsabilidade de cumprir a sua vocação científica de contribuir, decisivamente, para a preservação e compreensão das culturas dos povos de língua portuguesa”<sup>255</sup>.

Esse ano de 1993 trouxe, no entanto, uma alteração significativa na história do Centro e do modelo da sua pertença à Universidade. Como atrás ficou dito, desde 1991, pelo menos, que o Reitor D. José Policarpo tinha em maturação o plano de criar, na UCP, um Instituto congregador de todos os Centros de Investigação. Em maio de 1993, uma auditoria realizada à Universidade, a pedido da Reitoria, pela *Price Waterhouse*, reforçou exatamente essa linha. No capítulo em que se analisavam os Centros de Estudo da UCP-Lisboa – ao tempo cinco – a auditora pôde observar a existência de diferentes formas de articulação das suas atividades com os órgãos centrais da Universidade: o CEPCEP e o CEA funcionavam com total autonomia administrativa e financeira, usando embora o nome da UCP no desenvolvimento das suas atividades, enquanto o CESP, o CEHR e o CEE tinham uma autonomia relativa, de cariz técnico e pedagógico, no âmbito dos trabalhos de investigação realizados. Da autonomia quase total, usufruída pelo CEPCEP e pelo CEA, resultava, desde logo, um problema fiscal, de faturação autónoma, e também um problema administrativo, no limite científico, que era a Reitoria ter pouco ou nenhum controlo sobre a vida e o trabalho quotidianos dos centros – uns mais do que outros. Daí resultava a recomendação da *Price Waterhouse*: que se uniformizasse o modelo organizativo mediante a criação de uma instância “de coordenação e controlo da atividade dos Centros”, que os enquadrasse “num plano global de investigação da Universidade” e que assegurasse um “maior controlo financeiro e fiscal” de todos<sup>256</sup>.

<sup>254</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 2, 1989-1993 (carta de 15.5.1992).

<sup>255</sup> *Ibidem*, C UCP 3, 1993-1994 (documento s.d.)

<sup>256</sup> *Ibidem*, C UCP 3, 1993-1994, Relatório da *Price Waterhouse* (policopiado), maio de 1993, pp. 34-36.

As recomendações da auditoria foram postas à discussão das diferentes estruturas da Universidade analisadas. Sobre o que os auditores tinham escrito acerca dos Centros, e em particular do CEPCEP, a Direção deste pronunciou-se em exposição à Reitoria no espaço de uma semana. Em termos de princípios gerais, diziam Roberto Carneiro e os colegas, era louvável a iniciativa de proceder à reorganização da UCP “em moldes modernos e eficientes”; todavia, contrapunham, o desenho proposto pela *Price Waterhouse* consubstanciava “uma excessiva centralização de procedimentos burocráticos, eventualmente justificáveis numa instituição cuja atividade seja repetitiva e seriada, mas certamente prejudicial ao desenvolvimento de uma atividade de teor mais criativo e suscetível de minuciosa planificação”. A investigação científica, precisavam, requeria “liberdade” e, portanto, “a constante adequação dos meios administrativos aos fins científicos”. Era necessário, por isso, “harmonizar critérios e normas gerais” com a manutenção do que era caro à história do CEPCEP, a saber, “a descentralização institucional e autonomia administrativa e financeira das unidades de investigação que dela usufruam por via estatutária”. Acrescia a isto que qualquer “plano global de investigação da Universidade” apenas denunciava “um total desfasamento da realidade de uma instituição desta natureza e uma inadequada subordinação da autonomia científica que é característica fundamental de qualquer projeto de investigação”<sup>257</sup>.

A UCP não era uma empresa com processos de produção estandarizados, redutíveis ou enquadráveis numa única fórmula de gestão e funcionamento, ou em largos planos estratégicos vinculativos de todas as suas estruturas. Seria talvez verdade que se tratava – como era descrito no relatório da auditoria – de uma “estrutura demasiado pesada, complexa e pouco flexível”<sup>258</sup>. Mas isso não se resolveria centralizando o que não devia ser centralizado. E a autonomia dos Centros de Estudo, com as suas identidades e agendas de investigação muito próprias, era um desses casos. Fosse como fosse, estava fora de questão abrir uma querela com a Reitoria por causa disso. Assim, a exposição do CEPCEP terminava conciliadora. Por um lado, a sua Direção aceitava que existisse, doravante, um maior controlo administrativo e financeiro das unidades universitárias (Centros de Estudo incluídos), “sem prejuízo” da “plena aplicação” do disposto nos Estatutos do Centro acerca daquelas autonomias; por outro lado, e quanto à criação da projetada instância de coordenação e controlo científicos da

<sup>257</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 25.5.1993, e C UCP 3, 1993-1994 (carta de 26.5.1993). A Reitoria solicitara pronúncia, por parte de todos os Centros de Estudo, em ofício de 19.5.1993.

<sup>258</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 3, 1993-1994 (carta de 26.5.1993).

investigação na UCP, pedia-se que tal plano fosse implementado “de forma gradual” e com “assíduo diálogo” entre a Reitoria e os visados<sup>259</sup>.

O relatório da *Price Waterhouse* constituiu uma das mais profundas radiografias alguma vez feitas à Universidade Católica Portuguesa – uma larga e crescente comunidade que tinha ao tempo (1993-1994), cerca de 10.300 alunos, 800 docentes e 270 funcionários –, e que estava a terminar duas obras de expansão física vitais: o novo edifício da FCEE, no *campus* de Lisboa, e o conjunto de novas instalações e arranjo exterior da Escola Superior de Biotecnologia e do *campus* da Foz, no Porto<sup>260</sup>. A aplicação das suas recomendações levou a várias mexidas na orgânica da UCP; para a vida do CEPCEP, em particular, o resultado mais relevante da auditoria de 1993 foi a decisão reitoral, de facto levada a diante, de criar o Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica (IIAIC), nos termos do art.º 44.º dos novos Estatutos da UCP, aprovados em novembro de 1993<sup>261</sup>. O IIAIC iniciou as suas atividades em dezembro desse ano, embora a nomeação oficial do seu primeiro Diretor só tenha ocorrido em janeiro de 1994<sup>262</sup>. Para tal cargo, D. José Policarpo escolheu Manuel Braga da Cruz, um credenciado investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, docente da Faculdade de Ciências Humanas e muito identificado com a obra da UCP, por ser filho de Guilherme Braga da Cruz, um dos patronos jurídicos da fundação da Universidade.

O primeiro trabalho de Manuel Braga da Cruz à frente do Instituto foi o de estudar a sua instalação física e, portanto, a dos Centros nele integrados: todas essas unidades iriam passar para o 5.º Piso do Edifício da Biblioteca João Paulo II, espaço que estava a ser desocupado com a transferência da FCEE e da sua Escola de MBA dali para o novo edifício fronteiro. O processo foi iniciado nos finais de 1993, mas só ficaria concluído dali a mais de um ano<sup>263</sup>. O segundo trabalho consistiu, em fevereiro de

---

<sup>259</sup> *Ibidem*. Em julho, Mário Lages comunicou aos colegas do CEPCEP o entendimento obtido com a Reitoria: o Centro não perderia a autonomia financeira, mas teria de passar a prestar contas à Universidade e, como todos os Centros, contribuir com uma taxa de 15%, incidente sobre os projetos rentáveis que levasse a cabo, para a UCP (Arquivo CEPCEP, ARD, 23.7.1993).

<sup>260</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 4, 1995-1997, Desdobrável «Universidade Católica Portuguesa em 1994».

<sup>261</sup> O referido artigo dos novos Estatutos estipulava que “compete ao Instituto elaborar um plano de atividade científica no seu conjunto, garantir a colaboração dos diversos centros, administrar e potenciar os meios necessários e disponíveis para as ações a desenvolver, nomeadamente os meios humanos, técnicos, logísticos e financeiros”.

<sup>262</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 3, 1993-1994 (ofício reitoral de 25.1.1994).

<sup>263</sup> *Ibidem*, ARD, 29.11.1993.

1994, na elaboração de um dossiê de candidatura dos Centros ali então integrados ao programa de financiamento plurianual de Unidades de I&D da JNICT (a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, transformada, em 1997, em FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia).

O IIAIC englobava sete Centros: o CEA, o CEE, o CEDC, o CEHR, o CEP, o CESP e o CEPCEP. Todas estas unidades tinham o seu histórico, mais ou menos antigo, todas desenvolviam as suas atividades – investigações, projetos, cursos, formações, prestação de serviços – em áreas científicas distintas (pese embora uma ou outra parcial sobreposição), todas publicavam regularmente resultados, em boletins ou revistas próprias e das Faculdades, e a todas os eventuais financiamentos da JNICT seriam muito úteis. Na verdade, e em termos orçamentais, as despesas somadas dos sete Centros tinham subido, de 1989 até 1993, de cerca de 80 mil contos para cerca de 204 mil contos; tipicamente, 2/5 das despesas eram correntes e 3/5 eram despesas de capital; e para cobrir isto, os Centros tinham de estar permanentemente no terreno, “vendendo” serviços de I&D<sup>264</sup>. A candidatura à JNICT produziu resultados positivos. Mas o financiamento estatal assim obtido foi sempre magro e a atividade do IIAIC foi sempre mais de mediação de contactos e de interlocução geral entre os diferentes Centros, e entre estes e a Reitoria, do que de direção e planificação científica integradas.

Em todo o caso, e a partir do início de 1994, o CEPCEP mudou de enquadramento. Até aí, e desde a sua fundação, fora um Centro “livre” dentro da UCP, respondendo apenas e diretamente ao Reitor, e muito ligado, acima deste, ao Magno Chanceler – a quem, recorde-se, competia nomear o Presidente, sob proposta reitoral. Com o IIAIC, introduzia-se uma instância intermédia entre os Centros e a Reitoria. Foi um passo administrativo diversamente julgado por quem o viveu. Carlos Laranjo Medeiros tem hoje uma visão crítica dessa alteração e evolução. Nas suas palavras, “a integração no ICIC mostrou uma coisa muito simples: que o CEPCEP se tinha tornado mais um centro da Católica e não um centro distanciado da Católica. A partir de certa altura, deixou de ser um centro interventivo acerca do Império e das relações atuais com o antigo Império – com base científica, mas a tentar chamar isso à luz do dia – para ser um centro de investigação. Nessa altura, perdeu a independência e sujeitou-se à integração”. E conclui: “com essas alterações perdeu autonomia. O CEPCEP era um centro que se ligava imenso ao reitor, e tinha a característica de uma

---

<sup>264</sup> V. o dossiê integral da candidatura (datado de fevereiro de 1994), in Arquivo CEPCEP, ICIC 1.

parte significativa da sua Direção e dos membros do Conselho Geral não ser da Católica”<sup>265</sup>. O IIAIC teria, portanto, alterado irreversivelmente este perfil inicial.

Manuel Braga da Cruz oferece uma visão diferente: “A minha coordenação do IIAIC/ICIC<sup>266</sup> foi uma coordenação muito *soft*. Porquê? Porque os centros tinham grande autonomia – o CEPCEP até tinha autonomia financeira. E por isso o trabalho de coordenação do ICIC era sobretudo de tentar articular os centros todos entre si, no sentido de potenciar a sua capacidade de intervenção, dentro e fora da Universidade. Na altura, a ideia com que fiquei, e que creio que corresponde à realidade, é que o CEPCEP era um centro promotor de iniciativas de investigação, e não propriamente um centro de investigação. Não tinha membros, não tinha investigação própria; tinha projetos, encomendava a pessoas a coordenação ou a direção desses projetos, e, portanto, o CEPCEP era um propulsor de iniciativas, algumas delas muito interessantes e muito positivas [...] Por isso a coordenação científica propriamente dita do ICIC era muito discreta. O que o ICIC fazia eram umas reuniões onde, com os diretores dos Centros, procurava criar uma dinâmica comum, apresentar candidaturas à FCT, colher, desse ponto de vista, fundos de apoio à investigação; mas era uma coordenação muito mais administrativa do que científica”<sup>267</sup>. Finalmente, e sobre o mesmo assunto, Artur Teodoro de Matos fornece um diagnóstico conciliador: “é claro que o ICIC representou, para um Centro que até aí dependia apenas da Reitoria, algum cerceamento da nossa atividade e até da nossa autonomia. Mas no ICIC, inicialmente dirigido pelo Prof. Manuel Braga da Cruz, e depois por mim (não me vou pronunciar muito, porque eu dirigia o ICIC e era, simultaneamente membro do CEPCEP), acho que as coisas correram bem”<sup>268</sup>.

No verão de 1996, Roberto Carneiro foi reconduzido para o seu 3.º mandato à frente do CEPCEP, tendo proposto ao Reitor a mesma equipa diretiva<sup>269</sup> – mas com uma adição. Uma vez que Mário Pinto permanecia com “funções suspensas devido ao cargo que ocupa” (o de Ministro da

---

<sup>265</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>266</sup> Em 1998, o Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica, IIAIC, mudou de nome e sigla para Instituto de Coordenação da Investigação Científica, ICIC. Daí a utilização desta sigla, por parte de Manuel Braga da Cruz e também de Artur Teodoro de Matos, nas entrevistas concedidas para este livro.

<sup>267</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

<sup>268</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016). Artur Teodoro de Matos foi Coordenador do ICIC entre 2002 e 2005, como adiante se verá.

<sup>269</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção até 2000, ofícios de 4.7 e 10.7.1996.

República para os Açores), o Presidente decidiu convidar mais uma personalidade exterior, para se juntar, como vogal diretivo, aos residentes – Teodoro de Matos, Mário Lages, Carlos Medeiros e Pedro Roseta. A escolha recaiu em Francisco Sarsfield Cabral. Jurista de formação e jornalista de profissão (subdiretor de informação da RTP em 1979), Sarsfield Cabral fora adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1985 e 1987, e assessor do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, entre 1987 e 1991 – no governo em que Roberto Carneiro fora titular da pasta da Educação. Dali transitara, entre 1991 e 1996, para Diretor do Gabinete da Comissão Europeia em Portugal. Quando Roberto Carneiro, que o conhecia pessoalmente, o convidou, Sarsfield Cabral estava a ingressar na Rádio Renascença, onde chegaria a Diretor de Informação.

A sua integração foi fácil e rápida. Como o próprio honestamente reconhece, no entanto, o seu contributo foi reduzido. Nunca tinha, até ali, “ouvido falar do CEPCEP” e “não conhecia os outros membros da Direção”; “depois fiquei com estima e admiração por todos esses membros. Lembro especialmente o Eng.º Roberto Carneiro, que era de facto o líder do CEPCEP, e personalidades como o Prof. Mário Lages, e os Profs. Teodoro de Matos e Carlos Medeiros. O Dr. Pedro Roseta também fazia parte da Direção, mas era menos assíduo às reuniões”. Aceitara o convite porque “me pareceu uma iniciativa interessante, embora eu nunca tivesse estado num PALOP; apenas conhecia o Brasil”; com o tempo, porém, “fui-me dando conta de que o meu perfil pessoal e profissional não era o mais adequado aos temas que o CEPCEP tratava”<sup>270</sup>. E por isso Sarsfield Cabral estaria na Direção do CEPCEP apenas cinco anos, tendo saído, por sua própria iniciativa, em 2001. Enquanto lá esteve, pôde, todavia, ser testemunha importante das rotinas do Centro – as reuniões periódicas da Direção, no CEPCEP ou “ao longo de um almoço no restaurante do andar superior de um dos edifícios da Universidade Católica” – guardando uma grata recordação da “eficácia da sua secretária, Cristina Pereira, que ainda hoje permanece nessa função: ela trabalhava em *full-time* e conseguia articular e ordenar contributos que vinham de muitos lados dispersos”<sup>271</sup>.

A chamada de Sarsfield Cabral para o elenco diretivo do Centro não era apenas uma forma de compensar a ausência justificada de Mário Pinto. Tratava-se – como antes e depois – de tentar reforçar uma equipa onde os colegas continuavam a ter mais do que um vínculo. Roberto Carneiro deixou a TVI nesse ano de 1996, mas passou a acumular o CEPCEP e a

<sup>270</sup> Francisco Sarsfield Cabral, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>271</sup> *Ibidem*.

docência na UCP com a docência na AESE e, a partir de 1998, em Macau. Entre 1995 e 2000 foi também, simultânea ou sucessivamente, *chairman* da Assembleia Geral da Intercabo, membro do Conselho Geral da Telecel/Vodafone e Presidente da Terravista SA. Mário Lages foi, entre 1996 e 2000, professor visitante do Instituto Interuniversitário de Macau. Carlos Medeiros, finalmente, cessou funções, em 1996, de Coordenador do Programa Interministerial de Artes e Ofícios Tradicionais, mas não tardou a fundar e a presidir, em 1997, à empresa *IPI Consulting Network* (cargo que mantém até ao presente).

Em outubro de 1996, ao cabo de dois mandatos e oito anos de serviço, também D. José da Cruz Policarpo deixou a Reitoria, tendo sido substituído pelo Pe. Manuel Isidro Araújo Alves, antigo Vice-Reitor da UCP no período de 1983-1994. No seu último Relatório endereçado ao Conselho Superior da Universidade, D. José Policarpo reservava algumas páginas aos Centros de Estudo, que definia como unidades com “natureza interdisciplinar e, por isso mesmo, interfacultária”, especialmente vocacionadas para “a investigação e a expansão cultural”, que gozavam de “autonomia administrativa”, pese embora a necessária “coordenação científica”, agora assegurada pelo IAIC por si criado. No parágrafo dedicado ao CEPCEP, podia ler-se: “Nasceu vocacionado para a investigação intercultural, de modo particular para a simbiose da cultura portuguesa e das diversas culturas que Portugal contactou ao longo dos séculos; funciona por projetos, as suas atividades supõem trabalho de campo, desabrocham normalmente em colóquios e publicações; publica a revista *Povos e Culturas*”<sup>272</sup>. A relação – que fora sempre de proximidade – entre o CEPCEP e D. José Policarpo não acabou ali. Em 1998, após a morte de D. António Ribeiro, D. José ascenderia a Patriarca (seria Cardeal apenas em 2001) e, nessa condição, a Magno Chanceler da UCP. Apesar das enormes responsabilidades pastorais do primeiro cargo, a atenção dispensada ao Centro presidido por Roberto Carneiro, mesmo que mais espaçada, continuaria viva, até porque D. José Policarpo nunca deixou de ser membro (e um membro especial) do Conselho Geral do CEPCEP.

O reitorado do Pe. Manuel Isidro Alves foi um tempo de transição. Nos anos 1970 e 1980, a Universidade Católica registara um crescimento exponencial, expandindo-se e multiplicando-se nos seus quatro polos e cursos de extensão, respondendo assim ao aumento da procura de ensino superior e estabelecendo uma reputação de qualidade que contrastava com alguma instabilidade política e deterioração material das universida-

<sup>272</sup> Arquivo CEPCEP, [D. José Policarpo], *Relatório do Reitor, 1988-1996* (policopiado), p. 23.

des estatais e com um ensino particular em alguns aspetos “incipiente” e “difícil de qualificar”<sup>273</sup>. No final da década de 1990, a UCP tinha cerca de 10.700 alunos e 980 docentes. Preparando-se para lançar dois novos grandes desafios – o *campus* de Sintra e a Escola das Artes, no Centro Regional do Porto – não podia perder de vista que os cenários de curto e médio prazo eram de contração e não de expansão: a curva demográfica estava a fazer declinar a procura e o cenário macroeconómico estava a começar a reduzir as taxas de empregabilidade dos diplomados do Ensino Superior. Seria exagerado falar de “crise” na Universidade Católica, mas a prudência aconselhava alguma racionalização e, sobretudo, uma mais rigorosa execução orçamental, implicando maior controlo administrativo e institucional das unidades que a compunham<sup>274</sup>.

Nos finais de 1997, o CEPCEP recebeu da Reitoria um documento de proposta de revisão dos Estatutos aprovados em Conselho Superior em 1984. Conforme era explicado, a intenção do novo normativo proposto era assegurar “uma maior integração institucional do Centro na Universidade”, procurando assim também “uma maior adequação àquilo que se deseja venha a ser a situação mais habitual dos Centros da UCP” (17 no total, ao tempo). O texto era “uma intenção da Reitoria, mas entendida como base para um diálogo a fazer”<sup>275</sup>, tanto mais necessário quanto se estava a estudar, superiormente, a transformação do IIAIC existente num novo Instituto de Coordenação da Investigação Científica (ICIC) A reação do Centro foi bastante crítica e abriu-se ali um diferendo institucional importante, que constituiu uma segunda crise de relacionamento entre o CEPCEP e a reitoria, após aquela registada em 1986.

A comparação entre documentos explica a razão das reservas. Desde logo, o que vinha da reitoria não era uma revisão dos *Estatutos* vigentes, mas uma proposta de *Regulamento* para o Centro, o que diminuía o valor jurídico daquelas normas. Depois, era uma iniciativa unilateral do Reitor que não tomava em conta dois aspetos. O primeiro era que, nos termos dos Estatutos, a competência para propor alterações aos mesmos era privativa do Conselho Geral do Centro; o segundo era que os Estatutos tinham sido discutidos e aprovados em Conselho Superior da Universidade, órgão que estava acima da Reitoria e que não fora agora ouvido para o efeito. Aos

---

<sup>273</sup> Os termos são do próprio Reitor Manuel Isidro Alves, num relatório da sua autoria, enviado à Conferência Episcopal Portuguesa em abril de 1999 (Arquivo CEPCEP, C UCP 5, 1998-2000).

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> Arquivo CEPCEP Dossiê Direção até 2000, carta de Roberto Carneiro aos colegas da direção, 27.11.1997.

problemas de forma juntavam-se os problemas de conteúdo. O Presidente passava a ser Diretor, nomeado pelo Reitor e não pelo Magno Chanceler, como até aí acontecia. Mais grave do que isso, onde antes se lia, nos Estatutos, que “a autonomia financeira do Centro exerce-se dentro dos limites e de acordo com as regras estabelecidas pelos Estatutos da UCP”, passaria a ler-se que “o Centro elaborará anualmente o seu próprio orçamento, a ser submetido aos órgãos competentes da UCP, no qual procurará garantir a própria autonomia financeira”. Isto conjugava-se com a supressão dos artigos 18.º, 19.º e 20.º do texto de 1984. Os dois últimos legislavam sobre a dissolução do Centro e a revisão estatutária “sempre que se torne necessário”. O primeiro (art.º 18.º) era vital, porque era, ao fim ao cabo, o que explicitava a autonomia financeira do CEPCEP: “Os membros e os colaboradores do Centro recebem prestações e subsídios de investigação, em função dos projetos em que colaborem e de outras tarefas que lhes sejam cometidas, designadamente de ensino ou prestação de serviços”<sup>276</sup>.

Em reunião de Direção, Carlos Medeiros opinou que a proposta reitoral “descaracteriza[va] completamente o Centro e desclassifica[va]-o”, sobretudo pela nomeação do Presidente (agora Diretor) descer do Magno Chanceler para o Reitor, além de lhe parecer que a nova estrutura excluía os membros da Direção que não fossem docentes da Universidade (só Mário Lages e Mário Pinto o eram). Teodoro de Matos concordou com o diagnóstico, mas achou necessário agir “com muita prudência para que não se destrua a instituição: a saída em massa dos membros da Direção pode[ria] significar a extinção do Centro”. Mário Lages deu conta de uma conversa já tida com o Vice-Reitor José Eduardo Borges de Pinho: o documento era “um princípio de negociação” e não “uma posição definitiva”, ao que Lages logo respondera que o CEPCEP tinha nascido “de um modo diferente” dos outros Centros, pelo que era necessário “encará-lo também de um modo diferente”, nomeadamente levando em consideração que a sua contabilidade autónoma não se enquadrava com facilidade na contabilidade geral da Universidade. Roberto Carneiro achou sobretudo grave a extinção do art.º 18.º. Deliberou-se, logo ali, redigir uma carta resposta à Reitoria, cujo rascunho, a elaborar, circularia por todos os membros da Direção, para discussão e aprovação<sup>277</sup>.

Em meados de janeiro de 1998, Borges de Pinho escreveu ao CEPCEP explicando que a iniciativa do Reitor Isidro Alves se enquadrava, no fundo,

---

<sup>276</sup> Os dois documentos – Estatutos vigentes e proposta de Regulamento – estão em anexo à carta citada na nota anterior.

<sup>277</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 4.12.1997.

nas diligências em curso “tendentes a clarificar um pouco mais a situação dos diversos Centros de Estudo da Universidade Católica Portuguesa”. O IIAIC era uma instância para continuar, mesmo que em novos moldes, e o seu reforço era o que norteava a Reitoria<sup>278</sup>. As «Notas sobre o Documento “Projeto de Regulamento do CEPCEP”» não tardaram a ficar prontas<sup>279</sup>. A Direção do CEPCEP começava por lembrar ao Reitor que tinha sido por iniciativa do Magno Chanceler (D. António Ribeiro), e do Pe. Bacelar que o Centro fora aprovado em Conselho Superior, e que o seu Presidente era nomeado pelo Magno Chanceler, mesmo que sob proposta reitoral. Esta peculiaridade, a existência de um Conselho Geral de personalidades exteriores à UCP, e as autonomias consagradas nos Estatutos decorriam “do facto de ter sido entendida a especificidade de que se revestia o Centro, com vista ao diálogo com a sociedade civil”. Em quase quinze anos de existência, o CEPCEP nunca sobrecarregara financeiramente a Universidade, “participando mesmo nos encargos que lhe têm sido estipulados”. Havia, portanto, que sublinhar que “os anteriores reitores sempre entenderam que a fórmula institucional do Centro se coadunava perfeitamente com a filosofia que levou à sua criação, e que esteve sempre presente nas suas atividades”.

Por tudo isto, não eram “claras”, para a Direção do Centro, “as razões da alteração do modelo institucional que tem vigorado até hoje”. E seguiam-se, em alíneas, os quesitos onde Roberto Carneiro e os colegas explicitavam os “inconvenientes injustificados” contidos no documento reitoral: a diminuição da sua “dignidade institucional”, a eliminação da sua autonomia administrativa e financeira, sem a contrapartida de a UCP assumir a responsabilidade “pelos encargos com o normal funcionamento do Centro”, e o “grave prejuízo no relacionamento [do Centro] com a sociedade civil”, “trave mestra da [sua] missão”, em vista da alteração da sua “natureza”. A finalizar, o CEPCEP pedia à Reitoria que explicitasse as “razões, sentido e vantagens” da alteração estatutária pretendida.

A mando do Reitor, Borges de Pinho respondeu, em fevereiro, que o projeto de alteração não pressupunha “emitir qualquer juízo de valor sobre o CEPCEP, em si mesmo e na sua atuação”, antes se procurando apenas adaptá-lo (como com outros Centros) ao quadro normativo que resultara dos Estatutos da UCP promulgados em 1993, e solicitava, por seu turno, que a Direção do Centro apresentasse “sugestões concretas

---

<sup>278</sup> *Ibidem*, C UCP 5, 1998-2000 (carta de 15.1.1998).

<sup>279</sup> *Ibidem*, ARD, 21.1.1998.

ao projeto apresentado”<sup>280</sup>. No início de março de 1998, Roberto Carneiro, Mário Pinto, Mário Lages, Artur Teodoro de Matos e Pedro Roseta pediram uma audiência especial...a D. José Policarpo, para com ele se aconselharem acerca de como proceder no “contencioso”<sup>281</sup> aberto com a Reitoria. O antigo Reitor ainda não substituía o Cardeal Ribeiro como Magno Chanceler, mas este estava nos seus últimos dias de vida e, de todo o modo, D. José acompanhara mais de perto os anos recentes do Centro. Ao antigo Reitor disseram que “parecia haver da parte da Reitoria insensibilidade relativamente à personalidade do CEPCEP”, o qual não podia, nem devia ser “encaixado nas regras uniformizadoras dos outros Centros”. O diálogo com o Pe. Isidro Alves estava difícil e não se previa “que esta questão termine da melhor maneira” (*sic*). D. José escutou com atenção e respondeu que o contacto com a Reitoria não devia ser interrompido, que “qualquer alteração terá de ir a Conselho Superior e que estar[ia] lá”, e que havia “valores importantes no CEPCEP que é preciso não deitar fora”<sup>282</sup>. O recurso, extremo, ao anterior Reitor para mediar a acrimónia e o impasse tidos com o Reitor em exercício produziu efeitos. O projeto de revisão estatutária e sua substituição por um novo regulamento foi-se arrastando no tempo e acabou por ir para a gaveta, mantendo-se em vigor – e sem alterações – o normativo de 1984.

Mas os problemas com o Reitor Isidro Alves não cessaram ali. O Regulamento do novo ICIC, que vinha reformular o IIAIC, ficou pronto no final de julho – mantendo-se Manuel Braga da Cruz como coordenador dessa estrutura. Quando o texto chegou ao CEPCEP, a Direção detetou nele alguns problemas. É verdade que os objetivos gerais – de coordenação e de divulgação integrada de resultados do labor científico dos Centros integrados – não tinham mudado na transição do IIAIC para o ICIC. Mas este estatuaía, de forma muito mais clara, que “os investigadores dos vários centros e outras estruturas do ICIC são docentes das Faculdades ou extensões em que esses centros e outras estruturas se integram”, e que “a atividade científica de cada centro deve ser aprovada pelo Conselho Científico da unidade básica da UCP em que se insere”. Ora, nem o CEPCEP pertencia a qualquer unidade básica da UCP, nem as pessoas que o integravam (a não ser Mário Pinto e Mário Lages) eram docentes do quadro da Universidade, via uma das suas Faculdades. O Regulamento do ICIC, concluía-se, não

---

<sup>280</sup> *Ibidem*, C UCP 5, 1998-2000 (carta de 4.2.1998).

<sup>281</sup> A palavra foi utilizada pelo Vice-Presidente do Centro, Mário Pinto, para descrever o braço-de-ferro com a Reitoria (Arquivo CEPCEP, ARD, 25.2.1998).

<sup>282</sup> *Ibidem*, ARD, 10.3.1998.

previa “a especificidade do CEPCEP, tanto no que respeita aos princípios que presidiram à sua criação, como às pessoas que o integram”<sup>283</sup>. E essa omissão poderia ser fonte de problemas e ingerências reitorais.

O receio tinha razão de ser. No início de novembro, o Reitor chamou Roberto Carneiro e Mário Lages para uma reunião acerca do CEPCEP, dos seus Estatutos e, sobretudo, da sua autonomia financeira. A conversa poderá ter sido institucionalmente cordial, mas não foi simpática. Isidro Alves começou por dizer “que não estava certo que o Centro não estivesse integrado na Universidade, não contribuísse para as despesas gerais desta, não apresentasse orçamento nem prestasse contas no final do ano”; e acrescentou de pronto que pretendia passar a ser “o primeiro titular das contas do CEPCEP” e “o último a assinar todos os cheques a fim de poder controlar os movimentos bancários do Centro” (*sic*). Roberto Carneiro e Mário Lages manifestaram “estranheza” e explicaram porquê: o CEPCEP já entregava, desde 1994, orçamento ao IIAIC, que procedia ao seu englobamento com o dos outros Centros, bem como um relatório de atividades anual; e em relação às despesas gerais da Universidade, era um contribuinte líquido, cumprindo com as suas obrigações e nada devendo à UCP – o que o Vice-Reitor, Borges de Pinho, também presente, se apresou a corroborar. A vontade reitoral em passar a titular a conta bancária e a assinar cheques era ainda mais estranha, “uma vez que em nenhuma universidade portuguesa ou estrangeira os centros de estudo dependem do Reitor para efetuarem os seus pagamentos”. Isidro Alves não respondeu, e preferiu perguntar em que estado estava a reformulação dos Estatutos conforme o projeto de Regulamento que enviara ao Centro no final do ano transato – e cujo autor, soube-se então, fora Germano Marques da Silva. Roberto Carneiro, dilatatório, prometeu apenas que Mário Pinto conversaria com Germano Marques da Silva, mas que, de todo o modo, a autonomia administrativa e financeira do CEPCEP, mesmo integrado no novo ICIC, era para manter<sup>284</sup>. Nos termos de Artur Teodoro de Matos, todas estas movimentações configuravam claramente “uma tentativa de cerceamento da Reitoria”, que talvez não gostasse “de ter o CEPCEP num regime diferente dos demais centros da UCP”<sup>285</sup>. Mas não passaram disso mesmo – porque, de facto, nem o Centro mexeu nos seus Estatutos, nem o Reitor passou a ter controlo sobre as finanças do CEPCEP.

---

<sup>283</sup> *Ibidem*, ARD, 6.11.1998.

<sup>284</sup> *Ibidem*, 16.11.1998. A reunião com o Reitor aconteceu dez dias antes, a 6.11.1998.

<sup>285</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

A Direção do Centro tinha razões para defender a sua história e a sua obra. A década de 1990 pode não ter sido muito produtiva em termos de cursos, conferências e publicações do Centro, mas foi-o nos congressos, nos seminários, nos estudos e prestações de serviço, de iniciativa própria ou a pedido. Do ponto de vista financeiro, a contabilidade estava equilibrada. O Centro era, por norma, superavitário, mesmo que com margens reduzidas, embora em alguns anos o exercício tenha dado défice, em parte justificado com o lançamento de imputações de custos pelos serviços centrais<sup>286</sup>. O quadro de investigadores “permanentes” em pouco excedia os membros da Direção. Em documentos descritivos do Centro surgem arrolados nomes de alguns investigadores associados, com uma continuidade e percentagem de tempo mínimas, que assim se juntaram, durante alguns anos, à “residente” Ana Costa Lopes: foram os casos de Alfredo Bruto da Costa, de Jorge Barreto Xavier, de Luís Arruda ou de Paulo Corino Pinto<sup>287</sup>.

Na primavera de 1995, o CEPCEP terminou a sua mudança de instalações, subindo do 3.º para o 5.º Piso do Edifício da Biblioteca João Paulo II, onde passou a ocupar três gabinetes de trabalho (mais um que anteriormente) e uma sala de arquivo, partilhando ainda com outras unidades de I&D duas salas para reuniões<sup>288</sup>. A negociação da transferência, com o IIAIC e com a própria Reitoria, teve os seus escolhos. Foi difícil, mas o Instituto conseguiu conceder ao Centro a extensão de estantes que este indicara: 40 metros de arquivo morto, 20 metros de arquivo vivo e 80 metros de biblioteca. O CEPCEP, todavia, recusou a pretensão reitoral de colocar todas as secretárias dos Centros vinculados ao IIAIC num só *open space*<sup>289</sup>. O apetrechamento informático também melhorou, em sintonia com a revolução tecnológica operada em toda a Universidade. A página

---

<sup>286</sup> V., por exemplo, as propostas de orçamento de 1991, 1992 ou 1994 enviadas à Reitoria, in Arquivo CEPCEP, C UCP 2, 1989-1992, C UCP 3, 1993-1994, e ICIC 1. Nos anos em que a margem superavitária era menor, a Direção do CEPCEP pedia para ficar isenta da obrigatoriedade “da afetação de 5% das receitas à manutenção da Reitoria”, o que não era concedido.

<sup>287</sup> V. os Relatórios ou Fichas de Atividades de 1996 e 2000 enviados à coordenação do IIAIC/ICIC, in Arquivo CEPCEP, ICIC 1 e ICIC 2. Jorge Barreto Xavier, por exemplo, começou a trabalhar em projetos do Centro, como colaborador bolseiro, em outubro de 1995; nos finais de 1998, solicitou uma alteração ao seu regime de prestação de serviços, trocando os três meios dias em que trabalhava semanalmente no CEPCEP por tarefas mais específicas e mais esporádicas, compatíveis com o tempo de estudo necessário para acabar a sua Licenciatura e realizar alguns trabalhos fora da UCP (v. Arquivo CEPCEP, ARD, 12.7.1995, 28.9.1995 e 6.11.1998).

<sup>288</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 15.2.1995. V., também, ICIC 1, Relatório Trienal 1999-2001, p. 6.

<sup>289</sup> *Ibidem*, ARD, 25.5.1994.

eletrônica do Centro foi estreada na internet em 1999<sup>290</sup>. No ano seguinte, a Direção decidiu profissionalizar a contabilidade. Até aí, os documentos orçamentais eram simples balancetes de receitas e despesas, com poucas rubricas. Mas o IIAIC, entretanto transformado em ICIC, viera complexificar procedimentos e mostrar a conveniência de propostas orçamentais e de relatórios de execução mais formais, que detalhassem, sobretudo, a proveniência dos dinheiros dos Centros – da JNICT, agora FCT, para funcionamento e logística, de entidades públicas e privadas, de prestação de serviços, de venda de publicações, de aplicações financeiras e, muito em particular (porque essa era uma fonte cada vez mais importante e explorada), de fundos comunitários ou projetos europeus. Em maio de 2000, o Centro contratou então os serviços de um revisor oficial de contas (ROC), Fernando Coelho de Melo, cujo primeiro relatório contabilístico, cobrindo o quadriénio anterior, foi apresentado à Direção em setembro<sup>291</sup>.

Se, na viragem do milénio, um balanço era possível, ele era positivo, pese embora existisse o sentimento de que o CEPCEP poderia fazer mais e que a sobrecarga depositada nos membros da Direção precisava de ser repensada. O problema não era novo, como nova não era a reconhecida inoperância dos dois órgãos previstos na letra dos Estatutos – o Conselho Científico, que nunca reuniu, e o Conselho Geral, que se tornara invisível depois dos tempos da fundação e primeiras atividades. O elenco dos seus membros continuava a ser uma invejável lista de ilustres. Mas o seu envolvimento e os seus sentimentos perante o CEPCEP podiam ser medidos pelas palavras que um dos Conselheiros, José Eduardo Mendes Ferrão, escreveu ao amigo Mário Lages no final de 1997: “as minhas ligações com o CEPCEP entraram em ponto morto. Se isso significa apenas uma relação pessoal, não tem isso a mínima importância. Espero que não signifique o adormecimento de um Centro que tem atrás de si um trabalho precioso e uma intenção altamente meritória, e com largo campo de trabalho, onde pode levar uma palavra de luz, de esperança e de intelectualidade”<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 20. Os trabalhos para a construção da página Internet tinham começado no verão de 1998, altura em que Cristina Pereira informou a Direção do Centro que havia já várias unidades da Universidade a ligarem-se, via Net, à página geral da UCP. Decidiu-se então contactar, para o efeito, o Eng.º Jorge Cerol, do Centro de Informática da Universidade, entregando-lhe uma disquete com o texto e a composição gráfica da página pretendida (Arquivo CEPCEP, ARD, 14.7.1998).

<sup>291</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 23.5, 8.6 e 13.9.2000. A justificação desse passo, dada na primeira destas reuniões, era simples: “embora a contabilidade do Centro esteja em dia e toda documentada, nunca foi feita por um profissional. Para obviar à complicação que possa vir a surgir um dia, decidi a Direção contratar um contabilista profissional”.

<sup>292</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção até 2000, carta de 30.12.1997.

---

## O CEPCEP no século XXI: a integração na FCH / Humanitas e as renovações diretivas (2000-2017)

Em outubro de 2000, Manuel Braga da Cruz, docente da Faculdade de Ciências Humanas e coordenador (até abril desse ano<sup>293</sup>) do ICIC, tornou-se o quarto Reitor da história da Universidade Católica Portuguesa e o primeiro leigo a ocupar o cargo. Os tempos que se avizinhavam não eram, e não seriam, fáceis. A um cenário geral de progressiva redução do número de candidatos ao Ensino Superior e de crescente concorrência entre instituições, somara-se entretanto o corte do subsídio governamental desde sempre concedido à UCP, bem como a nova lei de organização e estruturação do Ensino Superior, que ameaçava desagregar a unidade plurilocalizada da Universidade Católica<sup>294</sup>.

O mandato de Roberto Carneiro iniciado no verão de 1996 já expirara. O Reitor anterior, Pe. Manuel Isidro Alves, não procedera à sua recondução ou substituição e o assunto arrastou-se mais de um ano. Quando Braga da Cruz tomou posse, a Direção do CEPCEP deliberou o gesto institucional de cortesia de colocar os lugares à disposição da nova reitoria. O novo Reitor comunicou de imediato que tinha empenho na continuação da liderança de Roberto Carneiro e da equipa que este lhe quisesse propor<sup>295</sup>.

---

<sup>293</sup> Manuel Braga da Cruz cumpriu dois mandatos trienais (1994-1997 e 1997-2000), à frente do IIAIC/ICIC. Por despacho reitoral de 6.4.2000, foi empossado nessas funções Joaquim Cerqueira Gonçalves, professor da Faculdade de Ciências Humanas (Arquivo CEPCEP, C UCP 5, 1998-2000).

<sup>294</sup> [Cruz], 2009, p. 66.

<sup>295</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção 2001-2010 (ofício reitoral reconduzindo o Presidente do Centro, 30.11.2000).

A ocasião foi aproveitada para uma larga discussão acerca do presente e do futuro da “fórmula do Centro”: “manter a que está ou alterar”. A opinião generalizada de todos era “que se deveria chamar pessoas novas, com disponibilidade, para dar uma nova vitalidade ao Centro”. Carlos Medeiros colocou a questão das contrapartidas: quais as condições a oferecer para atrair novos membros? E não seria de profissionalizar alguém da Direção? Discutiu-se também a hipótese de vir a ancorar o Centro numa Faculdade – mas todos concordaram que essa pertença poderia vir a ser mais prejudicial do que benéfica. E acabou por se assentar numa “remodelação”, mas “nunca total”<sup>296</sup>. O contorno da mesma esteve em aberto durante semanas. Uma vez que, de acordo com os Estatutos, a Direção só poderia ter um máximo de sete elementos, equacionaram-se duas hipóteses: um núcleo executivo com três membros jovens e quatro membros seniores, ou uma estrutura idêntica à já existente, com um secretário-geral a tempo inteiro, recebendo ordenado e uma percentagem sobre os projetos angariados. Tendo-se optado pela primeira hipótese, havia que resolver então quais os seniores a manter e quais os juniores, novos membros, a recrutar<sup>297</sup>.

Francisco Sarsfield Cabral, que acumulava a atividade jornalística na Rádio Renascença com a de colunista no diário *Público*, já sinalizara ao Presidente a sua vontade de sair. O mesmo fizera Pedro Roseta. Mário Pinto, por seu turno, ficara mais livre no termo das suas funções de Ministro da República para os Açores (em 1997); mas em 1999, o Pe. Isidro Alves convidara-o, e ele aceitara, a assumir o cargo de Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, voltando assim a uma cadeira que já fora sua na década de 1970. Por isso a continuidade de Mário Pinto era igualmente difícil. Fixou-se assim que estes três saíam, ficando, como seniores da nova Direção, os quatro membros restantes, fundadores do Centro ou seus vogais praticamente desde o início. Quanto aos jovens membros, Roberto Carneiro sugeriu os nomes de Pedro Conceição (engenheiro do Instituto Superior Técnico na área das Novas Tecnologias), e de André Correia de Almeida (da área da Economia da FCEE), e Artur Teodoro de Matos o nome de João Paulo Oliveira e Costa (historiador dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina e docente da FCSH-UNL).

Como André Correia de Almeida não pôde aceitar o convite, a vaga ficou em aberto, destinada a um outro nome da Economia ou da área da Sociologia<sup>298</sup>. Em março de 2001, o terceiro elemento júnior ainda não

<sup>296</sup> *Ibidem*, ARD, 8.11.2000.

<sup>297</sup> *Ibidem*, ARD, 13.12.2000.

<sup>298</sup> *Ibidem*, ARD, 13.12.2000 e 11.1.2001.

estava escolhido. Mas a Direção tomou uma deliberação adicional: Pedro Roseta deixaria o elenco diretivo, mas não o Centro, tornando-se Secretário Executivo do Conselho Geral, com o papel específico de dinamizar este órgão, “incluindo a substituição progressiva de alguns dos atuais membros por personalidades mais ativas e interessadas”. Já os doutorados que tinham, nos últimos tempos, vindo a ser convidados para projetos de investigação iriam “constituir o Conselho Científico, que está previsto nos Estatutos e nunca foi implementado”<sup>299</sup>.

O despacho reitoral de nomeação da nova Direção, proposta por Roberto Carneiro, saiu a 19 de junho<sup>300</sup>. Com o Presidente, foram reconduzidos Mário Lages, que passava de secretário executivo do Centro a seu coordenador executivo<sup>301</sup> (assumindo, na prática, o lugar de Vice-Presidente que Mário Pinto deixava), Artur Teodoro de Matos, Carlos Laranjo Medeiros, João Paulo Oliveira e Costa, Pedro Conceição e João Muñoz de Oliveira (o nome finalmente escolhido por Roberto Carneiro para a terceira vaga dos “juniores”), que era, ao tempo, Administrador do Colégio de São João de Brito e Vice-Presidente da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular. Pela renovação empreendida, a Direção empossada em 2001 assinalou, de facto, o início de um novo ciclo de vida no CEPCEP. Foi uma evolução na continuidade – em todo o caso uma evolução que apetrechou o Centro para novos desafios, novos projetos e novos enfoques para o nascente século XXI. Por isso é importante perceber de onde vinham, como ali chegavam e o que encontraram os três novos vogais diretivos.

João Paulo Costa já conhecia o Centro há vários anos. “Assisti” – lembra o próprio hoje – “a conferências organizadas pelo CEPCEP logo na década de 80, nomeadamente em encontros subordinados a temas relacionados com a história da Expansão Portuguesa. Depois, nos anos 90, o CEPCEP organizou três grandes reuniões internacionais em parceria com o Instituto

---

<sup>299</sup> *Ibidem*, ARD, 13.3 e 30.3.2001. Estes objetivos não foram cumpridos: o Conselho Científico continuou a não existir e a projetada renovação do Conselho Geral, para um maior envolvimento dos seus membros na agenda do Centro, também se revelou sempre inatingível. A maioria dos nomes outrora escolhidos e integrados neste órgão, em 1985, tinham seguido as suas vidas profissionais, políticas e académicas e não tinham disponibilidade. A isto acresce que Pedro Roseta, deslocado para a função de dinamizador do Conselho Geral, também continuou a ter uma agenda quase incompatível com aquele trabalho: entre 2002 e 2004, por exemplo, foi Ministro da Cultura do XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso.

<sup>300</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção 2001-2010.

<sup>301</sup> A proposta desta alteração fora já enviada por Roberto Carneiro ao novo Diretor do ICIC, Cerqueira Gonçalves, com data de 31.10.2000 (Arquivo CEPCEP, ICIC 2).

de História de Além-Mar, depois Centro de História de Além-Mar: o congresso comemorativo dos 450 anos da chegada dos Portugueses ao Japão (Lisboa, 1993), o VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Angra do Heroísmo, 1996) e o Congresso Comemorativo do início da evangelização do Japão (Lisboa, 1999). Integrei a Comissão Organizadora dos dois primeiros encontros e presidi à do terceiro. Foi uma cooperação que se estabeleceu com toda a facilidade, fruto dos interesses comuns bem como da enorme disponibilidade e eficiência da Cristina Pereira, secretária do CEPCEP. O facto de trabalhar na FCSH com Artur Teodoro de Matos foi, naturalmente, a razão desta maior aproximação ao CEPCEP<sup>302</sup>. E que impressões tinha quando foi convidado a integrar a sua Direção? “Nessa altura identificava o CEPCEP como uma instituição dinâmica apostada no estudo e na promoção da História da Cultura Portuguesa que era, por isso, um parceiro natural do centro da FCSH em que trabalhava [...] O convite para integrar a Direção do Centro foi-me feito pessoalmente por Artur Teodoro de Matos, com quem já trabalhava então há dez anos. Foi-me explicado que o CEPCEP estava a renovar a sua Direção e percebi que o convite que me era dirigido tinha por objetivo reforçar a vertente da História, em estreita colaboração com Artur Teodoro de Matos. A minha especialização em História Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, com uma atenção particular à História das Missões, e certamente a capacidade de iniciativa que ia demonstrando na minha atividade profissional foram os requisitos que justificaram o convite. Naturalmente que a relação pessoal que já tinha com Artur Teodoro de Matos também contribuiu para que fosse feito o convite”<sup>303</sup>.

Pedro Conceição já ouvira igualmente falar do CEPCEP porque, enquanto estudante de doutoramento, começara a colaborar com Roberto Carneiro em alguns dos seus projetos: “A minha impressão era de que o CEPCEP fazia coisas únicas, inovadoras e transdisciplinares, tendo sempre como elo comum a cultura e identidade portuguesa. A medida que fui conhecendo mais e melhor o CEPCEP, fui confirmando a minha impressão inicial de que se tratava de uma entidade única, na fronteira entre a investigação e a aplicação prática, entre a produção e a utilização de conhecimento”<sup>304</sup>. O convite de Roberto Carneiro fora uma honra e uma agradável surpresa: “penso que a expectativa era de que eu, tendo acabado recentemente o doutoramento, trouxesse contribuições ligadas às

<sup>302</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>303</sup> *Ibidem*.

<sup>304</sup> Pedro Conceição, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

minhas áreas de interesse académico. Na altura, o meu interesse centrava-se nas políticas públicas de promoção da inovação tecnológica, tentando perceber a interação com políticas económicas, de ciência, e de educação. Havia muito interesse em analisar aquilo que se considerava ser o emergir de uma nova economia do conhecimento, auxiliada por avanços sem precedentes nas tecnologias da informação e comunicação. Eu tinha feito algum trabalho sobre as implicações desta ‘revolução tecnológica’ no mercado de trabalho, em particular as suas implicações para a procura de qualificações e distribuição do rendimento das famílias”<sup>305</sup>. Já João Muñoz de Oliveira conhecia menos o Centro e mais o seu Presidente. O convite era, para ele, muito mais direcionado e específico: “foi-me pedido que integrasse a Direção e que me vocacionasse para as questões da Educação”<sup>306</sup>.

Os três recém-chegados são unânimes no reconhecimento dos ganhos obtidos com aquele passo, tanto no plano profissional, quanto no plano pessoal. João Paulo Costa encontrou no CEPCEP “uma equipa que articulava a experiência dos veteranos (Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos, Mário Lages e Carlos Medeiros) com a ‘juventude’ dos recém-chegados, num ambiente cordial, que depressa se foi tornando de amizade e intimista, e que se completava na figura incontornável da Cristina Pereira”; e por isso guarda “uma memória grata e feliz de cada reunião em que participei”<sup>307</sup>. Para Pedro Conceição, o que mais o fascinou e atraiu “foi o espírito muito aberto de todos os membros, e um grande entusiasmo em discutir novas ideias. As reuniões de direção eram sempre uma ‘lufada de ar fresco’ intelectual, com discussões muito estimulantes, e onde todas as personalidades e ideias eram bem acolhidas [...] O que o CEPCEP me trazia era uma janela para observar e aceder a outras áreas do conhecimento e outro tipo de solicitações, para além da investigação académica e ensino”<sup>308</sup>. Muñoz de Oliveira corrobora o testemunho dos colegas: “Tínhamos um bom ambiente, liderado pelo Eng.º Roberto Carneiro, que era o espelho e a motivação que tornaram os vários projetos símbolo de sucesso do CEPCEP”<sup>309</sup>.

Entre outras iniciativas em que colaboraram, ou que lideraram, João Paulo Costa e João Muñoz de Oliveira sugeriram ao CEPCEP dois projetos de investigação e publicação que marcariam essa década de 2001 a 2010,

<sup>305</sup> *Ibidem*.

<sup>306</sup> João Muñoz de Oliveira, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>307</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>308</sup> Pedro Conceição, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>309</sup> João Muñoz de Oliveira, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

e que seriam dois extraordinários êxitos científicos e de reconhecimento público: as *Biografias dos Reis de Portugal*, e a *Escola de Pais* (com os cursos *Aprender a Educar* e as duas edições da *Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais*), respetivamente. Já o contributo de Pedro Conceição foi menor, embora por uma boa razão: no final desse mesmo ano de 2001 iniciou funções no *Office of Development Studies* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Nova Iorque, o que naturalmente o distanciou do Centro, embora mantivesse contacto com a Direção, diligenciando até, nas suas funções, o envolvimento do CEPCEP em alguns dos projetos ou iniciativas daquele departamento das Nações Unidas<sup>310</sup>.

No decurso do primeiro dos seus três mandatos como Reitor da UCP, Manuel Braga da Cruz centrou esforços na “racionalização das estruturas” existentes, não só na sede, em Lisboa, como nos restantes polos<sup>311</sup>. Isto não excluiu, como é óbvio, novas apostas, mas tudo se passou a fazer de forma mais seletiva e com uma preocupação de sustentabilidade e qualidade muito ditada por uma conjuntura mais adversa. Racionalizar a Universidade, nas suas diversas instâncias, especialidades científicas e ofertas letivas, era também cuidar do seu potencial, numa altura em que o futuro sistema de Bolonha já estava em preparação, em que as avaliações externas se tornavam mais exigentes e as universidades se começavam a querer posicionar nos *rankings* nacionais ou internacionais.

No quadro da gestão da Universidade, um dos problemas que Braga da Cruz teve de enfrentar foi, justamente, o dos Centros de Estudo – da sua diversidade estatutária, de objetivos, de ação e de pertença institucional. E a solução, ou aposta, colocada sobre a mesa para racionalizar uma tal diversidade foi a de proceder à integração dos Centros de Estudos nas Faculdades. Como o próprio hoje explica: “o quadro da investigação científica em Portugal foi evoluindo, as avaliações faziam-se prestando uma especial atenção ao nível da investigação que era feita nas Faculdades e nas unidades da Universidade e, portanto, não fazia sentido manter a separação que existia entre Centros de Investigação e Faculdades. Até porque muitos dos Centros de Investigação que existiam, é preciso reconhecê-lo, eram espaços de autonomia de alguns professores, que usavam esses centros para iniciativas muito próprias. E portanto, vimo-nos confrontados com a necessidade de integrar a investigação nas Faculdades, para que estas não fossem apenas espaços de docência e houvesse umas coisas

<sup>310</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 5.12.2001 (carta de Pedro Conceição aos colegas da Direção, 2.12.2001).

<sup>311</sup> [Cruz], 2009, p. 66.

fora, que faziam investigação”<sup>312</sup>. O retrato não se aplicava ao CEPCEP, mas a uma situação geral que era necessário atalhar.

Por despacho de 24 de outubro de 2002, a reitoria determinou então que todos os Centros de Estudo deveriam passar a estar integrados em Faculdades, adequando os respetivos regulamentos ou estatutos a essa nova pertença, ou filiação, institucional<sup>313</sup>. Nos termos desse normativo, o CEDC, o CEHR e o CESP passavam a constituir unidades da Faculdade de Teologia, e o CLCPB, o GEPOLIS, a Mediateca Cultural e o CEPCEP passavam a ser unidades da Faculdade de Ciências Humanas, todos eles “podendo vir a dar origem a outras designações julgadas mais adequadas”. Esta alteração orgânica era longamente explicada no despacho e prendia-se com a “reestruturação e desenvolvimento da investigação científica da UCP”. A Universidade não era apenas uma *teaching university*, mas também, inseparavelmente (e se calhar prioritariamente), uma *research university*. A investigação científica era um elemento vital de qualificação universitária, pelo que, além da docência, os professores deveriam dedicar-se à investigação, “devendo para o efeito haver estruturas adequadas”, que estabelecessem programas de investigação, com o devido apoio logístico e a devida capacidade de apresentarem candidaturas competitivas a financiamentos nacionais (FCT ou outras entidades) e internacionais. Ora os professores, que seriam os investigadores, pertenciam sobretudo a Faculdades, e por isso as estruturas de investigação não deveriam continuar a estar separadas das unidades básicas da Universidade. As Faculdades não eram “meras estruturas de organização de ensino”, mas antes “comunidades de professores-investigadores”, e também de alunos, “que devem ser iniciados na investigação científica de forma integrada”. Por seu turno, os Centros integrados tinham tudo a ganhar com esta nova arrumação, porque, em mais estreito contacto com as Faculdades que lhes eram afins em termos de áreas científicas cultivadas, destas receberiam *inputs* e pessoal docente para a investigação, e até apoio logístico e de funcionamento que permitiria algumas economias de escala.

O despacho reitoral tinha o cuidado de precisar que, mesmo integradas em Faculdades, “as unidades de investigação devem ter autonomia e competência própria, mas delimitada”. Isto significava que “deverão ter autonomia, com direção e órgãos próprios, mas nomeados pelo Reitor, sob proposta dos diretores das Faculdades ou Escolas. Os seus programas e relatórios de atividades deverão ser aprovados pelos Conselhos Cien-

<sup>312</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

<sup>313</sup> O despacho está em anexo a CEPCEP, ARD, 11.11.2002.

tíficos das unidades básicas, bem como os seus orçamentos e relatórios de contas pelas respectivas Direções”. Além disso, estatua-se ainda, “as unidades de investigação deverão ter designação específica, que traduza a especialidade do campo em que investigam, necessariamente circunscrita, e não deverão propor-se atuar em domínios em que não são competentes”. Do ponto de vista da localização física dos Centros, podiam estes continuar a existir “fora do espaço onde se processam as atividades letivas das unidades básicas”; e por isso o ICIC, enquanto “estrutura de apoio às atividades dos Centros”, deveria continuar a existir, “mas com competências administrativas e não científicas, dirigido por um gestor da ciência”. Finalmente, era até desejável que se separassem das unidades de investigação “as atividades de prestação de serviços, para evitar confusão com a investigação científica, se necessário criando estruturas próprias para esse efeito”.

A eventual integração do CEPCEP na Faculdade de Ciências Humanas fora, recorde-se, hipótese equacionada pela Direção do Centro aquando da reflexão sobre a renovação diretiva, no início de 2001 – mas logo julgada contraproducente. Não surpreende, pois, que o despacho reitoral tivesse suscitado apreensão e resistência no Centro. Já houvera, em 1994, a integração no IIAIC/ICIC e, em 1997-1998, uma tentativa reitoral de cerceamento da autonomia estatutária vigente. A pertença à FCH levantava velhos problemas e também novos problemas. Roberto Carneiro comunicou a decisão reitoral aos colegas uma semana antes de o despacho ser aprovado<sup>314</sup>. Em reunião de Direção posterior, Carlos Medeiros apresentou um documento de reflexão sobre o tema, que serviria de base para duas conversas – do Presidente do Centro com o Reitor e de Artur Teodoro de Matos com Mário Pinto, ex-Vice-Presidente do CEPCEP que era, desde 1999, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas.

Carlos Medeiros defendia uma posição crítica. Não queria discutir “a bondade gestonária da afetação científica e funcional dos Centros de Estudo a Faculdades”; entendia, porém, que “no âmbito das tendências comunitárias e internacionais afirmadas em matéria de ensino superior [...] a integração do CEPCEP na Faculdade de Ciências Humanas constituí[a] um retrocesso numa iniciativa que à data [da fundação do Centro] foi pioneira”. O ponto, de forma resumida, é que a vocação multidisciplinar do CEPCEP fazia dele uma unidade de investigação que não era apenas de ciências humanas, dado que, no passado como no presente (e o documento recenseava exemplos), cultivara e cultivava áreas como a economia,

---

<sup>314</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 17.10.2002.

o direito, a engenharia, a arquitetura/cidades, a medicina, a agronomia, etc. Era esta diversidade e a liberdade da autonomia que tinham permitido ao Centro ser único, florescer, captar reconhecimento e financiamentos. E daí a conclusão, detalhada, de Carlos Medeiros: “A integração do Centro na Faculdade de Ciências Humanas vai envolver, necessariamente num período mais ou menos longo, a redução da vocação interdisciplinar do Centro, através da sua limitação às áreas do saber constitutivas daquela Faculdade. Aliás, a partir do momento em que se operar tal integração essa redução passa a ser um imperativo lógico. Situação que, salvo melhor entendimento, se afigura particularmente preocupante em matéria de cooperação para o desenvolvimento, em que a multidisciplinaridade é, cada vez mais, uma exigência científica e ética”. Assim, “como consequência desta redução da vocação do Centro, ficará obviamente restringido o campo de obtenção de meios financeiros para apoio às suas atividades; restrição que poderá vir a repercutir-se na própria Faculdade e seus outros Centros, na medida em que esta e o Centro poderão vir a ser concorrenciais, por força daquela redução, relativamente aos mesmos dadores”. A fechar, Carlos Medeiros lembrava o velho cavalo-de-batalha: que qualquer alteração estatutária, como a integração e “restrição da vocação interdisciplinar”, tinha de ser feita em Conselho Superior e homologada pelo Magno Chanceler, conforme o procedimento inicial de 1984<sup>315</sup>.

Os colegas concordaram com a posição sistematizada por Carlos Medeiros. Artur Teodoro de Matos adicionou até um outro elemento, que lhe era particularmente caro: a integração dos Centros nas Faculdades acarretava “o esvaziamento inevitável do ICIC”<sup>316</sup>. Ora, o Diretor deste Instituto era... o próprio Teodoro de Matos, que acabara de suceder, em setembro de 2002, a Joaquim Cerqueira Gonçalves naquela função<sup>317</sup>. A sua posição era, pois, difícil, pois via-se na contingência de ter de defender o CEPCEP, a cuja Direção pertencia, e também o ICIC, que agora dirigia, e que a Reitoria contava que fosse seu aliado na tarefa de gerir os Centros nesta transição.

---

<sup>315</sup> *Ibidem*, ARD, 25.10.2002.

<sup>316</sup> *Ibidem*.

<sup>317</sup> Artur Teodoro de Matos aposentara-se da FCSH-UNL no verão de 2002, transitando então, a partir de setembro, para a Faculdade de Ciências Humanas da UCP, na qualidade de Professor Catedrático convidado. Tornou-se também vogal da Direção do Instituto de Estudos Orientais da UCP e, por despacho homologado pelo Magno Chanceler de 20.9.2002, Diretor do ICIC, na sequência do pedido de escusa do cargo apresentado por Cerqueira Gonçalves, seu antecessor (Arquivo CEPCEP, ICIC 2)..

Mau grado os contactos entre Roberto Carneiro e Manuel Braga da Cruz, o despacho reitoral foi adiante – e a integração consumou-se. No final de novembro, Teodoro de Matos reuniu-se com Mário Pinto. O Diretor da FCH tinha sentimentos mistos em relação ao problema em apreço. Olhando para trás, recorda hoje que “o CEPCEP sofre[ra], ao longo dos tempos, várias investidas críticas, por causa da sua autonomia e consequente atividade de prestação de serviços, de que resultavam alguns proventos para os respetivos colaboradores das várias encomendas ou projetos subsidiados. Era uma exceção na UCP; foi preciso defendê-lo; não para defender os proventos dos colaboradores, mas para defender a instituição, o seu significado e o seu dinamismo benéfico”. Mas nesta altura, em 2002, “quando da própria reitoria se levantavam dúvidas sobre o devido enquadramento institucional na UCP, foi entendido por bem integrá-lo na FCH. Claro que com o meu apoio”<sup>318</sup>. Verdade é que o Diretor da FCH não esquecera mais de uma década de Vice-Presidência do CEPCEP. E por isso, da conversa com ele tida, Teodoro de Matos saiu com a convicção de que, “na prática, não haverá qualquer alteração no funcionamento do CEPCEP”, até mesmo no que dizia respeito ao problema das duas vertentes de investigação *versus* prestação de serviços<sup>319</sup>. O despacho reitoral implicava separá-las, passando a investigação para a Faculdade (via Centro), e mantendo-se a prestação de serviços fora dela (e possivelmente em unidade que não o Centro). Ora, “a posição do Prof. Mário Pinto é de que o CEPCEP se deve manter tal como está, sem divisões”<sup>320</sup>.

Em face disto, em meados de dezembro de 2002, Artur Teodoro de Matos, na qualidade de Diretor do ICIC, e Roberto Carneiro, enquanto Presidente do CEPCEP, endereçaram um documento-proposta ao Reitor, no qual os dois signatários solicitavam “que seja revista a decisão de integrar o CEPCEP na FCH, mantendo o seu figurino atual de unidade autónoma e essencialmente prestadora de serviços. Caso seja aceite esta proposta, promover-se-ia uma transferência gradual dos projetos e atividades do CEPCEP suscetíveis de se verem melhor enquadrados por Centros de Estudo atuais ou a criar no âmbito da FCH”<sup>321</sup>. Braga da Cruz não quis fazer exceções ao seu próprio despacho e, por isso, a proposta não foi aceite; o CEPCEP passou, desde então, a ser uma unidade integrada na Faculdade de Ciências Humanas.

<sup>318</sup> Mário Pinto, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

<sup>319</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 25.11.2002.

<sup>320</sup> *Ibidem*, ARD, 13.12.2002.

<sup>321</sup> *Ibidem*, ARD, 23.12.2002 (o documento-proposta tem data de 19.12.2002).

Mas a aplicação integral do despacho ao Centro foi sempre feita de maneira muito generosa para este. O CEPCEP manteve, até à atualidade, as valências da investigação e da prestação de serviços – aliás, e nos tempos mais recentes, cada vez mais esta do que aquela; o seu alinhamento pelas áreas científicas e letivas da Faculdade (Filosofia, Ciências Sociais, Comunicação, Línguas e Culturas/Estudos de Cultura, História e Ciências Psicopedagógicas) fez-se, mas nunca excluiu a ação do Centro noutras áreas fora do domínio das humanidades e ciências sociais em geral; a sua designação nunca foi alterada; e apesar do cumprimento, esse sim, novo, da obrigatoriedade de submissão de planos e relatórios de atividade ao Conselho Científico da Faculdade, os orçamentos e relatórios de contas continuaram autónomos, sem aprovação pela Direção da Faculdade. Não se tratava de um estatuto de exceção, mas de uma cedência tradutora do respeito tido em relação à especificidade histórica e científica do CEPCEP no quadro da Universidade.

No presente, Manuel Braga da Cruz recorda a integração dos Centros, e em particular do CEPCEP, por si decidida em 2002, de forma distendida e até lisonjeira para o Centro, em comparação com outras unidades de investigação: “Na altura, a questão que se colocou foi sabermos se o CEPCEP era um centro de investigação ou um centro de prestação de serviços. A natureza do CEPCEP não era clara: era um centro de iniciativas, mas de iniciativas de pessoas que não eram membros do centro ou investigadores do centro; era um centro de estudos que não tinha investigadores, mas colaborações várias e muitas delas exteriores à Universidade – o que era positivo, porque fazia articulação com várias pessoas de fora da Universidade. Houve obviamente reuniões e conversas com o CEPCEP e acabámos por sugerir a inclusão do CEPCEP na Faculdade de Ciências Humanas porque, sendo embora um centro de estudos de ‘povos e culturas de expressão portuguesa’, fazia investigação sobre tudo. Tinha um âmbito de intervenção muito vasto, que manteve, e que ia desde a história à educação, passando pela sociologia, até tocar em questões quase de gestão. Era muito variado. Nós achámos, apesar de tudo, que a dominância das atividades do Centro era de ciências sociais e humanas e, portanto, aproximámos o Centro da FCH, mantendo ele contudo esta ambiguidade de meio centro de estudos e de investigação, meio centro de prestação de serviços e de satisfação de pedidos ou encomendas à Universidade sobre os mais variados estudos. O CEPCEP obviamente ofereceu alguma resistência, passe a expressão”<sup>322</sup>.

<sup>322</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

Para a reitoria, a questão era científica e organizacional; mas era também muito financeira – e nesta frente os problemas avolumavam-se na UCP: “O CEPCEP era, juntamente com o CEA, a única estrutura que na Universidade gozava de autonomia financeira, o que era uma situação insólita, porque o Reitor não tinha nenhuma capacidade de intervenção na vida do CEPCEP. E eu tive pressões muito grandes, na reitoria, para retirar a autonomia financeira ao CEPCEP. Foi na altura em que houve um descalabro, em que a Universidade estava com milhões de dívida. Claro que o CEPCEP não tinha dívidas, mas isso resultava da excessiva margem de autonomia que o Centro, e outras instituições, tinham na Universidade. Isto não podia continuar. E, portanto, foi necessário reduzir em toda a Universidade as autonomias que existiam, para começar a controlar seriamente as finanças da Universidade. E daí o problema da autonomia financeira. Eu, apesar de tudo, confiei sempre no CEPCEP e nunca retirei a autonomia financeira do Centro. Porque isso era abrir um conflito desnecessário. Procurei, isso sim, fazer com que o CEPCEP se integrasse na Universidade, até para não haver uma duplicação de estruturas ou de atividades. Uma das coisas que eu tive de fazer quando cheguei à Reitoria foi evitar duplicações de atividades que havia (a formação de executivos, por exemplo). E não foi fácil. Foi doloroso para algumas pessoas, mas foi preciso pôr ordem na Universidade, desse ponto de vista, a bem dos *rankings* internacionais, até, em que queríamos (e conseguimos) entrar. Mas a autonomia financeira do CEPCEP ficou. Era até um problema delicado. O CEPCEP tinha os seus fundos próprios, e poderia parecer que a Universidade queria deitar mão aos fundos do CEPCEP, o que não era o se pretendia... E o CEPCEP, de facto, também não suscitava nenhuma apreensão; não tinha nenhum ‘buraco’. Havia uma orientação geral, de que nenhuma instituição da UCP poderia ter autonomia financeira; e porque isso tinha de acabar, tirámo-la a toda a gente, menos ao CEPCEP. E ele é a única instituição da Universidade que mantém essa autonomia até hoje”<sup>323</sup>.

A “plena autonomia estatutária”, sobretudo financeira, mas também científica e administrativa, continuou assim, apesar da nova pertença institucional à Faculdade de Ciências Humanas, a ser constitutiva da identidade e da vida quotidiana do CEPCEP, como reconhece Roberto Carneiro<sup>324</sup>. Alguns procedimentos mudaram, todavia, e para melhor, como a regularidade de produção de relatórios de atividades, de acordo com um formulário crescentemente profissionalizado, reproduzindo o *template* tipo da

---

<sup>323</sup> *Ibidem*.

<sup>324</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

Fundação para a Ciência e Tecnologia ou de outras plataformas de submissão de candidaturas a projetos e financiamentos, e os seus campos mais importantes: identificação da unidade, descrição da unidade (em português e inglês), organização institucional, instalações, capacidade técnica, equipa de investigação (com distinção entre doutorados e não doutorados), currículos individuais, entidades parceiras de cooperação interinstitucional e internacional e produção científica. De início trienais, os relatórios passaram a bienais ou anuais – por vezes acompanhados de planos de atividade prospetivos – a apresentar à coordenação do ICIC e à Direção da FCH<sup>325</sup>.

Poder-se-ia perguntar, em face disto, por que razões nunca o CEPCEP decidiu tornar-se – como seria o caminho preferencial trilhado por muitos outros Centros – uma unidade FCT, sujeita às regras de avaliação e, se aprovada, às possibilidades de financiamento que a Fundação para a Ciência e Tecnologia veio oferecer aos “seus” Centros. O problema pôs-se diversas vezes; mas os critérios de pertença mínimos exigiam um número de doutores em exclusividade ou, pelo menos, com tempo de afetação ao Centro de que o CEPCEP nunca dispôs. O quadro permanente de investigadores nunca excedeu muito o universo da Direção, acrescido de colaboradores como Ana Costa Lopes ou mais alguns (poucos) nomes. E nenhum dos vogais da Direção estava no CEPCEP a tempo inteiro. A isto acrescia que se tratava de uma unidade multidisciplinar, que espalhava atividades e iniciativas por várias áreas do conhecimento, um traço identitário que se coadunava mal com a classificação disciplinar a que estão sujeitos os Centros FCT. Como Teodoro de Matos resume, “um centro da FCT exigia alguma burocracia na sua criação e na sua manutenção com classificação de MB ou Excelente; e a grande liberdade que tínhamos nem sempre se coadunava com as regras da FCT. Abrangíamos também muitas áreas, o que dificultava tal filiação”<sup>326</sup>.

A dupla responsabilidade do CEPCEP, perante o ICIC e, desde 2002, perante a Direção da FCH, podia criar, por vezes, algum desconforto momentâneo. Não era fácil a agenda de trabalhos do Centro combinar-se para colaborações ou, pelo menos, para garantir que não haveria sobreposições com as das outras unidades também pertença da FCH. Eram estas o Centro de Estudos de Ciências da Comunicação (CECC), o Centro de Estudos de Línguas e Literaturas (CELL), o Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (CLCPB) e o Gabinete de Estudos de Filosofia e

---

<sup>325</sup> V., por exemplo, o Relatório Trienal 1999-2001, o Relatório das Atividades do CEPCEP em 2002, o Relatório das Atividades do CEPCEP em 2003, e os dos anos seguintes, in Arquivo CEPCEP, ICIC 1.

<sup>326</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

Cidadania (GEPOLIS). Num memorando interno do CEPCEP elaborado no verão de 2003, elencavam-se as áreas científicas que estruturavam a Faculdade de Ciências Humanas, os coordenadores, demais cargos, oferta letiva e estrutura de secretariado de cada uma delas, para se concluir que todos os Centros existentes eram, de alguma forma, extensões naturais de uma, ou duas, das áreas científicas. O CEPCEP não o era, por ser transversal à macro área das humanidades e das ciências sociais – o que, sendo por um lado vantajoso, acarretava uma posição de fragilidade quando queria, como era então o caso, solicitar mais espaços físicos à Direção da Faculdade<sup>327</sup>.

Mário Pinto cumpriu dois mandatos como Diretor da FCH (1999-2002 e 2002-2005). Em março de 2005, tomou posse nesse lugar Isabel Capelo Gil, docente da Faculdade na então área das Línguas e Literaturas e Professora-Secretária desde 2002. Uma das primeiras medidas tomadas pela nova diretora – e cujo esboço já vinha sendo planeado por Mário Pinto – foi dar corpo a uma Unidade de Coordenação da Investigação Científica da Faculdade de Ciências Humanas, que levou por designação *Humanitas*. Os Centros de Estudo pertencentes à Faculdade estavam então a passar por um vasto processo de revisão e reestruturação e tornava-se necessário instituir dentro da Escola uma instância própria de coordenação da investigação, diferente do ICIC, que coordenava Centros de diversas Faculdades e que, na realidade, se esvaziara desde o despacho reitoral de 2002<sup>328</sup>. A *Humanitas* foi instituída por Regulamento de julho de 2005 e a aprovação reitoral deste documento foi precedida, em maio, da nomeação do seu coordenador. Sem surpresa, Artur Teodoro de Matos assumiu a função<sup>329</sup> – o que, *ipso facto*, significou a extinção do ICIC, tanto mais que os Centros de outras Faculdades ainda tutelados por este Instituto também estavam a ganhar ligações novas e mais estritas às Direções a que pertenciam.

---

<sup>327</sup> Arquivo CEPCEP, UCP Correspondência 2001-2007.

<sup>328</sup> Nas palavras de Isabel Capelo Gil, “a intenção do Diretor de então, Prof. Mário Pinto, foi criar uma unidade que coordenasse a investigação [na FCH] – no fundo, mimetizar o modelo do ICIC para a Faculdade de Ciências Humanas. A criação da *Humanitas* fez-se no final do mandato do Prof. Mário Pinto e eu acabei por fazer a regulamentação no início do meu mandato. E, nesse momento, dá-se também a integração funcional do CEPCEP na FCH, porque ele continuava, de certa forma, a ter uma gestão administrativa e académica autónoma” (entrevista presencial, março de 2017).

<sup>329</sup> Arquivo CEPCEP, Dossier *Humanitas*. A proposta de criação da *Humanitas* e de nomeação do seu Coordenador foi enviada pela Diretora da FCH à Reitoria a 13.5.2005, e despachada favoravelmente a 18.5. Seguiu-se a elaboração e aprovação do seu Regulamento, na reunião do Conselho Científico da Faculdade de 21.6.2005, e a respetiva homologação reitoral, a 1.7.2005.

O Regulamento da *Humanitas* estatuiu ser esta “uma unidade interdisciplinar de coordenação das atividades de investigação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa”, com o desígnio global de ser “coordenadora e impulsionadora de investigadores científicos da FCH”. Eram sete as unidades que a *Humanitas* passava a tutelar: além do CEPCEP e da Mediateca, o Centro de Estudos de História, homólogo da área científica que o próprio Teodoro de Matos coordenava, o Centro de Estudos de Ciências da Comunicação, o Centro de Estudos de Cultura, Línguas e Literaturas (resultante da fusão do CELL e do CLCPB), o Centro de Estudos de Filosofia (unidade nova, que absorvera o antigo GEPOLIS e parte dos projetos e legado do CLCPB), e o novo Centro de Estudos de Sociologia e Serviço Social.

A *Humanitas* como que privatizava para a FCH a filosofia geral do ICIC, visando “dinamizar e apoiar as atividades de investigação científica das unidades que a integram”, ao mesmo tempo que poderia “desenvolver iniciativas próprias de promoção e incentivo à investigação científica realizada no âmbito, ou sob a orientação da Faculdade de Ciências Humanas”. Concretamente, competia-lhe, junto dos Centros, e entre os Centros e as áreas científicas da Escola, promover a interdisciplinaridade, apoiar processos de candidatura a projetos e financiamentos, coordenar o apoio logístico àqueles e atuar como interlocutor entre a investigação e a Direção da FCH. Ao coordenador da *Humanitas* cabiam várias responsabilidades: definir as suas linhas gerais de orientação, dar parecer sobre a admissão de futuras novas unidades, preparar o plano de atividades e orçamento integrado, a apresentar ao Conselho Científico e à Direção, promover atividades coordenadas entre Centros e disponibilizar informação sobre candidaturas a projetos, bolsas e outros financiamentos. A *Humanitas* teria também um Conselho de Investigação, constituído pelo coordenador, que a ele presidia, e por todos os coordenadores ou diretores das unidades de investigação da FCH. Finalmente, o orçamento da *Humanitas* seria formado por um orçamento ordinário, ou seja, por uma dotação da FCH, e pela “conta de ordem”, ou seja, por receitas “consignadas aos vários projetos de investigação em curso”.

Para o CEPCEP, a instituição da *Humanitas* significou apenas uma interlocução com uma instância diferente – embora com a agradável coincidência de o seu rosto ser o mesmo, dada a passagem de Artur Teodoro de Matos da liderança do ICIC para a liderança da nova estrutura<sup>330</sup>. A sua

---

<sup>330</sup> A proximidade entre o CEPCEP e a *Humanitas* era sobretudo garantida pelo facto de o Coordenador desta ser, ao mesmo tempo, membro da Direção do Centro. Em rigor,

avaliação é positiva: “na fase da *Humanitas*, julgo que houve benefício para o próprio CEPCEP, porque ficou sujeito a regras, como a da produção de relatórios (anualmente apresentados à Direção e ao Conselho Científico da FCH), e até do ponto de vista de um maior conhecimento e divulgação de iniciativas. Ou seja, o facto de o CEPCEP estar representado na *Humanitas* e na FCH nunca representou uma inibição em nenhum plano”<sup>331</sup>. Isto é tanto mais assim quando o CEPCEP nunca, na verdade, foi obrigado a realizar uma revisão dos seus Estatutos para se adequar à evolução das suas filiações – primeiro no IIAIC/ICIC, depois na FCH e, a partir de 2005, na FCH e na sua *Humanitas*.

Isabel Gil tem uma opinião concordante, elogiando até, na ótica da própria Faculdade, o contributo dado pela nova estrutura coordenada por Teodoro de Matos: “A *Humanitas* esteve muito alinhada com o objetivo de ajudar a direção da Faculdade a fazer um diagnóstico das áreas onde esta tinha mais valências em termos de investigação, e de articular essas valências com aquilo que eram as agendas de investigação das áreas das ciências sociais e humanidades. E serviu também propósitos de gestão académica, ajudando as unidades de investigação a organizarem-se administrativamente. Tinha, para tal, o que poderíamos chamar um gestor de ciência (Samuel Dimas). Por isso a *Humanitas* foi importante na altura em que na FCH se fez a reconfiguração dos centros de estudo pré-existentes”<sup>332</sup>.

Quanto às relações tidas entre a Direção da Faculdade e o CEPCEP, por um lado, e entre este e os restantes Centros da FCH, por outro lado, Isabel Gil faz também um balanço bastante positivo. O CEPCEP parecia-lhe ter, como “ponto essencial” da sua definição e atuação, “um desenvolvimento de atividades muito autónomo” e muitas “ligações externas”, sobretudo às culturas lusófonas e à área da educação: “era muito um ‘*bonest broker*’ entre aquilo que era a Universidade Católica e o desenvolvimento externo”<sup>333</sup>. Claro que tinha o problema de algumas das suas valências

---

aliás, Artur Teodoro de Matos respondia, no CEPCEP, perante o seu Presidente, Roberto Carneiro, enquanto Roberto Carneiro respondia perante o Coordenador da *Humanitas*, que era Teodoro de Matos!

<sup>331</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>332</sup> Em 2007, mediante a fusão do Centro de Estudos de Ciências da Comunicação e do Centro de Estudos de Cultura, Línguas e Literaturas nasceria o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (o atual CECC). O CECC, o CEFi (Centro de Estudos de Filosofia), o CESSS (Centro de Estudos de Sociologia e Serviço Social), e o CEPCEP passaram a constituir as quatro unidades de investigação da FCH, tendo os três primeiros, mas não o último, sido aprovados como unidades FCT.

<sup>333</sup> Isabel Capeloa Gil, entrevista presencial (março de 2017).

estarem “adstritas a professores, ou investigadores, que não eram propriamente da Universidade” – e por isso a Diretora de então declara hoje que “gostaria que tivesse havido uma maior participação de investigadores da própria Faculdade em trabalhos do CEPCEP em algumas áreas científicas que, note-se, estavam bem tuteladas e desenvolvidas pelo Centro”<sup>334</sup>. Mas para a FCH, a maior proximidade ao CEPCEP, via *Humanitas*, trouxe vantagens. Desde logo, a ativa participação de Roberto Carneiro no Conselho Científico da Faculdade, onde foi sempre “uma voz importante, por exemplo no que dizia respeito às agendas da área da educação, do desenvolvimento da comunicação digital e dos novos media, e também na área da cultura portuguesa”; depois, porque o CEPCEP, possuindo já um “*steady state*” e um importante “*track record*” em várias áreas, foi inspirador para os Centros de Estudos mais jovens da FCH, que estavam então a “criar as suas próprias agendas”, ajudando assim, por esse contributo (e sobretudo nos anos de 2006 a 2008), a conseguir uma “reconfiguração da ecologia da investigação na Faculdade”<sup>335</sup>.

De todos os períodos da história do CEPCEP, a primeira década do século XX foi o mais produtivo em todas as tipologias de iniciativas: cursos e conferências, congressos e seminários, estudos e consultoria, publicação de livros e da revista *Povos e Culturas*. Mário Lages deixou a coordenação da área científica de Ciências Sociais da FCH e a direção do CESOP em 2004, ficando mais livre para o trabalho no Centro; Teodoro de Matos já não acumulava o CEPCEP com as múltiplas funções tidas, no passado, na FCSH-UNL ou na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, tendo apenas mantido, fora da UCP, entre 2004 e 2005, a coordenação do painel de avaliadores de candidaturas a bolsas e projetos de investigação da área de História e Arqueologia da FCT. Só Carlos Medeiros, na consultoria, e Roberto Carneiro continuavam mais ocupados – sobretudo o Presidente do Centro, que foi CEO do Observatório da Informação e Conhecimento (UMIC), entre 2002 e 2006, *Chairman* da *Eduweb* SA, entre 2005 e 2010, Presidente da *Mercurius* SGPS, entre 2009 e 2011, além de coordenador de investigação do Observatório da Imigração (ACIDI) e do Instituto de Educação a Distância da UCP, ambos a partir de 2003. Em grande parte, porém, era a pluriatividade de Roberto Carneiro que funcionava como um dínamo para o CEPCEP, rentabilizando contactos, encontrando interlocutores, abrindo portas, conquistando projetos e financiamentos.

---

<sup>334</sup> *Ibidem*.

<sup>335</sup> *Ibidem*.

A questão da sustentabilidade financeira do Centro era fulcral e não pode ser subestimada na própria evolução da ação do CEPCEP. Como atrás se constatou, o dinheiro, a falta dele e a sua angariação tinham sido sempre preocupações prioritárias desde as origens. Teodoro de Matos, que integrou o CEPCEP desde 1983 até à atualidade, é claro no seu retrato: “a principal dificuldade era financiar o Centro. Todos nos envolvemos nisso. Mas havia pouco financiamento”<sup>336</sup>. A transição do século, com a consolidação da FCT, a preparação de Bolonha e a generalização de uma cultura universitária de competitividade e de candidaturas a projetos e financiamentos europeus, marcou um ponto de viragem que o CEPCEP soube aproveitar e em que, nalguns casos, foi até pioneiro. O mesmo Artur Teodoro de Matos não tem dúvida em reconhecer que houve uma aceleração financeira a partir dos primeiros anos da década de 2000-2010, e muito “por intervenção do Prof. Roberto Carneiro”<sup>337</sup>. Essa aceleração, por sua vez, foi causa e consequência de o Centro ter reforçado a sua componente de prestação de serviços, de consultorias e estudos, em detrimento dos projetos ou publicações de investigação pura<sup>338</sup>. Essa mutação “aconteceu, é um facto, não só, mas muito, por causa das necessidades crescentes do Centro se autofinanciar. Foi muito por isso. O Centro passava, às vezes, por algumas dificuldades financeiras, e, com o tempo, esse caminho foi-se impondo”<sup>339</sup>. João Paulo Costa, que só integrou o CEPCEP a partir de 2001, partilha da mesma opinião: “houve uma evolução, fruto, sobretudo, da atividade de Roberto Carneiro e da oportunidade que ele representava para o financiamento e para a internacionalização do Centro” – com muitas vantagens, mas também com alguns riscos, como a “dificuldade em montar equipas, em conseguir acompanhar a produção de propostas e mesmo no relacionamento (científico e financeiro) com os parceiros internacionais”<sup>340</sup>. A competitividade trazia dinheiro, mas trouxe também acrescidos desafios de burocratização e complexificação

---

<sup>336</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>337</sup> *Ibidem*.

<sup>338</sup> Artur Teodoro de Matos comenta a propósito: “Eu diria que os objetivos iniciais do Centro não ficaram pelo caminho. Alguns deles podem é não ter tido mais tanta atividade ou desenvolvimento [...] Muitas atividades precisavam de financiamento e, não recebendo o CEPCEP qualquer verba institucional, teve de procurar outras fontes, lançando-se noutros projetos que não nos são completamente alheios, mas que, enfim, poderão não ser os dos objetivos iniciais. Não acho que tenha havido uma desvirtuação; diria mais um alargamento, pela necessidade de encontrar atividades que trouxessem contactos e financiamentos” (entrevista presencial, outubro de 2016).

<sup>339</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>340</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

da vida científica. Comentando aquela viragem, ou evolução, o Presidente do Centro não tem dúvidas em reconhecê-la: por “etapas de maturação e de progressiva consciencialização” de novas agendas e desafios, o Centro, “encontrando-se vocacionado essencialmente para a investigação, foi obrigado a casar a investigação aplicada com a consultoria avançada e a prestação de serviços como condição *sine qua non* de sobrevivência, desbravando um território difícil e muito minado por ofertas puramente comerciais de duvidosa qualidade”<sup>341</sup>.

A sobrevivência do CEPCEP passou sempre por uma gestão orçamental muito prudente e parcimoniosa. Os membros da Direção nunca receberam ordenado fixo; apenas senhas de reunião, cujo valor não subiu senão de 25 contos (125€), em 2000, para 150€ em 2010<sup>342</sup>. A sua principal forma de pagamento era por orçamentação de verbas de coordenação em cada projeto, e estas eram muito ajustáveis à rentabilidade respetiva. Ao contrário do previsto nos Estatutos desde 1984 – e do expectável, talvez, pela Direção – a UCP nunca transferiu para o Centro qualquer dotação orçamental. Ao invés, foi o Centro, como de resto todas as unidades básicas da Universidade, que se constituíram como contribuintes líquidas para os serviços da UCP sem proventos (como a Reitoria) e para o próprio orçamento geral da Universidade. Em 2008, houve um sobressalto financeiro, por causa do resultado líquido negativo apurado no exercício de 2007, no montante de c. -108 mil €. Mas era um erro contabilístico, resultante da orçamentação, em 2007, de despesas que deveriam ter sido lançadas em 2006, e cujos proveitos tinham dado entrada nesse ano, e não em 2007<sup>343</sup>.

Não significa isto que o CEPCEP não tenha tido exercícios deficitários. Os que teve, porém, foram sempre cobertos por saldos em caixa anteriores ou por um esforço adicional no ano seguinte. Entre 2000 e 2006, por exemplo, a soma dos saldos das contas de resultados foi de c. +70 mil €<sup>344</sup>. A partir desse ano, com a reforma reitoral da gestão financeira da Universidade e com a criação da figura do Administrador da UCP – cargo ocupado desde então, e até hoje, por Maria Helena Brissos de Almeida – o controlo das contas foi ainda mais rigoroso. Em setembro de 2008, ainda e sempre a propósito do olhar reitoral sobre a saúde financeira da Universidade, Roberto Carneiro confidenciava ao Reitor Braga da Cruz: “não recebo nem

---

<sup>341</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>342</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção 2001-2010 (resumo-presença nas reuniões). O pagamento de senhas de reunião cessou em 2010, não tendo mais sido praticado até à atualidade.

<sup>343</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção 2001-2010 (memorando de 13.5.2008).

<sup>344</sup> *Ibidem*.

nunca recebi qualquer vencimento regular pelo CEPCEP. Apenas ganho, naturalmente, por projetos pontuais que consigo para a Universidade e para o CEPCEP, nos quais intervenho como agente executante e de acordo com o orçamento do projeto respetivo. Nesses projetos incluo sempre um *overhead* para a Universidade que ronda, em média, uns 20% do valor do projeto contratado. Assim, nos últimos anos, tenho conseguido gerar para a Universidade qualquer coisa como 120 a 150 mil € líquidos anuais<sup>345</sup>.

O Presidente do Centro e o seu restante elenco diretivo foram reconduzidos para ulteriores mandatos trienais em junho-julho de 2004 e em maio-junho de 2007<sup>346</sup>. Foi, pois, no decurso do seu 6.º mandato que Roberto Carneiro organizou as comemorações do 25.º aniversário da fundação do CEPCEP, solenizado por várias iniciativas. As mais importantes foram calendarizadas para o dia da efeméride, 25 de fevereiro de 2008: a celebração de uma Missa de Ação de Graças, o lançamento de um Ciclo de Conferências, intitulado «Sinais dos Tempos», no qual o primeiro orador, justamente nessa data, seria o Magno Chanceler da Universidade e Cardeal Patriarca, D. José da Cruz Policarpo, e um jantar para cerca de 50 convidados, entre os quais os antigos e atuais membros da Direção, o Magno Chanceler, o Reitor, a Vice-Reitora, a Administradora da UCP, os Diretores de unidades da sede, os Presidentes dos Centros Regionais e ainda nomes como D. Manuel Clemente ou D. Carlos Azevedo<sup>347</sup>. A isto acresciam outros seis atos: a publicação de uma brochura comemorativa, que servia de montra a um quarto de século de história do Centro e também a criação do *blog Povos e Culturas*, com a finalidade de reforçar a presença e visibilidade do Centro no universo das redes sociais; a realização, em junho de 2008, de um Congresso Internacional sobre «Fado: Percursos e Perspetivas», em parceria com o Museu do Fado e no âmbito da candidatura daquele género musical a património imaterial da UNESCO, a publicação de duas obras com a chancela CEPCEP (o *Portugal Intercultural: Razão e Projeto*, em colaboração com o ACIDI, e *O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa*, celebrando também os 400 anos do nascimento de Vieira), e ainda a edição do n.º 12 da revista *Povos e Culturas*, dedicada aos reflexos do Maio de '68 em Portugal<sup>348</sup>.

---

<sup>345</sup> *Ibidem*, Dossiê Direção 2001-2010 (e-mail de 12.9.2008).

<sup>346</sup> *Ibidem* (despachos reitorais de recondução de Roberto Carneiro, de 18.6.2004 e de 30.5.2007, e dos restantes membros da Direção, de 9.7.2004 e de 1.6.2007).

<sup>347</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 4.1.2008.

<sup>348</sup> V. o desdobrável em tríptico elaborado pelo CEPCEP com a lista das «Atividades Comemorativas dos 25 Anos», disponível no Secretariado do Centro.

Sob o título «Leitura dos sinais dos tempos, um olhar cristão sobre a História», a conferência proferida por D. José Policarpo na sessão do 25.º aniversário do CEPCEP foi uma verdadeira lição de sapiência teológica. A leitura dos sinais dos tempos não era só uma questão de “moda” profana; tratava-se de “um desafio permanente aos discípulos de Cristo” para que, a partir da crença por todos nutrida, alcançassem chaves de compreensão das questões mais prementes e presentes do Homem e da ética, das sociedades e da globalização, das ordens políticas e económicas. D. José invocava os ensinamentos conciliares e bíblicos para tal tarefa, fixando assim alguns “critérios teológico-pastorais da leitura dos sinais dos tempos”. Mas não esqueceu a razão de ser do convite para aquela sessão: “Ousar descobrir na realidade do mundo sinais pode não ser objeto de discurso sistemático, mas tão só intuição pastoral. Encontramos exemplos dessa leitura concreta em textos de João Paulo II. Estamos a celebrar os 25 anos do CEPCEP, Centro de Estudos que traçou como objetivo e metodologia uma particular atenção ao evoluir das culturas dos povos de expressão portuguesa. Mas tantas vezes, na busca desse objetivo, alargou o horizonte cultural de análise para um universo cultural mais vasto, porque no nosso tempo, sobretudo no âmbito da cultura e da mutação cultural, é difícil confinar-se a um universo cultural restrito”. E por isso o Cardeal Patriarca lembrava e exortava: “A evolução cultural é, certamente, o quadro propício ao discernimento de sinais, porque a cultura marca o futuro da humanidade em termos de busca de sentido, inspira os universos éticos e oferece à fé o seu enquadramento humano. O divórcio entre o universo da cultura e a fé é redutor para a cultura e dramático para o futuro da fé da sua capacidade de iluminar a história”<sup>349</sup>. O CEPCEP – era essa a mensagem central do Magno Chanceler naquela ocasião festiva – constituíra-se e constituía-se como um observatório privilegiado do encontro de civilizações e de culturas, produtor de uma história portuguesa, cristã e global que continuava a ser missão da Universidade Católica estudar, para melhor entender e viver os sinais diversos que os tempos acumulavam.

Para a brochura comemorativa do Centro, a Direção encomendou a um gráfico um logotipo alusivo à efeméride, onde se lia, sobre um mosaico de cores «1983-2008. 25 anos». Ao longo de 54 páginas, ilustradas com várias fotos, a brochura procedia à apresentação do Centro, dos seus órgãos e sua composição nominal, e listava, com pequenas fichas

---

<sup>349</sup> O texto da conferência proferida pelo Magno Chanceler e Cardeal Patriarca está disponível online, em <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/Conferencia%20SrPatriarca.pdf>.

técnicas descritivas e/ou reprodução de capas, todas as atividades já realizadas num quarto de século: os cursos e conferências, os congressos, colóquios e seminários, a investigação, a consultoria e gestão de projetos, e as publicações (a *Povos e Culturas*, a coleção «Estudos e Documentos» e os volumes «Extra Coleção»). Numa nota preambular a todos os conteúdos detalhados, podia ler-se: “ao longo dos seus 25 anos de atividade, o CEPCEP realizou um grande número de estudos, colóquios, seminários e projetos. Nos últimos anos, o CEPCEP tem-se reorientado para uma função de prestação de serviços, pela necessidade de ser economicamente auto-sustentável. Assim, uma grande maioria dos projetos e cursos de formação que tem realizado são respostas a solicitações de várias entidades ou o resultado de concursos públicos”<sup>350</sup>.

No princípio de 2010, a Direção do Centro debruçou-se sobre algumas linhas estratégicas a perseguir nesse ano e também nos vindouros. Mário Lages e Carlos Medeiros bateram-se pela conveniência de o Centro voltar a reativar eixos base da sua natureza original, como a África e a Diáspora, mais do que o Brasil e as relações com a Espanha e a Europa. Importante, todos o reconheceram, era criar uma rede de colaboradores “mais permanente”, com uma ligação institucional ao CEPCEP. O tema era de sempre e esbarrava sempre na mesma dificuldade: “esta ideia terá de ser mais debatida, pois não se vislumbrou maneira de constituir a referida rede de investigadores”<sup>351</sup>. 2010 foi também ano de termo de mandato diretivo, o que ocorreu no final de maio. Tinha passado quase uma década desde a importante renovação diretiva de 2001. Era tempo de realizar outra de semelhante magnitude. Como Roberto Carneiro hoje explica, a lógica imperante nas renovações dos elencos diretivos obedeceu sempre a um conjunto de princípios ou regras científico-institucionais claro: em primeiro lugar, “procurar diversificar as áreas científicas mantendo uma elevada representatividade académica em domínios *ex-libris* do CEPCEP, quais sejam a História da Expansão, as Ciências da Educação ou a Sociologia / Antropologia”; em segundo lugar, “procurar colaboradores que cobrissem as principais áreas geoestratégicas, onde avultavam Portugal, África, Brasil, Oriente e América do Norte”; em terceiro lugar, “buscar assegurar competências específicas no gestão do ciclo do projeto, designadamente conhecedores dos mecanismos próprios dos fundos europeus”; por

---

<sup>350</sup> AA.VV., 2008, p. 6. A brochura comemorativa do 25.º aniversário do CEPCEP está disponível online, em <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/CEPCEP-brochura.pdf>.

<sup>351</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 5.1.2010.

último, e em quarto lugar, “assegurar em cada elenco diretivo uma maioria de membros oriundos do seio da UCP quando confrontada com o número daqueles que vêm de fora da UCP”<sup>352</sup>. Em 2010, a diversificação disciplinar e, sobretudo, as valências ligadas à prospeção e gestão de processos de candidatura de projetos a verbas europeias eram particularmente ingentes.

Em finais de fevereiro, o Presidente agendou então uma reunião específica para debater “o futuro do Centro e a recondução ou renovação dos seus órgãos diretivos”<sup>353</sup>. Após longa análise, foi opinião unânime de que a Direção deveria ser renovada “com a inclusão de novos membros, mais jovens, mantendo, contudo, alguns dos atuais membros por pelo menos mais um triénio, a fim de assegurar a continuidade”. Por falta de disponibilidade, mas sem excluírem continuar a ajudar o CEPCEP no que fosse possível, Mário Lages, Carlos Medeiros e João Muñoz de Oliveira manifestaram a sua intenção de sair. Lages tinha completado 74 anos e decidira já, compreensivelmente, aposentar-se de toda a atividade universitária (a sua lecionação na FCH já cessara, aliás, em 2008). Muñoz de Oliveira estava a redirecionar toda a sua atividade para o Colégio Pedro Arrupe, então inaugurado, e a cuja direção pertencia<sup>354</sup>. Já o caso de Carlos Laranjo Medeiros era diferente, por se tratar do verdadeiro fundador do Centro – a figura de onde partira, no final da década de 1970, o impulso e a ideias originais para a sua criação. Ao cabo de 27 anos na Direção (1983-2010), o ar do tempo e o ânimo individual tinham mudado. Como hoje o próprio recorda, “eu tive duas fases. Uma fase em que o CEPCEP representava, digamos, 50 a 60% do meu esforço *pro bono*. Sempre achei que, em vez de trabalhar numa IPSS ou numa ONG, aquilo era o meu trabalho. Era a fase em que me identificava umbilicalmente com o CEPCEP. Depois o Centro, por várias razões, até por necessidade de se manter, afastou-se noutra sentida, ou seja, começou muito mais a fazer projetos europeus, etc. Nessa altura – e não é que não me identificasse, porque me identificava sempre com as pessoas (os meus amigos estavam lá) – já não era a minha ideia. Senti que havia uma distinção muito grande entre o que fora e o que era

---

<sup>352</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017). A propósito das renovações diretivas, Roberto Carneiro aborda também um problema que foi sempre estrutural ao longo de toda a história do CEPCEP: “a enorme dificuldade no recrutamento de gente nova e de valor para funções de responsabilidade inteiramente exercidas em regime *pro bono*, com a exceção para projetos em que venham a tomar posição de destaque, seja como coordenadores de projeto, seja como investigadores diretamente envolvidos nas equipas que os levam a cabo, em cujos casos são remunerados em função da correspondente previsão orçamental” (*ibidem*).

<sup>353</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 23.2.2010.

<sup>354</sup> João Muñoz de Oliveira, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

o Centro. Enfim, fui-me afastando. A certa altura, estava lá só pela camaradagem com as pessoas; já não fazia sentido continuar e o Centro tinha de se abrir a novos elementos”<sup>355</sup>.

Artur Teodoro de Matos aceitou ficar, mas para um último triênio. João Paulo Costa também aceitou permanecer, sem condições. Roberto Carneiro informou então todos que aceitaria ser nomeado por mais três anos, “com a condição de renunciar ao cargo se no final de um ano e meio ou dois houver alguém da nova Direção com capacidade para assumir o cargo de Presidente”. Ausente nos Estados Unidos, Pedro Conceição não foi à reunião, mas já tinha comunicado que não desejava continuar, dados os seus afazeres em Nova Iorque<sup>356</sup>.

Resolvida a questão dos que ficavam, passou-se à questão dos que deveriam entrar. Vários nomes foram colocados sobre a mesa e sucessivamente analisados. Tudo pesado, escolheram-se dois pertencentes à Faculdade de Ciências Humanas e outros dois exteriores – respetivamente, Verónica Policarpo e José Manuel Seruya, e Ana Cláudia Valente e Fernando Chau. Abordou-se por último o sempiterno problema do Conselho Geral e do Conselho Científico. A Direção deveria passar a convocar o primeiro para uma reunião anual, e o segundo de dois em dois meses, “ou consoante as necessidades”, ficando Mário Lages – um dos membros que deixava a Direção – com a incumbência graciosa de “reanimar o Conselho Científico”. Os dois órgãos continuaram, no entanto, especialmente esquivos a qualquer reunião<sup>357</sup>.

Sendo o Presidente nomeado pelo Magno Chanceler, sob proposta reitoral, e a restante equipa pelo Reitor, sob proposta do Presidente, os nomes não tinham de passar pela Diretora da Faculdade de Ciências Humanas. Mas, como já fizera em 2004 (ainda perante Mário Pinto), e em 2007, Roberto Carneiro informou Isabel Capeloa Gil da proposta que queria levar a Manuel Braga da Cruz. À Diretora da Faculdade o Presidente do CEPCEP confidenciou que faria novo mandato, o seu 7.º, com “algum sacrifício, mas com espírito de serviço e de Igreja”. E acrescentava:

<sup>355</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>356</sup> “Ao longo do tempo, em grande parte por estar ausente, a minha intervenção ativa foi diminuindo, e com sinceridade não pude contribuir muito desde que assumi as minhas funções na ONU, por isso a saída [em 2010] foi uma consequência natural dessa evolução” (Pedro Conceição, entrevista por e-mail, outubro de 2016).

<sup>357</sup> Na ata da reunião vem discriminado o elenco dos nomes que constituíam, em 2010, o Conselho Científico do Centro (que nunca reunira!): Alfredo Bruto da Costa, Ana Maria Costa Lopes, Artur Teodoro de Matos, Henrique Pinto, Hermínio Rico, João Paulo Oliveira e Costa, Joaquim Azevedo, Luís Arruda, Mário Lages, Pedro Conceição e Ruben Cabral.

“decidi fazer uma pequena ‘perestroika’ na direção do Centro com a plena anuência de toda a direção atual e, designadamente, dos quatro membros atuais que deixam a direção”. Isabel Gil respondeu-lhe dizendo que a sua recondução era “uma enorme mais valia para a UCP (para a FCH nem se fala!)”, e que a “perestroika” anunciada tinha “toda a minha solidariedade, como não podia deixar de ser. É um reforço que muito honra a FCH e estou-lhe muito grata por dar assim visibilidade aos nossos colegas”<sup>358</sup>.

A recondução do Presidente do CEPCEP chegou com data de 6 de abril; a do novo elenco diretivo com data de 14 de maio<sup>359</sup>. Duas semanas volvidas, houve uma primeira reunião de trabalho, na qual Roberto Carneiro agradeceu aos mais novos terem aceitado o convite (após o que cada um fez a sua apresentação individual a todos os colegas), e, de forma sentida, lembrou os quatro membros que tinham saído, com “menção especial a Carlos Medeiros e Mário Lages, que foram fundadores do CEPCEP, e membros da Direção durante 25 anos”<sup>360</sup>.

Verónica Policarpo era, em 2010, docente da área científica de Ciências Sociais da FCH e membro da equipa diretiva do CESOP, onde começara a trabalhar com Mário Lages em 2002, inclusive em projetos que o Centro de Estudos de Sondagens e Opinião realizara para o CEPCEP. O convite foi-lhe endereçado pelo próprio Roberto Carneiro, que lhe explicou querer o Centro contar com alguém com o seu perfil: “uma socióloga com competências de investigação quantitativa e com experiência em alguns dos temas de eleição do CEPCEP, nomeadamente as imigrações internacionais e as minorias étnicas”<sup>361</sup>. “A minha opinião” – aprofunda hoje Verónica Policarpo – “e que muito contou para a minha decisão de integrar a sua direção, era a de que se tratava de uma unidade com duas características que considero fundamentais num centro de investigação universitária: onde se fazia investigação de grande qualidade, muitas vezes inovadora, e de referência em determinadas áreas; e onde se respirava uma entusiasmante interdisciplinaridade que muito tem a ver com o meu perfil. No CEPCEP os temas eram diversificados e múltiplos, em vez de monolíticos e enfadonhamente especializados. Esta característica muito se devia à grande cul-

<sup>358</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010 (e-mail de Roberto Carneiro para Isabel Capeloa Gil, e resposta da Diretora da FCH, 10.5.2010).

<sup>359</sup> *Ibidem*. Com a recondução de maio de 2010, Artur Teodoro de Matos passou à função de Vice-Presidente do CEPCEP, substituindo assim na prática a Coordenação Científica atribuída a Mário Lages dez anos antes e reativando-se um cargo que só existira com Mário Pinto, entre 1988 e 2001.

<sup>360</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 28.5.2010.

<sup>361</sup> Verónica Policarpo, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

tura e erudição de alguns dos seus membros históricos, dos quais destaco, porque com eles mais privei, o Professor Mário Lages, o Eng.º Roberto Carneiro e o Professor Teodoro de Matos. Mas só mais tarde me pude aperceber de uma terceira característica fundamental deste centro, que fazia dele um caso único: a qualidade humana dos seus membros, e a grande amizade e lealdade que unia estas pessoas – umas às outras, e à causa da Universidade”<sup>362</sup>. E logo naquela reunião, a 28 de maio, e nos meses e anos subsequentes, foi-lhe possível constatar que fizera uma das melhores apostas da sua carreira académica: “Encontrei uma equipa muito dinâmica, conduzida por um líder que exigia, mas também inspirava, um ‘homem do leme’ com uma visão original, interessante e clara sobre o que um centro de investigação da Universidade Católica deveria ser. O ambiente, principalmente entre os membros mais antigos da Direção, era de uma grande amizade e lealdade. O ritmo era alucinante e, segundo me disseram, isso acentuou-se com a nossa entrada em funções. As reuniões de Direção eram longas e a lista de tópicos na ordem de trabalhos interminável, muitas vezes impossível de esgotar, o que por vezes causava alguma frustração. Esta surgia também por via do ritmo muito acelerado, que dificultava o necessário tempo de reflexão e aprofundamento das matérias. No entanto, e por outro lado, esta turbulência também nos dava a sensação de estar na crista da onda, entre viagens, concursos internacionais a financiamentos, eventos com personalidades de destaque, publicações, participações em organizações internacionais... estávamos sentados à mesa com a grandeza de Pensamento. Tudo era amplo e a discussão era culta e elevada. Foi um tempo de aprendizagem, desafios, mas também de alegria e diversão!”<sup>363</sup>

José Manuel Seruya, a outra aquisição da “casa”, era docente da área de Ciências da Comunicação da FCH e consultor e formador nas áreas da sociologia, da gestão, dos recursos humanos e das lideranças organizacionais. O seu conhecimento do CEPCEP era vago e indireto, provindo de uma ou outra conversa tida com Mário Lages. O convite de Roberto Carneiro surpreendeu-o: “não percebia como poderia integrar-me num Centro como o CEPCEP, acrescentando-lhe valor, eu que não era um investigador com currículo, e que também não tinha afinidade de interesses com o que julgava serem os territórios de eleição da atividade do Centro”<sup>364</sup>. Em todo o caso anuiu rapidamente, com a certeza “de que valeria a pena investir neste novo enquadramento profissional, mesmo sem ter a noção de qual poderia

---

<sup>362</sup> *Ibidem*.

<sup>363</sup> *Ibidem*.

<sup>364</sup> José Manuel Seruya, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

ser de facto o meu contributo, a minha mais-valia, nem do que poderia resultar para mim deste desafio tão inesperado”<sup>365</sup>. Ao recordar hoje o seu ingresso e a sua experiência na Direção do CEPCEP, José Manuel Seruya destaca dois aspetos diferentes, embora complementares. Desde logo – e ecoando outros testemunhos – “o ambiente que fui encontrar, e que pude viver ao longo dos anos em que integrei a direção do CEPCEP, foi sem dúvida de grande qualidade humana e profissional. Com uma dinâmica impressionante, sob a liderança inspiradora e energética do Prof. Roberto Carneiro: incansável na condução de pessoas e projetos, inesgotável na propositura constante de novas ideias, de novas linhas de atuação, com uma sabedoria e cultura espantosas”<sup>366</sup>. A isto se aliava um outro aspeto positivo – nem sempre devidamente realçado – a saber, o facto de um Centro de Estudos da UCP ter, na sua Direção, um elemento do ISCTE (Ana Cláudia Valente), um da UNL (João Paulo Costa) e um outro do Banco de Portugal (Fernando Chau). Tratava-se de uma abertura institucional e de uma simbiose de vozes “notável”, que era “um exemplo para toda a academia, um autêntico *case-study* sobre visão, liderança, caminho(s), com resultados comprovados”; e isso ficava bem patente nos almoços-reuniões da Direção, “que nos iam mantendo ao corrente do que se passava e que constituíam, tantas vezes, fóruns de debate multidisciplinar muito vivos”<sup>367</sup>.

De entre os dois elementos novos exteriores à FCH, era Ana Cláudia Valente quem, apesar de tudo, melhor conhecia o CEPCEP e sobretudo Roberto Carneiro. A relação remontava já ao ano 2000, quando Ana Cláudia Valente trabalhara como coordenadora dos Estudos Setoriais Prospetivos do Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), integrado no Ministério do Emprego, cruzando-se com Roberto Carneiro no âmbito do Programa Nacional para a Inovação (PROINOV), na tutela da Presidência do Conselho de Ministros. Ambos se moviam, pois, nas temáticas do emprego, da formação e da inovação na sociedade portuguesa, e o contacto reforçara-se ainda mais a partir de 2005, quando Ana Cláudia Valente iniciara o douto-

---

<sup>365</sup> *Ibidem*.

<sup>366</sup> *Ibidem*.

<sup>367</sup> *Ibidem*. José Manuel Seruya não esquece de destacar também a figura de Cristina Pereira, a secretária do Centro, como “uma presença marcante, com o seu trato muito cordial, com uma discrição tão grande quanto atenta – a tudo e a todos. O CEPCEP, toda a sua história, estava bem vivo na sua memória, que ela ia partilhando connosco, nomeadamente nas reuniões quinzenais da direção, sempre com a maior utilidade e sentido de oportunidade. Foi sem dúvida um dos pilares fundamentais deste Centro, ao longo de mais de duas décadas, com a sua enorme eficiência, muito segura tecnicamente, por exemplo em tudo o que se referia à tramitação dos projetos e das candidaturas, nacionais e internacionais”.

ramento no ISCTE e começara a colaborar com o Presidente do CEPCEP em vários projetos do Centro. Chegados a 2010, como recorda a própria, “a importância que os temas da educação e do emprego ocupavam tradicionalmente na multidisciplinaridade do CEPCEP e a centralidade que a sua investigação-ação continuava a ter no panorama português e no contexto europeu terão justificado um reforço da equipa de investigação e de Direção do Centro nestes domínios. O meu percurso de trabalho diverso – académico, de consultoria e anteriormente com funções de dirigente na administração pública – em temas como antecipação de necessidades de qualificações e competências, educação e formação profissional, educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida, dinâmicas de mercado de trabalho e políticas de emprego terá sido considerado uma mais-valia nessa estratégia”. Integrada na Direção de uma unidade que já conhecia, mas a partir de fora, Ana Cláudia Valente logo se apercebeu da “longevidade e densidade do trabalho do CEPCEP noutras áreas que não a minha” e, muito em particular, do “dinamismo e intensidade de trabalho que pautavam a ação do CEPCEP”, sobretudo impulsionados pelo “papel catalisador do seu Presidente, que continuamente nos desafiava ao trabalho colaborativo”.

Já Fernando Chau, sendo exterior à FCH, não era exterior à UCP, dada a colaboração que vinha já registando com a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. A mais valia vinha-lhe sobretudo da sua formação e experiência profissionais no Ministério das Finanças, no INE e no Banco de Portugal. “Conhecia”, diz o próprio, “alguma atividade do CEPCEP e sabia que o Prof. Roberto Carneiro era um ator importante nas questões da educação, em Portugal, e também em Macau”. O Presidente do Centro apostou nele porque se tratava de um reforço muito valioso numa frente que o Centro já explorava e queria potenciar ainda mais: a das candidaturas competitivas a projetos e redes europeias, cujos dossiês supunham um conhecimento técnico de elaboração de propostas orçamentais que apenas um profissional da Economia poderia assegurar. Por outras palavras, Fernando Chau vinha para apoiar muito de perto aquela viragem estratégica já em curso havia alguns anos – a de apostar na internacionalização de projetos para captação de fundos europeus, num cenário, como o que já existia em 2010, e se agravaria depois, de crise financeira, em que se notava algum decréscimo nas possibilidades (nacionais) de financiamento da investigação “pura” e mesmo das prestações de serviço e de consultoria encomendadas ao CEPCEP<sup>368</sup>.

---

<sup>368</sup> José Manuel Seruya corrobora a especialidade do colega de Direção: “[Fernando Chau] foi um grande ativista de projetos muito marcantes, especialista em candidaturas híper

Sensivelmente a meio do mandato desta Direção – renovada pela injeção de novas vozes – realizou-se, a fechar o ano de 2011, uma longa reunião, com a presença dos seus sete elementos, para um balanço das atividades desenvolvidas e, sobretudo, para uma análise aos pontos positivos e negativos da atuação do Centro<sup>369</sup>. Todas as intervenções tiveram um denominador comum: o “bom entendimento”, a “excelente relação”, o “entrosamento” e a “camaradagem” entre todos – sentimentos em que José Manuel Seruya baseou a ideia de que o CEPCEP era um verdadeiro “estudo de caso”, uma lição prática de “interdisciplinaridade” rara na UCP, exemplar no que dizia respeito a “boas práticas de cooperação entre docentes e investigadores”. Artur Teodoro de Matos gostou deste tópico. O CEPCEP mantinha-se ativo numa pluralidade de áreas, e isto porque “nada é de ninguém e tudo é de todos”. E acrescentava mesmo, em perspetiva comparada: “os centros de estudos organizados em linhas de investigação não conseguem isto; às vezes nem conhecem, dentro do mesmo centro, o que cada colega faz”. Havia, porém, problemas. Verónica Policarpo destacou o facto de o CEPCEP ser “mais reativo que proactivo”, respondendo mais a convites externos do que possuindo uma agenda particular de ação. Fernando Chau e Ana Cláudia Valente chamaram a atenção para alguma “dispersão” nas iniciativas aceites e/ou procuradas, apelando ao estabelecimento de “prioridades”, a uma maior “seletividade” de propostas e à necessidade de em tudo se manter “uma certa coerência”. Em sua opinião também faltava “melhor apoio de retaguarda”, o que foi corroborado por João Paulo Costa – ou seja, um secretariado mais alargado.

Completada a volta à mesa, Roberto Carneiro fez o apanhado: os pontos positivos do Centro eram cinco: “imagem e *branding* de excelência a nível nacional e internacional”, “interdisciplinaridade e flexibilidade”, “autonomia única dentro da UCP”<sup>370</sup>, “modelo de funcionamento e custos baixos”<sup>371</sup>, e o “*guanxi*” (*sic*), ou seja, “a grande capacidade de criar e de manter redes vivas de pessoas e entidades disponíveis para trabalhar

---

difíceis, com um saber-fazer importantíssimo nestes domínios muito competitivos da atividade do CEPCEP” (entrevista por e-mail, outubro de 2016).

<sup>369</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 19.12.2011.

<sup>370</sup> Roberto Carneiro foi enfático neste ponto: “[a autonomia] é um campo de batalha, pois cada nova reitoria que entra pretende retirar a autonomia; mas ela está nos Estatutos do Centro [...] e é esta autonomia que permite a grande flexibilidade de atuação”.

<sup>371</sup> O Centro, detalhou o Presidente, só tinha dois custos fixos anuais: o vencimento da secretária, Cristina Pereira, e o da Técnica Oficial de Contas. Mas, mesmo assim, “precisa de faturar 600 mil € por ano para se manter”.

em projetos do Centro”<sup>372</sup>. Já os pontos negativos eram quatro: “falta/definição de prioridades”, “falta de *business intelligence*, que permita antecipar temas de futuro”, “falta de organização do *good will* de especialistas que gravitam à volta do CEPCEP”, e “falta de dinamização do Conselho Geral e do Conselho Científico”. Este último quesito era tão impossível e tão recorrente que Artur Teodoro de Matos opinou que o Conselho Científico podia vir a ser “um travão às atividades do Centro”, enquanto José Manuel Seruya declarou mesmo que tal órgão, pelo que ouvia e pelo que já pudera ver, “não tem feito falta”! Quanto ao Conselho Geral, até Roberto Carneiro reconheceu o óbvio: “muito poucos [dos seus membros] mostram interesse pelas atividades do Centro; raramente agradecem os livros ou revistas enviadas; e não compareceram às cerimónias dos 25 anos do Centro”. Todos concordaram, também, em abrir ou reativar “uma frente de formação”, não conferente de graus, mas de nível avançado e especializado. Era um terreno em que o CEPCEP tinha obra, e valia a pena investir nessa fórmula para nichos de procura mais tradicional ou inovadora, como os métodos de investigação, o negócio digital, a cooperação e gestão da diversidade / interculturalidade, ou, por que não, sobre temas gerais de história e cultura – uma sugestão específica de João Paulo Costa.

A reflexão continuou nas semanas seguintes. Em fevereiro de 2012, Ana Cláudia Valente, que ficara, entretanto, encarregada de dar forma, em documento próprio, a um balanço estratégico do CEPCEP e a uma definição, por aproximação, das áreas de intervenção prioritária para 2012-2015, apresentou aos colegas o seu trabalho, esquematizado num quadro de análise SWOT. As “forças” e “fraquezas” eram aquelas acima indicadas, acrescentando-se apenas, nestas últimas, a questão da “incapacidade de investimento em risco ou novas áreas”. As “oportunidades” do Centro transpareciam otimismo: era possível e desejável o “reforço de uma liderança forte em projetos europeus”, a “busca de mercados alternativos”, o “aprofundamento de linhas de avaliação de políticas públicas”, o “desenvolvimento de investigação em oceanos azuis inexplorados”, a “abertura de linhas de formação curta e especializada” e a “animação de redes e

---

<sup>372</sup> “*Guanxi*” é uma palavra chinesa, traduzível, de forma genérica, por “contactos” ou “relacionamento”. Mas como na passagem das línguas orientais para as línguas ocidentais há algo que se perde na tradução literal simples, “*Guanxi*” significa, sobretudo no mundo empresarial chinês, uma dinâmica interpessoal que estabelece entre amigos, colegas, parceiros ou conhecidos, laços ou relações empáticas de confiança, de obrigações mútuas, de reciprocidade, gerando assim redes de contactos, de conhecimentos e de iniciativas que constituem quase “famílias” extensas, assegurando o bom funcionamento sociopolítico e organizacional daquele gigante asiático.

parcerias fortes e produtivas”. Mas, em contra, existiam também ameaças: a “secundarização europeia e a instrumentalização por outros”<sup>373</sup>, um “mercado e conjuntura portugueses em forte crise recessiva e estrutural”, o “constante ataque ‘interno’ à autonomia do CEPCEP”, a “incapacidade de afirmação exterior como centro de investigação” (ou seja, o “acantonamento como centro de consultoria e serviços”) e o “surgimento de concorrentes fortes” (como eram exemplos os centros do ISCTE-IUL ou as empresas de prestações de serviços)<sup>374</sup>.

No cômputo geral, a Direção tinha razões para orgulho. O Relatório de Atividades de 2011 e o Plano de Atividades para 2012 – apreciados em Conselho Científico da FCH no início deste último ano – não eram documentos muito extensos; mas eram muito ricos, espelhando uma ampla diversidade de projetos (em curso ou em lançamento), a maioria dos quais realizados no âmbito de redes e parcerias internacionais, e revelando bons indicadores de realização (comunicações, palestras, publicações, ações no terreno). E isto por parte de um Centro que, ao contrário dos demais da FCH e da *Humanitas*, não se encontrava subdividido em linhas ou grupos de investigação, e cuja equipa de investigadores integrados ou colaboradores era de apenas 25 nomes<sup>375</sup>.

A 25 de fevereiro de 2013, o CEPCEP comemorou o seu 30.º aniversário com uma sessão que foi tanto evocativa como prospetiva. Ao final da manhã, num ato académico, usaram da palavra o Presidente Roberto Carneiro, dois dos membros fundadores do CEPCEP, Mário Lages e Carlos

---

<sup>373</sup> A questão da “instrumentalização por outros” era uma matéria delicada. Ana Cláudia Valente referia de forma explícita a rede europeia MENON, um consórcio de pesquisa e inovação nas áreas da educação, *life long learning*, desenvolvimento de capital humano, sociedade do conhecimento e políticas de inclusão social. As relações entre o CEPCEP e outras instituições, de um lado, e os corpos diretivos da rede MENON, do outro lado, não correram bem, levando o CEPCEP a interromper, por razões devidamente fundadas, a sua participação na rede nos finais de 2014.

<sup>374</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 13.2.2012. Se existente, o “ataque interno à autonomia do CEPCEP” foi muito discreto durante os anos mais recentes. Somente em 2014, já durante o reitorado de Maria da Glória Garcia (2012-2016), o CEPCEP teve um sobressalto nessa matéria, aquando da fixação, pela Reitoria, de um quadro geral de normas para orientação dos processos de internacionalização, relativo à interação das várias instâncias da UCP (Faculdades, Institutos e Centros), com instituições estrangeiras. O documento sinalizava uma vontade de padronizar e centralizar mais essas comunicações na Reitoria, mediante o preenchimento e envio a esta de um formulário identificativo e justificativo da parceria internacional pretendida. A Direção do Centro analisou o documento e achou que as normas poderiam “condicionar muito a agilidade com que o CEPCEP consegue gerir projetos internacionais” (Arquivo CEPCEP, ARD, 10.3.2014).

<sup>375</sup> V. os documentos in Arquivo CEPCEP, Dossiê *Humanitas*.

Laranjo Medeiros, o Diretor da FCH aquando da integração do Centro na Faculdade, Mário Pinto, e a Reitora da UCP, Maria da Glória Garcia<sup>376</sup>. Seguiu-se uma Missa de Ação de Graças e em memória dos membros do Centro já falecidos, com justo destaque para as figuras do Reitor Honorário, Pe. Bacelar e Oliveira, e do primeiro Presidente do Centro, José de Freitas Ferreira, celebrada na Capela de Santa Maria, no *campus* de Lisboa. Dias antes, e por decisão comunicada pela Direção do Centro ao Diretor da FCH, José Miguel Sardica, o CEPCEP galardoara o melhor aluno licenciado em 2011-2012 com um prémio monetário, entregue por Artur Teodoro de Matos na Sessão Anual do Dia da Faculdade de Ciências Humanas<sup>377</sup>.

Na intervenção produzida na sessão do dia 25 de fevereiro, Roberto Carneiro começou por agradecer a todos os colaboradores e amigos do Centro ali presentes, com uma palavra especial de saudosa memória ao Reitor Pe. Bacelar e a Freitas Ferreira, que tanto tinham contribuído para uma “nada fácil construção do consenso de criação deste Centro de Estudos”. O CEPCEP, salientou, era “o mais provecto Centro de Estudos da FCH” e “a segunda unidade de investigação e prestação de serviços mais antiga de toda a UCP”. Reiterando o espírito da missão lusófona e lusófila que desde sempre o norteava, Roberto Carneiro precisou que era “nosso mister universitário promover a partilha e a promoção dos saberes, como instrumento de compreensão universal e de realização integral da pessoa humana”. O CEPCEP distinguia-se por cultivar “a relação (com o outro) como método, e vem procurando, nas três décadas que leva de existência, contribuir para o adensamento da reflexão sobre a singularidade de ser português, seja na paisagem do tempo histórico, seja no contexto atual, de crescente globalização”. Era uma obra duplamente meritória – por aqueles pressupostos identitários e porque, “apesar de funcionar numa área dita ‘pobre’ de financiamentos, privados ou públicos, o CEPCEP tem vindo a posicionar-se em nichos de mercado para os quais vem dando uma contribuição substantiva”. E a concluir, o Presidente sublinhava: “ao fim de 30 anos de luta, o CEPCEP pode orgulhar-se de nunca ter sido um fardo financeiro para a Universidade, gozando, bem pelo contrário, e mercê de uma gestão parcimoniosa de recursos, de uma situação líquida confortável (que lhe permite encarar o atual período de austeridade generalizada com relativa tranquilidade). O CEPCEP tem hoje uma grande exposição

---

<sup>376</sup> Maria da Glória Garcia sucedeu a Manuel Braga da Cruz, como Reitora da Universidade, em outubro de 2012.

<sup>377</sup> José Miguel Sardica sucedeu a Isabel Capelo Gil (nova Vice-Reitora da UCP, na equipa de Maria da Glória Garcia), como Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, em dezembro de 2012.

externa, cotando-se como um dos Centros portugueses com uma carteira mais diversificada em projetos europeus e internacionais, em que é líder e/ou participante”<sup>378</sup>.

Em abril de 2013 ocorreu novo termo de mandato da Direção. Fiel à sua determinação, Roberto Carneiro comunicou à Reitora Maria da Glória Garcia que era seu desejo cessar funções, depois de quase 30 anos de liderança contínua do Centro, e prestes a completar 66 anos de idade. Também Artur Teodoro de Matos declarara já ser o mandato de 2010-2013 o seu último, até pelo facto de completar 70 anos de idade no final de 2013. A Reitoria, no entanto, porventura ciente de que o CEPCEP necessitaria de uma solução diretiva a amadurecer, insistiu na manutenção de ambos. Na esteira de todos os anteriores reitores, Maria da Glória Garcia tinha uma enorme estima por Roberto Carneiro, reconhecendo o muito que o Eng.º dera, não só ao Centro, mas à própria Universidade<sup>379</sup>. Durante um ano e meio, não houve qualquer mexida na Direção – o que não era uma situação nova, dado, no passado, algumas renovações de mandato terem acontecido meses ou mais de um ano depois do termo efetivo do seu triénio legal.

Roberto Carneiro só aceitou continuar (após obter a garantia de que Teodoro de Matos também ficaria), nos finais de 2014. Por proposta reitoral, o Magno Chanceler e Cardeal Patriarca, D. Manuel Clemente, homologou então a sua recondução – para mandato que “produz efeitos a partir do termo do mandato anterior (abril de 2013), e tem a duração de três anos”<sup>380</sup>. Era a 8.ª nomeação de Roberto Carneiro para a Presidência do CEPCEP, depois das de 1987, 1991, 1996, 2000, 2004, 2007 e 2010, e não

---

<sup>378</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010.

<sup>379</sup> Por iniciativa da Reitoria e da Direção da Faculdade de Ciências Humanas, Roberto Carneiro viria a ser agraciado, na Sessão do Dia da Universidade Católica de 31.1.2014, com o Doutoramento *Honoris Causa*. Era um tributo merecido pois, como lembra no presente Maria da Glória Garcia, o homenageado desenvolvera desde sempre “um trabalho singular dentro da Universidade, com uma fisionomia própria, capaz de trazer para o interior da universidade realidades sociais e culturais que de outro modo nela porventura não entrariam e de levar para além das suas fronteiras físicas a própria universidade”; por isso, reforça, “o Senhor Eng.º Roberto Carneiro é alguém com uma longa, competente e reconhecida experiência na área da educação, muito criativo e empreendedor, com uma enorme teia de contactos, nacionais e internacionais, e colocou essas competência, experiência, criatividade e rede de contactos ao serviço da Universidade Católica, que lhe está muito grata” (entrevista por e-mail, novembro de 2016).

<sup>380</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010 (despacho de 22.12.2014, comunicado pela Reitoria ao Presidente do CEPCEP a 12.1.2015).

se contabilizando aqui a nomeação de 1985, para Presidente em exercício, após a saída de José de Freitas Ferreira.

Seguia-se o trâmite de nomeação, por proposta do Presidente à Reitora, da restante Direção. O cenário não estava fácil. Em janeiro de 2015, Verónica Policarpo solicitou a sua exoneração do Centro, por manifesta impossibilidade de compatibilizar o trabalho de vogal diretiva com outras responsabilidades entretanto acumuladas: o cargo de Diretora do CESOP, que assumira a convite da Reitoria em abril de 2013, o pós-Doutoramento, que iniciara em setembro de 2013, e a atividade letiva, dupla, na FCH e na Universidade de São José, em Macau<sup>381</sup>. Também José Manuel Seruya saiu, em março de 2015, na sequência de uma reorientação da sua vida profissional, que o levou a reposicionar-se e a reforçar compromissos no mercado da consultoria externa<sup>382</sup>. Um e outro deixaram, por escrito, em mensagens ao Presidente do CEPCEP, o seu agradecimento pela excelente convivência humana e estímulo intelectual colhidos durante a sua passagem, de quase cinco anos, pelo Centro<sup>383</sup>.

Com a Direção remanescente, e reconduzível, reduzida a três elementos (Artur Teodoro de Matos, Fernando Chau e Ana Cláudia Valente<sup>384</sup>), Roberto Carneiro ensaiou a busca de um nome forte que, integrado na Direção do Centro, pudesse vir a ser o futuro Presidente, a partir de abril de 2016. Algumas hipóteses foram equacionadas, em contactos combinados e levados a cabo por Roberto Carneiro e pela própria Reitora da Universidade, mas não se encontrou, na circunstância, um nome “presidenciável”. Em finais de maio de 2015, tal como era seu hábito perante Isabel Gil, o Presidente do Centro enviou ao Diretor da FCH, José Miguel Sardica, a proposta formal de elenco diretivo para o CEPCEP, “a fim de, se V. Excelência achar por bem, ser submetida a decisão da Magnífica Reitora, entidade que detém a competência de nomeação da Direção”<sup>385</sup>. Os membros a reconduzir eram Artur Teodoro de Matos, como Vice-Pre-

---

<sup>381</sup> Verónica Policarpo, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>382</sup> José Manuel Seruya, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>383</sup> Os pedidos de exoneração de Verónica Policarpo e José Manuel Seruya foram formalizados por e-mails enviados a Roberto Carneiro a 7.1 e 9.3.2015, respetivamente (Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010).

<sup>384</sup> Na primavera de 2015, também João Paulo Oliveira e Costa comunicou, com pena, a sua intenção de deixar a Direção do CEPCEP, ao cabo de 15 anos de serviço, invocando acrescidos compromissos profissionais: o Centro de História de Além-Mar (CHAM), da FCSH-UNL, que dirigia desde 2002, acabara de se fundir, em 2014, com outras instituições, passando a integrar cerca de três centenas de investigadores e a exigir, portanto, atenção em *full-time* (entrevista por e-mail, outubro de 2016).

<sup>385</sup> E-mail de Roberto Carneiro para José Miguel Sardica, 29.5.2015.

sidente, Fernando Chau e Ana Cláudia Valente, como vogais e, em idêntica condição, dois nomes novos: Rodrigo Queiroz e Melo e Rui Pereira Marques, ambos muito conhecidos de Roberto Carneiro<sup>386</sup>. De um elenco possível de sete nomes (o Presidente, o Vice-Presidente e um máximo de cinco vogais), ficava por preencher o nome de um vogal. Roberto Carneiro pediu ao Diretor da FCH que, em articulação com a Reitora, equacionasse a “eventual nomeação de uma outra personalidade cujo perfil melhor se ajuste aos planos futuros que a UCP tenha em mente para configurar o CEPCEP, terminado que se veja o mandato desta Direção, dentro de aproximadamente um ano”<sup>387</sup>.

José Miguel Sardica comunicou o elenco e os considerandos de Roberto Carneiro à reitoria, tendo Maria da Glória Garcia respondido que tomaria o assunto em suas mãos, com vista a uma solução que garantisse, dali a um ano, a passagem de poderes do Presidente cessante para um novo nome, propositadamente escolhido para essas funções. Em meados de maio de 2016, a Reitora optou por prolongar o mandato diretivo do CEPCEP, que tinha terminado um mês antes, até 31 de outubro desse ano – mas apenas com os cinco nomes propostos por Roberto Carneiro à FCH em 2015<sup>388</sup>. Dias volvidos, Ana Cláudia valente solicitou a sua demissão, devido à sua nomeação para o cargo de vogal do Conselho Diretivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP), um organismo do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, funções cujo exercício, com muita pena da

---

<sup>386</sup> Rodrigo Queiroz e Melo, jurista de formação e doutorado em Ciências da Educação, é docente da Faculdade de Ciências Humanas e especialista nas áreas da administração e gestão escolar. Foi Chefe de Gabinete da Ministra da Educação do XVI Governo Constitucional (2004-2005), coordenador de um dos eixos da Iniciativa Novas Oportunidades e membro do Observatório do Plano Tecnológico da Educação; desempenha atualmente as funções de vogal da Direção da Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e de Diretor executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP). Rui Pereira Marques, licenciado em Medicina e mestre em Comunicação pela FCH-UCP, foi jornalista e diretor de programação da Rádio Renascença e um dos organizadores da candidatura do canal de televisão TVI à licença pública. Fundador e diretor da revista *Forum Estudante*, distinguiu-se particularmente como organizador da Missão de Paz em Timor *Lusitânia Expresso*, em 1991-1992. É, desde 1999, presidente do CAIS (Círculo de Apoio à Integração dos Sem-Abrigo). Mais recentemente, foi Alto Comissário Adjunto para a Imigração e Minorias Étnicas e Alto Comissário para a Imigração e é, no presente, um dos coordenadores da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

<sup>387</sup> E-mail de Roberto Carneiro para José Miguel Sardica, 29.5.2015.

<sup>388</sup> Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010 (o despacho de prorrogação do mandato tem data de 12.5.2016).

própria, se tornavam incompatíveis com a adequada disponibilidade para o Centro<sup>389</sup>. A partir de maio de 2016, o CEPCEP funcionou assim sob a figura do mandato prorrogado, com uma Direção reduzida, na prática, ao Presidente, a Artur Teodoro de Matos, a Fernando Chau e a Rodrigo Queiroz e Melo, dado que Rui Marques não conseguiu participar em nenhuma das reuniões agendadas.

De 2016 data o mais recente instrumento institucional produzido pelo Centro: o *Portfolio of Expertise* do *Study Centre on Peoples and Cultures* (CEPCEP). Trata-se de um documento de seis páginas, integralmente em inglês, com a ficha da instituição, a composição dos seus órgãos e uma lista, exemplificada com projetos, das “*areas of expertise*” e “*preferred themes to be taken on possible international / European-wide bids*”, por relação com as “*CEPCEP’s main lines of interest*”<sup>390</sup>. É curioso notar que, na designação em inglês do Centro, o qualificativo “de Expressão Portuguesa” caiu em 2016, ficando apenas “*Study Centre on Peoples and Cultures*”. E uma enunciação das áreas ou temas preferenciais apresentados neste portefólio explica talvez o porquê daquela nuance: “*Young Offenders*”, “*Citizenship, participation, media and learning democracies*”, “*Emotions, leaders and learning*”, “*Innovative leadership*”, “*Economics of HR: Labour Market Prospects, Employment Trends and New Skills*”, “*Self-Regulated Learning (SRL) and New Learning Theories (NLT)*”, “*Development and Co-operation with third communities*”, “*Minority Groups with a focus on Migrants*”, “*Recognition and Accreditation of Prior Learning + Adult Learning + Informal and Non-Formal Learning*”, “*Evaluative Research of Public Policies*”, “*Early School Leaving*”, “*Youth Unemployment and NEETS*”, “*Green Economy*” e “*Learning Throughout Life*”.

Como se detalhará na segunda parte deste livro, algumas destas matérias têm um historial no CEPCEP, que desde cedo cultivou investigações, formações e consultoria nas áreas da educação e ensino, da cooperação e desenvolvimento, da imigração e das migrações ou dos desafios intergeracionais. Não há dúvida, porém, que o portefólio de 2016 espelha uma viragem intelectual e metodológica, no decurso da qual – nos anos mais

---

<sup>389</sup> Ana Cláudia Valente, entrevista por e-mail (outubro de 2016). O pedido de demissão foi formulado ao Presidente Roberto Carneiro por e-mail de 22.5.2016 (Arquivo CEPCEP, Dossiê Direção desde 2010).

<sup>390</sup> O documento, impresso em formato de pequena brochura A5, está disponível para consulta no Secretariado do CEPCEP. Os seus conteúdos e redação ficaram fechados ainda no final de 2015, a partir de uma primeira versão, elaborada por Roberto Carneiro, em setembro desse ano, e revista por Ana Cláudia Valente, antes da sua saída (Arquivo CEPCEP, ARD, 18.12.2015).

recentes – se foi secundarizando um pouco nas investigações do CEPCEP a ideia matriz dos povos e culturas (geografia, língua e história) de expressão portuguesa, ou do mundo com que os portugueses se relacionaram, em prol de um foco nas competências e temáticas da pós-modernidade ou da hipermodernidade.

Os Centros de Estudo são entidades orgânicas e reativas, e as suas agendas naturalmente evoluem, acomodando o ar do tempo das sociedades em que se inserem e das instituições a que prestam contas. Uma visão mais crítica do problema diria até, talvez, que nos dias de hoje as agendas de investigação têm de se submeter a uma lógica de mercado *fundraiser* e “resultadista”. Por isso o portefólio de 2016 coloca o velho-novo CEPCEP no horizonte dos estudos, e ainda mais da prestação de serviços, nas áreas da cidadania, da democracia, da participação política, da gestão, da psicologia, da liderança, do *coaching*, do comportamento, da educação, das novas tecnologias, das políticas públicas, dos perfis de competências, da juventude, do emprego, do empreendedorismo, do ambiente, da solidariedade social, dos desafios da Europa e, por via da cooperação transcontinental (e da permanência de alguma história, de alguma antropologia e de alguma etnografia), do encontro e diálogo de culturas e civilizações materiais, na lusofonia e para lá dela.

Chegados ao presente, o CEPCEP autodefine-se, em inglês, como “*a research centre of the Portuguese Catholic University*” que “*pursues the development of culture, knowledge, advanced research, and co-operation in the intellectual, artistic, technological and scientific fields, bringing together people from different walks in life and from various continents. In accordance with its charter, CEPCEP aims at furthering the understanding of human and cultural interactions throughout the world and the collaboration in the advancement of knowledge in all fields related to human and social behaviour*”. A comparação entre o teor do portefólio de apresentação de 2016 e o teor dos documentos programáticos fundadores de 1983 e 1984 revela o sentido geral de mais de três décadas de uma história científica rica e de uma aventura intelectual que foi sucessivamente alargando o seu escopo, à medida que novas ideias, novas solicitações, novas oportunidades e novas caras foram fazendo o CEPCEP, sob a liderança esclarecida, dinâmica e muito proactiva de Roberto Carneiro.

No final de outubro de 2016 tomou posse uma nova equipa reitoral, liderada por Isabel Capelo Gil, antiga Diretora da FCH e Vice-Reitora da UCP no mandato de Maria da Glória Garcia. Foi a esta nova Reitoria que competiu, finalmente, encontrar uma nova solução diretiva para o CEPCEP. À partida, qualquer escolha reitoral deparava-se com uma difi-

culdade específica: a de substituir Roberto Carneiro, um vulto que, nas palavras da nova Reitora, é, por si mesmo, “uma rede”, ou melhor dito, “um conjunto de relações, de redes, de contactos de trabalho nas áreas que tem cultivado ao longo de décadas, e que não é mimetizável”<sup>391</sup>. Para contornar esse obstáculo, Isabel Gil, em diálogo com o Diretor da FCH, Nelson Ribeiro<sup>392</sup>, precisou de refletir, primeiro, sobre o perfil do Centro, para depois escolher alguém que se lhe adequasse. Sendo o CEPCEP “uma unidade de transferência de conhecimentos” com enfoque “na disseminação da cultura portuguesa e das culturas lusófonas, na área da educação e nas áreas das tecnologias ligadas à educação e ao ensino”, esse alguém deveria reunir três características: “*background* na área das humanidades e das ciências sociais”; “capacidade de antecipar as necessidades de desenvolvimento e projeção na área da educação e das novas tecnologias”, sem descurar a diversificação possível em relação a outros campos, como as mais tradicionais história ou literatura; e, finalmente, ligação com a Faculdade de Ciências Humanas, “que sempre existiu, é certo, mas que agora, com a saída do Eng.º Roberto Carneiro e no estado em que a FCH está, com outros Centros de Estudo robustos e maduros – situação muito diferente daquela que existia em 2002 – possibilita pensar novas agendas de investigação dentro da Faculdade”<sup>393</sup>.

No início de fevereiro de 2017, a Reitora oficializou convite ao nome que, de entre os elementos da Faculdade de Ciências Humanas elegíveis para o lugar, melhor lhe parecia encaixar naquele descritivo. O escolhido foi Fernando Ilharco. Doutorado em Sistemas de Informação pela *London School of Economics*, com MBA em Gestão de Informação pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da UCP e vasto trabalho nas áreas da comunicação, informação, mudança social, liderança e influência, Fernando Ilharco é, desde 2003, professor auxiliar e membro do Conselho Científico da FCH, além de investigador do seu Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), tendo sido já coordenador dos programas de Mestrado e Doutoramento da área de Ciências da Comunicação. Trata-se, na avaliação de Isabel Gil, “de uma pessoa que vem da área das

<sup>391</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista presencial (março de 2017).

<sup>392</sup> Nelson Ribeiro sucedeu a José Miguel Sardica, como Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, em janeiro de 2016.

<sup>393</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista presencial (março de 2017). A nova Reitora insiste particularmente neste ponto: “Hoje a FCH tem perfis próprios, é reconhecida em áreas muito específicas, tem um corpo docente próprio, e por isso é essencial que este perfil de ‘*honest broker*’ do CEPCEP, entre a Universidade e o exterior, se faça, mas mais para dentro, ligando-se muito àquilo que são as valências internas da Escola”.

ciências da comunicação, que está ligado à comunicação digital, que tem colaborado com o Eng.º Roberto Carneiro e que conhece bem o CEPCEP, e que pode assim desenvolver uma nova agenda no campo das culturas urbanas, das redes digitais, ligadas ao mundo lusófono e aos media, o que parece interessante”<sup>394</sup>. Já para Nelson Ribeiro, Diretor da FCH, a mais-valia de Fernando Ilharco reside no facto “de ser alguém cuja vida académica tem sido marcada por uma grande abertura ao diálogo entre diferentes áreas de saber, bem como o facto de muitos dos seus projetos se centrarem em questões relacionadas com a cultura digital”, o que, vista a dinâmica “marcadamente inter e multidisciplinar” do CEPCEP, que tem histórico em “diversos projetos ligados à produção e transmissão do conhecimento no ambiente digital”, “poderá dar continuidade ao carácter de vanguarda que o Professor Roberto Carneiro sempre imprimiu ao CEPCEP”<sup>395</sup>.

Fernando Ilharco conhece Roberto Carneiro há quase trinta anos, no quadro de relações familiares, de amizade e de trabalho. “Quando vim para a FCH em 2003”, recorda em particular o novo Presidente do CEPCEP, “o Eng.º Roberto Carneiro foi muito importante na orientação, ajuda e sugestões que me deu na conceção e arranque do Mestrado em Ciências da Comunicação, que eu coordenei, e colaborou sempre ativa e decisivamente na sua lecionação, como nas muitas solicitações para orientar investigações de alunos”<sup>396</sup>. A ligação entre ambos reforçou-se ainda mais entre 2008 e 2011, com a colaboração prestada por Fernando Ilharco na equipa do Instituto Nacional de Administração que, sob a liderança de Roberto Carneiro, ministrou formação aos quadros superiores do Estado. Houve também ligações pontuais ao CEPCEP, “num ou outro projeto, com artigos de investigação e em encontros, participando e moderando painéis”. No presente, e já antes do convite reitoral, Fernando Ilharco é colaborador de um projeto em curso no CEPCEP, intitulado *Pessoas, Tecnologias e Viver no Futuro* (a que se fará referência mais detalhada no epílogo deste livro)<sup>397</sup>. Na hora da passagem de testemunho, o Presidente cessante não poupa palavras de incentivo e de elogio ao seu sucessor: “Desejo reiterar, publicamente, a grande alegria de me saber substituído pelo Prof. Fernando Ilharco, académico com um passado multifacetado e inovador, com bastas provas dadas em situações de gestão estratégica de projetos. Conheço-o

<sup>394</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista presencial (março de 2017).

<sup>395</sup> Nelson Ribeiro, entrevista por e-mail (março de 2017).

<sup>396</sup> Fernando Ilharco, entrevista por e-mail (março de 2017).

<sup>397</sup> *Ibidem*.

bem e tenho tido o grato prazer de trabalharmos juntos em projetos bem sucedidos, dentro da UCP e mesmo fora da Universidade”<sup>398</sup>. A Fernando Ilharco e à sua nova equipa diretiva diz Roberto Carneiro deixar, “com alegria e carinho, um portefólio muito promissor de contactos preferenciais de mercado e de projetos concretos já contratualizados ou em vias de o ser”<sup>399</sup>.

O novo Presidente do Centro reconhece ser uma “honra”, um “privilégio” e um “desafio” substituir o seu ilustre antecessor; e deseja que o legado da “liderança marcante” deste se continue “a fazer sentir no Centro”. Entre os primeiros passos do seu mandato, Fernando Ilharco querará realizar um que tem, para a história institucional do CEPCEP, o mais alto significado: o de desencadear, “nos termos dos Estatutos do Centro, os passos necessários para que o Senhor Eng.º Roberto Carneiro seja nomeado Presidente Emérito do CEPCEP”<sup>400</sup>. Ao cabo de 34 anos, essa distinção será uma justa forma de homenagem que fecha um tempo e que projeta, simultaneamente, uma sombra inspiradora para o novo ciclo de vida, a iniciar em 2017, do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

---

<sup>398</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>399</sup> *Ibidem*.

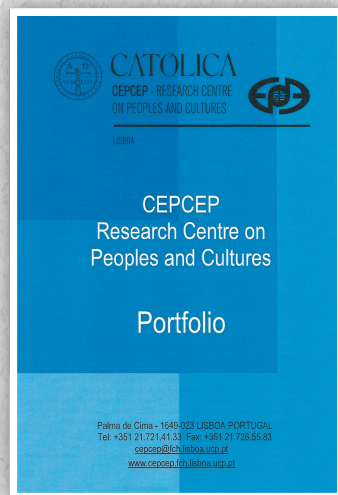
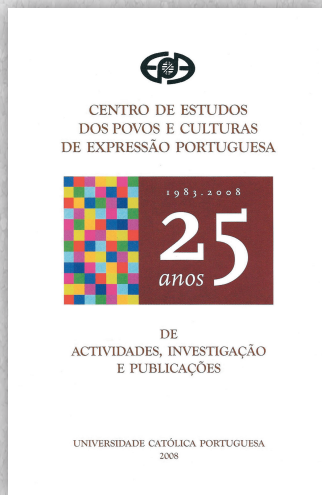
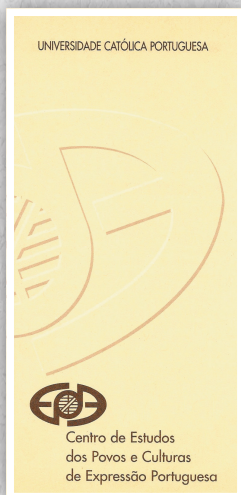
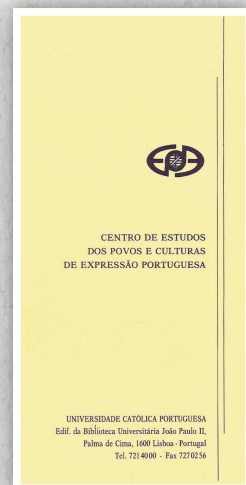
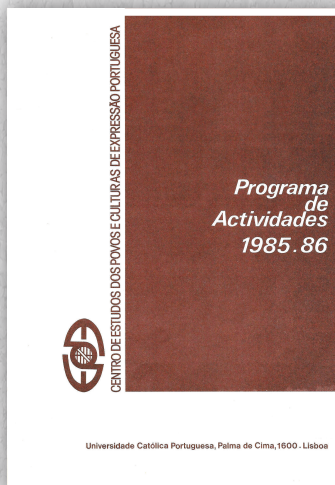
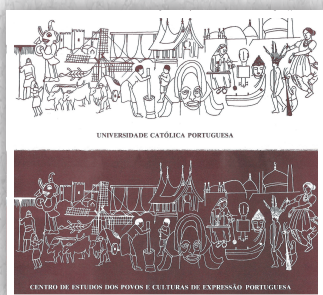
<sup>400</sup> Fernando Ilharco, entrevista por e-mail (março de 2017).

# II PARTE



As publicações do CEPCEP:  
produção científica, divulgação cultural  
e prestação de serviços.

[Fotografia J. M. Sardica]



Os materiais de divulgação do CEPCEP desde os primórdios à atualidade: capas do Desdobrável de 1983, do Programa de Atividades para 1985-1986 e do Desdobrável de 1994 (em cima); capas do Desdobrável de 1997, da Brochura Comemorativa dos 25 Anos do Centro, de 2008, e do CEPCEP Portfolio, de 2016 (em baixo).

[Exemplares em posse do Secretariado do CEPCEP]

---

## A investigação científica do CEPCEP: produção e divulgação

Na primeira parte deste livro ficou traçada a história institucional do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, desde a conceção da sua ideia fundadora, transmitida por Carlos Laranjo Medeiros a Mário Lages, e pelos dois a José de Freitas Ferreira e ao Reitor da UCP, Pe. José Bacelar e Oliveira, até ao presente, de um CEPCEP que existe como uma de muitas unidades de investigação da Universidade Católica Portuguesa, organicamente integrado na Faculdade de Ciências Humanas e numa cultura universitária marcada por exigências de competitividade, produção de indicadores científicos, internacionalização e elegibilidade para *rankings*, que não existia no já longínquo período da sua gestação e nascimento, no início da década de 1980. Detalhada a história da evolução institucional do CEPCEP, é objetivo desta segunda parte estudar e analisar os aspetos da produção científica e, mais latamente, da obra do Centro, que deu vida e razão de ser à sua existência e aos seus múltiplos caminhos de desenvolvimento e de afirmação, dentro e fora da UCP, em Portugal e no estrangeiro.

Uma Universidade é sempre uma soma de várias partes. Essas partes são as suas unidades orgânicas – Faculdades, Institutos, Centros de Estudo. Todas elas vivem dos “produtos” que disponibilizam – cursos conferentes de grau e outras formações, linhas, projetos e *outputs* de investigação pura ou aplicada, estudos, prestação de serviços ou outras atividades de extensão que ligam a instituição universitária à comunidade e à sociedade que a rodeia. Nisto reside a missão mínima e comum de todas as unidades básicas da Universidade Católica, e todas a desempenham, imbuídas dos objetivos e dos valores que configuram a visão da UCP sobre o papel que deve desempenhar na contemporaneidade portuguesa, europeia e global.

Na sua especificidade, o CEPCEP foi de início pensado como um local académico onde um punhado de pensadores, da UCP e de fora dela, iriam recuperar, estudar, aprofundar e relançar as relações de Portugal com o(s) mundo(s) que os portugueses tinham construído ao longo de séculos, e de que só muito recentemente (em 1974-75, com a descolonização) se tinham separado da sua matriz fundadora. Procuravam, os fundadores do Centro, conhecer a cultura, a história, a geografia e a sociedade portuguesas, e as suas identidades e reconfigurações identitárias ao longo dos tempos, através de uma postura – que era tanto epistemológica quanto ética – de encontro, de diálogo, de estreitamento e compreensão, num espírito pós-colonial ao serviço da “comunidade imaginada” da lusofonia<sup>1</sup>.

As sucessivas versões do Regulamento (primeiro) e dos Estatutos (depois) do CEPCEP, entre 1982 e 1984, foram decantando o que ele viria a ser, e como ele teria de agir. Com uma assumida vocação interdisciplinar, num tempo em que a cultura académica portuguesa ainda era, sobretudo, a das faculdades ou departamentos monodisciplinares, visava o cultivo integrado e crítico da história, da economia social e política, da geografia, da filosofia, da literatura, da etnografia, da antropologia, da sociologia, da demografia e até da psicologia social e do desenvolvimento<sup>2</sup>. E desde o seu início foram eleitas, ainda hoje se mantendo em vigor, cinco grandes áreas geográficas de atenção e estudo: Portugal, África, Brasil, Oriente e Comunidades de Emigrantes<sup>3</sup>. Ao longo de mais de três décadas, o CEPCEP foi pioneiro em muitos aspetos no interior da UCP, que o acolheu e lhe deu espaço de crescimento e afirmação: nos temas da investigação pura que elegera, na ligação teórico-prática entre aquela investigação pura e a investigação aplicada, nas dimensões de *outreach* e internacionalização, nos convénios e parcerias, em geral na forma como o Centro se constituiu enquanto espaço poliédrico de rede, ou *hub*, de conhecimento(s).

A autonomia – a famosa “autonomia administrativa e financeira”, consagrada nos Estatutos e mantida contraventos e algumas marés desde sempre – deu e dá ao CEPCEP um carácter (quase) único no tecido investi-

---

<sup>1</sup> O conceito, ou expressão, “comunidade imaginada” foi cunhado, e depois mundialmente consagrado nas ciências humanas e sociais, por Benedict Anderson, historiador norte-americano, a partir da sua obra *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, publicada pela primeira vez em Londres em 1983 (o ano do nascimento do CEPCEP...).

<sup>2</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2 (1.º projeto de Regulamento do CEPCEP, abril de 1982).

<sup>3</sup> *Ibidem*, CE 1 (5.ª e última versão dos Estatutos, aprovada em novembro de 1984, e em vigor até hoje). O texto está acessível em <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/Estatutos.pdf>.

gativo da UCP. Só por ter vivido liberto de uma série de constrangimentos e padronizações burocráticas a que outras unidades de investigação estiveram vinculadas é que o Centro pôde fazer o que fez. Ao mesmo tempo, essa liberdade, vantajosa, teve dois reversos: o CEPCEP nunca quis, ou nunca conseguiu, profissionalizar-se (embora a sua obra não seja nada “amadora”...), nem criar estrutura para cativar e agregar um quadro de investigadores permanente que, por sua vez, o tornasse elegível para candidatura a unidade da FCT. Pela lei das compensações, algumas oportunidades institucionais ou financeiras ficaram-lhe sempre vedadas; mas outras se lhe abriam e abriram, e seriam inalcançáveis sem a maleabilidade, a agilidade e a informalidade que foi o seu *modus operandi* ao longo dos anos. Com direções que oscilaram entre cinco e sete membros, com um Presidente *globetrotter*, homem de vários ofícios, vogais diretivos que nunca – nenhum deles – se dedicou em exclusividade ao Centro (mesmo considerando os nomes das renovações diretivas de 2001 e de 2010), e um conjunto de investigadores/colaboradores praticamente todo ele recrutado “à peça”, consoante a agenda dos trabalhos em curso, o CEPCEP é uma extraordinária obra de persistência, de dedicação e de conjugação de boas vontades.

A versão final dos Estatutos, de 1984 (ainda em vigor em 2017, pese embora as tentativas de revisão atrás documentadas), balizou sempre o que seriam os pressupostos do trabalho científico do centro e, bem assim, as vias ou instrumentos necessários para a sua cabal realização e divulgação. Como macro finalidade, o Centro propunha-se “estudar os povos e culturas, designadamente os de língua oficial portuguesa, fomentar a compreensão mútua e contribuir para a sua aproximação”<sup>4</sup>. Como se faria isto? Através do estatuído, como objetivos específicos, nas onze alíneas do art.º 3.º: “a) Incentivar o estudo das características originais desses povos e das resultantes dos contactos históricos estabelecidos; b) Dinamizar investigações acerca dessa problemática; c) Apoiar trabalhos de campo nas zonas geográficas onde esses povos residem e onde essas culturas têm ou tiveram expressão; d) Promover e apoiar a especialização de investigadores de diferentes disciplinas no estudo da problemática acima referida; e) Promover o intercâmbio com universidades ou outras instituições culturais e científicas, bem como entre estudiosos dessas matérias; f) Organizar ou colaborar na realização de congressos, simpósios, colóquios, seminários ou ciclos de conferências; g) Colaborar na organização de cursos de pós-graduação e de especialização com outras instituições da UCP e Faculda-

---

<sup>4</sup> Estatutos do CEPCEP, art.º 1.º, n.º 4.

des e Institutos de outras escolas portuguesas ou estrangeiras; h) Recolher, organizar e tratar elementos fundamentais para o conhecimento daqueles povos e culturas; i) Editar uma revista e divulgar obras originais ou relevantes; j) Atribuir prémios que distingam trabalhos originais; l) Prestar serviços por si só ou em regime de colaboração”. Toda esta panóplia possível se pautaria por “critérios científicos” e “vocação interdisciplinar”<sup>5</sup>.

Até à atualidade, o CEPCEP nunca renegou estas origens. Bem pelo contrário, teve sempre o cuidado de as reafirmar de tempos a tempos<sup>6</sup>. Simplesmente, e como a seguir se verá, a letra da sua “magna carta” estatutária foi tendo interpretações mais extensivas, e o Centro foi alargando o seu escopo teórico e de ação, adaptando-se e reinventando-se à medida que o ambiente circundante mudava, ao encontro das agendas de pensamento e conhecimento do final do século XX para os inícios do século XXI, na medida das possibilidades e à medida das oportunidades das universidades, das organizações, das empresas, dos vários parceiros possíveis, portugueses ou internacionais. Postos lado a lado, os Estatutos de 1984 e o portefólio descritivo do CEPCEP de 2016 sumarizam a evolução, a densificação, a abertura de novas frentes e a reificação ou reinvenção de velhas frentes. No CEPCEP, em suma, algumas coisas se reduziram e passaram para o fundo do palco, por troca com outras, que chegaram à cena e ocuparam a frente do palco. Mas o conjunto cénico nunca perdeu completamente de vista o espírito fundador.

Num exercício de autorreflexão identitária realizado no início de 2014, para projetar o triénio de 2014-16, a Direção do Centro resumiu em 3+1 as áreas ou eixos de investigação definidores e prioritários: “História e Cultura”, “Educação, Formação e *Skills Anticipation*”, e “Inclusão Social e Cidadania”; a área de “Interculturalidade e Encontro de Povos” seria transversal àquelas três<sup>7</sup>. Na primavera de 2015, o assunto voltou brevemente à mesa diretiva, para todos os presentes reconhecerem a centralidade das áreas da “Educação”, “Cultura” e “História”, e para lembrarem que, no tocante às áreas geográficas, talvez um dos caminhos de futuro fosse “fazer uma viragem para os PALOP, dos quais o CEPCEP recentemente se afastou”<sup>8</sup>. Que fidelidade mantinham estes cenários com o conteúdo

<sup>5</sup> *Ibidem*, art.º 4.º, n.ºs 1 e 2.

<sup>6</sup> V., por exemplo, um resumo de apresentação do CEPCEP num folheto desdobrável produzido pela Reitoria da UCP sobre as «Realizações e Projetos do Ano XX» (Arquivo CEPCEP, C UCP 1, 1983-1988), ou um apontamento pró-memória sobre as áreas geográficas e operativas do Centro, resultante de recapitulação da Direção (ARD, 5.3.1992).

<sup>7</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 24.2.2014.

<sup>8</sup> *Ibidem*, ARD, 8.4.2015.

da sigla CEPCEP? Aquela que, mesmo mais diluída, ainda pouco tempo antes (em 2012) fizera lavrar em ata uma espécie de ajuramentação: “É necessário que se mantenha sempre em mente que o que faz a diferença do CEPCEP são os ‘povos e culturas’, a interação e o encontro com outras culturas”<sup>9</sup>. E enquanto Centro da UCP – ou *na* UCP, consoante as leituras mais ou menos autonómicas da sua relação com as sucessivas reitorias – o CEPCEP nunca perdeu também de vista a conformidade do seu trabalho com o espírito da Universidade que o incubou e lhe deu infância, adolescência e estado adulto. Em 1983, os Estatutos da UCP estabeleciam para a Universidade a missão do “incremento da cultura nos planos intelectual, artístico, moral e espiritual, como instrumento de realização integral do homem, inspirado nos valores cristãos”. Apesar de posteriores revisões, o documento não alterou, até hoje, uma vírgula a esta frase<sup>10</sup>.

Como acima se transcreveu dos Estatutos do Centro, a obra científica deste seria sempre – e foi-o sempre – teórica, mas também prática, combinando a investigação científica, sua produção e divulgação, com ações de cariz mais técnico, formativo e de *outreach*. O mesmo é dizer que o CEPCEP viveu e foi visível através das atividades que hoje preenchem o grosso do volume informativo da sua página da internet, colhidas e sistematizadas dos muitos planos e relatórios de atividades que foram sendo elaborados ao longo dos anos: os cursos e conferências, os congressos e seminários, os estudos e consultorias, para lá das publicações, com destaque, entre estas, para a sua revista *Povos e Culturas*. É sobre tudo isto que se vai falar nesta segunda parte do livro<sup>11</sup>. Mas elaborar a história do (muito) que se fez não deve fazer esquecer uma outra história que, por ser contra factual, não é contável: a do muito que o CEPCEP planeou, mas não chegou a realizar, ou não realizou integralmente.

O currículo de um Centro de Estudos, como o *track record* de uma qualquer organização ou empresa, não é dissemelhante do *curriculum vitae* individual de um investigador, de um professor ou de um outro qual-

<sup>9</sup> *Ibidem*, ARD, 27.1.2012. As palavras foram proferidas por Roberto Carneiro.

<sup>10</sup> Estatutos da UCP, art.º 3.º, alínea a).

<sup>11</sup> A principal fonte de informação desta II Parte do livro são as fichas-resumo – de organização, conteúdos, equipas e resultados – das diversas atividades levadas a cabo pelo Centro, desde 1983 até ao presente, disponíveis no site do CEPCEP, nos separadores «Atividades Realizadas» e «Publicações» (acessível em ([http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fachome.asp?SSPAGEID=1013&lang=1](http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fachome.asp?SSPAGEID=1013&lang=1))). Os capítulos 7 e 8 tratarão das «Atividades Realizadas», o primeiro focando-se na investigação científica propriamente dita, sua produção e divulgação, e o segundo nas atividades formativas, prestações de serviço e consultorias. O capítulo 9 tratará, por seu turno, das «Publicações», e o capítulo 10 de uma publicação seriada especial – a revista *Povos e Culturas*.

quer profissional. Muito é planejado, preparado e metodicamente levado a cabo, por escolha pessoal ou coletiva, de equipa; outro tanto é acidental, é reativo, surge por contacto inesperado, por solicitação avulsa, por desdobramento intelectual ou de produto (um projeto, um livro, um artigo, uma conferência), em diálogo e interação com outros, mais próximos ou mais distantes, no curto, médio ou longo prazo. Uma viagem, mesmo que não exaustiva, pela documentação do CEPCEP permite imaginar o que o Centro poderia ter feito, além do que fez, ou em substituição – porque os recursos não são infinitos – do que efetivamente fez. Roberto Carneiro, o histórico Presidente do CEPCEP, não tem problemas em reconhecer que “alguns projetos nunca conseguiram vencer a rampa de lançamento, mau grado um grande esforço colocado nos respetivos arranques”<sup>12</sup>. E cita, a título exemplificativo, sobre os anos mais recentes, “um megaprojeto de investigação feito em parceria com colegas espanhóis, sobre o tema da *Igreja e a Escravatura*, a frustração com a nossa incapacidade de dar continuidade ao enorme dispêndio de energias e de meios visando a criação de uma rede internacional de *Centros de Estudos sobre Diálogo e Resolução de Conflitos*, ou ainda a impossibilidade material de arrancar com projetos inteiramente formatados, como sejam os da enciclopédia denominada *A Sabedoria dos Anos*, ou ainda a publicação, que viria na sequência de várias outras que produzimos no domínio da historiografia, denominada *Portugal e o Mundo: Olhares Recíprocos*”<sup>13</sup>.

Houve, portanto, projetos que se enunciaram e iniciaram, mas aos quais faltou depois tempo, equipa, sobretudo financiamentos; houve outros que, tendo isto, não viram a luz do dia porque os autores falharam prazos e entregas de materiais; houve materiais para publicações que ficaram inéditos; e publicações que mudaram de título e andaram calendarizadas até ao momento decisivo de avançarem para o prelo... ou para a “gaveta”. E não faltaram iniciativas que pensadas de uma forma foram realizadas de outra forma, e iniciativas jamais pensadas no *brainstorming* das reuniões de Direção, ou nas sugestões individuais dos seus membros, mas realizadas por encomenda, por oportunidade, por ingresso numa rede, por convite para um projeto. A história só pode registar o que se passou – mas isso não impede que o historiador convide o seu leitor a imaginar o que se poderia ter passado, porque essa também é uma impalpável riqueza do

---

<sup>12</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>13</sup> *Ibidem*.

objeto historiado<sup>14</sup>. E aquilo que realmente se passou, e que o CEPCEP de facto fez, mostra um trabalho combinado, com ciclos temporais de maior ou menor intensidade, nas três frentes em que aqui se tipifica a atividade do Centro: cursos e conferências, congressos e seminários e estudos e consultoria<sup>15</sup>.

Na primeira destas frentes, ou conjuntos de atividades, agrupável no âmbito da produção e divulgação de investigação científica, é operativo delimitar dois grandes ciclos históricos – um primeiro que se estende das origens, em 1983-84, até 1988, e um segundo, mais recente, concentrado nos anos de 2005 a 2012<sup>16</sup>.

Tudo começou com o curso, já atrás comentado por causa do seu peso e ecos institucionais, sobre *Religião em África*, resultante de uma parceria entre o novel CEPCEP, o *International African Institute* e a Fundação Calouste Gulbenkian, e que trouxe a Lisboa uma plêiade de especialistas estrangeiros e de personalidades de vulto, como o ex-Presidente senegalês Léopold Senghor ou o Cardeal D. Alexandre Nascimento. Considerando que a religião em África estava presente em quase todos os aspetos do quotidiano, atuando como elemento cultural de diferenciação de modos de vida entre povos, aquela primeira grande iniciativa do Centro procurava refletir sobre “a diversidade do processo histórico das culturas africanas” e, bem assim, “aprofundar o intercâmbio que a religião africana teve com a de outros continentes, nomeadamente a América do Sul”. Estruturado em lições semanais, decorridas em Lisboa e Braga, o curso prolongou-se de 16 de novembro de 1983 a 9 de maio de 1984<sup>17</sup>.

Seguiram-se, entre 18 e 25 de novembro de 1985, e entre 10 e 19 de dezembro de 1986, o 1.º e 2.º ciclos (ou edições) de um curso intitulado *Portugal e o Oriente: Passado e Presente*. Foram seus objetivos genéricos “sintetizar e esclarecer a história dos portugueses no Oriente e o que desse passado ainda permanece”, numa extensão geográfica que ia do

---

<sup>14</sup> Recorde-se, para exemplo disto, o que atrás ficou registado, no capítulo 4 da I Parte, acerca do Programa de Atividades do CEPCEP elaborado para o biénio de 1985-1986: dos 6 cursos, conferências ou seminários planeados, realizaram-se 3; dos 12 projetos de investigação anunciados, concretizaram-se 5, e das 3 prestações de serviço agendadas, cumpriram-se 2. O que não se fez nesse biénio não se perdeu completamente, dado que alguns tópicos ou passos então imaginados ressuscitariam mais adiante no tempo, sob outras roupagens.

<sup>15</sup> V. as listas completas dos cursos e conferências, congressos e seminários e estudos e consultorias levados a cabo pelo CEPCEP, por ordem cronológica de realização, no Anexo – Quadros n.ºs 2, 3 e 4, respetivamente.

<sup>16</sup> V. Anexo – Quadro n.º 2.

<sup>17</sup> AA.VV., 1985, pp. 9-11.

Indostão ao extremo leste do continente asiático (China, Macau e Japão)<sup>18</sup>. Cada uma das duas edições contou com seis lições de temática diversa, reunindo oradores como Geneviève Bouchon, George Winius, John Correia-Afonso, Max Justo Guedes, Augusto Pereira Brandão, Duarte Ivo Cruz, Fernando Cristóvão, José Augusto Seabra, Luís Filipe Thomaz, Luís de Albuquerque ou Artur Teodoro de Matos. Em dezembro de 1986, na sessão de encerramento, marcou presença o então embaixador da Índia em Portugal, Aditya Narayan Haksar, conhecido tradutor do sânscrito para o inglês. John Middleton, antropólogo britânico com larga carreira académica nos EUA e conferencista do curso *Religião em África*, em 1983-84, regressou a Lisboa em março de 1988, para uma iniciativa conjunta do CEPCEP e da Universidade Nova de Lisboa – um curso subordinado à temática *Os Swahili na Costa Oriental Africana: a Civilização de um Povo Comerciante*.

As conferências com objeto científico – diferentes dos cursos de formação, que irão ser referidos no próximo capítulo – só regressaram à agenda do CEPCEP a partir de 2005. Em julho desse ano, em parceria com o Instituto Padre António Vieira, teve lugar uma conferência sobre o futuro da Europa, cujo orador foi Miguel Poiares Maduro, ao tempo *Avocat-Général* português junto da União Europeia, depois mais conhecido como académico do Instituto Universitário Europeu, em Florença, e Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, entre 2013 e 2015. Por causa dos impasses da construção europeia – em junho de 2005, justamente, a França e os Países Baixos tinham chumbado o projeto constitucional europeu preparado no ano anterior – a temática veio para ficar, fosse pelos temas, fosse também pelos oradores de excelência que, por intermédio do Centro, foram à UCP. Em novembro desse mesmo ano de 2005 realizou-se um encontro intitulado *O Futuro da Europa e a Responsabilidade dos Católicos*, que procedeu à edição e discussão, em português, do documento homónimo lançado pela Comissão dos Episcopados da União Europeia (COMECE). Em 2006, Vinod Thomas, diretor geral de avaliação do *Asian Development Bank*, lançou, apadrinhado pelo CEPCEP e apresentado por Isabel Horta Correia, docente da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, numa conferência com o título *O Brasil visto por Dentro*, a versão portuguesa do seu livro, homónimo, *From Inside Brazil*.

Em 2008 e 2009, sob o signo do 25.º aniversário do CEPCEP, o Centro organizou três *keynote lectures* sob o rótulo *Conferência «Sinais dos*

<sup>18</sup> *Ibidem*, 1985, pp. 33-34.

*Tempos*». Falou primeiro, a 25 de fevereiro de 2008, sob a perspetiva do olhar cristão da história, o Cardeal Patriarca e Magno Chanceler da UCP, D. José da Cruz Policarpo, seguido, a 18 de dezembro desse ano, pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e a 9 de fevereiro de 2009, pelo antigo Presidente da República, Jorge Sampaio. Testemunho da considerável aposta, ou reforço, da investigação do Centro nas temáticas da educação, formação, literacia e competências de aprendizagem, o CEPCEP realizou, logo em 2005 e, depois, em 2012, duas importantes conferências. A primeira, no âmbito do projeto *Telepeers*, levou por título *TACONET* e centrou-se na análise prospetiva dos desafios e instrumentos do chamado “*self-regulated Learning in Technology Learning Environments*”; já a segunda revestiu a forma de uma reflexão sobre as recomendações emanadas do relatório do *EU High Level Group of Experts on Literacy* (um documento guia de alerta para a urgência do combate à iliteracia nas populações jovens do velho continente), desenvolvida por S.A.R a Princesa Laurentien da Holanda, uma ativista da causa, Presidente da Fundação Ler e Escrever dos Países Baixos e da Fundação Cultural Europeia<sup>19</sup>.

Ao contrário dos cursos e conferências, onde a atividade do CEPCEP misturou bastante as valências da investigação e divulgação científica pura e a prestação de serviços de ensino ou formação, por iniciativa própria ou por encomenda exterior de um ou mais parceiros, os congressos e seminários – segunda grande frente da ação do Centro – são praticamente todos listáveis como iniciativas de investigação científica, e na sua grande maioria centrados em temáticas de cariz histórico, religioso, cultural, patrimonial, tocando em geografias diversas, de Portugal ao Japão, passando pela Europa, pela África, pela Índia, Tibete e China. Trata-se, afinal, do conjunto mais marcadamente académico da vasta agenda do Centro e, talvez por isso, mais de perto tradutor da matriz identitária fundadora, do estudos dos povos, culturas e interações dos países de língua portuguesa ou das regiões do globo que mais se tinham interrelacionado com a lusofonia e a portugalidade<sup>20</sup>.

O filão começou, ativo e contínuo, logo nos anos 1980, com um *Seminário Internacional sobre Direito Costumeiro Africano*, realizado no Museu de Etnologia, em regime intensivo, de 9 a 12 de abril de 1984. A iniciativa

---

<sup>19</sup> Na reportagem feita pelo jornal *Público* sobre a estada da Princesa holandesa em Portugal (v. *Público*, 15.10.2012, pp. 14-15), não se fez, infelizmente, referência à sua deslocação ao CEPCEP e à UCP, mas apenas à conferência que também proferiu na Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>20</sup> V. Anexo – Quadro n.º 3.

suscitou aplausos vários, já pela originalidade do tema, já pelo cruzamento de saberes (história, direito, antropologia e etnografia) proporcionado, já pela diversidade e qualidade dos oradores arrolados. Fruto de uma parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça e com o departamento de Direito da *London School of Economics*, o seminário pretendeu estudar os principais ordenamentos jurídicos do continente africano e a forma como, neles, a tradição e o costume se tinham perpetuado e sobrevivido mesmo depois da racionalização “positiva” dos aparelhos e normativos jurídicos pós-independências, contrastando o mundo lusófono local com o mundo anglófono. Nove académicos estrangeiros partilharam o palco com cinco oradores portugueses: Carlos Laranjo Medeiros, Isabel Magalhães Colaço, Boaventura de Sousa Santos, Jorge Miranda e Narana Coissoró<sup>21</sup>.

Ainda no domínio do “africanismo” pós-colonial, merece destaque o Seminário *Educação em África*, que teve lugar entre 30 de maio e 1 de junho de 1985. O parceiro do CEPCEP foi, neste caso, o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e do que se tratava era de apetrechar futuros agentes da cooperação portuguesa em África – sobretudo no domínio do ensino e promoção da Língua – com um adequado “estado da arte” sobre a história, o presente e perspectivas de futuro das sociedades e sistemas educacionais daquele continente<sup>22</sup>. E porque a história de África e, em geral, o conhecimento africano em Portugal continuava muito obscurecido – ou traumáticamente esquecido e ignorado – o CEPCEP prosseguiu essa senda nos anos seguintes. Em junho de 1987, Artur Teodoro de Matos, Jill Dias, sua colega historiadora da FCSH-UNL, e Daniel Pereira, docente de história de Cabo Verde naquele país, lecionaram um *Seminário sobre História de África* na Cidade da Praia, em Cabo Verde, que abordava temáticas desde a pré-história do continente até aos problemas da colonização e da descolonização locais nos séculos XIX e XX. Em setembro desse ano, levou-se a cabo um congresso-encontro de Centros de Estudos Africanos – e o CEPCEP não enfeitava tal qualificativo – sobre investigação em Ciências Sociais e Humanas, inventariando áreas prioritárias de ação com vista a uma política de fomento universitária que atuasse como mola desenvolvimentista dos países a sul do Saará.

Em outubro de 1988, naquela que terá sido a primeira iniciativa do CEPCEP deslocalizada internacionalmente, o Centro levou a cabo, no Recife (Brasil) e em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, o *1.º Coló-*

<sup>21</sup> AA.VV., 1985, pp. 13-15.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 27-28.

*quio Internacional sobre População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa*, reunindo várias instituições científicas e investigadores falantes daquela língua em torno do eixo dos estudos populacionais. O Brasil era, recorde-se, uma das cinco áreas geográficas de atuação do Centro; outra, importante, era o Oriente. O foco de atenção sobre esta longínqua paragem começou em 1993, explorando a efeméride dos 450 anos da chegada (em 1543) dos portugueses ao Japão. Associado ao Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL, e com a colaboração e patrocínio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, o CEPCEP coorganizou o *Colóquio Internacional O Século Cristão do Japão*. O encontro aconteceu de 2 a 5 de novembro de 1993, no Mosteiro dos Jerónimos, reunindo especialistas não só de Portugal (Artur Teodoro de Matos representava o CEPCEP e João Paulo Oliveira e Costa o CHAM), mas também de Espanha, Itália, Alemanha, Brasil e EUA. A sessão de abertura contou com a presença do então Presidente da República, Mário Soares<sup>23</sup>.

De 6 a 11 de junho de 1996, uma dupla de sucesso – Teodoro de Matos, pelo CEPCEP, e João Paulo Costa, pelo CHAM – conseguiu chamar às suas instituições a organização, em Portugal, de mais um (o VIII) *Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* – uma reunião de investigadores daquela especialidade, inaugurada em 1978 e cujo local de realização circulava entre a Índia (Goa, Cochim ou Nova Deli), Lisboa, Macau ou o Brasil. Como o local de realização escolhido, nesse ano, era Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, o tema foi *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, assim se sublinhando a importância da cidade açoriana como ponto de escala ou de entreposto nas rotas de partida e de chegada daquele transcurso oceânico. O sucesso do encontro levou o CEPCEP e o CHAM a candidatarem-se à (e a conseguirem de novo a), organização do XII daqueles Seminários que, sob o título *O Estado da Índia e os Desafios Europeus*, reuniu mais de 40 investigadores em Lisboa, em outubro de 2006.

Os anos de 1997, 1998 e 1999 foram marcados pela realização da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> *Semanas de Cultura e Contemporaneidade*. A de 1997, intitulada *Lisboa: Contemporaneidade e Futuro*, antecipava o clima celebrativo que haveria de rodear, dali a um ano, a Exposição Universal montada na capital portuguesa para comemorar os 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Seguiu-se, em 1998, a temática do *Diálogo Intercultural*

---

<sup>23</sup> V. a nota divulgada pelo CEPCEP à comunicação social in Arquivo CEPCEP, C UCP 2, 1989-1992, com data de 9.11.1992 – um ano antes da realização do Colóquio.

como *Condição para a Paz*, que solenizava os 50 anos (1948-1998) da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da morte de Gandhi<sup>24</sup>, e, já em 1999, *O Cristianismo no Japão*, que repegava e aprofundava a questão da missionação e do diálogo civilizacional luso-nipónico, desta feita a propósito dos 450 anos da chegada de São Francisco Xavier a terras do sol nascente.

A área geográfica do Oriente continuou a merecer atenção em 2000, 2001 e 2002, com a realização de quatro outros seminários científicos. O primeiro foi *Timor: um País para o Século XXI*. Na ressaca do famoso e tristemente sangrento referendo sobre a autodeterminação do povo timorense, realizado no ano anterior, o CEPCEP agiu como polarizador de uma reflexão patrocinada pelo CNRT (o Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste, partido de Xanana Gusmão) e coorganizada pelo Instituto de Altos Estudos Militares, destinada a equacionar os problemas então colocados no período de estabilização nacional e de reconstrução das infraestruturas e sistemas indispensáveis à edificação do novo Estado independente de Timor-Leste (que haveria de ser proclamado em 2002). Em julho de 2001, o monge Pema Rinpoche teve ocasião de proferir um seminário sobre *A Espiritualidade e a História do Tibete*. Seguiu-se, ainda nesse ano, o *Congresso Internacional Línguas: Pontes para o Futuro*, um amplo encontro em parceria com a APEDI, a APP e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, no qual se discutiram as políticas de defesa e promoção da língua portuguesa nos vários países onde a sua presença era um legado histórico. Já em 2002, em mais uma parceria com o CHAM, teve lugar o importante *Congresso Internacional D. João III e o Império*, sublinhando os 500 anos do nascimento do monarca que, nos meados do século XVI, dera contorno definitivo à diáspora civilizacional dos portugueses nas terras de África, Ásia e Brasil.

O horizonte histórico-cultural regressaria em 2008, ano do 25.º aniversário do CEPCEP, em cujo programa de comemorações se inscreveu o *Congresso Internacional Fado: Percursos e Perspetivas*. Numa conjuntura em que o Museu do Fado (também a celebrar um seu aniversário – o 10.º), preparava a candidatura do fado a património imaterial da UNESCO, o CEPCEP quis ser o anfitrião de um encontro onde a antropologia, a sociologia, a história, a musicologia e a etnomusicologia se cruzavam,

---

<sup>24</sup> A lista de oradores desta 2.ª *Semana de Cultura e Contemporaneidade*, em 1998, era de eleição: Eduardo Lourenço, José Manuel Durão Barroso, José Lamego, António Monteiro, José Bragança de Miranda, Clara Menéres, José Ramos Horta, Adriano Moreira e Mário Soares, entre outros.

combinando o saber de agentes tão diversos como compositores, intérpretes ou poetas desse particular, e bem português, género musical. Em 2010, a pretexto dos 550 anos da morte do Infante D. Henrique (em 1460), o cérebro inspirador e operacional da epopeia da Expansão Ultramarina, levou-se a cabo, com a colaboração do CHAM, da Universidade dos Açores e da Câmara Municipal de Lagos, o *Colóquio Internacional A Herança do Infante*. Em 2011, foi o CEPCEP convidado, no âmbito da *Humanitas*, para um Colóquio quadripartido entre todos os Centros de Estudos da Faculdade de Ciências Humanas (o CECC, o CEFi, o CESSS, além do CEPCEP), subordinado à temática *Sociedade, Cultura e Conflito nos 100 Anos da República Portuguesa*. Seguiu-se, também nesse ano, a propósito dos cinco séculos de relacionamento de Portugal com Goa, o encontro *Goa: Passado e Presente*, realizado em parceria (numerosa) com a Associação de Amizade Portugal-Índia, a Casa de Goa, o Instituto de Estudos Asiáticos da AESE, o CHAM, o Centro Nacional de Cultura, o Instituto de Estudos Orientais da UCP e o Instituto de Etnomusicologia da Universidade de Aveiro. Como eixos temáticos da reflexão, os participantes debruçaram-se sobre a Língua e Literatura, o Património Material e Expressivo, a Convivência e Religião locais, a Economia e Desenvolvimento e, por último, o Território e a Identidade.

O velho convénio, existente desde 1985, entre o CEPCEP e o Centro Nacional de Cultura materializou-se, em 2013 e 2014, em dois ciclos de Seminários Científicos, respetivamente intitulados *Ao Reencontro da Misteriosa China: 500 Anos Depois* e, de forma curta, *Índia*. Os dois precederam as viagens, organizadas pelo CNC e preparadas, do ponto de vista científico, pelo CEPCEP, àqueles dois países asiáticos – à China, em agosto-setembro de 2013, e à Índia, em agosto-setembro de 2014. Foram oradores do encontro sobre a “misteriosa” China, entre outros, Luís Filipe Barreto, João Paulo Oliveira e Costa, Isabel Pina, Ana Paula Laborinho, José Ribeiro e Castro, Joaquim Aguiar, Paulo Corino Pinto ou Rui Loureiro e, no ano seguinte, acerca da Índia, João Paulo Oliveira e Costa, Artur Teodoro de Matos, Vítor Serrão, Hélder Carita, Eugénio Viassa Monteiro ou Ana Paula Laborinho.

Na lista dos congressos e seminários levados a cabo pelo Centro no período compreendido entre 1984 e 2014 surgem também iniciativas em áreas científicas que não estavam inscritas na matriz original da instituição, embora algumas delas se relacionassem com a macro problemática da lusofonia. As responsabilidades ministeriais de Roberto Carneiro na pasta da Educação, entre 1987 e 1991, e a experiência e contactos que dali advieram para o Centro permitiram-lhe aventurar-se nas investiga-

ções sobre a educação, a qualificação do capital humano ou a inclusão social e, mais chegado ao presente, o desenvolvimento de competências de *e-learning* e sistemas de qualidade e acreditação. Por isso o CEPCEP produziu e divulgou conhecimento original nestes campos, começando em 1995, com um Seminário Científico de apresentação de resultados do estudo *As Condições de Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho*. Cinco anos volvidos, em 2000, outro encontro reuniu especialistas em torno do título *A Caracterização dos Desempregados Não-Inscritos nos Centros de Emprego*. Em 2002, em associação com o Alto Comissariado para as Minorias Étnicas, estudou-se a questão da *Imigração em Portugal*. No final dessa década (2010) e em 2012, o foco, pedagógico no primeiro caso, e social no segundo, foi *Brasil-Europa: E-learning sobre a Qualidade e Acreditação do Sistema de E-learning no Ensino Superior*, e *Delitos, (Re) Integração e Bem-Estar – Novos Desafios*, este último um congresso internacional de justiça juvenil levado a cabo com a União Meridianos e a Direção-Geral de Reinserção Social do Ministério da Justiça.

Alguns produtos do Centro parecem, à primeira vista, um tanto excêntricos. Terá sido o caso de um Simpósio Científico coorganizado com a Câmara Municipal de Leiria e a Comissão Coordenadora da Região Centro, em maio de 1988, sob o título *A Proteção do Ambiente e a Gestão dos Recursos Naturais na Bacia do Rio Lis*. Ali se analisaram os problemas ambientais locais na gestão dos recursos hídricos, apurados num estudo anteriormente realizado sob a orientação do CEPCEP. Outras iniciativas – ainda na frente dos congressos e seminários – tiveram pouca ligação à lusofonia e à cultura, mas abriram nichos temáticos e de mercado em que o CEPCEP marcou a agenda universitária e inspirou até outras instituições. Foi o caso do simpático *Congresso dos Avós*, em novembro de 2004, que juntou o CEPCEP ao Instituto da Educação e ao Instituto de Ciências da Família da UCP, bem como à Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, com o objetivo de chamar a atenção, em sede e com densidade científica, para a importância dos avós e das relações intergeracionais como pilares fundamentais para a educação e transmissão de valores e culturas. Era, ao fim ao cabo, um outro olhar, informado pela demografia, pela psicologia, pela saúde, pela sociologia, sobre as questões do envelhecimento ativo, da (re)promoção da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> idades e dos equilíbrios geracionais em sociedades como a portuguesa, e em geral as europeias, mergulhadas hoje em “invernos” demográficos.

A análise da produção científica em sede de congressos e seminários não pode encerrar-se sem uma justa palavra para uma iniciativa que conferiu rara visibilidade e publicidade ao CEPCEP. Assim aconteceu com

o *Colóquio Contributos para o Diálogo Inter-religioso*, organizado em setembro de 2011, no 10.º aniversário dos atentados terroristas de setembro de 2001. A ideia desse encontro partiu da *United Nations Alliance of Civilizations* (a UNAOC), liderada pelo antigo Presidente da República Jorge Sampaio. Como recorda, a propósito, Verónica Policarpo, “o CEPCEP foi convidado a ser o parceiro universitário/científico deste organismo das Nações Unidas que tinha como objetivo promover a compreensão e cooperação entre povos e culturas, prevenindo os extremismos. O Eng.º Roberto Carneiro delegou em mim e noutro colega, o João Paulo Oliveira e Costa, a coordenação desta parceria. Foi neste âmbito que organizámos na Universidade Católica o primeiro colóquio sobre Diálogo Inter-Religioso, em que participaram vários membros das comunidades religiosas de Lisboa e especialistas em religião. Nesse colóquio, em que participou também o Dr. Jorge Sampaio, tivemos o privilégio de ter o Dr. Eduardo Lourenço a fazer o encerramento”<sup>25</sup>. A Universidade Católica Portuguesa tornava-se assim anfitriã – e por isso o Reitor de então, Manuel Braga da Cruz, marcou presença – de um momento especial de promoção do ecumenismo e do respeito entre crenças e crenças, que não excluiu ouvir, ao lado de personalidades representativas de diversas confissões, outras, oriundas do mundo laico.

A terceira frente, ou conjunto, de iniciativas estudáveis no âmbito da produção e divulgação científica do CEPCEP é a constituída pelos estudos e consultorias. É um binómio que, por aproximação à linguagem empresarial, remete sobretudo para a prestação de serviços à comunidade e de interface com esta e seus agentes ao sabor de pedidos e encomendas feitos e financiados. Tal dimensão será sobretudo analisada no capítulo seguinte deste livro, associado às atividades de formação desenvolvidas ao longo da história do Centro. Sucede que os “estudos” do CEPCEP, assim consagrados na documentação impressa e *online* disponível, foram também, e muitas vezes, verdadeiros projetos de investigação, com um racional de objetivos, uma revisão de literatura, um trabalho de descoberta de dados, reflexão crítica e redação original – individual ou coletiva, de investigadores do Centro ou, as mais das vezes, mobilizando (muitos) nomes vindos de fora – alguns provindos de ideias próprias, outros oriundos da inserção do CEPCEP em redes de investigação cuja complexidade foi crescendo à medida que a europeização das universidades (e das fontes de financiamento) se foi fazendo regra. São estes estudos, com clara

---

<sup>25</sup> Verónica Policarpo, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

incorporação de investigação científica e académica nova, fazendo escola e autoridade e deixando obra publicada, que de seguida se explorarão<sup>26</sup>.

Neste domínio, a estreia do CEPCEP ocorreu em 1984, com o projeto *Namoro e Casamento*, que tinha por objetivo incrementar o conhecimento científico das transformações temporais e das variantes locais da família portuguesa, através da recolha de dados por entrevistas a casais de diferentes estratos etários, reunidos em *focus groups*. A área das “ciências da família” estava então a nascer e este estudo, combinando sociologia, antropologia e demografia, foi também o primeiro de muitos coordenado por Mário Lages e reunindo uma larga equipa de colaboradores (Lages chamava-lhes “recolectores de dados”), na qual sempre avultou a investigadora Ana Costa Lopes<sup>27</sup>. Grosso modo durante a primeira década do Centro (1983-1993), a realização de estudos confinou-se às áreas da cultura, da língua, da população, da história e da cooperação com África. Dentro deste descritivo cabem os trabalhos *Bibliografia do Conto Regional* (1986-1990), *Emigração, Mudança e Regresso* (1986), *Catálogo Temático e Cronológico da Obra de Marcos Portugal* (1986-1988), *Relatórios e Teses Inéditos da Administração Colonial Portuguesa* (1987-1989), *Património Nacional de São Tomé e Príncipe* (1987-1991), *Estratégias de Desenvolvimento das Zonas Fronteiriças de Portugal e Espanha* (1989-1992) e *São Tomé e Príncipe. Esboço para a sua História* (1989-1992).

A *Bibliografia do Conto Regional* não foi somente, nem sobretudo, um projeto de levantamento da produção contista portuguesa no período alargado de 1875 a 1930. Na verdade, o que Mário Lages e Ana Costa Lopes pretendiam era obter um retrato das diferentes zonas culturais de Portugal, tal como elas se plasmavam na literatura popular produzida<sup>28</sup>. O projeto teve resultados palpáveis, sobretudo em bibliografia publicada, contrastando, por exemplo, com o trabalho sobre a obra musical de Marcos Portugal, cujo catálogo, projetado, se transformou apenas num pequeno artigo académico, publicado na *Povos e Culturas*<sup>29</sup>. Foi também Mário

<sup>26</sup> V. Anexo – Quadro n.º 4.

<sup>27</sup> AA.VV., 1985, pp. 60-61.

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp. 65-69.

<sup>29</sup> O descritivo do projeto era bastante ambicioso no Programa de Atividades do biénio de 1985-1986 (v. pp. 40-43), e a sua primeira designação foi *A Música Portuguesa no Século XVIII* (celebrava-se em 1985 o Ano Europeu da Música, sob os auspícios do Conselho da Europa). Mas os resultados esperados – um Catálogo Temático, a edição e representação de uma Ópera portuguesa do século XVIII, a recolha em microfilmes das obras inventariadas, o fornecimento de materiais recuperados para a representação de óperas no Teatro de São Carlos e a publicação de mais de um artigo e monografia – não foram conseguidos, por dificuldades na própria pesquisa documental e atrasos sucessivos da

Lages quem supervisionou a *Emigração, Mudança e Regresso*, elaborando um importante retrato do que era a diáspora portuguesa mais recente (a dos anos 1950-1970), e dos impactos que essa larga debandada de gentes tivera nas estruturas demográficas rurais e urbanas e na composição dos sistemas socioculturais<sup>30</sup>.

Os estudos sobre São Tomé e Príncipe<sup>31</sup>, dinamizados por Artur Teodoro de Matos, cruzaram-se muito com o da recolha da documentação da Administração Colonial portuguesa, uma iniciativa financiada pela Fundação Gulbenkian que constituiu, sem dúvida, um primeiro passo para disponibilizar aos estudiosos, em edição crítica, um enorme manancial informativo do que tinha sido a gestão colonial portuguesa no mundo ao longo de séculos. Geografia, sociologia, política, antropologia e economia reuniram-se para o estudo dos cenários de desenvolvimento nas zonas raianas de Portugal e Espanha, materializando um projeto cuja ideia inicial remontava a 1985<sup>32</sup> – no cenário da adesão conjunta dos dois países à então CEE – mas que só em 1989 pôde avançar, dinamizado por Carlos Laranjo Medeiros e Mário Lages, em associação com Carminda Cavaco, Jorge Gaspar, João Salis Gomes e Helena Rato.

Na segunda metade da década de 1990, as áreas do Centro começaram a diversificar-se e a afirmar-se uma preocupação com os problemas e instrumentos da inclusão social e dos sistemas de formação e de educação. São compreensíveis, a esta luz, os projetos *Estudo sobre as Relações entre o Sistema Educação/Formação e o Sistema Produtivo em Portugal* (1993-1994), *Da Marginalização à Reinserção na Sociedade* (1993-1995), *New Job Skill Needs and the Low-Skilled* (1996-1999) – o primeiro grande projeto internacional do CEPCEP, elaborado em inglês e em rede, com instituições britânicas, holandesas, francesas e suecas) – e *Estudo sobre as Tendências de Evolução da Procura e da Oferta de Mão-de-Obra Qualificada em*

---

equipa mobilizada. O máximo que se conseguiu foi a autoria, por Manuel Ivo Cruz, de um artigo intitulado «Marcos Portugal. Bibliografia, Discografia», publicado como Inédito CEPCEP na revista *Povos e Culturas* n.º 3 (1989).

<sup>30</sup> AA.VV, 1985, pp. 62-64.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pp. 73-75.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pp. 44-59. O estudo chamava-se, inicialmente, *Portugal-Espanha 2000. Perspetivas de Desenvolvimento no Contexto da Integração Europeia*, e previa cinco eixos temáticos: I. População, Povoamento e Equipamentos Sociais; II. Dinâmicas Sociais e Culturais; III. Mecanismos Institucionais de Autonomia Regional e Municipal; IV. Estruturas Agrárias e Mundo Rural; e V. O Empresário e Empresa: Dinâmicas e Perspetivas de Desenvolvimento. Desde 1985 até à sua conclusão, em 1992, o título mudou para *Estratégias de Desenvolvimento nas Zonas Fronteiriças de Portugal e Espanha* e também os cinco eixos foram compactados.

Portugal (1997-1999). Na área da política social, e com a colaboração de Manuel Luís Marinho Antunes e Alfredo Bruto da Costa, Mário Lages coordenou um trabalho, em 1998, sobre *As Atividades do Instituto de Ação Social de Macau*, que produziu para o Governo de Macau – um ano antes da transição da região para a soberania chinesa – um importante relatório científico.

Portugal, a sua história e os seus problemas do presente continuaram a ser foco central do CEPCEP chegado o século XXI. Em 2001, completou-se e deu-se à estampa a versão portuguesa de uma obra que Roberto Carneiro adquirira em Paris e da qual tirara a ideia, trabalhada com Artur Teodoro de Matos: tratava-se da *Enciclopédia do Milénio em França*, da Larousse, cujo conceito foi comprado, adaptado e publicado pelo CEPCEP e pelo Círculo de Leitores, sob o título *Memória de Portugal. O Milénio Português*<sup>33</sup>. Antes de haver o livro, houve um projeto de investigação e síntese, que mobilizou 35 autores para escrever a história, ou subcapítulos dela, de cada um dos dez séculos do período nacional compreendido entre o ano 1000 e o ano 2000<sup>34</sup>. Em 2002, a problemática da imigração foi objeto do trabalho *Imigrantes em Portugal. Problemas, Valores, Atitudes e Comportamentos relacionados com a imigração recente*, coorganizado com o Alto Comissariado para as Minorias Étnicas e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e assessorado pelo CESOP da UCP. A temática ganhou raízes e foi seguida, em 2004-2005, pela produção de um sucedâneo intitulado *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas*.

A macro área da gestão dos processos de qualificação de recursos e padrões de desenvolvimento, com foco na apreensão de competências, nos ambientes de aprendizagem e nas virtualidades da tecnologia e do *e-learning* tornaram-se absolutamente centrais na agenda investigativa do CEPCEP neste século XXI, muito por força de dois fatores combinados: por um lado, aquelas temáticas eram dominantes nos currículos de Roberto Car-

---

<sup>33</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 14.7.1998. A intenção inicial, anunciada por Roberto Carneiro na reunião diretiva em que explicou a ideia aos colegas, era publicar o trabalho no fecho do ano 2000, ou seja, no termo do milénio. Mas a obra atrasou-se um ano e só pôde ser lançada, em sessão presidida pelo antigo Presidente da República, Mário Soares, e na presença do então Ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, a 16 de outubro de 2001 (v. recorte de imprensa d' *O Primeiro de Janeiro* de 17.10.2001, pág. 24, in Arquivo CEPCEP, C UCP, 2001-2007).

<sup>34</sup> Cada um dos séculos resumido no volume tinha um coordenador-geral: Cláudio Torres (século XI), José Mattoso (século XII), Luís Krus (século XIII), A. H. de Oliveira Marques (século XIV), Luís Adão da Fonseca (século XV), António de Oliveira (século XVI), António Manuel Hespanha (século XVII), Luís Oliveira Ramos (século XVIII), Maria de Fátima Bonifácio (século XIX), e Manuel Braga da Cruz (século XX).

neiro, de João Muñoz de Oliveira (que ingressou na Direção em 2001), e de Ana Cláudia Valente (que ingressou na Direção em 2010); por outro lado, são problemas centrais nas agendas da competitividade, da globalização e dos interfaces entre a escola e a tecnologia e, como tal, muito apetecíveis para redes europeias e muito financiáveis por um largo espectro de interessados (decisores políticos, instâncias europeias, agências internacionais, ONG, empresas, etc.). Por isso, o CEPCEP apostou forte nesses temas.

Logo em 2002, Roberto Carneiro liderou, em colaboração com a Associação Portuguesa de Gestão e a INOFOR, um trabalho sobre *O E-learning em Portugal. Contexto e Perspetivas*, integrando nessa equipa Carla Ganito, Lourenço Xavier de Carvalho e António Augusto Fernandes, nomes que depois o secundariam em várias outras iniciativas e projetos da área da educação e tecnologia até ao presente. Em modelo maduramente europeu – ou seja, em formato de consórcio de universidades europeias, em resposta a um “call” da Comissão Europeia, com “milestones” de pesquisa e apresentações públicas periódicas de resultados – Roberto Carneiro, Carla Ganito e José Reis Lagarto<sup>35</sup> foram responsáveis, em 2004-2005, pelo estudo *Telepeers – Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments at University Level*. Entre 2004-2007, também no domínio dos “ambientes enriquecidos pela tecnologia”, o CEPCEP integrou um projeto com 76 instituições universitárias, financiado pelo 6.º Programa-Quadro da Comissão Europeia e intitulado *Kaleidoscope Network of Excellence*. Entre 2007 e 2009, o Centro esteve também envolvido, em redes e “calls” europeias ou com parceiros organizacionais e empresariais portugueses, em mais dois projetos de investigação similares: o *Discover – Helping Teachers to Discover the Pleasure of Learning and Teaching*, e o *Learnovation*. No final da década, iniciado em 2009 e terminado em 2012, viria ainda o *CONCEDE – CONTENT Creation Excellence through Dialogue in Education*.

Depois d’ *O Milénio Português*, em 2001, e ao longo dos anos deste século XXI, os povos e as culturas de expressão portuguesas tenderam, sem dúvida, a ocupar um lugar mais secundário no quotidiano científico do CEPCEP. Na década até 2010 não houve senão três projetos ou estudos enquadráveis nessa área. O primeiro, realizado entre 2003 e 2004, versou sobre *O Papel de Portugal na Transição de Timor*, e foi um estudo, coor-

---

<sup>35</sup> Carla Ganito e José Reis Lagarto eram, e são no presente, docentes da Faculdade de Ciências Humanas da UCP – a primeira na área das Ciências da Comunicação, desempenhando o cargo de Coordenadora da Escola de Pós-Graduação e Formação Avançada da FCH, o segundo na área das Ciências Psicopedagógicas, de que é Coordenador.

denado por Artur Teodoro de Matos, em colaboração com o Gabinete do Comissário para a Transição de Timor-Leste, que vinha na sequência, e em aprofundamento, do debate realizado, no seminário acima citado, sobre o presente e o futuro daquele novo país lusófono do sueste asiático. O segundo, entre 2004 e 2007, foi *O Teatro nas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, um projeto liderado por Ana Costa Lopes e Duarte Ivo Cruz, financiado pela FCT, cujo racional era o de obter a visão e a interpretação da África presente na dramaturgia portuguesa, usando, para tal, uma abordagem de interpenetração cultural. Mais longo no tempo, de 2005 a 2009, foi o levantamento dos *Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa Existentes no Arquivo Secreto do Vaticano*. O projeto recebeu financiamento da FCT e o objetivo da pesquisa traduziu-se na elaboração e disponibilização à comunidade de investigadores interessados de sumários dos documentos existentes no Vaticano e mais relevantes para a história do papel da Igreja Católica na expansão ultramarina portuguesa.

Como na primeira parte do livro se detalhou, a renovação diretiva do CEPCEP operada em 2010 integrou nele Ana Cláudia Valente, Verónica Policarpo, José Manuel Seruya e Fernando Chau. Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos e João Paulo Costa ficaram; Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros saíram. De uma perspetiva estritamente científica, 2010 assinalou uma viragem do Centro de áreas de estudo mais tradicionais, de investigação “pura”, para áreas inovadoras, de tecnologia, tecnocracia, gestão e economia, liderança e coesão social. Domínios como a história e a cultura encontraram algum refúgio na atividade editorial – como adiante se verá, no capítulo 9 desta segunda parte. Mas é significativo que, desde 2010 até ao presente, o CEPCEP não tenha realizado mais nenhum estudo ou projeto de investigação dentro do poliedro dos saberes fundadores do Centro: cultura, história, antropologia, etnografia e literatura. Não significa isto, obviamente, que aqueles domínios mais novos, mais práticos, mais “materiais”, ou mais ligados ao cruzamento das políticas públicas, dos modelos de qualificação, da psicologia comportamental e organizacional ou de padrões de desenvolvimento não sejam factos de “cultura” – ou que a eles não subjaza, como sem dúvida subjaz, um olhar e um contributo da sociologia. Mas sente-se a evolução; e todos os que a protagonizaram a reconhecem.

As novas áreas foram extraordinariamente produtivas – porque eram, e são, as mais facilmente candidatáveis a redes e consórcios internacionais, que mobilizam e fazem dialogar vários cérebros e vultosos financiamentos. Entre 2010 e 2015, sucederam-se mais de uma dezena de projetos “*high tech*” e de “*output*” quase imediatamente aplicável, em contexto escolar,

social, empresarial ou de recrutamento e formação para os mais variados setores de serviço público. Os títulos explicam os objetivos de cada projeto, alguns evidenciando a preocupação do “branding” através da composição de uma sigla-resumo: *Portugal 2020. Antecipação de Necessidades de Qualificações e Competências* (2010-2011), *COPELL – Lifelong Learning for Competitiveness in Small and Medium Enterprises* (2011-2013), *DAVID – Review System and Databases for Civic Citizenship and Values Education* (2011-2014), *ESAP – Employability and Skills Anticipation Policies: a Social ROI Approach* (2012-2014), *Envelhecimento Ativo e Transmissão Intergeracional* (2012-2014), *RESLEA – Reducing Early School Leaving* (2012-2014), *RESKILLS – Assessment of Life-Cycle Skills and Training Needs in the Renewable and Energy Efficiency Sectors* (2012-2014), *IGUANA – Improving School Governance Using an Action Learning Approach* (2012-2015), *IDEAS – Identifying Higher Education Equity Interventions that Work* (2013-2015), *Reindustrialização da Economia Portuguesa: Impacto no Emprego, Profissões e Competências* (2013-2015), e *SALM – Skills and Labour Market to Raise Youth Employment*. Desta dúzia de projetos, cinco (*DAVID*, *RESLEA*, *RESKILLS*, *IGUANA* e *SALM*) foram liderados pelo CEPCEP, que a si agregou os mais diversos parceiros internacionais e, nalguns casos, nacionais. O saber-fazer destas candidaturas era, e é, cumulativo e o sucesso de uma produzia alavancagem de ideias, de conhecimentos, de equipas rotinadas e de domínio do jargão dos formulários, da montagem dos orçamentos, do faseamento das execuções e dos palcos de divulgação de resultados que passava de um projeto para os outros. Não é exagero dizer-se que a equipa do CEPCEP conseguiu literalmente montar uma (boa) “indústria” de projetos europeus, com efeitos multiplicadores na própria Universidade Católica Portuguesa, abrindo colaborações e oportunidades com outras unidades do *campus* de Lisboa.

A análise, necessariamente sumária, da vasta produção e divulgação da investigação científica do CEPCEP não pode completar-se sem uma referência particular e mais extensa a dois projetos distendidos no tempo, com características especiais, que implicaram as mais vastas equipas alguma vez montadas e geridas apenas pelo Centro e que constituíram, quando prontos, porventura os maiores êxitos editoriais da sua história. Foi o caso das Enciclopédias produzidas pelo CEPCEP e da coleção *Biografias dos Reis de Portugal*.

A produção de uma Enciclopédia é sempre um empreendimento científico de considerável magnitude. Por causa disso, e em regra, é levado a cabo por uma grande editora, que entrega a coordenação e autoria dos conteúdos a uma academia, a uma universidade ou a um conjunto de

unidades de investigação. Em duas das três Enciclopédias produzidas pelo CEPCEP, o Centro não foi o autor primeiro das obras: a edição original era estrangeira e o trabalho consistiu em traduzir e adaptar os conteúdos à realidade portuguesa, através da adição de textos – esses sim, originais – cuja autoria foi confiada a especialistas. Ainda assim, o trabalho foi imenso. Entre 1997 e 1998, Roberto Carneiro montou uma vasta equipa para produzir a edição portuguesa da *Ativa Multimédia. Enciclopédia de Consulta*, publicada pela Lexicultural, e cujo sucesso justificou a existência de duas edições – com 13 volumes e 6 CD Rom a primeira, e 16 volumes e 5 CD Rom a segunda (em 2003-2004). O conceito desta Enciclopédia era a de uma obra didática, vocacionada para estudantes na lógica do “aprender aprendendo”, cobrindo a grande maioria das áreas curriculares do ensino secundário. Enquanto os volumes forneciam um texto académico, os CD Rom disponibilizavam materiais educativos práticos e lúdicos. Foram diretores de volumes ou seus revisores científicos nomes como Fernando Carvalho Rodrigues, Guilherme d’Oliveira Martins, Humberto d’Ávila, João Soares de Carvalho, José de Almeida Moura, Júlia Dias Ferreira, Luís Archer, Manuel Valsassina Heitor, Maria Cândida Proença, Maria de Lourdes Paixão, Maria Manuela Novais Santos, Paulo Rupino da Cunha, Rui-Mário Gonçalves ou Tereza Condessa Falcão.

Também com duas edições, e mais vocacionada para os pais encarregados de educação, o CEPCEP concebeu e executou a *Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais*, igualmente editada pela Lexicultural, em 6 volumes, com uma primeira edição em 2000-2001, e uma segunda edição em 2003-2004. Sob a coordenação geral de Roberto Carneiro, foram editores de volumes Delfina Porto, Joaquim Azevedo, Manuela Machado, Maria Berta Bustorff e Maria de Lourdes Paixão.

A terceira obra do género do CEPCEP foi também o mais longo projeto de investigação da história do Centro, espraiando-se por vinte anos – a *Enciclopédia Açoriana*. Ao contrário das anteriores, tratou-se de um projeto inteiramente original. O conceito remonta aos inícios de 1988, quando Artur Teodoro de Matos apresentou aos colegas da Direção a proposta oriunda de uma conversa por si tida com Pedro da Silveira, então Diretor dos Serviços de Investigação da Biblioteca Nacional. O patrocínio veio da Secretaria Regional de Educação e Cultura dos Açores, a que mais tarde se juntaria o Governador de Macau, Vasco Rocha Vieira. Eram objetivos gerais da obra a difusão “da cultura açoriana e dos aspetos mais marcantes da realidade açoriana contemporânea”, bem como a ligação “entre os açorianos residentes no arquipélago e os seus conterrâneos e/ou descendentes espalhados por todo o mundo”. Para a sua elaboração,

constitui-se um núcleo coordenador, sediado no CEPCEP e integrando também Pedro da Silveira e Jorge Couto (este da FLUL)<sup>36</sup>. Por dificuldades várias, o projeto só se iniciou verdadeiramente em 1995 e teve, depois, muitos escolhos. Em 2000, a Direção Regional de Cultura dos Açores quis retirar o apoio à obra, por razões financeiras. Todavia, porque o trabalho já feito era de monta e prometedor, recuou, embora com a condição, que vingaria, de a publicação migrar do papel para a internet, sendo disponibilizada na página oficial da DRC/Açores<sup>37</sup>.

A Enciclopédia foi dada por concluída apenas em 2008, no ano do 25.º aniversário do CEPCEP. Os números finais eram gigantes: 272 autores mobilizados, 10804 entradas, 4559 páginas de texto com 1126 imagens, quadros ou tabelas<sup>38</sup>. Na ficha técnica apareciam os nomes de Luís Arruda e de Artur Teodoro de Matos, como coordenadores-gerais, secundados por Luís da Cunha Pinheiro e Paulo Sousa Pinto; mas outros nomes – Pedro da Silveira, Eduíno de Jesus, Luiz Fagundes Duarte, Jorge Couto e Carlos Enes – também ali constavam. Em notas introdutórias conjuntas, Carlos César, Presidente do Governo Regional dos Açores, e Roberto Carneiro, Presidente do CEPCEP, congratulavam-se, com razão, pelo termo da viagem e pela relevância cultural global do empreendimento. Carlos César achava que a *Enciclopédia Açoriana* passava a constituir “um instrumento que disponibiliza ao público em geral, e particularmente àquele que se interessa pela História e Cultura dos Açores, um significativo conjunto de informação fundamental para o conhecimento dos Açores”. Já para Roberto Carneiro, dava-se por concluída “a obra mais longamente cogitada e executada” pelo Centro. Fora uma “empresa temerária”, pois “jamais a Direção do CEPCEP contemplara lançar-se na conceção e realização de uma tarefa a um tempo tão complexa e emblemática” como “a produção de uma enciclopédia regional, debruçada sobre os mais variados azimutes de temas e comunidades açorianos”<sup>39</sup>.

Também absolutamente único foi o projeto das *Biografias dos Reis de Portugal*. Tratou-se de uma ideia original apresentada por João Paulo Oliveira e Costa à Direção do CEPCEP, quando nela ingressou, em 2001 e que, nos termos do próprio, “procurava responder a uma lacuna historiográfica que persistia em Portugal” – aliás, uma dupla lacuna, de

<sup>36</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 29.1.1988.

<sup>37</sup> *Ibidem*, ARD, 21.2.2000.

<sup>38</sup> *Ibidem*, ARD, 4.4.2008.

<sup>39</sup> V. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/Default.aspx> (*Enciclopédia Açoriana online*, separadores «Apresentação», a cargo de Carlos César, e «Prefácio», a cargo de Roberto Carneiro).

conhecimento dos monarcas portugueses e de afirmação, já pujante na historiografia internacional, do género biográfico no cenário académico e editorial nacional. Como manda toda a biografia *histórica* que queira ser instrumento de conhecimento inconfundível com qualquer espécie de romance histórico mais ou menos ficcional, o objetivo geral da coleção era o de estudar, em volume próprio, cada uma das figuras da realeza com o fito de, a partir das suas vidas, obras e interações em contexto epocal, compreender de forma mais inovadora e aprofundada toda a história de Portugal e da sua articulação com a história da Europa e do Mundo. Montado o projeto, negociados os seus termos e prazos com o Círculo de Leitores, que publicou a coleção, e contratados os autores, a execução das *Biografias dos Reis de Portugal* ocupou três anos, entre 2003 e 2006. Os 34 reis das quatro dinastias portuguesas foram estudados por 39 autores<sup>40</sup>, assim se reunindo, no CEPCEP, um largo escol dos melhores historiadores nacionais. Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa dividiram a coordenação geral da obra (João Paulo Costa foi também autor do volume dedicado a D. Manuel I).

Na opinião de Teodoro de Matos, a coleção dos reis foi um dos “grandes êxitos” da história do Centro; os volumes foram “um sucesso em si mesmo” porque “criaram, digamos assim, um género historiográfico, ou renovaram o gosto pela biografia histórica em Portugal. Julgo que isso aconteceu, sem falsa modéstia, e a prova foi que se tratou de um êxito editorial”<sup>41</sup>. João Paulo Costa concorda, embora recorde as muitas dificuldades e “dores de cabeça” daquela epopeia, “pois a coordenação de 34 livros não foi fácil, sobretudo pela necessidade de ter sempre livros prontos para a gráfica a partir do momento em que a coleção começou a ser vendida”<sup>42</sup>. Em todo o caso, foi “um projeto colossal, pois foi a primeira vez que o Círculo de Leitores editou uma coleção com 34 volumes. A formação da equipa de autores e o acompanhamento da produção dos livros foi um processo intenso (e por vezes tenso). Os resultados foram muito inovadores, pois ajudaram a que o género biográfico fosse ‘reabilitado’ no mercado e na Universidade, e proporcionaram uma visão muito completa

<sup>40</sup> D. João IV, D. Afonso VI, D. João VI, D. Miguel e D. Luís foram biografados por dois autores cada um.

<sup>41</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>42</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016). Ainda que o projeto se tenha estendido de 2003 a 2006, o período de publicação dos 34 volumes da coleção foi mais curto, não chegando a dois anos o tempo mediado entre a primeira biografia disponibilizada pelo Círculo de Leitores (a de D. Pedro I, em março de 2005), e a última (a de D. Maria I, em janeiro de 2007).

da história política do país, que não existia até então. Muitos dos reis não tinham sequer uma biografia académica. Do ponto de vista comercial, as vendas foram extraordinárias, com cerca de 50.000 cópias por obra e um total bem acima de um milhão de livros vendidos. Aliás, dez anos depois o Círculo de Leitores continua a vender coleções<sup>43</sup>.

A recetividade do público às *Biografias dos Reis de Portugal* foi de facto bastante elevada – embora haja que levar em linha de conta que nem todos os compradores da coleção foram leitores da mesma. Facto é que o CEPCEP reabilitou um género, criou uma escola, marcou a agenda historiográfica nacional, suscitou até mimetismos e alimentou um não despidendo debate académico teórico-metodológico. Numa mesa redonda realizada na UCP, a 20 de abril de 2007, José Mattoso, figura cimeira da historiografia portuguesa e autor do volume dedicado ao rei fundador, D. Afonso Henriques, fez a apresentação pública e a apologia da obra realizada. Nas suas palavras, o CEPCEP levava a cabo um projeto que “parecia, à partida, quase inexequível”<sup>44</sup>, não pelo Centro em si, que fora indubitavelmente inovador e ambicioso, mas pelos autores, cuja diversidade e liberdade fora necessário coordenar com mão férrea. O resultado era de saudar, pois a coleção disponibilizava “textos nem demasiado eruditos nem demasiado vulgares, acessíveis a leitores de cultura média, mostrando” – rei a rei – “como se faz a seleção de dados documentais necessária à construção narrativa e como se escolhe na grande massa de elementos significativos aqueles que realmente fazem a História”<sup>45</sup>. Por junto, a publicação da obra contribuía assim “para uma visão de conjunto do passado nacional bastante completa, moderna, fundamentada e esclarecedora”, representando “um progresso notável quando se compara com a situação da historiografia portuguesa de há meio século”<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016). Depois da edição original do Círculo de Leitores, comercializada por catálogo aos seus membros, houve uma edição de venda livre, em livraria, com a chancela da Temas & Debates.

<sup>44</sup> Mattoso, 2007, p. 308.

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, p. 309.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, p. 316. Em 2009, a coleção publicada pelo CEPCEP e pelo Círculo de Leitores foi objeto de uma revisão crítica coletiva, sob a forma de um dossiê especial da revista *Ler História*. A organizadora desse dossiê foi Ângela Barreto Xavier (coautora do volume dedicado ao rei D. Afonso VI), e ele incluía sete textos e três réplicas. Em registo introdutório e teórico à natureza, estatuto e problemas da biografia histórica como género, António Manuel Hespanha escreveu sobre «O nó górdio da biografia» e Magda Pinheiro sobre «A biografia e as biografias dos Reis de Portugal». Seguiam-se cinco textos nos quais Maria do Rosário Morujão analisava os volumes dedicados aos reis da 1.<sup>a</sup> Dinastia, António Camões Gouveia analisava os volumes dedicados aos

Que tenha sido um Centro de Estudos que não é de história a produzir uma das obras mais marcantes da moderna historiografia portuguesa é um feito notável para o CEPCEP. Mas a ironia é só aparente. Enquanto disciplina humanista, a história foi sempre, desde a fundação do género, um “estudo de cultura”. E sem menosprezo por todas as outras manifestações da existência humana, singular ou coletiva, nos mais diversos contextos tratáveis pela investigação científica – e tratados pelos estudos e projetos que preencheram a agenda do Centro – as *Biografias dos Reis de Portugal* celebraram e sublinharam uma certa visão e missão do CEPCEP, enquanto unidade vocacionada para o conhecimento de um povo, de uma língua e de uma cultura cujos oito séculos de existência assim foram passíveis de revisitação, sob aquela forma de uma narrativa política concatenada em torno das vidas e obras dos monarcas portugueses.

---

reis da 2.<sup>a</sup> Dinastia, Federico Palomo analisava os volumes dedicados aos reis da 3.<sup>a</sup> Dinastia, e José Pedro Paiva e José Miguel Sardica analisavam os volumes dedicados aos reis da 4.<sup>a</sup> Dinastia, o primeiro tratando as figuras régias de D. João IV a D. José e o segundo as figuras régias de D. João VI a D. Manuel II (o volume sobre D. Maria I não foi analisado por falha involuntária da redação da revista). A fechar, os autores dos estudos sobre D. João IV, D. José e D. João VI tiveram a faculdade de comentar a recensão elaborada sobre os “seus” reis (v. AA.VV., 2009, pp. 217-286).

---

## As atividades formativas, a prestação de serviços e as consultorias do CEPCEP

Como Centro de Estudos de escopo teórico abrangente e de atuação multidisciplinar, o CEPCEP foi sempre uma unidade muito eclética e muito diversificada. Por isso, a sua obra, acumulada e sedimentada ao longo de mais de três décadas, não é classificável numa só categoria. No capítulo anterior, ficou feita uma recensão global à produção e divulgação da investigação científica do Centro; neste capítulo abordar-se-ão as suas atividades formativas, a prestação de serviços e as consultorias. Como é fácil imaginar-se, a divisão entre uma e outra dimensão – a mais teórica, de produção de conhecimento original, e a mais prática, de extensão, ligação e serviço à sociedade em geral – não é estanque, não só porque o Centro sempre assumiu as duas em simultâneo, mas também porque muitas iniciativas incorporaram teoria e prática, investigação científica e *outreach*, combinando enfoques e metodologias que criaram produtos híbridos. Só um olhar mais atento, e mesmo assim subjetivo, permite tratar em abordagens separadas o que, em muitos casos, o Centro realizou como um todo.

Quando o CEPCEP nasceu, a cultura universitária portuguesa era diferente daquela que existe hoje. Apesar de o processo de massificação do Ensino Superior já estar em curso na década de 1980, as universidades eram ainda espaços relativamente fechados aos estímulos da sociedade em geral. De dentro para fora, queria-se chegar ao estrato da juventude em idade de frequentar estudos universitários. O diálogo, mais alargado, com o todo da sociedade e da comunidade exteriores – organizações, empresas, decisores políticos e técnicos, parceiros para inovação e nichos de mercado, outros públicos nacionais ou internacionais – estava apenas

a começar. Ao lado do ensino, que deixara já de ser “magistral”, mas que ainda estava longe da lógica da aquisição de competências introduzida pelo sistema de Bolonha, a investigação feita nas humanidades e nas ciências sociais ainda era de cunho muito teorizante ou de fôlego e ritmo de trabalho porventura não compagináveis com mecanismos de transferência e de aplicabilidade prática do conhecimento hoje prescritos à academia, a benefício da sua competitividade.

Se é verdade que os ritmos e o “foco” da vida universitária não eram os de hoje, não significa isso que a ligação das universidades ao mundo existente fora dos seus muros não fosse já um desafio a equacionar. Nos artigos dos Estatutos da Universidade Católica Portuguesa que definem a sua “natureza”, “finalidades” e “princípios enformadores”, pode ler-se, como sempre se leu desde o início, que à UCP compete – para lá da missão específica da investigação e do ensino superior – “a realização de atividades de extensão universitária”, “a inserção na realidade portuguesa”, sobretudo pela “preparação de quadros para a sociedade, mediante a adequada formação científica, profissional e deontológica inspirada na doutrina social da Igreja”, e, em geral, a prestação de serviços “à comunidade, quer local, quer nacional ou internacional”<sup>47</sup>. “Para atingir os seus fins”, precisam os Estatutos, “a UCP promoverá, além das normais atividades de ensino e investigação, cursos e outras iniciativas de formação permanente e de extensão universitária”; e para tal poderá “celebrar acordos com Universidades e outras instituições culturais e de investigação, portuguesas e estrangeiras, designadamente para intercâmbio de docentes e investigadores, utilização comum dos instrumentos de trabalho, colaboração em estudos e realização de projetos de caráter científico e cultural”<sup>48</sup>.

Também os Estatutos do CEPCEP incorporaram desde o início este entendimento. Várias das alíneas do seu art.º 3.º mostram como o Centro foi pensado, desde as suas origens, combinando a dimensão da investigação e produção de conhecimento “pura” à sua aplicação prática, em múltiplas atividades de extensão, através de convénios, parcerias ou redes de parceiros exteriores, em Portugal ou no estrangeiro. Eram, assim, seus objetivos “apoiar trabalhos de campo”, “promover e apoiar a especialização de investigadores”, “colaborar na organização de cursos”, de formação ou especialização técnica e, no geral, “prestar serviços por si só ou em

<sup>47</sup> Estatutos da Universidade Católica Portuguesa, art.º 3.º, alíneas d), g) e h), e art.º 4.º V. <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Reitoria/Estatutos%20UCP.pdf>.

<sup>48</sup> *Ibidem*, arts. 10.º e 11.º.

regime de colaboração”<sup>49</sup>. O CEPCEP nunca se limitou a estudar, a pensar e a escrever em circuito fechado e elitista, intrauniversitário. Inicialmente com a lusofonia, hoje imerso numa cultura universitária de internacionalização prática em rede, o Centro foi sempre um ator em vários palcos – uma rede de conhecimento(s), mas também, dir-se-ia, um *modem*, ou um *router*, agregando, gerindo e respondendo a diversas preocupações, focos e públicos. O seu sentido evolutivo foi, aliás, o do alargamento da agenda temática, o da abertura a novas solicitações, o do crescimento do escopo de ação, acompanhando, e por vezes até antecipando, os rumos da realidade extra universitária.

Um olhar global sobre as atividades formativas, a prestação de serviços e as consultorias levadas a cabo pelo CEPCEP revela aspetos formais e semânticos interessantes. Em mais de trinta anos de história, o Centro desenhou cursos de formação customizados para diversas faixas de públicos e setores profissionais, desenvolveu e/ou divulgou metodologias, aplicações, boas práticas ou casos de sucesso em contexto escolar, empresarial ou organizacional, centrados em dinâmicas pessoais e profissionais de gestão de processos, de conhecimentos e de expectativas. Sobretudo desde o princípio do século XXI, as questões escolares (do ensino e da aprendizagem), profissionais (da evolução das competências, dos sistemas de qualidade e (auto)avaliação, dos portefólios de realizações e do *coaching* de perfis, individuais ou de grupo), e técnicas (como o uso e potencialidades de TIC, novas ferramentas Web, instrumentos de medição e análise de dados), têm ganho um relevo crescente, tecnocratizando o CEPCEP e fomentando, constantemente, a transferência de conhecimento para a comunidade e a sociedade em geral.

Os descritivos das múltiplas atividades levadas a cabo estão repletos de verbos e de ações que a história, a cultura, a literatura talvez não reconheçam como seus definidores primários, mas que são hoje parte de todo o trabalho universitário: “acompanhar”, “ajudar”, “antecipar”, “apresentar”, “avaliar”, “capacitar”, “caracterizar”, “conceber”, “consciencializar”, “cooperar”, “criar”, “diagnosticar”, “dialogar”, “dimensionar”, “desenvolver”, “disponibilizar”, “elaborar”, “especializar”, “formar”, “instruir”, “gerir”, “levantar”, “medir”, “melhorar”, “modular”, “monitorizar”, “preparar”, “priorizar”, “procurar”, “programar”, “projetar”, “propor”, “qualificar”, “quantificar”, “recolher”, “recomendar”, “responder”, “traçar”, etc. Tudo isto o Centro fez e faz, relacionando-se produtivamente com “públicos” e “utentes”, mediante

<sup>49</sup> Estatutos do CEPCEP, art.º 3.º, alíneas c), d), g) e l).

V. <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/CEPCEP/Estatutos.pdf>.

“indicadores” e “ferramentas”, “inquéritos” e “processos”, “fluxos” e “trajetórias”, “perfis” e “consumos” – num universo de serviços propostos e prestados, encomendados e desenvolvidos, que incorporam investigação retrospectiva e cenários prospetivos.

A extraordinária maleabilidade e flexibilidade do CEPCEP permitiu-lhe sempre um ecletismo muito rico, fazendo conviver a preparação de estudos e publicações em áreas do saber e das humanidades tradicionais com a projeção exterior em áreas de ponta das interfaces entre a universidade e os mercados exteriores. E não pode ser omitido que essa, porventura, dispersão foi também ditada pela necessidade quotidiana de o Centro garantir a autossustentação financeira. Não se tratou, neste aspeto, de uma rendição ao conveniente, mas de uma sempre esforçada procura de oportunidades e de financiamentos – nacionais e sobretudo internacionais – sem os quais, aliás, outras atividades menos visíveis, menos impactantes e menos lucrativas teriam de ter sido sacrificadas. E mais uma vez se percebe, por aqui, a mais-valia de um Centro que sempre apostou em ter como membros da Direção académicos e profissionais com um pé na universidade e outro fora, e com uma ampla carteira de contactos e capacidade empreendedora, e em usufruir de uma autonomia científica de ação que foi o alento e o segredo do seu inegável dinamismo.

As primeiras atividades formativas proporcionadas pelo CEPCEP remontam aos tempos iniciais, do lançamento do Centro e da vigência do programa bienal de 1985-1986<sup>50</sup>. Logo em fevereiro de 1984, e sob o patrocínio da Direção-Geral da Família<sup>51</sup>, Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros coordenaram um curso de *Iniciação à Etnografia Portuguesa*. Foram seus objetivos ajudar a constituir “um primeiro grupo de colaboradores do Centro, espalhados por todo o país”, ministrando-lhes formação teórica e prática para futuros trabalhos de campo de “recolha e análise de dados sociais e culturais relativos à transformação das comunidades rurais”. Aos dois formadores da casa juntaram-se nomes como os de Aurélio Correia, Manuel Luís Marinho Antunes, Fernando Micael Pereira, Ernesto Veiga de Oliveira, Maria Beatriz Rocha Trindade ou Benito Martinez. O curso reuniu 37 alunos, com sessões repartidas entre as instalações da UCP e a Casa de Retiros do Bom Pastor, em Lisboa<sup>52</sup>. Com idêntico patrocínio da Direção-Geral da Família, levou-se a cabo um outro curso, de *Iniciação à Meto-*

<sup>50</sup> V. Anexo – Quadro n.º 2.

<sup>51</sup> Conforme se assinalou na I Parte do livro, a Direção-Geral de Família foi a primeira entidade externa, de muitas que se seguiriam, a assinar com o CEPCEP um convénio, ou protocolo de colaboração, logo em maio de 1983.

<sup>52</sup> AA.VV., 1985, pp. 11-13.

*dologia da Investigação*, desenhado à medida das necessidades de uma dezena e meia de técnicos superiores daquele organismo. O curso decorreu durante um mês, entre maio e junho de 1985, reunindo formadores como António Janela, Gabriel Frada, J. Santos Lucas, José Machado Pais, os já referidos Marinho Antunes e Micael Pereira e ainda, pelo CEPCEP, Artur Teodoro de Matos. As temáticas iam desde a “epistemologia e planeamento de investigação” aos modelos de “redação de relatórios”, passando pelas etapas intermédias: “observação livre, sistemática e participante”, “estudos de caso”, “heurística e recolha de documentação”, “análise de conteúdos”, “entrevista e inquérito”, “escalas de atitudes” e “estatísticas”<sup>53</sup>.

Seguiram-se, em 1986, dois outros cursos que não figuravam no programa bienal acima citado – uma prova de como, muitas vezes, a obra realizada e a obra planeada foram diferentes. De janeiro a junho desse ano, decorreu um *Curso de Especialização em ATL*, que visava responder a uma necessidade formativa muito concreta, a saber, a preparação de profissionais com conhecimentos psicopedagógicos dedicados ao acompanhamento dos tempos livres das crianças e adolescentes, num tempo em que eram ainda débeis as respostas e enquadramentos institucionais para os tempos intercalares existentes entre os horários escolares e o termo das obrigações profissionais dos pais. As docentes desta ação foram Berta Peixoto, Cármen Ribeiro, Isabel Carneiro, Maria Carneiro, Maria José Sotto Mayor, Nair Rios Azevedo, Helena Maria Rebelo Pinto (atual coordenadora do Instituto de Ciências da Família da FCH-UCP), e Teresa Costa Macedo (a antiga Secretária de Estado da Família). Em outubro, e numa parceria com o Instituto Nacional de Formação Turística, o foco foi a preparação dos seus monitores e professores, quer na área dos modelos de orientação pedagógica e da psicologia da formação, quer na área do ensino assistido por computador e por meios audiovisuais.

A formação *in-company*, ou formação profissional dedicada, prosseguiu depois em 1990 e 1992, com a realização de um *Curso para Professores Cooperantes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* e de um *Curso de Formação para Jornalistas*. O primeiro foi ministrado em extensão, em Vila Nova de Gaia, por Adalmiro Castro, a uma trintena de professores selecionados para trabalhar provisória ou permanentemente num dos PALOP. Pela sua experiência acumulada em assuntos africanos, o CEPCEP queria assim contribuir para melhorar tanto a qualidade pedagógica quanto a qualidade humana e ética dos docentes que iriam

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, pp. 87-88.

trabalhar naquele continente<sup>54</sup>. O segundo foi realizado no outono de 1992, na sequência de uma encomenda do Presidente do CEPCEP (que era também, ao tempo, Presidente e CEO do canal de televisão TVI, em fase de preparação), a Manuel Braga da Cruz, para que este concebesse e dirigisse um curso a ministrar a uma meia centena de jornalistas, dos quais 26 viriam a ser depois escolhidos para ingressar nos quadros da TVI. Conforme notícia divulgada à imprensa, pretendia-se “oferecer um curso a um tempo teórico e prático onde, a par da aprendizagem das modernas técnicas e tecnologias da televisão, os jovens jornalistas pudessem debater importantes questões contemporâneas – políticas, sociais e culturais”<sup>55</sup>. A parte teórica teve a colaboração de quatro dezenas de especialistas nacionais e estrangeiros, enquanto a formação prática ficou a cargo de uma equipa de técnicos especializados da Antena 3 de Espanha.

A viragem do século foi um tempo especialmente intenso na oferta de cursos de formação no domínio da cooperação com Timor-Leste. Antiga possessão colonial portuguesa no extremo sueste da Ásia, Timor estava em pleno processo preparatório da sua independência e constituição oficial, depois dos (longos) anos de ocupação indonésia. A formação de quadros em todos os setores profissionais locais era uma urgência e o CEPCEP foi uma das instituições portuguesas que mais se envolveu nessa causa – aliás, e como adiante se verá, até aos dias de hoje. Entre janeiro de 2000 e setembro de 2002, sucederam-se nada menos do que seis *Cursos de Formação de Cooperantes para Timor* e dois *Cursos Intensivos de Português para Timorenses*, todos eles solicitados e acompanhados pelo Comissariado de Apoio para a Transição de Timor-Leste ou pelo Instituto da Cooperação Portuguesa. Com os cooperantes, na sua maioria profes-

---

<sup>54</sup> Num certo sentido, este *Curso para Professores Cooperantes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, em 1990, foi a concretização, em moldes renovados, de uma iniciativa já planeada para o biênio de 1985-1986, mas que não se efetivou na altura, intitulada *Curso de Formação de Cooperantes*, em resposta a uma encomenda provinda do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no tempo em que o titular da pasta era Jaime Gama. O curso teria 105 horas divididas em três módulos de 35 horas cada, um sobre «Introdução ao Continente Africano», outro sobre «Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa» e um último sobre «A Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa», combinando matérias várias, de história e cultura, população e demografia, economia e sociologia, organização política e quadro legal de atuação do cooperante (v. AA.VV., 1985, pp. 85-86).

<sup>55</sup> Arquivo CEPCEP, C UCP 2, 1989-1992. Em outubro de 1992, a reformulada Faculdade de Ciências Humanas da UCP iniciou a lecionação do 1.º ano da licenciatura em Comunicação Social e Cultural, cujo desenho científico, combinando uma formação cultural e política de banda larga com a preparação técnica especializada dos alunos, futuros profissionais, era exatamente o praticado pelo curso do CEPCEP.

sores de ensino secundário de partida para Díli, mas também militares e sacerdotes, as matérias abordadas contemplavam a língua e a literatura, a história, a antropologia, os usos, costumes e cultos locais; no caso dos cursos intensivos de português, os destinatários eram sacerdotes ou seminaristas timorenses que faziam a viagem em sentido contrário, ou seja, que pretendiam residir em Portugal durante algum tempo.

Também em 2002, e em duas edições (abril-maio e outubro-dezembro), o CEPCEP levou a cabo o *Programa Aberto de Formação de Pais*, com a colaboração de diversos especialistas nas diversas áreas das ciências da educação: Paulo Louro, Maria Emília Nabuco, Maria José Rego, Fátima Perloiro ou Ana Carita. O público destinatário não era apenas constituído por pais de alunos em idade escolar, mas por diversos agentes educadores, com crianças a seu cargo, colocados em diálogo e partilha de experiências orientada. A vertente dos cursos e conferências com uma dinâmica formativa para fora só regressou ao CEPCEP, e de forma esporádica, com uma iniciativa levada a cabo em 2010, e intitulada *Dia da História*. Tratou-se de um concurso nacional de trabalhos de recriação de factos da História de Portugal feitos por grupos de alunos do ensino secundário, por iniciativa conjunta da revista *Fórum Estudante*, do Ministério da Educação, da Câmara Municipal de Lisboa (EGEAC) e da Associação de Professores de História, a que o CEPCEP se juntou, como parceiro científico, através de Artur Teodoro de Matos e de João Paulo Oliveira e Costa.

Pela sua própria natureza, os congressos e seminários levados a cabo pelo Centro foram quase sempre iniciativas de produção ou divulgação de investigação científica – e por isso já tratados no capítulo precedente. Mas, na sua lista, constam, ainda assim, duas iniciativas, distantes onze anos no tempo, enquadráveis dentro da prestação de serviços<sup>56</sup>. Em 1986, a pedido da Associação de Pedagogia Infantil, Mário Lages, Luís Caeiro e António Carrilho Ribeiro ministraram um seminário de *Formação para Professores da Escola de Educadores de Infância*, providenciando sínteses atualizadas sobre os valores culturais na tradição portuguesa, os valores da juventude na sociedade portuguesa contemporânea e o conceito de educação como processo filosófico de fundamentação identitária do ser. Em 1997, sob o título *Às 6 da Tarde*, decorreu, durante algumas semanas, uma série de pequenos encontros-seminários (realizados em colaboração com a Associação de Professores para a Educação Intercultural, APEDI), sobre temas ligados ao diálogo intercultural como ferramenta de entendimento entre

---

<sup>56</sup> V. Anexo – Quadro n.º 3.

povos transfronteiriços e grupos sociais (con)vivendo no mesmo território nacional.

Por contraste com os congressos e seminários, a longa lista dos estudos e consultorias realizados pelo CEPCEP é dominada por iniciativas de prestação de serviços, em resposta a necessidades detetadas ou encomendas várias do mercado e de entidades externas e, mais recentemente, por inserção do Centro em grandes projetos internacionais em rede nas macro áreas de educação, formação e *skills anticipation*, condições, competências e cenários de emprego ou inclusão social e cidadania, todas elas de vanguarda e financiamento competitivo<sup>57</sup>.

Essa realidade começou a ser visível logo na segunda metade da década de 1980, por virtude da estreita ligação existente entre o Ministério da Educação e o CEPCEP. Roberto Carneiro fora no passado, recorde-se, Diretor-Geral e Secretário de Estado da Educação, nunca tendo perdido contactos com a tutela. Em 1987 tornar-se-ia Ministro da Educação. Acresce a isto que Portugal tinha acabado de aderir à CEE (depois UE), e, ao lado dos “melhoramentos materiais” com que o Primeiro-Ministro e os seus Ministros do Planeamento, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações entusiasmavam o país, os titulares da Educação, do Emprego e Segurança Social e da Juventude tentavam fomentar os “melhoramentos morais”, ou seja, a preparação do capital humano que um dia iria ser chamado a gerir o progresso do Portugal europeu. A produção de estatísticas, de indicadores ou de reformas estava na ordem do dia; havia que conhecer melhor para agir e havia que começar a rever velhas estruturas estatais dos tempos pré europeus.

Iniciada em 1986, nos tempos do Ministro João de Deus Pinheiro, acelerada quando Roberto Carneiro chegou à 5 de Outubro, e apenas terminada em 1991, o CEPCEP levou a cabo, desde logo, uma consultoria permanente com vista à reorganização dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, como importante instrumento preparatório da Reforma do Sistema Educativo. A tarefa foi realizada por um grupo alargado de especialistas, dirigido por João José Fraústo da Silva. Em 1987, e na sequência da aprovação de Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional, o Ministério da Educação encomendou ao CEPCEP um estudo sobre o *Perfil Cultural Desejável do Jovem Diplomado Português no Termo da Escolaridade Secundária*. Do que se tratava era de fazer *benchmarking*: no final do ciclo de estudos fundamental (12 anos curriculares), o aluno português estava pior, de forma idêntica, ou melhor preparado do que o seu congé-

---

<sup>57</sup> V. Anexo – Quadro n.º 4.

neres europeus? E apurada a sua posição relativa, importava então definir que componentes, conhecimentos, competências e exigências deveriam informar o perfil do jovem português à saída do ensino secundário, para que ele pudesse ter uma compreensão crítica e global da sociedade e do mundo, no momento da transição para a vida adulta ou para o prosseguimento de estudos superiores antes do ingresso no mercado de trabalho. A equipa que pensou e levou a cabo o trabalho, como documento para debate público, foi liderada por Roberto Carneiro<sup>58</sup>, e integrava Pedro da Cunha, Guilherme d'Oliveira Martins, Mário Pinto, Eduardo Prado Coelho e Odete Valente, tendo agregado a si, em vários momentos do percurso, outros importantes nomes da sociedade portuguesa de então.

As políticas de cooperação africana do Ministério da Educação renderam ao CEPCEP mais um trabalho de consultoria, também levado a cabo entre 1987 e 1991, numa parceria alargada com a PARTEX e o Banco Africano de Desenvolvimento: foram os *Estudos Pedagógicos e Técnicos para a Reabilitação das Escolas Primárias, Secundárias e Normais de São Tomé e Príncipe*. O objetivo era o de realizar o planeamento educativo e a reforma dos programas a aplicar localmente, sem esquecer a preparação dos suportes técnicos, infraestruturais e logísticos com que era igualmente preciso dotar o aparelho escolar de São Tomé e Príncipe.

Em 1993, oriundos do Ministério do Emprego e da Segurança Social e da TVI, chegaram ao CEPCEP duas encomendas. No primeiro caso, o Departamento de Estatística do Ministério pediu um estudo alargado sobre as condições de trabalho (segurança, higiene e saúde), nos setores da Agricultura, Indústria, Serviços e Administração Pública. O Centro aceitou o repto e entregou a Manuel Braga da Cruz, João Carlos Freire e José de Oliveira Garcia a coordenação desse estudo, onde era forte a componente da sociologia do trabalho e das organizações. No segundo caso, o novo canal privado de televisão portuguesa, procurando posicionar-se no mercado, quis um estudo sobre *Comportamentos Televisivos*, com o objetivo de traçar perfis de telespetadores, por sexo, idade, nível educacional, nível socioeconómico, ocupação profissional, local de residência e padrão de ocupação de tempos livres, e assim poder responder de forma mais adequada às preferências e gostos de consumo televisivo segmentado. A coordenação deste trabalho foi entregue a Mário Lages, que acu-

---

<sup>58</sup> Dado a circunstância de Roberto Carneiro ter sido convidado, no verão de 1987, a integrar o governo PSD de Aníbal Cavaco Silva como Ministro da Educação, não é impossível imaginar-se que tenha sido este trabalho, de largo fôlego e importância – somado à sua experiência passada no Ministério –, a catapultá-lo para o lugar, sucedendo a João de Deus Pinheiro, o Ministro que tinha encomendado o estudo ao CEPCEP.

mulava então as funções de vogal do CEPCEP e de membro da Direção do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) da UCP, unidade à qual o CEPCEP entregou a tarefa de realizar e tratar informaticamente os inquéritos por amostra necessários para o apuramento de conclusões e recomendações. A parceria TVI-CEPCEP-CESOP, o mesmo é dizer, a ligação entre Roberto Carneiro, Mário Lages e Jorge Cerol prolongou-se na encomenda, realização e estudo de uma sondagem semanal para o programa «Referendo», que aquele canal televisivo manteve no ar durante o ano de 1993.

A estreia europeia do CEPCEP em estudos de aplicação prática ocorreu com o projeto *Mediakids*, desenvolvido entre 1998 e 2000. Foi um trabalho financiado pela Comissão Europeia e liderado, em rede, pela Universidade de Barcelona, que introduziu o Centro na área de vanguarda das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das aplicações multimédia (a internet chegara a Portugal poucos anos antes), no estrato etário da infância e da adolescência (hoje tratado sob a designação de “nativos digitais”). Com a Direção-Geral do Emprego e da Formação Profissional seguiram-se, em 1999 e 2000, relatórios diagnóstico sobre *A Caracterização dos Desempregados Não Inscritos nos Centros de Emprego* e sobre os *Desajustamentos entre Ganhos e Habilidades na Economia Portuguesa*, o primeiro realizado por Mário Lages, o segundo por uma equipa liderada por Roberto Carneiro, integrando Artur Vieira Fernandes, Maria do Céu Godinho e Pedro Conceição – que passaria a integrar a Direção do Centro na remodelação diretiva operada no verão de 2001. Enquanto este último trabalho se prolongaria num outro estudo, da mesma equipa, acerca dos *Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa (2000-2002)*, as temáticas do emprego ganhariam, nos anos seguintes, uma centralidade evidente na prestação de serviços do CEPCEP.

Entre 2001 e 2007-2008, um conjunto de entidades várias atuantes naquele setor – a Direção-Geral do Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Observatório do Emprego e da Formação Profissional, o Departamento de Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho (MSST) e, por último, os organismos ligados à implementação da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal – encomendaram ao CEPCEP nada menos do que uma dezena de estudos estatísticos e/ou qualitativos sobre o mercado laboral português, as suas necessidades e perspectivas de evolução. O Centro começou com os *Cenários do Emprego em Portugal* em 2001 e em 2002, ao mesmo tempo que fazia uma *Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia de Emprego no Mercado de Emprego em Portugal*, um exercício

econométrico coordenado por Roberto Carneiro e realizado por Carlos Liz, Luís Fazendeiro, Manuel Pisco e Pedro Conceição, coadjuvados por uma equipa de aferição qualitativa constituída por Carla Ganito, Lourenço Carvalho e Mário Lages. Em 2003-2004, o Centro elaborou novos *Cenários do Emprego em Portugal*, um *Barómetro Mensal do Desemprego/Emprego* (repetido depois em 2004-2005) e ainda, para a monitorização deste barómetro, um *Sistema Permanente de Indicadores de Alerta*. Em 2005, Roberto Carneiro liderou a *Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal* (uma atualização do exercício realizado quatro anos antes), e uma *Avaliação do Impacto do PNE/EEE sobre a Criação Líquida de Emprego*, ambos com uma equipa de peritos constituída por André Correia de Almeida, António Fazendeiro, Lourenço Xavier de Carvalho, Luís Fazendeiro, Margarida Abecasis, Manuel Pisco e Pedro Carneiro.

A década compreendida entre 2001-2002 e 2011-2012 foi a mais produtiva da história do CEPCEP em termos de estudos e projetos de prestação de serviços e de consultoria, conferindo ao Centro visibilidade e reputação institucionais acrescidas e alguma solidez financeira, não obstante um ou outro sobressalto, quando a carteira de iniciativas abrandava ou os parceiros minguavam. A diversificação das temáticas foi então nota dominante. Aos trabalhos sobre economia e empregabilidade somaram-se incursões nas áreas da educação, das migrações e inclusão social, do apoio domiciliário e do mercado imobiliário lisboeta e até da (imagina-se rentável) indústria farmacêutica!

Joaquim Azevedo, António Fonseca, Jorge Teixeira Pinto, Paula Casaca e Paula Silvestre coordenaram, com o PRODEP, uma *Avaliação Específica às Ações Saber + Educação ao Longo da Vida*, em 2002-2003. Quatro anos volvidos, em 2006-2007, Mário Lages, com Carlos Liz e a equipa técnica do CESOP, fizeram, em *Os Estudantes Portugueses do 12.º ano Face à Leitura*, um ponto de situação, a partir de uma amostra de c. 24000 alunos, dos hábitos, gostos e frequências de leitura de vários estratos escolares da infância e da adolescência, contradizendo a ideia-feita de que os estudantes portugueses liam pouco e contribuindo para uma afinação de políticas seguidas pelo Plano Nacional de Leitura. Em 2004, uma encomenda do Ministério da Segurança Social e Trabalho solicitou ao Centro que averiguasse *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal*, para que o diagnóstico dessas trajetórias profissionais e demográficas pudesse informar tomadas de posição de empresas, decisores políticos e indivíduos.

A cidade de Lisboa, realidade social urbana complexa, também foi objeto de estudo. Em 2004, um consórcio integrado pela Santa Casa da

Misericórdia da capital, pelo Centro de Estudos de Serviço Social da UCP, pela APEME e pelo CEPCEP diagnosticou a *Situação, Evolução e Desafios do Apoio Domiciliário na Cidade de Lisboa*, no mesmo ano em que a EPUL e a Câmara Municipal pediram o apoio do Centro para uma monitorização do *Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*. Em 2005, a Santa Casa da Misericórdia quis prolongar o estudo do ano anterior, preparando com o CEPCEP um modelo viável de apoio domiciliário que promovesse, nos estratos etários mais velhos, a autonomia e a vida em sociedade, e que auditasse e aconselhasse, ao mesmo tempo, as estratégias de liderança seguidas pela SCML nas políticas promotoras da inclusão social intergeracional no espaço urbano. Em 2001 e 2002, finalmente, em colaboração com a Astra-Zeneca e o Infarmed, o Centro mobilizou recursos para dois trabalhos de cenarização do desenvolvimento da indústria farmacêutica no médio prazo e de avaliação – económica e de impacto social – do *Sistema de Participação de Medicamentos*.

Este tipo de assessoria empresarial, de capacitação informativa para afinação de estratégias e decisões, foi um nicho que teve seguimento com os mais diversos interlocutores. Em 2007, o CEPCEP e a APEME traçaram para o INATEL o *Perfil do Sócio Individual* e o *Perfil do Sócio Coletivo*, ajudando o Instituto a conhecer melhor os seus associados e a adaptar de forma mais eficaz a sua oferta de serviços ao tipo de procura dos utentes. Um mesmo modelo de análise em profundidade para conhecimento dos efeitos práticos de uma política ou produto/serviço foi o pedido pela Edenred acerca dos *Impactos da Titularização do Subsídio de Refeição*, realizado em 2011. O estudo, levado a cabo por Fernando Chau (vogal da Direção do Centro desde 2010), concluiu que, tanto do ponto de vista do emprego, como da fiscalidade e do consumo, a titularização do subsídio (e não o seu pagamento em numerário) oferecia significativas vantagens de bem-estar social.

A educação, o trabalho e as tecnologias foram os temas interligados de um conjunto de projetos particularmente ativo a partir de 2005. Foi nessa data que se iniciou, para durar dois anos, o programa *B-Sapiens*. Financiado pela iniciativa comunitária *Equal*, e com um título sugestivo, pretendia-se o desenvolvimento de metodologias de formação *on Job*, focadas no melhoramento das dinâmicas pessoais e profissionais de cada indivíduo e enquadradas em processos de gestão do conhecimento organizacional. Em Portugal, o CEPCEP atuava em parceria com quatro outras instituições: o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), que era a entidade coordenadora, o Instituto de Informação, Apoio e Formação Empresarial (IAFE), a Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS), e a *Team*

*Work* Consultores Lda. A equipa mobilizada pelo Centro – Paulo Amaral, Lourenço Xavier de Carvalho, Carla Ganito, Bruno Mendonça, Diogo Afonso e André Xavier de Carvalho – ficou sobretudo responsável pelo desenho, implementação e monitorização dos modelos de e-portefólio, de *coaching* e de ferramentas web para a rede empresarial, sensibilizando os agentes para a adesão a novas metodologias de trabalho e de relação entre a organização e o trabalhador.

Entre 2007 e 2009, no âmbito do Programa Leonardo da Vinci e em consórcio com outros parceiros nacionais, como o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA), o CEPCEP participou no *Avalnet – Training Evaluation and ROI Network*, com foco na avaliação da formação, ou seja, colhendo e disponibilizando informação sobre boas práticas e casos de sucesso na área do retorno de investimento em formação. Tarefa não muito dissemelhante, mas com características de estudo de caso, foi a que o Centro desenvolveu em 2008, a pedido do Instituto Nacional de Administração, sobre *A DGCI em 2004-2007. Casos Paulo de Macedo* (o nome do então Diretor Geral daquele serviço tributário). Uma equipa coordenada por Roberto Carneiro preparou três casos para discussão académica de processos de gestão e decisão em sala de aula.

Também em 2008, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, levou-se a cabo um estudo sobre as *Necessidades de Mão-de-Obra Imigrante em Portugal e sua Evolução a Curto Prazo*, destinado a dimensionar e a publicitar o contingente previsível de oportunidades de emprego no continente e regiões autónomas no curto prazo. Para a mesma entidade, mas já em 2009, estudou-se – não apenas para os imigrantes, mas para a população nacional ativa em geral – o *Dispositivo de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano*, recorrendo a modelos econométricos que estudavam a questão da procura e da oferta de qualificações no mercado de trabalho, e igualmente o problema da oferta de competências e do seu necessário apuramento para estimular a empregabilidade. Dois dos nomes fortes que trabalharam com Roberto Carneiro neste projeto – definível como de cenarização de competências – foram Ana Cláudia Valente e Fernando Chau, que um ano volvido entrariam como vogais para a Direção do CEPCEP.

Em 2009-2010, dois outros estudos produziram diagnósticos especializados para o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e para a Associação Empresarial Portuguesa. No primeiro caso tratava-se de construir um *Observatório do Plano Tecnológico da Educação*, para o acompanhamento da execução, no terreno, desse mesmo plano, sobre-

tudo no tocante aos fatores críticos de sucesso ou de insucesso na integração das TIC em processos de ensino e de aprendizagem. No segundo caso, o objetivo era avaliar o desenvolvimento e o reconhecimento da realidade da aprendizagem informal num universo selecionado de PME.

A primeira destas duas iniciativas veio estimular, desde 2010 até 2013, um reforço de experiência e de ação do CEPCEP no âmbito do estudo e oferta de ferramentas e conteúdos digitais para os processos de ensino e de aprendizagem e para a identificação de prioridades em termos de qualificações. Assim, e na sequência do Observatório montado para o Ministério da Educação e acompanhando a aposta governamental no apetrechamento tecnológico das escolas, o CEPCEP concebeu, em 2010, um *Plano de Dinamização da Oferta de Conteúdos Digitais K-12*, destinado a ajudar as direções dos estabelecimentos de ensino e os próprios docentes a escolherem de forma mais crítica e seletiva os recursos digitais para uso na sala de aula, incrementando a efetiva utilização das TIC nos processos de ensino e aprendizagem dos jovens. Nesse mesmo ano, o CEPCEP passou a integrar um largo projeto europeu, que agregou em rede diversas universidades europeias e a UNESCO, intitulado *OPAL – Open Quality Initiative*, e integrado no *Lifelong Learning Programme* comunitário. O foco científico continuava a ser o dos processos de ensino e de aprendizagem, mas agora centrados na formação de adultos e de ensino superior. A iniciativa – de que o CEPCEP era o único membro nacional – visava proporcionar indicadores de qualidade e ferramentas de autoavaliação aplicados aos chamados recursos OEP («*Open Educational Practices*»), facilitando a sua utilização por parte de estudantes, profissionais de ensino e até chefias organizacionais e decisores políticos. Em 2011-2013, em parceria com a Quaternaire Portugal, o CEPCEP apresentou candidatura ao POAT/FSE para a realização de um estudo, intitulado *Avaliação Regional das Necessidades de Qualificação*, que pretendia identificar prioridades regionais de formação de qualificações no curto e médio prazo. Finalmente, entre 2014 e 2015, o projeto *GREENET – Euro network supporting innovation for Green Jobs*, juntou o Centro a vários institutos de formação europeus, sob a liderança do *Ministry of Labour, Social Protection and Elderly* romeno, usufruindo de financiamento comunitário. O seu objetivo geral foi a promoção de uma “economia verde” num mercado de trabalho em mudança, estreitando colaborações entre atores públicos e privados e reduzindo assim a distância, ainda sentida, entre a oferta e a procura de empregos nos setores da eletricidade e do gás, tudo culminando na elaboração, em vários países, de recomendações para políticas públicas especializadas.

Em todos, ou quase todos, os projetos de prestação de serviços ou consultoria dedicada deste *cluster* de educação, trabalho e tecnologia, Roberto Carneiro foi a figura dinamizadora, coordenando ou acompanhando de perto. E não restam dúvidas de que a renovação da Direção do Centro operada em 2010 – a entrada de Ana Cláudia Valente, Fernando Chau, José Manuel Seruya e Verónica Policarpo – contribuiu bastante para essa centragem do CEPCEP nesta área. Foi, também, o tempo em que a crise internacional e a consequente diminuição de possíveis financiamentos nacionais obrigou o Centro a ser especialmente criativo em novas ideias e nichos, na antecipação de necessidades que, levadas a interlocutores identificados, os cativassem para trabalho conjunto.

Mas outros temas conviveram com aquele, dir-se-ia, *mainstream*. Ainda em 2007-2008, por solicitação do Instituto Nacional de Administração (INA), e em parceria com a APEME, executou-se um estudo sobre *O Papel da Administração Pública na Sociedade e na Economia Portuguesas*, destinado a auscultar que perceções o público utente tinha dos serviços da administração central e dos seus dirigentes. Já em 2009-2011 e em 2012, registaram-se importantes incursões em áreas tipificáveis como de ciências da família e gerontologia. A Associação Portuguesa de Família Numerosas solicitou ao CEPCEP duas ações sob o título geral de *Conciliação Entre a Vida Familiar e o Trabalho Pago*. Uma visava desenvolver diagnósticos organizacionais para cinco instituições escolhidas, beneficiárias de esquemas de geminação trabalho-família; a outra, a conceção e acompanhamento da implementação de uma ferramenta de base para colher resultados da observação sociológica e económica feita. Por seu turno, o Conselho Económico e Social encomendou um estudo sobre *Envelhecimento da População Portuguesa: Dependência, Ativação e Qualidade*, com metas claras: avaliar o fenómeno e o impacto do envelhecimento populacional português (um dos mais acentuados em toda a Europa); identificar a tipologia e disponibilidade de serviços pessoais e de proximidade direcionados para a prestação de cuidados domiciliários aos mais idosos; elencar as respostas sociais mais inovadoras, com recurso a estudos de caso realizados com idosos e seus familiares, prestadores de serviços e grupos de peritos na questão do envelhecimento demográfico; finalmente, apurar que potencial impacto positivo haveria na criação de emprego e de novas competências na área social do cuidado gerontológico.

Todas as atividades formativas e, mais ainda, as de prestação de serviços e consultorias – proactivas, na antecipação de necessidades e no arrolamento de parceiros, ou reativas, produzindo saber e instrumentos em resposta a encomendas externas – conferiram ao CEPCEP inegável

visibilidade e reconhecimento, como um Centro de Estudos muito sintonizado com a sociedade e a comunidade em geral, e muito aberto, a partir da sua pertença universitária e católica, a uma colaboração com parceiros externos, como ator nacional e internacional. Não é possível, num exercício de síntese como este, avaliar o retorno epistemológico, financeiro ou reputacional que todo este vasto catálogo de iniciativas trouxe ao CEPCEP ao longo dos anos. No fundo, e em tudo o que fez, o Centro foi um importante agente de políticas públicas, contribuindo para lhes dar lastro de conhecimentos e para as levar a cabo, nas mais diversas sedes e aplicações. Das universidades para a sociedade, a transferência de conhecimentos é exatamente isto: ajudar decisores que precisam de agir a atuarem melhor, de forma mais informada e mais eficaz. Desde os primórdios, mas de maneira mais intensiva em anos mais recentes, o CEPCEP foi o protótipo de um *think tank* – e que do pensamento sempre partiu para o diálogo e para a ação, sem pré-conceitos políticos ou alinhamentos ideológicos exclusivos.

Não é fácil eleger como mais importante uma determinada prestação de serviços em detrimento de outras em toda a história do Centro. Ainda assim (e como se fez no capítulo precedente), vale a pena dedicar menções especiais a três projetos ou estudos de largo fôlego, levados a cabo em datas relativamente recentes, que foram outros tantos extraordinários serviços desta pequena unidade universitária ao saber e ao fazer nas suas aceções mais amplas, e outras tantas formas, bem pragmáticas, de assegurar, em formato plurianual, parte substancial das necessidades de faturação e autofinanciamento do Centro.

Está sem dúvida nesta categoria, até pelo significado político que o rodeava, o estudo realizado, entre 2008 e 2011, da *Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades*. O Programa, ou Iniciativa, Novas Oportunidades foi uma das maiores bandeiras da governação socialista de José Sócrates a partir de 2005, tendo produzido um salto qualitativo e quantitativo nos níveis de escolaridade e de certificação de competências profissionais em Portugal. O princípio geral desta política – que, aliás, nascera antes de 2005 – assentava em dois eixos: por um lado, a disponibilização, aos alunos do Ensino Secundário, de cursos profissionalizantes que lhes permitissem a continuação de estudos depois de terminado o 9.º ano; por outro lado, o reconhecimento e certificação, para aqueles portugueses que nunca tinham tido hipóteses de estudar ou cuja carreira escolar fora cedo interrompida, da experiência e das competências profissionais acumuladas durante a vida. Para este último segmento, existiam já constituídos os chamados Centros RVCC (de “Reconhecimento, Validação e Certificação

de Competências”). Quando o PS chegou ao governo, essas estruturas foram profundamente reestruturadas e passaram a designar-se “Centros Novas Oportunidades”, ganhando um maior relevo e impacto ao nível da educação dos adultos. A nova política seguida alargou as competências do RVCC da certificação ao nível do 6.º ano para o 9.º e 12.º anos, com idêntico valor ao dos certificados do ensino regular. O programa suscitou enorme adesão pública, tanto que, em 2010, estavam em funcionamento cerca de 460 Centros Novas Oportunidades em todo o país, por onde já tinham passado quase um milhão de alunos adultos, 400 mil dos quais obtiveram certificação escolar e equivalência ao nível do ensino básico ou secundário.

Dos dois eixos das Novas Oportunidades – o da continuidade dos estudos para os jovens no termo do 9.º ano, e o do reconhecimento de competências para adultos – o CEPCEP foi chamado a intervir no segundo eixo, o dos adultos. Em 2008, os Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social e da Educação encomendaram ao Centro um estudo que fizesse uma avaliação externa do “Eixo Adultos” das Novas Oportunidades, do ponto de vista do seu funcionamento, atores, resultados e impactos. Não se tratou de um estudo ROI (“*return on investment*”), ou seja, de uma apreciação à relação custo/benefício, para se apurar se o investimento público naquela iniciativa tinha, ou não, valido a pena, em termos de “*value for money*”. O que interessava aos decisores políticos, e foi esse o foco de trabalho do CEPCEP, era avaliar que ganhos de capital pessoal o programa conferira aos que por ele tinham passado, ou seja, de autopromoção individual e de reconhecimento social dos formandos certificados. E, nesse aspeto, o estudo confirmou que tais ganhos tinham sido inegáveis e significativos – o que de certa maneira infirmava as críticas da oposição política e de vários comentadores do espaço público, que acusaram o governo de patrocinar uma via facilitista, distribuindo diplomas sem conferir verdadeiramente aos formandos novos conhecimentos ou competências.

O estudo do CEPCEP foi levado a cabo por uma vasta equipa interdisciplinar, liderada por Roberto Carneiro e por Ana Cláudia Valente. E o conhecimento assim adquirido acerca dos Centros Novas Oportunidades deu ao CEPCEP lastro para um “*spin-off*” da avaliação levada a cabo ao longo daqueles três anos. Aqueles Centros tinham efetivamente criado, pelo seu número e pela sua dinâmica, uma nova classe profissional de formadores, a qual valia a pena rentabilizar, reforçando as valências oferecidas pelas Novas Oportunidades. Assim, em 2011-2012, em parceria com a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), o CEPCEP apresentou

candidatura à Comissão Europeia, e dela obteve financiamento, para a realização de um novo estudo, intitulado *New Opportunities for Learning: Going LLL* (ou seja, “*lifelong learning*”). O objetivo desta ação era partir da realidade dos Centros Novas Oportunidades para conceber Centros de Aprendizagem ao Longo da Vida, destinados à população adulta, melhorando os padrões de qualidade e eficiência educativa de novos e futuros públicos seniores, reforçando a captação de competências e a certificação para o mercado de trabalho e, no geral, fortalecendo redes locais de qualificação e de disseminação de boas práticas.

O projeto *Going LLL* vinha ao encontro das agendas educativas europeias para o setor da educação de adultos, no âmbito da cooperação e coordenação de políticas comunitárias de reforço da qualificação profissional na sociedade do conhecimento – as quais, aliás, estão ainda hoje ativas nos termos da Estratégia Europa 2020. E o CEPCEP pretendeu até ser inovador, porque o modelo de Centro a desenhar, ao mesmo tempo que aumentava a consciência nacional sobre as dinâmicas potenciadoras da aprendizagem ao longo da vida, poderia ser replicado noutros países europeus. Ao longo de um ano, a equipa de Roberto Carneiro e Ana Cláudia Valente, integrando nomes como Rodrigo Queiroz e Melo, Sofia Reis e André Xavier de Carvalho (pelo CEPCEP), a que se juntava a equipa da ANQ, produziram não só o modelo de Centro de ALV (“Aprendizagem ao Longo da Vida”), com base num roteiro de evolução a partir dos Centros Novas Oportunidades, como um guia *e-book* orientador para tais Centros e um seminário final de apresentação e disseminação de resultados, realizado na UCP em fevereiro de 2012<sup>59</sup>.

O governo de José Sócrates tinha sido, entretanto, substituído pelo executivo PSD-CDS de Pedro Passos Coelho. Talvez por razões ideológicas – porque as Novas Oportunidades constituíam uma “marca” política muito forte e muito associada à figura do anterior Primeiro-Ministro –, seguramente por razões financeiras, dado o cenário de austeridade e de resgate internacional vigente, o novo governo encerrou os Centros Novas Opor-

---

<sup>59</sup> O Seminário decorreu no Centro de Congressos de Lisboa e estruturou-se em quatro painéis, intitulados «Viver aprendendo, aprender vivendo», «Centros de aprendizagem ao longo da vida – uma proposta de roteiro para Portugal», «O desenvolvimento de redes locais de qualificação – fatores críticos e sustentabilidade» e «Cidades educadoras – a base de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida». Os oradores e comentadores nacionais foram Roberto Carneiro, Ana Cláudia Valente, Rodrigo Queiroz e Melo e Gonçalo Xufre da Silva (este em representação da ANQ), a que se juntaram oradores internacionais provindos da Rede *MENON – European and Innovation Research Network*, do *Tavistock Institute* e do *Institute for Lifelong Learning* da UNESCO.

tunidades, substituindo-os por novas unidades de formação e certificação de adultos designadas Centros de Qualificação e Ensino Profissional. Na verdade, o que ocorreu foi um progressivo desmantelamento da dinâmica vigente desde 2005, cuja promessa de retoma chegou, entretanto, em 2016, através do programa de Centros Qualifica, que o governo socialista de António Costa quer ver a funcionar em pleno no curto prazo. Nestas condições, o potencial público da iniciativa *Going LLL* do CEPCEP acabou por ficar diminuída, pese embora o agregado de conhecimento, experiência e modelização que foi construído e que permanece à disposição da comunidade e dos decisores políticos do presente e do futuro.

Marcante na vida do CEPCEP e no seu impacto público foi uma outra sua prestação de serviços, enquadrável também no âmbito da definição de modelos educativos, mas sobretudo da inclusão social e das interfaces entre a juventude e a justiça. Tratou-se do *Estudo dos Centros Educativos de Santa Clara e CEMA* da União Meridianos, em 2011, que depois evoluiu também para um estudo mais alargado de *Formação e Investigação nos Centros Educativos da União Meridianos*, entre 2012 e 2013. A União Meridianos é uma entidade sem fins lucrativos, sediada na Andaluzia, em Espanha, mas com delegação em Portugal, cujo objetivo central é o desenvolvimento de programas e serviços, preventivos ou de intervenção (formação educativa, laboral e social) dirigidos a jovens em risco de exclusão social ou já caídos na alçada da justiça. Entre abril e julho de 2011, Roberto Carneiro, Rodrigo Queiroz e Melo, José Manuel Seruya e Henrique Joaquim (este último docente da licenciatura em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas da UCP), trabalharam na caracterização dos contextos e processos educativos utilizados nos dois Centros da União Meridianos existentes em Portugal, um localizado em Vila do Conde, outro na Madeira, para otimizar procedimentos e conteúdos, garantindo, no futuro, uma mais fácil e mais produtiva integração daquela população alvo na sociedade.

O trabalho com a União Meridianos não tardou a passar dos formandos para os formadores. Em 2012-2013, aquela mesma equipa, alargada com a inclusão de Fernando Ilharco, Ana Costa Cabral e Vera Duarte, dedicou-se a duas frentes. Uma era mais prática, e visava proporcionar um maior desenvolvimento pessoal e profissional aos coordenadores e técnicos superiores dos Centros Meridianos, reforçando os seus níveis de eficácia, de autossatisfação e de partilha e circulação de conhecimentos. Outra era mais teórica e verteu-se num trabalho de investigação sobre as dimensões de ação e prevenção da delinquência juvenil em Portugal. Partindo de uma inventariação das políticas preventivas existentes (e da

sua relativa escassez), investigou-se de seguida a relação entre as formas de delinquência e a aplicação de medidas tutelares educativas para a sua correção – utilizando o Centro de Vila do Conde como estudo de caso ilustrativo da realidade do Grande Porto – chegando-se à questão do *follow up* e dos estudos de reincidência com os/as jovens que estavam a cumprir programas de reinserção social nos Centros educativos da União Meridianos. A dinâmica criada foi tão rica que a equipa do CEPCEP acabou por estender a sua operação e observação à própria Andaluzia e aos CIMI (“*Centro de Internamiento de Menores Infractores*”) ali geridos pela União Meridianos.

Para além de ser um estudo socialmente relevante e útil para o bem-estar geral da comunidade, a parceria com a Meridianos foi uma experiência muito enriquecedora do ponto de vista pessoal para todos os envolvidos, ou seja, um projeto que materializou a matriz humanista e de olhar o “outro” presente no CEPCEP. Como hoje recorda José Manuel Seruya, sintetizando a sua atividade como vogal diretivo (entre 2010 e 2015), “o meu envolvimento maior, e que me marcou profundamente, acabou por ser o trabalho de cerca de dois anos feito para a Meridianos [...] Foi memorável, de facto. Pelos processos e caminhos percorridos, pela grande quantidade de formadores e investigadores que envolveu, pelas centenas de pessoas beneficiárias que foram tocadas, pelos resultados alcançados – incluindo relatórios finais que tiveram alguma visibilidade pública de relevo. Sob a tutela do Prof. Roberto Carneiro, assumi a coordenação operacional do trabalho sobretudo de formação”; e, no périplo espanhol realizado pela Andaluzia, “que durou um ano letivo, foram feitas inúmeras sessões de formação aos responsáveis e sessões individuais de *mentoring*, focalizadas nas suas práticas de liderança e de gestão”<sup>60</sup>.

A última iniciativa – em rigor um conjunto de três ações – especialmente relevante na frente da prestação de serviços do CEPCEP constituiu um regresso às origens do Centro, ou seja, uma atuação na área geográfica e cultural da lusofonia. A África fora uma palavra e uma realidade fortes no trabalho do Centro nas décadas de 1980 e 1990; chegado o século XXI, no entanto, só o foi no projeto, de 2011-2012, intitulado *Angola: Estudo da Formação de Quadros*, encomendado pela empresa de consultoria CESO-CI Portugal, e desenvolvido por Roberto Carneiro e Verónica Policarpo. O objetivo era traçar, para os decisores políticos de Luanda, cenários prospetivos sobre as necessidades de qualificações profissionais em Angola, através da aplicação de questionários e do tratamento e interpretação dos

---

<sup>60</sup> José Manuel Seruya, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

dados. A esta ação, somaram-se duas outras, noutra latitude geográfica – a de Timor, paragem longínqua sempre merecedora de um carinho especial do CEPCEP, sobretudo, como atrás se viu, nos anos decisivos da sua independência, no início do século. As carências infraestruturais naquele jovem, mas pobre e martirizado país eram enormes, e do que se viesse a fazer no setor chave da educação provavelmente dependeria o futuro da nova nação lusófona asiática. Convocando a sua missão e a sua experiência, o CEPCEP foi também, à sua escala, um construtor do Timor atual.

Entre 2004 e 2007, por solicitação da UNICEF local, o Centro elaborou um projeto – *East-Timor Curriculum Implementation* – para os novos conteúdos programáticos para o ensino primário timorense, logo seguido da conceção pedagógica e dos materiais para os manuais escolares de alunos e professores, mobilizando para esse efeito uma equipa constituída por Manuel Rangel, Maria Adelina Carvalho, Maria Elisa Sousa, Maria Luísa Nunes, João Maia e Rui Trindade Fernandes. Uma década volvida, entre 2014 e 2015, realizou-se um outro estudo prático, de grande fôlego e impacto, intitulado *Cartas Educativas de Timor-Leste*. O desejo de parceria com o CEPCEP partiu do governo timorense, por envolvimento do Ministro da Educação e dos seus vice-Ministros para a Educação Pré-Escolar e Ensino Básico, para o Ensino Secundário e para o Ensino Superior e Ciências, e o objetivo foi a elaboração das treze cartas educativas – uma por distrito – da República Democrática de Timor-Leste, acompanhadas de um documento de enquadramento e reflexão global das mesmas. No terreno, uma equipa de técnicos timorenses procedeu ao levantamento dos dados (geográficos, económicos, educativos) que, somados aos de outras fontes nacionais e internacionais, constituíram a base de trabalho. Roberto Carneiro foi o coordenador-geral do projeto, assessorado por Ana Neves, Hugo Caldeira, José Revez, Marta Trigueiro, Teresa Evaristo, José Marques e Pedro Góis. Os materiais ficaram prontos em 2015 e foram entregues ao governo de Timor-Leste, que assim ficou munido de um importante instrumento informador dos recursos presentes e das possibilidades futuras do setor e das políticas educativas do país. E para o CEPCEP tratou-se, no fim de contas, de uma forma atualizada de voltar a cumprir um dos pontos capitais da sua missão, tal como os Estatutos de 1984 a definiram: “estudar os povos e as culturas designadamente os de língua oficial portuguesa”, fomentando “a compreensão mútua” e assim contribuindo “para a sua aproximação”<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Estatutos do CEPCEP, art.º 1.º, n.º 4. V. <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documents/CEPCEP/Estatutos.pdf>.



---

## As publicações do CEPCEP

Uma das formas mais imediatas e tangíveis de avaliar a produção e o impacto científicos de uma determinada unidade de investigação é a análise do seu catálogo de publicações. A especialização segmentada da vida académica faz com que, hoje, esse catálogo possa incluir espécimes de natureza e extensão muito diferentes: livros, capítulos de livros, artigos em revistas académicas de maior exigência (com arbitragem), ou de cunho mais divulgativo, textos em volumes de atas, relatórios de trabalho em papel ou em suporte eletrónico, bases de dados, séries estatísticas, ferramentas *web* ou até, em áreas mais técnicas, produtos ou patentes originais. Ao longo das suas décadas de história, o CEPCEP, os seus membros e investigadores e as equipas que a Direção do Centro constituiu e fez trabalhar, foram autores de variadíssimos itens publicados de produção científica. Neste capítulo, proceder-se-á à análise do catálogo dos livros publicados pelo Centro, sem esquecer algumas menções pontuais a outros suportes pelos quais a sua obra também circulou, construindo nome e chegando a vastos públicos.

O art.º 3.º dos Estatutos do CEPCEP precisa mais uma vez de ser invocado, para recordar que, entre os seus objetivos fundadores, se contava “editar uma revista e divulgar obras originais e relevantes”<sup>62</sup>. O desafio foi adequadamente concretizado pois, além da revista – a *Povos e Culturas* (a tratar no próximo capítulo) – o Centro deu à estampa algumas dezenas de livros, hoje arrumados em dois conjuntos distintos: a coleção «Estudos e Documentos», e a série «Extra Coleção». A primeira agrupa os volumes

---

<sup>62</sup> Estatutos do CEPCEP, art.º 3.º, alínea i).

V. <http://www.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/Estatutos.pdf>.

publicados diretamente pelo CEPCEP, ou seja, assumindo o Centro as tarefas de uma casa editora, com chancela própria e grafismo de capas muito semelhante. A segunda agrupa, de forma mais dispersa e com grafismos de capa e tamanhos muito diversos, todas as publicações que incorporaram trabalho do Centro, ou que este coordenou, realizadas em parceria com outras entidades e publicadas por editora ou organização exterior<sup>63</sup>. Como explica Artur Teodoro de Matos, nunca existiu um “critério definido” para a separação e arrumação das publicações num ou noutro conjunto: “os «Estudos e Documentos» resultaram, por regra, de investigações de membros ou colaboradores do CEPCEP, embora também tenham acolhido traduções de obras de referência internacionais ou trabalhos de personalidades exteriores, enquanto os «Extra Coleção» foram oriundos de sugestões feitas a entidades ou editoras, ou recebidas destas, de resultados de colóquios e de congressos promovidos pelo CEPCEP ou de convites específicos de instituições”<sup>64</sup>.

A gestão das duas séries obedeceu, no entanto, a um combinado de princípios: “todas as publicações foram previamente aprovadas pela Direção do CEPCEP, que encarregava um ou mais vogais de as dirigir. A orientação de algumas também integrou elementos externos ao CEPCEP, por serem especialistas da temática”<sup>65</sup>. Significa isto que, não sendo o Centro uma editora com processos de *peer-reviewing*, nunca deixou de existir uma apreciação científica e um acompanhamento superiores de tudo o que se ia acolhendo para publicação. Nunca houve, também é certo, uma planificação anual, ou ritmada, do catálogo: “nada impedia que as propostas surgissem ao longo do ano, ou como sugestões dos membros da Direção ou de propostas de elementos externos, ou em resultado de atividades levadas a cabo, ou até de propostas do Centro a editoras e entidades para a publicação de algumas obras”<sup>66</sup>. Numa palavra: o CEPCEP tanto foi autor – coletivo ou individual – da iniciativa das suas publicações, quanto executor, em livro, de ideias, parcerias, encomendas ou projetos alheios.

A fronteira era, e é, por vezes, impalpável. Por isso, uma análise do catálogo do Centro, constatando a existência daquelas duas séries ou coleções, deve salientar que o mesmo é reagrupável de outra maneira e que, para além disso, não esgota todo o universo das publicações associadas ao CEPCEP. Um estudo comparativo entre as iniciativas realizadas e já recenseadas

---

<sup>63</sup> V. Anexo – Quadro n.º 5.

<sup>64</sup> Artur Teodoro de Matos, informação fornecida por e-mail (dezembro de 2016).

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

nos capítulos 7 e 8 precedentes (os cursos e conferências, os congressos e seminários e os estudos e consultorias), por um lado, e a lista de livros publicados, por outro lado, mostra o óbvio e expectável, a saber, que a esmagadora maioria daquelas se verteu de forma direta (i.e., com o mesmo título), ou indireta (i.e., com algumas adaptações, com revisão de contributos e adição de algum material suplementar), nos livros publicados, ou, em alternativa, em alguns números ou seções da revista *Povos e Culturas* (como a seguir se verá). Significa isto que os livros (e a revista) do CEPCEP foram a montra natural e frequente da sua vasta atividade científica.

Mas ao lado deste eixo, devem referir-se dois outros. O primeiro eixo resultou dos casos em que algumas iniciativas do Centro vieram a resultar em publicações não listadas no catálogo bibliográfico do CEPCEP. São disso exemplo alguns estudos ou projetos nas áreas do trabalho, da literatura, da educação e das TIC divulgados em cadernos de entidades oficiais ou outras organizações, em revistas de especialidade internacionais, em coletâneas de textos também internacionais, ou na forma de capítulos de *e-book* ou de relatórios disponíveis em plataformas online<sup>67</sup>. Dois dos mais longos e volumosos projetos de investigação e edição levados a cabo pelo Centro não estão incluídos nos seus livros – é o caso da *Enciclopédia Açoriana*, acessível online no site da Direção-Regional de Cultura dos Açores, ou das *Biografias dos Reis de Portugal*, cujos 34 tomos foram publicados pelo Círculo de Leitores, em edição para sócios, e depois pela Temas & Debates, em edição de venda livre. A este eixo, de trabalho originado em iniciativas do CEPCEP mas publicado fora do catálogo do próprio Centro, soma-se outro eixo, que é o dos livros que integram esse catálogo, mas que não resultaram de nenhuma iniciativa enquadrável no conjunto dos seus

---

<sup>67</sup> A título de exemplos, o estudo *New Job Skill Needs and the Low Skilled* (de 1996-1999), deu origem a três artigos no *European Journal of Education*; o estudo *TELEPEERS – Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments at University Level* (2004-2005), deu origem, em paralelo a publicações do CEPCEP, a dois livros publicados em Aachen e a mais alguns artigos no *European Journal of Education*; os estudos *OPAL – Open Quality Initiative* (de 2010-2012), *Envelhecimento da População Portuguesa: Dependência, Ativação e Qualidade* (de 2012), e *Avaliação Regional das Necessidades de Qualificação* (de 2011-2013), foram vertidos em Relatórios disponíveis online; os estudos *Avaliação do Impacto do PNE/EEE sobre a Criação Líquida de Emprego* (de 2005), e *O Papel da Administração Pública na Sociedade e na Economia Portuguesas* (de 2007-2008), resultaram em publicações técnicas de uma Direção-Geral governamental, ou do Instituto Nacional de Administração (INA); finalmente, iniciativas como a participação do CEPCEP no colóquio *Sociedade, Cultura e Conflito nos 100 Anos da República Portuguesa* (em 2011), ou o estudo *New Opportunities for Learning – Going LLL* (de 2011-2012), conheceram divulgação por intermédio de *e-books* com chancela exterior ao Centro.

curso, conferências, seminários, colóquios, estudos ou consultorias. Estão neste caso obras originais, pensadas coletiva ou individualmente de forma avulsa, em reuniões de Direção, e encomendadas a um ou mais autores.

Como quer que seja, o conjunto dos livros direta ou indiretamente publicados pelo Centro em mais de trinta anos de história, listados (ou não) no seu catálogo ocupa hoje um espaço físico nada despendido. As quatro paredes da já pequena sala do CEPCEP que lhe serve de biblioteca e de espaço para reuniões estão repletas com os volumes por si produzidos, de permeio com muitos e muitos outros livros, de outros autores, que foram chegando ao Centro e que foram sendo utilizados como bibliografia para os seus investigadores e as suas atividades. Ali se respira, nas palavras de Verónica Policarpo, “uma erudição difícil de adivinhar para quem não conhece o CEPCEP, com obras raras de autores tanto ilustres como desconhecidos”<sup>68</sup>, e algumas cópias (o grosso está em armazém exterior) de cada um dos livros produzidos pelo próprio Centro.

O conjunto mais homogêneo e mais institucional do Centro – o da coleção «Estudos e Documentos» – começou a ser construído em 1986, com um autor e a pretexto da publicação de uma iniciativa que estiveram na gênese do CEPCEP. Tratou-se do livro de Ioan Lewis *O Islamismo a Sul do Saará*. Figura insigne do *International African Institute*, Lewis fora um dos patronos concetuais do próprio Centro, onde proferira importante seminário, em maio de 1983, intitulado *The Past and the Present in Islam*. O n.º 1 da coleção era um volume com sete capítulos: os seis primeiros traduções de estudos já previamente publicados por Ioan Lewis em Inglaterra, e o sétimo a tradução do texto lido no seminário inaugural do Centro. Em nota introdutória, Roberto Carneiro escrevia que aquela publicação, culminando um triênio inicial de atividades e de vida do Centro, marcava “o início de uma atividade editorial pautada pela qualidade, pelo rigor e pela atualidade, suscetível de dar expressão continuada à vasta diversidade de atividades prosseguidas”, dando particular expressão “à vocação eminentemente universal e pluridisciplinar do CEPCEP, na sua ânsia de contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos povos, para a aproximação de culturas e para o contacto entre civilizações”<sup>69</sup> – naquele caso a africana, espaço geográfico que era, e sempre seria, da especial predileção do Centro.

<sup>68</sup> Verónica Policarpo, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>69</sup> A tradução dos textos de Lewis ficou a cargo de Maria Madalena Soares de Azevedo, secretária do CEPCEP nos primeiros tempos, e o lançamento do livro foi realizado em simultâneo com o do n.º 1 da revista *Povos e Culturas*, em sessão pública, a 26 de novembro de 1986, no auditório 1 da UCP.

A par dos espaços africano, oriental e americano-brasileiro, Portugal, as suas gentes, sociedade, cultura e literatura eram também um dos focos teórico-práticos do Centro, na dupla dimensão da investigação científica e do trabalho de campo. Em 1990 e 1992, os n.ºs 2, 3 e 4 da coleção «Estudos e Documentos» vieram apresentar obra original nessa vertente, com os dois volumes de *O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930* e com a edição crítica dos *Contos Populares Alentejanos Recolhidos da Tradição Oral*, de António Thomaz Pires. A origem desta produção remontava aos projetos *Conto Popular Português: Corpus, Estrutura e Sentido*, e *Bibliografia do Conto Regionalista*, a levar a cabo por Mário Lages e por Ana Maria Costa Lopes, delineados e apresentados no programa de atividades do Centro para 1985-1986. Do que se tratava era de proceder à recolha, estudo e divulgação do vasto e nunca sistematizado *corpus* dos contos populares portugueses que, no cruzamento da literatura e da etnografia, da sociologia e da antropologia, poderiam permitir uma compreensão inovadora da “alma popular” portuguesa, da sua evolução mental e dos seus modos de vida tradicionais, diversos entre as várias zonas culturais do país<sup>70</sup>.

No primeiro dos seus dois volumes, Ana Maria Costa Lopes realizou um levantamento e estudo das muitas fontes por onde estavam publicados e dispersos os contos populares portugueses, elaborando, no final, uma bibliografia completa dos mesmos, em colaboração com Maria Cavaco Silva (docente de Literatura Portuguesa na FCH-UCP). O segundo volume era inteiramente preenchido por uma coletânea do género, onde se recolhiam espécimes coevos de 25 autores de finais do século XIX e do primeiro quartel do século XX, como Camilo Castelo Branco, o conde de Ficalho, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Raul Brandão, Carlos Malheiro Dias ou Aquilino Ribeiro. Já Mário Lages, por seu turno, recolheu toda a produção de contos alentejanos do etnógrafo português António Thomaz Pires (1850-1913), num volume cuja edição esgotou e que conheceria republicação – entretanto alargada com mais algumas peças inéditas – anos mais tarde, como n.º 11 da coleção<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> AA.VV., 1985, pp. 65-69.

<sup>71</sup> A 2.ª edição aumentada da coletânea de contos alentejanos de António Thomaz Pires, de 2004, teve uma sessão especial de lançamento, realizada em Beja, com o patrocínio da Câmara Municipal local, em janeiro de 2005, na qual marcaram presença, além da equipa do CEPCEP, contadores locais de histórias e a docente da Universidade do Algarve Isabel Cardigos, que fez a apresentação do livro (v. Lopes e Carneiro, 2016, pp. 265-269).

Dois outros volumes – os n.ºs 7 e 13 dos «Estudos e Documentos» – ligam-se ainda a esta incursão do CEPCEP pela área cultural e etnográfica do conto popular. Novamente de Ana Maria Costa Lopes, com data de 2000, foi publicado o livro *Confluências e Divergências Culturais nas Tradições Contísticas Portuguesa e Chinesa*, um estudo comparativo do género entre Ocidente e Oriente, sobretudo focado nas imagens da família e da sociedade dos dois países (Macau incluído) historicamente ligados por tantos laços. Já o livro *Vida/Morte e Diafania do Mundo na História da Carochinha. Ensaio Etnológico*, de 2006, da autoria de Mário Lages, estava já enunciado no programa bienal do Centro traçado vinte anos antes. Concentrando-se num dos textos mais importantes e mais conhecidos de toda a tradição contística popular, erradamente reduzido a uma pura função lúdica de divertir as crianças, Mário Lages utilizava-o como repositório e instrumento de investigação de matrizes várias da cultura portuguesa, trabalhando o texto e o contexto, os intertextos e os meta-textos das 79 (!) versões da «História da Carochinha» que conseguira recolher, assim produzindo um raro encontro entre o conhecimento académico e um objeto que, à partida, a quase todos pareceria ser academicamente intratável.

A história, e particularmente a história do antigo império colonial português disperso pelas quatro partidas do mundo, foi o denominador comum dos volumes publicados nos finais dos anos 1990 e nos primeiros anos da década de 2000. A tese de doutoramento (galardoada, em 1997, com o Prémio D. João de Castro da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses), de Maria de Jesus dos Mártires Lopes constituiu o n.º 5, dado à estampa em 1999, sob o título *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, e oferecendo um largo fresco sobre os aspetos institucionais e sociais, a religião, a educação, a cultura e o quotidiano daquela particular parcela da Índia portuguesa na segunda metade do século XVIII. Com data de edição anterior (1998), mas na verdade publicado depois do volume sobre Goa, e ostentando o n.º 6, *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um Debate Político do Governo de D. João de Castro* foi um trabalho da autoria de Luís Filipe Thomaz que, num certo sentido, retomava, alargava e atualizava os estudos por si realizados, havia anos, sobre a presença portuguesa em Malaca ao longo do século XVI.

Vieram depois outras áreas geográficas também inscritas nas preocupações científicas do CEPCEP. António Graça Abreu, escritor e sinólogo português, em *D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim (1751-1808). Contribuição para o Estudo das Relações entre Portugal e a China* (n.º 9, de 2004), realizou um estudo biográfico de um dos mais importan-

tes prelados portugueses que atuou no extremo-orientes, traçando o seu percurso desde as origens em Évora e dos estudos na Universidade de Coimbra até à sua longa viagem para a China e às mais de duas décadas em que liderou a diocese de Pequim, velando pelos muitos missionários católicos que ali asseguraram um profícuo e pré-ecuménico diálogo intercultural e religioso, tumultuado por vezes pelas perseguições cíclicas dos poderes orientais sobre a cristandade local. Já o n.º 10, também de 2004, tinha autoria coletiva. Sob o título *D. João III e a Formação do Brasil*, o livro integrou-se nas comemorações do 5.º centenário do nascimento do monarca, que fora assinalado num congresso internacional levado a cabo dois anos antes, pelo CEPCEP e pelo CHAM/UNL. Dessa reunião internacional tinham sido publicadas as respetivas atas, cujo conteúdo cobria várias facetas do reinado, do tempo e da obra de D. João III. Esta outra publicação centrava-se apenas no Brasil, recolhendo e republicando alguns dos estudos sobre esse território apresentados no referido congresso, e acrescentando-lhe outros, inéditos e expressamente escritos para o efeito. O resultado final era um conjunto de oito estudos, prefaciados por Artur Teodoro de Matos, entre cujos autores se contavam nomes como A. J. Russell-Wood, Arno Wehling, Maria Beatriz Nizza da Silva ou João Paulo Oliveira e Costa, oferecendo uma visão mais completa e integrada da forma como a política joanina do século XVI cimentara a presença portuguesa na terra brasileira e as imensas potencialidades económicas e comerciais que ela viria a revelar no futuro. Já em 2006, Gustavo Silva Val-Flores foi autor de *Portugal e o Período de Transição em Timor-Leste*, trabalho realizado sob a supervisão de Artur Teodoro de Matos, que sintetizava em duas partes – a missão diplomática e a missão humanitária – o vasto trabalho e apoio dado pelas autoridades portuguesas ao processo de transição para a independência daquele novo país asiático.

Entretanto, não dissociado da história e da problemática geral do encontro entre civilizações em geografias por onde também passara alguma presença portuguesa, mas mais focado na religião, o CEPCEP publicara já, em 2003, como n.º 8 da coleção «Estudos e Documentos», a tradução (a cargo de Paulo Corino Pinto) da obra de Farhad Daftary (um académico de origem persa, Diretor do Departamento de Investigação e Publicações do Instituto de Estudos Ismaelita), *Breve História dos Ismaelitas. Tradições de uma Comunidade Muçulmana*. Segunda maior comunidade xiita a nível mundial, e espalhada por regiões do globo, os Ismaelitas eram um povo pouco estudado no Ocidente e pouco compreendido ao longo dos tempos. A tradução da obra deste especialista

disponibilizava assim ao público português uma síntese atualizada sobre as grandes linhas evolutivas e momentos-chave da história daquela singular comunidade islâmica.

A segunda metade da década de 2000 enriqueceu o catálogo do CEP-CEP com três outros livros que eram outras tantas inovações em relação às áreas temáticas até aí cultivadas na coleção «Estudos e Documentos». Como já noutros passos deste livro ficou registado, a voga e vaga dos projetos europeus e dos estudos de consultoria para parceiros organizacionais ou empresariais portugueses tornou-se cada vez mais um dos aspetos distintivos do Centro à medida que se caminha, na análise histórica, para o presente. O n.º 14 da coleção, editado em 2006, constituiu um importante contributo na temática dos processos e instrumentos de conhecimento em meio escolar e formativo. O livro intitulava-se *Aprendizagem Auto-Regulada em Ambientes de Aprendizagem Enriquecidos pela Tecnologia* e era a versão portuguesa da publicação homónima, em inglês, *Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments*, já editada em Aachen, pela Shaker Verlag, em 2005. Os coordenadores dos dois livros – a versão portuguesa integrava os «Estudos e Documentos» e a versão inglesa é um dos títulos que consta, como se verá, da série «Extra Coleção», também do CEPCEP – eram Roberto Carneiro, Karl Steffens, perito em pedagogia na Universidade de Colónia, e Jean Underwood, especialista em psicologia da Universidade de Nottingham. Em inglês, primeiro, depois em português, o conteúdo das publicações reproduzia os textos apresentados na conferência final do projeto, ou estudo, TACONET, o acrónimo da parceria europeia que o CEPCEP integrava, da *Targeted Cooperative Network on Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments*, trabalhando a problemática em questão a partir de três pontos de vista diferentes – a indústria, por um lado, a academia, por outro lado, e as comunidades de prática, finalmente.

Os n.ºs 15 e 16 datam ambos de 2008 – o ano do 25.º aniversário do CEPCEP, que justificou capas onde o logotipo da efeméride apareceu reproduzido – e foram ambos coordenados por Carlos Laranjo Medeiros, histórico vogal da Direção do Centro, assessorado, num dos casos, por Carminda Cavaco. Desde o final dos anos 1990 que Carlos Medeiros acumulava as suas funções no CEPCEP com as de Presidente de uma empresa de serviços e consultoria denominada *IPI* (sigla para Inovação, Projetos e Iniciativas). Tendo a *IPI Consulting* levado a cabo dois importantes estudos, de mercado, posicionamento e prospetiva, de dois setores da atividade económica e cultural nacional, entendeu a Direção do Centro acolhê-los como publicações suas.

Carlos Medeiros e Carminda Cavaco eram os editores da obra *Turismo de Bem-Estar. Termas, Spas Thermais e Talassoterapia* (n.º 15), um volume denso e de índice muito detalhado, no qual se partia do enquadramento histórico do termalismo mais tradicional em Portugal, comparado com a matriz modelar francesa, para um diagnóstico sobre a situação nacional no presente (oferta e procura, competitividade e rentabilidade, e estratégias públicas e privadas), para no final se chegar a um *benchmarking* e apuramento de megatendências na Europa ou noutras partes do mundo, e a recomendações para a dinamização de um largo setor que, das antigas termas terapêuticas, evoluíra já para uma enorme e rentável economia de turismo, ambiente, bem-estar e fruição social intergeracional. O trabalho do IPI era aliás resposta a um desafio lançado pela Confederação do Turismo Português e pela Associação das Termas de Portugal, a que a Fundação INATEL se juntara, na aposta de fazer do setor termal, de saúde e bem-estar uma das imagens de sofisticação e apazibilidade de Portugal lá fora. E por isso foi João Alarcão Troni, o Presidente do INATEL, a prefaciar o livro.

O segundo trabalho coordenado, desta vez a solo, por Carlos Medeiros (o n.º 16 da coleção), intitulava-se *Cultura, Fator de Criação de Riqueza. Uma Nova Perspetiva dos Museus*. Tratava-se da coletânea de trabalhos apresentados num seminário internacional homónimo, levado a cabo entre o IPI e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), onde o foco de estudo estivera concentrado na problemática, hoje muito dominante, das indústrias criativas e da sua importância económica. A partir da realidade dos museus, o grupo de peritos (além de Carlos Medeiros, eram também autores de capítulos Mário Vieira de Carvalho, Michel Colardelle, Dennis Barrie, Christoph Vitali, Sheran Fernando, Bárbara Coutinho, Charlene Dyruea, Domingos Escutia e Stephen Fuller) refletia na criatividade, enquanto gestação de ideias e práticas museológicas, e nas externalidades positivas que dela resultavam, atraindo talentos e fomentando o crescimento nas zonas de implantação e irradiação de influência dos museus.

Chegada a nova década de 2010 em diante, a coleção «Estudos e Documentos» cresceu com cinco novas contribuições, das quais duas constituem volumes de edição de fontes. Em 2011 foi publicado o n.º 17, *O Sul de Angola no início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Nascido no Porto, em 1870, Alberto Salgado foi oficial do exército português, integrado no esforço de guerra das chamadas “campanhas de pacificação” (na verdade, operações de ocupação e colonização), levadas a cabo em África para a consolidação do Terceiro Império português, na viragem de Oitocentos para Novecentos. Salgado participou em duas

expedições em Angola, como capitão, em 1904-1905 e, já como major, em 1914-1915; da primeira deixara um relato cronológico com apontamentos militares e da segunda um registo memorialístico mais pessoal, de quotidiano vivido, em formato de diário. Esses materiais acabaram confiados ao CEPCEP pelos seus descendentes, com vista a estudo e divulgação. E foi isso que Artur Teodoro de Matos diligenciou, encomendando o estudo e edição críticos, com introdução histórica, fixação de texto e produção de notas, das fontes inéditas produzidas por esse oficial português, a Arlindo Manuel Caldeira, o autor do volume.

Se o trabalho dado à estampa por Arlindo Caldeira constituiu um excelente ponto de mira para uma conjuntura e uma geografia importantes da história contemporânea de Portugal – a África lusa no princípio do século, entre a crise da Monarquia e o advento da República – o volume que se seguiu, em ordem cronológica, debruçava-se também sobre o continente negro. Apesar de ostentar o n.º 19 (e não o n.º 18), data de 2013 o trabalho de Duarte Ivo Cruz *A África na Dramaturgia Portuguesa e Africana de Expressão Portuguesa*. A obra era o resultado de um projeto levado a cabo no Centro, entre 2004 e 2007, com o título *O Teatro nas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, e dera já origem a um artigo publicado na revista *Povos e Culturas*, em 2006<sup>72</sup>. Em 2013, o livro alargava o escopo cronológico da análise, tratando sistematicamente a dramaturgia portuguesa, e em português, representativa da África e dos africanos, desde os primórdios do teatro clássico e da escola vicentina até ao século XX e à temática da descolonização.

O n.º 18 só foi publicado em 2014, fazendo par e conjunto com o n.º 21 – último título da coleção «Estudos e Documentos» até à data – que foi publicado em 2015. Destes dois, o primeiro, *China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma Leitura Académica*, foi coordenado por Roberto Carneiro e Guilherme d'Oliveira Martins; já o segundo, *Portugal-Índia. Da Herança Portuguesa à Índia dos Nossos Dias*, foi coordenado por Artur Teodoro de Matos e Guilherme d'Oliveira Martins. Como atrás se referiu, o CEPCEP e o Centro Nacional de Cultura tinham uma longa história de relacionamento estreito e cooperação, protocolada desde 1983. Uma das iniciativas conjuntas que periodicamente levaram a cabo foram viagens, com itinerários histórico-culturais preparados pelo Centro e organizados pelo CNC, a partes do antigo Império português. Um e outro destes volumes reuniam assim os textos apresentados nos seminários cien-

<sup>72</sup> Duarte Ivo Cruz, «O teatro português e a expansão. O caso especial da aculturação em África – Notícia de uma pesquisa», *Povos e Culturas*, n.º 10, pp. 125-168.

tíficos de preparação dessas viagens – no caso, a realizada à China, em agosto-setembro de 2013, e a realizada à Índia, em agosto-setembro de 2014.

O livro sobre a China celebrava o 5.º centenário da chegada do navegador português Jorge Álvares ao litoral de Guangdong, em 1513, data que marcara assim o início de um relacionamento intercultural Ocidente-Oriente a que, séculos mais tarde, se convencionaria chamar processo de globalização. O estudo desse encontro, e da “descompartimentação” do mundo que os portugueses de Quinhentos tinham encetado, era aqui feito com o contributo de doze capítulos e de doze autores: Paulo Sousa Pinto, Rui Manuel Loureiro, Manuel Lobato, Luís Filipe Barreto, João Paulo Oliveira e Costa, Isabel Murta Pina, Guilherme d’Oliveira Martins, José Ribeiro e Castro, Irene Rodrigues, José Félix Ribeiro, Carla Fernandes e Joaquim Aguiar. Já o livro preparatório da viagem à Índia, um périplo sem especial efeméride, mas muito rico, que levou os inscritos a Goa, Damão e Diu, reuniu nove estudos e dez autores: João Paulo Oliveira e Costa, Manuel Lobato, Artur Teodoro de Matos, Vítor Serrão, Hélder Carita, Susana Sardo, Ana Cristina Almeida, Eduardo Kol de Carvalho, Eugénio Viassa Monteiro e Mário Pereira.

Também muito recentemente, em 2015, foi dado à estampa o n.º 20 da coleção. Trata-se de uma antologia documental, organizada, anotada e editada por Artur Teodoro de Matos, sob o título *Timor no Passado. Fontes para a sua História (Séculos XVII e XVIII)*. É um volume onde se reúnem dez documentos inéditos e apenas um já conhecido, dispersos por arquivos estrangeiros e de difícil acesso ao estudioso da especialidade, focando sobretudo a presença portuguesa e os comportamentos quotidianos locais num arco temporal longo, e com conteúdos de inegável valor histórico e antropológico. A obra foi lançada numa sessão realizada no Centro Nacional de Cultura, em Lisboa, a 25 de novembro de 2015, e em Díli, capital de Timor-Leste, a 30 de novembro<sup>73</sup>, constituindo mais um contributo de reforço da vasta obra publicada pelo CEPCEP sobre a realidade histórica dos países de expressão ou de presença oficial portuguesa ao longo dos tempos.

---

<sup>73</sup> A sessão, realizada no auditório do Museu da Resistência, em Díli, contou com a presença de cerca de 100 pessoas. O livro foi apresentado pelo Presidente do Tribunal Constitucional português e o ato teve encerramento pelo Ministro da Educação de Timor-Leste. Na mesma ocasião, foi também apresentado o n.º 19 da revista *Povos e Culturas*, de 2015, intitulado *Timor-Leste e Portugal: Cinco Centúrias de Relacionamento* (Arquivo CEPCEP, ARD, 7.12.2015).

No seu todo, a coleção «Estudos e Documentos» é relativamente homogénea, dada a esmagadora maioria dos seus títulos poder ser agrupada nas áreas da história, da literatura, da religião ou da etnografia. Por contraste, o conjunto dos títulos publicado pelo CEPCEP sob o rótulo «Extra Coleção» constituiu um universo muito mais diversificado e numeroso, com formatos e linhas gráficas diferentes entre si, resultado óbvio das parcerias científicas, das casas editoras e dos financiamentos que sustentavam as publicações. A existência de uma segunda coleção de livros – fora “da coleção” – não foi aliás resultado de uma aposta programática inscrita na génese do Centro, mas fruto das circunstâncias e testemunho, positivo, das relações que rapidamente se foram construindo e convidando a iniciativas editoriais menos enquadráveis na linha oficial de publicações.

O primeiro dos títulos «Extra Coleção» foi dado à estampa no início de 1988, como um livro do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e do CEPCEP. Tratou-se do estudo *Perfil Cultural Desejável do Diplomado do Ensino Secundário*, que Roberto Carneiro liderara, no ano anterior, em resposta a uma encomenda do então titular da pasta governamental da Educação, João de Deus Pinheiro, e cuja publicação lhe cabia, em 1988, realizar... porque, entretanto, ascendera ele próprio a Ministro da Educação. Era um pequeno volume de reflexão teórica, relatório de observação, diagnóstico prospetivo e anexos estatísticos posto, de forma então muito inovadora, a debate público. A equipa autora não pretendia estabelecer um modelo único para definir que tipo de pessoas deveria o ensino secundário português produzir, naqueles primeiros tempos europeus; o objetivo fora antes o de entender o “perfil cultural desejável” como uma matriz aberta e integradora da liberdade e das especificidades individuais numa dinâmica de criatividade coletiva. Era da ideia de uma sociedade plural, emancipadora do indivíduo, mas geradora de solidariedades, que se partia para a discussão da elaboração dos currículos, das práticas pedagógicas e até de modalidades de ensino especial dos jovens<sup>74</sup>.

Depois desta estreia, a década de 1990 produziria somente quatro títulos extra coleção. O primeiro, de 1994, foi o grosso volume das atas

---

<sup>74</sup> O livro tinha autoria coletiva. Roberto Carneiro era o primeiro nome da equipa que tinha produzido o estudo, mas o texto incorporava os contributos de especialidade de nada menos do que 22 autores: Pedro da Cunha, Guilherme d'Oliveira Martins, Mário Pinto, Eduardo Prado Coelho, Odete Valente, Vítor Crespo, Bártole Campos, António Barreto, Teresa Ambrósio, Luís de França, Vítor Barreto, Maria Celeste Colarinho, António Sobral Mendes, Miguel Novais, Aida Pinto, Carlos Ribeiro, Manuel Braga da Cruz, João Mendes da Ponte, Ana Maria Pessoa, Bambi Betts, Trovão do Rosário e Henrique Melo Barreiros.

do colóquio comemorativo dos 450 anos da amizade Portugal-Japão, sob o título *O Século Cristão do Japão*. Numa edição dirigida por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, e financiada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e pela Fundação Engenheiro António de Almeida, coligiam-se os discursos oficiais das personalidades que tinham marcado presença no evento – com destaque para o embaixador nipónico em Portugal e para o Ministro da Presidência, Fernando Nogueira – e as 35 comunicações apresentadas, e ali agrupadas em cinco secções: “Evangelização”, “Comércio”, “Arte, Ciências, Educação e Tecnologia”, “Política, Diplomacia e Guerra” e “Quotidiano e Mentalidades”. Muito semelhante em área científica – a história do Império português – e conceção foram as atas do VIII Seminário de História Internacional Indo-Portuguesa, dadas à estampa em 1998 com o título *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*. A edição foi patrocinada pela Comissão dos Descobrimentos, pela Fundação Oriente e pela Secretaria Regional da Saúde e da Segurança Social do Governo Regional dos Açores e coordenada por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz. Além dos discursos das autoridades, com destaque para o Secretário Regional de Educação e Cultura açoriano, o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e o Reitor da Universidade dos Açores, o volume compilava 41 trabalhos de especialistas e ainda o catálogo da exposição de documentos que acompanhara a realização do Seminário.

1997 marcou o início da incursão do Centro pela publicação das Enciclopédias, já atrás referidas a propósito da investigação científica, com a edição da *Ativa Multimédia. Enciclopédia de Consulta*. O trabalho era originalmente espanhol, mas, em associação com a Lexicultural, o CEPCEP levou a cabo a adaptação para Portugal, com supervisão de Roberto Carneiro e revisão científica e pedagógica de cada tomo a cargo de um especialista português. Como a edição de 1997 esgotou em pouco tempo, far-se-ia uma segunda edição da obra, entretanto ampliada, em 2004, com um total de 16 volumes e 5 CD Rom. Na sua nota de abertura, o Presidente do CEPCEP explicava a especificidade daquele projeto editorial: não se tratava de mais uma Enciclopédia, mas de uma obra de cunho marcadamente didático, concebida como instrumento de aprendizagem interativo e vocacionado para os públicos do Ensino Básico e Secundário, cujas matérias curriculares acompanhava e explicava de perto<sup>75</sup>. Finalmente, no

---

<sup>75</sup> As matérias da Enciclopédia estavam assim distribuídas: Vol. I: Matemática; Vol. II: Matemática, Vol. III: Ciências Experimentais, Vol. IV: Ciências da Natureza, Vol. V: História Universal, Vol. VI: Filosofia, Religião e Valores, Vol. VII: Geografia e História de Portugal,

termo dessa década (1999), surgiu *Avaliação da Ação Social em Macau no seu Contexto Institucional. Relatório Final*, que correspondia à publicação, financiada pelo Governo de Macau, do estudo homónimo levado a cabo sob coordenação de Mário Lages no ano anterior, com contributos de Alfredo Bruto da Costa, Manuel Luís Marinho Antunes e Jorge Cerol.

A partir de 2000 e por uma dúzia de anos, até 2012, a produção livreira «Extra Coleção» progrediu de forma muito contínua e ritmada, com uma média aproximada de três volumes por ano (quatro nos anos de 2001, 2004 e 2010), da qual se exclui 2002, sem publicações. Em 2000, com execução gráfica das Edições Atena, foi publicado *Timor. Um País para o Século XXI*, reunindo as comunicações apresentadas no seminário homónimo, realizado pelo CEPCEP com o Instituto de Altos Estudos Militares. A nota prévia, assinada por Roberto Carneiro e pelo Tenente-General José Eduardo Garcia Leandro (antigo Governador de Macau), chamava a atenção para a atualidade do tema e situava o contributo do livro como um ato patriótico, de solidariedade portuguesa para com os esforços de uma nação (também portuguesa) a trilhar caminhos para se tornar um Estado. Os trabalhos reunidos, muito diversos, abordavam o referendo (de 1999), e o pós-referendo, a intervenção das forças internacionais no terreno e as questões que se abriam na agenda timorense: a língua e a identidade, o Estado e as leis, a religião e as futuras relações internacionais.

Com *Aprender e Trabalhar no Século XXI. Tendências e Desafios*, o CEPCEP inaugurou uma espécie de mini coleção dentro do universo dos títulos ditos de «Extra Coleção», constituída pelos volumes preparados pelo Centro e editados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através de dois dos seus organismos: a Direção-Geral do Emprego e Formação Profissional (DGEFP) e o Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento (DEPP). No caso do primeiro organismo, os volumes feitos foram publicados com as capas da série ministerial «Cadernos de Emprego»; no caso do segundo organismo, a integração foi feita também numa linha gráfica pré-existente, da «Coleção Cogitum».

Os autores do *Aprender e Trabalhar*, em 2000, foram Roberto Carneiro, António Fazendeiro, Eduardo Lopes Rodrigues, Francisco Soares, Nuno Vitorino e Pedro Conceição. Seguiram-se, todos com data de 2001, os volumes *Desajustamentos entre Ganhos e Habilitações na Economia Portuguesa*, *Desempregados Inscritos e Não-Inscritos nos Centros de Emprego*.

*Características e Atitudes perante o Trabalho, e Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa*, trabalhos que constituíram, respetivamente, os n.ºs 27, 32 e 36 dos «Cadernos de Emprego» publicados pelo MTSS. O primeiro destes três tinha coordenação de Roberto Carneiro e equipa técnica redatora constituída por Pedro Conceição (que acabara então de entrar para a Direção do Centro), Artur Viana Fernandes e Maria do Céu Godinho. O segundo era obra assinada apenas por Mário Lages, embora sistematizasse informação de um seminário organizado pelo CEPCEP com vários intervenientes. O terceiro voltava a reunir Roberto Carneiro, Artur Viana Fernandes e Pedro Conceição.

Na «Coleção Cogitum» do mesmo Ministério do Trabalho o CEPCEP publicou cinco estudos, todos coordenados por Roberto Carneiro, entre 2003 e 2010, e cujas temáticas testemunhavam o reforço do eixo tecnocrático, de prestação de serviços e consultorias, com diagnósticos estatísticos e elementos econométricos, destinados a informar ou sustentar tomadas de decisão em áreas de política pública de emprego, mobilidade de mão-de-obra e padrões de qualificação. Veio primeiro o título *Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal. Estudo Económico com Aferição Qualitativa* (em 2003). Seguiram-se *Uma Avaliação da Criação e Destruição de Emprego em Portugal na Década de 2000-2010* (em 2005), *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal* (em 2006), *Baixas Qualificações em Portugal* (em 2007), e, por último, *Dispositivo de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano em Portugal* (em 2010)<sup>76</sup>.

As temáticas do emprego, dos fluxos de mão-de-obra e das qualificações cruzaram-se bastante, no trabalho do CEPCEP, com outra das grandes especialidades do seu Presidente, a saber, a questão do ensino e da aprendizagem tecnologicamente enriquecida. E por isso a primeira década do século XXI foi igualmente pródiga em publicações versando tais temas. Com execução gráfica do Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR) e financiamento do Fundo Social Europeu, surgiu em 2003 o livro *A Evolução do e-Learning em Portugal. Contexto e Perspetivas*, resultado de um estudo coordenado por Roberto Carneiro, integrado por António Augusto Fernandes, Artur Viana Fernandes, Carla Ganito e Lourenço Carvalho, e assessorado pelo CESOP, ou seja, por Mário Lages e Jorge Cerol. Na nota de abertura, a Presidente do INOFOR, Teresa Paiva, resumia a

---

<sup>76</sup> Os cinco volumes da parceria com o Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento eram, pela ordem enunciada, os n.ºs 5, 16, 20, 29 e 38 da «Coleção Cogitum» daquela entidade ministerial.

novidade e o alcance do trabalho levado a cabo pelo Centro. Na economia pós-industrial e na sociedade do conhecimento, que também Portugal estava a acolher, eram urgentes novos modelos de aquisição e organização da aprendizagem e da informação, produtores de novas competências em contextos de elevada mutabilidade. Era necessário, por isso, estudar e desenvolver a formação a distância e o *e-learning*, ferramentas que permitiam uma gestão mais livre e individualizada do conhecimento e que, do ponto de vista financeiro, constituíam soluções menos onerosas do que a tradicional formação em sala de aula. Em 2007, no âmbito das políticas do Plano Nacional de Leitura (inaugurado no ano anterior) e com edição do Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Educação, o CEPCEP deu à estampa *Os Estudantes e a Leitura*, volumoso estudo de uma equipa constituída por Mário Lages, Carlos Liz, João Homem Cristo António e Tânia Sofia Correia. O trabalho partira de uma larga sondagem, realizada por aplicação de questionário em sala de aula a 24000 alunos, por mais de 500 professores em todo o país, informaticamente tratada pelo CESOP (ao tempo já não dirigido por Mário Lages, mas por Pedro Magalhães).

Sendo as temáticas da aprendizagem e do *e-learning* transnacionais, foi com elas, ou a partir delas, que o CEPCEP produziu parte significativa dos seus livros em língua inglesa. O primeiro, já atrás referido – porque teve tradução portuguesa no volume n.º 14 da coleção «estudos e Documentos» – foi *Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments*, de Roberto Carneiro, Karl Steffens e Jean Underwood, publicado em Aachen, em 2005, e reunindo as comunicações apresentadas em Lisboa, na Conferência TACONET<sup>77</sup>. O diálogo que este livro fomentou, a nível internacional, entre a indústria produtora, os utilizadores e os estudiosos dos suportes e conteúdos do ensino a distância, levou à realização de uma segunda conferência do projeto TACONET, em Amsterdão, em 2007. Desta resultou um novo livro, *Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments: Individual Learning and Communities of Learners*, igualmente publicado em Aachen, nesse mesmo ano, e coordenado por Jos Beishuizen, Roberto Carneiro e Karl Steffens.

O estudo da sociedade portuguesa contou também com importantes contribuições escritas de membros do CEPCEP, em colaboração com o

---

<sup>77</sup> Este volume, de 2005, conheceria mais tarde uma 2.ª edição, também listada nas obras «Extra Coleção» do CEPCEP, publicada pela Sense Publishers (Roterdão/Boston/Taipei), em 2011, e coordenada por Roberto Carneiro, Paul Lefrere, Karl Steffens e Jean Underwood.

CESOP da UCP e com entidades externas à Universidade. Uma dessas entidades foi o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), depois rebatizado Alto-Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Em 2003, em edição com a chancela da Presidência do Conselho de Ministros, com o patrocínio da FCT e da FLAD, e capa do n.º 2 das publicações do Observatório da Emigração, foi dado à estampa o volume *Atitudes e Valores perante a Emigração*, elaborado por Mário Lages e Verónica Policarpo. A base dos dados colhidos e ali comentados eram duas sondagens, levadas a cabo pelo CESOP em 2002, uma à população portuguesa, outra à população imigrante em Portugal, destinadas a auscultar e a conhecer os principais problemas, valores e atitudes que eram percecionados, de parte a parte, pelos dois grupos populacionais na sua relação recíproca. A juntar aos resultados, comentados, o volume recolhia ainda as intervenções proferidas no seminário que os divulgara por Lucinda Fonseca, Rosário Farmhouse, Carlos Viana, Maria Beatriz Rocha Trindade e Manuel Jarmela Palos.

Na nota de abertura, o então Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência, Feliciano Barreiras Duarte, enquadrava a oportunidade do trabalho publicado nos esforços desenvolvidos pelo governo português para que a imigração – fenómeno de crescimento recente, que de certa forma alterara a composição social de um país tradicionalmente emigrante – viesse para o centro do debate político, académico e quotidiano. Para isso se criara, aliás, o Observatório da Imigração. E o governante adiantava desde logo a grande conclusão do estudo: a de que os portugueses defendiam algum rigor no escrutínio das entradas de imigrantes em território nacional e uma política responsável no seu acolhimento. Roberto Carneiro, por seu turno, assinando a nota do coordenador do volume, situava cientificamente o problema. A imigração era fenómeno inescapável de Portugal e das sociedades europeias do século XXI, e por isso os desafios e problemas do multiculturalismo e da hibridação cultural daí resultantes precisavam de instrumentos de medição e de conhecimento. A sociedade plural e diversa que os portugueses tinham construído outrora no Império e no ultramar estava a acontecer agora na “metrópole”.

Mudado o governo (em 2003, o executivo era PSD-CDS), não terão mudado as preocupações nem a centralidade do tema; e em 2006 (já na vigência do governo PS de José Sócrates), a mesma equipa CEPCEP-CESOP, alargada, porque a Mário Lages e Verónica Policarpo se juntaram José Carlos Marques, Paulo Lopes Matos e João Homem Cristo António, surgiu um segundo volume de estudo das (i)migrações, intitulado *Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas. Análise de Duas*

*Sondagens.* O trabalho de campo fora realizado em 2004-05, incidindo os inquéritos, de forma mais concreta, sobre o que pensavam portugueses e imigrantes uns dos outros<sup>78</sup>. Na nota do coordenador, Roberto Carneiro salientava ser a imagem de Portugal como um povo acolhedor e de brandos costumes uma “falácia” porque a verdade é que, não se podendo falar de fenómenos racistas com a dimensão verificada em outros países europeus, eram indesmentíveis algumas perceções, estereótipos e até comportamentos xenófobos.

A década de 2000 a 2010 trouxe outras publicações, de diferentes áreas científicas, tipologia de conteúdos e públicos destinatários. Entre os finais de 2000 e os meados de 2001, novamente em parceria com a Lexicultural, o CEPCEP coordenou a publicação da sua segunda importante enciclopédia, sob o título *Educar Hoje. A Enciclopédia dos Pais*. A ligação entre esta obra e a *Activa Multimédia. Enciclopédia de Consulta*, saída em 1.<sup>a</sup> edição três anos antes, era óbvia: enquanto esta se dirigia prioritariamente aos jovens, ou seja, aos filhos em idade escolar, para lhes proporcionar instrumentos para a sua progressão no ensino, a *Educar Hoje* dirigia-se prioritariamente aos adultos, ou seja, aos pais educadores das crianças. Uma e outra partilhavam a mesma preocupação didática e o mesmo lema-problema, “aprender a aprender”. Mas enquanto a *Activa Multimédia* era sobretudo uma adaptação de uma publicação espanhola, a *Educar Hoje* era na sua maioria uma produção original portuguesa, com direção científica e pedagógica de Roberto Carneiro e subdireção de Maria de Lourdes Paixão.

Na introdução, assinada pelos dois, explicava-se que o objetivo primeiro desta obra fora o de enriquecer e completar a *Activa Multimédia*, respondendo à lacuna editorial detetada de nada haver, em Portugal, que respondesse aos anseios e às necessidades dos pais educadores. Muitos viviam desorientados e desmoralizados, entre contextos, tecnologias, valores e perigos que espreitavam a família e a coesão intergeracional, e por isso precisavam de voltar a situar-se no cruzamento entre os velhos padrões educacionais do pai austero, distante e autoritário, e os novos padrões, de uma “sociedade sem pais”, teorizada pelas novas pedagogias da inteira liberdade da criança. A *Educar Hoje* vinha para recordar o quanto a função de pai ou mãe era “totalmente indelegável”, e que melhor seria exercida se aqueles recuperassem o gosto de educadores e trabalhassem ativamente na parceria da família com a escola.

---

<sup>78</sup> O volume constituía o n.º 21 das publicações do Observatório da Imigração e tinha a chancela e patrocínio da Presidência do Conselho de Ministros, da FCT e do ACIME.

Na edição de 2000-2001, a *Enciclopédia dos Pais* tinha três volumes, com os títulos de «Educar Adolescentes» (Vol. I), «Ajudar a Aprender» (Vol. II) e «Aprender e Participar» (Vol. III), todos redigidos por numerosas equipas de especialistas em psicologia, educação, pedagogia, medicina, terapêutica escolar, administração escolar, sociologia, política, etc. O requisito original para a seleção de colaboradores assentou no facto de estes terem de ser todos pais ou mães, isto é, pessoas experimentadas nos problemas e perplexidades de todos os outros leitores da obra com filhos. O primeiro volume contava ainda, em destacável de duas páginas, com um texto, autobiográfico e intimista, acerca dos desafios de educar os filhos e os mais novos, de Maria de Jesus Barroso Soares. Tal como aconteceu com a *Activa Multimédia*, também a *Enciclopédia dos Pais* foi um êxito justificativo de uma segunda edição alargada. Esta surgiu em 2004, somando aos três volumes originais outros três: «Construir Saberes» (Vol. IV), «Escolher a Profissão» (Vol. V) e «Viver a Cidadania» (Vol. VI).

Em 2001, a partir de uma ideia colhida por Roberto Carneiro em França, e materializada pelo Presidente do Centro e por Artur Teodoro de Matos, o CEPCEP principiou uma parceria de enorme futuro e sucesso com o Círculo de Leitores, publicando o grosso volume *Memória de Portugal. O Milénio Português*<sup>79</sup>. Eram quase 600 páginas ilustradas em dez capítulos, cada qual a cargo de um historiador especialista e dedicado a cada um dos séculos da história de Portugal compreendidos entre o ano 1000 e o ano 2000, e todos incorporando trabalho original, de investigação ou de síntese encomendado para o efeito. Em 2004, a mesma dupla do *Milénio Português* assinou *D. João III e o Império*, o volume das atas do congresso internacional comemorativo do nascimento do monarca, levado a cabo pelo CEPCEP e pelo CHAM-UNL em Lisboa e Tomar, dois anos antes. A anteceder as 67 comunicações publicadas e a própria nota introdutória científica, de Artur Teodoro de Matos, Roberto Carneiro aproveitou o seu Prefácio para lembrar o quanto o CEPCEP – e ali estava mais um exemplo disso mesmo – desde sempre investira uma importante parte dos seus recursos académicos e editoriais no estudo de questões e épocas históricas julgadas cruciais para a inteligibilidade geral dos fenómenos culturais que estavam no centro do Centro, sobretudo as vertentes da his-

---

<sup>79</sup> O maior êxito dessa parceria foi a série das *Biografias dos Reis de Portugal*, já atrás analisada como projeto de investigação original do CEPCEP, desenvolvido entre 2003 e 2006. Em 2012, o Círculo de Leitores viria ainda a editar, num só volume, com autoria de Artur Teodoro de Matos, João Paulo Oliveira e Costa e Roberto Carneiro, uma *Cronologia da Monarquia Portuguesa*, organizada por reinados. Na prática, trata-se de uma obra do CEPCEP, embora o Centro não a inclua oficialmente entre os seus títulos.

tória de Portugal mais cosmopolitas e de expressão mais universalista. As universidades, como lugares de conhecimento e, de forma vincada, a Universidade Católica Portuguesa, onde o CEPCEP se inseria, pela sua matriz católica, histórica e universal, eram os “teatros” mais naturais da História, e por isso o seu conhecimento era matricial à missão do próprio Centro.

A história, como génese e referencial diacrónico e retrospectivo dos povos, das culturas e dos seus desafios no presente, continuou a ser cultivada nos anos seguintes, merecendo destaque, neste particular, a parceria que o CEPCEP realizou com a EPAL, Empresa Pública de Águas de Lisboa, para a publicação de quatro livros-álbum, de grande formato e superior qualidade gráfica de ilustrações. O primeiro, coordenado por Carla Alferes Pinto e João Paulo Oliveira e Costa, data de 2006, e intitula-se *O Mundo de São Francisco Xavier*<sup>80</sup>. Na nota de abertura, assinada por Roberto Carneiro e por João Fidalgo, o Presidente da EPAL (entidade financiadora da obra, em registo de mecenato cultural), explicava-se a oportunidade da publicação com a efeméride do 5.º centenário do nascimento de São Francisco Xavier e com a maneira como a sua vida de mediano entre povos e culturas, no século XVI, fora precursora da atual realidade da globalização – e de uma globalização com valores que era caro ao CEPCEP e à UCP manterem e divulgarem. O segundo volume CEPCEP-EPAL veio em 2008, e versava sobre *O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa*. O foco era agora a língua, instrumento primordial no desenvolvimento, transmissão e partilha da cultura e do que modernamente se chamaria comunicação cultural, e também a efeméride dos 400 anos do nascimento de Vieira. O coordenador convidado foi Aníbal Pinto de Castro, assistido para o efeito pela coordenação de Artur Teodoro de Matos<sup>81</sup>.

No ano seguinte, 2009, a EPAL voltou a financiar nova publicação, desta vez coordenada por Teodoro de Matos e João Teles da Cunha. Tratou-se do *Livro de Marinbaria. O Manuscrito de Praga*, ou seja, da edição crítica de um manuscrito quinhentista português que era (e é) fonte preciosa para o conhecimento da náutica, da geografia, da medicina ou da farmacopeia dos tempos áureos dos descobrimentos<sup>82</sup>. Finalmente, em 2010, como forma de evocar o centenário da implantação do regime

<sup>80</sup> O livro contou com trabalhos de Isabel Drumond Braga, Pedro Lage Reis Correia, Carla Alferes Pinto, João Paulo Oliveira e Costa, Zoltán Biedermann e Madalena Ribeiro.

<sup>81</sup> Os autores dos capítulos desta obra eram Aníbal Pinto de Castro, João Adolfo Hansen, Artur Teodoro de Matos, Isabel Almeida, Pedro Cardim, Mário Garcia, S.J., e Manuel Cândido Pimentel.

<sup>82</sup> Os autores dos estudos publicados no livro foram Jorge Semedo de Matos, Francisco Contente Domingues e José Luís Dória.

republicano em Portugal, o CEPCEP e a EPAL deram à estampa *A Primeira República e as Colónias Portuguesas*, livro coordenado por José Miguel Sardica, que revisitava a problemática da presença lusa noutros continentes, no quadro histórico do chamado Terceiro Império Português, desde os finais do século XIX aos desafios e impasses experimentados pela política ultramarina do republicanismo triunfante em 1910, e moribundo nos meados da década de 1920<sup>83</sup>.

Com algum conteúdo histórico, mas com claras incursões multidisciplinares nas áreas da religião e da antropologia e ritualização do sagrado, da etnografia e geografia locais, da família e da psicologia, dos meios de comunicação e do quotidiano contemporâneo, foi o CEPCEP coordenador de um número de uma revista pertencente a outra unidade de investigação da FCH-UCP. O caso deu-se com o n.º 10, de 2010, da *Comunicação & Cultura*, revista do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), sob o título genérico de *A Festa*. O editorial desse número era assinado a três, por Artur Teodoro de Matos, Mário Lages e Roberto Carneiro, e explicava a origem institucional, o enquadramento científico e os conteúdos daquela encomenda feita pelo CECC ao CEPCEP<sup>84</sup>. Inteiramente sobre história portuguesa foi o livro – também publicado em 2010, pela Texto Editora, do Grupo Leya – *Portugal. Anos 10*. A estrutura do volume, sob coordenação de Roberto Carneiro, Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, era original: no fecho da primeira década do novo milénio, 2010, um conjunto de historiadores partia à (re)descoberta de outros “momentos 10” do passado nacional, com o fito de captar que encruzilhadas de passado, presente e até de futuro tinham ocupado os seus respetivos viventes – em 1210, 1310, 1410, 1510, 1610, 1710, 1810, 1910 e 2010<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Os capítulos deste livro foram escritos por José Miguel Sardica, Cláudia Castelo, Maria Cândida Proença, Filipe Ribeiro de Meneses, Cristina Nogueira da Silva, Manuel Ennes Ferreira, António Matos Ferreira e Isabel Castro Henriques.

<sup>84</sup> Os autores dos artigos incluídos neste número da *Comunicação & Cultura* foram Joaquim de Sousa Teixeira, Ana Isabel Buescu, Alfredo Teixeira, Helena Rebelo Pinto, Maria Teresa Ribeiro, Luís Fagundes Duarte, Maria Mara Lobo de Araújo, Nelson Ribeiro e Mário Lages. O CEPCEP assegurou apenas a coordenação do dossiê temático. Para além deste, a revista tinha outras rubricas – entrevista, recensões, montra e agenda – da responsabilidade do CECC da FCH.

<sup>85</sup> Estas datas, e a revisitação do século da história de Portugal imediatamente anterior a cada uma delas, foram tratadas, respetivamente, por Maria João Branco, Saul António Gomes, Luís Adão da Fonseca, João Paulo Oliveira e Costa, Pedro Cardim, José Damião Rodrigues, Jorge Manuel Pedreira, José Miguel Sardica e José Guilherme Reis Leite.

Testemunho da diversidade disciplinar cultivada pelo CEPCEP, tanto nas suas iniciativas, já atrás listadas, quanto nas publicações que daquelas resultavam, foram os dois títulos remanescentes «Extra Coleção» produzidos na primeira década do século XXI. Enquadrável na problemática da cidade de Lisboa e das suas políticas (mais ou menos sustentáveis e inclusivas) de habitação, data de 2004 o livro *Planeamento, Habitação e Mercado Imobiliário*, coordenado por Mário Lages, com autorias de Manuel da Costa Lobo, Lourenço Xavier de Carvalho e Carlos Liz e financiado pela Câmara Municipal de Lisboa / EPUL, a entidade que encomendara a investigação original assim divulgada. Já na área do estudo dos processos organizativos, padrões de liderança e modelos de gestão da mudança, pode inscrever-se o livro *DGCI, 2004-2007. Liderança e Gestão da Mudança*, coordenado por Roberto Carneiro e reunindo contributos de Ana Barros, Artur Viana Fernandes e Luís Filipe Gomes. A edição gráfica ficou a cargo do Instituto Nacional de Administração (INA), que inseriu o livro nos seus «Cadernos» (n.º 40).

Nos anos mais recentes da vida do CEPCEP – 2011 a 2016 – a adição de contributos para o conjunto dos livros «Extra Coleção» manteve-se ativa, pese embora nenhum título ter sido publicado em 2013, e haver apenas um em 2014 e um em 2016. A primeira menção da década em curso foi o resultado do longo trabalho levado a cabo num dos projetos de prestação de serviços mais importantes da história do CEPCEP – a avaliação externa do Programa Novas Oportunidades, cuja relevância foi destacada no capítulo anterior. Com a chancela e o patrocínio do *Institute for Lifelong Learning* da UNESCO e da rede europeia MENON, o livro levou por título *Accreditation of prior learning as a lever for lifelong learning. Lessons learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal*. Nada menos do que três prefácios abriam o volume: de Roberto Carneiro, o coordenador do projeto de avaliação e da publicação, de Arne Carlsen, o Diretor do ILL da UNESCO, e de Nikitas Kastis, o Presidente do Conselho de Diretores da MENON Network.

No seu texto, Roberto Carneiro resumiu, para o potencial leitor estrangeiro do livro, o que era e que importância tinha o NOI (“*New Opportunities Initiative*”), e a evidência primeira do seu sucesso, que era o facto de o programa ter suscitado a adesão de quase metade da população adulta alvo de cerca de 3,7 milhões de “*low-skilled adults*”. Era, por isso mesmo, um estudo de caso nos círculos e instituições internacionais que queriam promover a aprendizagem ao longo da vida e a certificação de habilitações profissionais de largas faixas etárias mais velhas. O livro estruturava-se depois em sete densos capítulos, da autoria dos membros da equipa

do CEPCEP que tinham colaborado na avaliação das Novas Oportunidades, todos eles *peer-reviewed* por especialistas, e incluía ainda um texto de comentário final de um painel de peritos, intitulado «*NOI Evaluative Research. Final Review External Experts*»<sup>86</sup>.

A presença portuguesa no mundo e a história recente das relações diplomáticas de Portugal tiveram largo destaque no catálogo livreiro mais recente. Logo em 2011, Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa coordenaram a publicação de *A Herança do Infante*, volume que recolheu as comunicações proferidas no congresso internacional homónimo que a dupla CEPCEP-CHAM levava a cabo no ano anterior, em Lagos. O Infante estudado e homenageado era D. Henrique, o cérebro dos descobrimentos africanos portugueses, na passagem do 550.º aniversário da sua morte (em 1460). Os primeiros textos eram os da sessão inaugural do encontro: uma conferência de Raquel Pereira Henriques e uma outra, de história, arqueologia e museologia em Lagos, da autoria de Maria João Neves, Miguel Almeida e Maria Teresa Ferreira. Vinham a seguir dezoito outros contributos, distribuídos por cinco secções: “Memórias do Infante”, “Forjar o Mito”, “Revolução Geográfica”, “O Comércio do Atlântico” e “O Património do Infante”.

Em 2012, Maria de Jesus dos Mártires Lopes publicou com a chancela do CEPCEP não um livro, mas, de forma original, um CD, com o título *Luso-Orientália. Fontes para a História Indo-Portuguesa*, que reunia e disponibilizava, de forma digitalizada, um conjunto bibliográfico de coletâneas documentais e glossários de importância para a história da presença portuguesa na Índia, em particular na região de Goa. A ideia original, e o início da recolha, tinham sido da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, no tempo do comissário António Manuel Hespanha. Mas a CNCDP fora extinta e o projeto ficou inédito, até o CEPCEP o acolher por esta via, contando, para tal, com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Nesse mesmo ano, e em dois volumes coordenados por Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, foram publicadas as atas *Goa. Passado e Presente*, recolhendo as contribuições apresentadas no colóquio internacional com o mesmo

---

<sup>86</sup> Os capítulos de estudo tinham como autores Roberto Carneiro (A), Maria Amélia Mendonça e Maria Ana Carneiro (B), Ana Cláudia Valente, Lourenço Xavier de Carvalho e André Xavier de Carvalho (C), Henrique Lopes e Roberto Carneiro (D), Carlos Liz, Mariana Machado e Jorge Portugal Rocha (E), Henrique Lopes (F), e Rodrigo Queiroz e Melo e Sofia Reis (G). O comentário/relatório dos peritos era assinado por Marja van den Dungen, Alejandro Tiana, Claudio Dondi, Joe Kullen, Nikitas Kastis, Walter Kugemann e Fabio Nascimbeni.

nome, que acontecera, juntando o CEPCEP, o CHAM e várias outras instituições, em 2010, aquando do 5.º centenário da chegada dos primeiros portugueses àquela cidade indiana. O conjunto final proporcionava um completíssimo retrato, desde o tempo em que ali tinham aportado as primeiras naus manuelinas até às eras mais recentes da Goa (já) indiana, com 51 estudos, divididos pelas seções de “Gerais” (introdutórios), “Território e Identidade”, “Património Material e Expressivo”, “Família de Goa”, “Convivências e Religiões”, “Economia e Desenvolvimento” e “Língua e Literatura”.

Em 2015, concretizou-se uma repescagem de uma das zonas geográficas ou eixos temáticos que o CEPCEP traçara para si mesmo nos programas da década da 1980: as relações ibéricas. Em *Portugal e Espanha. Amores e Desamores*, sete historiadores, autores de outros tantos capítulos com fatias temporais delimitadas, estudaram os contextos, os acontecimentos, os atores, os problemas, os conflitos, as aproximações, as complacências e os desafios que pontuaram “900 Anos de Fronteira Partilhada” (o subtítulo da obra), e que deram corpo à relação física e histórica, política e diplomática, cultural ou económica entre os dois vizinhos ibéricos, por vezes amigos cúmplices da Ibéria na Europa ou no mundo, noutras vezes inimigos figadais, vivendo nacionalismos arreigados e de costas voltadas<sup>87</sup>. A edição foi coordenada por Artur Teodoro de Matos, João Paulo Oliveira e Costa (que assim se despediu do CEPCEP, pois estava de saída da Direção), e Roberto Carneiro, e dada à estampa, em dois grossos volumes ilustrados, pelo Círculo de Leitores.

História e memória, ou mais exatamente a memória histórica de uma das figuras mais importantes da vida do CEPCEP, foi o justificativo e, em grande parte, a substância de dois livros destes últimos anos. O primeiro data de 2012, tem autoria coletiva e levou por título *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário Ferreira Lages*. Foi um livro do CEPCEP, mas também da Faculdade de Ciências Humanas e da própria UCP, em gratidão à figura do cofundador do Centro e que, depois de 27 anos de serviço à causa do CEPCEP e a outras, muitas, causas e serviços da “sua” Universidade, se aposentara em 2010. Depois das notas introdutórias, de Isabel Capeloa Gil (ao tempo Diretora da FCH), e de Roberto Carneiro (como Presidente do Centro), onde o cumprimento institucional se misturava com a evocação afetiva, vinha um currículo de Mário Lages, uma

---

<sup>87</sup> Os autores dos capítulos foram Maria João Branco, Bernardo Vasconcelos e Sousa, João Paulo Oliveira e Costa, Pedro Cardim, Avelino de Freitas de Meneses, Jorge Manuel Pedreira e José Miguel Sardica.

Tabula Gratulatória e dez testemunhos de dez figuras que mais de perto tinham trabalhado com o homenageado<sup>88</sup>. A segunda (e maior) parte do livro era ocupada por 28 estudos, das mais diversas temáticas e áreas científicas, numa espécie de soma caleidoscópica que era também um tributo à bulimia epistemológica interdisciplinar que sempre marcou o CEPCEP<sup>89</sup>.

O segundo livro dedicado a Mário Lages foi também de homenagem, infelizmente póstuma. Lages morreu em setembro de 2015. Em outubro de 2016, ficou pronto o volume *Lembranças e Afetos. A Amizade também é Memória*, coordenado por Ana Costa Lopes (investigadora do Centro desde as suas origens, discípula e amiga de Mário Lages), e Roberto Carneiro. Mais intimista do que as *Diafanias do Mundo*, não apresenta estudos, mas apenas evocações e testemunhos de amigos, familiares e colegas, que naquelas páginas se quiseram juntar para tributo de saudade a um homem que combinava, como poucos, humildade e conhecimento, serenidade e abertura ao seu semelhante<sup>90</sup>.

Sem data de publicação, mas listado no registo bibliográfico do Centro entre 2012 e 2015, está o *Dicionário de Plantas Mediciniais*, da autoria de José Eduardo Mendes Ferrão e de Maria Cândida Liberato – na verdade o primeiro volume (letras A e B) de uma obra em execução. O foco científico do trabalho pode considerar-se ser o mundo tropical, pois a recolha dicionarística tem por objetivo disponibilizar um instrumento de consulta e conhecimentos a gentes dispersas por várias geografias das propriedades medicinais e terapêuticas das plantas autóctones.

As problemáticas da juventude e da inclusão social motivaram duas das publicações mais recentes do Centro, em 2014 e em 2015. Em parte, ou no todo, elas foram produto dos dados recolhidos, dos resultados divulgados e da experiência acumulada em algumas iniciativas levadas a cabo pelo CEPCEP, como o congresso de 2012 *Delitos, (Re) Integração e Bem-Estar. Novos Desafios*, ou o projeto, de largo fôlego, de 2012-2013, de *Formação e Investigação nos Centros Educativos da União Meridianos*, já mencionados. Em *A Delinquência e o Bem-Estar Juvenil. O Caso Português*

---

<sup>88</sup> A dezena de testemunhos era da autoria de D. José Policarpo, D. Manuel Clemente, Jacinto Tomaz de Carvalho Botelho, António Marques de Carvalho, Armando Machado, Enid de Fátima Simões de Abreu, Jorge Cerol, Maria Manuela Aguiar, Maria Lopes Cardoso e Pedro Roseta.

<sup>89</sup> O volume *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário Ferreira Lages* foi, até hoje, o único livro do CEPCEP produzido pela Universidade Católica Editora.

<sup>90</sup> *Lembranças e Afetos. A Amizade Também é Memória* foi o último livro publicado pelo CEPCEP até maio de 2017.

e o Contexto Europeu, Roberto Carneiro, como coordenador e autor, e quatro outros académicos, da psicologia e da sociologia<sup>91</sup>, elaboraram sobre as políticas de prevenção da delinquência juvenil ancoradas em conceitos e práticas de felicidade e bem-estar dos mais jovens, estudando empiricamente a realidade portuguesa (a partir da aplicação e tratamento de um inquérito a uma amostra de jovens internados em Centros Educativos), e ensaiando uma análise comparativa dos sistemas de justiça na Europa. Também com coordenação de Roberto Carneiro, *Youth, Offense and Well-Being. Can Science Enlighten Policy?* veio, logo de seguida, continuar e densificar a temática do cruzamento legal-social, perspetivando a reconciliação possível entre aquela trilogia de conceitos ou de realidades. O leque de autores desta publicação internacional era bastante mais numeroso: 29 nomes, nacionais e internacionais, cujos contributos se agrupavam em cinco secções: “*Policy Dimension*”, “*Psychological Dimension*”, “*Sociological Dimension*”, “*Institutional Dimension – The Portuguese Benchmark – a) Legal*” e “*International Dimension – The Portuguese Benchmark – b) Systemic*”. Os dois volumes foram parcialmente financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, que se associou aos trabalhos do CEPCEP nestas especialidades, através da sua própria iniciativa «Crianças e Jovens em Risco», levada cabo no âmbito do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

Um olhar pelas prateleiras dos livros produzidos pelo CEPCEP, tanto na sua coleção «Estudos e Documentos», como no conjunto dos títulos «Extra Coleção» constitui, para qualquer observador, uma viagem visual de mais de trinta anos por uma multiplicidade de temas, enfoques e contributos pouco compaginável com qualquer tentativa de sistematização. Do mesmo modo, não é fácil eleger de todo o catálogo aquela que terá sido porventura a mais importante obra publicada pelo Centro. Na análise realizada neste capítulo, deixou-se para o fim – talvez porque os últimos são os primeiros – um título que merece receber menção especial, ao jeito do que se fez nos capítulos precedentes, para a produção e divulgação de investigação científica, ou para os projetos de prestação de serviços.

A menção especial é reservada à obra *Portugal. Percursos de Interculturalidade*, que o CEPCEP deu à estampa nos finais de 2008 – fechando com chave de ouro o ano do 25.º aniversário da sua fundação. Como já acontecera com os estudos sobre a imigração, os imigrantes,

---

<sup>91</sup> Os quatro académicos eram Ana Teresa Ramires, João d'Oliveira Cóias, André Xavier de Carvalho e, do *Tavistock Institute* de Londres, Joe Cullen.

e as suas atitudes, valores e perceções no cruzamento com a população portuguesa, este trabalho foi uma parceria com o Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), e comemorava o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008), uma iniciativa patrocinada, por sua vez, pela própria Presidência do Conselho de Ministros. Sob a coordenação geral de Mário Lages e Artur Teodoro de Matos, a obra tem quatro volumes, num total de texto de quase 1900 páginas, comercializados dentro de uma elegante caixa arquivadora preta. Excetuadas as Enciclopédias (a *Activa Multimédia* e *Educar Hoje*) e os volumes das *Biografias dos Reis de Portugal*, foi a mais volumosa obra dada à estampa pelo CEPCEP, com a chancela de publicação do Centro<sup>92</sup>. Mas não é só, nem principalmente, por este critério quantitativo que o realce é merecido.

No início do Volume I, a Alta Comissária do ACIDI, Rosário Farmhouse, explicava as razões que tinham motivado a redação daquele vasto trabalho. Tudo nascera da vontade convergente do CEPCEP e do ACIDI em apresentarem ao grande público uma reflexão alargada e profunda sobre o universo dos temas abarcados, ou sugeridos, pela iniciativa internacional do Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Do que se tratava, então, a propósito da realidade portuguesa, mas sem que esta se encerrasse à relação e à comparação com o mundo em seu redor, era de adensar saberes, modelos, sistemas, instrumentos e valores em torno da magna questão da “interculturalidade” – em rigor, da “multi/interculturalidade”, e do que ela representava como chave de leitura e instrumento de promoção dos equilíbrios da coesão da sociedade e do território portugueses. Como manifesto cívico, o propósito da obra era, assim, o de aproximar todos os residentes no espaço português para uma cidadania plural, mas inclusiva, diversa, mas plena, que fosse fator de enriquecimento quer das comunidades migrantes quer das comunidades portuguesas pré-existentes de acolhimento.

A esta nota seguia-se uma longa introdução geral, assinada pelos dois coordenadores de obra, que fazia, com revisão de literatura científica e abordagem crítica, a definição preliminar dos conceitos que iriam servir de base comum a todos os capítulos, e que traçava alguma delimitação ao que se iria ler: “cultura”, “multiculturalidade”, “fatores de multiculturali-

---

<sup>92</sup> A seguir ao *Portugal. Percursos de Interculturalidade*, as duas maiores obras publicadas pelo CEPCEP foram *Portugal e Espanha. Amores e Desamores* (quase 1000 páginas somadas em dois volumes), e *Goa. Passado e Presente* (cerca de 900 páginas somadas também em dois volumes).

dade”, “interculturalidade”, “dessintonias e conflitos”, “campos de cultura” e, finalmente, “conteúdos”. O problema central em apreço – o fio condutor da obra – poderia ser definido a partir de uma pergunta: visto que do percurso histórico-cultural que cimentara, com a passagem do tempo, o povo português e o território nacional resultara um quadro de multiculturalidade, de agentes e espaços, o que fazer, e como fazê-lo, para que essa multiculturalidade se transformasse numa verdadeira interculturalidade, garantia eficaz de uma sociedade mais justa, igualitária, coesa (sem unanimismos), e fraterna?

Cada um dos quatro volumes ostenta um título específico: *Raízes e Estruturas* (Vol. I), *Contextos e Dinâmicas* (Vol. II), *Matrizes e Configurações* (Vol. III), e *Desafios à Identidade* (Vol. IV). Somados os quatro, fornecem 36 capítulos, ou estudos, com 38 autores, que são um riquíssimo retrato de Portugal e dos portugueses, das suas autorrepresentações identitárias, das suas formas sociais, culturais, políticas e materiais de vida, dos diálogos que entretecem com outras comunidades aqui viventes e do seu lugar de inscrição e pertença no mundo, no dealbar do novo milénio. O interesse da obra assenta na maneira como os saberes mais diversos conseguem gravitar e alimentar um mesmo eixo de reflexão – o país e as suas gentes. E por isso os capítulos cobrem ângulos tão múltiplos como a biologia, a ecologia, a tecnologia, os media, a geografia e as regiões, a demografia, a propriedade, a arquitetura, a religião, as crenças, os ritos, a língua, a literatura, a arte, a música, o traje, as migrações e comunidades, as classes, os grupos sociais, a aculturação, as famílias, os partidos políticos, as elites, a educação, a diplomacia, a geopolítica, em suma e no fundo, os infinitos rostos da portugalidade pós-moderna.

Vale a pena listar, pela ordem de aparição nos índices, os autores envolvidos na obra, porque é raro uma qualquer publicação de um Centro de Estudos universitário português conseguir congregar uma tão alargada e qualificada plêiade de académicos: Alexandre Castro Caldas, Maria Helena da Cruz Coelho, José Eduardo Mendes Ferrão, Maria Lisete Caixinhas, Maria Cândida Liberato, José Augusto dos Santos Varela, Jorge Freitas Branco, Manuel Graça Dias, Madalena Braz Teixeira, Susana Sardo e Luís Filipe Barreto (Vol. I); João Peixoto, Maria Lucinda Fonseca, Isabel Guerra, Elísio Estanque, Carlos Manuel Soares Miguel, José Machado Pais, Joaquim Aguiar, Silvestre Ourives Marques e Isabel Ferin da Cunha (Vol. II); Manuel Cândido Pimentel, Brian Juan O’Neill, Nuno Saldanha, Ana Maria Costa Lopes, Ana Maria Martinho, Maria Filomena Capucho, Alfredo Teixeira, Luís Filipe Thomaz e Maria Isabel Tomás (Vol. III); António Fonseca, Isabel Capeloa Gil, Roberto Carneiro, Peter Stilwell, Fernando Ilharco,

Carlos Silva, Adriano Moreira, Onésimo Teotónio Almeida e Manuel Ferreira Patrício (Vol. IV)<sup>93</sup>.

Na sessão de inauguração do CEPCEP (detalhada na I Parte do livro), em maio de 1983, o seu primeiro Presidente, José de Freitas Ferreira, explicou ao público que o escutava e à mesa de honra, onde estava o Chefe de Estado de então, Ramalho Eanes, que o CEPCEP vinha para “dar cumprimento ao magno objetivo de incrementar a cultura do povo português, de promover a investigação científica em todos os ramos do saber, de formar cidadãos ao nível científico, profissional e humano-cristão e de repartir pelo povo os resultados da investigação” – uma insigne tarefa moral e cívica, porque “o estudo da cultura tem por objetivo último revelar-nos o homem na sua realidade concreta como pessoa e como comunidade”<sup>94</sup>. Talvez a globalização pós-moderna, com os seus fluxos, as suas mobilidades e as suas hibridações tenha transformado a “cultura” – a outrora grande cultura, resultado cumulativo de um cânone histórico, étnico, linguístico e mental – em processos e diálogos muitos mais fluídos e contingenciais de “multiculturalidade” e de “interculturalidade”, que justamente revelam e situam o(s) indivíduo(s) como pessoas e em comunidade(s). Este olhar mais atual, contudo, já norteava o Centro nas suas origens, porque estudar os povos e as culturas de expressão portuguesa tanto dependia da redescoberta de algumas essencialidades históricas, como da abertura e da sensibilidade em relação a processos comunicacionais de diálogo, de mediação e de síntese do heterogéneo. E se assim é, os quatro volumes do *Portugal. Percursos de Interculturalidade* foram a maneira natural de o CEPCEP continuar a fazer, em 2008, o que anunciara querer fazer um quarto de século antes, aquando do seu nascimento.

---

<sup>93</sup> Como no próximo capítulo se verá, dez dos capítulos-estudos desta obra foram reeditados em 2009, dando corpo ao n.º 13 da revista do CEPCEP *Povos e Culturas*, intitulado *Portugal Intercultural*.

<sup>94</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1.



---

## A revista *Povos e Culturas* ou a marca identitária do CEPCEP

De entre os catorze centros, ou institutos, de investigação hoje ativos no conjunto da Universidade Católica Portuguesa, metade deles publica uma revista académica. É bem certo que a classificação de uma publicação regular de uma qualquer unidade de investigação científica como “revista” é no presente mais problemática do que o era até há umas duas décadas atrás, ou mesmo recuando apenas ao salto operado, desde há dez anos, sob o impulso da Reforma de Bolonha. De todo o modo, e de acordo com a informação disponibilizada no *site* da UCP<sup>95</sup>, as unidades de investigação que têm revistas científicas, ou publicações equiparáveis a tal – não cuidando aqui da sua estrutura editorial interna, dos seus processos de arbitragem científica ou da sua indexação nacional e internacional – são, em Lisboa, o Centro de Estudos e Investigação em Direito (hoje rebatizado *Católica Research Centre for the Future of Law*), o CEPCEP, o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), e o Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS), e, no Porto, o Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano (CEDH), e o Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR).

O Centro de Estudos e Investigação em Direito lançou, recentemente, a *Católica Law Review*; mas é o proprietário de um título bastante mais antigo – *Direito e Justiça* – cujo primeiro número remonta a 1980. Seguiram-se a esta revista, e por ordem cronológica de fundação, a *Povos e Culturas*, do CEPCEP, iniciada em 1986, a *Lusitania Sacra*, do CEHR, em

---

<sup>95</sup> <https://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=82&lang=1>  
(acedido a 26.12.2016).

1989, a *Comunicação & Cultura*, do CECC, em 2006, e os *Cadernos de Saúde*, do CIIS, em 2008. No Centro Regional do Porto, o CEDH começou a publicação da sua *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* (*Portuguese Journal of Education Research*), em 2002, e o CITAR lançou o seu *Journal of Science and Technology of the Arts* em 2009. Podem e devem acrescentar-se a esta lista – demonstrando a diversidade da oferta editorial de coleções da UCP – outros títulos, como a *Revista Portuguesa de Filosofia*, uma veneranda publicação iniciada em 1945 e depois incorporada na Faculdade de Filosofia do *campus* de Braga, a *Didaskalia*, periódico-montra da Faculdade de Teologia desde 1971, a *Economia*, lançada na Universidade Católica em 1977, aquando da criação do Centro de Estudos Aplicados (CEA), uma unidade que ainda subsiste na orgânica da FCEE/CLSBE, mas que não é de investigação científica, e a *Nova Cidadania*, iniciada pelo Instituto de Estudos Políticos em 1999. E da mesma maneira que a Universidade teve centros ou institutos entretanto extintos, também a respetiva publicação de revistas seguiu o mesmo curso – o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS) da FCH, por exemplo, teve uma revista eletrónica, *Locus Soci@l*, *Revista de Serviço Social, Política Social e Sociedade*.

Esta breve resenha destina-se a enquadrar e a salientar o pioneirismo que a revista *Povos e Culturas* assumiu ao ser preparada pelo CEPCEP desde a fundação do Centro, com o primeiro número publicado nos finais de 1986. Ao tempo, e no todo da UCP, foi portanto o quarto título periódico a surgir, após a *Didaskalia*, a *Economia* e o *Direito e Justiça*<sup>96</sup>. Mas foi – e eis a originalidade – a primeira revista da UCP criada e dinamizada dentro de uma única unidade de investigação, como era o CEPCEP, e não com o suporte institucional de uma Faculdade ou de uma fileira de formação, como as mais antigas. E tratou-se, sobretudo, como neste capítulo se pretende demonstrar, de uma publicação a muitos títulos original, num panorama ou num campo de conhecimento – as ciências humanas – onde não existiam, na década de 1980, muitas publicações com o escopo abrangente e interdisciplinar que a *Povos e Culturas* logo assumiu como sua marca identitária.

---

<sup>96</sup> Não se contabiliza, para este efeito, a *Revista Portuguesa de Filosofia*, criada no âmbito do Instituto de Filosofia dos Jesuítas, em Braga, em 1945. Dois anos volvidos, em 1947, esse Instituto viria a ser elevado a Pontifícia Faculdade de Filosofia e foi esta que serviu, em 1967, de embrião de criação da Universidade Católica Portuguesa. Mas a revista é bem anterior ao nascimento da UCP, pelo que não é uma criação da Universidade Católica.

A noção de que o CEPCEP deveria possuir uma revista que servisse de principal montra da sua projetada investigação científica foi uma ideia muito clara desde os primeiríssimos tempos da fundação do Centro, e uma preocupação constante e muito visível nos anos iniciais da sua consolidação. Na carta de Carlos Laranjo Medeiros a Mário Lages, de março de 1981 (já citada no capítulo 2 deste livro), e entre outras sugestões avançadas quanto ao desenho do futuro Centro, constava desde logo a ideia, ou recomendação, de “tentar criar uma revista que dinamizasse na Igreja (sacerdotes e crentes) uma reflexão mais intensa dos problemas do real concreto da vida do dia a dia que não meramente especulativa e que, eventualmente, servisse de rumo à orientação dos católicos”<sup>97</sup>. A definição algo clerical então dada por Carlos Medeiros seria trabalhada nos tempos posteriores, e das discussões por certo havidas com Mário Lages, Freitas Ferreira e o próprio Reitor, Pe. Bacelar e Oliveira, o projeto da revista foi sendo direcionado para um escopo mais científico. Assim, no rascunho do Regulamento de abril de 1982 figurava o objetivo de “publicar uma revista com estudos originais relevantes para o conhecimento científico das transformações das culturas de expressão portuguesa”; no projeto de Estatutos de janeiro de 1983, anunciava-se uma revista sobre “as culturas de língua portuguesa e obras originais ou essenciais sobre essas culturas”; finalmente, nos Estatutos aprovados em novembro de 1984, falava-se somente em “editar uma revista e divulgar obras originais e relevantes” como missão conjunta do Centro no âmbito das suas futuras publicações<sup>98</sup>.

O nome da revista não figurava ainda no documento de apresentação programática do CEPCEP, datado de 30 de março de 1983<sup>99</sup>. Foi só após a oficialização do Centro, em maio, que a designação *Povos e Culturas* surgiu, abreviando assim, no título, o que era a substância da nova unidade de investigação – conhecer e trabalhar os “povos” e as “culturas” de língua oficial portuguesa. Um apontamento manuscrito de Mário Lages, datado muito provavelmente de junho de 1983, calendarizava como possível e desejável a publicação do n.º 1 para o outono desse ano, elaborando o que pode considerar-se a primeira ficha descritiva na nova publicação: a *Povos e Culturas* teria periodicidade semestral e números temáticos (opção preferencial) ou, em alternativa, volumes de miscelânea. Mais se

<sup>97</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 1 (carta de Carlos Medeiros a Mário Lages, 6.3.1981).

<sup>98</sup> *Ibidem*, CEPCEP, CEP 2, projetos de Regulamento ou Estatutos do CEPCEP de abril de 1982, art.º 2.º e), janeiro de 1983, art.º 2.º e), e Estatutos finais do Centro, novembro de 1984, art.º 3.º i).

<sup>99</sup> Arquivo CEPCEP, CEP 2, documento de apresentação oficial do CEPCEP, 30.3.1983, art.º 3.º h).

acrescentava que a tiragem tipo seria de 1500 exemplares por número, e arrolava-se uma lista de possíveis financiadores permanentes – ou pelo menos para o 1.º número, cujo orçamento de execução se calculava em 800 contos. Planeava-se também que a publicação viesse a ter um Conselho Científico, de acompanhamento/aconselhamento, constituído por dois académicos portugueses, dois brasileiros, dois africanos de expressão portuguesa, mais um africano, um inglês, um francês, um norte-americano, um indiano e um espanhol<sup>100</sup>. Sob uma direção ainda a designar, estes doze elementos trabalhariam especificamente na planificação dos temas de cada número, na leitura dos textos recebidos e no diálogo com os autores a combinar. Não se tratava do que hoje se designa *peer-review* – um crivo científico que a *Povos e Culturas* nunca viria a ter – mas era, em todo o caso, um modelo de garantia de qualidade não despidendo. Este Conselho Científico da revista, todavia, nunca saiu do papel<sup>101</sup>. Uma das personalidades portuguesas convidadas para essa função foi Agostinho da Silva. O convite foi-lhe endereçado: mas em carta de março de 1984, o conhecido mestre filósofo respondeu a Freitas Ferreira declinando o que reputava ser uma honra “em qualidade elevada demais” – “já que meu saber é bem reduzido, e olhe que lhe estou escrevendo, como se costuma dizer, ‘com o coração nas mãos’”<sup>102</sup>. Em fase posterior, a direção do Centro ainda pretendeu que fosse o Conselho Geral, ou pelo menos, uma sua secção de membros mais assídua e interessada a acompanhar a Revista. Mas, vista a história das dificuldades da dinamização de tal órgão na orgânica do CEPCEP, também essa pretensão se mostrou impossível.

O nascimento da *Povos e Culturas* foi uma epopeia que durou três longos anos, do outono de 1983 ao outono de 1986. Não existiam publicações congêneres que a pudessem inspirar; apenas a experiência de dois dos nomes que integravam a direção do CEPCEP: Carlos Medeiros, seu fundador, e Artur Teodoro de Matos, que ingressou como vogal na direção do Centro em junho de 1983. A paternidade da ideia da *Povos e Culturas* pertencia ao primeiro, como atrás se viu; mas foi o segundo quem assumiu de início a sua direção efetiva. “Quando eu criei a revista”, recorda

<sup>100</sup> *Ibidem*, ARD 1983/84 (nota manuscrita de Mário Lages, s.d. [junho de 1983]).

<sup>101</sup> No ponto dedicado à revista *Povos e Culturas* no Programa do CEPCEP para 1985-86 ainda se escreve que a mesma, “dirigida por um diretor”, “integrará quinze a vinte membros conselheiros científicos escolhidos de entre personalidades culturais portuguesas e estrangeiras que se pronunciarão sobre a colaboração a editar e nas áreas das suas especialidades” (AA. VV., 1985, p. 90). Mas, de facto, e na história subsequente da revista, tal nunca se viria a concretizar.

<sup>102</sup> Arquivo CEPCEP, CR 1 (carta de Agostinho da Silva a Freitas Ferreira, 4.3.1984).

hoje Carlos Medeiros, “convidei logo o Artur para ser diretor comigo. Fui eu que escolhi o nome. O Artur estava muito ligado, pelas suas investigações, ao Oriente; e eu dominava a África relativamente bem”. E acrescenta: “era a segunda revista que [eu] dirigia. A primeira tinha sido, com o António José Saraiva, a *Raiz e Utopia*, em 1976”, uma revista “ecológica” e “um pouco neo-anarquista”. Já a *Povos e Culturas*, continua Medeiros, “pretendeu pensar a sociedade portuguesa de maneira diferente”<sup>103</sup>. Por seu turno, Teodoro de Matos acrescenta que tinha lançado, pouco tempo antes, na Universidade dos Açores, a revista *Arquipélago*; e por isso “possuía alguma experiência na área editorial. Foi talvez por isso que assumi a tarefa”<sup>104</sup>. “A direção dependia muito do tema da revista”, lembra Carlos Medeiros. Em todo o caso, e em termos de trabalho efetivo e quotidiano, a verdade é que “o Artur ficou mais à frente da revista, porque tem um perfil mais académico do que eu”<sup>105</sup> – e mais tempo disponível, porque Medeiros tinha, e sempre teria, uma vida empresarial e uma atividade de consultoria importante.

Foi, de facto, Artur Teodoro de Matos quem mais de perto liderou e supervisionou o lançamento da *Povos e Culturas*. O putativo tema do n.º 1 estava escolhido em finais de 1983: *África de Expressão Portuguesa*. Em março de 1984, a sua saída foi reagendada para setembro daquele ano. Mas como o seu diretor reconhece, cedo se percebeu que a periodicidade semestral era impossível, porque a revista queria ser temática – “e as revistas temáticas são muito mais difíceis de organizar do que as não temáticas”<sup>106</sup> – e porque a dinâmica de escolha de autores, convites, aceitação e entregas de textos foi sempre muitíssimo incerta. Em novembro de 1984, o CEPCEP levou a cabo uma consulta pública a várias tipografias e editoras lisboetas, solicitando orçamentos e condições de impressão da revista – 1000 exemplares, com cerca de 300 pp. A5, brochura a ponto de arame, cadernos de 16 pp. e capa a cartolina<sup>107</sup>.

Sem dúvida para clarificar o seu projeto editorial, e assim atrair potenciais autores (mais) consagrados, a descrição da revista ocupava uma página inteira do Programa do CEPCEP para 1985-86, e mais algumas linhas no início do mesmo, onde se expunham as orientações de base para aquele biénio. Neste documento, a revista era considerada de “vital importância”, pela sua “indelével marca científica”, e explicava-se que o

<sup>103</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>104</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>105</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>106</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>107</sup> Arquivo CEPCEP, CE 1.

conteúdo de cada um dos futuros volumes da *Povos e Culturas* deveria ser “subordinado a um tema e/ou área geográfica, tendo em conta as investigações em curso no CEPCEP e as suas áreas de interesse”. Contudo, o primeiro volume, ali anunciado para junho de 1985, não seguiria esta norma, “inserindo estudos de diferentes temáticas e áreas geográficas”, por pretender representar “o ecletismo científico do CEPCEP”. As colaborações deveriam ser inéditas e, para além dos estudos, a revista iria também conter uma secção de “documentos importantes de índole histórica ou etnográfica, recensões críticas, notícias e outros”. A colaboração não seria paga, mas cada autor teria direito a 50 separatas dos seus artigos e a um exemplar da revista<sup>108</sup>. Estas ofertas, e sobretudo os custos de produção editorial de cada número, teriam de ser cobertos por suporte financeiro angariado junto de instituições públicas ou privadas.

O financiamento provou ser um problema importante – como o era, aliás, em relação ao próprio Centro e a todas as suas restantes atividades. Boa parte do ano de 1985 foi consumida em correspondência vária para os mais diversos interlocutores, a quem se pediam apoios para a publicação – à Fundação Calouste Gulbenkian, através do administrador Vítor de Sá Machado, para que assegurasse a compra de 300 exemplares; ao Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, através do seu presidente, Fernando Cristóvão; ao IPPC, através de João Palma Ferreira; ao IPL, através de António Alçada Batista; ou ao INIC, através do seu presidente, Alberto Ralha. A Gulbenkian aceitou aquele pedido e o INIC comprometeu-se a facultar 500 contos para o n.º 1. Em meados de 1985, Teodoro de Matos informou os colegas da direção que alguns textos estavam já recolhidos, mas que faltavam ainda financiamentos. Foram então dirigidos novos pedidos de subsídios, à Fundação Amélia da Silva Melo, à Seguradora Império, à Caixa Geral de Depósitos, à Papelaria Fernandes ou à Secretaria de Estado de Investigação Científica<sup>109</sup>. Numa reunião do Conselho Geral do Centro, Mário Pinto sugeriu que se procurassem também apoios junto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Governo Civil, da Câmara Municipal de Lisboa e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, e que se iniciassem contactos com o Instituto da Defesa Nacional, não tanto para apoio financeiro, mas sobretudo para a possibilidade de utilização da sua tipografia (onde o IDN imprimia a *Revista Militar*), para que ali fosse produzida a *Povos e Culturas*<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> AA. VV., 1985, pp. 20 e 90.

<sup>109</sup> Arquivo CEPCEP, CE 2 e CE 3.

<sup>110</sup> *Ibidem*, CEP 3 (reunião de 12.6.1985).

O *fundraising* – que foi na verdade quase um *crowdfunding* – estava terminado em finais de 1985. Mas outros problemas subsistiam. Era difícil encontrar autores disponíveis para redigirem artigos – porque “bons artigos dão tanto trabalho como um livro”, alertava Teodoro de Matos<sup>111</sup>. A dificuldade era tanta que o diretor da revista achava deverem ser acelerados os projetos de investigação do Centro, de onde poderiam vir estudos, confessando que a revista teria de viver “de colaboradores do CEPCEP e eventualmente de alguns seniores de boa qualidade”<sup>112</sup>. Mas não era fácil encontrá-los. Teodoro de Matos apelou então à ação de Carlos Medeiros e de Roberto Carneiro, cuja carteira de contactos era larga, sobretudo entre especialistas extra académicos. Uma coisa era certa, e foi Carlos Medeiros a verbalizá-la: só valia a pena fazer a revista “se for muito boa”<sup>113</sup>. Chegou a equacionar-se o pagamento dos artigos, à razão de mil escudos a página A4, mas com um limite de pagamento de 15 contos para artigos com dimensão máxima de 20 a 30 pp. Mas a ideia logo caiu por terra, por ser financeiramente in comportável<sup>114</sup>.

Em outubro de 1985, o tema inicialmente projetado para o n.º 1 (*África de Expressão Portuguesa*) já tinha sido abandonado – ou porque se procurasse o tal número inicial eclético, ou porque os textos sobre temáticas africanas tardavam a chegar. A alternativa, que veio de facto a ver a luz do dia, foi um volume sobre a sociedade portuguesa, cujo primeiro índice previa subdivisão em três partes: «Sociedade», «Instituições» e «Emigração»<sup>115</sup>. A linha de reflexão dominante seria uma inquirição multidisciplinar ao que de mais relevante se passara, e mudara, em Portugal nos últimos dez anos, entre 1975-1976 e 1985-1986. Roberto Carneiro colocou então duas alternativas sobre a mesa: “ou publicar a revista este ano, tentando utilizar a matéria já disponível, e melhorá-la, acrescentando outras, ou adiar a publicação”<sup>116</sup>. Optou-se pela segunda hipótese e, reescalando a publicação, assentou-se que o n.º 1 da revista só sairia em 1986, e que havia

---

<sup>111</sup> *Ibidem*, ARD, 24.9.1985.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Ibidem*, ARD, 7.10.1985.

<sup>114</sup> *Ibidem*. Em maio de 1986, a direção do Centro estudou, em alternativa, a hipótese de remunerar alguns colaboradores (os mais importantes) com uma verba única por artigo de 10 contos e a oferta de um exemplar da revista, enquanto aos colaboradores não remunerados se ofereceriam 30 separatas e um exemplar da revista (ARD, 15.5.1986). Mas a proposta também não foi adiante, por constrangimentos orçamentais e, sobretudo, porque o apuramento da lista dos autores “mais importantes” seria sempre tarefa muito subjetiva. Até ao presente, as colaborações na revista não são remuneradas.

<sup>115</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 4.11.1985.

<sup>116</sup> *Ibidem*, ARD, 16.10.1985.

que começar a pensar de imediato no n.º 2, para o qual se sugeria o tema *Colonização e Descolonização*<sup>117</sup>. De todo o modo, houve que dirigir, em dezembro de 1985, um pedido aos Registos de Imprensa e Publicidade da Direção-Geral de Comunicação Social, para que se prorrogasse o título *Povos e Culturas*, cujo registo caducava no final desse ano<sup>118</sup>.

Fora do CEPCEP, vozes importantes da UCP acompanhavam com crescente interesse o lançamento da nova publicação. Uma dessas vozes era D. José da Cruz Policarpo, que, nesse ano de 1985, sucedera a Freitas Ferreira como diretor da Faculdade de Teologia. Mário Lages mostrou ao futuro Reitor e Cardeal-Patriarca o esboço de índice e de lista de colaboradores do n.º 1. D. José concordou, com duas ressalvas: que se convidassem mais colaboradores da UCP e que se evitassem convites a pessoas menos identificadas com a natureza e a missão da Universidade. Em resposta, Teodoro de Matos tranquilizou-o com a garantia de que haveria sempre o “máximo cuidado” na escolha dos autores e, sobretudo, em assegurar “a qualidade científica dos artigos”<sup>119</sup>. Alguma coisa, todavia, deve ter suscitado a intranquilidade do Reitor, Pe. Bacelar e Oliveira. E tanto que, em reunião de direção, no início de abril de 1986, Roberto Carneiro confessou esperar que a Reitoria vetasse a revista, restando ao CEPCEP a alternativa de a publicar sobre a forma de um Caderno de Estudos. Na opinião do presidente do Centro, esta solução constituiria uma “manifestação de firmeza” ali julgada necessária, mas alterava a estratégia científica do CEPCEP. Teodoro de Matos secundou-o, opinando que se a revista se transformasse em “cadernos” perderia força e impacto, havendo que dar explicações do facto tanto aos autores como aos financiadores já angariados. Carlos Medeiros, mais radical, considerou a possibilidade de uma demissão coletiva da direção, no que foi dissuadido pelos colegas. Em todo o caso, permanecia um receio: o de que a atitude do Pe. Bacelar não fosse a recusa liminar, mas o adiamento *sine die* da permissão de publicação, não agendando a apreciação do projeto da revista (e do seu n.º 1) em reunião do Conselho Superior<sup>120</sup>. É quase certo que vozes autorizadas – como a de D. José Policarpo ou a do diretor da FCH de então, Mário Júlio de Almeida Costa – terão tranquilizado o Reitor Bacelar. Em maio, um mês depois do sobressalto acima descrito, a reitoria autorizou

<sup>117</sup> *Ibidem*, ARD, 28.10.1985.

<sup>118</sup> *Ibidem*, CE 3.

<sup>119</sup> *Ibidem*, ARD, 4.11.1985.

<sup>120</sup> *Ibidem*, ARD, 2 e 7.4.1986.

oficialmente a publicação da revista, embora não deixasse de levantar reservas e cautelas quanto aos critérios orçamentais<sup>121</sup>.

O trabalho pôde então acelerar. O contrato para a impressão de 1500 exemplares foi fechado com as Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Limitada, em Braga, caindo assim por terra a hipótese de utilização da tipografia do Instituto da Defesa Nacional. Os últimos textos do n.º 1 deram entrada no Centro, para leitura, algumas correções e paginação, em abril e maio de 1986<sup>122</sup>. Em junho, Roberto Carneiro sugeriu o título definitivo do volume de estreia – *Portugal e os Portugueses: uma perspetiva diacrónica* – ao mesmo tempo que encarregou Artur Teodoro de Matos de redigir um texto editorial que resumisse o espírito e os objetivos da revista do CEPCEP<sup>123</sup>.

Porque se trata da “magna carta” definidora da principal publicação do CEPCEP, vale a pena uma análise de pormenor. A abrir, a *Povos e Culturas* era apresentada como “o veículo principal de comunicação entre o CEPCEP e o grande público”. Tratava-se de uma publicação “independente”, apenas “comprometida com o serviço cultural ao universo de língua portuguesa”, constituindo-se assim, de forma mais vasta, como “espaço de convivência entre todos aqueles que partilham uma conceção plural e não totalitária da existência”, por se reivindicar de uma “axiologia essencialmente humanista, em que o passado, o presente e o futuro do homem, protagonista das aventuras culturais, se define como referência essencial de perscrutação e análise”. Pertença, e expressão visível, de um Centro de Estudos, seria uma “janela aberta”, quer porque convidava “o investigador atento” ou “o simples leitor interessado” a conhecer por aquela via o CEPCEP, e a avaliar a todo o momento a sua “coerência científica”, quer porque por ela o próprio Centro e os seus membros podiam assumir “um compromisso solidário com o mundo envolvente”, de estudo, reflexão, serviço e conhecimento. A revista, acrescentava a nota, forjara-se e viveria “no pressuposto de que é na produção cultural que reside a chave da vitalidade e da renovação dos povos”, por aí se descobrindo “uma relação

---

<sup>121</sup> *Ibidem*, ARD, 12.5.1986. Recorde-se que, por esta altura – abril/maio de 1986 – a Direção do CEPCEP e o Reitor Bacelar estavam envolvidos numa crise de relacionamento institucional, atrás explicada no final do capítulo 4.

<sup>122</sup> Em reunião de 28.4.1986, Mário Batista Coelho, investigador tarefeiro do Centro que desempenhava funções de secretário da revista, informou que estavam para dar entrada muito em breve os últimos 6 artigos do total de 20 que o n.º 1 viria a publicar (Arquivo CEPCEP, ARD, 28.4.1986).

<sup>123</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 2.6.1986. A alternativa de título preterida era *Os portugueses e a mudança nos últimos 10 anos*.

de pertença e de solidariedade que torna perene o sentido orgânico da História”. A terminar, vinha então o lema, ou mote-resumo: “O que fomos. Quem somos. Para onde vamos. Eis, em síntese, o projeto coletivo que a cada momento se forja – ou cuja oportunidade se perde – perante a qual *Povos e Culturas*, na modéstia do seu contributo, não quer ficar indiferente”. Fixado no verão de 1986, este texto não mais foi alterado e está reproduzido em todas as contracapas dos números da revista publicados até hoje.

Na fase final da composição do n.º 1, houve que tomar decisões sobre a estrutura interna e subdivisões da revista, fixando o seu figurino oficial até à atualidade: à secção principal dos artigos temáticos juntar-se-ia uma secção de «Inéditos», destinada à publicação de “conferências, seminários e trabalhos promovidos pelo CEPCEP”. Era o caso do inédito escolhido para o n.º 1, que era a conferência «*Decolonisation and the “Ethiopianisation” of Africa*», proferida por Ioan Lewis na sessão inaugural do CEPCEP, em maio de 1983. Teodoro de Matos expressou inicialmente algumas reservas à designação da secção como «Inéditos», uma vez que todos os textos editados na revista (mesmo os artigos), o eram, e propôs como alternativa «Textos e Documentos». Mas deixou-se convencer quando Carlos Medeiros e os colegas de direção lhe precisaram que os «Inéditos» seriam um exclusivo do Centro e da sua produção, enquanto os artigos proviriam sempre de colaborações internas ou externas da mais variada proveniência<sup>124</sup>.

A 14 de novembro de 1986, a reunião de direção teve por único ponto de agenda a preparação dos últimos pormenores para a sessão de lançamento, aprazada para dali a uma semana e meia, a 26 de novembro, no Auditório 1 da Universidade Católica. Três dos autores de artigos do número inaugural seriam convidados a resumir os seus contributos a título de pequena conferência, seguida de debate: os escolhidos foram Carminda Cavaco, Yvette Centeno e Manuel Braga da Cruz<sup>125</sup>. Todas as

---

<sup>124</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 15 e 29.10.1986. Artur Teodoro de Matos e Carlos Medeiros voltariam a dirimir, de forma amigável, argumentos em torno dos «Inéditos» em 1988, com o primeiro a considerar que a secção poderia ter mais de um texto, consoante o fluxo da produção do Centro, e o segundo a defender que não se deveria integrar mais do que um inédito em cada número (Arquivo CEPCEP, ARD, 16.5.1988). A maioria dos números em que houve secção de «Inéditos» incluiu, de facto, mais do que um texto – e, ao contrário do originalmente pensado, ao longo dos anos, muitas vezes o seu autor não pertencia ao CEPCEP, nem o trabalho publicado refletia produção do Centro.

<sup>125</sup> O futuro Reitor da UCP tinha sido um dos académicos portugueses convidados para integrar o Conselho Geral do Centro em 1985. A sua colaboração com o n.º 1 da *Povos e Culturas* é hoje recordada da seguinte forma: “Se a memória me não falha, foi-me dito que esse número era sobre o 25 de Abril e os anos subsequentes à Revolução, e

embaixadas de língua portuguesa e uma multitude de outras entidades e organizações estavam convidadas e a maioria marcou presença. Convites especiais foram dirigidos – e aceites – ao Cardeal-Patriarca de então, D. António Ribeiro, e à mulher do Primeiro-Ministro, Maria Cavaco Silva, em sua representação<sup>126</sup>. O ato de lançamento da revista, a 26 de novembro, teve na verdade dois momentos, ambos presididos pelo Reitor: às 18.00h a sessão académica, na Universidade, no termo da qual, na sua qualidade de coanfitriã, a Reitoria ofereceu um pequeno *cocktail* a todos os presentes, e um encontro, às 21.30h, nas instalações do Centro Nacional de Cultura (com o qual o CEPCEP tinha um protocolo de colaboração desde 1985), onde decorreram então as exposições-conferências dos três académicos e autores de artigos acima citados<sup>127</sup>.

Para o n.º 1 da revista, a direção do CEPCEP delineara um esquema de auto distribuição em pontos de venda previamente escolhidos e contactados. Mas o sistema revelou-se imediatamente ineficaz e muito custoso. Dias depois da sessão de lançamento, contratou-se logo uma distribuidora, ao mesmo tempo que, para assegurar uma maior publicidade seletiva à novel revista, o Centro enviou exemplares, com carta institucional assinada por Roberto Carneiro, ao Presidente da República, Mário Soares, ao Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, ao Presidente do Tribunal Constitucional, ao Governador de Macau, aos Presidentes dos governos autónomos dos Açores e Madeira, João Bosco Mota Amaral e Alberto João Jardim, aos Ministros da República nos Açores e Madeira, a todos os bispos do Episcopado português e a várias fundações, universidades e instituições culturais, em particular as que tinham já convénios ou contactos com o CEPCEP<sup>128</sup>.

A estreia da *Povos e Culturas* aconteceu assim três anos e meio volvidos sobre a fundação oficial do Centro. Sob o título *Portugal e os Portugueses: uma perspetiva diacrónica*, o volume continha 20 artigos de investigação, num total de cerca de 400 páginas, acrescidos do Inédito acima referido de Ioan Lewis, e de duas pequenas secções, uma recenseando as

---

eu na altura estava com interesses em cima das questões da transição democrática, e lembro-me de ter feito esse artigo. Foi um texto que me deu prazer fazer, procurando fasear politicamente esses anos. Mas foi uma encomenda, eu não tinha nada feito. Fui convidado, pelo Roberto Carneiro, e fiz com muito gosto” (Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial, novembro de 2016). O artigo de Manuel Braga da Cruz intitulava-se «A Evolução das Instituições Políticas: Partidos Políticos e Forças Armadas na Transição Democrática Portuguesa (1974-1986)».

<sup>126</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 14.11.1986.

<sup>127</sup> *Ibidem*, C UCP 1, 1983-1988 (carta de Roberto Carneiro ao Reitor, 19.11.1986).

<sup>128</sup> *Ibidem*, ARD, 6.1.1987.

atividades do CEPCEP já ocorridas e a outra reproduzindo os Estatutos do Centro<sup>129</sup>. Na direção da revista surgiam, por ordem, os nomes de Artur Teodoro de Matos e de Carlos Laranjo Medeiros, tendo aquele número sido secretariado por Mário Baptista Coelho. Na ficha técnica listavam-se as cinco entidades que tinham patrocinado a publicação: Fundação Calouste Gulbenkian, ICALP, INIC, JNICT e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Em 1986, tinham passado dez anos sobre o PREC e Portugal acabara de ingressar na CEE, depois UE. Era tempo de balanço e de prospetiva – e foi esse o desafio assumido pelo número inaugural da revista. Qual era o estado do país, visto por diversos ângulos, após uma dezena de anos de (re)aprendizagem e consolidação democrática e às portas da integração europeia? Eis o que se pretendia apurar.

Não sendo possível detalhar os índices de cada número da *Povos e Culturas* já publicado, seguir-se-á a regra de destacar as principais autorias e um ou outro aspeto mais distintivo do conteúdo de cada uma<sup>130</sup>. O n.º 1 tem a nostalgia das origens; mas foi, de facto, um volume notável. O seu primeiro artigo, intitulado «Portugueses nos primeiros conhecimentos dos Trópicos», era da autoria do célebre Gilberto Freyre, sociólogo, antropólogo, historiador e pensador da identidade brasileira. O contributo fora obtido por diligências de Mário Lages e por contacto e mediação da Fundação Joaquim Nabuco. Mesmo em 1986, publicar Gilberto Freyre, o velho teórico do “lusotropicalismo”, usado pelo Estado Novo nos anos 60 para sustentar a benignidade do seu colonialismo, não era fácil – e é interessante notar como um tal consagradíssimo autor aceitou enviar um texto para a estreia de uma revista de um Centro ainda com muito pouca história<sup>131</sup>. A Gilberto Freyre juntavam-se, nesse n.º 1, outros nomes importantes, como Jorge Gaspar, José Manuel Fernandes (arquiteto), Carminda Cavaco, Alfredo de Sousa, Jorge Arroiteia, Manuel Braga da Cruz, José Medeiros Ferreira, Eduardo Marçal Grilo, Álvaro Laborinho Lúcio ou Yvette Centeno. Da história à população, das estruturas agrárias aos bairros citadinos, da economia à emigração, das instituições políticas às forças armadas, da Igreja ao sistema educativo, da justiça à cultura, da poesia à

<sup>129</sup> A secção dedicada às «Atividades do CEPCEP» teve publicação muito irregular, não aparecendo em muitos dos números da revista.

<sup>130</sup> V., para um quadro resumo da revista *Povos e Culturas*, o Anexo – Quadro n.º 6.

<sup>131</sup> Depois de 1974, a única obra de Gilberto Freyre publicada em Portugal fora o seu conhecido *Casa-Grande & Senzala*, pela editora Livros do Brasil. Nascido em 1900, o sociólogo e antropólogo brasileiro tinha então 86 anos; morreria poucos meses depois da publicação do n.º 1 da *Povos e Culturas*, no verão de 1987.

literatura, o número traçava um panorama muito alargado e multidisciplinar da situação portuguesa nos meados da década de 1980.

Mesmo sem o cumprimento da projetada periodicidade semestral, havia, entretanto, que cuidar dos números seguintes. Nos finais de 1985, assentara-se que o n.º 2 seria sobre *Colonização e Descolonização*. Em maio de 1986, todavia, essa temática transitou para o n.º 3, e planeou-se fazer um n.º 2 sobre o *Brasil e a sua «Nova República»*<sup>132</sup>, ou seja, sobre as transformações que ali estavam a acontecer, com o final da Ditadura Militar (1964-85), a eleição (primeira democrática) de Tancredo Neves e a sua rápida sucessão no cargo (Tancredo Neves morreu sem tomar posse), por José Sarney. Não havendo um especialista em Brasil no CEPCEP, o número poderia vir a ser coordenado, a convite, por Mário Martin Graça, conselheiro cultural da Embaixada Portuguesa em Brasília, conhecido de Roberto Carneiro e amigo do Centro naquele país. Este n.º 2 sairia em março de 1987, o n.º 3 em outubro de 1987, e imaginava-se já até o n.º 4, sobre *Portugal e Espanha na CEE*, para março de 1988. Foi impossível cumprir a calendarização e as datas foram-se arrastando. Em agosto de 1987, Teodoro de Matos informou a direção que só então se conseguira reunir os 4500 contos necessários para imprimir e distribuir o n.º 2, mas que os textos não estariam disponíveis antes do final do ano<sup>133</sup>. Em abril de 1988, os n.ºs 2 e 3 foram calendarizados para outubro e novembro desse ano; em dezembro de 1988 ocorreu novo adiamento para a primavera de 1989<sup>134</sup>. Entretanto, as temáticas tinham mudado e germinara a ideia – de facto concretizada – de os n.ºs 2 e 3 formarem um volume duplo, sobre *A Cidade em Portugal*. Havia materiais recolhidos para o n.º 1 que não tinham sido usados e, nessa segunda metade dos anos 80, as questões do desenvolvimento, da planificação urbanística, do património, do ambiente ou da coesão/integração social no novo Portugal europeu estavam na ordem do dia. Recorde-se que Roberto Carneiro integrava, nessa altura (1987-1991), o governo PSD de Cavaco Silva, e era, portanto, uma testemunha privilegiadíssima das grandes opções estratégicas do executivo, que estava muito atento e carecido de estudos que as pudessem informar e enquadrar.

Foi apenas em agosto e em outubro de 1989 que os n.ºs 2 e 3 da *Povos e Culturas* foram para o prelo. A direção mantinha-se bicéfala (Teodoro de Matos e Carlos Medeiros), e o secretariado, ainda exercido por Mário

<sup>132</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 5.5.1986.

<sup>133</sup> *Ibidem*, ARD, 4.8.1987.

<sup>134</sup> *Ibidem*, ARD, 26.4 e 19.12.1988.

Baptista Coelho (no n.º 2), passou a ser desempenhado, e até hoje, por Maria Cristina Pereira. Foram também os volumes com maior número de patrocinadores: seis no caso do n.º 2 (Direção-Geral do Ordenamento do Território, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, Instituto Nacional do Ambiente, Instituto Português do Livro e da Leitura e Secretaria de Estado da Cultura), e sete no caso do n.º 3 (porque àqueles organismos se juntou a FLAD).

Os dois números formavam um díptico, e por isso o CEPCEP decidiu lançá-los juntos, numa mesma sessão, inicialmente apalavrada para ter lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto, mas que, por questões práticas de logística, acabou por ter lugar em Lisboa, na Galeria 111, a 23 de novembro de 1989. A escolha deste espaço tinha uma razão. O n.º 3 incluiu um dossiê de três artigos sobre a pintora Maria Helena Vieira da Silva (sendo um dos textos dela própria, sobre a cidade)<sup>135</sup>. E Vieira da Silva autorizara que os dois volumes, encadernados numa caixa arquivadora, fossem acompanhados da reprodução de uma sua serigrafia. Daí o contacto com Manuel de Brito, o dono da Galeria, que disponibilizou o espaço e atuou como mediador das conversas tidas entre o CEPCEP e a pintora Vieira da Silva. Inúmeros convites foram também enviados para esta sessão a todos os patrocinadores e a diversas entidades culturais, políticas e universitárias. Entre os convidados individuais figuravam o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva (como membro do Conselho do Centro), Vítor Crespo, Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa, estes dois últimos candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, na eleição autárquica que teve lugar um mês volvido, em dezembro de 1989<sup>136</sup>.

O n.º 2 da *Povos e Culturas* é, até hoje, o mais volumoso da coleção, com cerca de 800 páginas – embora não seja o recordista em número de artigos ou de autorias. Levava por título *A Cidade em Portugal: Onde se Vive*. Os seus 35 artigos estavam arrumados em sete secções: “Génese e fatores de desenvolvimento”, “Espaço, arquitetura e urbanismo”, “Património urbano e arquitetónico”, “Património ambiental”, “Leituras e olhares”, “O Devir”, e “Lisboa, 7 intervenções recentes”. Entre os colaboradores,

<sup>135</sup> Este dossiê deve ser mais corretamente entendido não como um conjunto de artigos científicos, mas como um conjunto de «Outros Textos», uma secção ainda não autonomizada na *Povos e Culturas* n.º 3, mas existente em vários números desde então. Trata-se de uma categoria com registos diversos, mas diferentes dos «Artigos» e dos «Inéditos», com textos breves, de evocação ou homenagem a figuras várias, testemunhos em discurso direto, discursos em eventos científicos ou dossiês (como era o caso deste n.º 3 da revista) sobre personalidades da vida cultural e artística nacional e internacional.

<sup>136</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 2.11.1989.

contavam-se nomes como Vasco Gil Mantas, Amélia Aguiar Andrade, Teresa Barata Salgueiro, Isabel Guerra, Vítor Matias Ferreira, Jorge Gaspar, Gonçalo Ribeiro Telles, Sidónio Costa Pardal, Carlos Pimenta, Álvaro Siza Vieira, António Vitorino de Almeida, José Pedro Martins Barata, José-Augusto França ou Nuno Teotónio Pereira. Já o n.º 3, intitulado *A Cidade em Portugal: Como se Vive*, dividia os seus 27 artigos também em sete secções: “População”, “Comportamentos e atividades”, “Viveres, trajetos e estratégias”, “Desvio e marginalização”, “Literatura, arte e conhecimento”, “Seis reproduções de pintura” e “Maria Helena Vieira da Silva”. Os colaboradores eram igualmente diversos e oriundos das mais variadas proveniências institucionais: José Manuel Nazareth, Ana Nunes de Almeida, António Couto dos Santos, José Machado Pais, Hélder Pacheco, Teresa Rita Lopes, Agustina Bessa Luís, Rui Mário Gonçalves, Vítor Pavão dos Santos ou a própria Maria Helena Vieira da Silva.

O então codiretor da *Povos e Culturas*, Carlos Medeiros, não tem hoje dúvidas: “a revista tem três grandes números – os primeiros”<sup>137</sup>. Teodoro de Matos concorda, precisando que “de todos os números, aquele, duplo, sobre as cidades em Portugal, parece-me dos mais importantes”<sup>138</sup>. Os fundadores têm mais presente a memória das origens; mas subjacente àquelas apreciações está também um olhar sobre o que depois seria a evolução da revista, para uma maior, e talvez natural, dispersão temática. O n.º 4 não seria sobre Portugal e Espanha, conforme inicialmente planeado, nem sobre – uma ideia surgida em 1989 – Macau<sup>139</sup>. As tarefas ministeriais de Roberto Carneiro, a vida empresarial de Carlos Medeiros e o biénio (1989-1991) em que Teodoro de Matos esteve no Oriente foram atrasando a planificação. Nos inícios de 1992, um documento prospetivo sobre o futuro próximo do CEPCEP anunciava a tematização da revista: n.º 4 sobre *Religião em África*, n.º 5 sobre *Educação em África*, n.º 6 sobre *Portugal e o Oriente* e n.º 7 sobre *Direito Costumeiro Africano*<sup>140</sup>. A realidade seria ligeiramente diferente. O primeiro título seria parte do n.º 6, o n.º 5 passou a n.º 4 e o n.º 6 passou a n.º 5, enquanto o *Direito Costumeiro Africano*,

<sup>137</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>138</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>139</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 18.9.1989. Esse projetado número sobre Macau teria duas partes: a 1.ª, “Macau Hoje”, com artigos pedidos; a 2.ª, “Integração de Macau na China”, recolhendo as comunicações de um colóquio que não chegou a realizar-se. Houve até um patrocinador contactado – a Fundação Oriente. Mas o volume não se concretizou. Macau só seria tema da *Povos e Culturas* muito mais recentemente, no n.º 17, em 2014.

<sup>140</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 5.3.1992.

que fora um seminário organizado pelo CEPCEP em 1984, nunca viria a ter publicação.

O hiato temporal entre o n.º 3 e o n.º 4 da revista foi o maior da sua história: quatro anos e meio. Embora com a indicação de “1989/90” na ficha técnica, o volume sobre *Educação em África* só foi publicado em janeiro de 1994. Teve três patrocinadores – a Comissão Nacional da UNESCO, a Fundação Gulbenkian e a FLAD – e uma novidade importante que a partir daí (e apenas com uma exceção<sup>141</sup>), passou a integrar a revista: a redação de uma «Introdução», «Nota Explicativa», «Nota Introdutória», «Nota de Abertura» ou «Prefácio» (as designações variaram), que servia para apresentar ou explicar o tema do número e os contributos e autores que lhe davam corpo. A introdução ao n.º 4 estava assinada por Roberto Carneiro e o material reunido provinha das conferências proferidas no seminário internacional sobre *Educação em África*, que o CEPCEP organizara em 1985, acrescidas de mais alguns contributos pedidos para a publicação da revista, nove anos volvidos.

O resultado final era, para o presidente do Centro, “uma interessante combinação interdisciplinar, inter-regional e diacrónica de pontos de vista”<sup>142</sup>, olhando as questões da educação e da formação profissional, feita e a fazer, junto das populações africanas, como condição central indispensável para o desenvolvimento global futuro do continente. Era um número bem fiel à matriz da lusofonia criadora do CEPCEP, olhando para África numa perspetiva que hoje se diria pós-colonial e com um espírito de colaboração e sinergia que antecipava, em sede académica, algumas das preocupações que a futura CPLP (apenas criada em 1996), viria a institucionalizar. Na secção das “Conferências proferidas no seminário” arrolavam-se 14 textos, de autores portugueses, como o próprio Roberto Carneiro, Fraústo da Silva, Vítor Crespo, Vítor de Sá Machado, Luís Fontoura ou Carlos Medeiros, africanos, como André Corsino Tolentino, e britânicos, como John Turner. Na secção de “Textos atuais” incluíam-se 6 testemunhos, avultando, pela importância, os de D. Alexandre Nascimento e de D. José Saraiva Martins, bem como o de José Manuel Durão Barroso, ao tempo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Havia ainda um dossiê sobre Roberto Chichorro (um conhecido artista plástico moçambicano), e dois Inéditos. À semelhança dos n.ºs 2 e 3, também este n.º 4 foi posto à venda acompanhado da edição limitada de uma serigrafia de Roberto Chichorro.

<sup>141</sup> A exceção é o n.º 7 da revista, *Timor Hoje*, publicado em maio de 2002.

<sup>142</sup> *Povos e Culturas*, n.º 4, p. 21.

O n.º 5, intitulado *Portugal e o Oriente: Passado e Presente*, foi publicado em julho de 1996, não na Gráfica de Braga, onde era costume, mas, excecionalmente, na Universidade Católica Editora, criada na Universidade um ano antes. Na Nota Explicativa que apresentava o volume, Artur Teodoro de Matos detalhava tratar-se da compilação parcial de dois cursos que o CEPCEP realizara há já alguns anos (em 1985 e 1986). Nem todos os autores tinham disponibilizado os textos, pelo que houvera que compor o número com contribuições novas, a convite. O resultado final foram 17 artigos, entre outros de Maria Augusta Lima Cruz, Jorge Flores, Sanjay Subrahmanyam, Roderik Ptak, Maria de Jesus dos Mártires Lopes, José Augusto Seabra, Ana Costa Lopes, Francisco Murteira Nabo ou Luís Filipe Thomaz – uma notável amostra do que era a melhor historiografia e análise geoestratégica sobre o Índico, o Estado da Índia e o Extremo-Oriente português ao longo de cinco séculos. Teodoro de Matos era o autor do Inédito (a apresentação, leitura e notas de um documento sobre a Índia portuguesa), e havia ainda um dossiê sobre a pintora Graça Morais, a propósito do seu *Diário de Viagem* ao Japão<sup>143</sup>.

A década de 1990 só veria a publicação de mais um n.º – o 6 – ultimado até 1998 e publicado em março de 1999. Foi o volume recordista de artigos (43) e de autores envolvidos (48). Era na verdade um número duplo, com duas partes bem distintas, e que só a oportunidade de publicação conjunta justificava reunirem-se. A primeira parte, intitulada *Lisboa: Contemporaneidade e Futuro*, coligia as comunicações apresentadas numa iniciativa que o CEPCEP levava a cabo em 1998: a 1.ª Semana «Cultura e Contemporaneidade», dedicada ao tema da cidade de Lisboa. 1998 foi o ano da grande Exposição Universal, comemorativa dos Oceanos e da viagem de Vasco da Gama à Índia, que reabilitara todo o espaço e equipamentos da zona oriental da capital. Era o tempo da afirmação de Lisboa no panorama internacional, como espelho do crescimento económico e da modernização geral do país, após mais de uma década de integração europeia e no termo do século XX. O influxo da Expo'98 criara uma “cultura de cidade”, cujos movimentos e dinâmicas, sendo positivos, geravam questões e desafios novos, que urgia enquadrar cientificamente, para reforçar a coesão territorial e social do renovado espaço urbano lisboeta<sup>144</sup>. Era isso que faziam os 30 artigos desta primeira parte da revista, arruma-

<sup>143</sup> O n.º 5 também vinha acompanhado da reprodução de uma serigrafia – desta feita de Graça Morais – e de um mapa intitulado «Foz do Rio das Pérolas e Península de Macau em 1646».

<sup>144</sup> *Povos e Culturas*, n.º 6, p. 13.

dos em cinco secções: “Atividades económicas na cidade”, “Imigrantes, minorias culturais excluídas na cidade”, “Desenho e artes na cidade” e “Futuro da cidade”. Publicava-se ainda uma sexta e sétima partes, sobre as Exposições de Lisboa (anos 40 *versus* anos 90) e sobre a pintora Emília Nadal – a autora da serigrafia que acompanhava este número da revista. Entre os autores mais sonantes contaram-se Irene Veloso, Manuel Brandão Alves, Alfredo Bruto da Costa, Acácio Catarino, Manuel Graça Dias ou Vasco Franco (ao tempo vereador da CML e um dos rostos operacionais da Expo’98). A segunda parte do número, intitulada *Religião em África*, constituía, por junto, as atas do primeiro Curso realizado pelo CEPCEP, em 1983-1984, que viam finalmente a luz do dia, quinze anos volvidos. Eram 13 textos, onde avultam os nomes de Freitas Ferreira (autor da nota de abertura do Curso, aqui reproduzida), Léopold Sédar Senghor, Jacob Ade Ajayi, e dos especialistas britânicos John Middleton, Ioan Lewis ou Peter Fry.

Em carta dirigida à direção do Centro, em janeiro de 1997, Teodoro de Matos recordou que ele e Carlos Medeiros levavam já mais de uma década à frente da *Povos e Culturas*. As dificuldades recorrentes da publicação – angariação de patrocínios e organização de conteúdos – bem como outras responsabilidades profissionais de ambos levavam Teodoro de Matos, secundado por idêntica disposição do colega, a solicitar a sua substituição como diretor da revista, agradecendo toda a ajuda prestada pela restante equipa do Centro<sup>145</sup>. A *Povos e Culturas* n.º 6 foi assim a última a ser codirigida por Carlos Laranjo Medeiros, não obstante a sua continuidade na direção do Centro. Mas Artur Teodoro de Matos, por insistência de Roberto Carneiro, aceitou continuar, a partir dali secundado (até 2014), por Mário Lages.

A viragem do milénio, porém, trouxe dificuldades acrescidas à revista. O tema e esquema do n.º 7 estavam fechados, respetivamente, em fevereiro e abril de 2000<sup>146</sup>, mas a sua execução e a planificação dos números posteriores arrastaram-se em demasia. Os textos para o n.º 7, intitulado *Timor Hoje*, eram escassos, porque a maioria dos convidados protelava ou não respondia. Projetou-se um n.º 8, sobre *Macau Um Ano Depois* (em 1999 ocorrera a transição da RAEM da soberania portuguesa para a soberania chinesa), ou, em alternativa, sobre *Diálogo Inter-religioso*, havendo ainda uma terceira hipótese, que logo caiu, sobre *Cabo Verde: a Constituição de uma Nação*. O n.º 9, aprazado para finais de 2001, seria sobre

<sup>145</sup> Arquivo CEPCEP, dossiê Direção (até 2000), carta de 7.1.1997.

<sup>146</sup> *Ibidem*, ARD, 2.2 e 12.4.2000.

o *Brasil: Confluências e Contrastes*. Nada se conseguiu em tempo útil, a não ser fazer avançar o número 7, todavia apenas publicado em maio de 2002 (mais de três anos depois do n.º 6), celebrando o nascimento formal do novo Estado de Timor-Leste, independente da Indonésia e recebido na comunidade internacional como o 8.º país de língua oficial portuguesa.

Francisco Sarsfield Cabral, vogal da direção do Centro entre 1996 e 2001, recorda a propósito que o aspeto “menos positivo da atuação do CEPCEP” era, sem dúvida, “o atraso, ou atrasos, com que saía a revista, sempre à espera de textos que os autores demoravam a entregar”<sup>147</sup>. O caso era tão exasperante que, em setembro-outubro de 2000, as reuniões de Direção foram grandemente ocupadas com a análise de estratégias para dinamizar mais a *Povos e Culturas*. Roberto Carneiro levantou a hipótese de ela ser feita em *out-sorting*: “o Centro ficava responsável pela escolha do tema, títulos de artigos e primeiro contacto com os autores, ficando toda a elaboração da revista a cargo de uma empresa editorial”. O exemplo vinha da *Nova Cidadania*, a revista – não tanto académica, mas mais de reflexão e divulgação política geral – que o Instituto de Estudos Políticos da UCP editava com a Principia. Mário Pinto, vogal da direção do CEPCEP e também membro do IEP, lembrou contudo que o processo de produção da *Nova Cidadania* não deixava de ser todo controlado pelo Instituto<sup>148</sup>. Outra solução era “acabar com a revista”, sob o argumento de que “uma revista que não sai periodicamente e não se consegue manter atualizada mais vale não existir” (*sic*). Era uma posição drástica que verbalizava, sobretudo, o estado de algum desânimo a que se chegara. Mas Teodoro de Matos discordou de imediato, porque a *Povos e Culturas* já tinha seis números publicados e era já uma marca importante do Centro<sup>149</sup>. Talvez a solução estivesse num esquema rotativo pré-determinado, segundo o qual os números da revista correriam as áreas geográficas estudadas pelo Centro: África, Oriente, Brasil, Portugal, recomeçando novamente o ciclo a cada quatro números<sup>150</sup>. Mas esta solução de compartimentação geográfica criava um padrão que, se interrompido, produziria um efeito ainda mais negativo. Em 2001, chegou a pensar-se em fazer migrar a produção da revista para canal *online*: os artigos seriam angariados em regime aberto pela *net* e, no final de cada ano, aqueles julgados melhores seriam publicados em papel. A Direção ainda aprovou esta hipótese, mas rapidamente

<sup>147</sup> Francisco Sarsfield Cabral, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>148</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 28.9.2000.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> *Ibidem*, ARD, 12.10.2000.

a deixou cair. Equacionou-se também passar a publicar ciclos de conferências ou seminários organizados por outras unidades da UCP, que não o CEPCEP; mas logo se contrapôs dever a *Povos e Culturas* continuar a ser uma revista do Centro, publicando de preferência o trabalho do CEPCEP<sup>151</sup>.

*Timor Hoje*, o n.º 7 da revista, contou com apenas oito artigos e dois Inéditos. A lista inicial de autores convidados foi-se estreitando, mas ficaram nomes sonantes: Maria de Jesus Barroso Soares, D. Duarte de Bragança, João Soares, Garcia Leandro, António Barbedo Magalhães, Peter Stilwell ou D. Carlos Ximenes Belo, este último autor de uma muito útil «Bibliografia de Timor Loro Sa'e» de 1515 a 2000. Seguiram-se mais três anos até à publicação, quase conjunta, dos n.ºs 8 e 9, em fevereiro e março de 2005.

O n.º 8 teve por título *Família e Escola* e foi a primeira *Povos e Culturas* a estreitar a figura do Coordenador, imediatamente abaixo da direção da revista: tratava-se de um nome que, sob a tutela de Teodoro de Matos e de Mário Lages, estava especialmente encarregado de dinamizar a produção do número, acelerando contactos com autores, pressionando a recolha de textos e, por norma, redigindo a introdução. A prática mostrou-se produtiva – tanto que entre esse n.º 8 e o último publicado até ao presente sucederam-se treze números da revista, dez deles com um coordenador específico. No caso do n.º 8, o escolhido foi João Munõz de Oliveira, ingressado na direção do CEPCEP em 2001. A sua nota introdutória ao volume recordava alguns números contextualizadores da nupcialidade, natalidade e educação em Portugal, ancorando a temática daquele número “no estatuto editorial da revista, que está comprometida com o serviço cultural ao universo de língua portuguesa”<sup>152</sup>. Seguiam-se dez artigos – do próprio João Munõz de Oliveira, e de colegas especialistas da área genérica das ciências da educação, como o Pe. Duarte da Cunha, Lourenço Xavier de Carvalho, Fátima Perloiro, Ana Carita, Rodrigo Queiroz e Melo ou Maria José Figueiroa Rego – e um texto de Alexandre Alves Costa sobre o arquiteto Sisa Vieira, para lá de dois Inéditos, de Ana Costa Lopes e de Artur Teodoro de Matos<sup>153</sup>.

<sup>151</sup> *Ibidem*, ARD, 6.2.2001.

<sup>152</sup> *Povos e Culturas* n.º 8, p. 7.

<sup>153</sup> O n.º 8 retomava a prática de números anteriores de se fazer acompanhar por uma cópia de uma serigrafia, desta feita de Álvaro Sisa Vieira – no que foi a última iniciativa, até à data, de publicar a *Povos e Culturas* com a reprodução de uma obra de pintura ou desenho de um artista abordado em cada número.

O n.º 9 versou sobre *Cultura e Desporto* e teve a coordenação de Gustavo Pires, cuja nota introdutória, bastante longa, é quase um artigo. A oportunidade do tema tinha que ver com a circunstância do tempo. 2004 foi o Ano Europeu da Educação pelo Desporto e também o da realização do Campeonato Europeu de Futebol, em Portugal, e dos Jogos Olímpicos, em Atenas. Por isso surgira a ideia de realizar “uma obra como esta, que junta diversos trabalhos de um conjunto de pensadores e investigadores nacionais de grande prestígio, que de há vários anos a esta parte se têm dedicado à produção de conhecimento no âmbito do desenvolvimento do desporto, fundamentalmente no domínio das problemáticas sociais”<sup>154</sup>. Era este último ângulo – o do desporto como atividade gregária dos homens em sociedade, como “indústria de entretenimento” e “facto social total”, e não tanto questões do “reportório técnico-tático” – que ali interessava<sup>155</sup>. A temática era, reconheça-se, relativamente excêntrica à matriz científica orientadora do CEPCEP, mas a primeira década do século XXI já ia a meio, o Centro, ele próprio, já diversificara bastante os seus interesses e o seu portefólio de atividades e, de todo o modo, o tratamento científico da Cultura e Desporto era urgente e socialmente relevante, sobretudo para “a idealização de políticas desportivas claras e objetivas que tenham em atenção os reais interesses das populações”<sup>156</sup>. Os contribuidores deste volume eram numerosos (35), e o total de textos também (23). Entre eles, contavam-se Jorge Olímpio Bento, Manuel Sérgio, José Manuel Meirim, André Escórcio e o próprio Gustavo Pires.

Coordenado de novo por João Muñoz de Oliveira, o n.º 10 da revista saiu dos prelos em outubro de 2006, com o título *Os Avós como Educadores*. Tal como os dois números anteriores, a temática saía fora da lusofonia e dos seus instrumentos mais privilegiados pelo Centro: a cultura, as línguas, a etnografia, a antropologia ou a história. Simplesmente, o número aproveitava alguns dos textos apresentados no *Congresso dos Avós*, realizado pelo CEPCEP e pelos Institutos de Educação e de Ciências da Família da UCP, nos finais de 2004, sob o apoio institucional da Coordenação Nacional para os Assuntos da Família e o patrocínio da Fundação Montepio Geral. Reunindo apenas sete daqueles textos, os nomes mais sonantes ali presentes eram os de João Gomes-Pedro, do Pe. António Janela ou de Joaquim de Azevedo. Mas a publicação era indubitavelmente pioneira num campo emergente dos estudos de humanidades e de ciências sociais

<sup>154</sup> *Povos e Culturas*, n.º 9, p. 11.

<sup>155</sup> *Ibidem*, pp. 12, 14 e 16.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 22.

– o da intergeracionalidade, hoje muito na ordem do dia, por causa das questões, financeiras e legais, da coesão e do Estado social, e demográficas, devido aos padrões de envelhecimento ativo das populações do Ocidente europeu, cuja longevidade na esperança de vida promove o papel do diálogo das gerações mais velhas com as gerações mais novas.

Somente em 2009 se publicou a *Povos e Culturas* n.º 11. Num certo sentido, o seu tema-título, *Tradições Populares*, era um regresso à génese do CEPCEP, tanto mais que o coordenador foi Mário Lages, cofundador do Centro. Na melhor tradição etnográfica, o volume procurava estudar algumas das “formas culturais, antigas ou recentes, que nasceram, vigoraram ou desapareceram no espaço a que a língua portuguesa estabeleceu as fronteiras”, de Portugal às Molucas, passando pela Madeira, Ano Bom ou Moçambique<sup>157</sup>. Na sua Nota Introdutória, Mário Lages detalhava que, para “compreender o fundo do legado cultural dos povos que algum dia tiveram a língua portuguesa como traço de união e forma de pensar”<sup>158</sup>, a melhor via era aquela que sempre distinguira o CEPCEP, a saber, o olhar multidisciplinar, que convocava, combinava e mutuamente enriquecia “várias disciplinas, da história à etnografia, da sociologia à antropologia, numa preocupação constante de ultrapassar as barreiras específicas de cada uma delas, de sorte que o historiador se desdobra em sociólogo ou etnólogo e o antropólogo usa dos dados históricos para neles encontrar as linhas que permeiam as concepções e as suas aflorações ao longo do tempo”<sup>159</sup>. Dez artigos compunham o número, salientando-se porventura os trabalhos de Isabel Cardigos, de Nelson Veríssimo, de Arlindo Manuel Caldeira, de Manuel Lobato, de Ana Cristina Roque ou do próprio Mário Lages.

Numa rara inversão cronológica, o n.º 12 tinha já sido publicado antes do n.º 11. Aconteceu em maio de 2008 e celebrava uma dupla efeméride – os 40 anos da revolta estudantil do maio de 68 em França, e os 25 anos da fundação do CEPCEP. Tinha exatamente por título *Reflexos do Maio de '68 na Sociedade Portuguesa*. Sem coordenação editorial, a sua Nota Introdutória foi assinada por Roberto Carneiro, como presidente do Centro, e explicava a lógica que presidira à agregação das duas efemérides. Recordar as “Bodas de Prata” do CEPCEP significava lançar um olhar sobre o que fora a evolução social, cultural, educativa, geracional – mental e de todos, em suma – registada no país ao longo de anos; ora, os ecos

<sup>157</sup> *Povos e Culturas*, n.º 11, p. 7.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 7.

do Maio de '68 contavam-se entre os motores mais importantes dessa diacronia, pelo impacto variado que tinham tido na sociedade portuguesa, antes de 1974 e depois do 25 de Abril. Por isso mesmo, se o CEPCEP, “por vocação e genética”, nascera “há um quarto de século com o mandato de refletir em permanência sobre a fecundidade do encontro de povos e culturas”, não poderia ignorar, naquele seu aniversário, aquilo que “genuinamente se pode classificar como o choque de culturas marcante de toda a década de ‘60”<sup>160</sup>. A lista de autores incluía, nos artigos, José Barata Moura, António Coimbra Martins, Luís Salgado de Matos, Adriano Moreira, Isabel do Carmo, Jorge Cancela da Fonseca e Jaime Nogueira Pinto, e, na muito original secção de testemunhos, os contributos de D. Eurico Dias Nogueira, Justino Mendes de Almeida, Maria Manuela Aguiar, José Veiga Simão e Nadir Afonso.

Os n.ºs 13 e 14 foram publicados em simultâneo, em março de 2011. O primeiro, sem coordenador, intitulou-se *Portugal Intercultural*, e reuniu uma amostra dos textos mais importantes de uma das obras mais marcantes do universo do CEPCEP, destacada já no final do capítulo precedente: os quatro volumes do *Portugal. Percursos de Interculturalidade* (de 2008). Acontecera, primeiro, que um dos textos que deveria ter integrado esta obra, da autoria de Emílio Rui Vilar, não dera entrada a tempo e ficara inédito<sup>161</sup>; depois, a obra tivera tão boa receção que se justificava produzir um *best-of*, com a autorização e o patrocínio do ACIDI, o parceiro da publicação original. A revista abria então com um texto de Mário Lages e de Artur Teodoro de Matos («Da Multiculturalidade à Interculturalidade»), seguido do artigo de Emílio Rui Vilar («Portugal e o Mundo: um desígnio intercultural? A interculturalidade na Europa e o papel das organizações da sociedade civil»), e de mais dez dos capítulos da obra de 2008, redigidos por Adriano Moreira, Manuel Ferreira Patrício, Roberto Carneiro, Carlos Silva, António Fonseca, Alfredo Teixeira, Luís Filipe Thomaz, José Machado Pais, Joaquim Aguiar e Maria Lucinda Fonseca.

O n.º 14, sob o título *Desenvolvimento Regional e Local*, foi coordenado por Carlos Laranjo Medeiros e Carminda Cavaco. Uma vez que o primeiro cessara funções como vogal da Direção do Centro em 2010, era também a sua despedida, ao cabo de quase três décadas de serviço. Talvez mais tecnocrático do que propriamente cultural em alguns dos seus contributos, o volume inscrevia-se na temática da globalização, ou, de forma mais específica, da “glocalização”, ao propor uma reflexão sobre

<sup>160</sup> *Povos e Culturas*, n.º 12, pp. 7-8.

<sup>161</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 6.9.2010.

contextos e aspetos socioeconómicos locais, para aí encontrar caminhos, ou boas práticas, de sustentação do crescimento, após a crise económica aberta em 2008. Os estudos de caso eram tanto portugueses como de outros países, e o exercício comparativo propiciava assim informação relevante para os vários agentes “que tiverem que definir ou implementar as medidas facilitadoras do desenvolvimento regional e local”<sup>162</sup>. Todos os estudos ali coligidos eram provenientes de trabalhos realizados pela *IPI Consulting* (a entidade presidida por Carlos Laranjo Medeiros), de professores dirigentes de empresas da rede IPI ou ainda de investigadores que com ela colaboravam – Sónia Sousa, Acácio Catarino, Luís Madureira Pires, Mário Barroqueiro, Carminda Cavaco e o próprio Carlos Medeiros – acompanhados de peritos internacionais.

O n.º 15 da revista, datado de abril de 2012, seguiu uma senda algo semelhante. Sob a coordenação de Pedro Conceição, vogal do Centro que cessara funções em 2010, intitulava-se *Perspetivas Inovadoras para o Financiamento da Cooperação Internacional* e, por junto, coligia os resultados do trabalho desenvolvido no gabinete do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (que o próprio Pedro Conceição integrava), já parcialmente divulgados numa primeira edição de um livro do PNUD. Apesar da crise global – e por causa dela – argumentava-se, os problemas e desafios da cooperação internacional entre os povos eram mais urgentes do que nunca, e os seus instrumentos financeiros mais importantes do que nunca, não apenas no estrito sentido monetário, mas também em áreas como a da ajuda humanitária e a da cooperação intercontinental (por exemplo no eixo Portugal-África). Além do próprio Pedro Conceição, a maioria dos autores do volume foram especialistas internacionais.

Em julho de 2013 foi dado à estampa mais um volume da *Povos e Culturas* – o n.º 16, coordenado por um dos vogais da direção do CEP-CEP, Fernando Chau, sob o título *Envelhecimento Ativo e Diálogo Intergeracional*. Retomando, mas de forma mais alargada e multidisciplinar, a problemática dos Avós Educadores tratada no n.º 10, sete anos antes, este volume partia da constatação da centralidade do processo de envelhecimento em Portugal como “fator muito importante na definição das políticas de educação, saúde, sociais e de emprego”, e procurava explorá-lo no quadro, vigente, “das profundas alterações nas estruturas familiares no nosso país”<sup>163</sup>. A solidariedade entre gerações, evitando o isolamento e a solidão dos mais idosos, e promovendo a valia e o reconhecimento do seu

<sup>162</sup> *Povos e Culturas*, n.º 14, p. 11.

<sup>163</sup> *Povos e Culturas*, n.º 16, p. 7.

saber e do seu lugar social, é tema que a demografia colocou, e coloca, na ordem do dia. E por isso, no fundo, este número da *Povos e Culturas* procurava refletir sobre os melhores caminhos para “envelhecer bem e com sucesso”, nos mais diversos contextos físicos, sociais e familiares<sup>164</sup>. Todos os artigos coligidos tinham sido originalmente peças de um parecer encomendado ao CEPCEP pelo Conselho Económico e Social (CES), e tinham a particularidade de ter, todos, a mesma autoria, coletiva, de Roberto Carneiro, Fernando Chau, Cândida Soares, José de Sousa Fialho e Maria João Sacadura. O volume teve também outra particularidade – é, de entre todos os n.ºs da *Povos e Culturas*, aquele com mais Inéditos (em rigor pequenos artigos), nada menos do que oito, de temáticas muito variadas, da história à religião e da educação ao cosmopolitismo, salientando-se, porventura, os contributos de D. Manuel Clemente, atual Cardeal-Patriarca e Magno Chanceler da UCP, e de Isabel Capeloa Gil, futura (e atual) Reitora da UCP.

2014 foi o ano mais produtivo de todos os da história da *Povos e Culturas*, registando a publicação de dois números regulares e de um outro, extra coleção, com o estatuto único de número especial – os três colocados nos escaparates em maio, novembro e dezembro. O primeiro volume do ano, o n.º 17, levou por título *Portugal-Macau: um Património*. Não teve coordenador, pelo que a Nota Introdutória foi assinada colegialmente pelos membros da direção da revista, Artur Teodoro de Matos, Mário Lages e, em estreia nessas funções, Verónica Policarpo, vogal da direção do Centro desde 2010. O objetivo era o de “assinalar os 500 anos da chegada dos Portugueses à China e, de um modo mais particular, lembrar alguns momentos ocorridos no território onde a presença portuguesa mais se fez sentir, ou seja, em Macau”<sup>165</sup>. Os autores foram todos convidados para produzirem trabalhos inéditos: Garcia Leandro, Murteira Nabo, João de Deus Ramos, Jorge Rangel, Vasco Rocha Vieira, António Vale e Rogério Puga. Celebrando também a própria cultura macaense, no que ela incorporara de legado luso, o n.º incluía também um CD guião da obra *Macau, Um Sonho Oriental*, com música e letra de Carlos Alberto Moniz e José Jorge Letria.

Celebrando o Ano Europeu do Cérebro, e resultado de uma parceria científica entre o CEPCEP, o Instituto de Ciências da Saúde (ICS), e o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da FCH, surgiu logo depois o n.º 18, intitulado *O Cérebro: o que a Ciência nos Diz!* De todos os números da revista, é talvez o mais alheio ao foco científico original

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>165</sup> *Povos e Culturas*, n.º 17, p. 7.

do Centro, tendo a sua coordenação sido assumida pelos diretores das duas unidades exteriores ao CEPCEP, Alexandre Castro Caldas (pelo ICS), e Peter Hanenberg (pelo CECC)<sup>166</sup>. No Prefácio, Roberto Carneiro, Teodoro de Matos e Mário Lages teceram considerações interessantes, em jeito de reflexão sobre a própria natureza da revista. A *Povos e Culturas*, lembravam, estava “posicionada para servir um público-alvo académico”, não competindo, portanto, “no alargado mercado das revistas dirigidas às ‘massas’ de leitores indiferenciados e generalistas”. Mas, como órgão do CEPCEP, ela tinha “um mandato maior” e “uma ambição indesmentível”: reforçar a visibilidade do Centro de Estudos no aprofundamento de saberes que promovessem “a realização integral da pessoa humana” e que contribuíssem para a “resolução de magnas questões de fronteira”<sup>167</sup>. Por isso o CEPCEP e a sua revista dedicavam atenção especial ao conteúdo e alcance dos «Anos Internacionais». Já acontecera no passado e voltava agora a acontecer, a propósito do cérebro, em 2014. E o prefácio detalhava: “esta nossa opção consciente é uma consequência natural do facto de as temáticas dominantes a que se subordina cada período convencional do nosso calendário gregoriano serem longamente cogitadas, largamente debatidas em sede de participação alargada, antecipadamente anunciadas, e cirurgicamente intencionadas para influenciar os rumos da macro economia política mundial e/ou europeia”<sup>168</sup>. Ora, justamente, as ciências do cérebro, ligadas ao aprofundamento da chamada “sociedade do conhecimento”, emergiam e emergem como uma daquelas “questões de fronteira” a que o CEPCEP não queria voltar as costas – até porque seria pelo conhecimento do cérebro que se densificariam as “ciências da cognição” e os mecanismos gerais “da emoção, do bem-estar, da sociabilidade, da criação de sentido, da filosofia, da psicologia, da antropologia e da felicidade, entre outras”<sup>169</sup>. Sem surpresa, os autores dos artigos vinham da medicina, da psicologia, da sociologia, da filosofia, da comunicação e da cultura, avultando entre outros, e além dos dois coordenadores científicos, Ana Mineiro, Maria Vânia Nunes, Rita Canaipa, Carlos Morujão, Filipa

<sup>166</sup> Nas palavras do Diretor do CECC, o convite para a organização conjunta desse n.º da *Povos e Culturas* partiu de Roberto Carneiro; e para o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura tratou-se de “um projeto que estimulou as boas relações interdisciplinares entre os estudos da saúde, da cultura, da psicologia, da filosofia, da educação e do serviço à sociedade” (Peter Hanenberg, entrevista por e-mail, outubro de 2016).

<sup>167</sup> *Povos e Culturas*, n.º 18, p. 7.

<sup>168</sup> *Ibidem*, pp. 7-8.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 8.

Ribeiro, Patrícia Dias, Augusta Gaspar, Mendo Castro Henriques ou Ana Margarida Abrantes.

O ano fechou com a publicação do número especial, ostentando por título *Os Católicos e o 25 de Abril*. Era a forma de o CEPCEP solenizar o 40.º aniversário da revolução de 1974, particularizando um ângulo menos conhecido e celebrado: “a ação dos católicos no quadro da restauração democrática nessa data ocorrida”, uma luta que (conforme se lia na Nota Introdutória), “teve heróis, teve traidores, teve mártires, teve frustrações, teve momentos de exaltação”, na sua globalidade de “processo social de conscientização”, quer ao serviço de uma “conceção cristã do mundo, da *polis* e da condição humana” que, desde os anos 1950, vinha entrando em colisão com um regime “autista, exaurido, e mergulhado na desesperança”, quer, depois, ao serviço da própria normalização da democracia, que preencheria a agenda nacional a partir de 1974<sup>170</sup>. O elenco de autores era de eleição. A abrir, vinha um estudo introdutório de D. Manuel Clemente sobre «Igreja e 25 de Abril (ou do Vaticano II à democracia portuguesa, como modo de estar e agir do católico em sociedade)». Seguiam-se 18 artigos, de nomes como António Araújo, D. Carlos Azevedo, Carlos Portas, Guilherme d’Oliveira Martins, Irene Pimentel, Jaime Nogueira Pinto, Jorge Miranda, Luís Salgado de Matos, Manuel Braga da Cruz ou Vítor Feytor Pinto, e ainda uma secção com 15 «Depoimentos e Testemunhos», redigidos por alguns ilustres estudiosos sobre outros ilustres intervenientes coevos: Adriano Moreira sobre D. Sebastião de Resende, o Pe. António Janela sobre o pároco da Capela do Rato, Manuel Braga da Cruz sobre Adérito Sedas Nunes, Manuel Marinho Antunes sobre João Pedro Miller Guerra, ou Mário Pinto sobre Francisco Sá Carneiro. Por ser um número especial, e pela relevância do tema, teve sessão pública de lançamento, a 9 de dezembro de 2014, com apresentação de D. Manuel Clemente, Marcelo Rebelo de Sousa e José Tolentino de Mendonça, sendo anfitriões do ato a Reitoria da UCP e a Direção da sua Faculdade de Ciências Humanas. O Secretariado Nacional de Cultura fez, a propósito do ato e da publicação, uma nota de imprensa<sup>171</sup>.

O vigésimo e último número da *Povos e Culturas* publicado até ao presente foi o seu n.º 19, datado de novembro de 2015, e intitulado *Timor-Leste e Portugal: cinco centúrias de relacionamento*. Tendo a codiretora da revista Verónica Policarpo cessado funções no CEPCEP, em janeiro, e tendo, entretanto, falecido outro dos seus codiretores, Mário Lages, em

<sup>170</sup> *Povos e Culturas*, número especial, pp. 7-8.

<sup>171</sup> Consultável em [http://www.snpcultura.org/os\\_catolicos\\_e\\_o\\_25\\_de\\_abril.html](http://www.snpcultura.org/os_catolicos_e_o_25_de_abril.html).

setembro, a direção da mesma ficou entregue a Artur Teodoro de Matos e ao próprio Roberto Carneiro, que assinou a Nota Introdutória ao volume. Roberto Carneiro era também, na companhia de Jorge Revez, o coordenador do volume. Tratava, este, de visitar e de celebrar os 500 anos da chegada dos navegadores portugueses a Lifau, no início de “uma história de encontros – entrecortados por alguns desencontros – de povos que, embora situados nos antípodas geográficas, viram os seus destinos unidos ao longo de cinco séculos”<sup>172</sup>. Sobretudo, e em vista da ainda recente independência de Timor, depois da “traumatizante ocupação” pela Indonésia, visava-se estudar e projetar o que de mais português subsistia naquela ilha do sueste asiático – a língua portuguesa e o catolicismo, pontes para “o mundo, as oportunidades e as relações internacionais”<sup>173</sup>. Ao longo de cerca de 600 páginas, distribuem-se 29 artigos, em sete secções temáticas: “Histórias de encontros de dois povos”, “O catolicismo e o animismo – hibridismos no Extremo-Oriente”, “Línguas e culturas na textura da nação timorense”, “O berço da democracia e da formação de uma nação”, “Os imperativos de uma cooperação pragmática e orientada para resultados”, “O desafio inadiável das pessoas: educação e formação dos timorenses”, e “A segurança nacional e a cooperação militar – prioridades”. Entre os autores, merecem destaque o antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, bem como os nomes de Rui Machete, Luís Amado, Adriano Moreira, D. Ximenes Belo, Luís Filipe Thomaz, Adelino Gomes, Carlos Gaspar, Rui Marques, Vítor Melícias ou Virgílio Meira Soares. Uma sessão de lançamento especial deste número ocorreu em Díli, em Timor-Leste, perante vários dignitários e académicos locais, a 30 de novembro de 2015.

Por junto, e no espaço temporal de três décadas (1986 a 2015), o CEPCEP produziu 19 números regulares e um número especial da sua revista *Povos e Culturas*, num total, portanto, de 20 volumes que, somados, significam cerca de 8 mil páginas de produção e/ou divulgação científica e cultural<sup>174</sup>. O total de textos publicados, descontadas as notas introdutórias aos volumes que as tiveram, ascende a 421, dos quais 335 artigos, 44 Inéditos e 42 outros textos. O total de autores mobilizado ao longo desta trintena de anos é todavia de 441<sup>175</sup>. A discrepância entre os dois totais – 441 autores e 421 textos – explica-se pelo facto de haver artigos com mais

<sup>172</sup> *Povos e Culturas*, n.º 19, p. 15.

<sup>173</sup> *Ibidem*, pp. 15-16.

<sup>174</sup> Tendo sido impossível o cumprimento da periodicidade semestral inicialmente pensada, e mesmo o ritmo anual, apura-se que a *Povos e Culturas* publicou, em média, um número a cada 1,5 anos, e com menores hiatos temporais nos anos mais recentes.

<sup>175</sup> V. o Anexo – Quadro n.º 6.

de uma autoria ou de um mesmo autor ter mais de um texto no mesmo número da revista. Por sua vez, deve notar-se que o total de 441 nomes apurados não exprime o número total de autores que colaboraram, pelo menos uma vez, na revista, mas a soma do total de autores de cada um dos números, individualmente considerados. Dado que houve nomes que, ao longo dos 20 números da revista, tiveram colaboração em mais do que um dos volumes, o total nominal de colaboradores da *Povos e Culturas* no período de 1986-2015 é ligeiramente inferior, cifrando-se em 367 nomes<sup>176</sup>.

Destes 367 autores que colaboraram na revista desde a sua fundação, 320 (87,2% do total) fê-lo apenas uma vez, o que evidencia a larguíssima diversidade de autores que a revista soube atrair ao longo do tempo. Apenas 47 autores (12,8% do total) colaboraram duas ou mais vezes: 35 fizeram-no duas vezes, 6 três vezes, 2 quatro vezes, 1 cinco vezes, 1 seis vezes e 2 sete vezes. Sem surpresa, e excetuando Freitas Ferreira, que deixou o CEPCEP um ano e meio antes da publicação do n.º 1 da *Povos e Culturas* (e que nela só tem uma colaboração<sup>177</sup>), os restantes membros das Direções iniciais foram os mais prolixos: Roberto Carneiro tem 7 autorias, Mário Lages 6, Artur Teodoro de Matos 5 e Carlos Laranjo Medeiros 4. Com 7 autorias, e nunca tendo sido membro da Direção do Centro, destaca-se também Ana Maria Costa Lopes, investigadora/colaboradora do CEPCEP praticamente desde o seu início. Completando a explicitação nominal dos autores com mais colaboração, Adriano Moreira tem 4 autorias, e Acácio Catarino, Guilherme d'Oliveira Martins, Ignace Berten, Luís Filipe Thomaz, Manuel Lobato e Maria Lucinda Fonseca têm, cada um, 3 autorias.

A lista nominal alfabética de autores da *Povos e Culturas*, reproduzida em Anexo, com indicação dos números da revista em que assinaram colaboração, é um notável “quem é quem” da universidade, da sociedade, da política, da cultura, da economia ou das artes do Portugal destas últimas décadas. Alguns dos nomes eram ainda jovens e menos conhecidos do que na atualidade – o que apenas demonstra como os convites eram por vezes “proféticos”, dirigidos a quem não tinha ainda, mas viria a ter, visibilidade e importância no futuro. O CEPCEP foi também pioneiro na internacionalização das suas autorias, dado que algumas dezenas de autores da *Povos e Culturas* são estrangeiros, dos PALOP, do Reino Unido ou de França, sobretudo. Moçambique, Timor e Angola são presenças cons-

<sup>176</sup> V. a lista nominal alfabética de autores no Anexo – Quadro n.º 7.

<sup>177</sup> *Povos e Culturas*, n.º 6, pp. 197-300. Trata-se da nota de abertura do curso sobre *Religião em África*, realizado pelo Centro em 1983-1984, mas cujos textos só foram publicados em 1999, já após a morte de José de Freitas Ferreira, ocorrida em 1993.

tantes, enquanto o Brasil e os restantes países de língua portuguesa foram menos, o que não significa que as temáticas a estes alusivas não tenham sido tratadas.

Não é possível, olhando para trás, encontrar na *Povos e Culturas* uma linha editorial fechada, mesmo se a sua “magna carta” – o texto de todas as contracapas – se manteve imutável. O CEPCEP nasceu multidisciplinar, embora mais focado no conjunto dos espaços e temas da lusofonia, e depois alargou-se para atuar como uma vasta plataforma de encontro de problemas e conhecimentos das humanidades, das ciências sociais e não só. Em nenhum outro centro de estudos nacional se pode percorrer uma revista e ali encontrar Portugal, as cidades (sobretudo Lisboa), África, o Oriente, Timor, a família, a escola, a cultura, o desporto, as gerações, as tradições populares, o maio de '68, a interculturalidade, o desenvolvimento regional e local, o financiamento da cooperação internacional, o envelhecimento ativo e a intergeracionalidade, Macau, o cérebro, ou os católicos e o 25 de abril.

Toda esta diversidade temática foi o resultado de incontáveis origens e até talvez de alguns imprevistos e acidentes de percurso. Uma pequena parte dos números da *Povos e Culturas* – 4 em 20 – resultou de cursos, conferências, colóquios ou seminários organizados pelo próprio CEPCEP<sup>178</sup>; mas a maioria veio de decisões da Direção, de encomendas a autores, de solicitações externas ou, porventura, de sugestões feitas pelos coordenadores, internos ou externos ao Centro, que se responsabilizaram pela produção do “seu” número. Este é também o padrão normal de existência de qualquer revista académica. Estranha-se nunca ter havido um número sobre o Brasil, ou sobre as relações ibéricas, ou totalmente dedicado à Índia; e há volumes que, como atrás se assinalou, parecem estranhos à identidade do Centro – ou talvez não. Como reconhece hoje o histórico diretor da revista, Artur Teodoro de Matos, “há lá de tudo”<sup>179</sup>. Manuel Braga da Cruz é mais elaborado: “a *Povos e Culturas* nunca teve uma orientação muito precisa. Ou seja, recebia impulsos. Aparecia uma pessoa com ideia de se fazer uma coisa... E por isso não se sente uma linha editorial muito vincada. A quantidade de coisas, tão díspares, de que se ocupou faz dela uma revista de difícil classificação. Pergunte-se às bibliotecas como a classificam! Não deve ser fácil. Porque ela reflete este caráter eclético que o próprio CEPCEP teve ao longo dos tempos”<sup>180</sup>.

<sup>178</sup> Foi o caso dos n.ºs 4, 5, 6 e 10 da revista.

<sup>179</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>180</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

Foi, e é, acrescente-se, uma revista aberta à experimentação e com uma alma própria. Em seis dos seus números incluiu dossiês artísticos, ou sobre artistas, abrindo-se a um registo estético que alargava o seu escopo científico e o seu público potencial – e por isso estudou e divulgou Maria Helena Vieira da Silva, Roberto Chichorro, Graça Morais, Emília Nadal, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Nery<sup>181</sup>. E atenta aos “seus”, publicou textos de homenagem, póstuma ou em vida, da pessoa e da obra, a José Freitas Ferreira, a Mário Lages e a Artur Teodoro de Matos, bem como, na íntegra, todos os discursos proferidos na cerimónia de doutoramento *Honoris Causa* de Roberto Carneiro, na Universidade Aberta<sup>182</sup>.

Os elementos há muito ligados ao CEPCEP têm uma apreciação mais diacrónica, informada e até carinhosa da revista. Ana Costa Lopes considera que se trata de “uma publicação valiosa para todos os investigadores, não só pelos temas que aborda, mas também pelos muitos consagrados autores que inclui. Foi variando muito nas temáticas, adaptando-se aos tempos e a novas exigências. A mudança é uma das características deste Centro e daí também o sucesso, pois não ficou encostado aos êxitos do passado. Soube progredir e crescer e analisar os novos tempos”. E acrescenta: “não posso deixar de dizer que isto tudo não é mais do que o espelho do que este extraordinário grupo (Freitas Ferreira, Carlos Medeiros, Mário Lages e Roberto Carneiro e os seguintes corpos da direção) conseguiu fazer ao longo dos tempos. Não foi só trabalho, mas também muito empenho, muito entusiasmo; foi sintonia; entendimento; objetivos comuns. E o resultado foi um trabalho extraordinário”<sup>183</sup>. Por seu turno, os observadores externos também têm um olhar amável sobre a principal publicação do CEPCEP. Carlos Morujão, diretor do Centro de Estudos de Filosofia (CEFi) da FCH, considera a *Povos e Culturas* “um veículo de divulgação do trabalho do CEPCEP de excecional importância, revelando uma qualidade científica muito apreciável, com artigos que revelam uma investigação original e uma boa qualidade do ponto de vista gráfico”<sup>184</sup>. Qualquer que seja o juízo e o ângulo por que se analise a revista do

<sup>181</sup> V., respetivamente, os n.ºs 3, 4, 5, 6, 8 e 9 da revista. Dos autores mencionados, recorde-se, a revista ofereceu reproduções de serigrafias de Maria Helena Vieira da Silva, Roberto Chichorro, Graça Morais, Emília Nadal e Álvaro Siza Vieira, uma prática que começou por dar à *Povos e Culturas*, nos seus números iniciais, um cunho especial de objeto artístico ou de objeto com arte acoplada. Imagens destas serigrafias podem ser vistas nas pp. 33, 35, 37, 40 e 42 da Brochura comemorativa dos 25 Anos do CEPCEP, editada em 2008.

<sup>182</sup> V., respetivamente, os n.ºs 4, 16, 17 e 19 da revista.

<sup>183</sup> Ana Costa Lopes, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

<sup>184</sup> Carlos Morujão, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

CEPCEP, ela constituiu, e constitui, sem dúvida, uma aposta fundadora e definidora do Centro, e a sua principal marca identitária – “absolutamente emblemática”, como se lhe refere Roberto Carneiro<sup>185</sup> – até ao presente e para o futuro.

---

<sup>185</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

---

## As dinâmicas científicas do CEPCEP: síntese diacrónica

É usual afirmar-se que as instituições universitárias – faculdades, institutos, centros de estudo – são entidades complexas e plurais, uma vez que combinam diferentes pessoas e contributos, diferentes especialidades e metodologias, diferentes projetos e resultados. Mesmo em faculdades ou institutos de um só curso ou fileira e em centros especializados numa determinada área do saber, a cultura monodisciplinar não significa estancuidade, porque o conhecimento, latamente entendido, implica constantes cruzamentos de fronteiras interdisciplinares. A este aspeto, de retrato sincrónico, a todo o momento válido, soma-se outro, de retrato diacrónico. A vivência do tempo adiciona, ou adicionou, contexto às instituições, tornando-as organismos vivos que foram mudando, evoluindo, adaptando-se, alargando-se à medida que as pessoas, as ideias, os projetos, as oportunidades, as solicitações e o meio envolvente – institucional, cultural, mental, financeiro – foi também registando alterações. O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da UCP é um exemplo disto mesmo. Talvez seja um exemplo *especial* disto mesmo, como um olhar conclusivo sobre a sua dinâmica multidisciplinar e sobre os números das suas realizações poderá demonstrar.

Todos os membros das diferentes equipas de Direção do CEPCEP, e mesmo observadores externos da vida do Centro, convergem na apreciação elogiosa a dois dos seus aspetos estruturais ao longo de mais de três décadas de vida: a extraordinária riqueza e diversidade do que foi (e é), e do que fez (e faz) o Centro, por um lado; e a capacidade constante que ele teve de evoluir na continuidade, acompanhando ou antecipando até sinais dos tempos e necessidades pragmáticas, por outro lado. Manuel Braga da Cruz, reitor da UCP durante doze anos (2000-2012), mas mem-

bro do Conselho Geral do CEPCEP e seu colaborador esporádico desde as origens, elabora hoje um retrato de conjunto que realça a natureza híbrida do Centro. É certo que ele nasceu ancorado numa motivação de “lusofonia”; mas desde o princípio que a investigação se desdobrou pela literatura, pela história, pelas ciências sociais, pelos problemas laborais e da educação, pelas questões da cidadania ou até da política. Portanto, “o CEPCEP tinha uma grande diversidade de iniciativas, umas surgidas dentro do Centro, como projetos, outras resultado de prestação de serviços ou de encomendas”<sup>186</sup>. É verdade, salienta ainda Braga da Cruz, que a multiplicidade de ações parecia, por vezes, não revelar “grande continuidade entre si”; porém, muito do que o CEPCEP fez conferiu importante “visibilidade” e “projeção”, não apenas ao Centro, mas à própria Universidade, “provando que esta estava empenhada em prestar serviços culturais ao país”<sup>187</sup>. Isabel Capelo Gil, Reitora da UCP desde finais de 2016, recorda como o CEPCEP foi criado “como uma unidade que fazia a ligação entre o que eram as capacidades da Universidade e a sociedade, lá fora, numa fase muito embrionária de desenvolvimento da investigação na UCP”, e como evoluiu e reforçou essa componente de investigação *para* fora, de transferência de conhecimentos, com um perfil muito competitivo: “Quando nós falamos hoje em dia da competitividade e da capacidade de angariar fundos, o CEPCEP é absolutamente modelar nesse campo; conseguiu, de facto, desenvolver projetos de grande lastro, muito interessantes, nacionais, com entidades privadas, e internacionais, [com] grande capacidade de captar financiamento no âmbito dos quadros comunitários de investigação”<sup>188</sup>.

Na opinião de Roberto Carneiro, a melhor chave para a compreensão do percurso e do sucesso do “seu” Centro reside em reparar o quanto ele evoluiu sempre, combinando a “investigação académica aplicada” e o “desenvolvimento científico”, ambos “próximos ou amigos do mercado”<sup>189</sup>. Este casamento de apostas estratégicas traduz um certo entendimento do trabalho das universidades. Sobre isso, o Presidente do Centro detalha: “a investigação não tem de se distanciar das necessidades do mercado para se aureolar de digna e meritória, nem a submissão a meros interesses materiais de mercado deve ditar as prioridades da investigação académica”; por isso mesmo, é necessário “que as academias desçam do pedestal para

<sup>186</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

<sup>187</sup> *Ibidem*. Na sua entrevista, Manuel Braga da Cruz realça, como exemplo deste “serviço público” de impacto e relevância, a coleção das *Biografias dos Reis de Portugal*, levada a cabo como projeto de investigação e publicação do Centro com o Círculo de Leitores.

<sup>188</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista presencial (março de 2017).

<sup>189</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

melhor compreenderem as necessidades prementes de acrescentar um olhar científico e independente ao que se passa, em concreto, na sociedade envolvente, sem se deixarem contaminar pela gula de faturar a todo o transe e sem condições de isenção”<sup>190</sup>. O CEPCEP foi exatamente isto: uma instituição universitária com trabalho muito sólido, que quis e soube “descer do pedestal”, para um diálogo atento com a sociedade envolvente, assim conseguindo “cavar sulcos novos no panorama académico nacional e internacional”<sup>191</sup>.

Para Artur Teodoro de Matos, o CEPCEP foi sempre “um centro *sui generis*”, realizando, é certo, o tipo de produção que muitos outros fazem, por vezes até em áreas coincidentes, mas sendo inclassificável numa só categoria: “Eu tenho alguma dificuldade em inseri-lo no panorama geral dos Centros, ou em compará-lo. Talvez nenhum outro centro tenha uma matriz como esta, do CEPCEP, pelo que, não ocupando um lugar cimeiro, ainda assim é hoje uma instituição reconhecida no meio universitário, pelas suas atividades e por aquilo que promoveu”<sup>192</sup>. Sobre o reconhecimento não sobram dúvidas – não apenas a nível nacional, onde é quase, só por si, uma chancela editorial ou mobilizadora de outras chancelas editoriais, mas também a nível internacional onde, destaca por exemplo João Paulo Oliveira e Costa, foi clara “a afirmação do CEPCEP como uma instituição capaz de ser um *player* em projetos relevantes e em sofisticadas redes e parcerias europeias”<sup>193</sup>. Ana Maria Costa Lopes, investigadora “residente”, com ampla presença no catálogo de publicações e nos índices da revista do Centro, realça, por seu turno, a longa diversificação e adaptabilidade inteligentes que o distinguiram, da publicação à prestação de serviços, da investigação à resposta a encomendas mais pontuais. “Tudo isto”, explica, “está intimamente ligado a uma característica [do CEPCEP] que se prende com o facto de os seus dirigentes estarem sempre muito informados, muito atualizados, muito atentos à mudança, sabendo acompanhar as múltiplas e rápidas transformações que a sociedade e o mercado têm tido, e foram muitíssimas”<sup>194</sup>. Para Ana Costa Lopes, em suma, quatro palavras o definiram, e definem ainda hoje: “inovação, originalidade, mudança, internacionalização”; foi isso que permitiu ao Centro “mergulhar na contemporaneidade sem ficar preso ao passado”, sem medo de “acrescentar outras

---

<sup>190</sup> *Ibidem*.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>193</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>194</sup> Ana Costa Lopes, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

áreas a algumas das suas antigas áreas de interesse”<sup>195</sup>. Substancialmente o mesmo resume Pedro Conceição (vogal do Centro entre 2000 e 2010): “Para mim, o CEPCEP esteve sempre na fronteira entre a investigação e a aplicação”<sup>196</sup>.

Entre os mais novos, ou seja, entre os vogais diretivos com passado mais recente, Verónica Policarpo compara o que encontrou, quando ali ingressou (em 2010), com o que ajudou depois a realizar (até 2015): “Mais do que ter evoluído (para melhor), o CEPCEP transformou-se ao longo dos anos, e está diferente. Penso que isto é sinal de adaptabilidade e de um talento para a sobrevivência. Apesar de não ter acompanhado os seus primeiros passos, em que era um centro mais focado no estudo dos povos e culturas, com uma grande vertente etnográfica, etnológica e cultural (basta entrar na atual biblioteca, e também sala de reuniões, do CEPCEP, para perceber que esses tempos foram ricos) [...] é justo dizer que o CEPCEP acompanhou os tempos de mudança que atravessaram a Ciência, em termos nacionais, mas também globais, desenvolvendo modos alternativos de se financiar com projetos de consultoria científica. Nisto desenvolveu também uma componente de investigação aplicada, que põe em prática a dimensão de *outreach* que é exigida à Universidade, nos dias de hoje. A meu ver, este processo é o espelho da pessoa que estava ao leme, o Eng.º Roberto Carneiro, as áreas estratégicas refletindo de muito perto as suas áreas de especialização privilegiadas (educação e qualificações). Mas é também o espelho de toda uma equipa, muito dedicada, que ao longo dos anos foi contribuindo para uma identidade que, longe de ser monolítica, é plural: os seus diretores, mas também o secretariado, os colaboradores e os investigadores”<sup>197</sup>.

A liderança “visionária”, “abrangente”, “multifacetada” e “universalista” de Roberto Carneiro, o histórico Presidente do Centro, e as prosaicas, mas nunca negligenciáveis, necessidades de sustentabilidade financeira, convidando ou obrigando à diversificação de fontes de receita (e, por isso, de projetos e produtos novos), são dois aspetos igualmente salientados na apreciação de conjunto de José Manuel Seruya. Porventura mais do que científica, a sua análise é organizacional: “O CEPCEP é um paradigma de ecletismo, para mim fascinante. Tanta coisa que lá cabe, sem desarmonia e sem conflitualidade”<sup>198</sup>. Por isso mesmo, o tempo e uma abrangência de

---

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> Pedro Conceição, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>197</sup> Verónica Policarpo, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>198</sup> José Manuel Seruya, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

missão e de ação muito patentes foram fazendo do Centro um “fenómeno” que José Manuel Seruya considera merecedor de especial atenção e reflexão: “a *marca* CEPCEP, como marca de tipo *corporate*, passou a ocupar muitos territórios, não perdendo, antes pelo contrário, credibilidade institucional. A reputação do CEPCEP, parece-me, foi evoluindo positivamente ao longo dos anos, nunca reduzindo o seu fulgor. E isso deve-se certamente, não exclusivamente, claro, a esta capacidade de se aventurar por muitas áreas de estudo, consultoria, formação, edição, sempre com uma notória qualidade – para não dizer excelência – dos serviços que prestava. Atrever-me-ia a dizer que a marca CEPCEP tem um valor elevado, que dispensa, por assim dizer, a sua designação desdobrada, i.e. Centro de Estudos de Povos e Culturas...etc. Dispensa-a no sentido em que ela já não identifica a intervenção multifacetada que caracterizou o CEPCEP nos últimos quinze anos. Pelo contrário, reduz, restringe essa identidade, remetendo-a para um período apenas da história do Centro, que já se concluiu há muito”<sup>199</sup>.

É sem dúvida verdade que o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa é uma marca de qualidade da Universidade Católica – uma marca com história e com uma evolução histórica especial dentro da UCP. O CEPCEP é, no presente, a mais antiga unidade de investigação de toda a UCP e, portanto, também da Faculdade de Ciências Humanas, onde está integrado desde 2002. Recorde-se o essencial do que atrás ficou descrito. Pensado desde o final da década de 1970, através de um muito inovador diálogo intelectual entre Carlos Laranjo Medeiros e Mário Ferreira Lages; criado em 1983 e com Estatutos aprovados em 1984, pela determinação institucional de José de Freitas Ferreira e do Reitor, Pe. Bacelar e Oliveira; dinamicamente dirigido, ao longo de anos, por Roberto Carneiro e por todos os seus colegas diretivos (dos quais Artur Teodoro de Matos é o único que hoje iguala, em antiguidade, o Presidente do Centro); o CEPCEP surgiu, de início, sobretudo vocacionado para o estudo da presença e do legado português no mundo, procurando um olhar pós-colonial e lusófono que promovesse um conhecimento renovado da história, da geografia, da língua e da cultura resultantes desses encontros do passado e do que eles poderiam significar no presente e no futuro. Depois, com a Europa como contexto rotinizado da democracia portuguesa, e com os novos horizontes universitários abertos com os desafios da internacionalização, o CEPCEP não cessou de se alargar, como as lâminas interligadas de um leque, ou como uma árvore de cujo

---

<sup>199</sup> *Ibidem* (itálico no original).

tronco inicial foram desabrochando ramos e folhas, diferentes, mas nunca desligados entre si, e entre o que afinal a todos une – conhecer e dar a conhecer, perceber e servir, povos e culturas, seus indivíduos e práticas, suas necessidades e qualificações, através de um olhar humanista e cristão abrangente, que lhe veio dos que o formaram e da Universidade que o acolheu.

Visionário, o CEPCEP antecipou algumas vezes orientações que outros depois seguiram, como a lusofonia, que era politicamente incorreta nos anos 1980, e a internacionalização em redes, que só se democratizou verdadeiramente já neste século XXI. Independente, o CEPCEP situou-se algures na borda de uma “caixa” – umas vezes dentro, outras vezes fora... – reunindo personalidades de todos os quadrantes e estabelecendo uma multiplicidade de relações, em interface com a comunidade e a sociedade, que outros tiveram dificuldade em experimentar. Camaleónico (no bom sentido), o CEPCEP praticou a multidisciplinaridade e o *multitasking*, numa voracidade de quem acrescentou muito de novo, sem nunca renunciar ao mais antigo, num saber (e) fazer sempre inovador de temas e de metodologias, que outros teriam tido dificuldade em imaginar e praticar. E tudo isto o CEPCEP fez, apesar da modéstia de meios logísticos e de equipa permanente que atrás ficou documentada.

Lançando um olhar largo sobre os grandes objetivos do CEPCEP, desde a fundação até ao presente, Roberto Carneiro não tem dúvidas em declarar que o Centro por si presidido foi sempre fiel ao resumo inserido na página web e na promoção da revista *Povos e Culturas*: “O CEPCEP está especialmente vocacionado para o estudo da interação cultural que a presença portuguesa gerou em povos de vários continentes e o fomento, por essa via, da compreensão e aproximação mútuas. Pretende contribuir para a promoção dos Saberes e da Cultura nos planos intelectual, artístico, moral e espiritual, como instrumento de realização integral da pessoa humana. Desenvolve cursos, iniciativas no domínio da investigação, consultoria e gestão de projetos, colóquios e seminários, edições, entre outras atividades”. E acrescenta: “Este autorretrato do Centro mantém-se inalterado desde 1985 e perdurou ao longo dos tempos, resistindo à erosão e à usura da modernidade, sendo talvez o atestado mais potente de uma identidade forte e de uma personalidade indestrutível”<sup>200</sup>.

O muito que o Centro deu à Universidade Católica Portuguesa e, fora dela, à sociedade portuguesa, ao mundo cultural português (na sua aceção mais globalizada), e a vários circuitos de investigação científica e

<sup>200</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

de serviço em redes internacionais pode ser resumido em alguns macro números mais representativos. Assim, nos 34 anos compreendidos entre 1983 e 2017, o CEPCEP acumulou um total de 154 atividades e 87 publicações. Aquelas decompõem-se em 29 cursos e conferências, 31 congressos e seminários e 94 estudos e consultorias; estas em 21 volumes da coleção «Estudos e Documentos», 46 volumes extra coleção e 20 números da revista *Povos e Culturas*<sup>201</sup>. Somando as atividades às publicações, o *curriculum vitae* do Centro é assim constituído por nada menos do que um total de 241 itens, o que significa uma média de um pouco mais de 7 itens (atividades ou publicações) por ano<sup>202</sup>.

A análise diacrónica revela outros aspetos, que são também importantes caracterizadores da história do Centro. Tomando por referentes divisores as décadas, os 29 cursos e conferências ficam assim repartidos: 9 entre 1983 e 1990, 5 entre 1991 e 2000, 14 entre 2001 e 2010, e apenas um desde 2011. No conjunto dos congressos e seminários (um total de 31), 7 inscrevem-se entre 1983 e 1990, 9 entre 1991 e 2000, outros 9 entre 2001 e 2010, e 6 desde 2011. Finalmente, de entre os 94 estudos ou atividades de consultoria, 11 foram realizados entre 1983 e 1990, 15 entre 1991 e 2000, 49 entre 2001 e 2010 e 29 desde 2011<sup>203</sup>. A distribuição cronológica das publicações também distingue conjuntos numericamente diferentes. Entre 1983 e 1990, o CEPCEP deu à estampa 3 volumes «Estudos e Documentos», um espécime extra coleção e 3 números da revista *Povos e Culturas*. Na década seguinte (1991-2000), sucederam-se 4 volumes de «Estudos e Documentos», 7 publicações extra coleção e mais 3 números da *Povos e Culturas*. Entre 2001 e 2010, foram produzidos 9 livros de «Estudos e Documentos», 27 títulos extra coleção e 6 números da revista. Nos anos mais recentes, desde 2011, ainda se deram à estampa mais 5 títulos de «Estudos e Documentos», 11 livros extra coleção e 8 volumes da *Povos e Culturas*<sup>204</sup>.

Não tendo os quatro divisores cronológicos (1983-1990, 1991-2000, 2001-2010 e 2011-2016) a mesma extensão, as comparações entre si são relativas – até porque correspondem a fases diferentes (nascimento, con-

---

<sup>201</sup> V. o Anexo – Quadros n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6.

<sup>202</sup> É claro que na lista de 241 itens há repetições – cursos, conferências, congressos, seminários, estudos ou consultorias que, realizados sob estas categorias, depois resultaram em publicação, homónima ou não. Mas ainda assim, e em rigor, são espécimes distinguíveis, porque implicaram trabalho científico na realização e, depois, trabalho editorial na preparação da publicação.

<sup>203</sup> V. Anexo – Quadro n.º 8.

<sup>204</sup> V. Anexo – Quadro n.º 9.

solidação, expansão, europeização, etc.) da vida do Centro. Em todo o caso, vale a pena salientar que a progressão quantitativa foi, regra geral, crescente, e que o período mais produtivo foi a primeira década do século XXI. Entre 1983 e 1990 houve um total de 27 atividades e 7 publicações; entre 1991 e 2000, realizaram-se 29 atividades e 14 publicações. Entre 2001 e 2010, as atividades mais do que duplicaram em relação à década anterior, atingindo o total de 72, enquanto as publicações triplicaram (de 14 para 42). Na última meia década (2011 a 2016), contabilizam-se 26 atividades e 24 publicações – números que, em projeção matemática simples, significariam talvez 43 atividades e 40 publicações para o período, ainda em curso, de 2011 a 2020 (abaixo, portanto, da muito prolífica década de 2001 a 2010)<sup>205</sup>.

Às distribuições cronológicas podem somar-se outras distribuições numéricas. As atividades do CEPCEP foram tratadas, atrás, nos capítulos 7 e 8 desta II Parte, distinguindo a produção e divulgação de investigação científica, por um lado, da formação, prestação de serviços e consultorias, por outro lado – mesmo que, como foi salientado em devido tempo, a interligação e sobreposição das duas categorias seja óbvia em muitos casos. Aceitando, todavia, aquela distinção entre uma componente mais teórica e outra mais prática da vida do Centro, a produção e divulgação de investigação científica totalizaram 83 itens (12 cursos e conferências, 29 congressos e seminários e 42 estudos), e a formação, a prestação de serviços e as consultorias totalizaram 71 itens (17 cursos e conferências, apenas 2 seminários e 52 estudos e consultorias)<sup>206</sup>.

Como ficou patente ao longo do livro e nos números acima referidos, o CEPCEP foi sempre uma prestigiada rede de conhecimentos, de saberes e (a)fazeres, um *modem* gestor, angariador, centralizador, distribuidor ou respondente entre, e a, vários *players* dentro e fora do mundo universitário. Nada teria conseguido sem a extraordinária carteira de contactos e de parceiros que soube dinamizar e ir acumulando desde o início; e esta constitui um dos méritos mais impressionantes do registo do Centro. Na verdade, é possível, recenseando as 154 atividades atrás referidas, que preencheram a história dos anos de 1983 a 2016, ir identificando e listando, *pari passu*, as entidades que foram parceiras do CEPCEP na realização dos seus cursos, conferências, congressos, seminários, estudos e consultorias, independentemente da condição em que o fizeram. Ao longo da sua história, o Centro relacionou-se assim com um vasto universo de entidades

<sup>205</sup> V. Anexo – Quadros n.ºs 8 e 9.

<sup>206</sup> V. Anexo – Quadro n.º 10.

externas, nacionais e internacionais, provenientes dos mais variados setores, públicos e privados, que se ligaram ou apoiaram as atividades levadas a cabo em coorganização, em associação, integrando consórcios, redes ou grupos de trabalho, por acordos interinstitucionais ou interuniversitários ou prestando financiamento ou suporte logístico. Em algumas situações, foi o CEPCEP que mobilizou ou liderou essas parcerias, preparando, submetendo e vencendo candidaturas e concursos; noutras ocasiões, o Centro foi contactado por parceiros para envolvimento em iniciativas mais vastas (das quais se destacam os grandes projetos de investigação financiados por dinheiros europeus), ou para receber encomendas de trabalhos específicos (regra geral de entidades públicas ou privadas portuguesas ou de autoridades dos países lusófonos). O total de parcerias apurado ascende a nada menos do que 187 – 15 para cursos e conferências, 41 para congressos e seminários e 131 para estudos e consultorias<sup>207</sup>.

Um dos critérios aferidores da excelência do trabalho do Centro tem de ser o da chamada internacionalização, palavra-chave de todos os modelos avaliativos das universidades do presente. Uma simples leitura dos títulos das atividades levadas a cabo permite detetar 22 designações inglesas no total de 154, com distribuição cronológica de apenas 2 em 1991-2000, 9 em 2001-2010, e 11 entre 2011 e 2016<sup>208</sup>. Mas este simples critério da língua estrangeira é enganador, porque muito do que está intitulado em português foi, na verdade, resultado de projetos em rede, europeus ou até transcontinentais – em todo o caso internacionais. Repensando o critério desta maneira, e regressando ao total das 187 parcerias realizadas pelo CEPCEP, 88 foram feitas com instituições ou redes/projetos internacionais, cifrando-se assim em 47,1% a percentagem de internacionalização dos trabalhos do Centro. Com particular incidência nos anos mais recentes,

---

<sup>207</sup> V. Anexo – Quadro n.º 12. Deve referir-se que o total de entidades parceiras das atividades do CEPCEP é inferior a 187, dado que algumas entidades repetiram parcerias, tanto na mesma frente de atividade (cursos / conferências, congressos / seminários ou estudos / consultorias), como em tipos de atividade diferentes. No total de 187 não se incluem entidades que colaboraram com o Centro na realização de alguns contactos institucionais mais esporádicos ou aproximações científicas não necessariamente materializadas numa atividade concreta (por regra universidades, fundações ou institutos, referidos nas reuniões de Direção), nem – dado importante – entidades que se associaram ao CEPCEP apenas para financiamento de publicações, sem ligação ao projeto editorial pré-existente.

<sup>208</sup> V. Anexo – Quadro n.º 11. O primeiro curso ou conferência internacional do CEPCEP foi a *TACONET Conference*, em 2005, e o primeiro estudo ou consultoria o *New Job Skill Needs and the Low Skilled*, em 1996-1999. Não há qualquer congresso ou seminário em língua inglesa ou outra.

houve assim 3 parcerias internacionais (de um total de 15) nos cursos e conferências, 6 (de um total de 41) nos congressos e seminários e 79 (de um total de 131) nos estudos e consultorias, o que significa, para cada uma das três espécies de atividades, percentagens específicas de internacionalização de 20%, 14,6% e 60,3%, respetivamente. Ou seja, e quanto à última percentagem indicada: mais de metade dos 131 parceiros dos estudos e consultorias levados a cabo pelo CEPCEP foram entidades internacionais.

As entidades estrangeiras que o Centro agregou a si, ou que a si agregaram o Centro, vieram de, pelo menos, 29 países diferentes: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica (aqui incluída a Comissão Europeia), Brasil, Chipre, Croácia, Dinamarca, Escócia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França (aqui incluída a UNESCO), Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália (aqui incluído o Vaticano), Letónia, Lituânia, Macau, Malta, Noruega, República Checa, Roménia, São Tomé e Príncipe, Suécia e Timor Leste. Finalmente, vale a pena registar que, das 187 parcerias apuradas a partir das 154 atividades do CEPCEP, resultou a publicação, direta ou indiretamente, pelo Centro ou em coedição com outra(s) entidade(s), de 4 números da revista *Povos e Culturas*, cerca de 40 dos livros já referidos no capítulo 9, para lá de inúmeros artigos científicos, relatórios de projeto, *working papers* ou instrumentos informáticos disponibilizados em revistas académicas ou em *sites* e plataformas acessíveis *online*.

É, pois, justo o retrato da mais-valia internacional do CEPCEP feito em testemunho escrito recente por Roberto Carneiro: sobretudo na fase da vivência integrada na Faculdade de Ciências Humanas (ou seja, desde 2002), “o Centro viu plenamente coroadas de sucesso as suas múltiplas ofensivas na frente europeia, participando ativamente em cerca de uma trintena de projetos de investigação europeus, como parceiro normal ou liderando mesmo, com sucesso comprovado, consórcios alargados de universidades internacionais e, nalguns casos, de empresas inovadoras àque-las associadas”. E por isso, continua, “o prestígio internacional do CEPCEP” transformou-o, nos tempos mais recentes, “numa entidade plenamente alinhada com os mais avançados areópagos da investigação comunitária e, ainda, altamente cotada no plano das instituições científicas de vanguarda, como parceira desejável e intensamente procurada nas alianças que se formam, e negociam, em constância, para corporizar candidaturas a financiamentos europeus”<sup>209</sup>.

<sup>209</sup> Roberto Carneiro, testemunho in AA.VV., 2017, p. 52. Na entrevista dada para este livro, o Presidente do Centro confidencia, orgulhoso, a propósito da valia e reconhecimento

O CEPCEP nasceu, e assim se define estatutariamente até hoje, como uma unidade de investigação de caráter científico multidisciplinar ou interdisciplinar. E essa orientação fundadora e estrutural ao longo do tempo determinou o enfoque e o resultado das múltiplas atividades do Centro. Não é possível listar, a não ser por aproximação, todas as áreas do conhecimento que, em algum momento, em alguma iniciativa ou por alguma maneira foram cultivadas, até porque essa lista precisaria de indicar não apenas macro áreas canonicamente consagradas (a história, a literatura, a geografia, a demografia, a etnografia, a antropologia, a sociologia, a economia, a política, as ciências da educação, as ciências do trabalho, etc.), mas também os micro campos de especialidade em que tais áreas desde há anos se têm vindo a dividir. Talvez a dispersão temática tenha sido, em três décadas, tanta que seria mais fácil indicar, pela negativa, as (poucas) áreas do saber humano em que o CEPCEP *nunca* tocou.

Reagrupando, tentativamente, as 154 iniciativas e 87 publicações do CEPCEP por matrizes de distribuição temática, é possível obter uma imagem global, não mais que aproximada e impressionista, das muitas áreas, distintas ou combinadas, que o Centro cultivou. Nos 29 cursos e conferências houve enfoques de história (portuguesa, dos PALOP e, de forma mais geral, do antigo Império luso), religião, política (em Portugal, na Europa, no Brasil ou em outros antigos territórios ultramarinos entretanto transformados em países lusófonos), etnografia, línguas/literaturas, comunicação/jornalismo, educação/ensino/formação, pedagogia/literacia, sociedade/família, métodos e técnicas de investigação ou TIC. Nos 31 congressos e seminários analisados estudaram-se e divulgaram-se temas de história, religião, política, cooperação lusófona, sociedade, demografia, língua, cultura, economia, sociologia, demografia, cidades, imigração, ambiente, emprego, qualificações, educação, TIC, *e-learning*, pedagogia, justiça, família, intergeracionalidade, etnografia ou musicologia. Por último, os 94 estudos e consultorias que preenchem a história do CEPCEP constituem uma mostra ainda mais diversa dos saberes da espécie humana: história, império,

---

internacionais do CEPCEP: “Não há praticamente dia em que o Centro, e os seus investigadores, não sejam assediados/convidados para integrarem vastos consórcios universitários europeus, candidatos a programas diversos, desde o *Horizon 2020* ao *Erasmus +*, passando pelo *Progress* ou pelos programas abertos de cooperação regional. Isso não é apenas um teste reputacional de fundo, como ainda atesta que o CEPCEP é hoje uma *marca* prestigiada com inestimável valor no mercado académico altamente concorrencial, nacional, europeu e internacional” (Roberto Carneiro, entrevista por e-mail, abril de 2017, itálico no original).

biografia, património, línguas, literatura, etnografia, musicologia, dramaturgia, política, políticas públicas, sociedade, emigração e imigração, intergeracionalidade, inclusão e exclusão, justiça e delinquência, economia, competitividade, desenvolvimento, formação, inovação, educação, novas tecnologias, TIC, *e-learning*, ensino, aprendizagem, leitura, emprego e desemprego, comunicação, televisão, opinião pública, valores, bem-estar, cidadania, multiculturalidade ou interculturalidade.

O universo das publicações – 67 livros e 20 números da revista *Povos e Culturas* – é de classificação temática porventura mais fácil, seguindo as palavras dos respetivos títulos, mas a diversidade disciplinar, pontuada por cruzamentos entre um ou mais temas, continua a ser a nota. Há a história (de Portugal, da relação ibérica, do mundo do antigo Império português, de personagens históricas, de arte e de património), a religião, a antropologia, a língua, a literatura, a cultura, a etnografia, as tradições populares, Portugal e os portugueses, as relações internacionais, a sociedade, a justiça e a inclusão social, a juventude e os pais, o envelhecimento, a família, a saúde e as neurociências, a demografia, a população, o planeamento urbano e a habitação (Lisboa, sobretudo), o desenvolvimento local e regional, o desporto, a economia, a cooperação e financiamento internacionais, a educação, o ensino e a aprendizagem, as tecnologias, as qualificações, as competências (*skills*), as TIC, o turismo, as indústrias criativas, o emprego, a inovação, as lideranças organizacionais, os valores, o bem-estar ou a cidadania – para lá das enciclopédias, que são, por definição, montras muito alargadas de quase todos os saberes, e dos volumes de homenagem dedicados a Mário Ferreira Lages, com ou sem estudos científicos, oferecidos para a ocasião por especialistas de diferentes disciplinas.

Desde a conceção programática, em 1983, e dos Estatutos, de 1984, até à atualidade o Centro definiu-se também pelo seu comprometimento no estudo de cinco grandes áreas geográficas, traçadas em torno da lusofonia: Portugal, África, Brasil, Oriente e Comunidades Emigrantes. Esta cartografia da portugalidade foi sendo lembrada, como atrás se viu, de tempos a tempos e está presente, de facto, em muitas das iniciativas científicas ou de formação e prestação de serviços ao longo da história do CEPCEP – embora com naturais desigualdades. Não individualizando em números as iniciativas sobre Portugal (porque poucas não o foram, mesmo quando internacionais, pela perspetiva comparada que ofereciam entre o país e outros espaços), é possível contabilizar as outras geografias. Assim, sobre África (com particular realce para os PALOP), realizaram-se 12 iniciativas, a maioria delas concentradas nos primeiros anos, altura em

que o Centro esteve bastante focado naquela área do mundo<sup>210</sup>. Sobre o Brasil realizaram-se apenas 2 iniciativas, e é patente, na documentação do CEPCEP e nas reuniões da sua Direção, a consciência de que se poderia ter feito mais, não fora a falta de recursos e, sobretudo, de parceiros locais, que nunca foram tão ativos quanto os africanos ou os orientais. O Oriente, ou seja, os temas asiáticos, motivou, por seu turno, 23 iniciativas, com ou sem geografias nacionais específicas<sup>211</sup>. Finalmente, as Comunidades Emigrantes (e nos últimos anos – espelhando a própria evolução do país – também as Imigrantes), foram o foco de 8 iniciativas levadas a cabo pelo Centro. Estes números não incluem, todavia, conferências, colóquios ou estudos, de história, língua ou cultura globais, onde também se trabalharam essas geografias lusófonas no seu conjunto – casos, por exemplo, do Colóquio sobre *População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa* (realizado em 1988), ou a recolha e edição dos *Relatórios e Teses Inéditos da Administração Colonial Portuguesa* (executada entre 1987 e 1989).

O Presidente cessante do Centro, Roberto Carneiro, salientou há pouco tempo o quanto a “missão” do CEPCEP, “continuadamente afirmada”, permitiu “a realização de trabalhos em áreas tão distintas como a cidade e a cidadania, a saúde, a inclusão social, o bem-estar e a felicidade, a cooperação para o desenvolvimento, a aprendizagem, a liderança e a inteligência emocional, a inovação sistémica, a mudança em sistemas sociais complexos, a prospetiva e a avaliação estratégicas, a avaliação de políticas públicas, as políticas educacionais e de emprego, a habitação, as artes, os movimentos populacionais, os valores e a ética, os jovens a sua empregabilidade, a delinquência juvenil, o futuro do trabalho, os objetivos e os conteúdos programáticos de ensino, a relação do homem

<sup>210</sup> Sobre a vocação “africanista” do Centro, v. os documentos «Atividades do CEPCEP relacionadas com África» e «Participantes em Atividades do CEPCEP relacionadas com África» que a direção preparou para envio ao Reitor D. José Policarpo com data de 21.11.1991, um total de 4 + 4 páginas de descritivos dos Seminários, Cursos, Investigações e Publicações, com os oradores e autores envolvidos, dedicados ao continente africano, no espaço temporal de 8 anos (1983 a 1991) (Arquivo CEPCEP, C UCP 2, 1989-1992). Um tal destaque isolado só viria a ser dado – tanto quanto a análise documental do Centro permite entrever – já na atualidade, significativamente aos projetos e experiência acumulada do CEPCEP na área da Educação, Ensino e Aprendizagem: trata-se de um portefólio de 3 páginas, preparado em 2016 para a apresentação do Centro a autarquias nacionais, com vista à elaboração das respetivas cartas educativas (Arquivo CEPCEP, ARD, 15.4.2016).

<sup>211</sup> Das 23 iniciativas agrupáveis na categoria geográfica Oriente/Ásia, 12 tiveram por foco/objeto Timor, 4 a Índia, e 2 o Japão, enquanto Macau, o Tibete e a China tiveram uma iniciativa cada um. Houve ainda duas outras iniciativas sem país concreto (os dois ciclos do Curso *Portugal e o Oriente: Passado e Presente*, em 1985 e 1986).

com a inovação tecnológica, a educação para os media, *entre outras*<sup>212</sup>. E em tudo, e para tudo isto, o CEPCEP convocou “a participação ativa de investigadores e especialistas de origens científicas muito diversificadas (sociologia, demografia, comunicação, política pública, economia, antropologia, etnografia, história, direito, engenharia, arquitetura, medicina, agronomia, etc.)”<sup>213</sup>. Todos os colegas diretivos de Roberto Carneiro não duvidariam em subscrever este prolixo “bilhete de identidade” do Centro que ajudaram a erguer e a prosperar. Pertencendo a uma ou mais áreas do saber, cada vogal diretivo teve, seguramente, as suas predileções – que aliás enriquecem a memória individual de cada um –, mas relacionou-se com muitas outras áreas, o que transformou a sua passagem pelo CEPCEP numa vivíssima oportunidade de enriquecimento epistemológico e metodológico.

Os destaques oferecidos por diferentes vogais diretivos podem até ser tomados como um *ball of fame* do que de mais relevante o Centro foi fazendo. No conjunto das iniciativas, Roberto Carneiro confere especial relevância à *Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades*, ao projeto das *Cartas Educativas de Timor-Leste*, aos estudos sobre a delinquência juvenil e as expectativas de vida dos jovens dos *Centros Educativos da União Meridianos*, aos programas de formação de pais *Aprender a Educar*, bem como ao *Congresso dos Avós* ou ao *Congresso do Fado*, sem esquecer as iniciativas dos primórdios, como o curso *Religião em África* ou o seminário *Educação em África*. Artur Teodoro de Matos recorda com orgulho e saudade o congresso *D. João III e o Império*, a *Enciclopédia Açoriana* e as *Biografias dos Reis de Portugal*. Ana Costa Lopes (em seu nome, mas também em jeito de homenagem a Mário Lages), salienta quão importantes, porque pioneiros e de impacto público, foram os congressos *Educação em África*, *O Século Cristão no Japão* e *D. João III e o Império*, os seminários internacionais de *História Indo-Portuguesa* ou de *Cultura e Contemporaneidade*, bem como os estudos *Namoro e Casamento*, *Bibliografia do Conto Regional*, *New Job Skill Needs and the Low Skilled*, *Cenários do Emprego em Portugal*, *Imigrantes em Portugal* e *Estudantes Portugueses do 1.º ao 12.º ano face à Leitura* – sem esquecer, também, a *Enciclopédia Açoriana* e a coleção dos *Reis de Portugal*. João Paulo Oliveira e Costa enfatiza a importância do seminário de *Cultura e Contemporaneidade* sobre o Cristianismo no Japão, o colóquio *D. João III e o Império*, o seminário de *História Indo-Portuguesa* e o projeto das *Biografias dos Reis*

<sup>212</sup> Roberto Carneiro, testemunho in AA.VV., 2017, p. 12 (itálico meu).

<sup>213</sup> *Ibidem*.

*de Portugal*. João Muñoz de Oliveira dá particular realce aos programas abertos para pais *Aprender a Educar* e à correspondente, ou resultante, *Enciclopédia dos Pais*, ao *Congresso dos Avós* e aos trabalhos do Centro com Timor, para a implementação dos currículos de ensino locais e para o desenho das cartas educativas daquele novo país. Francisco Sarsfield Cabral, vogal da Direção apenas durante cinco anos (1996 a 2001), lembra a realização do seminário internacional *Línguas: Pontes para o Futuro*, bem como os estudos sobre *Desajustamento entre Ganhos e Habilitações na Economia Portuguesa*, *Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa*, *Cenários do Emprego para Portugal* e *Avaliação do Sistema de Participação de Medicamentos*. De entre os vogais mais recentes na história do Centro (2010 em diante), Verónica Policarpo escolhe dar relevo ao colóquio *Contributos para o Diálogo Inter-Religioso* e aos estudos ou prestações de serviços *Angola: Estudo de Formação de Quadros*, *New Opportunities for Learning – Going LLL*, e *Envelhecimento Ativo e Transmissão Intergeracional*. Fernando Chau, por seu turno, recorda sobretudo os trabalhos *Portugal 2020. Antecipação de Necessidades de Qualificação e Competências*, *Estudo dos Impactos da Titularização do Subsídio de Refeição*, *Envelhecimento da População Portuguesa*, *Envelhecimento Ativo e Transmissão Geracional*, *RESLEA – Reducing Early School Leaving*, *Reindustrialização da Economia Portuguesa* e *SALM – Skills and Labour Market to Raise Youth Employment*. Finalmente, José Manuel Seruya recorda como ponto alto da sua passagem pelo CEPCEP o trabalho de *Formação e Investigação nos Centros Educativos da União Meridianos*<sup>214</sup>.

Também as publicações têm os seus adeptos, e é talvez curioso notar que são os vogais diretivos mais antigos que as expressam, por contraste com os colegas mais recentes, cujas predileções estão concentradas nas iniciativas ou atividades do Centro, e não tanto nos livros ou revistas dados à estampa. Carlos Laranjo Medeiros afirma sem hesitações que os três primeiros números da *Povos e Culturas* foram verdadeiras bandeiras de afirmação de qualidade do então ainda jovem CEPCEP. Artur Teodoro de Matos que, com Carlos Medeiros, dirigiu a revista, também tem por ela grande predileção, a que junta o elogio aos volumes de atas dos congres-

<sup>214</sup> Todos estes destaques sobre as atividades do CEPCEP surgem explícitos nas entrevistas dadas pelos diferentes membros da Direção do CEPCEP ao autor deste livro. Sobre as preferências de Roberto Carneiro, v. ainda o seu testemunho in AA. VV., 2017, p. 53. A eles se pode somar ainda o testemunho da secretária do Centro, Maria Cristina Pereira (também em entrevista dada ao autor deste livro), que lembra sobretudo o primeiríssimo curso levado a cabo, *Religião em África*, em 1983-1984, a que assistiu, ainda antes de ingressar no CEPCEP como funcionária.

sos ou colóquios de história levados a cabo pelo Centro, às Enciclopédias publicadas e aos volumes do *Portugal. Percursos de Interculturalidade*. Roberto Carneiro confere especial importância às “grandes obras monumentais”, como as *Biografias dos Reis de Portugal*, a *Memória de Portugal. O Milénio Português*, as Enciclopédias, e a títulos como *Os Católicos e o 25 de Abril* ou *Timor Leste e Portugal: Cinco Centúrias de Relacionamento* (os dois números mais recentes da *Povos e Culturas*). Ana Costa Lopes destaca, compreensivelmente, os volumes que produziu sobre o conto regional português, mas também o livro de Mário Lages, *Vida/Morte e Diafanía do Mundo na História da Carochinha. Ensaio Etnológico*, e o volume *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Quanto a João Paulo Oliveira e Costa, tem uma palavra especial para *Portugal. Anos 10* e para *Portugal-Espanha. Amores e Desamores*<sup>215</sup>.

Cultivando uma imensidão de disciplinas e harmoniosamente disperso por várias geografias do globo, o CEPCEP foi também um muito dinâmico polo agregador de pessoas. O pequeno núcleo permanente, constituído pela Direção, o Secretariado e um punhado muito reduzido de investigadores colaboradores – apenas Ana Costa Lopes acompanhou, neste papel, toda a história do Centro – deixou uma obra vasta. Mas só a deixou porque, em círculos concêntricos, por contactos que puxavam outros contactos, e por construção de redes que se interligaram ou cruzaram com outras redes, aquele pequeno núcleo se fez gestor de muitas e muitas colaborações.

Não é possível, mas seria interessante, elaborar a lista nominal de todas as pessoas – investigadores académicos, profissionais de vários ofícios, peritos de organizações internacionais, figuras da sociedade ou da política, etc. – que alguma vez, de alguma forma, mesmo que mínima, colaboraram com alguma das atividades ou publicações do CEPCEP. No capítulo anterior, esse exercício foi feito para a revista *Povos e Culturas*, por se tratar de um universo objetivamente identificável e mais maneável: foram 367 nomes os que colaboraram na revista do Centro<sup>216</sup>. Os nomes envolvidos nas 154 iniciativas listadas e nas 67 publicações em livro superariam decerto, e em muito, aquelas mais de três centenas e meia de autores que fizeram a *Povos e Culturas*, demonstrando como o CEPCEP foi desde o início a reunião das mais diversas gentes, seniores e juniores, famosos e menos famosos, oriundas das mais diversas partes do globo;

<sup>215</sup> Todos estes destaques sobre as publicações do CEPCEP surgem explícitos nas entrevistas dadas pelos diferentes membros da Direção do CEPCEP ao autor deste livro.

<sup>216</sup> V. Anexo – Quadro n.º 7.

um caso de cosmopolitismo intelectual que poucas outras unidades de investigação, se alguma, terão podido igualar.

E não pode também esquecer-se a pequena lista dos ilustres que, em cerimónias protocolares, em sessões científicas ou como membros do Conselho Geral, emprestaram o seu nome e o seu prestígio ao CEPCEP, fazendo com que este, por seu turno, emprestasse nome e prestígio à Universidade Católica Portuguesa. Foi por causa do Centro, para presidir à sua sessão inaugural, em maio de 1983, que Ramalho Eanes, Presidente da República, se deslocou à UCP, naquela que foi a primeira visita de um Chefe de Estado à Universidade Católica. E poucos meses volvidos, em novembro desse ano, recebeu no Palácio de Belém a direção do CEPCEP e todos os conferencistas do curso *Religião em África*. Mário Soares, figura fundadora da democracia portuguesa recente, cruzou-se com o Centro, recebendo a sua Direção ou marcando presença em eventos, em 1983, como Secretário-Geral do Partido Socialista e, depois, Primeiro-Ministro, em 1993, como Presidente da República, e em 1998 e 2001, como antigo Presidente<sup>217</sup>. Jorge Sampaio também o fez como antigo Presidente, em 2009 e em 2011<sup>218</sup>. Já Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República, tomou pela primeira vez contacto com o Centro ainda em 1983, registando depois, além de uma colaboração na *Povos e Culturas*, duas presenças em sessões de lançamento da revista, em 1989 e em 2014<sup>219</sup>. José Manuel Durão Barroso, por seu turno, viu o seu nome associado ao

<sup>217</sup> Como se referiu na I Parte do livro, Mário Soares recebeu a Comissão Instaladora do CEPCEP na sede do PS, em abril de 1983, e abriu o curso sobre *Religião em África*, já como Primeiro-Ministro e na companhia de Léopold Senghor, em novembro desse ano. Depois, marcaria presença no Colóquio Internacional *O Século Cristão no Japão*, em 1993, seria orador na 2.<sup>a</sup> *Semana de Cultura e Contemporaneidade* («O Diálogo Intercultural como Condição da Paz»), em 1998, e apresentador do livro *Memória de Portugal. O Milénio Português*, em 2001.

<sup>218</sup> Jorge Sampaio foi o orador da *Conferência «Sinais dos Tempos»*, em 2009, e convidado de honra, pela UNAO, do Colóquio Internacional *Contributos para o Diálogo Inter-Religioso*, em 2011. E pode acrescentar-se ter sido também um dos convidados para a sessão de lançamento do n.º 1 da revista *Povos e Culturas*, em novembro de 1989, altura em que estava envolvido na campanha eleitoral para a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, que viria a conquistar.

<sup>219</sup> Marcelo Rebelo de Sousa recebeu a Comissão Instaladora do CEPCEP na primavera de 1983, quando desempenhava as funções de Ministro dos Assuntos Parlamentares do governo da AD de Balsemão. Esteve presente na sessão de lançamento do n.º 1 da *Povos e Culturas* em novembro de 1989, quando era candidato à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, e novamente no lançamento do número especial da revista *Os Católicos e o 25 de Abril* nos finais de 2014. Para a *Povos e Culturas* contribuiu com o texto do elogio académico feito a Roberto Carneiro, por ocasião do doutoramento *Honoris Causa* deste, na Universidade Aberta, que está publicado no n.º 17 (2014).

CEPCEP em 1994, quando era Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1998, quando liderava o PSD, e em 2008, na alta qualidade de Presidente da Comissão Europeia<sup>220</sup>. Menção, entre os ilustres, pode ainda ser feita a Aníbal Cavaco Silva e a António Guterres, que nominalmente integram o Conselho Geral do CEPCEP desde a sua fundação, no já longínquo ano de 1985, pouco tempo antes de o primeiro chegar à liderança do PSD, e numa altura em que o segundo ainda era apenas um militante do PS. Significa isto dizer-se que existe um Centro de Estudos na Universidade Católica Portuguesa que tem por membros conselheiros um antigo Primeiro-Ministro e antigo Presidente da República, além de um antigo Primeiro-Ministro e atual Secretário-Geral da ONU!

O facto de o CEPCEP nunca ter deixado de ser, no final das contas, um Centro pequeno em pessoal permanente e meios logísticos – modéstia que não impediu a sua vasta obra – constituiu um desafio organizacional e científico constante ao longo da sua história. Várias vezes, como atrás se documentou, em reuniões de Direção, o tema vinha para a mesa, por regra para alguém lamentar que muitas ideias não pudessem ter concretização, ou que solicitações externas ficassem sem resposta, pela escassez de elementos humanos. Falava-se então de outros nomes, a contactar, a convidar, a agregar, mas faltavam condições monetárias atrativas e muitos dos pretendidos tinham vidas profissionais ou filiações académicas que também os ocupavam. Em algumas ocasiões sugeriram-se soluções concretas. Uma delas seria limitar o ecletismo ou a diversidade temática de atuação do Centro em torno de um só tema (como os povos e culturas de expressão portuguesa, a interculturalidade, a exclusão / desenvolvimento, a inovação / formação na sociedade portuguesa, etc.); mas logo se percebia que a estanquicidade de temas era limitativa e que a sobrevivência financeira do Centro obrigava à abertura pluritemática. Outra solução aventada foi a de transformar o CEPCEP numa “bolsa de pensadores”, ou seja, numa plataforma para elaboração de projetos que outros poriam em prática; contudo, e para lá dos constrangimentos de mercado, esta lógica de “venda de ideias” chocava com a própria natureza e missão consagradas nos Estatutos<sup>221</sup>.

---

<sup>220</sup> José Manuel Durão Barroso escreveu um artigo para a *Povos e Culturas* n.º 4 (1994), foi orador na 2.ª *Semana de Cultura e Contemporaneidade* («O Diálogo Intercultural como Condição da Paz»), em 1998, e orador único da *Conferência «Sinais dos Tempos»*, em 2008, integrada nas comemorações dos 25 anos do Centro.

<sup>221</sup> As duas ideias/soluções aqui indicadas foram objeto de discussão, por exemplo, numa reunião de balanço do ano letivo findo – do que se fizera e do que, planeado embora, ficara por fazer – no verão de 1995. O projeto de redefinição do Centro como “bolsa de

Acontece, também – e como a sua produtividade científica e editorial atesta – que foi por nunca ter querido, ou podido, ser um grande Centro, com muitos investigadores integrados, ao estilo e com as regras de uma FCT, por exemplo, que o CEPCEP teve a flexibilidade e a liberdade para trabalhar como o fez, recrutando “mão-de-obra” ocasional e *ad hoc* para concretizar ideias surgidas das áreas de especialidade dos seus vogais diretivos, das efemérides histórico-culturais, das tendências do meio académico, social, organizacional, empresarial e internacional, de concursos ou parcerias para que o Centro elaborou candidaturas ou das solicitações concretas que as mais diversas entidades e parceiros lhe dirigiram<sup>222</sup>. Na inexistência de um único plano estratégico muito detalhado e espartilhado residiu assim o segredo da possibilidade de ir navegando com várias opções estratégicas sempre em aberto – que o olhar e a energia holísticos de Roberto Carneiro nunca deixaram transformar em desarmonia ou ruído. E foi isto que permitiu abrir o CEPCEP a colaborações de outra maneira impossíveis, trazendo até ele e à Universidade Católica, como salienta com justificado orgulho o seu Presidente cessante, “personalidades de grande relevo nacional e internacional, das mais variadas áreas do saber”, e possibilitando “a captação de financiamentos de origem pública e privada”, fator que permitiu ao Centro manter-se sempre “sustentável”, “sem ser um peso financeiro para a Universidade, antes contribuindo para o seu equilíbrio orçamental”<sup>223</sup>.

Com o tempo, o pequeno e ao princípio estranho corpo do CEPCEP no interior da Universidade Católica – um Centro na UCP, e da UCP, mas

---

pensadores” era assim descrito: “Com base numa ideia própria ou num pedido feito ao Centro elabora-se o projeto; a instituição que o adquire põe-no em prática e o CEPCEP faz o acompanhamento e a avaliação da sua implementação [...] Os potenciais clientes seriam o Estado, empresas, fundações portuguesas e estrangeiras, autarquias, misericórdias, instituições de solidariedade social, OCDE, Comunidade Europeia, UNESCO, universidades privadas”. Mas de imediato o plenário diretivo reconheceu o problema deste esquema: “Em oposição a esta ideia foi dito que os objetivos primeiros do Centro estão um pouco fora da venda de ideias, e que não existe em Portugal mercado para esta atividade. Apostar nesta área não seria positivo, a não ser em casos pontuais e esporádicos” (Arquivo CEPCEP, ARD, 31.7.1995).

<sup>222</sup> Artur Teodoro de Matos é claro em relação a este aspeto: “Era vantajoso, e acho que hoje continua a ser vantajoso, [o CEPCEP] não ser um centro FCT. Não havia meios (número de doutores e investigadores), por um lado; e, por outro lado, um centro de I&D desses tem exigências burocráticas que não se coadunaram nunca com a disponibilidade dos membros da Direção, muitos deles sem credenciais académicas suficientes para tal. O Centro nunca teve investigadores; apenas os recrutava e associava a determinados projetos” (entrevista presencial, outubro de 2016).

<sup>223</sup> Roberto Carneiro, testemunho in AA.VV., 2017, p. 12.

feito com ideias e pessoas que lhe eram, em vários casos, exteriores – foi fazendo o seu caminho. Do ponto de vista institucional e de pertença orgânica, não há como ocultar que a história registou algumas tensões com alguns poderes superiores da Universidade. Mas o interesse e a aposta reitoral no CEPCEP nunca estiveram em dúvida, mesmo quando as tentativas de cerceamento da autonomia administrativa ou financeira espreitaram. Roberto Carneiro é taxativo e generoso sobre este aspeto: “nada do que conseguimos realizar teria sido possível sem a complacente e ativa cumplicidade dos Magnos Chanceleres e Reitores com os quais me foi grato ir contactando e trabalhando, sempre em ambiente de grande lealdade recíproca”<sup>224</sup>. De unidade independente e respondente apenas perante o Reitor, no período de 1983 a 1994, o CEPCEP passou depois a unidade integrada no IIAIC/ICIC, entre 1994 e 2002. A partir de 2002, e até à atualidade, tornou-se num Centro da Faculdade de Ciências Humanas, embora mantendo, perante a Direção desta, e sem quaisquer problemas de parte a parte, uma especificidade e uma autonomia muito maiores do que os seus congéneres mais novos, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), e o Centro de Estudos de Filosofia (CEFi), nascidos ou reestruturados na era, e para os efeitos, das unidades da FCT.

Em diversas ocasiões, aliás, a Faculdade de Ciências Humanas e até a Reitoria viram no CEPCEP um exemplo inspirador, procurando colher nele, ou através dele, sinergias em benefício de outras estruturas, ou apresentando-o como motor de boas práticas. Em 1995, por exemplo, a Direção do CESOP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (onde se incluía Mário Lages), viu com bons olhos e equacionou a possibilidade de o CESOP ser integrado no CEPCEP, dado que este era o grande “empregador” e, portanto, “financiador” daquele<sup>225</sup>. Já no quadro da pertença à FCH, em 2004, o Diretor desta, Mário Pinto (antigo Vice-Presidente do CEPCEP), pediu à Direção do Centro que, a partir da sua experiência acumulada e positiva com a *Povos e Culturas*, estudasse e promovesse a viabilidade e a implementação de uma revista da Faculdade de Ciências Humanas, reunindo as colaborações dos docentes das suas várias áreas científicas e cursos. O argumento era claro: o CEPCEP era, na altura, “o único centro de estudos da Faculdade que tem uma estrutura; o único que

---

<sup>224</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017). O Presidente do Centro acrescenta, igualmente, que é “da mais elementar justiça referir as relações institucionais de grande lealdade e colaboração que fui mantendo com os diversos diretores da FCH, enquanto Centro integrado nesta Faculdade, a saber, Mário Pinto, Isabel Gil, José Miguel Sardica e, mais recentemente, Nelson Ribeiro” (*ibidem*).

<sup>225</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 20.6.1995.

pode responder à solicitação do Diretor da Faculdade”. Roberto Carneiro e os colegas ainda deitaram mãos à obra, pensando numa revista científica, com números sem tema pré-definido, que servisse de montra e fosse cativante para todos os docentes e investigadores da FCH, a disponibilizar de forma digitalizada, com um Conselho Editorial a definir. Mas o projeto não avançou porque, reconheceu-se, o mercado das revistas académicas não estava fácil e os docentes da Faculdade tinham pouco tempo disponível para a produção de investigação original publicável<sup>226</sup>.

A vasta experiência do CEPCEP em candidaturas, equipas e projetos internacionais era, e é, também bastante reconhecida por quem o olhava de fora. No verão de 2012, para a reunião anual de docentes da FCH, Isabel Capelo Gil (então Diretora da Faculdade), pediu ao Centro que preparasse, justamente, uma apresentação teórico-prática sobre projetos europeus – como se procuram, como se elaboram as propostas, desde a definição mais teórica aos meandros da orçamentação, contabilidade e reporte, como se potencia, em suma, uma unidade de investigação ou uma escola como motor de inovação e colaboração internacional<sup>227</sup>. Fernando Chau e Ana Cláudia Valente realizaram esse trabalho, cuja apresentação ocupou uma densa e preenchida hora da reunião geral da FCH. A consultoria do CEPCEP para projetos europeus não ficou por aí. Peter Hanenberg, o atual Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da FCH, recorda como a unidade por si dirigida e o Programa *Lisbon Consortium* (também da FCH), puderam lucrar bastante com a ajuda preciosa dada por Fernando Chau à candidatura apresentada (e vencedora) do projeto *Culture@Work*, particularmente “pela qualidade do orçamento elaborado”, exatamente nesse ano de 2012<sup>228</sup>. E de tal maneira, para o CEPCEP, o conjunto dos projetos europeus em rede era crucial, tanto do ponto de vista da sua agenda de visibilidade científica, quanto do ponto de vista da manutenção e reforço da sua autossustentabilidade financeira, que um dos mais recentes debates organizacionais do Centro, já em 2016, foi exatamente em torno da proposta de passar a haver, nele, um secretariado técnico dedicado em exclusivo a candidaturas europeias<sup>229</sup>.

<sup>226</sup> *Ibidem*, ARD, 12.5.2004.

<sup>227</sup> *Ibidem*, ARD, 4.6.2012. A reunião geral de docentes da FCH teve lugar a 18.7.2012.

<sup>228</sup> Peter Hanenberg, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>229</sup> Arquivo CEPCEP, ARD, 19.2.2016. O argumento avançado para tal era o de que as candidaturas europeias têm aspetos técnico-contabilísticos e tramitações processuais por vezes idênticas ou semelhantes entre si; e se houvesse, no CEPCEP, alguém especializado nestes aspetos, a equipa diretiva de cada projeto ficava mais livre para a sua execução científica. Mas uma vez que o mandato diretivo iria terminar em abril, optou-se

Quase 34 anos volvidos sobre a data em que se juntou ao CEPCEP, como membro do seu Conselho Geral e vogal da Direção, Roberto Carneiro define em termos cientificamente precisos e, ao mesmo tempo, muito humanos, a obra a que dedicou, em acumulação com muitas outras, metade da sua vida. Toda a múltipla atividade desenvolvida pelo Centro – “investigação, consultoria e gestão de projetos, conferências, colóquios e seminários temáticos, publicações científicas e culturais, entre outras” – teve, desde a origem, o denominador comum de procurar “instrumentos de realização integral da pessoa humana e da sua matriz relacional”<sup>230</sup>. “Neste espírito”, continua o Presidente cessante, “o CEPCEP é uma janela através da qual, por um lado, a academia acompanha interessadamente o fluir da sociedade envolvente e, por outro lado, as forças vivas, sociais, culturais e económicas, encontram um refúgio de reflexão continuada e de concertação serena, ao abrigo do ruído dos nossos atribulados quotidianos”. Por isso, e em suma, “o CEPCEP é hoje um dos Centros de referência europeus nos variados programas comunitários de incentivo à investigação e inovação”<sup>231</sup>. Na síntese diacrónica possível, foi essa a história que aqui se contou – a de um “refúgio de reflexão continuada”, vivo e dinâmico, resistente e atuante, em muitos aspetos exemplar, quer quanto à competitividade da investigação e do conhecimento, na sua ligação à comunidade exterior, quer quanto à promoção de um certo ideal de investigador e prestador de serviços, imbuído da matriz humanista que define a identidade da Universidade Católica Portuguesa.

---

apenas por experimentar esse secretariado na forma da atribuição de uma bolsa para esse efeito, no período de março a julho de 2016, a um jovem investigador colaborador do Centro.

<sup>230</sup> Roberto Carneiro, testemunho in AA.VV., 2017, p. 12.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

---

## Epílogo: O presente e o futuro do CEPCEP

No início de 2013, a reitoria da Universidade Católica Portuguesa levou a cabo um estudo, por inquérito, ao potencial científico de todas as suas unidades de investigação. Foi uma das primeiras iniciativas do reitorado de Maria da Glória Garcia (2012-2016), especialmente dinamizada pela então Vice-Reitora, Isabel Capelo Gil. Ao inquérito reitoral responderam 13 dos 17 centros da UCP, mais o seu único laboratório associado, num total de 14 unidades de I&D e de 463 investigadores<sup>232</sup>. O documento revelou uma UCP ainda muito dominada, quer na formação base dos seus docentes/investigadores, quer na produção científica dos Centros, pelas ciências sociais e humanidades, seguidas (mas a larga distância), pelas ciências da vida e da saúde, pelas ciências exatas e engenharias e pelas ciências naturais e do ambiente.

Por não ter um quadro de investigadores integrados, o CEPCEP não figurou na I Parte desse *Inquérito ao Potencial Científico da UCP*, dedicada à produção individual daqueles. Mas figurou na II Parte do estudo, que traçava o perfil de cada unidade e da sua produção científica global. O retrato apurado era o de um Centro envelhecido<sup>233</sup> e que, nos indicadores tipificados para medição da produção científica, comparava mal com as restantes unidades inquiridas: não produzia dissertações de Mestrado ou teses de Doutoramento (o que nunca fez, porque nunca esteve ligado a

---

<sup>232</sup> *Universidade Católica Portuguesa. Inquérito ao Potencial Científico 2013*. O documento, policopiado e de circulação interna na UCP, foi enviado pela Reitoria aos Diretores de todas as Faculdades, Institutos e Centros de Investigação da Universidade em junho de 2013.

<sup>233</sup> Dos 37 investigadores arrolados pelo CEPCEP, 28 tinham 41 anos de idade ou mais, e somente 9 se situavam na faixa etária até aos 40 anos de idade.

uma determinada área letiva da FCH), e apresentava escassa produção de livros, capítulos de livros, artigos, textos em volumes de atas ou resenhas, nacionais e internacionais, com *peer-reviewing* e em publicações inseridas em *rankings* acadêmicos<sup>234</sup>.

Não significa isto, de modo algum, que o CEPCEP não tivesse uma equipa ou que a sua investigação falhasse em dimensão nacional e internacional. No âmbito da preparação do *Plano Estratégico da Faculdade de Ciências Humanas*, apresentado pela Direção desta à reitoria em março de 2014, verificou-se que o CEPCEP tinha aumentado, de 2008-2009 para 2013-2014, o número de doutorados listáveis como colaboradores regulares da unidade, e que o número de projetos, redes ou parcerias internacionais em que estava envolvido só era superado, na FCH, pelo total apresentado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC)<sup>235</sup>. Era verdade, contudo, que os colaboradores regulares não eram investigadores integrados e que muita da internacionalização, vasta e valiosa, era enquadrável na prestação de serviços e não tanto na investigação científica “pura”.

Por junto, o *Inquérito ao Potencial Científico da UCP* e a radiografia feita pela Direção da FCH não revelavam – porque tal conclusão seria errada – a fraqueza do CEPCEP; revelavam antes a sua diferença no tecido investigativo de toda a Universidade, a sua especificidade e, porventura, o quanto modelos tipificados de avaliação das unidades são limitativos em relação a tais variáveis. Comentando a avaliação obtida pelo Centro, Isabel Gil, Vice-Reitora da UCP em 2013, corrobora isto mesmo: “O CEPCEP tinha, e tem, uma função muito importante de transferência de conhecimento na área das ciências sociais e das humanidades em particular. Nesta ligação, nesta disseminação, de estudos de espectro mais largo, o CEPCEP fez uma carreira muito importante dentro da Universidade. Mas não era um Centro que se submeta aquilo que são os padrões de registo de uma unidade de I&D junto da FCT. O Inquérito estava formatado para os *outputs* que são valorizados pela FCT. Portanto, o resultado do CEPCEP nada teve que ver

---

<sup>234</sup> Somente no item “Ações de Formação” o CEPCEP atingia o seu melhor lugar de classificação: 5.º, em 14 unidades listadas.

<sup>235</sup> *Plano Estratégico da Faculdade de Ciências Humanas 2014-2018*. O documento, polycopiado, foi discutido e aprovado pelo Conselho Científico da unidade e apresentado à reitoria na reunião de 4.3.2014. Em cinco anos, o número de doutorados a trabalharem regularmente com o CEPCEP subiu de 13, em 2008-2009, para 16, em 2013-2014. O CEPCEP era, então, membro líder ou coorganizador de 10 projetos, parcerias ou redes internacionais.

com uma sua menor valia, ou menorização, antes pelo contrário, mas com o seu perfil muito próprio”<sup>236</sup>.

O estudo reitoral de 2013 destinava-se a sustentar a tomada de decisão quanto à manutenção, promoção, fusão ou extinção das unidades de I&D da UCP – o que efetivamente foi feito nos tempos subsequentes. Mas o CEPCEP não foi tocado, aceitando a reitoria que a sua apreciação precisava de um olhar diferente. Recordando a leitura que fez dos resultados obtidos pelo Centro no *Inquérito*, Maria da Glória Garcia esclarece: “nem todas as realidades são parametrizáveis. Quando uma aparece com um grau de singularidade elevado, que dificilmente permite a sua inserção numa regra, manda a justiça que seja analisada e regulada autonomamente, sob pena de, tratando-se, como no caso vertente, de uma realidade fundada numa ideia cheia de energia, impedir o seu florescimento, com perda para quem pode usufruir dos seus resultados”. Acresce, como atrás se documentou, que o CEPCEP estava já, em 2013-2014, sob o último mandato de Roberto Carneiro. Aguardavam-se mudanças, e o presente era, naquela circunstância, período transitório para um futuro a definir.

No momento em que este livro foi escrito – entre o final de 2016 e os primeiros meses de 2017 – o CEPCEP não está de forma alguma parado. Como informa o seu *site*, estão em curso e em diferentes estádios de execução seis atividades que, uma vez completadas, se poderão juntar àquelas outras 154 que já pertencem à história do Centro<sup>237</sup>. A primeira destas seis atividades chama-se *NEETS at Risk*, e começou em 2015, estimando-se o seu termo nos finais de 2017. NEETS é o acrónimo para os jovens que não estão a trabalhar, nem a estudar, nem em formação para o mercado de trabalho. O projeto em curso, em que o CEPCEP é o parceiro académico português de outras cinco instituições, sob a promoção geral do CECOA (o Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins), e financiamento do Programa *Erasmus* e da UE, visa desenvolver uma metodologia eficaz para a identificação desses jovens, em conjunto com uma estratégia preventiva para o potencial problema social dos NEETS, com o fito de os trazer de novo para os sistemas de educação e formação, permitindo assim, a prazo, a sua produtiva inserção no mercado laboral. Lançado também em 2015, está igualmente a correr um projeto intitulado *A Modernização do Sistema Político em*

---

<sup>236</sup> Isabel Capeloa Gil, entrevista presencial (março de 2017).

<sup>237</sup> V. *site* do CEPCEP,

[http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?sspageID=1026&lang=1](http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?sspageID=1026&lang=1) (acedido a 27.2.2017).

*Portugal, Democracia e Participação Cívica*, que consiste na disponibilização de bolsas de investigação semestrais para o estudo sistemático e multidisciplinar das áreas da reforma político-institucional, democracia e participação cívica, assim contribuindo, no contexto português, para novas práticas éticas na política, promotoras de um desenvolvimento nacional mais sustentável.

No domínio do fomento das competências pessoais, sociais e cívicas, e articulando ações com a Escola, a Família e a Comunidade, situa-se o projeto *LED on Values – Programa Europeu de Literacia Social*, uma parceria existente entre o CEPCEP e o Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano. A 4.<sup>a</sup> atividade em curso tem por título *Learning for Well-Being*. Trata-se de um projeto europeu com o propósito de desenvolver um novo conceito de bem-estar infantil, associado à inovação na aprendizagem e a uma nova exploração das capacidades individuais das crianças. O CEPCEP está encarregado de conceber e realizar um inquérito piloto, a testar em cinco países (Portugal incluído) e, após calibragem, a implementar em 27 países da União Europeia, nos Estados Unidos da América e na Palestina. Sob o título *Pessoas, Tecnologias e Viver no Futuro*, o CEPCEP juntou-se ao programa de Mestrado em Administração Pública e Práticas de Desenvolvimento da Escola Internacional de Assuntos Públicos da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, para um projeto de vanguarda a desenvolver com as, e nas, cidades de Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra, mobilizando também a expertise da *AESE Business School*, da *Católica Lisbon School of Business and Economics* (CLSBE) e de algumas personalidades da vida empresarial portuguesa ou de consultoras norte-americanas. O objetivo do estudo consiste no levantamento e caracterização da “ecologia de inovação” presente nestas áreas urbanas e, em fase posterior, na elaboração e disponibilização (em livro redigido em inglês) de estudos de caso – destinados a autarcas, *policy makers* ou académicos interessados na melhoria dos processos de integração e vida em meio urbano – das melhores iniciativas *smart city* identificadas, com realce para as áreas ou vertentes da conetividade e colaboração entre agentes atuantes no espaço urbano, da liderança e gestão estratégica da mudança, da tecnologia e recolha de dados, da capacidade de resposta e de tomada de decisão e dos resultados, consequências e avaliação dos impactos.

A última atividade em curso, lançada em 2015, é porventura a mais abrangente. Trata-se da proposta, da autoria do CEPCEP, de criação do *Portal «7 Mares e Pangea»*, uma plataforma *online*, com formato e dinâmica de rede social académica, destinada a criar laços de conhecimento, troca de ideias e união entre as várias comunidades de investigadores portu-  
gue-

ses espalhados pelo país e, sobretudo, pelos quatro cantos (ou sete mares) do mundo. Levando a lusofonia para a Net, a ideia será criar uma grande “casa comum” virtual da ciência feita pelos cerca de 45.000 investigadores portugueses que se estima viverem e trabalharem fora do país. No fundo, será uma versão portuguesa do *Google Académico* ou da *academia.edu*, talvez, no futuro, com um jornal digital em português, num tempo em que a língua inglesa hegemoniza completamente os instrumentos de conhecimento e comunicação universitários internacionais<sup>238</sup>.

No presente, o CEPCEP tem sobre a mesa um convite da prestigiada instituição dos Estados Unidos *American Institutes for Research* (AIR), para realizar em Portugal, com alunos dos estabelecimentos de ensino nacionais, uma larga investigação empírica, semelhante e comparável à que ocorre já numa boa dezena de outros países, num projeto internacional intitulado *Whole Child Development Initiative Project*. O trabalho está, nos meses iniciais de 2017, em fase de arranque, com definição de metodologias para a seleção de amostras, condução dos estudos e harmonização dos futuros relatórios e interpretação de resultados. Como explica Roberto Carneiro, a propósito de mais esta iniciativa do Centro – a concretizar no terreno em futuro breve – “iremos envolver neste projeto, comparativamente pequeno, embora altamente estruturado e com uma excelente disciplina de investigação, uma boa meia dúzia de jovens investigadores nossos que, numa boa parte, fará um seu primeiro banho de imersão colaborativa internacional de envergadura”<sup>239</sup>.

No domínio das publicações do Centro, há igualmente trabalhos no prelo ou, pelo menos, ideias para possível concretização editorial a prazo. Alguns dos projetos mais recentes ou ainda em curso verter-se-ão em livros, como é o caso das *Cartas Educativas de Timor-Leste*, ou do volume de estudos, programado para 2018, do projeto *Pessoas, Tecnologias e Viver no Futuro*, acima citado. A revista *Povos e Culturas* vai para o seu n.º 20 (ou 21.º, se se contabilizar o número especial, realizado em 2014): nos finais de 2016, Artur Teodoro de Matos finalizou o processo de recolha de textos, de autores e assuntos vários – com realce para a história e para as problemáticas da educação e do trabalho –, para um número que sairá sem tema específico, em meados de 2017<sup>240</sup>. Em maio

<sup>238</sup> V. o artigo de Christiana Martins, «Católica quer facebook da ciência», publicado no *Expresso online* a 26.4.2015 (acessível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/catolica-quer-facebook-da-ciencia=f921601>). A sessão de apresentação do Portal decorreu na UCP, a 6.5.2015.

<sup>239</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

<sup>240</sup> V. Arquivo CEPCEP, ARD, 19.10.2016.

de 2017, entretanto, serão dados à estampa dois novos livros. O primeiro, com o título *O Futuro ao Nosso Alcance. Homenagem a Roberto Carneiro*, será um tributo à vida e obra do histórico Presidente cessante do CEPCEP. Coordenado por Artur Teodoro de Matos, Guilherme d'Oliveira Martins e Peter Hanenberg, o volume totalizará quase 800 páginas, elaborando a bibliografia completa de Roberto Carneiro, e incluindo, além de uma Tábula Gratulatória, 75 testemunhos e 47 estudos<sup>241</sup>. O segundo, com o título *A Condição de Ilhéu*, é um projeto antigo, de há anos, agora finalmente pronto. Coordenado por Roberto Carneiro, Onésimo Teotónio Almeida e Artur Teodoro de Matos (ou seja, um quase terceirense, um micaelense e um jorgense), e com ilustrações de Luís de Abreu, o volume reunirá, em quase 700 páginas, 63 textos – estudos académicos ou evocações mais pessoais – sobre o pulsar e sentir identitários dos povos lusófonos e atlânticos dos arquipélagos dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe<sup>242</sup>.

Com um passado inequivocamente positivo e um presente em progresso, compete talvez deixar alguns contributos que ajudem a perspetivar o futuro do CEPCEP. A diacronia convida a isso, e ainda mais o facto de o Centro estar, no momento de produção deste livro, a encerrar o longo ciclo das presidências sucessivas (oito mandatos) de Roberto Carneiro. A importância e a centralidade da figura do engenheiro *multitasking*, antigo Ministro da Educação, homem de vários empregos e de uma carteira de contactos única na história do CEPCEP são reconhecidas por vários testemunhos. Manuel Braga da Cruz, reitor da UCP durante doze anos, não duvida afirmar que o Centro “tem muito o cunho que lhe foi impresso pelo seu Presidente”; ora, se isto constitui uma “vantagem”, que foi “ter criado um espaço no qual o Eng.º Roberto Carneiro pôde dar, e deu, muito, um contributo relevantíssimo à Universidade Católica”, acarreta também um “inconveniente”, que é “o de ser muito difícil encontrar uma substituição na continuidade”. Por isso, “depois da sua presidência, é quase impossível o Centro continuar a fazer o que fazia. Porque aquilo dependia da personalidade dele, da capacidade dele, dos contactos dele”<sup>243</sup>. Maria da Glória Garcia tem idêntico ponto de vista: “É difícil dissociar o CEPCEP do

---

<sup>241</sup> O livro dedicado a Roberto Carneiro será o 47.º volume «Extra-Coleção» do CEPCEP. O desenho da capa – uma árvore de tronco sólido e copa frondosa – é da autoria de Teresa Carneiro, filha do homenageado.

<sup>242</sup> *A Condição de Ilhéu* será o 22.º volume da coleção «Estudos e Documentos» do CEPCEP. O livro virá acompanhado de um CD com músicas de Carlos Alberto Moniz (um açoriano da ilha Terceira).

<sup>243</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

Senhor Eng.º Roberto Carneiro. É claramente uma instituição marcada de forma indelével por uma personalidade com variados cambiantes de todos conhecidos. Dizer algo distinto é negar uma evidência. Apesar disso, ou precisamente por isso, a capacidade do Senhor Eng.º Roberto Carneiro em ouvir os outros faz com que a obra realizada seja, mesmo no plano da conceção, fruto de uma equipa e, logo, surja matizada”<sup>244</sup>.

Roberto Carneiro foi crucial, mas contou, para a obra feita, com equipas muito coesas e dedicadas. Enquanto esteve no Centro, Mário Lages foi um trabalhador discreto, mas incansável, brilhante nas suas áreas científicas e muito metódico em todos os aspetos de organização logística quotidianos. Não o foi menos Artur Teodoro de Matos, o único dos membros iniciais, de 1983, que acompanhou o Presidente até à atualidade – e a quem, no fundo, se deve muito do pilar da obra de história do CEPCEP, a direção (durante anos com Carlos Laranjo Medeiros) da revista *Povos e Culturas* e o planeamento e acompanhamento disciplinados e assertivos da maioria das publicações levadas a cabo pelo Centro. Teodoro de Matos também reconhece que este “foi feito, foi dinamizado e é muito a obra do Eng.º Roberto Carneiro. Sobretudo pela sua inteligência, pelos seus conhecimentos, pela sua enorme capacidade de trabalho, e porque se doou inteiramente ao Centro. Eu diria que o CEPCEP não é o Eng.º Roberto Carneiro, mas que, sem ele, não seria o mesmo”<sup>245</sup>.

O Presidente cessante teve, portanto, sobre o Centro uma influência matricial, desde o momento em que o recebeu, das mãos de José de Freitas Ferreira, em 1985. Qualquer instituição que seja liderada pela mesma pessoa durante tanto tempo – mais de três décadas – não escapa a um grau considerável de personalização, quase de indispensabilidade, neste caso positiva, porque a liderança de Roberto Carneiro emprestou ao Centro a qualidade e versatilidade que se lhe reconhecem. Mas o verdadeiro teste dessas instituições consiste em durarem para lá das lideranças mais marcantes, logrando continuar caminho depois da partida do líder

---

<sup>244</sup> Maria da Glória Garcia, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

<sup>245</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016). Ana Costa Lopes corrobora, mas sem esquecer os outros colegas de equipa: “O Sr. Engenheiro foi e ainda é o motor de tudo ao longo destes anos. Trabalhador incansável e com uma carreira internacional muito diversificada e importante. Com múltiplos contactos no estrangeiro internacionalizou e modernizou o nosso Centro, há já muitos anos, como aliás outros membros o fizeram. Mas também é preciso salientar que teve um grupo de eleição, ao longo destes anos, que o ajudou a realizar e a concretizar os muitos e variados projetos” (entrevista por e-mail, novembro de 2016).

inspirador<sup>246</sup>. Como “não há um segundo Roberto Carneiro”<sup>247</sup>, é claro que o “novo” CEPCEP, de 2017 em diante, será um Centro necessariamente diferente. O futuro passará por delinear a extensão e o conteúdo dessa diferença e desse renascimento.

Maria da Glória Garcia, Reitora no período mais recente de 2012-2016, é cautelosa sobre o tema: “o CEPCEP é um centro de estudos que viveu num mundo à parte, com uma lógica própria. É preciso refletir sobre se essa lógica deve manter-se ou se se devem introduzir alterações e, em caso afirmativo, quais. Ao fim de 33 anos sob a mesma liderança, que está a terminar, o momento é de reflexão para permitir o relançamento. Um relançamento que só terá sentido manter na singularidade se o projeto ou programa que surgir dessa reflexão mantiver a marca da singularidade, se for um projeto ou programa capaz de romper, de se identificar pela diferença, aquela diferença que não admite um tratamento uniforme”<sup>248</sup>.

Essa singularidade, essa diferença – no fundo, pistas para um novo futuro – foram mais abundantemente referidas no testemunho do seu antecessor na reitoria. Manuel Braga da Cruz revela-se um confesso adepto de uma via de maior especialização e de um certo regresso, não saudosista, ao passado: “Eu acharia que o CEPCEP deveria concentrar a sua atividade, de facto, na cultura lusófona. O Centro é de ‘povos e culturas’, por isso não é apenas um centro de investigação cultural. O dizer ‘povos’ implica estudar esses mesmos povos, estudar a sua diversidade, e aqui há espaço para a etnografia, para a antropologia ou para a sociologia. O que me parece é que a ‘lusofonia’, como nós a entendemos, como um espaço cultural comum, devia ser o foco das atividades do CEPCEP. Acho que o centro não se deveria dispersar por outras coisas, sobretudo quando há na Universidade outras estruturas que se ocupam dessas outras coisas. Nos estudos políticos, por exemplo, há o IEP; nos estudos de educação há o Instituto de Educação, etc. Acho que estudar o espaço cultural lusófono, e a cooperação lusófona, como cooperação entre países e povos, é de extrema

---

<sup>246</sup> Na UCP-Lisboa houve um outro caso de personalização de liderança também forte – e quase tão duradoura quanto a de Roberto Carneiro no CEPCEP: foi a de Ernâni Lopes à frente do Centro, depois Instituto, de Estudos Europeus (hoje integrado no Instituto de Estudos Políticos), entre 1986 e 2010. Se se fizer remontar esta liderança ao início da Pós-Graduação em Estudos Europeus, por ele coordenada, a partir de 1980, Ernâni Lopes foi o rosto dos Estudos Europeus da UCP durante 30 anos.

<sup>247</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016). Poder-se-ia acrescentar que também não há um segundo Artur Teodoro de Matos, nem um segundo Mário Lages, nem mesmo um segundo Carlos Laranjo Medeiros, para citar apenas os membros mais históricos do CEPCEP.

<sup>248</sup> Maria da Glória Garcia, entrevista por e-mail (novembro de 2016).

importância estratégica e de enorme relevância – até para atividades de outros organismos, como a CPLP”. Em suma, conclui, “eu seria defensor de um repensamento do CEPCEP no sentido de o reorientar muito mais para as questões da cooperação lusófona”<sup>249</sup>. Mas este desafio implica enfrentar um problema atual da UCP, em particular da Faculdade de Ciências Humanas, onde o Centro se insere: “O CEPCEP tem de se redimensionar. Desde logo, repare-se, nós não temos muitos professores que investiguem e ensinem nas áreas que interessam à lusofonia. Temos poucos. Refiro-me a língua, literatura, cultura, estudos de população. Portanto, eu acho que o Centro deve ser da Faculdade, deve reunir as pessoas que, dentro da FCH, se ocupam disto, e deve recentrar as suas atividades na lusofonia, na cooperação lusófona, que é uma coisa muito importante”<sup>250</sup>. Em última análise, acrescenta ainda Braga da Cruz, “compete à direção da Faculdade saber se quer ter muitos ou poucos centros, se quer ter um grande centro de investigação, dois, por áreas, etc. O que não faz sentido, hoje, é termos um centro de estudos completamente autónomo de tudo, a fazer coisas sobreponíveis e em competição com as estruturas da Universidade”<sup>251</sup>.

É um facto que o CEPCEP atua, hoje, em domínios cultivados por outras estruturas, mesmo dentro da FCH; ou, porventura, porque o Centro é mais antigo e foi pioneiro, são essas outras estruturas que se foram afirmando em domínios que o CEPCEP aprendeu a cultivar. Comunicação, literatura, cultura, história e até incursões na antropologia ou na etnografia são a missão do CECC. Filosofia, humanismo, ética e valores são a missão do CEFi. Os problemas da família, da intergeracionalidade, da juventude e dos pais, do bem-estar e da inclusão social são cultivados no Instituto de Ciências da Família ou nas áreas de Psicologia e de Serviço Social. A formação em línguas e a abertura colaborativa com os PALOP, o Oriente e a problemática da lusofonia em geral estão inscritos nos programas do Instituto de Estudos Orientais, da Escola de Línguas (*Católica Languages & Translation*) e mesmo da Escola de Pós-Graduação e Formação Avançada (EPGFA). E ainda na FCH, a área científica de Ciências Psicopedagógicas trabalha as questões da educação, do ensino, da aprendizagem, das novas tecnologias, do *e-learning* e da inovação. Quanto aos domínios da política ou da cidadania, da economia e do desenvolvimento, ou da prestação de serviços em áreas organizacionais e empresariais, a UCP tem bons recursos no seu Instituto de Estudos Políticos, na sua Faculdade de Direito e na

---

<sup>249</sup> Manuel Braga da Cruz, entrevista presencial (novembro de 2016).

<sup>250</sup> *Ibidem*.

<sup>251</sup> *Ibidem*.

sua *Católica Lisbon School of Business and Economics*. Não obstante tudo isto, Artur Teodoro de Matos considera – ainda e sempre – que “o CEPCEP continua a ter um lugar importante, até pela sua própria ambivalência temática, que os outros Centros não têm”<sup>252</sup>.

No quadro da FCH, onde se prepara, atualmente, a criação de um novo Centro de Estudos para domiciliar e fazer dialogar entre si a psicologia, o serviço social e as ciências da educação, o que pensam os dois Centros já existentes além do CEPCEP? Falando em nome do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), o seu diretor, Peter Hanenberg, não tem dúvidas em considerar o CEPCEP “um centro de referência em muitos sentidos”: “Em primeiro lugar pela qualidade dos projetos que elaborou, sempre na vanguarda da investigação e com as mais altas exigências científicas. Os projetos do CEPCEP caracterizam-se ainda por uma alta resposta à responsabilidade social, tendo em muito contribuído para um melhor entendimento das grandes mudanças socioculturais da contemporaneidade e para a elaboração de políticas e estratégicas de uma intervenção justa, equilibrada e sustentável. O CEPCEP dedicou-se às questões da interculturalidade, da inclusão social e dos desafios dos novos meios e das tecnologias de comunicação com uma atenção exemplar admirada por todos. Um outro aspeto a realçar é o número de projetos do CEPCEP financiados no âmbito de programas europeus. A experiência acumulada neste âmbito serve como modelo para muitos outros centros da e fora da UCP. A autossustentabilidade financeira, a visão das necessidades de uma sociedade em mudança e o sentido de oportunidade deram ao CEPCEP uma autonomia rara em que a liberdade da investigação e a responsabilidade social se cruzam exemplarmente [...] Sempre admirámos o CEPCEP por várias razões: de um lado era a qualidade científica dos projetos, de outro lado a extraordinária capacidade de angariar fundos, nomeadamente fundos europeus. As condições do CECC, à partida, são diferentes porque obedece a critérios da FCT aos quais o CEPCEP nunca se quis submeter”<sup>253</sup>.

Por seu turno, Carlos Morujão, diretor do Centro de Estudos de Filosofia (CEFi), declara: “o CEPCEP constitui uma unidade de investigação indispensável no quadro da Faculdade de Ciências Humanas da UCP. Com efeito, é a unidade de investigação cujo âmbito se insere claramente na área de ciências sociais. Investigações nesta área, incidindo na sociologia, na história, na antropologia ou nas ciências da educação (entre outras), são

<sup>252</sup> Artur Teodoro de Matos, entrevista presencial (outubro de 2016).

<sup>253</sup> Peter Hanenberg, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

essenciais para um melhor conhecimento da realidade portuguesa, sem o qual não é possível pensar o nosso país e propor soluções para o seu futuro, quer como nação independente, quer no quadro da sua presença na Comunidade Europeia e no mundo. Outras unidades de investigação da FCH, mesmo abordando a realidade portuguesa, fazem-no no quadro das suas áreas de investigação específicas – a filosofia ou os estudos de cultura, nomeadamente –, cujo contributo, se bem que fundamental, é, por si só, demasiado limitado para cumprir o objetivo referido”<sup>254</sup>.

O profissionalismo dos projetos europeus e a atenção atualizada aos temas interdisciplinares da agenda universitária e social, por um lado; e a experiência muito sólida no conhecimento da realidade portuguesa, com uma abrangência temática que outras unidades não conseguem praticar, por outro lado, são assim mais valias do CEPCEP a manter e a promover, de acordo com as avaliações que dele fazem os Diretores do CECC e do CEFi. Estes são, porém, olhares exógenos.

O testemunho atual de Carlos Laranjo Medeiros – o criador do Centro e seu membro diretivo desde as origens até 2010 – pode ser em parte destoante, mas levanta questões pertinentes e desafiantes. Carlos Medeiros deixou o CEPCEP há sete anos, embora continue a acompanhar o seu trabalho. Eterno adepto da lusofonia, sincero admirador do que o Reino Unido fez com a, ou através da, sua *Commonwealth*, mesmo pertencendo à Europa (cujo destino é hoje incerto), considera que o Centro nasceu “com uma vocação que hoje já não tem”. Comparando a sua ênfase africana original com o presente, “é outra coisa, muito ligado à educação”. O sentido da evolução histórica é claro: “enquanto nós éramos atores do dia que passa, depois passámos a ser um Centro se calhar mais académico, mas menos interventivo. Não é melhor, nem pior. São outras coisas, diferentes”<sup>255</sup>. É quase como se o Centro tivesse relativizado e secundarizado o “EP” final da sua sigla CEPCEP, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de *Expressão Portuguesa* – um caminho que urge hoje infletir, num contexto em que uma nova lusofonia pode ser uma mais-valia competitiva

---

<sup>254</sup> Carlos Morujão, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>255</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016). Maria Cristina Pereira, secretária do Centro desde 1986 até à atualidade e, portanto, testemunha dos caminhos longamente percorridos, considera também que “o Centro foi evoluindo nas suas áreas de interesse ao longo destes anos. Com a saída do Professor Mário Lages perdeu-se a vertente etnográfica e antropológica. Com a saída do Professor Teodoro de Matos calculo que terminará a vertente de história. Apostou-se mais nas áreas da educação e do trabalho e na internacionalização. Não sei o que virá a seguir, mas acredito que haverá mais mudanças; [mas] creio que o Centro continuará vivo e com bastantes e proveitosas atividades” (entrevista por e-mail, outubro de 2016).

para Portugal, como interface na relação do Atlântico, da África, da América e da Ásia com uma União Europeia desprovida do Reino Unido e (demasiado) dominada pelo Centro-Leste do velho continente. Quanto ao futuro, Carlos Medeiros é pragmático e realista: “as associações e os centros são aquilo que as pessoas que estão à sua frente conseguem fazer delas, dentro dos envolvimento económicos e constrangimentos educacionais que têm”. Que espaço poderá ser o do CEPCEP? “Parecer-me-á que enquanto o Roberto, ligado à educação, levou o Centro para todos os projetos de educação, com a saída do Roberto essa vertente vai diminuir”. Poderá, eventualmente, recentrar-se em torno “da atividade cultural”, mas permanece a questão do financiamento (que Roberto Carneiro era exímio em encontrar), e da autonomia (que uma futura equipa nova terá talvez mais dificuldades, porque menos lastro histórico, em defender)<sup>256</sup>. Em jeito de balanço introspetivo, o fundador do CEPCEP acrescenta ainda: “se me perguntasse se eu hoje criaria a ideia do CEPCEP na Universidade Católica, eu dir-lhe-ia que não. O único sítio onde eu hoje poderia sedear o Centro era o Instituto de Altos Estudos Militares, porque os militares são os únicos indivíduos que ainda têm uma noção de pátria e de maneira portuguesa de estar no mundo. Os académicos não têm, pelo menos genericamente”<sup>257</sup>. Mais do que uma crítica à UCP – que não o é – a afirmação é sobretudo um lamento acerca da magreza de reflexão patriótica em que as universidades tecnocratizadas do ensino de Bolonha vieram a cair.

Os vogais diretivos do Centro mais novos têm uma visão sobre o futuro do CEPCEP muito ligada à questão da sua competitividade numa cultura institucional e de estruturas de investigação modelada pelos *rankings* e pelas exigências de acreditação, reconhecimento e financiamento. Certamente pensando no “seu” Centro de História de Além-Mar (CHAM-UNL), que é uma gigantesca unidade FCT, João Paulo Oliveira e Costa reconhece que a incapacidade de “transformar o CEPCEP num centro de investigação com um corpo próprio de investigadores integrados” pode condicionar fortemente a sua futura redefinição e o próprio olhar das autoridades académicas – neste caso, da Reitoria da UCP e da Direção da FCH – sobre ele<sup>258</sup>. A questão da rede de investigadores e da própria magreza (o que não significa incompetência), do *staff* de gestão do Centro são pontos fra-

<sup>256</sup> Carlos Laranjo Medeiros, entrevista presencial (setembro de 2016).

<sup>257</sup> *Ibidem*.

<sup>258</sup> João Paulo Oliveira e Costa, entrevista por e-mail (outubro de 2016). Ainda recentemente, em 2015, um debate tido em reunião de direção redundou numa conclusão óbvia – e estrutural ao longo de toda a vida do Centro: “continua a persistir o problema de não ser possível ter pessoas com salário fixo”, ou seja, criar um quadro de investiga-

cos apontados por Ana Cláudia Valente; e por isso a antiga vogal da Direção considera que “a sua afirmação como Centro de uma Universidade no atual panorama nacional e internacional da investigação exige acreditação mediante *rankings* de produção científica e de dotação de investigadores doutorados em áreas de especialidade definidas”<sup>259</sup>.

Mas quererá o CEPCEP normalizar-se pelos critérios da FCT ou de qualquer outra entidade de acreditação? E deverá ele fazê-lo, renunciando à grande autonomia de que usufrui – quando, recorde-se, os Estatutos que o regem são ainda os aprovados em 1984, não tendo sido revistos e tornados conforme à integração do Centro na FCH? O que é afinal o perfil customizado de um centro de investigação na atualidade? Fernando Chau, vogal da Direção entre 2010 e 2017, lembra que “a sobrevivência económica do Centro depende dos apoios financeiros ou propostas aceites pelas instituições financiadoras”; ora, esta situação, esta ginástica de *fundraising*, é o que, por sua vez, “limita a capacidade do CEPCEP em apostar na investigação académica”, tarefa prioritária assacada aos centros de estudo de tipo FCT<sup>260</sup>. Há depois a política editorial, que foi sempre “muito importante” no CEPCEP, quer de obras incorporando aturada investigação científica original, quer de outras, que cumpriam a nobre função da divulgação cultural entre públicos menos especialistas. “Como desenvolver novos projetos com êxito nessa área”, pergunta-se Fernando Chau, quando – por exemplo no domínio da história – “a competição no mercado livreiro aumentou”?<sup>261</sup> Eis múltiplas variáveis que é preciso pesar, na hora da escolha dos caminhos que serão o futuro de um já veterano e venerando Centro de Estudos.

Em outubro de 2016, no seu discurso de tomada de posse como nova Reitora da UCP, Isabel Capeloa Gil explicou que o momento presente “é difícil para as universidades, o país e o mundo”, mas que é neste contexto que a Universidade Católica deverá e saberá consolidar-se como projeto “de liderança inteligente, focada em áreas específicas de intervenção”, e atuante a partir do “desenvolvimento integral das três missões da universidade: investigação, promoção do empreendedorismo e relação com o mundo empresarial”<sup>262</sup>. Este mapa convoca todas as estruturas da UCP a

---

dores remunerados; e, por isso, “terá sempre de se manter o sistema até hoje utilizado de investigadores [pagos] por projeto” (Arquivo CEPCEP, ARD, 8.4.2015).

<sup>259</sup> Ana Cláudia Valente, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>260</sup> Fernando Chau, entrevista por e-mail (outubro de 2016).

<sup>261</sup> *Ibidem*.

<sup>262</sup> Isabel Capeloa Gil, «Da Catedral à Nuvem. Considerações sobre a Universidade no Século XXI. Discurso de Tomada de Posse como Reitora da UCP» (28.10.2016), pp. 1-2

percorrerem um caminho assente em quatro linhas mestras (aliás já contidas no Plano Estratégico reitoral para 2015-2020): reforçar a qualidade e a ligação da investigação ao ensino; apostar no fomento da internacionalização integrada; promover modelos de especialização inteligente, eticamente informados; e garantir a sustentabilidade financeira dos projetos académicos e de investigação<sup>263</sup>. Salvo a componente de ensino – que não ministra, a não ser em ações de formação – o CEPCEP sempre fez e continua a fazer tudo isto. O seu passado e o seu presente são também a garantia de que o seu lugar na Faculdade de Ciências Humanas faz todo o sentido, uma vez que esta também aposta na investigação de qualidade e no alargamento da internacionalização por geografias há muito cultivadas pelo Centro, bem como na interdisciplinaridade interna e na transferência de conhecimentos e relação com o mundo empresarial e social, prática que também sempre norteou as muitas dezenas de estudos e consultorias levadas a cabo pelo CEPCEP<sup>264</sup>. Do que se tratará talvez, para este, é de rever e repensar prioridades, buscando a especialização no que só ele tem vocação e hábito de fazer, e a complementaridade interdisciplinar e colaborativa com o que outros, entretanto, já realizam.

Mais recentemente, a Reitora da Universidade detalhou a sua própria visão sobre o que poderá vir a ser o novo perfil do Centro, na sua dupla pertença à UCP e à FCH: “O CEPCEP tem capacidade para ser uma espécie de plataforma de interação com o mundo lusófono, a partir da Faculdade de Ciências Humanas, mas articulando também valências de outras unidades da Universidade no país inteiro – Lisboa, Porto, Braga, talvez Viseu não tanto. Eu espero que o CEPCEP possa ser, e isso está ligado ao que era a vontade do Eng.º Roberto Carneiro e dos outros fundadores do Centro em geral, uma unidade que permita capacitar outras instituições de ensino superior, que necessitem de desenvolver investigação e que necessitem da nossa ajuda nos países lusófonos”<sup>265</sup>. Considerando o quanto a UCP está hoje empenhada no apoio às Universidades Católicas africanas (sobretudo em Moçambique, mas não descurando Angola), e é solicitada para prestar ajuda ao tecido educativo da Guiné-Bissau, Isabel Gil acrescenta que “o CEPCEP pode assumir muito esse papel de dinamizador destas relações e ajudar a UCP neste esforço de capacitação, independentemente de tudo

---

(consultável em [http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Reitoria/Discurso\\_Reitora\\_28out2016.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Reitoria/Discurso_Reitora_28out2016.pdf)).

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>264</sup> Para os rumos futuros da Faculdade de Ciências Humanas, ver a entrevista de Nelson Ribeiro, atual Diretor da FCH, in AA.VV., 2017, *maxime* p. 41.

<sup>265</sup> Isabel Capeloa Gil, entrevista presencial (março de 2017).

o resto que pode fazer, trazendo aquilo que são as valências da Universidade Católica na área da história, dos estudos literários, mas também das ciências da comunicação, da sociologia, do serviço social, da psicologia, da educação, da economia até, eventualmente, com liberdade para se relacionar com outros Centros de Estudo ou unidades – a partir da FCH para o resto da UCP”<sup>266</sup>.

Para o atual Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, a potenciação das sinergias entre Centros é um eixo de ação importante. É verdade que o CEPCEP atua num quadro distinto do CECC ou do CEFi, por não ser uma unidade reconhecida pela FCT, mas tal não deve impedir “que as diferentes estruturas de investigação possam desenvolver atividades conjuntas, nomeadamente projetos de investigação e atividades de transferência de conhecimento”<sup>267</sup>. Dentro deste espírito, acrescenta Nelson Ribeiro, “a partir de 2017 o CEPCEP será tão ‘novo’ quanto sempre o foi no passado. Os anos de liderança do Professor Roberto Carneiro foram marcados por uma constante inovação, com o CEPCEP a tomar a dianteira em diferentes áreas, desenvolvendo projetos de vanguarda e de grande impacto tanto científico como social. É esse espírito de pioneirismo e de vanguarda, que todos reconhecemos no CEPCEP, que espero que continue a marcar a sua existência futura. O maior desafio será o de continuar a inovar sem perder a matriz identitária do centro, o que foi conseguido de uma forma exemplar nas últimas décadas”<sup>268</sup>.

Fernando Ilharco é o sucessor de Roberto Carneiro no lugar de Presidente do CEPCEP a partir de 2017. Como atrás se referiu, o Centro não lhe é uma realidade desconhecida. O passado acumulado será sempre um ponto de partida definidor. Sobre a ligação histórica e matricial do Centro aos “Povos e Culturas de Expressão Portuguesa” ou à “lusofonia”, Fernando Ilharco considera-a ainda “certeira”: “global na sua origem e global no seu destino, ajustada aos tempos que vivemos e portadora de uma singularidade que creio ser especialmente significativa ser pensada a partir de Portugal e a partir da UCP”. Entre uma e outra expressão, no entanto, prefere a primeira, “porque a língua portuguesa e as culturas de expressão portuguesa me parecem ser a visão e as palavras de futuro”, e não tanto a palavra “lusofonia”, “que não me parece que comunique com eficácia na sociedade contemporânea global”<sup>269</sup>.

---

<sup>266</sup> *Ibidem*.

<sup>267</sup> Nelson Ribeiro, entrevista por e-mail (março de 2017).

<sup>268</sup> *Ibidem*.

<sup>269</sup> Fernando Ilharco, entrevista por e-mail (março de 2017).

Que novo Centro será o CEPCEP por si dirigido? Fernando Ilharco é, por ora, cauteloso, preferindo isolar uma ideia de fundo, mais do que comprometer-se com um plano de atividades detalhado, a qual consistirá na “continuidade com o trabalho realizado, prosseguindo a exploração de possibilidades para internacionalizar e globalizar o trabalho do Centro, no quadro dos povos e culturas de expressão portuguesa, da sua identidade no quadro europeu e mundial, e da sua relevância no interface com grandes blocos culturais, políticos e económicos, como o mundo anglo-saxónico e a China e a Ásia”. Nesta linha de atuação definidora, em que “os povos e as culturas de expressão portuguesa” são colocados “num contexto global e tecnológico profundamente inovador e desafiador”, seis grandes temáticas vão ser privilegiadas: “Língua, culturas e história”, “Aprender, educar e intervir”, “A sociedade global de direito: igualdade, diversidade, diálogo, violência, paz”, “Cidades, redes e mobilidade”, “Infância, juventude, envelhecimento ativo, 4ª idade”, e, por último, “O futuro do trabalho: *skills*, empregos e mercados”<sup>270</sup>. Institucionalmente, o CEPCEP da nova equipa de Fernando Ilharco – a constituir por elementos que transitam da Direção anterior e por outros nomes, novos, oriundos da Faculdade de Ciências Humanas da UCP ou de fora – irá ter bem presente a necessidade e utilidade de um “*modus operandi* em rede”, aberto à colaboração com os outros Centros da FCH e combinando a iniciativa própria com a recetividade às solicitações recebidas<sup>271</sup>.

O ambiente em que o CEPCEP irá construir o seu futuro próximo não é pior nem melhor do que aquele em que nasceu, no início da década de 1980. É verdade que as universidades desses tempos tinham as suas rudimentaridades – um excessivo isolamento, um certo amadorismo logístico e uma cultura de pouca internacionalização e interligação à comunidade e à sociedade – hoje mitigadas. Mas também é verdade que o salto evolutivo não foi idílico. Justamente desde a década de 1980 para cá, as universidades massificaram-se e tecnocratizaram-se, rendendo-se a uma lógica mais quantitativa do que qualitativa de saberes, formações e currículos, por causa dos modelos de financiamento, das políticas públicas para o ensino superior e do próprio olhar de uma opinião pública cética em relação à utilidade de muitos saberes, sobretudo os das humanidades. As sociedades ocidentais perderam a deferência pela universidade e pelas humanidades como instituições e áreas de conhecimento cruciais para a definição do mundo em seu redor, avançando numa lógica de empresarialização e de

---

<sup>270</sup> *Ibidem.*

<sup>271</sup> *Ibidem.*

economia de mercado, pela qual o aluno precisa de ser um “cliente” satisfeito e a universidade um ativo centro de emprego<sup>272</sup>. Numa sociedade que quer medir tudo, a investigação, sobretudo aquela mais teórica e menos aplicada que os Centros de Estudo têm de fazer, perde lugar, até porque perde financiamento. Entre a “*audit culture*” e o “*impact factor*”, as universidades e as suas estruturas quase se transformaram em máquinas burocráticas, e os seus professores e investigadores em “proletários” submetidos a obrigações bibliométricas.

É urgente, no interior das universidades, que se proceda a uma revalorização do humanismo académico, da noção e missão de que o meio universitário tem, ao lado da função propriamente epistemológica, de produzir e disseminar saber, uma função ética e cívica tanto mais urgente quanto a ética e o civismo parecem tragados pela voragem das políticas e das sociedades extramuros. Como resumiu recentemente um crítico do que temos e um defensor do que deveríamos ter, as universidades precisam de ser (re)vistas como “o meio institucional mais importante para a conservação, compreensão, alargamento e transmissão às gerações futuras, da herança intelectual, científica e artística da humanidade”<sup>273</sup> – e a finalidade *prática*, de melhoramento social circundante, que se desprende daquele alto propósito é óbvia e indesmentível. Mais impermeáveis às agendas políticas do momento e às tentações da instrumentalização ideológica ou profissional, as Universidades Católicas têm uma palavra especial a dizer no ensino e na formação do mundo, porque vivem e transmitem a doutrina humanista do cristianismo e porque, como apóstolos em terra de descrença, têm por desafio – como exortou João Paulo II em 1990 – ser sempre “um centro incomparável de criatividade e irradiação do saber para o bem da humanidade”<sup>274</sup>. Só assim se formam integralmente pessoas, ao invés de apenas ministrar informação e esperar que esta possa constituir conhecimento.

34 anos de história (1983-2017), 29 cursos e conferências, 31 congressos e seminários, 94 estudos e consultorias, 187 parcerias (das quais 88 internacionais), 67 livros publicados sob chancela própria (e muitos outros alhures), 20 números da revista *Povos e Culturas*, contendo 421 textos de 367 autores diferentes – eis o currículo do CEPCEP resumido em macro números. É hoje o decano dos Centros de Estudo da Universi-

<sup>272</sup> Sobre o problema e os desafios das universidades no presente, v. Collini, 2015.

<sup>273</sup> Collini, 2015, p. 27.

<sup>274</sup> João Paulo II, *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae sobre as Universidades Católicas* (15.8.1990), introdução (consultável em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_15081990\\_ex-corde-ecclesiae.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html)). )

dade Católica; tem dois terços do tempo de vida da própria UCP; cruzou todos os seis reitorados que se sucederam até à data. Como declara, em jeito de despedida, o seu histórico Presidente, Roberto Carneiro, o CEP-CEP nasceu original e foi pioneiro de muita coisa: “mandatado para ser os olhos e a janela da UCP” e “vocacionado para o estudo do encontro de povos e da intersecção de culturas, o Centro cedo se transform[ou] numa peça iniludível de abertura da Universidade à sociedade envolvente, seja na sua vertente lusíada, seja num contexto mais alargado, europeu e internacional”<sup>275</sup>. Parafrazeando a máxima camoniana, deu novos mundos ao mundo dos saberes teóricos e práticos dentro e fora da Universidade Católica Portuguesa, que teve também, por seu lado, a clarividência de lhe compreender o alcance e de o acolher, para o fazer crescer.

Desde as origens até à atualidade, o CEPCEP foi sempre um caso especial – de interface com o mundo exterior à universidade, num tempo, já passado, em que estas ainda estavam muito aut centradas, e de criatividade não formatada, num tempo, o presente, em que a esmagadora maioria dos Centros se padroniza e se especializa pela obediência às regras de quem o credita e financia. Poder-se-ia dizer que se tratou – e espera-se que assim possa continuar a ser – de uma “anomalia” ou, mais precisamente, de uma feliz “anomalia”, que permaneceu, no interior da UCP, porque soube prosperar, evoluir e mostrar obra. Muito português e lusófono, mas também interdisciplinar, interinstitucional, internacional e intergeracional, o CEPCEP constituiu e constitui um espaço de liberdade e de escola(s), ou de escola(s) com muita liberdade. Admirá-lo e cuidar dele implicará sempre não querer tratá-lo como a outras instâncias universitárias, porque há mais coisas na academia do que aquelas que uma estrita regulamentação científico-administrativa, e modelos de avaliação formatados e, por vezes, pouco maleáveis, podem hoje prever e/ou aceitar. A originalidade e a diferença também produzem resultados, e a diversidade e mérito específico destes exigem olhares avaliativos largos e plurais.

Aquilo que o CEPCEP deu, a muitos, é o lastro do que pode continuar a dar, percorrendo caminhos de rigor e prudência, de persistência e de inovação, dentro e fora da UCP. Desafiado a deixar uma mensagem à nova direção que tomará conta do Centro a partir de 2017, Roberto Carneiro quis traçar aquilo a que chamou “um decálogo acumulado por via de uma reflexão crítica sobre três dezenas e meia de anos de luta pela sobrevivência de um projeto corporizado numa instituição universitária,

---

<sup>275</sup> Roberto Carneiro, testemunho in AA.VV., 2017, p. 52.

dedicada de alma e coração ao estudo e à investigação científica”<sup>276</sup>. Eis os dez princípios que, de acordo com a sua longa experiência, o Centro não deverá nunca perder de vista:

1. “Um imenso cuidado no controlo dos custos, que são a única rubrica sobre a qual temos comando direto, já que as receitas dependem de condições estruturais e conjunturais de mercado que fogem ao nosso domínio direto”.
2. “A persistência e estoicismo na perseguição de clientes privilegiados, visando a maximização das receitas de projetos novos – não há que ter vergonha em ser-se teimoso e falar sem tibieza a clientes-alvo mais fugidios, pedindo-lhes respeitosamente a melhor atenção para o valor das nossas propostas”.
3. “A manutenção da autonomia financeira do Centro, através da prossecução de uma política sensata de investimentos em novas frentes de trabalho – o CEPCEP nunca pediu um cêntimo de ajuda à Universidade, tendo contribuído com largas centenas de milhares de euros para a Universidade ao longo dos anos. As nossas contribuições para a *alma mater* que nos acolhe materializam-se seja através do pagamento atempado de todas as contas correntes com ela, seja pelos novos projetos que temos conseguido contratualizar com outras unidades orgânicas, designadamente com o CESOP”.
4. “Uma grande sagacidade na leitura dos dados de mercado, com a constante despistagem de oportunidades para o CEPCEP, tendo em mente os seus ativos intangíveis, designadamente o seu valor de marca, os seus pergaminhos, a reputação de que goza e o seu *know-how* reconhecidos, e a sabedoria de jogá-los, sempre em antecipação aos demais concorrentes de mercado, em função das necessidades despistadas por perscrutação empírica de cada cliente real ou potencial”.
5. “A consciência da necessidade de garantir uma faturação mínima do Centro na ordem dos 500 mil euros anuais para *break-even* da sua conta de resultados e satisfação dos encargos fixos mínimos com a sua manutenção”.
6. “Em conjugação com o ponto anterior, a conveniência de ter em permanência, no seu seio, dois ou três megaprojetos plurianuais que assegurem, no seu conjunto, pelo menos metade da faturação-alvo mencionada”.

---

<sup>276</sup> Roberto Carneiro, entrevista por e-mail (abril de 2017).

7. “A sabedoria de visitar clientes satisfeitos com novas avenidas de colaboração, mediante a formulação, em tempo adequado, de propostas de valor acrescentado evidentes para o cliente-alvo, com o qual mantivemos uma relação *win-win*”.
8. “A capacidade de manter canais críticos de diálogo social alargado, onde avultam, para uma relação de respeito entre pares científicos, a política equilibrada de publicações científicas e a manutenção de uma agenda diferenciada de congressos, conferências, seminários ou palestras, que seja amplamente reconhecida pela sua qualidade e inovação (ineditismo dos temas e/ou dos métodos de exposição ou de debate)”.
9. “A constante manutenção / reorganização de redes colaborativas envolvendo centros reconhecidamente liderantes na produção científica de qualidade internacional e, bem assim, grandes clientes sequiosos de assegurar alianças confiáveis com o mundo académico”.
10. “Uma humildade académica real (o *nirvana* académico) – não fingida ou postiça – que constitui característica essencial e condição de sucesso na busca incessante da verdade científica por parte de cientistas de mão cheia, designadamente quando chamados ao exercício de mandatos de gestão complexa de unidades orgânicas e de pessoas (colegas)”<sup>277</sup>.

À parte o que é específico do CEPCEP, este “decálogo” de Roberto Carneiro é uma reflexão de síntese muito lúcida sobre os focos intelectuais, científicos, organizacionais e até humanos que devem orientar, no contexto do século XXI, qualquer unidade de investigação, instituto, faculdade e mesmo universidade, no seu todo e no seu diálogo com a sociedade e a comunidade envolventes. É lugar comum dizer-se que as instituições – e o CEPCEP é uma instituição (universitária) – são o que, a cada momento, as pessoas do momento fazem delas. Novas pessoas darão vida nova a uma instituição já antiga, com 34 anos de vida, como é o Centro que foi estudado neste livro. O futuro revelará como, assim se espera, esse caminho a construir saberá continuar o presente e honrar o passado do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

---

<sup>277</sup> *Ibidem*.

# ANEXO

## Quadros



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



CATÓLICA

CEPCEP • CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS  
E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



LISBOA

Os logótipos institucionais do CEPCEP:  
em cima, o desenho original, de 1983;  
em baixo, o desenho atual, integrado no *layout* da Católica-Lisboa;  
ao centro, o logótipo comemorativo do 25.<sup>a</sup> aniversário  
do CEPCEP, celebrado em 2008.

[Arquivo CEPCEP, passim]



Esboços manuscritos e ensaios tipográficos  
para o logotipo institucional do CEPCEP,  
realizados em 1982-1983;  
na última linha, em baixo,  
o desenho finalmente aprovado.

[Arquivo CEPCEP, CEP 2]

## QUADRO N.º 1

### Diagrama das Direções do CEPCEP [1983-2016]

#### CHAVE DE LEITURA E SIGLAS UTILIZADAS:

Este diagrama das diferentes composições da Direção do CEPCEP, com indicação de membros e suas funções, regista, na coluna nominal mais à esquerda, todos os nomes que a integraram, a qualquer título. A linha de intervalo entre diferentes conjuntos de nomes traduz a existência de diferentes "ciclos" na Direção do Centro, pese embora a maior continuidade e longevidade de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (1983-2016), seguidos de Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros (1983-2010). Para cada um dos nomes são indicadas as datas de nomeação e respetivos cargos. A letra «R» a seguir a uma data significa "recondução" (na função previamente ocupada), e a letra «T» a seguir a uma data significa "termo de funções" e, portanto, saída da Direção do CEPCEP. As discrepâncias cronológicas por vezes existentes entre a data (mês) de recondução do Presidente do Centro e dos restantes membros da Direção devem-se ao facto de o primeiro ser nomeado pelo Magno Chanceler, sob proposta reitoral, e os segundos serem nomeados pelo Reitor da UCP, sob proposta feita pelo Presidente do Centro. Apenas nas reconduções de 1987 e 1996 houve coincidência de datas. A letra «P» significa "prorrogação de mandato" e ocorreu apenas em 2016 (v. nota 9 infra).

#### NOTAS:

- (1) A primeira Direção do CEPCEP foi nomeada pela reitoria, em fevereiro de 1983, a título de «Comissão Instaladora». Informalmente - ou seja, sem enquadramento oficial - os seus três elementos, José de Freitas Ferreira, Mário Lages e Carlos Laranjo Medeiros, já trabalhavam na construção do Centro (sua definição identitária, organização e reconhecimento no quadro da UCP) desde os inícios de 1981. Esta «Comissão Instaladora» foi confirmada pela Reitoria no início de maio de 1983, sendo José de Freitas Ferreira o seu Presidente, Mário Lages o seu 1.º Vogal, e Carlos Laranjo Medeiros o seu 2.º Vogal. A estes três nomes juntaram-se, no final de junho desse ano, ou seja, já após a Sessão de Inauguração do Centro (ocorrida a 19.maio.1983), Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos.
- (2) Em março de 1985, no termo do mandato bienal atribuído à «Comissão Instaladora» do CEPCEP, José de Freitas Ferreira, ao tempo Diretor da Faculdade de Teologia da UCP, solicitou a sua exoneração da Direção do Centro, passando Roberto Carneiro a exercer as suas funções (a partir de 1.abril.1985), a título de Presidente interino, aguardando clarificação reitoral acerca da composição da Direção.
- (3) Em agosto de 1987, Roberto Carneiro foi empossado Ministro da Educação do XI Governo Constitucional, exercendo essas funções durante quatro anos, até novembro de 1991. Em reunião de Direção havida em novembro de 1987 foi deliberado propor à Reitoria a nomeação de um Vice-Presidente, que coadjuvasse e substituisse o Presidente. Roberto Carneiro foi então confirmado na presidência do Centro (em dezembro de 1987), a que se seguiu, em abril, a nomeação de Mário Campos Pinto para o lugar, novo, de Vice-Presidente do CEPCEP.
- (4) Em julho de 1996, Mário Campos Pinto foi reconduzido na Vice-Presidência do CEPCEP, mas com funções temporariamente suspensas, por ocupar então o lugar de Ministro da República para os Açores.
- (5) Em outubro de 2000, Mário Lages transitou da condição de Vogal da Direção para a de Coordenador Científico, uma posição nova, criada para colmatar e substituir a menor assiduidade de Mário Campos Pinto, que assumira, em março de 1999, as funções de Diretor da Faculdade de Ciências Humanas. O desempenho deste novo cargo seria, aliás, o que conduziria ao termo de funções de Mário Pinto no CEPCEP, em junho de 2001.
- (6) Com a saída, por aposentação, de Mário Lages da Direção do CEPCEP, a posição de n.º 2 da Direção transitou para Artur Teodoro de Matos, que passou a ser Vice-Presidente.
- (7) A recondução de Roberto Carneiro em dezembro de 2014 reportou-se na realidade ao mandato iniciado em abril de 2013. De acordo com os Estatutos do Centro, os mandatos da Direção do CEPCEP têm a duração de três anos. Até 2001, a norma não fora rigorosamente cumprida, tendo as nomeações de Direção ocorrido em 1983 (Comissão Instaladora), 1987 (ao fim de quatro anos), 1992 (ao fim de cinco anos), 1996 (ao fim de quatro anos) e 2001 (ao fim de cinco anos). Depois de 2001, o regime trienal passou a ser a norma efetiva, com renovações de mandato em 2004, 2007 e 2010. Deveria, portanto, ter havido renovação em 2013, mas ela ocorreu apenas no final de 2014.
- (8) O Presidente do CEPCEP, no termo de alguns contactos mais morosos e destinados a alargar a lista de vogais do Centro, apenas propôs a nova composição da Direção em maio de 2015, tendo esta ficado em *stand-by* na Reitoria, por se achar que o elenco, até em vista das recentes saídas de três dos seus membros (Verónica Policarpo, José Manuel Seruya e João Paulo Oliveira e Costa), necessitava de mais um ou dois nomes.
- (9) Tendo em abril de 2016 ocorrido o termo do mandato iniciado três anos antes, em abril de 2013, e havendo já Roberto Carneiro comunicado, anteriormente, à Reitoria da UCP o seu desejo de cessar funções como Presidente do Centro, não aceitando, portanto, o que teria sido a sua 9.ª recondução no cargo (depois de 1987, 1992, 1996, 2001, 2004, 2007, 2010 e 2014), a Reitoria deliberou então, enquanto realizava diligências para encontrar um novo nome para a Presidência do CEPCEP, prorrogar o mandato do Presidente do Centro, e proceder à recondução, ou nomeação, do restante elenco diretivo (Artur Teodoro de Matos, Fernando Chau, Ana Cláudia Valente, Rodrigo Queiroz e Melo e Rui Pereira Marques), com a composição proposta em maio de 2015, e com mandato até 31 de outubro de 2016.



1998	1999	2000(5)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010(6)	2011	2012	2013	2014(7)	2015(8)	2016(9)
		Outubro [Coord.]	Junho [R]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [T]						
			Junho [R]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [T]						
		Novembro [R]				Junho [R]			Maio [R]			Abril [R]				Dezembro [R]		Maio [P]
			Junho [R]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [Vice-Pres.]					Maio [Proposta]	Maio [R][P]
	[Diretor da FCH]		Junho [T]															
			Junho [T]															
			Junho [T]															
			Junho [Vogal]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [R]					Maio [T]	
			Junho [Vogal]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [T]						
			Junho [Vogal]			Julho [R]			Junho [R]			Maio [T]						
												Maio [Vogal]					Maio [Proposta]	Maio [Vogal][P]
												Maio [Vogal]					Maio [Proposta]	Maio [T]
												Maio [Vogal]					Março [T]	
												Maio [Vogal]					Janeiro [T]	
																	Maio [Proposta]	Maio [Vogal][P]
																	Maio [Proposta]	Maio [Vogal][P]

**QUADRO N.º 2**  
Cursos e Conferências  
1983-2012

Título	Ano
Religião em África	1983/84
Iniciação à Etnografia Portuguesa	1984
Iniciação à Metodologia de Investigação	1985
Portugal e o Oriente. Passado e Presente [1.º Ciclo]	1985
Curso de Especialização em ATL	1986
Curso para Monitores e Professores do Instituto Nacional de Formação Turística	1986
Portugal e o Oriente. Passado e Presente [2.º Ciclo]	1986
Os Swahili da Costa Oriental Africana: a Civilização de um Povo Comerciante	1988
Curso para Professores Cooperantes nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	1990
Curso de Formação para Jornalistas	1992
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [1]	2000
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [2]	2000
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [3]	2000
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [4]	2000
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [5]	2001
Curso Intensivo de Português a Timorenses [1]	2001
Curso Intensivo de Português a Timorenses [2]	2001
Curso de Formação de Cooperantes para Timor [6]	2002
Aprender a Educar I. Programa Aberto de Formação de Pais	2002
Aprender a Educar II. Programa Aberto de Formação de Pais	2002
Conferência sobre o Futuro da Europa	2005
O Futuro da Europa e a Responsabilidade dos Católicos	2005
TACONET Conference	2005
Conferência «O Brasil visto por Dentro»	2006
Conferência «Leitura dos Sinais dos Tempos. Um Olhar Cristão sobre a História»	2008
Conferência «Sinais dos Tempos»	2008
Conferência «Sinais dos Tempos»	2009
Dia da História	2010
Conferência sobre o Relatório e as Recomendações do «EU High Level Group of Experts on Literacy»	2012
<b>Total</b>	<b>29</b>

**QUADRO N.º 3**  
Congressos e Seminários  
1984-2014

Título	Ano
Direito Costumeiro Africano	1984
Educação em África	1985
Seminário para Professores da Escola Superior de Infância	1986
Seminário sobre História de África	1987
As Ciências Sociais e o Desenvolvimento na África Sub-Saariana: o Contributo dos Centros de Estudos Africanos	1987
A Proteção do Ambiente e a Gestão dos Recursos Naturais na Bacia do Rio Lis	1988
1.º Colóquio Internacional sobre População e Sociedade no Mundo de Expressão Portuguesa	1988
Colóquio Internacional «O Século Cristão no Japão»	1993
As Condições de Inserção Precoce de Jovens no Mercado de Trabalho	1995
VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: a Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos	1996
Às 6 da Tarde	1997
1.ª Semana de Cultura e Contemporaneidade «Lisboa: Contemporaneidade e Futuro»	1997
2.ª Semana de Cultura e Contemporaneidade «O Diálogo Intercultural como Condição da Paz»	1998
3.ª Semana de Cultura e Contemporaneidade «O Cristianismo no Japão»	1999
Seminário Internacional «Timor: Um País para o Século XXI»	2000
Seminário «A Caracterização dos Desempregados Não-Inscritos nos Centros de Emprego»	2000
Seminário «A Espiritualidade e a História do Tibete»	2001
Seminário Internacional «Línguas: Pontes Culturais para o Futuro»	2001
Congresso Internacional «D. João III e o Império»	2002
Seminário «A Imigração em Portugal»	2002
Congresso dos Avós	2004
XII Seminário de História Indo-Portuguesa: O Estado da Índia e os Desafios Europeus	2006
Congresso Internacional «Fado: Percursos e Perspectivas»	2008
Congresso Internacional «A Herança do Infante»	2010
Seminário Internacional «Brasil-Europa E-Learning sobre Qualidade e Acreditação no Ensino Superior»	2010
Colóquio «Sociedade, Cultura e Conflito nos 100 Anos da República Portuguesa»	2011
Colóquio «Contributos para o Diálogo Inter-Religioso»	2011
Colóquio Internacional «Goa: Passado e Presente»	2011
Congresso «Delitos, (Re)Integração e Bem-Estar - Novos Desafios»	2012
Ciclo de Seminários Científicos «Ao reencontro da Misteriosa China: 500 Anos Depois»	2013
Ciclo de Seminários Científicos sobre a Índia	2014
<b>Total</b>	<b>31</b>

**QUADRO N.º 4**  
Estudos e Consultorias  
1984-2015

Título	Ano
Namoro e Casamento	1984
Bibliografia do Conto Regional	1986/90
Emigração, Mudança e Regresso	1986
Catálogo Temático e Cronológico da Obra de Marcos Portugal	1986/88
Reorganização dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário	1986/91
O Perfil Cultural Desejável do Jovem Português no Termo da Escolaridade Secundária	1987
Relatórios e Teses Inéditos da Administração Colonial Portuguesa	1987/89
Património Nacional de São Tomé e Príncipe	1987/91
Estudos Pedagógicos e Técnicos para a Reabilitação das Escolas de São Tomé e Príncipe	1987/91
Estratégias de Desenvolvimento nas Zonas Fronteiriças de Portugal e Espanha	1989/92
São Tomé e Príncipe. Esboço para a Sua História	1989/91
Condições de Segurança, Higiene e Saúde nos Locais de Trabalho	1993
Estudo sobre Comportamentos Televisivos	1993
Sonsagens para o Programa «Referendo» da TVI - Televisão Independente	1993
Estudo sobre as Relações entre o Sistema Educação/Formação e o Sistema Produtivo em Portugal	1993/94
Da Marginalização à Re-Inserção na Sociedade	1993/95
New Job Skill Needs and the Low-Skilled	1996/99
Activa Multimédia. Enciclopédia de Consulta	1997/98
Enciclopédia Açoriana	1995/2008
Estudo sobre as Tendências de Evolução da Procura e da Oferta de Mão-de-Obra Qualificada em Portugal	1997/99
As Actividades do Instituto de Ação Social de Macau	1998
Mediakids	1998/2000
A Caracterização dos Desempregados Não Inscritos nos Centros de Emprego	1999/2000
Desajustamentos entre Ganhos e Habilitações na Economia Portuguesa	2000
Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais	2000/01
Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa	2000/02
Cenários do Emprego em Portugal para 2001	2001
Cenários do Emprego em Portugal para 2002	2001
Estudo Estratégico Astra-Zeneca Portugal	2001
Memória de Portugal. O Milénio Português	2001

Título	Ano
Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia de Emprego no Mercado de Emprego em Portugal	2001/02
Avaliação do Sistema de Comparticipação de Medicamentos	2001/02
Imigrantes em Portugal. Problemas, Valores, Atitudes e Comportamentos relacionados com a imigração recente	2002
O e-Learning em Portugal. Contexto e Perspetivas	2002
Avaliação Específica às Ações Saber + e Educação ao Longo da Vida	2002/03
Cenários do Emprego em Portugal para 2003/2004	2003
Barómetro Mensal do Desemprego/Emprego em Portugal [1]	2003/04
Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais	2003/04
O Papel de Portugal na Transição de Timor	2003/04
Nova Activa Multimédia. Enciclopédia de Consulta	2003/04
Sistema Permanente de Indicadores de Alerta	2003/04
Biografias dos Reis de Portugal	2003/06
Situação, Evolução e Desafios do Apoio Domiciliário na Cidade de Lisboa	2004
Barómetro Mensal do Desemprego/Emprego em Portugal [2]	2004/05
Os Imigrantes e a População Portuguesa. Imagens Recíprocas	2004/05
TELEPEERS - Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments at University Level	2004/05
Kaleidoscope Network of Excellence	2004/07
A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal	2004
Estudo sobre o Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa	2004
East-Timor Curriculum Implementation	2004/07
O Teatro nas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	2004/07
Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal	2005
Avaliação do Impacto do PNE/EEE sobre a Criação Líquida de Emprego	2005
Liderança da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Apoio Domiciliário na Cidade de Lisboa	2005
B-Sapiens	2005/07
Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa existentes no Arquivo Secreto do Vaticano	2005/09
Os Estudantes Portugueses do 1.º ao 12.º Ano Face à Leitura	2006/07
Estudo do Perfil do Sócio Individual do INATEL	2007
Estudo do Perfil do Sócio Coletivo do INATEL	2007
Discover - Helping Teachers to Discover the Pleasure of Learning and Teaching	2007/08
Estratégia de Lisboa - Componente Emprego	2007/08
O Papel da Administração Pública na Sociedade e na Economia Portuguesas	2007/08
Avalnet - Training Evaluation and ROI Network	2007/09
Learnovation	2007/09

Título	Ano
A DGCI em 2004-2007. Casos Paulo Macedo	2008
Necessidades de Mão-de-Obra Imigrante em Portugal e sua Evolução a Curto Prazo	2008
Avaliação Externa da Iniciativa Novas Oportunidades	2008/11
Dispositivo de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano	2009
Observatório do Plano Tecnológico da Educação	2009/10
O Impacto das Tecnologias de Informação na Aprendizagem Informal das PME	2009/10
Conciliação entre a Vida Familiar e o Trabalho Pago	2009/11
CONCEDE - CONtent Creation Excellence through Dialogue in Education	2009/12
Plano de Dinamização da Oferta de Conteúdos Digitais K-12	2010
Portugal 2020. Antecipação de Necessidades de Qualificações e Competências	2010/11
OPAL - Open Quality Initiative	2010/12
Estudo dos Centros Educativos de Santa Clara e CEMA	2011
Estudo dos Impactos da Titularização do Subsídio de Refeição	2011
Angola: Estudo de Formação de Quadros	2011/12
New Opportunities for Learning - Going LLL	2011/12
Envelhecimento da População Portuguesa: Dependência, Activação e Qualidade	2012
Avaliação Regional das Necessidades de Qualificações	2011/13
COPELL - Lifelong Learning for Competitiveness in Small and Medium Enterprises	2011/13
DAVID - Review System and Databases for Civic Citizenship and Values Education	2011/14
ESAP - Employability and Skills Anticipation Policies: a Social ROI Approach	2012/14
Envelhecimento Activo e Transmissão Intergeracional	2012/14
RESLEA - Reducing Early School Leaving	2012/14
RESKILLS - Assessment of Life-Cycle Skills and Training Needs in the Renewable and Energy Efficiency Sectors	2012/14
Formação e Investigação nos Centros Educativos da União Meridianos	2012/13
IGUANA - Improving School Governance Using an Action Learning Approach	2012/15
IDEAS - Identifying Higher Education Equity Interventions that Work	2013/15
Reindustrialização da Economia Portuguesa: Impacto no Emprego, Profissões e Competências	2013/15
SALM - Skills and Labour Market to Raise Youth Employment	2012/15
Cartas Educativas de Timor-Leste	2014/15
GREENET - Euro Network Supporting Innovation for Green Jobs	2014/15
<b>Total</b>	<b>94</b>

## QUADRO N.º 5

Publicações  
1986-2016

«Estudos e Documentos»

Autor	Coord. / Ed.	Título	Ano (1)
Ioan M. Lewis		1. O Islamismo ao Sul do Saará	1986
Ana Maria Costa Lopes		2. O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930 (I - Estudo e Bibliografia)	1990
Ana Maria Costa Lopes		3. O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875 a 1930 (II - Antologia)	1990
	Mário Ferreira Lages	4. Contos Populares Alentejanos Recolhidos da Tradição Oral	1992
Maria de Jesus M. Lopes		5. Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)	1999
Luiz Filipe Reis Thomaz		6. A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro	1998
Ana Maria Costa Lopes		7. Confluências e Divergências Culturais nas Tradições Contísticas Portuguesa e Chinesa	2000
Farhad Daftary		8. Breve História dos Ismaelitas. Tradições de uma Comunidade Muçulmana	2003
António Graça Abreu		9. D. Frei Alexandre de Gouveia. Bispo de Pequim (1751-1808). Contribuição para o Estudo das Relações entre Portugal e a China	2004
AA.VV.		10. D. João III e a Formação do Brasil	2004
	Mário Ferreira Lages	11. Contos Populares Alentejanos Recolhidos da Tradição Oral [2.ª edição]	2004
Gustavo Silva Val-Flores		12. Portugal e o Período de Transição em Timor-Leste	2006
Mário Ferreira Lages		13. Vida/Morte e Diafania do Mundo na História da Carochinha. Ensaio Etnológico	2006
	Roberto Carneiro (et al.)	14. Aprendizagem Auto-Regulada em Ambientes de Aprendizagem Enriquecidos pela Tecnologia	2006
	Carlos Laranjo Medeiros e Carminda Cavaco	15. Turismo de Saúde e Bem-Estar. Terma, Spas Termais e Talassoterapia	2008
	Carlos Laranjo Medeiros	16. Cultura, Factor de Criação de Riqueza. Uma Nova Perspectiva dos Museus	2008
	Arlindo Caldeira	17. O Sul de Angola no início do Século XX. Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado	2011
	Roberto Carneiro e Guilherme d'Oliveira Martins	18. China e Portugal. Cinco Centúrias de Relacionamento: uma Leitura Académica	2014
Duarte Ivo Cruz		19. A África na Dramaturgia Portuguesa e Africana de Expressão Portuguesa	2013
	Artur Teodoro de Matos	20. Timor no Passado. Fontes para a sua História (Séculos XVII e XVIII)	2015
	Artur Teodoro de Matos e Guilherme d'Oliveira Martins	21. Portugal-Índia. Da Herança Portuguesa à Índia dos nossos dias	2015
<b>Total de volumes publicados</b>			<b>21</b>

Nota (1): A lista dos volumes segue a ordem da coleção, do n.º 1 ao n.º 21, independentemente de essa ordem não coincidir, em dois casos, com a cronologia da sua publicação.

## «Extra-Coleção»

Autor	Coord. / Ed.	Título	Ano
AA.VV.		Perfil Cultural Desejável do Diplomado do Ensino Secundário	1988
	Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos	O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão	1994
	Roberto Carneiro	Activa Multimédia. Enciclopédia de Consulta	1997
	Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz	A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa	1998
Mário Ferreira Lages (et al.)		Avaliação da Acção Social em Macau no seu Contexto Institucional. Relatório Final	1999
AA.VV.		Timor. Um País para o Século XXI. Actas do Seminário	2000
Roberto Carneiro (et al.)		Aprender a Trabalhar no Século XXI. Tendências e Desafios	2000
	Roberto Carneiro	Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais	2000/01
Roberto Carneiro (et al.)		Desajustamentos entre Ganhos e Habilitações na Sociedade Portuguesa	2001
Mário Ferreira Lages		Desempregados Inscritos e Não-Inscritos nos Centros de Emprego. Características e Atitudes perante o Trabalho	2001
Roberto Carneiro (et al.)		Padrões de Aprendizagem Empresarial na Economia Portuguesa	2001
	Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos	Memória de Portugal. O Milénio Português	2001
	Roberto Carneiro	Avaliação do Impacto da Estratégia Europeia para o Emprego em Portugal. Estudo Económico com Aferição Quantitativa	2003
Mário Ferreira Lages e Verónica Policarpo		Atitudes e Valores perante a Imigração	2003
Roberto Carneiro		A Evolução do e-Learning em Portugal	2003
	Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro	D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento	2004
	Roberto Carneiro	Nova Activa Multimédia. Enciclopédia de Consulta	2004
Mário Ferreira Lages (et al.)		Planeamento, Habitação e Mercado Imobiliário	2004
	Roberto Carneiro	Educar Hoje. Enciclopédia dos Pais	2004
	Roberto Carneiro	Uma Avaliação da Criação e Destruição de Emprego em Portugal na Década 2000-2010	2005
	Roberto Carneiro (et al.)	Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments	2005
	Roberto Carneiro	A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal	2006
Mário Ferreira Lages (et al.)		Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas	2006
	Carla Alferes Pinto e João Paulo O. Costa	O Mundo em São Francisco Xavier	2006
	Roberto Carneiro	Baixas Qualificações em Portugal	2007
Mário Ferreira Lages (et al.)		Os Estudantes e a Leitura	2007
	Jos Beishuizen (et al.)	Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments: Individual Learning and Communities of Learners	2007

	Aníbal Pinto de Castro e Artur Teodoro de Matos	O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa	2008
	Artur Teodoro de Matos e Mário Ferreira Lages	Portugal. Percursos de Interculturalidade	2008
	Roberto Carneiro	DGCI, 2004-2007. Liderança e Gestão da Mudança	2009
	Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha	Livro de Marinharia. O Manuscrito de Praga	2009
	Artur Teodoro de Matos (et al.)	A Festa [Revista «Comunicação e Cultura» n.º 10]	2010
	Roberto Carneiro (et al.)	Portugal Anos 10	2010
	José Miguel Sardica	A Primeira República e as Colónias Portuguesas	2010
	Roberto Carneiro	Dispositivos de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano em Portugal	2010
	Roberto Carneiro (et al.)	Self-Regulated Learning in Technology Enhanced Learning Environments	2011
	Roberto Carneiro	Accreditation of prior learning as a lever for lifelong learning: lessons learnt from the New Opportunities Initiative, Portugal	2011
	Artur Teodoro de Matos e João Paulo O. Costa	A Herança do Infante	2011
	Maria de Jesus Mártires Lopes	Luso-Orientália. Fontes para a História Indo-Portuguesa	2012
AA.VV.		Diafánias do Mundo. Homenagem a Mário Ferreira Lages	2012
	Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha	Goa: Passado e Presente	2012
	José Eduardo Mendes Ferrão e Maria Cândida Liberato	Dicionário de Plantas Medicinais	[s.d.]
	Roberto Carneiro	A Delinquência e o Bem-Estar Juvenil. O Caso Português e o Contexto Europeu	2014
	Roberto Carneiro	Youth, Offense and Well-Being. Can Science Enlighten Policy?	2015
	Roberto Carneiro (et al.)	Portugal-Espanha. Amores e Desamores	2015
	Ana Costa Lopes e Roberto Carneiro	Lembranças e Afetos. A Amizade Também é Memória	2016
Total de volumes publicados			46

## QUADRO N.º 6

Revista Povos e Culturas  
1986-2015  
[19 n.ºs regulares + 1 n.º especial]

N.º	Ano	Data de Publicação	Título da Revista	Patrocínios	
1	1986	Nov.1986	Portugal e os Portugueses: uma Perspetiva Diacrónica	5	
2	1987	Jun.1989	A cidade em Portugal: Onde se Vive	6	
3	1988	Ago.1989	A cidade em Portugal: Como se Vive	7	
4	1989/90	Jan.1994	Educação em África	3	
5	1996	?.1996	Portugal e o Oriente: Passado e Presente	2	
6	1998	Mar.1999	1. Lisboa: Contemporaneidade e Futuro / 2. Religião em África	7	
7	2001	Mai.2002	Timor Hoje	1	
8	2003	Fev.2005	Família e Escola	---	
9	2004	Mar.2005	Cultura e Desporto	1	
10	2005/06	Out.2006	Os Avós como Educadores	1	
11	2007	Jul.2009	Tradições Populares	---	
12	2008	Mai.2008	Reflexos do Maio de '68 na Sociedade Portuguesa	---	
13	2009	Mar.2011	Portugal Intercultural	1	
14	2010	Mar.2011	Desenvolvimento Regional e Local	1	
15	2011	Abr.2012	Perspetivas Inovadoras para o Financiamento da Cooperação Internacional	---	
16	2012	Jul.2013	Envelhecimento Ativo e Diálogo Intergeracional	---	
17	2013	Mai.2014	Portugal-Macau: Um Património	---	
18	2014	Nov.2014	O Cérebro: o que a Ciência nos Diz!	---	
N.E.	2014	Dez.2014	Os Católicos e o 25 de Abril	1	
19	2015	Nov.2015	Timor-Leste e Portugal: Cinco Centúrias de Relacionamento	---	

## SIGLAS UTILIZADAS:

N.E.: Número Especial; ATM: Artur Teodoro de Matos; CLM: Carlos Laranjo Medeiros; ML: Mário Lages; VP: Verónica Policarpo; RC: Roberto Carneiro; MBC: Mário Baptista Coelho; MCP: Maria Cristina Pereira.

## NOTAS:

(1) Os números assinalados com «Sim» tiveram um coordenador específico, indicado no frontispício da Revista: João Muñoz de Oliveira (n.ºs 8 e 10), Gustavo Pires (n.º 9), Carlos Laranjo Medeiros e Carminda Cavaco (n.º 14), Pedro Conceição (n.º 15), Fernando Chau (n.º 16), Alexandre Castro Caldas e Peter Hanenberg (n.º 18), Roberto Carneiro (N.E.), e Jorge Revez (n.º 19). Em três casos aconteceu o coordenador da Revista ser também um dos seus diretores: Mário Lages (n.º 11), Artur Teodoro de Matos (em cocoordenação com Roberto Carneiro) (N.E.), e Roberto Carneiro (em cocoordenação com Jorge Revez) (n.º 19).

(2) Os números assinalados com «Sim» integram uma “Introdução”, “Nota Explicativa”, “Nota Introdutória”, “Nota de Abertura” ou “Prefácio”, que apresenta ou contextualiza o tema do n.º e os contributos/autores que lhe dão corpo.

(3) A categoria «Inéditos CEPCEP» inclui publicação, por norma com estudo crítico, de documentos ou outras fontes inéditas, pré-publicação de excertos de obras do CEPCEP, recensões críticas ou pequenos estudos especificamente encomendados pelo Centro.

	Direção	Secretariado	Coordenação (1)	Introdução (2)	Artigos	Inéditos CEPCEP (3)	Outros Textos (4)	Total de Autores (5)
	ATM / CLM	MBC	---	---	20	1	---	23
	ATM / CLM	MCP / MBC	---	---	35	2	---	41
	ATM / CLM	MCP / MBC	---	---	27	1	3	36
	ATM / CLM	MCP	---	Sim	21	2	3	25
	ATM / CLM	MCP	---	Sim	17	1	3	20
	ATM / CLM	MCP	---	Sim	43	3	4	48
	ATM / ML	MCP	---	---	8	2	---	13
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	10	2	1	13
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	23	4	2	35
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	7	4	---	12
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	10	3	---	12
	ATM / ML	MCP	---	Sim	8	2	5	15
	ATM / ML	MCP	---	Sim	12	1	---	14
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	9	---	---	12
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	8	4	---	14
	ATM / ML	MCP	Sim	Sim	7	8	2	14
	ATM / ML / VP	MCP	---	Sim	7	4	3	15
	ATM / ML / VP	MCP	Sim	Sim	15	---	---	16
	ATM / ML / VP	MCP	Sim	Sim	19	---	15	33
	ATM / RC	MCP	Sim	Sim	29	---	1	30
<b>TOTAIS</b>					<b>335</b>	<b>44</b>	<b>42</b>	<b>441</b>
<b>TOTAL</b>					<b>421</b>			

(4) A categoria «Outros Textos» inclui registos diversos, mas diferenciáveis em relação aos «Artigos» e aos «Inéditos CEPCEP»: são textos, mais breves, de homenagem a figuras várias, testemunhos em discurso direto, discursos em eventos científicos ou dossiês sobre personalidades da vida cultural e artística nacional e internacional.

(5) O total de «Autores» em cada n.º da Revista não é idêntico ao total da soma dos «Artigos», «Inéditos CEPCEP» e «Outros Textos» pois em inúmeros casos estes tinham mais do que um autor e/ou um mesmo nome é autor de mais do que um texto em cada n.º. Não estão contabilizados como autores os redatores da «Introdução» (ou seus sinónimos), quando ela existiu, ou porque, na maioria dos casos, foram também autores (contabilizados) de uma das três espécies de conteúdos, ou porque essa introdução era uma nota curta, estritamente institucional e de agradecimentos, singular ou coletiva. A única exceção a este padrão registou-se no N.E. (2014), revista em que à «Nota Introdutória» da Direção se segue uma «Introdução», da autoria de D. Manuel Clemente, que é na realidade um pequeno ensaio/artigo contabilizável como tal. Refira-se ainda que o total apurado de 441 não exprime o número total de autores que colaboraram, pelo menos uma vez, na Revista *Povos e Culturas*, mas a soma dos totais de autores de cada um dos números. Dado que houve nomes que, nos 20 n.ºs da Revista, tiveram colaboração em mais do que um n.º, o total de colaboradores da *Povos e Culturas* ao longo do período de 1986-2015 é inferior, cifrando-se em 367 nomes (v. lista nominal alfabética de autores no anexo seguinte, Quadro n.º 7).

## QUADRO N.º 7

Revista Povos e Culturas  
1986-2015  
[19 n.ºs regulares + 1 n.º especial]  
Lista Nominal Alfabética de Autores

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
A)		
Abdurahman Osman Shuke	1	4
Acácio Catarino	3	6, 14, NE
Adelino Gomes	1	19
Aditya Narayan Haksar	1	5
Adriano Gomes Pimpão	1	6
Adriano Moreira	4	12, 13, NE, 19
Agustina Bessa-Luís	1	3
Alberto Araújo	1	7
Alberto Teixeira Dias (Pe.)	1	NE
Ali Merad	1	6
Alexandre Alves Costa	1	8
Alexandre Castro Caldas	1	18
Alexandre do Nascimento (D.)	1	4
Alexandre Rosa	1	19
Alfredo Bruto da Costa	1	6
Alfredo de Sousa	1	1
Alfredo Teixeira	1	13
Almerinda Antas	1	2
Almerindo Jaka Jamba	1	4
Álvaro Laborinho Lúcio	1	1
Álvaro Pinto Gouveia	1	6
Álvaro Siza Vieira	1	2
Amélia Aguiar Andrade	1	2
Ana Carita	1	8
Ana Cristina Roque	2	11, 16
Ana Mafalda Leite	1	4
Ana Margarida Abrantes	1	18
Ana Maria Amaro	1	5
Ana Maria Costa Lopes	7	5, 6, 8, 9, 10, 12, 16
Ana Mineiro	1	18
Ana Nunes de Almeida	1	3
Ana Paula Guimarães	1	3
Ana Teresa Fuzzo de Lima	1	15
André Corsino Tolentino	2	4, 6
André Escórcio	1	9
Antónia de Sousa	1	3
António Antunes Martins do Vale	1	9

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
António Araújo	1	NE
António Balsas	1	6
António Barbedo Magalhães	2	7, 19
António Bracinha Vieira	1	2
António Cavaco	2	15, NE
António Couto dos Santos	1	3
António Coimbra Martins	1	12
António Dias Figueiredo	1	17
António Firmino da Costa	1	3
António Fonseca	2	10, 13
António Fonseca Ferreira	1	2
António Janela (Pe.)	2	10, NE
António Manuel Pinto	1	6
António Marques	1	9
António Marques de Carvalho	1	6
António Martins do Vale	1	5
António Pinheiro	1	14
António Ramos dos Santos	1	15
António Rosado	1	9
António Simões Lopes	1	1
António Vale	1	17
António Vitorino de Almeida	1	2
Arlindo Manuel Caldeira	1	11
Artur da Cunha Oliveira	1	NE
Artur Teodoro de Matos	5	5, 8, 12, 13, 17
Augusta Gaspar	1	18
Augusto Manuel Correia	1	19
B)		
Baba Akhib Haidara	1	4
Bendito dos Santos Freitas	1	19
Benedita Martins	1	6
Bento Domingues (Frei)	1	NE
Bernardo Bernardi	1	6
C)		
Cândida Soares	1	16
Carlos Alberto Moniz	1	17
Carlos Alho	1	2
Carlos Azevedo (D.)	1	NE
Carlos Colaço	1	9
Carlos Filipe Ximenes Belo (D.)	2	7, 19
Carlos Gaspar	1	19
Carlos Henrique do Carmo Silva	2	2, 13
Carlos José Duarte Almeida	1	6
Carlos Laranjo Medeiros	4	1, 4, 10, 14
Carlos M. S. Miguel	1	6
Carlos Margaça Veiga	1	9
Carlos Morujão	1	18
Carlos Neto	1	9

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
Carlos Nunes Silva	1	2
Carlos Pestana Barros	1	9
Carlos Pimenta	1	2
Carlos Portas	1	NE
Carmina Cavaco	2	1, 14
Catherine Ledig	1	14
Célia Pedroso	1	NE
Christopher Wyn Morgan	1	15
D)		
Deledina Castanheira	1	6
Délio Mendonça	1	11
Domingos de Sousa	1	19
Donaciano Gomes	1	19
Duarte Araújo	1	9
Duarte da Cunha (Pe.)	1	8
Duarte de Bragança (D.)	1	7
Duarte Ivo Cruz	1	10
E)		
Eduardo Guerra Carneiro	1	3
Eduardo Marçal Grilo	1	1
Eduardo Mayone Dias	1	1
Eduardo Nery	2	2, 9
Eliana Gersão	1	3
Ellen Harpel	1	14
Elsa Pereira	1	9
Emília Nadal	1	6
Emílio Rui Vilar	1	13
Eugénia Rodrigues	1	11
Eugénio Boléo (Frei)	1	NE
Eurico Dias Nogueira (D.)	1	12
F)		
Fátima Perloiro	1	8
Félix Neto	1	1
Fernando Augusto de Figueiredo	1	19
Fernando Caldeira Santos	1	6
Fernando Castelo Branco	1	2
Fernando Chau	1	16
Fernando Ferreira	1	9
Fernando Moreira de Abreu	1	NE
Fernando Tenreiro	1	9
Filipa Delgado Correia Ribeiro	1	18
Filomeno da Paixão de Jesus	1	19
Francisco Carvalho Guerra	1	15
Francisco Herculano de Sousa	1	8
Francisco Murteira Nabo	2	5, 17
Francisco Vaz da Silva	2	1, 11
G)		
George Winius	1	5

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
Germaine Dieterlen	1	6
Gilberto Freyre	1	1
Gonçalo Ribeiro Telles	1	2
Gonçalo Sequeira Braga	1	4
Graça Morais	1	5
Guilherme Câncio Martins	1	2
Guilherme Oliveira Martins	3	13, 15, NE
Gustavo Pires	1	9
H)		
H. H. Thias	1	4
Hari Rajan	1	15
Hélder Pacheco	1	3
Henrique Pinto	1	16
Herculano Cachinho	1	3
I)		
Ignace Berten	3	15, 16, 17
Ilídio Peres do Amaral	1	2
Inês Tello Rodrigues	1	18
Ioan M. Lewis	2	1, 6
Irene Flunser Pimentel	1	NE
Irene Veloso	1	6
Isabel Allegro de Magalhães	1	NE
Isabel Capelo Gil	1	16
Isabel Cardigos	1	11
Isabel do Carmo	1	12
Isabel Guerra	2	2, 3
Isabel Margarida André	1	3
J)		
Jacob Ade Ajayi	1	6
Jaime Nogueira Pinto	2	12, NE
Joaquim Aguiar	1	13
Joaquim Azevedo	1	10
Joaquim da Silva Pinto	1	NE
Joana Castelo Branco	1	18
Joana Rodrigues Rato	1	18
Joana Ruas	1	19
João Carvalho	1	9
João David Pinto Correia	1	11
João de Deus Ramos	1	17
João Duarte Lourenço	1	15
João Garrido Pires Quintela	1	3
João Gomes-Pedro	1	10
João Inocência dos Reis Piedade (SJ)	1	7
João José Fraústo da Silva	1	4
João Muñoz de Oliveira	1	8
João Soares	1	7
João Teles e Cunha	1	17
Johannes Fabien	1	6

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
John Correia Afonso (SJ)	1	5
John D. Peel	1	6
John D. Turner	1	4
John Middleton	1	6
Jorge Alberto Hagedorn Rangel	2	5, 17
Jorge Araújo	1	9
Jorge Arroteia	1	1
Jorge Biscaia	1	10
Jorge Calado	1	2
Jorge Costa Santos	1	3
Jorge Flores	1	5
Jorge Gaspar	2	1, 2
Jorge Miranda	1	NE
Jorge Olímpio Bento	1	9
Jorge Paulo Cancela da Fonseca	1	12
Jorge Sampaio	1	19
Jorge Silva	1	6
Jorge Viana Pedreira	1	2
Jorge Vilela de Carvalho	1	9
José Alfredo Pinto Correia	1	9
José Almeida Guerra	1	6
José-Augusto França	2	2, 3
José Augusto Seabra	1	5
José Barata Moura	1	12
José Bivar Cornélio da Silva	1	2
José de Assunção Gonçalves	1	19
José de Sousa Fialho	1	16
José Duarte Nogueira	1	NE
José Eduardo Garcia Leandro	2	7, 17
José Fernandes Fafe	2	1,4
José Freitas Ferreira	1	6
José Jorge Letria	1	17
José Leitão	2	6, NE
José Luzia Gonçalves	1	NE
José Machado Pais	2	3, 13
José Manuel Durão Barroso	1	4
José Manuel Fernandes	2	1, 2
José Manuel Meirim	1	9
José Manuel Nazareth	1	3
José Mattoso	1	11
José Medeiros Ferreira	1	1
José Nunes Martins	1	1
José Pedro Martins Barata	2	2, 6
José Pedro Rebocho Lopes	1	9
José Pestana	1	3
José Ribeiro e Castro	1	NE
José Saraiva Martins (D.)	1	4
José Sintra Martinheira	1	7

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
José Veiga Simão	1	12
Justino Mendes de Almeida	1	12
K)		
Kantilal Jamnadas	1	6
Kenneth King	1	15
Kevin M. Lillis	1	4
L)		
Léopold Sédar Senghor	1	6
Lourenço Xavier de Carvalho	1	8
Liliana Sousa	1	10
Lívia Ferrão	1	11
Lúcia Vidal Soares	1	19
Luís Amado	1	19
Luís Filipe Thomaz	3	5, 13, 19
Luís Fontoura	1	4
Luís Frederico Dias Antunes	1	5
Luís Jorge Bruno Soares	1	2
Luís Madureira Pires	1	14
Luís Salgado de Matos	2	12, NE
Luís Soczka	1	3
Luís Vassalo Rosa	1	6
Luz Valente Pereira	1	2
M)		
M. L. Ribeiro da Silva	1	2
Madalena Presumida	1	2
Manuel Braga da Cruz	2	1, NE
Manuel Brandão Alves	1	6
Manuel Clemente (D.)	2	16, NE
Manuel Ferreira Patrício	1	13
Manuel Graça Dias	1	6
Manuel Ivo Cruz	1	3
Manuel Lobato	3	5, 11, 19
Manuel Luís Leal	1	2
Manuel Luís Marinho Antunes	2	1, NE
Manuel Porto	1	NE
Manuel Sérgio	1	9
Manuel Tavares Emídio	2	4, 19
Manuela Pereira da Cunha	1	3
Manuela Picciochi	1	8
Manuela Silva	1	3
Mara Moita	1	18
Marcelo Rebelo de Sousa	1	17
Margarida Baptista	1	9
Maria Antónia Alves Caria	1	7
Maria Augusta Lima Cruz	1	5
Maria Cândida Proença	1	16
Maria da Graça Neto Saraiva	1	2
Maria de Jesus Barroso Soares	1	7

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
Maria de Jesus dos Mártires Lopes	1	5
Maria do Carmo Romão	1	6
Maria Eugénia Duarte Silva	1	3
Maria Helena Vieira da Silva	1	3
Maria João Freitas	1	3
Maria João Sacadura	1	16
Maria José Carvalho	1	9
Maria José Figueiroa Rego	1	8
Maria Laura Monteiro Pereira	1	4
Maria Lucinda da Fonseca	3	3, 6, 13
Maria Luísa Abrantes	1	7
Maria Manuela Aguiar	2	1, 12
Maria Manuela Carneiro da Cunha	1	6
Maria Teresa Pestana Fagulha	1	3
Maria Vânia Silva Nunes	1	18
Mário Baptista Coelho	1	1
Mário Barroqueiro	1	14
Mário Lages	6	2, 4, 10, 11, 12, 13
Mário Campos Pinto	2	16, NE
Marta Moura	1	3
Mendo Castro Henriques	1	18
Merícia de Lemos	1	3
Merid W. Aregay	1	6
Michel Toussaint Alves Pereira	1	2
Miguel Rui Infante	1	7
N)		
Nadir Afonso	1	12
Nélson José Fonseca Matias	1	3
Nélson Mendes	1	8
Nélson Ribeiro	1	NE
Nélson Veríssimo	1	11
Nuno José de Noronha Mendça	1	2
Nuno Teotónio Pereira	1	2
Nuno Vasconcelos	1	6
O)		
Odete Graça	1	9
Olavo Malveiro	1	9
P)		
Patrícia Dias	1	18
Paula Padrel de Oliveira	2	10, 14
Paula Sanches da Gama	1	2
Paulo Andrade	1	9
Paulo Machado	1	3
Paulo Monteiro	1	2
Paulo Silveira Sousa	2	9, 16
Pedro Andrade	1	3
Pedro Brandão	1	6
Pedro Conceição	1	15

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
Pedro Santos Costa	1	6
Pedro Sarmiento	1	9
Peter Fry	1	6
Peter Hanenberg	1	18
Peter Stilwell	1	7
R)		
Rafael Prata	1	NE
Rajiv Shah	1	15
Raul Caixinhas	1	6
Raul Jorge	1	14
Rita Canaipa	1	18
Roderik Ptak	1	5
Rodrigo Queiroz e Melo	1	8
Roberto Carneiro	7	4, 5, 13, 15, 16, 17, 19
Roberto Chichorro	1	4
Rocha de Sousa	1	9
Rogério Miguel Puga	1	17
Roque Rodrigues	1	19
Rosa Maria Sampaio	1	6
Rui A. Gomes	1	19
Rui Claudino	1	9
Rui Lança	1	9
Rui Loureiro	1	19
Rui Machete	1	19
Rui Mário Gonçalves	1	3
Rui Marques	1	19
Rui Pena	1	NE
Rui Pimentel	1	2
Rui Proença Garcia	1	9
Rui Tavares	1	2
S)		
Sanjay Subrahmanyam	1	5
Sarah Harper	1	10
Sidónio Costa Pardal	1	2
Sidónio Serpa	1	9
Sónia Sousa	1	14
Susana Salvaterra Trovão	2	1, 3
Stephan S. Fuller	1	14
Stephan Tobish	1	4
Stephany Griffith-Jones	1	15
T)		
T. P. Seya	1	4
Teresa Barata Salgueiro	1	2
Teresa Coelho	1	19
Teresa Rita Lopes	1	3
Tiago Pereira	1	18
Tomás Leiria Pinto	1	6

Nome do Autor	Total de Autorias	Números da Revista
V)		
Vasco Franco	1	6
Vasco Gil Mantas	1	2
Vasco Rocha Vieira	1	17
Virgílio Meira Soares	1	19
Vítor Crespo	1	4
Vítor da Costa	1	19
Vítor Feytor Pinto	1	NE
Vítor Matias Ferreira	1	2
Vítor Melícias	1	19
Vítor Pavão dos Santos	1	3
Vítor Sá Machado	1	4
w)		
Walter Rodrigues	1	6
Y)		
Yvette Centeno	2	1, 6
<b>367 Autores</b>	<b>441 Autorias</b>	

## SIGLA UTILIZADA:

Na coluna da direita, NE significa "Número Especial" (publicado em dezembro de 2014, entre os n.ºs 18 e 19).

Dos 367 autores que colaboraram na Revista *Povos e Culturas* desde a sua fundação, em 1986, até 2015, 320 (87,2% do total), fê-lo apenas uma vez, evidenciando assim a larguíssima diversidade de nomes que a Revista soube atrair ao longo do tempo. Apenas 47 autores (12,8% do total), colaboraram duas ou mais vezes: 35 fizeram-no duas vezes, 6 três vezes, 2 quatro vezes, 1 cinco vezes, 1 seis vezes, e 2 sete vezes. Sem surpresa, e excetuando José de Freitas Ferreira, que deixou o CEPCEP um ano e meio antes da publicação do n.º 1 da *Povos e Culturas* (e que nela só tem uma colaboração), os restantes membros das Direções iniciais foram os mais prolixos: Roberto Carneiro tem 7 autorias, Mário Lages 6, Artur Teodoro de Matos 5 e Carlos Laranjo Medeiros 4. Com 7 autorias, e nunca tendo sido membro da Direção, destaca-se também Ana Maria Costa Lopes, investigadora/colaboradora do CEPCEP praticamente desde o seu início. Completando a explicitação nominal dos autores com mais colaboração, Adriano Moreira tem 4 autorias, e Acácio Catarino, Guilherme d'Oliveira Martins, Ignace Berten, Luís Filipe Thomaz, Manuel Lobato e Maria Lucinda Fonseca têm, cada um, 3 autorias.

## QUADRO N.º 8

Distribuição Cronológica de Atividades  
1983-2016

	1983-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2016	TOTAIS
Cursos e Conferências	9	5	14	1	29
Congressos e Seminários	7	9	9	6	31
Estudos e Consultorias	11	15	49	29	94
<b>TOTAIS</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>72</b>	<b>26</b>	<b>154</b>

## QUADRO N.º 9

Distribuição Cronológica de Publicações  
1983-2016

	1983-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2016	TOTAIS
Estudos e Documentos	3	4	9	5	21
Extra Coleção	1	7	27	11	46
Revista <i>Povos e Culturas</i>	3	3	6	8	20
<b>TOTAIS</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>42</b>	<b>24</b>	<b>87</b>

## QUADRO N.º 10

Distribuição Qualitativa de Atividades  
1983-2016

	Produção e Divulgação de Investigação Científica	Atividades formativas, prestação de serviços e consultorias	TOTAIS
Cursos e Conferências	12	17	29
Congressos e Seminários	29	2	31
Estudos e Consultorias	42	52	94
<b>TOTAIS</b>	<b>83</b>	<b>71</b>	<b>154</b>

## QUADRO N.º 11

Distribuição Cronológica de Projetos Europeus  
1983-2016

	1983-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2016	TOTAL
Projetos Europeus	0	2	9	11	22

## QUADRO N.º 12

Entidades Parceiras (\*)  
1983-2016

## Entidades Parceiras do CEPCEP na realização de «Cursos e Conferências»

NOME DA ENTIDADE
Associação de Professores de História – APH
Câmara Municipal de Lisboa – EGEAC
Comissão Europeia (Bruxelas)
Comissariado de Apoio para a Transição de Timor Leste
Direção-Geral da Família
Embaixada da Índia em Portugal
Fórum Estudante
Fundação Calouste Gulbenkian
Instituto da Cooperação Portuguesa
Instituto Nacional da Formação Turística
Instituto Padre António Vieira
International African Institute (Grã-Bretanha)
Ministério da Educação
Universidade Nova de Lisboa
Televisão Independente – TVI
<b>TOTAL: 15</b>

## Entidades Parceiras do CEPCEP na realização de «Congressos e Seminários»

NOME DA ENTIDADE
Agência para a Modernização Económica de Lisboa – AMBELIS
Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME
Associação Amizade Portugal-Índia
Associação Amizade Portugal-Japão
Associação de Pedagogia Infantil
Associação de Professores de Português – APP
Associação dos Arquitetos Portugueses
Associação de Professores para a Educação Intercultural – APEDI
Câmara Municipal de Lagos
Câmara Municipal de Leiria
Casa de Goa
Centro de História de Além Mar – CHAM/UNL
Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça
Centro de Investigação e Intervenção Educativa da Faculdade de Psicologia – U. Porto
Centro Nacional de Cultura
Comissão de Coordenação da Região Centro
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses – CNCDP

Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste – CNRT
Coordenação Nacional para os Assuntos da Família
Direção-Geral de Reinserção Social – Ministério da Justiça
Escola de Educadores de Infância
Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Joaquim Nabuco (Recife – Brasil)
Instituto de Altos Estudos Militares – IAEM
Instituto de Ciências da Família – UCP
Instituto de Educação – UCP
Instituto de Estudos Asiáticos – AESE
Instituto de Estudos Orientais – UCP
Instituto de Etnomusicologia – INET (Pólo da U. Aveiro)
Instituto de Investigação Científica e Tropical – IICT
Interdidáctica (São Paulo – Brasil)
International African Institute (Grã-Bretanha)
London School of Economics (Grã-Bretanha)
Museu de Etnologia
Museu do Fado
União Meridianos
United Nations Alliance of Civilizations - UNAOOC
Universidade de Coimbra
Universidade dos Açores
Universidade Nova de Lisboa
<b>TOTAL: 41</b>

#### Entidades Parceiras do CEPCEP na realização de «Estudos» e «Consultoria»

NOME DA ENTIDADE
Agência Nacional para a Qualificação – ANQ
Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME
Arcola Research LLP (Grã-Bretanha)
Área de Planeamento e Estudos de Mercado – APEME
Arquivos Secretos do Vaticano
Associação Empresarial da Região de Lisboa – AERLIS
Associação Industrial Portuguesa, Confederação Empresarial – AIP
Associação Portuguesa de Famílias Numerosas
Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas – APG
Associazione TIA – Scoprire il Piacere di Apprendere (Itália)
Astra-Zeneca Portugal
Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde IP – INFARMED
Banco Africano de Desenvolvimento
Budapesti Muszaki és Gazdaságtudományi Egyetem (Hungria)
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Loures
Center for Environmental and Sustainability Research - CENSE/FCT

Centre Européen de Recherche Scientifique – CERESQ (Marselha)
Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia – CESSS/UCP
Centro de Estudos de Sondagens e Opinião Pública – CESOP/UCP
Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica – CINEL Portugal
Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica – CENFIM
Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins – CECOFA
Centro de Investigación Internacional en Inteligencia Territorial – C3iT (Espanha)
Centro de Investigaciones e Información sobre la Economía Pública (Espanha)
CESO-CI Consultores Internacionais SA Portugal
Charles University (República Checa)
Círculo de Leitores / Temas e Debates
Comissão Europeia (Bruxelas)
Comissariado de Apoio para a Transição de Timor Leste
Conselho Económico e Social – CES
Contour Education Services Limited (Grã-Bretanha)
Democracy and Development (Albânia)
Direção-Geral de Emprego e Formação Profissional
Direção Regional de Cultura da Região Autónoma dos Açores
EDEN (Grã-Bretanha)
Edenred Portugal
Ellinogermaniki Agogi Scholi Panagea-Savva (Grécia)
Ekonomsky Institut Maribor Ekonomske Raziskave in Pdjtnistvo Soo (Eslovénia)
Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL
Empresários para a Inclusão Social
European Association of Institutions of Higher Education – EURASHE
European Foundation for Quality in e-Learning (Bélgica)
European School Heads Association (Holanda)
Expertise France (França)
Fondació Privada Aplicació (Espanha)
France Innovation Scientifique et Transfert – FIST
Friedrich-Alexander-Universität Erlang (Alemanha)
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Luso-America para o Desenvolvimento – FLAD
Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT
Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação – FDTI
Fundação Vox Populi
Fundación para la Formación, la Cualificación y Empleo (Espanha)
Fundo Social Europeu – QREN
Glasgow Caledonian University (Escócia)
Governo de Macau
Hackney Community College (Grã-Bretanha)
HCI Productions Oy (Finlândia)
Hellenic Association for Education (Grécia)
Hrvatski Zavod za Zaposljavanje (Croácia)
Industriens Utredningsinstitut (Estocolmo)

Institut für sozialwissenschaftliche Beratung – GmbH (Alemanha)
Institute for Socio-Scientific Consultancy (Alemanha)
Institute of Tourism Studies (Malta)
Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP
Instituto de Formación Integral SL (Espanha)
Instituto de Informação, Apoio e Formação Empresarial – IAFE
Instituto de Soldadura e Qualidade – ISQ
Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano (Portugal e Checoslováquia)
Instituto Nacional de Administração – INA
Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres – INATEL
Instituto para a Inovação na Formação – INOFOR
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – ISCSP
International Council for Open and Distance Education (Noruega)
Istituto Tecnologie Didattiche (Itália)
Lambrakis Foundation (Grécia)
Lexicultural
London School of Economics (Grã-Bretanha)
Maltese Mentoring Society (Malta)
Matematikos ir Informatikos Institutas (Lituânia)
Max Goote Centre for Vocational and Training (Amesterdão)
Media One SRL (Roménia)
MENON – European Innovation and Research Network (Bélgica)
Ministério da Educação
Ministério da Educação de Timor-Leste
Ministério da Educação e Cultura de São Tomé e Príncipe
Ministério do Emprego e Segurança Social
Ministry of Labour, Family, Social Protection and Elderly (Roménia)
New Technologies and Learning in Europe (Alemanha)
Observatório do Emprego e Formação Profissional
Oland Folk Highschool (Suécia)
PARTEX
Pau Education (Espanha)
Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP
Quatenaire Portugal
R.D.I. Zeuseuropa LTD (Chipre)
Riga Tehniska Universitate (Letónia)
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SC Global Development Commercium SRL (Roménia)
SC Labour Market Strategies Consulting SRL (Roménia)
Scholl Centre Velenje (Eslovénia)
SCIENTER – Ricerca e Innovazione per la Formazione (Itália)
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF
Stockholm Institute of Education (Suécia)
Szamalk Okatási és Informatikai Zrt (Hungria)
Team Work Consultores Lda.

Televisão Independente - TVI
Tempo Training and Consulting (República Checa)
The Nottingham Trent University (Grã-Bretanha)
The Open University (Grã-Bretanha)
The Social Return on Investment Network (Grã-Bretanha)
The Tavistock Institute (Grã-Bretanha)
Trinity College Dublin (Irlanda)
UNESCO (França)
União Meridianos
UNICEF – Timor-Leste
Universidade Aberta (Portugal)
Universidade de Aalborg (Dinamarca)
Universidade de Aalto (Finlândia)
Universidade de Barcelona (Espanha)
Universidade de Bergen (Noruega)
Universidade de Colónia (Alemanha)
Universidade de Duisburg-Essen (Alemanha)
Universidade de Florença (Itália)
Universidade de Plymouth (Grã-Bretanha)
Universidade de Tecnologia de Compiègne (França)
Universidade de Vrije (Holanda)
Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Universitat Oberta de Catalunya (Espanha)
University of Applied Science FH-Joanneum (Áustria)
<b>TOTAL: 131</b>

Nota (\*): Consideraram-se, nestes quadros, todas as entidades parceiras de iniciativas do CEPCEP, independentemente da condição em que o fizeram. Na verdade, uma análise caso a caso permite perceber que o CEPCEP se relacionou com uma enorme diversidade de entidades externas, nacionais e internacionais, provenientes dos mais variados setores, e que se ligaram aos Cursos e Conferências, aos Congressos e Seminários e aos Estudos e Consultorias do CEPCEP em coorganização, em associação, integrando consórcios, redes ou grupos de trabalho, por parcerias interinstitucionais ou interuniversitárias bilaterais ou prestando financiamento. Em algumas situações, foi o CEPCEP que mobilizou essas parcerias; noutras, o CEPCEP foi contactado por parceiros para envolvimento em iniciativas mais vastas (regra geral em projetos de investigação financiados por dinheiros ou agências europeias) ou para receber encomendas de tarefas específicas (regra geral de entidades públicas ou privadas portuguesas ou dos PALOP).

O total de parcerias do CEPCEP apurado – 187 (15 em Cursos e Conferências, 41 em Congressos e Seminários, e 131 em Estudos e Consultorias) – excede o total de entidades parceiras que trabalharam com o Centro ao longo da sua história, dado que algumas instituições figuram nos três quadros.

Das 187 parcerias realizadas pelo CEPCEP, 88 foram com instituições ou redes/projetos de investigação internacionais, cifrando-se assim em 47,1% a percentagem de internacionalização dos trabalhos do Centro. Houve 3 parcerias internacionais nos Cursos e Conferências (de um total de 15), 6 parcerias internacionais nos Congressos e Seminários (de um total de 41), e 79 parcerias internacionais nos Estudos e Consultorias (de um total de 131). Os parceiros internacionais vieram de 29 países diferentes: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica (aqui incluída a Comissão Europeia), Brasil, Chipre, Croácia, Dinamarca, Escócia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França (aqui incluída a UNESCO), Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália (aqui incluído o Vaticano), Letónia, Lituânia, Macau, Malta, Noruega, República Checa, Roménia, São Tomé e Príncipe, Suécia e Timor Leste.

Das 187 parcerias listadas nestes quadros resultou a publicação, pelo CEPCEP ou em co-edição com outra(s) entidade(s), de 4 números da Revista *Povos e Culturas*, cerca de 40 livros e algumas dezenas de artigos científicos, relatórios de projeto, *working papers* ou instrumentos informáticos disponibilizados em revistas académicas nacionais e internacionais ou em sites e plataformas acessíveis online.

# Fontes e Bibliografia

## **FONTES**

### **Documentação do Arquivo CEPCEP**

#### Dossiês Gerais:

- CEP 1 – Inauguração e Primórdios do CEPCEP
- CEP 2 – Estatutos do CEPCEP
- CEP 3 – Conselho do CEPCEP
- CEP 4 – Personalidade Jurídica e Convênios
- CEP 5 – Programa de Atividades 1985-1986

#### Dossiês de Correspondência com a Reitoria da UCP:

- C UCP 1 – 1983-1988
- C UCP 2 – 1989-1993
- C UCP 3 – 1993-1994
- C UCP 4 – 1995-1997
- C UCP 5 – 1998-2000
- UCP Correspondência – 2001-2007

#### Dossiês de Correspondência Recebida:

- CR 1 – 1983-1984
- CR 2 – 1985
- CR 3 – 1986-1987
- CR 4 – 1988
- CR 5 – 1989
- CR 6 – 1990
- CR 7 – 1991-1992
- CR 8 – 1993

**Dossiês de Correspondência Expedida:**

- CE 1 – 1983-1984
- CE 2 – Jan./Jun. 1985
- CE 3 – Jul./Dez. 1985
- CE 4 – Jan./Jun. 1986
- CE 5 – Jul./Dez. 1986
- CE 6 – 1987
- CE 7 – 1988
- CE 8 – 1989
- CE 9 – 1990
- CE 10 – 1991
- CE 11 – Jan./Set. 1992
- CE 12 – Out./Dez. 1992
- CE 13 – Jan./Mai. 1993
- CE 14 – Jun./Dez. 1993

**Dossiês do Instituto de Coordenação da Investigação Científica / *Humanitas*:**

- ICIC 1
- ICIC 2
- Humanitas* (2005)

**Dossiês Diretivos:**

- Direção até 2000
- Direção 2001-2010
- Direção desde 2010

**Volumes de Atas das Reuniões de Direção:**

- 1983-1985
- 1986-1987
- 1988-1989
- 1990-1991
- 1992
- 1993
- 1994
- 1995
- 1996 Jan./Jun.
- 1996 Jul./Dez.
- 1997
- 1998
- 1999
- 2000
- 2001

2002 Jan./Jun.  
2002 Jul./Dez.  
2003 Jan./Jun.  
2003 Jul./Dez.  
2004  
2005  
2006  
2007  
2008  
2009  
2010  
2011  
2012  
2013  
2014  
2015  
2016 Jan./Jun.  
2016 Jul./Dez.

## **Documentação do Arquivo da Reitoria da UCP**

Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (10 de dezembro de 1982)  
Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (25 de fevereiro de 1983)  
Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (22 de abril de 1983)  
Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (24 de junho de 1983)  
Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (6 de julho de 1984)  
Ata da Reunião do Conselho Superior da UCP (23 de novembro de 1984)

## **Documentação ou informação online**

[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_15081990\\_ex-corde-ecclesiae.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_15081990_ex-corde-ecclesiae.html)  
<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1514>  
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/>  
[http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fachome.asp?SSPAGEID=1013&lang=1](http://www.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fachome.asp?SSPAGEID=1013&lang=1)  
<http://www.pordata.pt/Portugal>  
[http://www.snpcultura.org/os\\_catolicos\\_e\\_o\\_25\\_de\\_abril.html](http://www.snpcultura.org/os_catolicos_e_o_25_de_abril.html)  
<http://www.universia.pt/universidades/pesquisa-avancada>  
[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Reitoria/Discurso\\_Reitora\\_28out2016.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/Reitoria/Discurso_Reitora_28out2016.pdf)

<http://www.ucp.pt/site/resources/images//documentos/DL307-71.pdf>.

[http://www.ucp.pt/site/resources/images/documentos/Lusitanorum\\_Nobilissima\\_Gens.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/images/documentos/Lusitanorum_Nobilissima_Gens.pdf).

<https://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=82&lang=1>

[http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_srv.asp?sspageID=3120&lang=1](http://www2.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_srv.asp?sspageID=3120&lang=1)

## Entrevistas

Ana Cláudia Valente [e-mail, outubro de 2016]

Ana Costa Lopes [e-mail, novembro de 2016]

Artur Teodoro de Matos [presencial, outubro de 2016]

Carlos Laranjo Medeiros [presencial, setembro de 2016]

Carlos Morujão [e-mail, outubro de 2016]

Fernando Chau [e-mail, outubro de 2016]

Fernando Ilharco [e-mail, março de 2017]

Francisco Sarsfield Cabral [e-mail, outubro de 2016]

Isabel Capeloa Gil [presencial, março de 2017]

João Muñoz de Oliveira [e-mail, outubro de 2016]

João Paulo Oliveira e Costa [e-mail, outubro de 2016]

José Manuel Seruya [e-mail, outubro de 2016]

Manuel Braga da Cruz [presencial, novembro de 2016]

Maria Cristina Pereira [e-mail, outubro de 2016]

Maria da Glória Garcia [e-mail, novembro de 2016]

Mário Campos Pinto [e-mail, novembro de 2016]

Nelson Ribeiro [e-mail, março de 2017]

Pedro Conceição [e-mail, outubro de 2016]

Pedro Roseta [e-mail, outubro de 2016]

Peter Hanenberg [e-mail, outubro de 2016]

Roberto Carneiro [e-mail, abril de 2017]

Verónica Policarpo [e-mail, outubro de 2016]

## BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1985), *CEPCEP. Programa de Atividades para 1985-1986*, Lisboa, CEPCEP [policopiado].

AA.VV. (2008), *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1983-2008. 25 Anos de Atividades, Investigação e Publicações* [Brochura], Lisboa, UCP.

AA.VV. (2009), «Coleção “Reis de Portugal” em Debate», *Ler História*, n.º 56, pp. 217-286.

AA.VV. (2012), *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário Ferreira Lages*, Lisboa, UC Editora.

- AA.VV. (2016), *Padre José Bacelar e Oliveira, sj. A Força das Origens*, Lisboa, Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa / UC Editora.
- AA.VV. (2017), *Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos da Refundação*, Lisboa, FCH-UCP.
- CARNEIRO, Roberto (2013), «Diafanas do Mundo. Homenagem a Mário Lages», *Povos e Culturas*, n.º 16, pp. 207-210.
- CARNEIRO, Roberto (2015), «Artur Teodoro de Matos. Uma Homenagem», *Povos e Culturas*, n.º 19, pp. 7-14.
- CLEMENTE, D. Manuel (1994), «A Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expetativas», *Lusitania Sacra*, n.º 6, pp. 15-29.
- COLLINI, Stefan (2015), *Preparando a Defesa: as Universidades e os seus Públicos*, Lisboa, ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- [CRUZ, Manuel Braga da] (2009), *Universidade Católica Portuguesa. 40 Anos ao Serviço da Igreja e de Portugal. Edição Comemorativa*, Lisboa, UC Editora.
- LAGES, Mário (1994), «In Memoriam Prof. Doutor José de Freitas Ferreira», *Povos e Culturas*, n.º 4, pp. 11-14.
- LOPES, Ana Costa; CARNEIRO, Roberto (2016), *Lembranças e Afetos. A Amizade Também é Memória*, Lisboa, CEPCEP / UCP.
- MATOS, Artur Teodoro de (s.d.), «Carneiro, Roberto Artur da Luz», in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores (disponível online em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/>).
- MATTOSO, José (2007), «Reis de Portugal», *Povos e Culturas*, n.º 11, pp. 307-317.
- MOREIRA, António Montes (1982), «Visita de João Paulo II à Universidade Católica Portuguesa», *Didaskalia*, n.º 12, pp. 211-230.
- MOREIRA, António Montes (2001), «Universidade Católica Portuguesa», in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa, Vol. IV, pp. 310-314.
- PINTO, Mário (2013), «Homenagem ao Prof. Mário Ferreira Lages», *Povos e Culturas*, n.º 16, pp. 211-217.
- RAMOS, Luís Oliveira (s.d.), «Matos, Artur Teodoro de», in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores (disponível online em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/>).
- SARDICA, José Miguel (2011), *O Século XX Português*, Lisboa, Texto Editores.
- TRIGO, Jerónimo (1997), «Curriculum Vitae do Prof. Doutor José de Freitas Ferreira», *Didaskalia*, n.º 17, pp. 53-56.
- VILELA, Joana Stichini; FERNANDES, Pedro (2016), *LX80. Lisboa entra numa Nova Era*, Lisboa, Publicações D. Quixote.



# Índice

<b>PREFÁCIO</b> . . . . .	7
<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	11
<b>I PARTE</b>	
1. A Universidade Católica Portuguesa no início da década de 1980. . . . .	21
2. A pré-história do CEPCEP: conceção, preparação e aprovação (1980-1983). . . . .	33
3. A génese do CEPCEP: formalização e institucionalização (1983). . . . .	51
4. Os primeiros tempos do CEPCEP: atividades, convénios, estatutos, Conselho Geral e Direção (1983-1986). . . . .	71
5. A evolução do CEPCEP: a autonomia sob a Reitoria e a integração institucional no IIAIC / ICIC (1986-2000). . . . .	97
6. O CEPCEP no Século XXI: a integração na FCH / Humanitas e as renovações diretivas (2000-2017). . . . .	127
<b>II PARTE</b>	
7. A investigação científica do CEPCEP: produção e divulgação. . . . .	169
8. As atividades formativas, a prestação de serviços e consultorias do CEPCEP. . . . .	195
9. As publicações do CEPCEP. . . . .	217
10. A revista <i>Povos e Culturas</i> ou a marca identitária do CEPCEP. . . . .	247
11. As dinâmicas científicas do CEPCEP: síntese diacrónica. . . . .	279
12. Epílogo: o presente e o futuro do CEPCEP. . . . .	301

**ANEXO – QUADROS**

1. Diagrama das Direções . . . . .	323
2. Cursos e Conferências . . . . .	326
3. Congressos e Seminários . . . . .	327
4. Estudos e Consultorias . . . . .	328
5. Publicações . . . . .	331
6. Revista <i>Povos e Culturas</i> (História) . . . . .	334
7. Revista <i>Povos e Culturas</i> (Autores) . . . . .	336
8. Distribuição Cronológica de Atividades . . . . .	345
9. Distribuição Cronológica de Publicações . . . . .	345
10. Distribuição Qualitativa de Atividades . . . . .	345
11. Distribuição Cronológica de Projetos Europeus . . . . .	345
12. Entidades Parceiras . . . . .	346
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	351



